



ELEMENTOS DEFENSIVOS MEDIÉVAIS NO TERRITÓRIO DA DIOCESE DO PORTO (SÉCULOS IX-XII)

ANDREA MARIANI

ELEMENTOS DEFENSIVOS MEDIÉVAIS NO TERRITÓRIO DA DIOCESE DO PORTO (SÉCULOS IX-XII)

ANDREA MARIANI

Título: *Elementos defensivos medievais no território da diocese do Porto (séculos IX-XII)*

Autoria: Andrea Mariani (CITCEM; APS Popolo di Brig; EXARC; GRAL; APPA-VC)

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Capa: Ruínas do castelo de Chocal, Penafiel (Andrea Mariani, 2017)

© 2024 Autor

Edição: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Coleção: Teses Universitárias, n.º 16

Este trabalho é sujeito a *double-blind peer review*.

Esta é uma obra em acesso aberto, disponibilizada *online* (<https://ler.letras.up.pt/>) e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY 4.0).



ISBN: 978-989-8970-88-6

eISBN: 978-989-8970-89-3

Depósito legal: 541611/24

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-89-3/ele>

MARIANI, Andrea (2024). *Elementos defensivos medievais no território da diocese do Porto (séculos IX-XII)*. Porto: CITCEM. 480 pp. ISBN 978-989-8970-88-6; eISBN 978-989-8970-89-3.

Porto, dezembro de 2024 (1.ª edição)

Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. | Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes — Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

Este trabalho foi elaborado no quadro das atividades do grupo de investigação «Territórios, Paisagens e Ambiente» e é financiado por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020, DOI: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>.

A Diana Matilde, Sofia Juliana e Ana.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	7
GLOSSÁRIO DOS TERMOS-CHAVE	11
AGRADECIMENTOS	13
PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO	23
Qual a razão para esta investigação?	25
A metodologia e os problemas encontrados	26
Objetivos	28
A estrutura do livro	29
1. O TERRITÓRIO DA DIOCESE DO PORTO	31
1.1. Corografia e divisão do território	33
1.2. A diocese do Porto e o território portugalense	36
1.2.1. O território portugalense	39
1.3. A historiografia do território da diocese do Porto: um estado da arte	43
1.3.1. Estudos sobre os elementos defensivos	44
1.4. Fontes e instrumentos para o estudo do território da diocese do Porto	46
2. CONTEXTO HISTÓRICO	51
2.1. Nos alvares da «reconquista»: de Pelágio das Astúrias a Afonso III, <i>o Grande</i>	53
2.1.1. De Afonso II a Ordoño I	54
2.1.2. A política de Afonso III, <i>o Grande</i> , e a ocupação do Porto	55
2.2. O primeiro Condado Portugalense (868-1071)	56
2.2.1. De Vimara Peres a Gonçalo Mendes	58
2.2.2. Um período de grande insegurança: as campanhas de Almançor e as incursões viquingues	60
2.2.3. De Mendo Gonçalves à batalha de Pedroso	62
2.3. O segundo Condado Portugalense (1096-1139)	68
2.3.1. Henrique de Borgonha (1096-1112)	68
2.3.2. Teresa: a «condessa-rainha» (1112-1128)	70
2.3.3. D. Afonso Henriques e a batalha de São Mamede (1128)	71
2.4. O reino de Portugal: Afonso I e Sancho I	74
2.4.1. Conquista a sul: Coimbra, nova «capital»	74
2.4.2. <i>Alfonsus Portugaliensium rex</i> (1139-1185)	75
2.4.3. Sancho I	76
3. NORTE DO DOURO	81
3.1. Amarante	81
3.2. Baião	86
3.3. Felgueiras	93
3.4. Gondomar	96

3.5. Lousada	100
3.6. Maia	104
3.7. Marco de Canaveses	110
3.8. Matosinhos	124
3.9. Paços de Ferreira	130
3.10. Paredes	132
3.11. Penafiel	137
3.12. Porto	157
3.13. Santo Tirso	163
3.14. Trofa	166
3.15. Valongo	168
3.16. Vila do Conde	169
4. SUL DO DOURO	175
4.1. Arouca	177
4.2. Castelo de Paiva	188
4.3. Espinho	194
4.4. Oliveira de Azeméis	196
4.5. Ovar	199
4.6. São João da Madeira	201
4.7. Santa Maria da Feira	201
4.8. Vale de Cambra	211
4.9. Vila Nova de Gaia	214
5. ANÁLISE DOS DADOS	225
5.1. Estruturas fortificadas no território da diocese do Porto	227
5.2. Estruturas fortificadas e instituições eclesíásticas	238
5.3. Estruturas fortificadas: tipologia, localização e estado atual	243
5.3.1. Tipologia das estruturas fortificadas	243
5.3.2. Localização e estado atual das estruturas fortificadas	252
5.4. Estruturas fortificadas simples e estruturas fortificadas complexas	253
5.5. Os proprietários	257
5.6. Fontes escritas e materiais	261
CONCLUSÃO	263
Um trabalho <i>In Itinere</i>	265
Considerações sobre o estudo dos elementos defensivos no território da diocese do Porto	266
Um olhar para o futuro	272
OS DOCUMENTOS. PRINCIPAIS PONTOS DE REFERÊNCIA TERRITORIAIS E/OU POSSÍVEIS	
ELEMENTOS DE DEFESA	275
FONTES E BIBLIOGRAFIA	451
Fontes	453
Bibliografia	456

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

- ACT — Archivo Capitular de Toledo
- ADB — Arquivo Distrital de Braga
- ADP — Arquivo Distrital de Porto
- CBF — DURAND, Robert, *ed.* (1971). *Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó: (XI-XIII siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. (Fontes Documentais Portuguesas; 2).
- CCSP — *CENSUAL DO CABIDO DA SÉ DO PORTO: códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924.
- Crónicas Anónimas de Sahagún — UBIETO ARTETA, Antonio, *ed.* (1987). *Crónicas Anónimas de Sahagún*. Zaragoza: Anubar Ediciones.
- Chronica ad Sebastianum — FERNÁNDEZ, Juan Jil; MORALEJO, José Luis; RUIZ DE LA PEÑA, Juan Ignacio, *eds.* (1985). *Crónicas asturianas: Crónica de Alfonso III (Rotense y «A Sebastián»): Crónica albeldense (y «profética»)*. Oviedo: Universidad de Oviedo. (Publicaciones del Departamento de Historia Medieval; 11).
- Chronica profetica — FERNÁNDEZ, Juan Jil; MORALEJO, José Luis; RUIZ DE LA PEÑA, Juan Ignacio, *eds.* (1985). *Crónicas asturianas: Crónica de Alfonso III (Rotense y «A Sebastián»): Crónica albeldense (y «profética»)*. Oviedo: Universidad de Oviedo. (Publicaciones del Departamento de Historia Medieval; 11).
- Chronica Rotensis — FERNÁNDEZ, Juan Jil; MORALEJO, José Luis; RUIZ DE LA PEÑA, Juan Ignacio, *eds.* (1985). *Crónicas asturianas: Crónica de Alfonso III (Rotense y «A Sebastián»): Crónica albeldense (y «profética»)*. Oviedo: Universidad de Oviedo. (Publicaciones del Departamento de Historia Medieval; 11).
- Chronicon Albeldense — LOMAX, Derek W., *ed.* (1976). *Una crónica inédita de Silos*. In *HOMENAJE a Fray Justo Pérez de Úrbel, OSB*. Silos: Abadía de Silos, vol. 1, pp. 323-337. (Studia Silensia; 3).
- Chronicon Conimbricense — *CHRONICON CONIMBRICENSE, Pars. I*. In HERCULANO, Alexandre, *cur. Portugaliae monumenta historica (PMH), Scriptores*, 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856, pp. 1-5.
- Chronicon Gothorum — *CHRONICA GOTHORUM*. In HERCULANO, Alexandre, *cur. Portugaliae monumenta historica (PMH), Scriptores*, 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856, pp. 5-17.
- CMM — SILVA, Filomeno Amaro Soares da, *ed.* (2001). *Cartulário de D. Maior Martins: século XIII*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense.
- CMP — REUTER, Abiah Elisabeth (1938). *Chancelarias medievais portuguesas*. Coimbra: Publicações do Instituto alemão da Universidade de Coimbra.
- Crónica de Almançor — COELHO, António Borges (1989). *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editorial Caminho.
- DC — *DIPLOMATA ET CHARTAE*. In HERCULANO, Alexandre, *cur. Portugaliae monumenta historica (PMH), Diplomata et Chartae*. Olisipone: Typis Academicis, 1867-1873. 4 vols.

- Diss. I-V — RIBEIRO, João Pedro, ed. (1810-1836). *Dissertações chronologicas e críticas sobre a história e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias. 5 vols.
- DP III — AZEVEDO, Rui Pinto de (1940). *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares, Vol. III, A.D. 1101-1115*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- DP IV — AZEVEDO, Rui Pinto de; COSTA, Avelino de Jesus da (1980). *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares, vol. IV, A.D. 1116-1123*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- DR I e DR I/II — AZEVEDO, Rui Pinto de (1958-1962). *Documentos medievais portugueses, Documentos régios, vol. I: Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. TT 1 e 2.
- DS — AZEVEDO, Rui Pinto de; COSTA, Avelino de Jesus da; RODRIGUES PEREIRA, Marcelino Rodriguez (1979). *Documentos de D. Sancho I: 1174-1211*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- DSV — VENTURA, Leontina; MENDES, João da Cunha (2010). *Diplomatário da Sé de Viseu: (1078-1278)*. Coimbra: Instituto de Estudos Medievais.
- Historia de rebus hispaniae sive historia gótica — VALVERDE, Juan Fernández (1987). *Roderici Ximenii de Rada Historia de rebus hispaniae sive historia gotica*. Turnhout: Brepols (Corpus Christianorum Continuatio Mediaevalis; 72).
- INQ — *INQUISITIONES*. In HERCULANO, Alexandre cur. *Portugaliae monumenta historica (PMH), Inquisitiones*. Olisipone: Typis Academicis, 1888-1977. 9 vols.
- IPA.00024158 — Ficha sobre o *Mosteiro de São Martinho de Caramos*. [Consult. 08 out. 2024]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=24158>.
- Leges — *LEGES ET CONSUETUDINES*. In HERCULANO, Alexandre, cur. *Portugaliae monumenta historica (PMH), Leges et Consuetudines*. Olisipone: Typis Academicis, 1856-1868. 2 vols.
- LF — *LIBER FIDEI SANCTAE Bracarenensis Ecclesiae. Edición crítica por el Padre Avelino de Jesus da Costa. Reedición mejorada y ampliada por José Marques, Maria Teresa Nobre Veloso e Joaquim Tomás Silva Pereira*. Braga: Arquidiocese de Braga, 2017. 2 vols.
- LP — RODRIGUES, Manuel Augusto; COSTA, Avelino de Jesus da, eds. (1999). *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- LTPS — LOPES, Filipa da Silva; SILVA, Maria João Oliveira e, eds. (2015). *Diplomata et chartae: chartularia: livro dos testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa: edição crítica*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- MA — COELHO, Maria Helena da Cruz (1988). *O Mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca/Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda.
- MMPS — MEIRELES, frei António da Assunção (1942). *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- MTM — GOMES, António de Jesus, pref. (1978). *Matosinhos em textos medievais até D. Afonso III*. Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos.
- PMH — *Portugaliae Monumenta Historica*.
- PT/TT/MAMP-MSCRT — Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, documentos vários.
- PT/TT/MSJBP — Mosteiro de São João Baptista de Pendorada, documentos vários.
- PT/TT/MSMV — Mosteiro de São Miguel de Vilarinho.
- PT/TT/MSPC — Mosteiro de São Pedro de Cete.

PT/TT/MSPP — Mosteiro de São Pedro de Pedroso, documentos vários, 1710.

PT/TT/MSV — Mosteiro do Salvador de Vairão, documentos vários.

RR II — Rota do Românico, vol. II, 2014. Centro de Estudos do Românico e do Território. [Consult. 08 jan. 2024]. Disponível em <https://www.rotadoromanico.com/media/documents/Monografia_-_Volume_II.pdf>.

SSJ — LIRA, Sérgio (2001-2002). *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde. 2 vols.

TMH — FERNANDES, A. de Almeida, ed. (1991-1992). *Taroucae Monumenta Historica: Livro das doações de Tarouca*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca. 2 vols.

TT — Arquivo Nacional Torre do Tombo.

VMH — *VIMARANIS MONUMENTA HISTORICA: a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Vimarane: Vimarane Senatus 1908-1929. 2 vols.

GLOSSÁRIO DOS TERMOS-CHAVE

Atalaia: torre, posto de vigilância.

Castelo *cabeça de terra*: é assim que o castelo à cabeça das *Terras* é referido.

Castelo de mota: fortificação constituída por um monte elevado de terra, geralmente artificial, sobre o qual se ergue uma estrutura de madeira ou de pedra. É tradicionalmente rodeada por um fosso.

Castelo militar: entende-se uma estrutura fortificada com funções de carácter puramente militar e/ou residencial (aristocracia local). Geralmente de pequena dimensão, na maioria dos casos situa-se em posições estratégicas com boas defesas naturais.

Castelo-recinto: com este termo, indicamos os elementos defensivos de estrutura simples que reutilizam os castros proto-históricos, portanto, com um significado diferente daquele que lhe é tradicionalmente atribuído pela historiografia tradicional italiana, ou seja, uma fortificação medieval constituída por uma única muralha, geralmente reforçada por torres perimetrais e, eventualmente, por uma torre principal¹.

Castro: povoado fortificado proto-histórico, típico do noroeste da Península Ibérica.

Castrum/Castellum: *castrum* e *castellum* indicam uma estrutura ilitar (em muitos casos, aproveitando estruturas proto-históricas anteriores, os castros); neste caso, o segundo termo parece indicar um elemento defensivo com uma estrutura mais complexa.

Civitas: o termo designa uma vasta circunscrição territorial característica do noroeste da Península Ibérica (séculos IX-XI); deve ser considerada uma espécie de distrito militar, dependente de uma estrutura fortificada central, representação física do poder condal e régio. Da sua desagregação surgem as *Terras*.

Dominus loci: literalmente, o senhor de um lugar, de uma localidade; pode ser leigo ou eclesiástico.

Incastellamento: termo (italiano) que designa o fenómeno europeu caracterizado pela proliferação, principalmente a partir do século X, da construção de fortificações, tanto públicas como privadas.

Tenentes: membros da nobreza local, são da confiança do rei ou do conde. A eles são confiadas as *Terras*; são (também) os castelões dos castelos *cabeça de terra*.

Terra: unidade administrativa territorial que se desenvolveu após o desaparecimento das *Civitates* (século XI). O seu centro militar era representado pelo castelo *cabeça de terra*, confiado aos *Tenentes*.

Torre: pode indicar uma residência senhorial (tradicionalmente designada por casa-torre a partir da segunda metade do século XII) ou, provavelmente, parte de uma estrutura mais complexa da qual representam o último vestígio material remanescente. Quando situadas em locais estratégicos, são adequadas para o controlo e a vigilância de passagens e vias de comunicação.

¹ Ver PEROGALLI, 1971.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que me ajudaram, de várias formas, para que este trabalho pudesse ser realizado do melhor modo possível: por isso, gostaria, agora, de expressar a minha gratidão.

Todos sabem o contributo profissional que deram para esta investigação, portanto, quero apenas dizer obrigado. Obrigado pela vossa ajuda. Sem esta, este resultado teria sido impensável: Professor Luís Carlos Amaral, Professor Mário Barroca, Dr. Fabio Carminati, Doutor Francesco Renzi e família, Doutor António Silva, Doutor Ricardo Seabra, Doutora Maria João Oliveira e Silva, Dr. António Lima, Doutora Joana Gomes, Dr. Luís Sousa, Dr. Luca Caloi, Dra. Maria José Santos, Dr. Livio Asta, Professora Teresa Soeiro, Professora Cristina Cunha, Professora Paula Pinto, Professor José Augusto Pizarro, Professora Catarina Tente, Professora Andreia Arezes, Doutor André Marques, Doutor Fernando Mouta, Dr. Vítor Nogueira, Doutor Pedro Pereira, Professor Carlos Balsa, Professora Inês Amorim, Dra. Marta Costa (pelo apoio durante todo o processo de edição deste livro) e Dr. Nuno Telheiro Martins (pela revisão do português). Um obrigado também à minha colega de trabalho, Dra. Adriana Sydor, pelo seu apoio.

Obviamente queria agradecer ao júri CITCEM/Afrontamento por ter escolhido e premiado a minha investigação, permitindo publicar parte da minha tese de doutoramento. Alguns dias depois de receber a comunicação de ter ganhado (com o amigo e colega Ricardo Seabra) o Prémio CITCEM/Afrontamento Teses Universitárias 2021, fui internado. Por isso, agradeço também a todos os profissionais dos Cuidados Intensivos, da Pneumologia e da Fisioterapia do Hospital de Vila Real, assim como a todos os profissionais do Centro de Reabilitação do Norte, em Valadares (Vila Nova de Gaia).

Um agradecimento especial à minha família. À Ana («Minha Pipoquinha!»): obrigado pelo teu amor e paciência, pela compreensão e solidariedade; obrigado por me apoiar (e aturar) sempre; por acreditares e orgulhares de mim; por me dar calma e segurança, por me fazer zangar, refletir, chorar, rir, por não desistir e não me deixar desistir, nunca. Este trabalho não teria sido possível sem o teu contributo. Obrigado, sobretudo, pela Diana e pela Sofia; às minhas filhas Diana Matilde e Sofia Juliana por todo o seu amor (o pai adora-vos!); aos meus pais e sogros pelo apoio constante.

Gostaria também de agradecer a todos os amigos que me encorajaram ou aliviaram o meu *stress* com música (ouvida, e tocada com Strange Wings, FuoriUso e Privilegium), *living history*, arqueologia experimental (APS Popolo di Brig, EXARC e APPA-VC) e RPG.

Espero não me estar a esquecer de ninguém e, nesse caso, não levem a mal.

Por fim, dirijo um pensamento especial a todos os estudiosos que se ocuparam, ocupam e ocuparão dos elementos defensivos medievais europeus.

PREFÁCIO

LUÍS CARLOS AMARAL*
MÁRIO JORGE BARROCA**

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CITCEM-UP (UIDB/04059/2020; DOI: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>); CEHR-UCP. Email: lcamaral@letras.up.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9661-6605>.

** Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CITCEM-UP (UIDB/04059/2020; DOI: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>). Email: mbarroca@letras.up.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7432-3089>.

O livro a que este prefácio serve de apresentação e convite à leitura teve, na sua base, uma demorada e meticulosa pesquisa histórica, que culminou na redação de uma tese de doutoramento. Neste contexto, e com estas características, não estranha que revele de forma muito clara a sua matriz original. Impõe-se dizer, no entanto, que a natureza da temática abordada dificilmente encontraria melhor forma de expressão do que o rigor e a compreensibilidade que resultam da boa erudição, sustentada na recolha paciente dos dados, na sua organização sistemática, na sucessiva reconstrução de cenários sempre fragmentados e na apresentação final de propostas interpretativas. Tudo o que acabámos de enunciar encontra respaldo seguro no texto de Andrea Mariani.

O objetivo maior da sua investigação consistiu no estudo de todos os elementos fortificados do território da diocese do Porto, entre os séculos IX e XII. Na sua versão original, tratava-se de uma análise comparativa da organização do espaço e das estruturas defensivas da diocese portuense e da região de Brianza, no norte de Itália, com uma área territorial sensivelmente equivalente². Desse magno projeto, publica-se, agora, a parte correspondente ao bispado do Porto. Procurando compreender o(s) sistema(s) defensivo(s) desse estratégico território de fronteira, que abraça o curso terminal do Douro e ostenta uma significativa exposição atlântica, o autor concentrou o essencial do seu trabalho na identificação documental e no reconhecimento espacial das construções militares. Quase poderíamos falar de uma tentativa de estabelecer algo próximo de uma «prosopografia» das fortificações portucalenses, num período tão dinâmico quanto decisivo, como o que envolveu o início da formação política do reino de Portugal. Neste sentido, o presente livro corresponde àquilo que a mais recente produção historiográfica sobre os primórdios de Portugal tem vindo a propor, ou seja, compreender a mesma como um vasto processo humano dilatado no espaço e no tempo, no qual convergiram, e outras tantas vezes divergiram, fatores de índole muito diversa, mas em permanente interação.

De facto, só podemos interpretar devidamente a criação de uma nova entidade política independente no Norte cristão ibérico, quando inscrevemos e observamos esta questão à luz das intrincadas conjunturas que envolveram as comunidades e os territórios do Noroeste peninsular, bem como o conjunto da Hispânia e, sob muitos pontos de vista, a globalidade do Ocidente europeu, sobretudo entre as décadas finais do século XI e as primeiras da centúria seguinte. Nesta perspetiva, deve sublinhar-se que o texto de Andrea Mariani aborda, também, através de uma análise particular, o processo da formação do reino português. E, entre muitos outros elementos que aporta, comprova, com grande evidência, que antes da chegada ao poder do infante Afonso Henriques (c. 1109-1185), na sequência da vitória alcançada na batalha de São Mamede (24 de junho de 1128), havia já uma longa história de vida comum e organizada

² *Le strutture fortificate medievali nel territorio della Diocesi di Porto (Nord del Portogallo) e della Brianza (Nord Italia): uno studio comparativo (IX-XII secolo)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020, defendida em provas públicas no dia 29 de abril de 2020.

das gentes do Entre-Douro-e-Minho que, não tendo «determinado» a «emergência» do reino, não deixou, por isso, de influenciar muito a sua construção inicial.

Seja como for, não poderá afirmar-se que o tema investigado representa algo de absolutamente novo. Com efeito, ao longo do último século, foram publicados trabalhos vários sobre as mais antigas fortificações da época medieval, conhecidas no atual território português, nos quais se abordaram perspetivas diferenciadas, mas privilegiando claramente a dimensão arqueológica. Neste cenário, destacam-se as inovadoras pesquisas conduzidas por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996), a partir da década de 1970, e, depois, pelos seus discípulos. A este grande historiador ficamos a dever, entre nós, a preocupação pioneira de articular e compatibilizar os dados recolhidos na documentação escrita com as informações provenientes tanto das escavações arqueológicas, quanto da leitura e compreensão do espaço. Em 1978, na sua dissertação complementar de doutoramento, intitulada *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220*, Carlos Alberto Ferreira de Almeida defendeu, pela primeira vez de uma forma clara e fundamentada, que expressões como *subtus mons* e similares, utilizadas recorrentemente na documentação dos séculos XI e XII para a localização de povoações e propriedades, não correspondiam a uma simples dependência topográfica ou orográfica, mas indiciavam relações de dependência militar. Esta constatação, aparentemente simples, teve uma enorme repercussão nos estudos do encastelamento, desenvolvidos pelo próprio ou pelos seus discípulos. E mesmo que, recentemente, alguns autores, como André Evangelista Marques e Andrea Mariani, tenham introduzido *nuances* nesta interpretação, esta continua a ser fecunda e motivadora para o estudo dos nossos castelos.

Integrado nesta «linhagem», o trabalho desenvolvido por Andrea Mariani nem por isso pode deixar de considerar-se como um importante avanço no conhecimento histórico do assunto examinado. Em razão não apenas da escala regional e amplitude cronológica da análise, mas também por se apoiar numa sistemática revisitação e revisão da produção científica mais significativa realizada até ao momento, e ainda pelo permanente cruzamento de fontes diferenciadas e pela abordagem multidisciplinar, o leitor vai-se confrontando com alguns dos grandes processos que enformaram as monarquias ibéricas nos séculos posteriores ao Ano Mil, a saber: a progressiva territorialização dos poderes laicos e eclesiásticos, nomeadamente através de um mais eficaz ordenamento militar das terras, dos domínios e dos senhorios de distintas naturezas, e, porventura mais relevante, a gradual militarização da sociedade hispânica. Ambos os processos, convirá recordar, grandemente favorecidos pelo secular enfrentamento com as comunidades islamizadas e islâmicas do centro e do sul da península. Em suma, não será excessivo afirmar que o texto de Andrea Mariani favorece uma renovada aproximação ao bem conhecido e determinante fenómeno do encastelamento que atravessou toda a Europa Ocidental.

Observadas sob este prisma, as páginas que se seguem proporcionam ainda informações acerca da evolução da guerra, melhor dizendo, informações que nos permitem desenhar com rigor acrescido algumas das fases distintas, mas sempre cumulativas, que a guerra «endémica»

travada na Hispânia desde 711, foi conhecendo. Partindo de uma guerra «justa», motivada pela justificada resposta a uma agressão exterior, até se converter numa guerra de expansão e conquista que se revestirá, por último, de uma intensa dimensão religiosa, transformando-se numa Guerra Santa, a face guerreira da «Reconquista» constituiu-se em fator decisivo da construção da(s) identidade(s) das futuras nações ibéricas.

Organizado em cinco capítulos, respeitam, os dois primeiros, à contextualização espacial e, sobretudo, histórica, pretendendo inscrever o bispado portugalense num cenário alargado, peninsular e europeu, no interior do qual assume as suas reais dimensões e adquire a escala e as características indispensáveis a análises comparativas. Já nos capítulos 3 e 4 observamos o arrolamento exaustivo de todas as estruturas defensivas da diocese no período considerado, integrando, cada caso, os respetivos dados recolhidos na documentação. Para o derradeiro capítulo («Análise dos dados») e para as conclusões ficaram reservadas a apresentação e explicação dos principais resultados alcançados.

Em face do exposto, não faltam razões para recomendar a leitura deste livro, e não apenas aos especialistas. Para estes, o proveito está garantido. Para os leitores comuns desejosos de aprofundarem os seus conhecimentos sobre as primícias do reino português, em particular através de uma das múltiplas dimensões do universo da guerra, também não haverá desilusão. Trata-se de uma certeza que podemos garantir, pois resulta do facto de estarmos perante um relevante estudo de História.

INTRODUÇÃO³

³ O texto desta introdução retoma, modifica e atualiza o que foi proposto no projeto que nos permitiu obter a bolsa concedida pela FCT (SFRH/BD/109896/2015) no período entre outubro de 2015 e dezembro de 2019, com o projeto: *The medieval fortified structures in the Diocese of Porto (North of Portugal) and in Brianza area (North of Italy): a comparative study (IX-XII century)*. Também incorpora parcialmente o que foi proposto em MARIANI, 2016d.

QUAL A RAZÃO PARA ESTA INVESTIGAÇÃO?

O objeto deste estudo serão as estruturas fortificadas medievais, sem limitar a nossa investigação aos *castra* (com os seus múltiplos significados), mas alargando-a a todos os elementos defensivos: das aldeias fortificadas às torres⁴. A investigação incidirá, principalmente, no período cronológico compreendido entre os séculos IX e XII. Escolhemos este período por duas razões: a primeira é que estes são os séculos nos quais o fenómeno do *incastellamento* (encastelamento), na sua forma mais ampla, se torna mais evidente; a segunda é o facto de, a partir do século XIII, os documentos latinos começarem a ser fortemente influenciados pelo idioma nacional, com a consequente alteração do vocabulário utilizado na própria documentação⁵. Além disso, este período é muito importante porque antecede a formação de Portugal como reino autónomo.

Como área específica de estudo, escolhemos o atual território da diocese do Porto, entendendo-o como um espaço bem definido; a escolha não está, portanto, relacionada com o facto de se tratar de uma divisão administrativa eclesiástica⁶.

A decisão de utilizar as atuais fronteiras da diocese do Porto foi ditada por duas razões. A primeira é que, para o período referido, não se pode falar de uma fronteira única, mas de várias fronteiras: de facto, os limites da diocese do Porto começariam a ser definidos e estabelecidos (muitas vezes, apenas formalmente) com a sua «restauração», nas primeiras décadas do século XII, graças ao esforço do bispo D. Hugo. O problema da demarcação dos limites da diocese do Porto na Idade Média é, sem dúvida, um tema fascinante e de grande importância, muito abrangente, que envolve múltiplas reflexões⁷. A este problema acresce o facto de que trabalhar sobre diferentes fronteiras teria multiplicado significativamente a produção de mapas, o que tornava difícil a sua análise e comparação com outros territórios. A segunda razão é o nosso desejo específico de partilhar esta investigação também com «não especialistas», que estarão, provavelmente, mais familiarizados com as divisões territoriais contemporâneas.

Seja como for, é inegável o nosso desejo de realizar estudos sobre o encastelamento do território português numa perspetiva internacional, através de uma nova proposta de leitura e interpretação das fontes, sem ficarmos constrangidos ou, pior ainda, demasiado influenciados pela historiografia tradicional. Durante demasiados anos, de um ponto de vista externo, que, no nosso caso, poderíamos definir como «centro-europeu», Portugal tem sido visto como uma

⁴ Para não tornar a leitura maçadora com a repetição do mesmo termo, pode acontecer que, além de castelo, *castellum* e *castrum*, se usem também as palavras fortaleza e fortificação, mas sempre no mesmo sentido que as primeiras.

⁵ Além disso, de acordo com a nossa formação paleográfica básica, a documentação medieval anterior ao século XIII é-nos mais acessível, fator decisivo quando optámos por incluir documentação inédita neste trabalho.

⁶ Poderíamos também ter escolhido uma unidade territorial diferente, como o distrito do Porto ou a sua área metropolitana, mas pareceu-nos mais estimulante confrontarmo-nos com uma realidade como a da diocese do Porto, que nos permitiu desenvolver, em paralelo, estudos (publicados ou em vias de publicação) em colaboração com académicos de diferentes áreas. Tudo isto no espírito de uma investigação tão abrangente quanto possível. Cf. MARIANI, 2016d: 1.

⁷ Além do recente MARIANI, RENZI, 2024a, sobre o assunto, ver, com bibliografia correspondente, a secção 1.2.

espécie de apêndice de Espanha. Pensamos ser necessário alterar esta tendência, realçando a especificidade, a «autonomia» e a importância de uma das mais antigas nações europeias.

Julgamos bastante interessante o estudo de caso da área da diocese do Porto, um território onde se assiste à formação do sistema feudal, ao crescimento do poder dos *domini loci* (sejam estes religiosos ou representantes da nobreza local) e à sedimentação das estruturas eclesíásticas (com a restauração da diocese portugalense e a organização territorial através das paróquias e da fundação de entidades monásticas), numa altura em que se iniciava o processo de criação e formação da «Grande Europa», tal como a entendemos hoje.

Por último, assim como outras realidades europeias, este território conheceu o fenómeno de encastelamento, uma resposta a ataques externos (viquingues e muçulmanos) ou relacionados com a política interna, e as suas divisões territoriais⁸.

Os estudos sobre a arquitetura fortificada no noroeste de Portugal foram realizados, principalmente, entre o final da década de 1970 e a década de 1990, com um ressurgimento em meados da primeira década do século XXI, além de alguns estudos recentes. Quase todos estes trabalhos, muitos dos quais de extrema importância, têm o limite de se focalizar quase sempre sobre uma área relativamente limitada ou uma única fortificação específica⁹. Daí a decisão de examinar, pela primeira vez, o território da diocese do Porto na sua totalidade, com o objetivo de analisar (e, muitas vezes, reanalisar) todos os dados disponíveis, tanto escritos como materiais, para poder oferecer uma melhor interpretação da difusão e evolução dos vários elementos defensivos. Com base nestes dados, tentaremos responder a questões importantes: quando é que estes elementos foram construídos? Por quem e porquê? E isto independentemente do facto de as estruturas fortificadas analisadas fazerem parte de uma estratégia defensiva «geral», de acordo com uma vontade «pública» precisa, ou de terem sido erigidas por *domini loci*, leigos ou eclesíásticos, que desejavam reforçar, desta forma, o seu controlo sobre o território.

A METODOLOGIA E OS PROBLEMAS ENCONTRADOS

«L'unica via da intraprendere è lo studio multidisciplinare». Este foi o conselho do historiador italiano Aldo Settia, em 1984¹⁰. De acordo com esta sugestão, que consideramos muito atual

⁸ Como vamos ver nos próximos capítulos, acreditamos que foi mais o medo criado pela possibilidade de ataques externos do que os episódios ocorridos.

⁹ Ver secção 1.3.1.

¹⁰ «Chi voglia oggi affrontare seriamente lo studio di un castello (e non, si badi bene, la sua contemplazione estetica, la quale, pur altrettanto legittima, non va confusa con lo studio scientifico) dovrà dare adeguato posto all'esame delle residue strutture architettoniche (se ve ne sono) e dei mutamenti che esse hanno subito con il variare delle loro funzioni, senza mancare di ricorrere, quando necessario e possibile, anche a saggi di scavo archeologico; non andranno però ignorate le connessioni, sempre strettissime, che il castello ha avuto con la storia del popolamento, con l'organizzazione ecclesiastica, con l'intraprendenza del gruppo familiare che vi risiedeva. L'importanza di considerare la posizione topografica e i dati relativi alla natura del suolo e all'evoluzione delle tecniche fortificatorie, non dovrà far dimenticare lo studio delle forme di dominio esercitate sulle popolazioni contadine, il bisogno di difesa di queste

(graças, também, às novas tecnologias de apoio à arqueologia), decidimos interpretar esta investigação com uma abordagem multidisciplinar, na firme convicção de que esta poderia ser uma escolha vencedora para o estudo das estruturas fortificadas¹¹.

O próprio Settia voltou a este tema em 2014, durante a conferência do cinquentenário do Instituto Italiano dei Castelli, quando sublinhou como o historiador que trabalha apenas com documentos escritos acabará por estudar «castelos de papel». É certo que aquilo que Settia, na mesma intervenção, designa por «arqueologia histórica», ou seja, o tratamento dos aspetos materiais das fortificações através dos documentos, tem uma importância considerável, sobretudo quando complementa a análise material dos elementos defensivos, que, de outro modo, se basearia apenas no que resistiu até aos nossos dias¹². Estamos convencidos de que este método de investigação demonstrou amplamente o seu potencial, razão pela qual decidimos utilizá-lo para o desenvolvimento deste projeto¹³.

Nesta investigação, as fontes literárias e arquivísticas serão cruzadas com as fontes arquitetónicas e arqueológicas. Por esta razão, recorreremos ao auxílio de historiadores, historiadores de arte, arqueólogos e arquitetos; o contributo de «não profissionais» foi também fundamental, em particular pelo seu conhecimento específico do território e da microtoponímia (especialmente, a não oficial).

Sempre que possível, a investigação foi também efectuada *in situ*: graças ao apoio de vários profissionais, mostrou-se possível visitar fisicamente muitos locais, tanto para verificar as informações recolhidas nas fontes escritas e as teorias propostas em algumas publicações, como para desenvolver novas. Quando tal não foi possível, recorreremos à cartografia¹⁴, quer através dos mapas oficiais produzidos pelas câmaras municipais ou pelo Instituto Geográfico Militar quer através da utilização de programas como o Google Earth, que nos permitiram uma visita virtual a locais que não eram (facilmente) acessíveis ou que se encontravam em propriedade privada. Para podermos interagir com estes peritos, tivemos de alargar a nossa «formação», aprofundando os nossos conhecimentos, especialmente no que diz respeito à linguagem técnica utilizada¹⁵. Além disso, aprofundámos os temas do fenómeno do encastelamento a nível europeu, bem como os do *warfare* durante os séculos medievais¹⁶.

ultime e le inframettenze politiche dei centri di poter più vicini [...] gioverà inoltre avere cognizioni sulle tradizioni popolari, senza ignorare, naturalmente, gli studi di storia agraria e di toponomastica». SETTIA, 1984: 30-31.

¹¹ Relativamente à fundamental relação entre História e Arqueologia, ver, por exemplo: WICKHAM, 1989, 2007.

¹² Comunicação oral de Aldo Settia no Convegno «Fortificazioni, Memoria, Paesaggio», Bolonha, 28 de novembro de 2014.

¹³ Além de MARIANI, 2014, 2015, 2016a, 2016b, 2016c, 2017a, 2017b, 2018, 2019, 2020, 2020b, ver, a título de exemplo: GENTILINI, 2015.

¹⁴ Sobre este assunto, ver, entre outros: BURATTI MAZZOTTA, 2008.

¹⁵ HARRIS, 1989; CARANDINI, 2000; CAGNANA, 1997; GALLINA, 2014-2015.

¹⁶ Entre os estudos consultados figuram: VISMARA, 1972; DELBRÜCK, 1982; JIMÉNEZ ESTEBAN, REYES GÓMEZ, CUÉLLAR LÁZARO, 1995; HOOPER, BENNET, 1996; *El castillo medieval español: la fortificación española y sus relaciones con la europea*, 1998: 63-65; COBOS GUERRA, CASTRO FERNÁNDEZ, 1998; KEEN, *ed.*, 1999: 163-185; JEEP, *ed.*, 2001; LEPAGE, 2002; BRADBURY, 2004; STOKSTAD, 2005; PURTON, 2009; COBOS GUERRA, RETUERCE VELASCO, 2011. Ver também LAUWERS, 2013, além do clássico CONTAMINE, 2017: 17-99.

O nosso trabalho começou com a documentação escrita: criámos, assim, uma base de dados que contém todos os documentos de fontes escritas (independentemente do seu conteúdo), produzidos principalmente, mas não só, entre os séculos IX e XII. Sempre que possível, indicámos também a data completa dos documentos mais antigos publicados nas DC, ao contrário de obras anteriores sobre castelologia portuguesa, que apenas indicavam o ano¹⁷.

Posteriormente, construímos a nossa bibliografia, recolhendo as publicações (maioritariamente editadas entre os séculos XVII e XXI) que abordam os territórios analisados para os períodos tardo-antigo, medieval e moderno, descartando posteriormente as que foram consideradas inadequadas, tanto em termos de qualidade como de temática. Simultaneamente, decidimos prosseguir com a pesquisa em arquivos de material inédito, intercalando-a com visitas a alguns dos locais abordados.

Se o formulário utilizado nos documentos medievais, enquanto novidade para nós, criou inicialmente algumas dificuldades, também se transformou em algo útil para a interpretação dos documentos e da sua relação com as estruturas fortificadas, sem nos deixarmos cair em preconceitos e prejuízos. A toponímia, que é muitas vezes uma fonte importante nos estudos dedicados às estruturas fortificadas, tem-se revelado uma faca de dois gumes, principalmente devido ao legado deixado pela cultura castreja:

As we know, the spreading of Iron Age castreja culture in the Northeast of the Iberian Peninsula produced, within the topographical and settlement record, hundreds of entries for places named castro, castrello, crasto or crastello. Pointing out the specific research topic, it has turned out that this setting could represent an issue rather than a resource¹⁸.

Por último, além da dificuldade de analisar um território tão vasto, nem sempre foi fácil identificar os topónimos mencionados nas fontes escritas com as localidades atuais, tal como se revelou difícil concentrarmo-nos apenas no campo de investigação escolhido, perante numerosos pontos de investigação estreitamente interligados.

OBJETIVOS

Um dos principais objetivos desta investigação é, sem dúvida, analisar, de um ponto de vista exterior, o fenómeno do encastelamento numa realidade como a portuguesa, tradicionalmente muito ligada ao contexto dos estudos ibéricos, salientando eventuais particularidades.

Outro objetivo importante será a elaboração de uma listagem das estruturas fortificadas que caracterizaram esta área, sensivelmente desde a ocupação do Porto (868) até à concretização do reino de Portugal (finais do século XII). Será então possível proceder à sua

¹⁷ Especialmente nos capítulos 3 e 4, onde considerámos importante ter uma sequência temporal clara da documentação.

¹⁸ MARIANI, 2020a. Na versão final do artigo, «Northeast» foi escrito incorretamente em vez de «Northwest». Fazemos aqui a retificação desse erro.

contextualização territorial e histórica, obtendo, eventualmente, informação sobre a organização militar e espacial do território.

Em comparação com trabalhos anteriores que se dedicaram a esta temática, procurar-se-á não só cartografar todos os elementos defensivos identificados, mas também distinguir os diferentes tipos e, em particular, o seu desaparecimento, ou persistência, ao longo dos séculos analisados. Isto permitir-nos-á também perceber eventuais diferenças na tipologia dos elementos defensivos ligadas à diferente corografia das várias áreas geográficas que compõem o território em análise. Os resultados do estudo permitirão também analisar a relação entre as estruturas fortificadas, as comunidades locais e os *domini loci*, sejam estes seculares ou eclesiásticos.

Por último, a nível prático, esta investigação tem também como objetivo experimentar e disponibilizar um método de investigação válido que possa ser utilizado em estudos noutras regiões europeias.

A ESTRUTURA DO LIVRO

Este livro divide-se em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta o território da diocese do Porto através da sua atual divisão territorial e de uma breve descrição geográfica. Proceder-se com uma síntese da história da diocese e do território portugalense, unidade territorial em que grande parte da primeira esteve incluída durante quase todo o período abrangido.

No segundo capítulo, apresentamos brevemente os acontecimentos históricos que afetaram a área estudada, desde os alvares da «Reconquista» (século VIII) até à sucessão ao trono de D. Sancho I de Portugal (1185-1211), relatando os principais acontecimentos históricos que envolveram a cidade do Porto e o território delimitado pela atual diocese, o primeiro e segundo Condado Portucalense, o reino de Portugal (entidade cujas fronteiras nem sempre foram bem definidas) e os territórios vizinhos (Astúrias, Galiza, Leão e Castela).

No terceiro (*Norte do Douro*) e quarto capítulos (*Sul do Douro*) tratamos da análise da documentação recolhida (escrita e material), propondo a nossa interpretação da mesma e apresentando as estruturas fortificadas ativas no intervalo cronológico tratado, pertencentes ao atual território da diocese do Porto. Os elementos defensivos são apresentados subdivididos por território municipal; os concelhos são listados por ordem alfabética para facilitar a referência. A cada um destes elementos defensivos corresponde uma ficha que resume os seus principais dados.

O quinto capítulo, acompanhado de tabelas e mapas que representam graficamente o trabalho realizado de uma forma direta e imediata, permite-nos propor uma análise dos dados recolhidos. Finalmente, as conclusões, onde sintetizamos os principais resultados deste trabalho.

Por razões de espaço, tivemos de limitar o aparato documental, recolhido e apresentado em quadros com todas as citações relativas aos elementos defensivos, supostos ou reais, e utilizado em apoio a esta investigação.

1
O TERRITÓRIO
DA DIOCESE DO PORTO

1.1. COROGRAFIA E DIVISÃO DO TERRITÓRIO

O atual território da diocese do Porto, que abrange uma área de mais de três mil quilómetros quadrados na região conhecida como Atlântico Norte, é caracterizado tanto por numerosas áreas de colinas e algumas cadeias montanhosas localizadas principalmente ao longo dos seus limites orientais, como por uma importante presença de cursos de água de diferentes regimes¹⁹. Entre os principais, além do rio Douro, encontram-se o Tâmega, o Ave e o Paiva; entre os secundários destacam-se os rios Antuã, Vizela, Leça, Sousa, Arda, Uíma e Cáster, para citar apenas alguns.

O território está dividido em duas partes pelo troço final do rio Douro, que desagua entre os concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia.

Administrativamente, a diocese abrange quase todo o distrito do Porto e parte do distrito de Aveiro, compreendendo os seguintes concelhos: Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Marco de Canaveses, Matosinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia (distrito do Porto), com exceção de algumas freguesias de Santo Tirso e Vila do Conde, que pertencem à Arquidiocese de Braga: Arouca, Vale de Cambra, Espinho, Ovar, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Castelo de Paiva (distrito de Aveiro)²⁰.

A diocese do Porto é banhada pelo oceano Atlântico a oeste, limitada, a norte, por parte do curso dos rios Ave e Vizela; a leste, pela serra do Marão (que divide, nessa zona, a região do Douro Litoral com aquela de Trás-os-Montes e Alto Douro) na margem norte do Douro; a sul, a fronteira segue idealmente parte do curso do rio Paiva (embora, por exemplo, Alvarenga — freguesia de Arouca — esteja à direita hidrográfica deste rio).

Finalmente, a sul, a diocese é delimitada pelos territórios dos concelhos de Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e Ovar.

¹⁹ MATTOSO, 2001a: 32, 76, 145, 245.

²⁰ Não consideraremos as seguintes freguesias: Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, Aves (Santo Tirso); Vila do Conde, Rio Mau e Arcos, Touguinha e Touguinhó, Junqueira, Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada (Vila do Conde). Covelo de Paivó (Arouca) pertence à diocese de Viseu. Teremos, então, de considerar Santa Eulália e Santo Adrião de Vizela, hoje freguesias do concelho de Vizela (distrito de Braga), mas, desde 1882, eclesiasticamente dependentes da diocese do Porto (antes faziam parte dos concelhos de Lousada e Felgueiras). Decidimos utilizar a divisão administrativa anterior a 2013: a reforma de 2013, ao agrupar várias freguesias, embora melhorando certamente a sua administração, distorceu uma leitura tradicional do território.

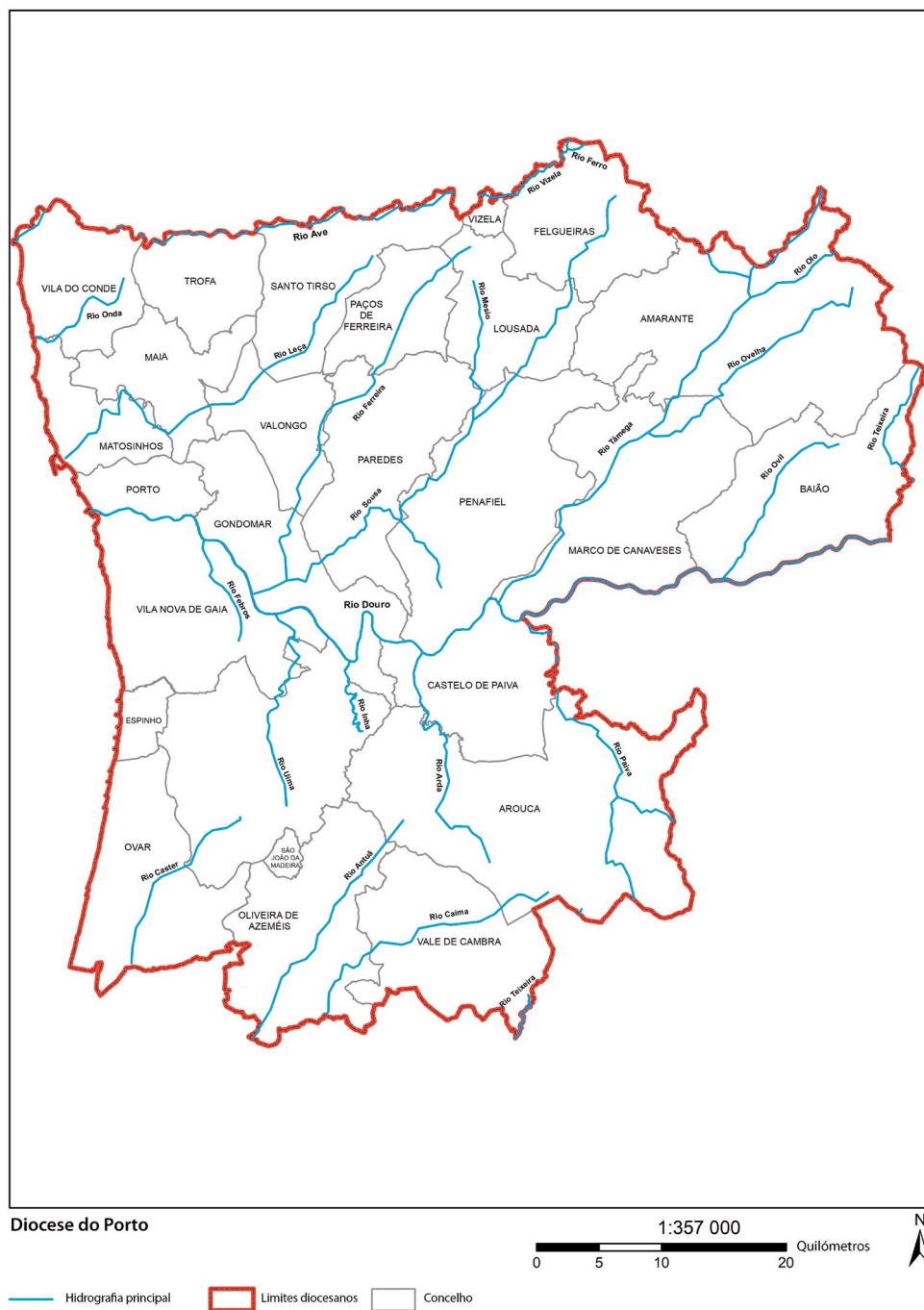


Fig. 1. O atual território da diocese do Porto — divisões administrativas

Fonte: MARIANI, 2020b: 64

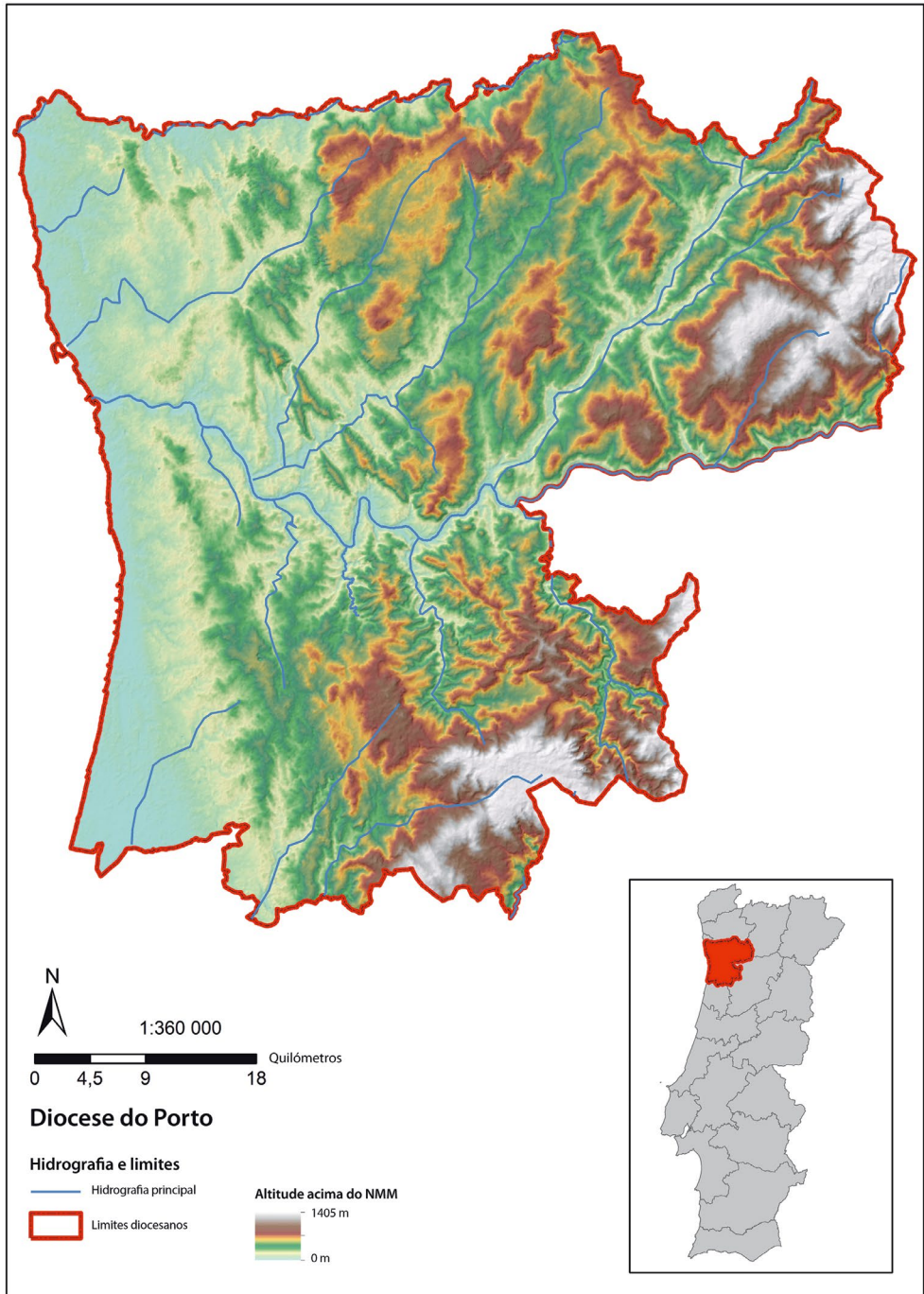


Fig. 2. O atual território da diocese do Porto — mapa físico
Fonte: MARIANI, 2020b: 65

1.2. A DIOCESE DO PORTO E O TERRITÓRIO PORTUCALENSE²¹

A historiografia tradicional situa a constituição da diocese do Porto no século VI²², durante o reino suevo, uma das primeiras entidades político-territoriais a tornar-se independente do Império Romano, agora em decadência, no início do século V. A cidade de Bracara Augusta, a atual Braga, antiga capital da província romana da Gallaecia (que tinha a sua fronteira meridional no Douro), foi escolhida como capital²³.

Na chamada *Divisio Theodomiri* (também conhecida como *Parochiale Suevorum*), um documento que remonta ao século VI, mas, provavelmente, produzido ou fortemente interpolado durante o século XI²⁴, encontramos, entre as dioceses sufragâneas de Braga, a «sedem Portugalensem em Castro Novo»²⁵.

No II Concílio de Braga (572), surge um «Viator Magnetensis ecclesiae episcopus»²⁶: *Magneto* (a identificar com a atual freguesia de Meinedo, no concelho de Lousada) é tradicionalmente considerada a primeira sede da diocese do Porto²⁷. Há mais de vinte e cinco anos, Marques tinha notado como esta teoria era inconsistente com a identificação de *Magneto*, na *Divisio Theodomiri*, como uma das igrejas vizinhas e pertencentes à diocese do Porto, mas não resultando como sede episcopal²⁸.

²¹ Retomamos aqui o que já foi exposto em MARIANI, RENZI, 2018, 2019.

²² Relativamente à diocese do Porto, ver, entre outros: AZEVEDO, *coord.*, 2000: 161-166; AZEVEDO, *ed.*, 2000-2001: 5-7. São também muito importantes as atas de dois congressos dedicados à história da própria diocese: *Tempos e Lugares de Memória*, 2002, e o mais recente AMARAL, *coord.*, 2017, dedicado à «restauração» da diocese do Porto e do contexto em que se insere. Por outro lado, é pouco afiável a informação em trabalhos mais clássicos, como CUNHA, 1623, FERREIRA, 1923-1924 e, em parte, ALMEIDA, 1967: 67, 68, 80, 93, 275. Observe como Moreira Azevedo também se baseia frequentemente, e infelizmente, em algumas destas obras.

Não é aceitável o relato de Bernardo de Brito, que propõe a existência de um certo *Arisbertus*, bispo do Porto, já no século V e presente num primeiro concílio em Braga, portanto, anterior ao de 561 (BRITO, 1609: livro 6, cap. II, 144-146r). Este primeiro Concílio de Braga terá tido lugar, segundo Fleury, em 412 (FLEURY, 1768: 6). Para uma introdução à história das dioceses portuguesas entre os séculos IV e XII, ver também MARQUES, 2002a.

²³ Para uma visão geral do reino suevo, ver, entre outros: MARQUES, *coord.*, 1993: 21-74; MATTOSO, *dir.*, 1992: 301-316; bem como o catálogo (em três idiomas) da recente exposição *In Tempore Sueborum. El tiempo dello Suebos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de occidente*, LÓPEZ QUIROGA, MARTÍNEZ TEJERA, *coords.*, 2017, em que, no entanto, do nosso ponto de vista, é apresentado um reino suevo demasiado «galaico cêntrico». E, ainda, o volume de estudos relativos à mesma exposição: LÓPEZ QUIROGA, *coord.*, 2018. Ver também HALSALL, 2007: 227-228, 233, 240, 241-243, 245, 250, 255, 259-260, 264-265, 300; DÍAZ MARTÍNEZ, 2011.

²⁴ RENZI, MARIANI, 2020: 92-97; MARIANI, RENZI, 2023.

²⁵ LF 10 e 11. Sobre a *Divisio Theodomiri* e as suas diferentes versões, ver, em particular, LÓPEZ ALSINA, 2013; RENZI, MARIANI, 2020. Ver também SÁNCHEZ PARDO, 2014: 440-442; FERNÁNDEZ CALO, 2016: 127-132; SOARES, 1998: 74-75; UBRIC, 2015; FERNANDES, 1997; ALARCÃO, 2015: 36. Mattoso avança a hipótese de que a divisão do território em paróquias constituía uma espécie de organização supralocal que se prolongaria pela idade medieval: muitas das paróquias suevas transformar-se-iam em «terras, julgados ou arcediagados» (MATTOSO, 2001b: 148-149). A referência ao *Castrum Novum*, a que voltaremos no decurso deste estudo, é interessante.

²⁶ ALMEIDA, 1967: 68. Relativamente à assinatura de *Viator*, ver *Collectio canonum Ecclesiae Hispaniae ex probatissimis ac pervetustis codicibus*, 1808: col. 612 e ARAÚJO, 2002.

²⁷ Sabemos que existia uma importante igreja em Meinedo/*Magneto* já no período suevo-visigótico, facto que é certamente inegável e confirmado pelas escavações arqueológicas: RODRIGUES, 2012-2013. Recentemente, manifestámos fundadas dúvidas quanto à sua identificação como sede primitiva da diocese portucalense: RENZI, MARIANI, 2020.

²⁸ MARQUES, 2002b: 24.

A primeira menção documentada da diocese do Porto remontaria, portanto, ao III Concílio de Toledo (589)²⁹. Entre os signatários do documento encontram-se, de facto, dois bispos do Porto: o ariano Argiovitio e o católico Costanzo³⁰.

Na Alta Idade Média, as informações sobre os bispos e a diocese do Porto são muito escassas. Este facto deve-se, sobretudo, à chegada à Península Ibérica, em 711, de forças muçulmanas, que rapidamente conseguiram derrotar o reino visigótico, já então em pleno declínio devido a fortes divisões internas após a morte de Vitiza (†710)³¹. Como mostra a Tabela 1, só temos notícias de bispos portuenses após a tomada da cidade pelo conde galego Vímara Peres (868). Posteriormente, temos um novo hiato documental a partir da segunda metade do século X, desta vez, provavelmente, devido à insegurança da cidade do Porto durante o período das incursões viquingues³² e dos piratas sarracenos.

Muito importante é o trabalho de Carriedo Tejedo dedicado à diocese do Porto (e aos seus bispos) para os séculos IX e X. Através do seu estudo, ficamos a conhecer seis bispos do Porto, ativos nestes séculos: Justo (881-886?); Froarengo (890?-918); Hermógio (923?-927?); Ordoño (931); Visando (937-938) e Diego (956?-959)³³. Na opinião do autor, estes bispos seriam ou representantes régios (o seu cargo de bispo deve, portanto, ser entendido como algo honorífico) ou pessoas ligadas ao território portugalense, como é o caso do bispo Sisnando (1049/1055-1075), provavelmente, membro da poderosa família Ribadouro³⁴.

Nas últimas décadas do século XI, com a restauração da sé de Braga, a situação terá mudado. Neste período, a sé vacante do Porto parece ter sido administrada por arquidiáconos pertencentes ou ligados à Igreja de Braga. Segundo Costa e Amaral, esta situação deve ser relacionada com a tentativa de afirmação pessoal de Pedro de Braga (1071-1091). A corroborar este facto, encontramos D. Pedro a consagrar as igrejas monásticas de Cedofeita (Porto) e Paço de Sousa (Penafiel), ambas pertencentes ao território da diocese do Porto³⁵.

²⁹ SIMONET, ZUGASTI, *ed.*, 1891: 39-40. Neste concílio, o arianismo foi definitivamente condenado como heresia.

³⁰ No documento lê-se: «Argiovitus, Portucalensis Ecclesiae Episcopus, subscripsi e Constantius, Portucalensis Ecclesiae Episcopus, subscripsi.» Nesta ocasião, Argiovitio, juntamente com outros, abjurou o arianismo. Para Halsall, a adesão de godos e suevos (mas também de vândalos e burgúndios) ao arianismo deve ser entendida «as a marker of non-Roman military identity» (HALSALL, 2007: 469-470). Esta dupla presença pode ser interpretada como um indício da luta em curso, entre arianos e católicos, no reino visigótico. Sobre as diatribes religiosas, ver DESWARTE, 2010: 181-220; VALDEAVELLANO, 1988: 289-290. Sobre os anteriores conflitos religiosos no reino suevo, ver DÍAZ MARTÍNEZ, 2011: 207-244.

³¹ Para uma visão geral sobre o reino visigótico e a invasão muçulmana, ver, para factos sobre o território do atual Portugal: MARQUES, *coord.*, 1993: 49-249; MATTOSO, *dir.*, 1992: 310-437. Ver também HALSALL, 2007: 297-298, 510-511; GLICK, 1979. E, ainda, sobre o reino visigodo na Península Ibérica: MARTÍN, 1997: 63-140; MENÉNDEZ PIDAL, *dir.*, 1991.

³² MARQUES, 2017: 177, nota 48, citando Carriedo Tejedo (ver nota abaixo), autor que recusa a ideia de uma sede episcopal vacante do Porto antes de 980 (MARQUES, 2017: 176, nota 45). Voltaremos ao tema das incursões viquingues e sarracenas no próximo capítulo.

³³ CARRIEDO TEJEDO, 1998-1999: 311-401. Parece que as suas propostas não foram tidas em consideração por Moreira Azevedo: AZEVEDO, 2000-2001: 5-7. No entanto, devemos salientar que a bibliografia utilizada por Azevedo não é das mais recentes, baseando-se em «clássicos» muitas vezes desatualizados e nem sempre corretos. Por isso, decidimos complementar esta fonte com as informações relatadas pelo estudioso espanhol e Marques para realizar a Tabela 1.

³⁴ MATTOSO, 2001c: 137.

³⁵ COSTA, 1959: I, 118-138; AMARAL, 2007: 136.

Nos últimos anos do século XI, estão documentados Galindo Alvites e Rodrigo Bermudes, dois arqui-diáconos bracarenses ligados ao Porto. No entanto, as fontes documentais não nos permitem afirmar se os dois tinham ou não autoridade efetiva sobre a Igreja do Porto³⁶.

No início do século XII, a diocese do Porto é «restaurada»³⁷. Hugo (1112/13-1136), homem de confiança de Diego Gelmires (1100-1136), bispo (e, a partir de 1120, arcebispo) de Compostela, será o seu primeiro bispo³⁸, sendo consagrado pelo arcebispo de Braga, Maurício «Burdino» (1109-1118)³⁹, em 23 de março de 1113⁴⁰. A figura de D. Hugo, recentemente recuperada, reavaliada e estudada de um ponto de vista diferente da historiografia ibérica tradicional, que raramente lhe deu importância, merece um estudo específico e aprofundado: aqui, limitamo-nos a indicar os nossos trabalhos mais recentes⁴¹. Só em 1114 é que Hugo iniciou efetivamente o seu pontificado do bispado Porto⁴². Um momento crucial seria mais tarde a doação ao bispo Hugo (e aos seus sucessores) do couto⁴³ pela «condessa-rainha» Teresa (†1130)⁴⁴, viúva do conde Henrique de Borgonha (†1112), em 18 de abril de 1120⁴⁵. É de salientar que a concessão de Teresa não abrangia toda a área da atual cidade do Porto, mas tinha limites claramente delineados:

*et facio cautum firmissimum per terminos suos, videlicet per Lunetam deinde per Connari rivulum qui currit iusta placium (palatium) de Garsia Gonsalvi inde ad petras fixiles deinde per Paramios ad Barrosam inde ad archam veterem que est prope fontem inde ad alian archam deinde ad petram furcatam inde ad montem qui vocatur Pede Mule deinde per Montem Cautivis inde sicuri dividitur Citofacta cum Germinadi deinde per curtim fratrum inde ad canalem maiorem sicuti decurrit in Dorij flumen*⁴⁶.

³⁶ MARQUES, 2017. Para Amaral e Barroca, com base em LF 373 (16.10.1086) parece certo que Rodrigo Bermudes foi administrador da diocese do Porto: AMARAL, BARROCA, 2012: 273.

³⁷ Usamos este termo com reservas porque não era inédito, durante a Idade Média, haver dioceses sem bispos, mesmo durante várias décadas.

³⁸ Sobre o contexto geral durante o episcopado de D. Hugo, ver TORRE RODRÍGUEZ, 2006: II, 437; AMARAL, coord., 2017: 25-45; CUNHA, 2017: 147-159; MARQUES, 2002b.

³⁹ Sobre a interessante e controversa figura de Maurício, o antipapa Gregório VIII, ver RENZI, 2018, com extensa bibliografia (em particular, pp. 213-220); RENZI, 2021.

⁴⁰ LF 589.

⁴¹ MARIANI, RENZI, 2017, 2018, 2019, 2024b; RENZI *et al.*, 2023.

⁴² ERDMANN, 1935: doc. 1; LP 631. No dia 17 de novembro de 1114, D. Hugo esteve presente num sínodo convocado em Santiago pelo bispo de Compostela. Aqui, assinará um pacto de «fraternidade» com os bispos de Lugo, Tui, Mondonhedo e Orense. Estes bispos convidarão D. Gonçalo, bispo de Coimbra, a juntar-se a este pacto, pedindo-lhe também que resolva o mais rapidamente possível o problema relacionado com os limites das dioceses do Porto e da própria Coimbra.

⁴³ A palavra couto indicava, entre os séculos IX e XIII, a concessão de jurisdição sobre um determinado território, de cobrança de impostos específicos e de usufruto de certos benefícios, bem como a isenção do controlo de funcionários régios ou condaís, como os meirinhos, mordomos ou juizes.

⁴⁴ Sobre D. Teresa, ver AMARAL, BARROCA, 2012.

⁴⁵ DR I 53.

⁴⁶ DR I 53.

Na área delimitada pela concessão de Teresa, D. Hugo era literalmente o *dominus loci* do único burgo da sua diocese. Além disso, a concessão de Teresa permitiu a D. Hugo conceder, por sua vez (14 de julho de 1123), um foral (o privilégio que regula a administração, as isenções e os deveres de uma comunidade) «quod hominibus in portugalensi burgo abitantibus vel qui ad abitandum venerit»⁴⁷.

A partir desse momento, iniciou-se um período de domínio senhorial dos bispos sobre a cidade do Porto que, à exceção de alguns momentos de tensão, se prolongou até ao início do século XV⁴⁸.

Um dos primeiros problemas que D. Hugo teve de enfrentar foi o da definição das fronteiras. Um problema que só viria a ser resolvido no final do século XIX⁴⁹ e que tem afetado gerações de historiadores nas últimas décadas⁵⁰.

Não sentimos necessidade de nos alongarmos mais sobre este tema, tendo já salientado que não parece haver qualquer relação entre o estabelecimento das fronteiras da diocese e os elementos defensivos presentes nesses territórios⁵¹.

1.2.1. O território portugalense

O território da diocese do Porto, muito antes de ser «restaurada», fazia parte do que era designado nos documentos como território portugalense⁵². Desde o início do século XX, historiadores, sobretudo portugueses (entre os quais as obras de Merêa se destacam), têm-se debruçado sobre este tema, que merece um espaço muito vasto que não nos é possível aqui dedicar⁵³. Para tal, remetemos para o recente artigo de Renzi e Gomes, para uma análise mais aprofundada do tema⁵⁴.

Em síntese, este termo, durante os primeiros séculos da «Reconquista», poderia indicar:

- a «cidade» de *Portucale* (o atual Porto) com o seu território mais próximo (não temos, de facto, uma limitação clara do burgo, a não ser com a definição dos limites do couto de 1120);

⁴⁷ *Leges*: vol. I, f. III, 361-362; OLIVEIRA, 1959: doc. III. Sobre o foral concedido por D. Hugo, ver também *Foral dado ao Porto por D. Hugo*, 1822; REIS, 2002: 19-31; e o mais recente COELHO, 2017: 327-339.

⁴⁸ RAMOS, *dir.*, 2000: 238-239.

⁴⁹ MARQUES, 2002: 173-185.

⁵⁰ MANSILLA, 1955; OLIVEIRA, 1956; MARQUES, 2002b; CUNHA, 2013; CUNHA, 2017; MARIANI, RENZI, 2017: 93-98; 2018: 175-179; MARIANI, 2017b: 109-111; RENZI *et al.*, 2023: 96-104. Ver também MATTOSO, 1964: 142-143.

⁵¹ Como se constata pela análise dos documentos. Já propusemos esta conclusão em várias ocasiões com as comunicações: *Oporto versus Coimbra and Braga: Bishop Hugo's Struggle for Diocesan Frontiers*, IMC 2018, Leeds 05-07-2018 (1504-b); *The defensive elements terminology in Portuguese medieval documents. A comparative approach to the case of the Diocese of Oporto (11th-12th century)*, ICYRMA I, Évora 09-11-2018 (6-I). Mais recentemente, retomámos o tema em *Porto vs. Coimbra: a luta do bispo Hugo do Porto para as fronteiras da sua diocese*, Oficinas de Investigação CITCEM 2018/2019, 18.ª sessão, Porto 31-05-2019. Cf. MARIANI, 2020a; RENZI *et al.*, 2023: 103-104.

⁵² Sobre as origens do topónimo *Portucale*, ver, entre outros: FERNANDES, 2001: 327-346; MACHADO, 1956. Sobre a origem de *Portugal*, ver FERNANDES, 2001: 211-212.

⁵³ Sobre tudo MERÊA, 2006: 234-275, 335-359, 403-422.

⁵⁴ RENZI, GOMES, 2020.

- o território que gravitava em torno da «cidade» de *Portucale* (ou seja, o que poderia ser indicado como a parte meridional da Galiza, a sul do rio Lima);
- o território da diocese do Porto (*ecclesie* ou *diocesis Portugalensis*)⁵⁵.

É interessante sublinhar que, na documentação consultada, a indicação clara de um território explicitamente identificado como sendo o da diocese do Porto surge em apenas vinte e dois documentos, vinte e três se tivermos em conta um em que apenas é mencionada a Igreja do Porto. Dezoito destes documentos foram produzidos — os primeiros nove em data anterior, os restantes após a «restauração» da diocese do Porto (1112-1113) — pelo mosteiro de São João Batista de Pendorada (atual concelho de Marco de Canaveses). Dos documentos datados antes de 1112-1113, há três do século XI: «subtus mons Genestazolo et discurrente flumen Durio territorio diocesis ecclesie Portugalensis»⁵⁶; «in villa superato cognomento Alariz subtus mons Lacunelas discurrente rivulo Tamice territorio Portugalensis Aecclesie»⁵⁷; «Monasterio Sancti Iohannis Babtiste cuius ecclesia scita est secus flume Durii territorio et diocense Portucalensis ecclesie erga Castrum de Aratro»⁵⁸. Todos os outros são do século XII. Entre estes lê-se no primeiro pergaminho: «ad aulam Sancti Iohannis Babtiste qui est fundatum in ripa Durio ad radicem montis Aratri in termino Ordoni territorio et diocessi Portugalensis»⁵⁹; no segundo, lemos: «et iacet ipsa villa inter Sancto Martino e Varzena subtus mons Castro Cathedra discurrente rivulo Dori territorio et diocessi Portugalensi»⁶⁰; no terceiro: «in Sancto Martino de villa Varzena quomodo exparte de portela de Bragada et fer in illo porto de Pavia subtus mons Castro Catedra discurrente rivulo Dori territorio et diocesi Portugalensi»⁶¹; no quarto: «in loco quos vocitant villa Ordoni ad radicem montis Aratri inter bis aluei Durio et Tamecam territorio et diocessi Portugalensi»⁶²; no quinto: «basilica fundata esse dinoscitur in termino ville Ordonii ad radicem montis Aratri in litore fluminis Dorii et diocessi ecclesie Portugalensis»⁶³; no sexto: «Ecclesia uocabulo Sancti Pelagij martir qui est fundata inter Durio et Tamice subtus mons Aratros territorio et diocesi Portugalie»⁶⁴. No sétimo, lemos: «Sancti Iohannis Babtiste cuius ecclesia fundata est in termino Ordoni ad radicem montis Aratri discurrente rivulo Dori territorio et diocessi Portugalensis»⁶⁵; no oitavo: «Sancti Iohannis Babtiste cuius ecclesia scita est secus flumen

⁵⁵ MERÊA, 2006: 237-243.

⁵⁶ DC 606, ano 1082.

⁵⁷ DC 812, ano 1094.

⁵⁸ DC 916, ano 1099.

⁵⁹ DP III 347, ano 1110.

⁶⁰ DP III 284, ano 1108.

⁶¹ DP III 267, ano 1108.

⁶² DP III 250, ano 1107.

⁶³ DP III 113, ano 1103.

⁶⁴ DP III 136, ano 1103.

⁶⁵ DP III 476, ano 1114.

Durij territorio et diocense Portugalensis ecclesie erga castrum de Aratro»⁶⁶; no nono: «base-lica fundata [...] territorio Ordoni, discurrante rivulo Dori subtus mons Aratrus territorio et diocessi Portugalensis ecclesie»⁶⁷; no décimo: «fundata in territorio et diocessi Portugalensis ecclesie»⁶⁸; no décimo primeiro: «esse fundata territorio et diocessi Portugalensis ecclesie»⁶⁹; no décimo segundo: «Sancti Iohannis Bap-tiste qui est fundatus in termino Ordoni ad radicem montis Aradri territorio et diocessi Portugalensis discurrante ribulo Dorio»⁷⁰; no décimo terceiro: «Sancto Iohannis qui est fundatus in termino Ordoni ad radicem montis Aratri territorio et dio[ce]si Portugalensi»⁷¹; no décimo quarto: «Et possessores Monasterii, vocabulo Sancti Iohannis Baptiste [...] teritorio et diocesse Portugalensis Ecclesie»⁷²; e, finalmente, no décimo quinto, inédito, lemos: «Aulam basilice Sancti Iohannis Baptiste cuius ecclesie fundata est in terminum Ordoni ad radicem mons Aradrus territorio Diocesi Portugalensi Ecclesie»⁷³. Um documento de 1103, produzido no mosteiro de Rio Tinto, relata que «habet iacentja ipsa hereditas et ipsum cenovium ubi est concessa ipsa hereditas superius pretitulata subtus castro Amagje territorio et diocessi Portugalensis ecclesie decurrente flumine Durio iuxta villa de Varcena»⁷⁴. Num outro documento, produzido pelo mosteiro de Paço de Sousa, em 1107, lê-se: «in Villa Cova subtus monte Petra Fixa et Monte Batial discurrante ribulo Tamice territorio Portugalensis ecclesie»⁷⁵. Em dois outros documentos, provenientes do mesmo mosteiro e datados de 1130 e 1152, respetivamente, lê-se: «in villa que vocitant Poiares et ecclesie Sancte Marie Penna Longa cum suis terminis subtus castello Beuiuer territorio ecclesie Portugalensis»; «Sancti Salvatoris de Palaciolo prope flumen Sause subtus mons Ordines diocesi Portugal»⁷⁶. No último documento, em cuja edição é indicado como proveniente do arquivo da igreja da Graça de Coimbra, lê-se: «ipsius monasterii Sancti Christofori quod est fundatum secus castrum Amaie discurrante flumine Durio in territorio et diocese Portugalense»⁷⁷.

Por último, o termo poderia indicar o designado Condado Portucalense, uma unidade administrativa com fronteiras nem sempre definidas, sobretudo nos primeiros séculos da sua existência (sensivelmente de finais do século IX a finais do século XI). A evolução dos seus acontecimentos históricos será abordada em pormenor no próximo capítulo.

⁶⁶ DP IV 35, ano 1117.

⁶⁷ DP IV 119, ano 1120.

⁶⁸ DR 52, datado entre 1120 e 1122.

⁶⁹ DP IV 235, ano 1122.

⁷⁰ DP IV 311, ano 1123.

⁷¹ DP IV 381, ano 1123.

⁷² Diss. I, 37.

⁷³ PT/TT/MSJBP/004/0008, doc. 9, ano 1134. Transcrição nossa e do doutor Francesco Renzi (CEHR-UCP).

⁷⁴ DP III 122.

⁷⁵ LTPS 129.

⁷⁶ DR 108 e LTPS 20.

⁷⁷ DC 857, ano 1097.

Tudo isto implica claramente a necessidade de analisar sempre com muito cuidado todas as fontes, de modo a poder determinar (nem sempre será possível fazê-lo de forma inequívoca!) o que o autor do documento quis dizer com o termo «território portugalense». Cada caso terá, pois, de ser avaliado individualmente, sem dar nada por adquirido.

Antes de concluir, gostaríamos de sublinhar, de forma breve, um tema que abordámos recentemente⁷⁸, na esperança de alimentar a reflexão e novos estudos. O território do Condado Portugalense, como se sabe, passou por três fases principais: a primeira (868-1071) sob o domínio de condes pertencentes, direta ou indiretamente, à descendência de Vímara Peres, que beneficiaram de uma relativa autonomia, fruto também de laços pessoais entre a família condal portugalense e os reis de Leão e Castela (sobretudo entre o século X e a primeira metade do século XI); um período de dependência direta da coroa de Leão (a partir de 1071) até este território, em 1093, passar para o domínio de Raimundo de Borgonha (†1107), marido de Urraca (†1126), filha de Afonso VI de Leão e Castela (†1109); finalmente, a última fase (1096-1128/1139), iniciada com a doação, em 1096, por Afonso VI, destes territórios à sua filha bastarda Teresa (†1130) e ao marido desta, o conde Henrique de Borgonha (†1112). Uma mudança decisiva terá lugar com a vitória do infante⁷⁹ Afonso Henriques (†1185) sobre a sua mãe Teresa na batalha de São Mamede (perto de Guimarães), em 24 de junho de 1128. A partir de 1139-1140, D. Afonso Henriques começou a intitular-se rei, passando assim para a história como D. Afonso I de Portugal⁸⁰. A partir desta data, o território da diocese do Porto passará a fazer parte do novo reino de Portugal⁸¹.

⁷⁸ Referimo-nos à nossa comunicação, *Portugal before the Kingdom. A study of the Count of Portugal's titles and their political legitimization (IX-XII centuries)*, apresentada no painel: *The Terminology of Non-Royal Rule di Non-Royal Rulership in the Earlier Medieval West*, c. 600-1200, 08-04-2019, Leeds, Reino Unido. Gostaríamos de agradecer ao doutor Francesco Renzi (CEHR-UCP) pela sua ajuda na preparação desta apresentação. Infelizmente, o comité organizador decidiu não publicar as atas. Esperamos, portanto, poder utilizar este material numa futura publicação.

⁷⁹ Este é o termo pelo qual D. Afonso Henriques é referido nos primeiros documentos: por exemplo «Ego infans Adefonsus ipsius regine filius» (DR I 71, ano 1125), o «Infans Adefonsus regine Tarasie filius» (DR I 81, ano 1128). A explicação para a sua utilização justifica-se pelo facto de a própria Teresa ser referida anteriormente como infanta — «infante domna Taraxea» (DR I 3, ano 1096) ou «Infante Tarasia Adefonsi regis filia» (DR I 8, ano 1101) — e, mais tarde, como rainha, não pela posse de um reino, mas pelo seu estatuto familiar (Teresa era, de facto, filha do rei/imperador Afonso VI): por exemplo, «Ego regina Tarasia de Portugal regis Idefonsis filiam» (DR I 46, ano 1117), e, ainda, «Ego regina Tarasia domni Adefonsi inperatoris Ispaniarum filia» (DR I 73, ano 1126).

⁸⁰ Na realidade, a questão é muito complexa: só gradualmente é que D. Afonso Henriques será reconhecido como rei pelos outros monarcas da Península Ibérica. Roma só o reconheceria como tal em 1179, embora o primeiro pedido de atribuição do título tenha sido feito em 1143. Sobre este assunto, ver RENZI, 2019, com bibliografia relacionada.

⁸¹ Sobre este assunto, ver, entre outros: SÁEZ, 1948; FERNANDES, 1970, 1971a, 1972a, 1972b, 1978; 2001: 151-207, 241-254; SOARES, 1989; MATTOSO, *dir.*, 1992: 439-507, 531-541, 557-562; 1993a: 9-106; 2011a; MARQUES, *coord.*, 1993: 253-289; BRANCO, 1993. COELHO, HOMEM, *coords.*, 1996: 13-41; FERNANDES, 2001; MERÊA, 2006: 234-275; OLIVEIRA, 2007; BRANCO, 2015: 26-62. Além, evidentemente, dos clássicos (que nem sequer mencionamos todos) como HERCULANO, 1980, e PERES, 1992. É claro que todas estas obras, sobretudo as mais antigas, são fruto do seu tempo e da visão pessoal dos seus autores, em particular de Soares e, sobretudo, de Fernandes. A este último, no entanto, devemos também reconhecer o rigor do trabalho sobre os documentos e, do nosso ponto de vista, algumas excelentes intuições. Para uma panorâmica da situação ibérica, ver MARTÍN, 1997A: 207-234; 1997b: 31-58.

Se no primeiro período constatamos a existência de vários condes no território portugalense, devemos considerar seriamente a análise de Fernandes que propõe a existência de uma espécie de *dux magnus*, ao qual estavam subordinados outros *comites* com poderes mais circunscritos⁸². De facto, alguns destes condes são mencionados nas fontes com o título de *dux magnus* e *dux*: Gonçalo I Mendes (filho de Mumadona Dias e Hermenegildo Gonçalves), seu filho Mendo II Gonçalves e, finalmente, Mendo III Nunes (filho de Nuno I Alvites)⁸³.

No entanto, foi apenas durante o segundo Condado Portugalense, com Henrique de Borgonha, que o título condal passou a ter uma filiação territorial mais definida⁸⁴.

1.3. A HISTORIOGRAFIA DO TERRITÓRIO DA DIOCESE DO PORTO: UM ESTADO DA ARTE

Se, por um lado, vimos como os estudos relacionados com a diocese do Porto, a sua história e os seus representantes⁸⁵ são relativamente pequenos para o período anterior ao século XIII, por outro lado, a situação não se altera no que respeita aos estudos relativos ao seu território. De facto, faltam trabalhos bem estruturados e exaustivos, como os realizados por Amaral e Marques para Braga⁸⁶. Esperamos que este nosso trabalho possa ser um início, bem como um estímulo, para o desenvolvimento de investigações semelhantes às dos dois historiadores portugueses. Muitas vezes, algumas informações devem ser extrapoladas a partir de informações mais gerais; noutros casos, apesar de terem sido realizados estudos sobre determinadas zonas mais ou menos extensas, ainda não foi possível obter uma visão global deste território. O principal e fundamental trabalho no estudo deste território deve-se ao padre Domingos Azevedo Moreira e ao seu bem conhecido estudo *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*, desenvolvido entre as décadas de 1970 e 1980⁸⁷.

Moreira, através de uma análise escrupulosa e cuidada de fontes publicadas e inéditas, criou um importante *corpus* documental, dividido por freguesias⁸⁸ do território da diocese do

⁸² FERNANDES, 2001: 119-135, 151-152. Mattoso também se pronuncia sobre o assunto (MATTOSO, 2001c: 77).

⁸³ Ver, por exemplo: «Dux Menendus Gondisalvi» (1025); «Menendus dux magnus prolix Nunus» (1043), LM [22] e [17] (= DC 259 e 330); «Comes domno Gundisalvo Menendi [...] ipse dux magnus» (1045), DC 340 (= LM [6]); «Menindus Nunniz dux» (1041), LP 127 (= DC 317).

⁸⁴ Henrique de Borgonha é referido como «Comes Portugalensis» (1097), «Comes Portugalensium patrie princeps» (1106) e «Comes et totjus Portugalensie dominus» (1109), DR, respetivamente, 5, 10 e 15. E ainda: «Hanrritijo Portugale et Colimbria sub quibus», DP III 112, ano 1103; «Henrriccus, Portugalensis et Colinbriensis provintie comes» (1099), «Henrricus, Portugalensis et Colinbriensis provintie comes regisque gener» (1100), «comite Henrico in Portugale et in Sanctaren» (1100) e «Henrricus comes generque et Portugali sénior» (1105), SERRANO, 1935: docs. 47, 53, 54, 62.

⁸⁵ Ver bibliografia sugerida na nota de rodapé da secção 1.2.

⁸⁶ AMARAL, 2007; MARQUES, 2014.

⁸⁷ MOREIRA, 1971a, 1971b, 1972, 1984, 1985-1986, 1987-1988, 1989-1990. Também do mesmo autor é o interessante trabalho sobre a etimologia dos nomes de alguns rios a norte e a sul do Douro: MOREIRA, 1966, 1967.

⁸⁸ Sobre a formação e o significado histórico das freguesias, ver, entre outros, «Freguesia» na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*: XI, 819.

Porto, para o período medieval⁸⁹. Existem também algumas obras que fornecem informações relevantes sobre o território diocesano e a sua organização. Entre estas destacam-se as obras clássicas do padre Miguel de Oliveira, e de Merêa e Girão⁹⁰.

Devem, pois, ser acrescentadas informações extrapoladas de obras dedicadas à nobreza portugalense⁹¹. Por último, gostaríamos de salientar alguns dos nossos trabalhos recentes, realizados com Francesco Renzi, que abordam, entre outros aspetos, a organização territorial da diocese do Porto no século XII⁹².

1.3.1. Estudos sobre os elementos defensivos

O pai da moderna castelologia portuguesa, no que diz respeito à Alta e à Plena Idade Média, é Carlos Alberto Ferreira de Almeida: graças ao seu trabalho pioneiro, realizado há mais de quarenta e cinco anos, desenvolveram-se, desde então, estudos específicos sobre os castelos⁹³. É claro que, mesmo antes de Almeida, temos obras tendencialmente genéricas, por vezes pouco científicas, centradas em elementos defensivos. Estes, no entanto, dedicavam-se apenas a estruturas ainda, ou parcialmente, existentes⁹⁴.

Muitas vezes, como também temos reiterado nos últimos anos⁹⁵, estamos a trabalhar com aqueles que podemos chamar, usando uma expressão cara a Aldo Settia, verdadeiros «castelos de papel», castelos que já desapareceram e que só existem atualmente em documentação de arquivo ou em fontes literárias⁹⁶.

Entre os prosseguidores dos estudos de Almeida neste âmbito, e em particular para a área que interessa à nossa investigação, o trabalho mais importante nos últimos trinta anos foi realizado por Mário Barroca, que se debruçou, principalmente — embora não exclusivamente —,

⁸⁹ Ao utilizar esta fonte, há que ter em conta o facto de o trabalho ter sido realizado antes da reforma administrativa de 2013, que viu a união de várias freguesias, formando efetivamente novas freguesias. Deve também ter-se em conta que a Trofa é um concelho autónomo apenas desde 1998.

⁹⁰ OLIVEIRA, 1950, a partir de 67; MERÊA, GIRÃO, 1943. O grande limite deste segundo trabalho é o facto de se basear exclusivamente nos documentos publicados em DC (à data da redação, os únicos facilmente disponíveis) e, sobretudo, o facto de ter procurado sintetizar num único mapa mais de dois séculos de informação, como já foi salientado por José Mattoso: MATTOSO, *dir.*, 1992: 503. O mesmo erro repete-se no mapa que acrescenta informação ao do estudo de Merêa e Girão na última edição do *Livro Preto* de Coimbra.

Foi precisamente por isso que decidimos de realizar mapas, divididos por século.

⁹¹ Entre os títulos mais significativos: MATTOSO, 1969, 1985, 1998, 2001a, 2001c; FERNANDES, 1970, 1971a, 1971b, 1972a, 1972b, 1980, 2001: 11-104; PIZARRO, 1995, 2017. Sobre a relação entre a aristocracia e os mosteiros, ver por exemplo PIZARRO, 2014.

⁹² MARIANI, RENZI, 2018; RENZI, MARIANI, 2022a, 2022b.

⁹³ ALMEIDA, 1978. Acrescente-se a isto ALMEIDA, 1968, 1992. Apesar de terem passado mais de cinquenta anos, o primeiro continua a ser o trabalho mais importante sobre este tema.

⁹⁴ Ver, por exemplo: BEÇA, 1925; *Castelos medievais de Portugal. Congresso do Centro Europeu para o Estudo dos Castelos*, 1949, e o conceptualmente interessante ALMEIDA, 1945-1947, em particular o volume 2, também dedicado ao distrito de Aveiro. As monografias incluem, por exemplo: CARDOSO, 1935.

⁹⁵ Nomeadamente, nas nossas comunicações: *Elementi difensivi nella Brianza ex-milanese. Fonti scritte e materiali. X-XIII secolo*, Festival Histórico — Literário Voci Della Storia 2014 Seregno (MB, Itália), 07.06.2014 e *Castelli di carta e castelli di pietra: un nuovo inquadramento per le fortificazioni medievali brianzole*, Museu de Erba (CO, Itália), 18.05.2016. Cf. MARIANI, 2019: 11 e nota seguinte deste capítulo.

⁹⁶ MARIANI, 2018: 216.

sobre os elementos defensivos dos territórios do noroeste de Portugal⁹⁷, e recentemente, centrando-se também em áreas mais específicas⁹⁸.

Outros estudiosos ocuparam-se igualmente das estruturas fortificadas em áreas mais limitadas e específicas. É o caso de António Lima, que se debruçou em particular sobre os territórios do curso final do rio Douro (excluindo os territórios do Porto, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia)⁹⁹.

No entanto, para a zona de Vila Nova de Gaia, e especialmente para Arouca, a obra de António Silva é fundamental¹⁰⁰ (muitas vezes, em colaboração com outros estudiosos), bem como a investigação global sobre Penafiel na época medieval de Maria José Santos, atual diretora do museu municipal¹⁰¹. Por último, destacamos o trabalho de Tiago Carmo, que se focou sobre os castelos (ou supostos castelos) mencionados no *Baio-Ferrado*, uma coleção de documentos produzidos pelo mosteiro de São Salvador de Grijó (Vila Nova de Gaia)¹⁰².

Embora não seja exatamente na área da nossa investigação, é interessante o trabalho de Oliveira Fontes sobre a presença de um castelo de mota individuado no concelho de Cabeceiras de Basto¹⁰³. É certamente interessante notar que todos estes investigadores são basicamente arqueólogos.

Muitas vezes, as indicações sobre os elementos defensivos não são diretas: é o caso dos *tenentes*¹⁰⁴, aqueles que geriam as *terras*¹⁰⁵, as unidades administrativas em que, a partir do

⁹⁷ A impressionante bibliografia de Barroca abrange um vasto leque de temas: da numismática à epigrafia (tema do seu doutoramento), passando pela escultura medieval, das sepulturas rupestres aos elementos defensivos medievais (e modernos). Sobre este último tema, ver nomeadamente: BARROCA, 1988, 1989, 1990-1991, 1996-1997, 1998, 2000b, 2001, 2002, 2003a, 2003b, 2004, 2008-2009, 2016, 2017a, 2017b; BARROCA, MORAIS, 1985-1986; BARROCA, FERNANDES, eds., 2005; BARROCA, LOURENÇO, 2013; MARQUES, BARROCA, AMARAL, 2018. Também vale a pena mencionar o já referido AMARAL, BARROCA, 2012; ALARCÃO, BARROCA, 2012.

⁹⁸ Em BARROCA, 2017a, o autor trata das fortificações ao longo da costa a norte do Porto e do rio Douro, tendo também em consideração algumas zonas fora da diocese (a norte do rio Ave). A utilização de fichas de síntese para apresentar os elementos defensivos individuais (ou supostamente como tal) é uma excelente solução que decidimos adotar também neste trabalho. Talvez tenha sido uma escolha arriscada incluir quatro séculos de fortificações num único mapa (seguindo o clássico Merêa e Girão?): uma divisão por centúrias teria sido talvez mais interessante para mostrar a evolução (ou involução) do sistema defensivo do território examinado. Em BARROCA, 2017b, é dada especial atenção à área dos atuais concelhos de Penafiel, Marco de Canaveses e Baião.

⁹⁹ Fundamental, ainda que datada, a sua obra: LIMA, 1993. Entre as suas outras publicações úteis sobre este tema salientamos: LIMA, 1999, 2004, 2008, 2013, 2014, 2019, 2020-2021; LIMA, TEIXEIRA, 2010. Embora se trate de territórios fora da nossa área de interesse, vale também a pena mencionar LIMA, VIEIRA, 2018; LIMA, REAL, CANHA, 2021.

¹⁰⁰ A produção de Silva é igualmente abundante. Os principais trabalhos relacionados com o nosso âmbito de investigação são: SILVA, RIBEIRO, 1999, 2013; SILVA, 2000, 2003, 2004, *coord.*, 2005, *coord.*, 2007, *coord.*, 2010-2011, 2011, 2014, 2020; SILVA *et al.*, 2000; SILVA, RIBEIRO, 2006-2007, 2014; SILVA, GUIMARÃES, 2013a; SILVA, GUIMARÃES, 2011, 2013b; SILVA, SOUSA, 2014; SILVA, PEREIRA, CARVALHO, 2015; REAL, SILVA, 2018.

¹⁰¹ SANTOS, 2004: II, 90-105. A tese foi posteriormente e parcialmente publicada como SANTOS, 2005.

¹⁰² CARMO, 2016. Este trabalho tem sido muito útil para a comparação de documentação e para identificar a localização de alguns montes. Infelizmente, tem a grande limitação de utilizar apenas algumas fontes (o cartulário de *Baio-Ferrado* é complementado com DC, LP e DMP III e IV), e de não ter mapas de síntese, divididos por séculos.

¹⁰³ FONTES, 1999.

¹⁰⁴ Sobre *tenentes* ver o clássico (não isento de erros) VENTURA, 1992: 997-1038, além de «Tenente», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XXXI: 244-246.

¹⁰⁵ Ver «Terra», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XXXI: 434-454, bem como uma panorâmica geral da divisão territorial (BARROS, 1954: 11-69, 221-396, além das observações críticas de SOARES, 433-443).

século XI, se dividiria o território que estamos a investigar, e quem eram os castelões (oficialmente, embora a função fosse provavelmente exercida pelos seus homens de confiança) dos castelos colocados para os defender e controlar (os chamados castelos «cabeça de terra»)¹⁰⁶.

Finalmente, o recente compêndio sobre a historiografia portuguesa dedicado ao estudo da castelologia no último quartel do século XX é muito útil, enquanto para a evolução da castelologia portuguesa ver o artigo de Rodrigues dos Santos¹⁰⁷.

1.4. FONTES E INSTRUMENTOS PARA O ESTUDO DO TERRITÓRIO DA DIOCESE DO PORTO

Indicamos, de seguida, sucintamente, as fontes e os instrumentos úteis para quem estuda o território da diocese do Porto no período medieval.

Em 2011, foi publicada uma lista da obra historiográfica portuguesa, produzida entre 1950 e 2010, que pode ser um bom ponto de partida¹⁰⁸. No entanto, estes estudos tratam frequentemente de áreas ou temas mais vastos, pelo que será necessária uma investigação muito meticulosa para daí poder retirar as informações corretas. Esta regra, em geral, deve ser aplicada a todas as fontes utilizadas.

Será igualmente útil recorrer de forma seletiva à historiografia local, que, embora na maior parte das vezes constituída por textos com pouco valor científico ou baseada numa bibliografia obsoleta, pode reservar algumas «surpresas» e pistas, bem como relatar tradições locais interessantes ou dar, o que é muito importante, indicações preciosas a nível de microtoponímia.

As revistas (de carácter internacional, nacional e local) incluem: «Portvgália»; «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto — História»; «CEM. Cultura, Espaço & Memória»; «Ciências e Técnicas do Património»; «e-Journal of Portuguese History»; «Douro. Estudos & Documentos»; «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto»; «Revista de Guimarães»; «Bracara Augusta»; «Medievalista»; «Revista Portuguesa de História»; «Oppidum»; «Al-Madan»; «Lusitânia Sacra»; «O Arqueólogo Português»; «Santo Tirso arqueológico»; «Revista de História das Ideias»; «Revista Portuguesa de Arqueologia»; «Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde»; «Revista de História da Arte»; «Património Estudos». Muitas destas revistas podem ser consultadas gratuitamente *online*.

Outro instrumento fundamental são as fontes documentais de arquivo e as fontes literárias (representadas principalmente pelas crónicas medievais)¹⁰⁹. No que diz respeito à edição

¹⁰⁶ Sobre este assunto, ver o recente MARIANI, 2021, e as informações no próximo capítulo.

¹⁰⁷ BARROCA, 2000a; SANTOS, 2012.

¹⁰⁸ MATTOSO, 2011b.

¹⁰⁹ Entre as mais importantes (em latim) encontram-se: 1. «Ciclo Asturiano»: *Chronicon Albeldense* (ou *Codex Vigilanus*), *Chronica Prophetica*, *Chronica de Afonso III* (nas duas versões *Rotensis* e *Ad Sebastianum*); 2. *Chronicon Laurbanense* (ou *annales*); 3. «*Annales Portucalenses Veteres*» entre os quais: *Chronicon Conimbricense* (ou *annales*), *Chronicon Complutense sive Alcobacense* (ou *annales*), *Chronicon Gothorum* (também conhecido

de documentos, analisámos os seguintes trabalhos: o *Censual do Cabido da Sé do Porto*¹¹⁰, o *Livro Preto*¹¹¹ e o *Livro Santo de Santa Cruz* de Coimbra¹¹², o *Liber Fidei* de Braga¹¹³, o *Diplomatario da Sé de Viseu*¹¹⁴, o *Cartulário do Baio-Ferrado*¹¹⁵, o *Cartulário de D. Maior Martins*¹¹⁶; e ainda, *O Mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*¹¹⁷, *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*¹¹⁸, *Matosinhos em textos medievais*¹¹⁹, *Taraucae Monumenta Historica*¹²⁰. Além dos «clássicos» *Dissertações chronologicas e críticas*¹²¹, *Portugaliae Monumenta Historica — Diplomata et Chartae*¹²², *Vimaranis monumenta historica*¹²³, *Chancelarias Medievais Portuguesas*¹²⁴ e *Documentos Medievais Portugueses*¹²⁵, muito importantes são, entre as outras, as novas edições críticas do *Livro de Mumadona*¹²⁶ e do *Livro dos testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa*¹²⁷.

A estas publicações há que acrescentar os documentos ainda inéditos. Por esta razão, e apesar da riqueza das fontes publicadas¹²⁸, decidimos também consultar documentação inédita conservada na Torre do Tombo, em Lisboa.

Isto permitiu-nos verificar que a documentação inédita não alterou os dados obtidos a partir das fontes publicadas, nem conseqüentemente, como veremos nos capítulos seguintes, as nossas teorias (mas modificou, do nosso ponto de vista, as de outros investigadores).

como *Chronica Gothorum*, *Chronicon Lusitanum* ou *Annales Portucalenses Veteres*), *Annales Domni Alfonsi Portugallensium regis* (texto autónomo que constitui a segunda parte da *Chronica Gothorum*); 4. «Historiografia compostelana» (obras diferentes, mas relacionadas): *Chronicon Compostellanum*, *Historia Compostellana*; 5. «Historiografia lionesa-castigliana»: *Historia Legionensis* (também conhecida como *Historia silense*), *Chronica Pelagiana*, *Chronica Naierensis*, *Chronicon Mundi*, *Historia de rebus hispaniae sive historia gotica*, *Cronicon de Sampiro*; 6. Outras obras independentes: *Cronica Adefonsi Imperatoris*, *Crónicas Anónimas de Sahagún*, *S. Rudensindi Vita et Miracula*, *Vita Sancti Geraldii*, etc. A estas devem ser acrescentadas: *Primeira parte das chronicas dos reis de Portugal* (que contém a *Chronica do conde D. Henrique*) e *Crónica Geral de Espanha de 1344*, além, evidentemente, dos *Livros de Linhagens*. Salientamos também que: *Hydatii Episcopi Chronicon*, o *Chronacon*, de João de Bicláro, a *Crónica bizantina-arábiga* de 741 (ou *Continuatio Byzantia-Arabica* ou *Continuatio Isidoriana*, uma vez que é uma continuação da *Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum* de Isidoro de Sevilha) e a *Crónica mozárabe* de 754. Agradecemos à doutora Joana Gomes (IF-FLUP) e ao doutor Francesco Renzi (CEHR-UCP) pela sua ajuda.

¹¹⁰ CCSP.

¹¹¹ LP.

¹¹² VENTURA, FARIA, 1990.

¹¹³ LF.

¹¹⁴ DSV.

¹¹⁵ CBE.

¹¹⁶ CMM.

¹¹⁷ MA.

¹¹⁸ SSJ.

¹¹⁹ MTM.

¹²⁰ TMH.

¹²¹ RIBEIRO, 1810-1836 (= Diss.).

¹²² DC.

¹²³ VMH.

¹²⁴ CMP.

¹²⁵ DR I; DR I/II; DP III; DP IV.

¹²⁶ LM.

¹²⁷ LTPS. Publicado anteriormente como MONTEIRO, SOUSA, ed., 1972.

¹²⁸ Se não em «qualidade» (ou seja, no que diz respeito à informação sobre elementos defensivos), certamente em quantidade. A base de dados de fontes editadas é atualmente constituída por quase 1700 documentos.

Visitámos o Arquivo Distrital de Braga, onde não encontramos documentação útil para a nossa investigação¹²⁹; o mesmo resultado obtido, após consulta dos registos e inventários disponíveis *online*, para o Arquivo Distrital do Porto¹³⁰, Aveiro e Coimbra¹³¹, onde não fomos fisicamente, por uma questão de tempo.

É certamente interessante o contributo da epigrafia e da obra do já referido Barroca¹³², bem como as publicações da Rota do Românico¹³³.

Por último, são muito importantes os resultados das escavações arqueológicas, que fornecem informações indiretas, mas muitas vezes cruciais. Enquanto o Portal do Arqueólogo¹³⁴ tem uma ideia de base muito boa, por outro lado, resulta bastante lacunar, como salientámos num dos nossos trabalhos¹³⁵. Em comparação com as primeiras consultas (novembro-dezembro de 2015), o *site* foi certamente melhorado, mas aparentemente apenas a nível gráfico e funcional: de facto, ainda falta muita informação, e a que está presente pode, por vezes, ser incorreta ou não fundamentada. A possibilidade de utilizar o GeoPortal, no qual os vários sítios arqueológicos (mas também os vários achados) são georreferenciados, é excelente¹³⁶.

Tabela 1. Os bispos da diocese portugalense entre os séculos VI e XII

Constâncio (mencionado em 589)
Argiovíto ou Argeberto (mencionado em 589 e 610)
Ansilulfo (antes de 633-depois de 638)
Flávio (mencionado em 656)
Froárico (antes de 675-depois de 688)
Félix (?-2 de maio de 693 é nomeado arcebispo de Braga)
Justo (881-886?)
Froarengo (890?-918)
Hermógio (923?-927?)
Ordonho (mencionado em 931)

(continua na página seguinte)

¹²⁹ Gostaríamos de agradecer à professora Raquel de Oliveira Martins (Universidade do Minho) pela sua amável colaboração.

¹³⁰ Exceto a utilização de algum material aqui conservado, por indicação da doutora Oliveira e Silva (CEHR-UCP e CITCEM-FLUP) a quem agradecemos a colaboração.

¹³¹ Quanto ao material do Arquivo Distrital do Porto, quase tudo o que poderia interessar à nossa investigação foi indicado por Oliveira e Silva na sua dissertação de mestrado (SILVA, 2006: 155-165). Agradecemos à autora o facto de nos ter facultado também a digitalização de dois outros documentos, ainda inéditos, infelizmente sem utilidade para a nossa investigação. Contudo, reservamos para o futuro a vontade de consultar pessoalmente a documentação. O Arquivo Distrital de Aveiro, por seu lado, não conservaria qualquer material anterior ao século XVI.

¹³² BARROCA, 2000c; BARROCA, *ed.*, 2017d.

¹³³ [Consult. abr. 2023]. Disponível em <<https://www.rotadoromano.com/en/gallery/publications/>>.

¹³⁴ [Consult. mai. 2023]. Disponível em <<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt>>.

¹³⁵ MARIANI, 2017b: 114.

¹³⁶ [Consult. mai. 2023]. Disponível em <<http://patrimoniogpc.maps.arcgis.com>>. Também, neste caso, as fichas carecem frequentemente de informação.

Visando (937-938)
Diogo ou Diego (956? -959)
Afonso? (1018)
Énego ou Nónego (1024?/1025-1028)
Fernando? (1033)
Sesnando (1049-1075?)
Hugo (1112/3-1136)
João Peculiar (1137-1138)
Pedro Rabaldes (1138-1145)
Pedro Pitões (1146-1152)
Pedro Sénior (1154-1174)
Fernando Martins (1176-1185)
Martinho Pires (1186-1189)
Martinho Rodrigues (1191-1235)

Fonte: AZEVEDO, *ed.*, 2000-2001, IV, com acréscimos de CARRIEDO TEJEDO, 1998-1999 e MARQUES, 2017

2 CONTEXTO HISTÓRICO¹³⁷

¹³⁷ Para não tornar a leitura demasiado pesada, optou-se por não desenvolver demasiado as notas. Os factos são bem conhecidos e, quando apresentados sem referências diretas, devem ser entendidos como retirados principalmente das obras mais consultadas, nomeadamente: MATTOSO, *dir.*, 1992: 439-565; 1993a: 9-106; MARQUES, *coord.*, 1993: 253-289; BRANCO, 1993; COELHO, HOMEM, *coords.*, 1996: 13-41. Para uma visão mais geral da Península Ibérica nestes séculos, ver MARTÍN, 1997a, 1997b, além dos clássicos PÉREZ DE URBEL, ARCO Y GARAY, VALLS TABERNER, 1992; GRASSOTTI *et al.*, 1996; ALTAMIRA, 1999a, 1999b; PRESTAGE, 1999: 576-610.

O território da diocese do Porto, durante os séculos abrangidos por esta investigação, esteve envolvido nos acontecimentos ligados à «Reconquista»¹³⁸.

Por isso, para traçarmos os principais acontecimentos históricos, consideraremos os factos gerais relativos quer à «cidade» do Porto (além, naturalmente, do território delimitado pela atual diocese), quer ao Condado Portucalense e ao reino de Portugal (entidades cujas fronteiras nem sempre estão bem definidas), quer aos territórios vizinhos, nomeadamente Astúrias, Galiza, Leão e Castela. Assim, serão relatados, sobretudo, os factos históricos cujas consequências condicionaram militar e politicamente, bem como social e economicamente, este território¹³⁹.

2.1. NOS ALVORES DA «RECONQUISTA»: DE PELÁGIO DAS ASTÚRIAS A AFONSO III, O GRANDE

Após a queda do reino visigodo, arrastado no início do século VIII pela onda imparável do expansionismo islâmico, quase toda a Península Ibérica ficou sob controlo muçulmano em poucos anos. Enquanto as zonas de Coimbra e de entre o Douro e o Mondego são conquistadas por acordo ou sem encontrar resistência excessiva, as zonas a norte do Douro e os territórios encabeçados pelas cidades de Portucale, Braga e Tuy são saqueados sem serem ocupados¹⁴⁰.

A rebelião dos berberes na Península Ibérica, em meados do século VIII (739-756), resultado de uma revolta geral que deu origem a uma verdadeira guerra interna, levou à retirada destas tropas tanto das zonas setentrionais como das situadas diretamente a sul do Douro. Criou-se, assim, um vasto território caracterizado pela instabilidade política, onde não podia surgir uma entidade única capaz de governar.

Uma das consequências mais importantes destas rebeliões foi, sem dúvida, o reforço da ação militar cristã, que se iniciara no tempo de Pelágio (†737). Posteriormente, Afonso I das Astúrias (†757) teve a oportunidade de, através de campanhas militares específicas, alargar consideravelmente o seu território e até dirigir a sua ação para os atuais territórios portugueses de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, sem, contudo, conseguir controlá-los¹⁴¹.

¹³⁸ Tradicionalmente, a «Reconquista» (movimento de «libertação» da Península Ibérica da presença islâmica) teve início com a batalha de Covadonga, que registou a primeira vitória de Pelágio das Astúrias (722). Cf. MARQUES, *coord.*, 1993: 253. Como é notório, a «Reconquista» chegaria ao seu fim quase oito séculos mais tarde, quando, a 2 de janeiro de 1492, foi conquistado o reino de Granada, a última das taifas, unidades administrativas formadas com o desaparecimento do califado omíada de al-Andalus, em 1031. Sobre as taifas ver *Taifas, regni di em Dizionario di Storia Treccani* (2011); BARROCA, 2003b: 28-29.

¹³⁹ Por esta razão, os acontecimentos que se seguiram à batalha de São Mamé e à transferência da capital de Guimarães para Coimbra serão tratados muito brevemente (secção 2.4.).

¹⁴⁰ MATTOSO, 2011a: 34-35.

¹⁴¹ Na Crónica de Afonso III, na sua versão da *Chronica ad Sebastianum*, lê-se: «Post Faffilani interitum Adefonsus successit in regnum, uir magne uirtutis filius Petri ducis, [...] multa aduersus Sarracenos prelia gessit atque plurimas ciuitates ab eis olim oppressas cepit, id est, Lucum, Tudem, Portucalem, Bracaram metropolitanam, Uiseo, Flauias, Agata, Letesma, Salamantica, Zamora, Abela, Secobia, Astorica, Legione, Saldania, Mabe, Amaia, Septemanca, Auca,

Os seus sucessores — Fruela I, *o Cruel* (†768), Aurélio (†774), Silo (†783), Mauregato, *o Usurpador* (†789), e Bermudo I, *o Diácono* (†797) — tiveram de se esforçar por reprimir várias revoltas internas, mantendo uma relação bastante pacífica com os muçulmanos, com exceção de Bermudo I, que sofreu contínuos ataques das forças islâmicas, até que, após a derrota de 791 na Galiza, abdicou a favor do filho de Fruela I, Afonso II, conhecido como *o Casto* (†842)¹⁴².

2.1.1. De Afonso II a Ordoño I

A longa duração do reinado de Afonso II (mais de cinquenta anos) permitiu ao soberano asturiano reforçar a sua posição interna, bem como levar as suas ambições para sul, até Lisboa, cidade que conquistou — temporariamente —, em 798. Numa abertura «europeia», Afonso II envia parte dos despojos a Carlos Magno, seu aliado na luta contra o domínio islâmico. O *rex Carolus* já se interessara pelos assuntos do reinado de Afonso II, nomeadamente através da sua intervenção contra a doutrina do adocionismo, através de vários concílios (Narbona, 788; Ratisbona, 792; Frankfurt, 794; Aachen, 799), para travar esta heresia que se propagava também nos seus territórios¹⁴³.

Com a sua morte, em 842, Afonso II não deixou descendência: sucedeu-lhe um primo, Ramiro I (†850), filho de Bermudo. Durante o seu reinado, Ramiro I teve de lutar contra os muçulmanos e gerir várias situações internas particularmente difíceis. Após a sua ascensão ao poder, teve de enfrentar, de imediato, a ameaça do conde Nepociano, pretendente ao trono. Ramiro derrotou-o na batalha junto ao rio Narcea, nas Astúrias; no mesmo ano (844), segundo as fontes, Ramiro I teve também de enfrentar a primeira incursão normanda, ao longo da costa da Galiza¹⁴⁴. Estas incursões, como veremos, continuaram até às primeiras

Uelegia Alabense, Miranda, Reuendeca, Carbonaria, Abeica, Brunes, Cinisaria, Alesanco, Oxoma, Clunia, Argantia, Septempublica et cunctis castris cum uillis et uiculis suis». GIL FERNANDEZ, 1985: 114-149, secção 13. Na versão da *Chronica Rotensis* (GIL FERNANDEZ, 1985: 151-188, secção 13) na lista encontramos também *Anegiam*, não presente na versão *ad Sebastianum* (provavelmente, por ter sido acrescentada mais tarde na escrita e não por já existir no século VIII), uma *civitas* importante de que falaremos em particular no Capítulo 3, na secção sobre Penafiel.

¹⁴² Também encontramos a sucessão dos reis asturianos indicada, entre outras crónicas, no *Chronicon Albeldense*: LOMAX, 1976: secção XV. «Item ordo gotorum obetensium regum».

¹⁴³ O adocionismo é uma teoria cristológica segundo a qual Jesus estava num plano inferior ao de Deus, que o adotou, fazendo dele o Filho de Deus durante o seu batismo no rio Jordão. Sobre este tema, ver PINCHERLE, 1929.

¹⁴⁴ *Chronica ad Sebastianum* (GIL FERNANDEZ, 1985: 114-149, secção 23): «Cui Nepotianus occurrit ad pontem fluuii Narcie adgregata manu Asturiensium et Uasconum. Nec mora a suis destitutus in fugam est uersus captusque a duobus comitibus, Scipione uidelicet et Sonnane, in territorio Premoriense [...] Itaque subsequenti tempore Nordomannorum classes per septentrionalem oceanum ad litus Gegionis ciuitatis adueniunt et inde ad locum qui dicitur Farum Brecantium perrexerunt. Quod ut conperit Ranimirus iam factus rex, misit aduersus eos exercitum cum ducibus et comitibus, et multitudinem eorum interfecit hac naues igni conbusit. Nella Chronica Rotensis»; (GIL FERNANDEZ, 1985: 151-188, secção 23), lê-se: «Quo Nepotianus tit eius aduentum audiuit, ad pontem flubiii cui nomen est Nartie cum exercitu obiis fuit. Inito uero certamine a suis omnibus est destitutus et sine mora fugatus: in prouincia uero Premoriensem a duobus comitibus Scipionem et Sonnanem est comprehensus et oculis excecatus [...] Per idem tempus Nordomanorum gens antea nobis incognita, gens pagana et nimis crudelissima, nabali exercitu nostris peruenerunt in partibus. Renimirus iam factus rex ad eorum aduentum magnum congregauit exercitum et in locum cui nomen est Farum Brecantium eis intulit uellum; ibique multa agmina eorum interfecit et nabibus igni consumsit. Alia uero pars qui ex eis remanserunt mare se receperunt et prouintia Beticam peruenerunt». No *Chronicon Albeldense* (LOMAX, 1976: XV.10) lê-se: «Prius Nepotianum ad pontem Narcie superauit et sic regnum

décadas do século XI, embora sejam raras as ocasiões em que atingiram diretamente os territórios objeto da nossa investigação¹⁴⁵. Com a morte de Ramiro I, sucede-lhe o filho Ordoño I (†866), o primeiro a obter a coroa de forma hereditária¹⁴⁶. Ordoño I teve de enfrentar o problema das incursões viquingues; no entanto, consegue expandir o seu reino mesmo em territórios do atual Portugal¹⁴⁷ ao derrotar um grande exército muçulmano na batalha de Albaida (atual Albelda de Iregua, La Rioja), em 859¹⁴⁸. Uma das consequências diretas desta vitória foi a reconstrução, a reorganização e o repovoamento da cidade de Leão. Posteriormente, entre 862-866, as forças asturianas enfrentaram o exército do emir de Córdoba, Muhammad I, com resultados variáveis até à grande derrota sofrida por Rodrigo de Castela a 8 de agosto de 865, que provocou a recuada da fronteira cristã¹⁴⁹. Ordoño I morre em 866 e sucede-lhe o filho Afonso III (†910).

2.1.2. A política de Afonso III, o Grande, e a ocupação do Porto

A principal característica da política de Afonso III consistia não só em prosseguir a expansão do reino, na esteira dos seus antecessores, mas também em «repovoar»¹⁵⁰ novos territórios, tanto a norte do Douro como a sul do rio, até à zona em torno da cidade de Coimbra. Em particular, para o território que é hoje Portugal, promoveu a conquista, ocupação e reorganização de várias cidades — e respetivos territórios — através do trabalho de alguns dos seus homens de confiança: no espaço de cerca de dez anos, entre 868 e 878, Porto, Tui (hoje na Galiza),

acceptit. Eo tempore Lordomani primi in Asturias uenerunt». Sobre as incursões viquingues na Península Ibérica ver, entre outros, REINHART, 1987; AGUIRRE, 2013. Sobre as incursões que atingiram particularmente o território português e galego ver, além do clássico AZEVEDO, 1974, os mais recentes PIRES, 2012, 2017, 2018; MARQUES, BARROCA, AMARAL, 2018.

¹⁴⁵ Ver secção 2.2.2.

¹⁴⁶ «Ordonho I», em *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*: XIX, 586. Não há muita informação sobre este monarca: Sáez trata-o, ainda que marginalmente, no seu clássico SÁEZ, 1948: *passim*.

¹⁴⁷ MATTOSO, *dir.*, 1992: 532.

¹⁴⁸ *Chronica ad Sebastianum*, FERNÁNDEZ, MORALEJO, RUIZ DE LA PEÑA, 1985: 114-149, secção 26; *Chronica Rotensis*, FERNÁNDEZ, MORALEJO, RUIZ DE LA PEÑA, 1985: secção 26; *Chronicon Albeldense*, LOMAX, 1976: XV, 11; *Chronica profética*, WOLF, 2008: VI. *Reges que regnauerunt in Spania ex origine Ismaelitarum Beniumele*. Relativamente ao debate histórico sobre esta batalha, ver VALDEAVELLANO, 1988: 464-465, nota 1.

¹⁴⁹ PÉREZ DE URBEL, ARCO Y GARAY, VALLS TABERNER, 1992: 72-74; VALDEAVELLANO, 1988: 465-466.

¹⁵⁰ Não queremos entrar no longo debate historiográfico relacionado com as diferentes interpretações deste termo. Em resumo, uma parte da historiografia clássica espanhola e portuguesa, com base numa interpretação (literal?) das crónicas medievais, tinha imaginado uma situação de forte despovoamento, uma espécie de deserto demográfico. Esta visão foi contrastada com a que interpretava este despovoamento como uma situação de desorganização, de falta de instituições para regular o território. Sempre na perspectiva de uma população reduzida após a chegada do exército muçulmano. É por isso que o termo «repovoar» (Mattoso teria gostado de propor «colonizar», o que não é possível, uma vez que o termo adquiriu, agora, um significado negativo, na sequência das políticas europeias do século XIX) deve ser entendido não só como um novo e natural aumento da população numa determinada área, mas também, e sobretudo, a sua reorganização administrativa. Sobre o assunto, BRANCO, 1993: 543-545 e, no que respeita à parte portuguesa, MATTOSO, *dir.*, 1992: 449-459. Ver também a importante obra de Salvador de Moxó: MOXÓ, 1979 (em particular para a parte portuguesa): 27-33 (em que se resumem as posições dos vários historiadores «portugueses», de Herculano a Soares e a David), 50-54. A favor do despovoamento maciço, ver, entre outros, os clássicos SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1966, 1976.

Chaves¹⁵¹ e Coimbra passam para o controlo asturiano¹⁵². Com a conquista de Coimbra (878) pelo conde Hermenegildo Gutierres, a fronteira do reino foi deslocada para o rio Mondego.

Para o nosso estudo, o acontecimento mais importante é a ocupação do Porto (868) pelo conde galego Vímara Peres¹⁵³. Esta data marca tradicionalmente o nascimento do primeiro Condado Portucalense, que, juntamente com o condado de Castela, deve ser considerado como uma marca de fronteira.

Podemos interpretar como sinal da nova estabilidade obtida com a conquista e reorganização do Porto, o facto de, a partir do terceiro quartel do século IX, reaparecerem na documentação escrita vários bispos desta diocese: Justo (881-886?); Froarengo (890?-918); Hermógio (923?-927?); Ordonho (citado em 931); Visando (937-938); e Diogo ou Diego (956?-959)¹⁵⁴. Depois de mais de quarenta anos de reinado, em 910, Afonso III dividiu — ou melhor, foi obrigado a dividir pelo costume — o seu reino entre os seus filhos: a Garcia caberia Leão; a Ordoño a Galiza; e a Fruela as Astúrias. Os seus descendentes transferiram a capital de Oviedo para Leão. A figura de Afonso III é muito interessante, e a sua política em relação aos muçulmanos, feita de importantes conquistas — especialmente nos territórios dos atuais Leão e Castela —, mas também de alianças estratégicas, merece mais espaço, que não temos aqui¹⁵⁵.

2.2. O PRIMEIRO CONDADO PORTUCALENSE (868-1071)

Com a ocupação do Porto, em 868, como vimos, inicia-se o primeiro Condado Portucalense. A partir deste momento, o governo deste território — bem como o de Tui, Chaves e Coimbra — será da responsabilidade de um pequeno círculo de famílias pertencentes à alta nobreza: famílias condaís que dominarão a região durante cerca de dois séculos, com bastante autonomia em relação ao poder régio¹⁵⁶, ao qual estão frequentemente ligados por laços familiares.

¹⁵¹ Chaves, a antiga *Aquae Flaviae*, foi conquistada em 872 por Odoário, provavelmente, irmão de Afonso III.

¹⁵² Sobre o assunto, também para o período histórico posterior, ver BARBOSA, 2005.

¹⁵³ *Era DCCCCVI^a prenditus est Portugale ad Uimarani Petri — Chronicon Laurbanense*, 1856: 20.

¹⁵⁴ Cf. Tabela 1.

¹⁵⁵ Sobre a figura de Afonso III ver, entre outros, o clássico COTARELO VALLEDOR, 1933; CARRIEDO TEJEDO, 1993-1994. No que respeita ao ponto de vista sobre os elementos defensivos, é interessante, embora fora da nossa área, VIDAL ENCINAS, GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2005.

¹⁵⁶ Entre os estudos referentes a este período inicial portucalense, e à sua nobreza em particular, destacam-se os trabalhos de Mattoso e Fernandes (a que se referirão os estudiosos posteriores). Optámos por seguir as conclusões do primeiro, aceites pela maioria da historiografia tradicional portuguesa, sobretudo no que se refere às primeiras sucessões condaís, nas décadas iniciais após a tomada do Porto, não aceitando, em particular: 1. A identificação de Onega, mulher de Diogo Fernandes, com Onega Lucides (sobrinha de Vímara Peres); o erro deve-se ao facto de Onéca Lucides (978-1006 ou 1025) ser filha de Lucídio Alvites e Jimena, e mulher do conde Rodrigo Vasques. Era neta de Munia Dias — filha de Diogo Fernandes e Onéca — e de Alvito Lucides; portanto, era homónima da bisavó e, de qualquer modo, descendente de Vímara Peres: MATTOSO, 1970: 14. 2. Que os sucessores de Vímara Peres no governo do concelho de *Portucale* foram Guterre Rodrigues, Hermenegildo Guterres — o conquistador de Coimbra — e Guterre Mendes: FERNANDES, 1970: 342-343. O autor reconheceu Lucídio Vimaranes como conde (um de muitos, subordinado ao *dux magnus*) e como tendo empreendido a conquista e reorganização da região de Guimarães: FERNANDES, 2001: 120. Mais tarde, abriu a possibilidade de o filho de Vímara ser também conde portucalense: «Concedo hoje a fraca possibilidade de o conde Lucídio Vimaranz ter nos seus últimos anos governado o Condado de Portugale» (FERNANDES, 2001:

Estas famílias, às quais pertenciam os condes que representavam a autoridade real de Leão nos territórios de *Portucale* e Coimbra, formavam um grupo coeso que se mantinha como tal através de casamentos entre parentes de sangue. O seu poder, que estava também ligado à posse de extensos latifúndios, derivava principalmente do exercício das *honores* concedidas pelo soberano, ou seja, dos cargos públicos efetivos¹⁵⁷. Aliás, temos de imaginar o ofício de conde precisamente como um ofício não ligado — pelo menos inicialmente — a um território específico. Rapidamente, os territórios que se reportavam a Coimbra e ao Porto se tornaram polos de atração para as populações que migravam de norte¹⁵⁸.

Durante estes primeiros anos, assiste-se a uma interessante reorganização que verá o novo território conquistado por Afonso III dividido em unidades políticas (condados), unidades eclesiásticas (*territoria* = dioceses, objeto do capítulo anterior) e unidades militar-administrativas (*civitates*). O Condado Portucalense foi, depois, subdividido em várias unidades administrativas mais pequenas, também estas geridas por condes diferentes, das quais não dispomos de muita informação¹⁵⁹.

Para Barroca, as *civitates* (termo que não indicaria, neste caso, cidades no sentido de centros urbanos) deveriam ser consideradas verdadeiros distritos militares, dependentes de um sítio central fortificado, representação física do poder senhorial e, por extensão, real. A partir daqui, eram coordenadas as iniciativas relacionadas com a defesa do território, bem como a cobrança de impostos. Alguns podiam coincidir com sedes condaís ou episcopais, outros eram responsáveis por zonas menos «urbanas»¹⁶⁰. Isto não significava que não pudessem coexistir, no território controlado por uma *civitas*, diferentes fortificações, muito provavelmente sempre subordinadas às primeiras, construídas por populações locais¹⁶¹ (ou reutilizados, no caso dos castros proto-históricos, acrescentaríamos nós). Esta divisão territorial não seria, portanto, muito diferente da que foi efetuada na Galiza e em Leão através da *comissa*, do *comitatus* e das *mandationes*¹⁶².

391). A Fernandes devem ser atribuídos alguns bons conhecimentos, que, no entanto, se baseiam muitas vezes numa interpretação forçada das fontes documentais, bem como em estudos frequentemente datados; além disso, os seus escritos caracterizam-se por uma prosa pesada e por teorias muito nacionalistas. Embora reconhecendo a importância da sua obra, decidimos não sobrecarregar este capítulo com demasiadas notas. Por esta razão, convidamos todos aqueles que desejem aprofundar este interessante tema a analisar as obras indicadas na bibliografia.

¹⁵⁷ MATTOSO: 2001a: 86.

¹⁵⁸ BRANCO, 1993: 546. De opinião diferente é Fernandes, que não reconhece à cidade do Porto uma importância tão grande (FERNANDES, 2001: 125, 258, 268). O autor justifica a sua teoria com o facto de ter sido Guimarães e não o Porto a residência dos condes de Portucale, sobretudo porque a zona costeira era insegura devido aos viquingues e aos piratas sarracenos. Não nos sentimos em condições de excluir esta sua proposta. Embora discordemos fortemente da proposta de uma origem suevo-visigótica do próprio condado (FERNANDES, 2001: 124-128), teoria que o leva a defender a continuação e não a restauração desta unidade administrativa (FERNANDES, 2001: 385-386).

¹⁵⁹ FERNANDES, 1970: 342; MATTOSO, *dir.*, 1992: 467. Mattoso, ao contrário de Fernandes, presume que «os condes terem começado a confiar a delegados seus, da categoria de *potestates* ou de *infanzones*, tarefas de representação, ou mesmo tarefas administrativas e de controlo militar, em certas zonas sujeitas a sua autoridade».

¹⁶⁰ BARROCA, 2003b: 69-70.

¹⁶¹ BARROCA, 2003b: 71.

¹⁶² LÓPEZ ALSINA, 1988: 215-236, mapa 171; ESTEPA DÍEZ, 1978.

Para a nossa área, é muito importante a *civitas Anegia*, à qual foram dedicados vários estudos, possíveis graças à abundância de referências documentais. Voltaremos à análise de *Anegia* no decurso da nossa investigação. Segundo Barroca, outras *civitates* no território da atual diocese do Porto eram Porto, sobre a qual temos dúvidas, e Santa Maria da Feira¹⁶³.

Este modelo de *civitas* acompanhará a organização territorial durante quase todo o período do primitivo Condado Portucalense, demonstrando as suas limitações — *in primis* a sua amplitude —, sobretudo durante as campanhas de Almançor, na viragem dos séculos X e XI. Da fragmentação das *civitates* surgiram, durante o século XI, como veremos mais adiante, as chamadas «terras», que já não seriam confiadas aos condes, mas a elementos emergentes pertencentes à nova aristocracia¹⁶⁴.

2.2.1. De Vímara Peres a Gonçalo Mendes

Como vimos, a reorganização do território portucalense é confiada por Afonso III ao conde Vímara Peres, que o governa até ao ano da sua morte na Galiza, em 873, segundo o *Chronicon Laurbanense*¹⁶⁵.

Após a divisão do reino de Afonso III, em 910, com a morte sem herdeiros de Garcia I de Leão (†914), o seu irmão Ordoño II (†923) anexou esse território ao da Galiza, que já governava. Após a sua morte, o terceiro irmão, Fruela II (†925) reunificou o reino leonês, ainda que por pouco tempo (923-925). Com a morte de Fruela II, começou uma guerra intestina entre Afonso Froilaz (†933), filho de Fruela, e Sancho, Afonso e Ramiro, filhos de Ordoño II. Afonso (agora, Afonso IV de Leão, † 933) conseguiu levar a melhor sobre os seus irmãos e primo, reinando de 925 a 931, altura em que ficou viúvo e decidiu tornar-se monge. Sucedeu-lhe o seu irmão Ramiro II (†951), que anteriormente (926-930) governara o território portucalense, tendo colocado a sua «capital» em Viseu¹⁶⁶. Vímara Peres foi sucedido pelo filho, Lucídio Vimaranes († 922)¹⁶⁷, cujo filho, Alvito Lucides, casou com D. Munia Dias, irmã da mais famosa D. Mumadona Dias e do futuro conde de Coimbra Jimenio (ou Ximenio) Dias¹⁶⁸, ambos filhos do conde Diogo Fernandes e da D. Onega¹⁶⁹. Com eles, iniciou-se o chamado período «vimaranense», no qual o centro da vida política se deslocou para Guimarães¹⁷⁰.

¹⁶³ BARROCA, 2003a: 177-178. Sobre *Anegia*, ver, entre outros: PINHO, 1929; ALMEIDA, LOPES (1981-1982); BARROCA, 1991-1992: 92-93; LIMA, 1999: 391-397; SANTOS, 2004: I, 28-40.

¹⁶⁴ BARROCA, 2003b: 72. É por isso que Barroca se refere ao «sistema de *civitates*» como um *modelo condal*.

¹⁶⁵ *Era DCCCCXI^a uenit rex Adefonsus in Uama, et in VI^a die Uimara mortuus est (Chronicon Laurbanense: 20); MATTOSO, 2001c: 79.*

¹⁶⁶ Sobre este assunto, ver o clássico SÁEZ, 1947.

¹⁶⁷ MATTOSO, 2001c: 79-80.

¹⁶⁸ Conde de Coimbra já antes de 940, segundo FERNANDES, 1970: 347.

¹⁶⁹ A estes filhos deve acrescentar-se também Leodegundia Dias: MATTOSO, 1970: 37; 2001c: 104.

¹⁷⁰ Para Fernandes, este período duraria de 926 a 1044: FERNANDES, 1970: 323. Ainda na opinião do autor, teria havido um período anterior ao vimaranense, sob o domínio de Guterre Mendes — filho de Hermenegildo Guterres e pai de São Rosendo —, em que o centro político do Condado Portucalense se teria deslocado para o *palatium* de Paço de Salas, localidade do atual concelho de Santo Tirso. FERNANDES, 1970: 328.

Mumadona Dias, primeiro com o seu marido, o conde Hermenegildo Gonçalves¹⁷¹ (entre 926 e 943), e uma vez viúva, sozinha, tomou as rédeas da política portugalense até 950. Mumadona e Hermenegildo estavam ligados ao rei Ordoño II, uma vez que este último era casado — num segundo casamento, depois de o rei ter enviuvado de Elvira Mendes — com D. Aragunta Gonçalves, irmã de Hermenegildo¹⁷². Personagem de incrível profundidade política, D. Mumadona é a fundadora do mosteiro de São Salvador de Guimarães — que, juntamente com o de Lorvão, beneficiou de doações de Ramiro II, sobrinho da própria D. Mumadona —, para cuja proteção ergueu um castelo, conhecido como o de São Mamede. Mais tarde, o castelo passou para o controlo do mosteiro e dos descendentes da condessa. Esta fortificação foi erigida para defender o mosteiro da *persecutio gentilium*, termo que podia designar tanto os ataques normandos como os muçulmanos, se não ambos¹⁷³. Os membros sucessivos da família condal estarão indissociavelmente ligados à instituição monástica, com a qual partilharão a decadência e a desapareção depois de pouco mais de um século.

Ramiro II foi sucedido pelo filho Ordoño III (†956), ao conseguir derrotar inicialmente o seu meio-irmão Sancho I, *o Gordo* (†966), que subiu ao trono, primeiro, entre 956 e 958 e, depois, a partir de 960 até à sua morte, após derrotar Ordoño IV, *o Malvado* (†962) — filho de Afonso IV, *o Monge* —, que tinha reinado entre 958 e 960. O filho de Sancho I, Ramiro III (†985), tornou-se, então, rei de Leão, inicialmente sob a regência de sua mãe, a rainha Teresa. Devido às pesadas derrotas sofridas contra o exército de Al-Hakam II ibn Abd al-Rahman (†976), o segundo califa de Córdoba, em Gormaz (975) e, mais tarde, em Rueda (981), os nobres portugalenses decidiram apoiar Bermudo II (†999), o filho bastardo de Ordoño III, que conseguiu ascender ao poder graças a uma aliança com as forças islâmicas (984). Durante este período, o poder de Almançor (†1002), inicialmente administrador das propriedades de Hishâm II (†1013) e, mais tarde, seu regente, começou a crescer¹⁷⁴.

Na liderança do Condado Portugalense, depois de D. Mumadona, encontramos o seu filho Gonçalo Mendes (†997?), primo do rei Ramiro II. Durante quase trinta anos, Gonçalo desempenhará um papel ativo na política do noroeste da Península Ibérica: no confronto entre Ordoño III e Sancho I, primeiro, e entre Ordoño IV e Sancho I, depois, Gonçalo, juntamente com o seu irmão Diogo, parece ter-se colocado contra Sancho I e, de facto, segundo a crónica do bispo de Astorga Sampiro, foi o próprio Gonçalo que o envenenou («Gundisalvus,

¹⁷¹ Hermenegildo ou Mendo era filho do conde Gonçalo Betotes — o seu pai, o conde Afonso Betote, tinha conquistado Tui — e de Teresa Eriz, filha de Ero Fernandes (MATTOSO, 2001c: 106-107). É interessante notar que, na documentação, Hermenegildo nunca parecia ser referido pelo título de conde. Por exemplo, ver alguns documentos do *Livro de Mumadona*, em que Hermenegildo é referido como *dominus*, «Domno Ermigildo» (LM I, ano 950); ou não tem título atribuído, «Ermegildus et Mummadomna» (LM [9], ano 926), «uiro nomine Ermegildo prolix Gundisalui et Tarasia» (LM [1a] ano 959), «Gundisalbus filii Ermegildi et Mummadomne» (LM [67], ano 968). Em contraste com Mumadona, claramente indicada como «comitissa domna Mummadomna» (LM [2], ano 1058); «comitissa nostra domna Mummadomna» (LM [8], ano 1009); «illa comitissa domna Mummadomna» (LM [42], ano 1053) etc.

¹⁷² MATTOSO, 2001c: 96.

¹⁷³ LM [1b], ano 968.

¹⁷⁴ Hishâm II foi o terceiro califa de Córdoba, segundo filho e sucessor de Al-Hakam II ibn Abd al-Rahman.

qui dux erat [...] veneni pocula illi in pomo duxit»); para outros, o *dux magnus* de *Portucale* era apoiante de Sancho I¹⁷⁵, e o protagonista da traição e consequente envenenamento foi Gonçalo Moniz, conde de Coimbra¹⁷⁶. Gonçalo Mendes teve depois de resistir ao próprio Gonçalo Moniz quando este invadiu o território portugalense, conseguindo resistir-lhe em Guimarães¹⁷⁷. Posteriormente, os dois condes fizeram a paz, e ambos apoiaram Bermudo II¹⁷⁸. Em 986, contudo, Gonçalo Mendes parece revoltar-se contra Bermudo, aliando-se aos nobres galegos, sempre desejosos de conquistar a própria independência. A contingência histórica não é a mais favorável e logo Gonçalo muda de atitude, readquirindo as boas graças de Bermudo II, de tal modo que, em 993, aparece como seu *armiger*¹⁷⁹. Gonçalo Mendes terá morrido em 997, ao tentar resistir ao avanço de Almançor¹⁸⁰.

2.2.2. Um período de grande insegurança: as campanhas de Almançor e as incursões viquingues

Na viragem dos séculos X e XI, o noroeste da Península Ibérica foi vítima de um duplo ataque externo: o primeiro por forças islâmicas lideradas por Almançor; o segundo na forma de incursões viquingues¹⁸¹.

Vimos como Bermudo II, graças ao apoio muçulmano, a quem se tornava cada vez mais súcubo, conseguiu derrotar Ramiro III; no entanto, quando Bermudo II tentou libertar-se do jugo do califado, foi retribuído com uma reação impiedosa que levou Almançor a conquistar Coimbra, em 987, e a destruir várias fortificações, inclusive o castelo de Aguiar de Sousa (?), em 995 — «Almanzor cepit Castellum de Aguilar, quod est in ripa Sausae in Portugallensi Provinciae»¹⁸² —, até saquear Santiago de Compostela, em 997.

Não podemos excluir que, durante as suas campanhas militares, Almançor tenha tido a conivência e o apoio de alguns membros da nobreza cristã¹⁸³, especialmente os que governavam as zonas fronteiriças. Em troca do seu apoio, estes conseguiram manter o seu lugar¹⁸⁴. O caso da igreja de Moldes foi utilizado por Cruz Coelho para sublinhar o clima de instabilidade característico desta fase da «Reconquista»¹⁸⁵. Num documento do final do século XI, lê-se: «et post multis annis venerunt sarraceni cecidit ipso territorio in

¹⁷⁵ FERNANDES, 1971b: 221-222, 238-239.

¹⁷⁶ MATTOSO, 1985: 23.

¹⁷⁷ DC 340 (ano 1045): «ad ipso comite in tempore quando abuit alphetena cum Gundisaluo Muniuz et ganau i ipsa villa in ipse mandamento quando seuet ad ipsa alphetena in Sancto Mames ad defendendum ipsa terra et casa de Vimaranes».

¹⁷⁸ MERÊA, 2006: 246.

¹⁷⁹ FERNANDES, 1971b: 248-251.

¹⁸⁰ MATTOSO, 2001c: 109.

¹⁸¹ Uma obra fundamental sobre estes temas é AZEVEDO, 1974.

¹⁸² *Chronicon Gothorum*: 9.

¹⁸³ É o caso de Eirigo Gonçalves que, em cumplicidade com Veila Gonçalves, regente de Santa Maria, trai e entrega o castelo da Maia às forças de Almançor. AZEVEDO, 1974: 89-90. Mais tarde, Veila reconciliou-se com o conde Mendo Gonçalves.

¹⁸⁴ FERNANDES, 1971b: 252-253.

¹⁸⁵ MA: 3.

herematione et fuit ipsa ecclesia destructa»¹⁸⁶. A «fronteira» entre muçulmanos e cristãos foi novamente fixada no rio Douro.

As incursões viquingues já constituíam um problema para o território galego e português desde meados do século IX, mas, para a zona envolvente do Porto, foi a campanha que decorreu entre 1015 e 1016 que teve maiores consequências¹⁸⁷. Temos notícias indiretas deste ataque através de um documento de abril de 1018¹⁸⁸: três anos antes, em julho de 1015, um grupo de viquingues constituído por «filhos e netos de normandos» subiu o rio Douro e, durante nove meses, saqueou o território entre o Douro e o Ave, fazendo prisioneiros que libertavam a troco de resgates: «In ea MLIII mense Iulio ingressi fuerunt filius et neptis Lotnimins multis in Doiro, predans et captivant de Doiro in Ave per VIII menses». Um aspeto interessante, e que deve ser devidamente sublinhado, é que em nenhuma das crónicas, e muito menos na documentação de arquivo publicada e consultada, Porto aparece como motivo de interesse para as «gentes do Norte»¹⁸⁹. No entanto, os viquingues que subiram o Douro devem ter passado por perto. Se é certo que alguns documentos se podem ter perdido, a ausência total nas crónicas é, do nosso ponto de vista, a prova de que Porto não só não tinha um verdadeiro peso político (de facto, só com a «restauração» da diocese, no início do século XII, recuperou, ou iniciou a ter, alguma importância), mas, muito provavelmente, ou não era suficientemente opulento para ser considerado uma presa atrativa ou, se o era, um ataque a ele não era considerado ao alcance das forças viquingues, tendo em conta a sua posição provavelmente entrincheirada e bem defendida (Porto era tradicionalmente referida na época suevo-visigótica como a sede do *Castrum Novum*). Relativamente a esta campanha, encontramos um registo no *Chronicon Gothorum* que, para o ano de 1016 (Era 1054), relata como foi atacado o castelo de Vermoim (Vila Nova de Famalicão): «Octavo Idus Septembris venerunt Lormanens ad Castellum Vermudii, quod est in Provincia Bracharensi. Comes tunc ibi erat Alvitus Nuniz». Tradicionalmente, considera-se que, durante este episódio, Alvito Nunes¹⁹⁰, conde de Portucale, encontrou a morte. De facto, não temos qualquer informação direta sobre a sua morte, tal como não sabemos nada sobre os acontecimentos que a antecederam¹⁹¹. No entanto, é preciso admitir que este parece ser um episódio bastante singular, em comparação com o *modus operandi* dos saqueadores do Norte, que privilegiavam ataques dirigidos a aldeias ou mosteiros ricos, e certamente não a fortificações tripuladas. Outra consideração deve ser feita relativamente à localização da base da frota normanda nos meses inverniais entre 1015 e 1016. É cativante a proposta do arqueólogo António Silva que pretende esta base perto de Crestuma, um local importante, utilizado durante séculos, e situado na margem esquerda

¹⁸⁶ DC 746 (ano 1091).

¹⁸⁷ Sobre este assunto, ver, nomeadamente, os recentes PIRES, 2018; MARQUES, BARROCA, AMARAL, 2018.

¹⁸⁸ AZEVEDO, 1974: 91-93, doc. 2.

¹⁸⁹ A mesma observação é feita por PIRES, 2018: 117.

¹⁹⁰ Sobre Alvito Nunes, ver a secção seguinte.

¹⁹¹ PIRES, 2018: 118.

do Douro a poucos quilómetros de Gaia¹⁹². Atualmente, no entanto, ainda não foram encontradas provas materiais que sustentem esta hipótese ou que proponham outras localizações. Depois desta incursão maciça, parece ter havido outra alguns anos mais tarde, desta vez na *terra* de Santa Maria¹⁹³: um documento de 1026 refere indiretamente o pagamento de um resgate de duas mulheres, aparentemente pago na presença das autoridades locais («antes ipsos domnos que abitantes eram in cassa de sancta maria de civitate») ¹⁹⁴. A presença destas autoridades, provavelmente com uma escolta armada, poderia ser uma espécie de garantia de que a negociação seria levada a cabo sem mais violência por parte dos viquingues¹⁹⁵. É interessante o facto de o resgate não ser pago em dinheiro, mas em géneros de que os viquingues necessitavam na altura: «uno manto lobeno et una spada et I° kamisso et III lenzos et una vaka et III modios de sal finto sub uno LXX módios». De opinião diferente são, no entanto, Marques, Amaral e Barroca, que não reconhecem neste documento um testemunho suficientemente sólido para provar uma nova incursão em 1026: como não é indicado qualquer ano (como acontecia no documento de 1018 anteriormente analisado), este resgate pode muito bem referir-se às incursões de 1015-1016. Os autores, portanto, não consideram certo que o incidente tenha ocorrido na zona de Santa Maria, como sugere Pires. Este, de facto, afirma identificar como local de origem dos raptados, e, portanto, local das ações normandas, os locais mencionados no documento, que, na opinião dos três investigadores, seriam, pelo contrário, propriedades mencionadas na venda que o documento regista¹⁹⁶.

Este perigo, tal como o dos piratas sarracenos, atormentou as zonas costeiras durante séculos, obrigando, sobretudo, as populações locais a «construir fortificações nestas zonas»¹⁹⁷.

2.2.3. De Mendo Gonçalves à batalha de Pedroso

Do casamento de Gonçalo Mendes e Ilduara Pais nasceram cinco filhos, e um deles, Mendo Gonçalves (†1008) sucedeu ao pai¹⁹⁸.

O *dux*¹⁹⁹ Mendo Gonçalves foi, provavelmente, uma das figuras mais importantes da política leonesa durante os primeiros anos do século XI: quase vinte anos após a sua morte, ainda era recordado como Mendo «ipso tempore decebat omnia»²⁰⁰.

¹⁹² Tal como nos foi comunicado pelo arqueólogo António Silva durante uma visita efetuada a Crestuma, em julho de 2019. Sobre Crestuma, ver a secção sobre Vila Nova de Gaia, no Capítulo 4.

¹⁹³ PIRES, 2018: 119.

¹⁹⁴ DC 261.

¹⁹⁵ MARQUES, BARROCA, AMARAL, 2018: 161.

¹⁹⁶ MARQUES, BARROCA, AMARAL, 2018: 160.

¹⁹⁷ MATTOSO, *dir.*, 1992: 532.

¹⁹⁸ O facto de Mendo ser filho de Gonçalo pode ser deduzido pelo patronímico e pelo facto de ter sido o governador da região de Braga depois do próprio Gonçalo (LF 22), de quem confirma uma doação em 981 (DC 132): MATTOSO, 2001c: 110.

¹⁹⁹ LM [22] (03.09.1025).

²⁰⁰ DC 258, ano 1025.

Quando Bermudo II morreu, em 999, o seu filho e herdeiro Afonso (o futuro Afonso V de Leão, †1028) era ainda menor de idade, e o governo do reino foi assumido por uma espécie de triunvirato composto pela viúva de Bermudo II — a rainha Elvira Garcia —, pelo seu irmão Sancho Garcia, conde de Castela, e pelo conde de *Portucale* Mendo Gonçalves, primo de Bermudo II. Rapidamente, Mendo Gonçalves tomou as rédeas da regência, tornou-se tutor de Afonso V e obteve também o cargo de *vicarius* do monarca de Leão²⁰¹.

O principal objetivo da política «interna» do conde Mendo era o de recuperar e reorganizar os territórios perdidos durante as incursões de Almançor, em particular os do sul do Ave, onde os castelos de Aguiar e da Maia eram ainda centros operacionais nas mãos dos inimigos, e, a sul do Douro, a *terra* de Santa Maria. Não foi a tempo de pôr em prática este plano, pois o poder de que gozava tinha-lhe granjeado vários inimigos: na opinião de Fernandes, Mendo foi assassinado («occisus fuit comes Menendus») ²⁰² por razões políticas e não morto pelos normandos, como tradicionalmente sugerido²⁰³.

Depois da sua morte, Afonso V começa finalmente a reinar de forma autónoma, embora tenha decidido não cortar completamente as relações com a família condal portugalense: casa-se com Elvira Mendes, filha do conde Mendo.

Após a morte de Mendo, o território portugalense parece ter caído num período de instabilidade política durante o qual nenhum dos seus filhos, irmãos ou parentes conseguiu chegar ao poder. Neste contexto, é interessante referir o confronto entre o conde Mendo Luz (provável descendente de Vímara Peres) e um dos apoiantes de Almançor, o conde Froila Gonçalves, filho de Gonçalo Moniz e irmão de Veila Gonçalves. As ações de Mendo Luz — realizadas com a aprovação de Afonso V²⁰⁴ — tiveram lugar a sul do Douro, nomeadamente no território de Santa Maria, e não interferiram com o que se passava mais a norte.

A situação parecia estar resolvida quando a viúva de Mendo Gonçalves, Tutadona (ou Toda) Moniz (†1025), passou a governar o território portugalense aparentemente em conjunto com o conde Alvito Nunes²⁰⁵ (†1015 ou 1016²⁰⁶), outro provável descendente de Vímara Peres, enquanto neto de Alvito Lucides (filho de Lucídio Vimaranes)²⁰⁷.

²⁰¹ FERNANDES, 1971b: 253-254; 1972a: 45.

²⁰² *Chronicon Gothorum*: 9.

²⁰³ FERNANDES, 1972a: 46. O autor justifica essa proposta principalmente a partir da análise da expressão «occisus fuit», que indicaria um assassínio, e não uma morte em combate.

²⁰⁴ Em DC 549 (ano 1077), lemos sobre os terrenos que fazem parte de uma herança: «ille comes Menendo Luci qui illa terra inperaba sub gratia de ille rex quia ille dux tenuit regalengo et condadu et mandamento». Não é de excluir que a aprovação de Afonso V tenha tido por base o desejo de dividir o território e, conseqüentemente, o poder dos condes de *Portucale*, conseqüência provável do grande poder de que gozava Mendo Gonçalves nos primeiros anos do seu domínio.

²⁰⁵ Alvito Nunes, como vimos anteriormente, encontrava-se no castelo de Vermoim quando este foi atacado pelos viquingues, mas não sabemos se aí morreu.

²⁰⁶ AZEVEDO, 1974: 88.

²⁰⁷ FERNANDES, 1972a: 49-50; 2001: 248-249; MATTOSO, 1970: 42. Nem todos concordam com esta proposta: MERÊA, 2006: 248.

Outra das filhas de Mendo e Toda, Ilduara Mendes (†1043), casou, entretanto, com Nuno Alvites (†1028) — filho de Alvito Nunes —, que se tornou então o novo conde portugalense. Após a sua morte, a fortuna de condado passou a ser governada pela sua viúva e pelo seu filho, o conde Mendo Nunes (†1050-1053)²⁰⁸.

Na opinião de Fernandes, a morte de Mendo Nunes marcaria o fim do primeiro Condado Portugalense: entre 1050 e 1064, iniciar-se-ia uma espécie de período de transição, liderado por um triunvirato responsável pelos «infanções»²⁰⁹, diretamente dependentes de Fernando I, o *Grande*. Por exemplo, num documento datado de 30 de maio de 1050, lê-se Gomes Eicaz, da família Sousa; Mendo Gonçalves, da família Maia; e Godinho Viegas, provavelmente da família Baião: «in Iugarios in presentia de Gomice Eitaz que illa terra imperabat sub imperio ipsius rex et ipsa regina et in presentia Petrus abba et Petrus prepositus et Menendo Gundisaluiz et Gudinu Ibeniegas [*sic*] et alii filii multorum benenatorum»²¹⁰. A este triunvirato deve ser acrescentado outro triunvirato que lhe está subordinado e composto por maiorinos²¹¹, como parecem indicar vários documentos²¹². Esta situação seria uma demonstração clara da política do novo soberano de acabar com o poder da antiga nobreza condal²¹³.

Parece não deixar dúvidas de que, desde a ascensão de Fernando I, o peso da nova nobreza menor cresceu em detrimento da nobreza condal e que se assistiu a uma mudança do tradicional governo condal para um «de tipo centralizador e burocrático»²¹⁴. Apesar disso, Paulo Merêa não concorda totalmente com a proposta de Fernandes, defendendo que «mais segura é a existência de um triunvirato em 1063 e em 1065 constituído pelos *economi regis* a quem estava confiada a administração da Terra Portugalense»²¹⁵.

Afonso V morreu em 1028, durante o cerco de Viseu, cidade então ainda controlada pelos muçulmanos: sucede-lhe o seu filho Bermudo III (†1037), na altura ainda não adulto. A regência foi assumida pela sua madrasta, a rainha Urraca de Navarra. A irmã de Bermudo III, Sancha Afonso (†1067), casou-se com Fernando (†1065), na altura conde de Castela, em 1032. Em 1035²¹⁶, Bermudo III conseguiu obter uma importante vitória sobre os muçulmanos na batalha de Cesar, atual freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis e, na

²⁰⁸ MATTOSO, 2001c: 84-86. Fernandes propõe, no entanto, 1043 ou 1044 como o ano da morte de Mendo Nunes, alegando que este conde também foi assassinado: «occisus fuit comes Menendus in ripa Guetanie». Assim comunicam os *Annales Portugalensi Veteres*: 295. Outro aspeto que o autor pretende salientar é o facto de a morte de Mendo ter ocorrido fora do seu condado. FERNANDES, 1972a: 62, 68. Mattoso propõe, com base em Barrillaro Ruas, identificar o *comes Menendus* com o conde Mendo Luz: MATTOSO, 2001c: 86.

²⁰⁹ Sobre os infanções ver MATTOSO, 1985: 33-84; 2001a: 87-89.

²¹⁰ LM [30] = DC 376.

²¹¹ Os *maiorinos* eram juizes reais: VITERBO, 1798-1799: III, 102-103 e *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XV: 999.

²¹² DC 311, 376, 386 e 412 (incorretamente referido como 421), LF 184: FERNANDES, 1972a: 74, nota de rodapé 1 e bibliografia relacionada.

²¹³ FERNANDES, 1972a: 68-76; 2001: 184-190, 227-239. Sobre este assunto, ver também MA: 4.

²¹⁴ MERÊA, 2006: 252.

²¹⁵ MERÊA, 2006: 253, nota 51.

²¹⁶ No entanto, nas crónicas, a batalha é datada de 1045 (Era 1083), data incompatível com a morte de Bermudo III, ocorrida em 1037. LIMA, 2017: 67-68.

altura, parte da *terra* de Santa Maria, conseguindo, assim, expandir o seu domínio também sobre esses territórios.

Em 1037, na batalha de Tamarón, Fernando, com o apoio de leoneses e galegos, vence o seu cunhado Bermudo III, ajudado pela nobreza portugalense, entre outros²¹⁷. Bermudo III morre sem deixar herdeiros diretos, o que permite a Fernando tornar-se rei consorte de Leão (como Fernando I, *o Grande*) e o primeiro rei da dinastia de Navarra.

As vitoriosas campanhas militares empreendidas entre 1057 e 1064 (ano em que a cidade de Coimbra foi reconquistada, desta vez definitivamente) permitiram a Fernando I recuperar um vasto território que se encontrava controlado pelos muçulmanos há mais de meio século. Estas vitórias possibilitavam-lhe fixar a fronteira do seu reino no rio Mondego. Ao comando de Coimbra e do seu território, Fernando I decidiu colocar Sesnando Davides (†1091), um moçárabe de Sevilha²¹⁸. Sob o seu controlo, Sesnando possuía um vasto território com fortificações associadas, dentro dos quais se destaca, também, o de Santa Maria: «erat domno de tota Sancta Maria et Colimbria»²¹⁹.

Uma vez no poder, para assegurar uma gestão eficaz dos seus domínios, o monarca de Leão prosseguiu uma política centralizadora que incluía também a reforma do «sistema militar» e administrativo. As *civitates* desaparecem lentamente, e a sua fragmentação dá origem às chamadas *terras*²²⁰, unidades administrativas mais pequenas e mais fáceis de gerir, confiadas aos *milites* e à nova aristocracia «local»²²¹, os infanções, que apoiara Fernando durante os seus esforços bélicos²²². Assistimos, assim, àquilo a que Barroca chama a transição de um modelo condal para um modelo senhorial²²³. No entanto, o mesmo autor salienta que a formação das *terras* não foi simultânea, que o processo foi longo e que não existem decretos reais relativos à sua criação: por esta razão, não podemos atribuir a sua criação exclusivamente

²¹⁷ Na opinião de Fernandes, este facto poderá estar na origem da hostilidade do novo soberano contra Portucale. Apesar desta «antipatia», D. Fernando casou com uma princesa meio-portugalense, o que lhe permitiu considerar como seus bens (= de família) o próprio condado e o mosteiro de Guimarães. É provavelmente por isso o pedido de inventário do mosteiro de 1059 (LM [45] = VIII; DC 420) para tomar posse desses bens. FERNANDES, 1972a: 80-81. Também para Branco, a grande decadência das famílias da alta nobreza portugalense, ocorrida com a subida ao poder de Fernando I, deve-se ao apoio que deram a Bermudo III: BRANCO, 1993: 561.

²¹⁸ Acerca de Sesnando Davides ver ISAAC, 2014, mais tarde publicado como ISAAC, 2017.

²¹⁹ DC 549, ano 1077.

²²⁰ Relativamente às *terras*, ver *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XXXI: particularmente 434-454, bem como uma panorâmica geral da divisão territorial, BARROS, 1954: 11-69, 221-396, 433-443 (comentários críticos de Soares).

²²¹ BARROCA, 1990-1991: 115. Em particular, é durante o século XI que surgem, na documentação, várias famílias locais que assumirão — sobretudo no século seguinte — grande importância, primeiro no condado e, depois, no reino de Portugal. Entre estas famílias, cinco são as mais proeminentes: os Sousa, os Maia, os Baião, os Riba Douro e os Bragança, estes últimos mais ligados aos territórios leoneses de Astorga e Zamora, próximos dos seus domínios de Bragança e Chaves. A estas, para as áreas que nos interessam, podemos acrescentar as famílias «menores», frequentemente relacionadas com as cinco grandes linhagens: Barbosa, Tougues, Riba Vizela, Paiva, Cete e Urró, Soverosa, Marnel e Grijó. Para uma panorâmica deste tema, ver MATTOSO, 2001a: 112-154. Ver também PIZARRO, 2017; BARROCA, 2003b: 32-33. Abordaremos alguns membros destas famílias nos capítulos seguintes.

²²² MATTOSO, 2002a: 72-74. Uma figura exemplar deste período é, sem dúvida, Gonçalo Trastamires da Maia, que organizou autonomamente — sem envolver o conde de Portucale — uma expedição militar contra Montemor-o-Velho, demonstrando a capacidade militar da nova nobreza: BARROCA, 2003b: 29.

²²³ BARROCA, 1990-1991: 118; 2003b: 72-73.

a Fernando I²²⁴. A situação que emerge em meados do século XI é bastante confusa, pois, com o estabelecimento destes novos territórios, as rivalidades e os conflitos surgem «com os senhores das antigas *civitates*, que por certo tentaram defender o seu estatuto e poder; com os detentores de outros distritos recém-formados, que pretendiam estabilizar o seu território; e ainda com outros *militēs* que, não possuindo tenências, aspiravam a exercer o poder à volta dos seus domínios»; além disso, as referências documentais iniciais podem ser confusas ou mesmo contraditórias, com sobreposições territoriais significativas²²⁵. Esta divisão territorial através de *terras* só terminaria no reinado de D. Dinis, em julho de 1287, na sequência de uma política real que pretendia controlar o poder da nobreza²²⁶.

Para a nossa investigação, é muito importante notar que, ao contrário das *civitates*, em que se tolerava a existência de várias fortificações, com a estabilização das terras, assistimos à redução dos elementos defensivos, ao ponto de haver apenas um castelo por unidade administrativa, o chamado castelo cabeça de terra: estamos perante um verdadeiro *decastellamento*²²⁷.

À frente destas novas células administrativas, como vimos, serão instalados os representantes das novas famílias que aumentarão o seu poder em detrimento da nobreza condal: serão designados por *tenentes*, representantes do rei no território, exercendo não só direitos militares (nomeadamente, como castelões dos castelos «cabeça de terra»), mas também direitos fiscais e judiciais²²⁸.

Em pouco tempo, estes aristocratas tomaram posse dos *honores* concedidos pelo soberano, inicialmente como *beneficia*, «permitindo que se processasse uma privatização dos direitos de carácter público»²²⁹.

Em 1064, Fernando I dividiu o seu reino: ao seu filho mais velho, Sancho (†1072), deixou Castela; a Afonso (†1109), Leão; e a Garcia (†1090) a Galiza (e, portanto, também *Portucale* e Coimbra, embora esta última, como vimos, fosse governada quase autonomamente por Sesnando Davides).

No reinado de Garcia II (1065-1071 e 1072-1073)²³⁰ foi estabelecido, pela primeira vez, um reino autónomo da Galiza, mas que teve uma duração muito curta²³¹. Este monarca teria, entre os seus vassallos, alguns representantes das famílias nobres de Entre Douro e Minho, incluindo, por exemplo, Múnio Vegas, *tenens* de *Anegia*²³².

²²⁴ BARROCA, 1990-1991: 115; 2003b: 73.

²²⁵ BARROCA, 2003b: 74. Um aspeto, o da rivalidade, também sublinhado em BRANCO, 1993: 565.

²²⁶ BARROCA, 2003a: 180, em que o autor assinala como, apesar desta reforma, os castelos podem ter permanecido operacionais, sendo confiados aos alcaides.

²²⁷ BARROCA, 2003b: 75. É importante sublinhar que o abandono militar e a consequente diminuição dos sítios fortificados, e com guarnições, não implicou uma diminuição do poder dos *domini loci* locais.

²²⁸ Sobre os *tenentes* ver o clássico VENTURA, 1992: I, 100-102; II, 997-1038 (com alguns erros); AMARAL, BARROCA, 2012: 346-352.

²²⁹ VENTURA, 1992: I, 261.

²³⁰ Relativamente a Garcia II, ver ANDRADE CERNADAS, 1997: 41-50; 1998: 211-216; PORTELA SILVA, 2001.

²³¹ AMARAL, BARROCA, 2012: 85-88.

²³² «Mandante ipsa terra Monnio Veniegas»: DC 551 (ano 1078). Múnio Vegas surge na documentação já em 1045 (DC 343), e Leontina Ventura refere-o como *tenens* de *Anegia* entre 1068 e 1078: VENTURA, 1992: I, 1031, nota 3.

Na luta que se seguiu entre os três irmãos, após uma primeira vitória de Sancho II, o *Forte*, que conseguiu reunir, brevemente, o antigo reino do seu pai no seu controlo, foi Afonso VI que acabou por prevalecer: Sancho II foi assassinado em 1072, durante o cerco de Zamora, no qual a sua irmã Urraca (†1101) se barricara; Garcia II foi capturado — por traição — em 1073 e aprisionado, até à sua morte, no castelo leonês de Luna.

Em 1059²³³, vemos surgir na documentação, pela primeira vez, Nuno Mendes (†1071), filho do conde Mendo Nunes²³⁴. Apesar de o território portugalense estar então nas mãos de vassallos diretamente ligados à figura real, Nuno é referido como conde (embora, nessa altura, o título pareça ter sido completamente esvaziado de qualquer poder material²³⁵) num documento de 1070, em que figura entre os *confirmantes* de uma doação do rei Garcia II²³⁶.

Em fevereiro de 1071²³⁷, Nuno Mendes enfrentou o exército de Garcia II na conhecida «batalha de Pedroso», num terreno situado entre os rios Cávado e Ave: «Portugallenses commiserunt praelium adversus Regem Domnum Garciam»²³⁸. No conflito, Nuno, que evidentemente não tinha conseguido reunir à sua volta forças suficientes para resistir ao exército de Garcia, foi pesadamente derrotado²³⁹.

A sua revolta representa uma última tentativa da nobreza condal para recuperar o poder que tinha desaparecido e passado, há décadas, para as mãos das novas famílias da nobreza local. Não se deve, contudo, interpretar este facto como uma primeira tentativa de obter a autonomia de «Portugal», como alguns autores quiseram ver²⁴⁰. Curiosamente, a filha de Nuno, Loba «Aurovelido» Nunes, casou com Sesnando Davides, de estatuto social inferior, mas, como vimos, um dos homens mais poderosos da segunda metade do século XI. Este casamento deve ser entendido como uma espécie de sobreposição e alternância do novo poder, que suplanta definitivamente o antigo. Após a batalha de Pedroso e com a morte do seu último conde, o primeiro Condado Portugalense termina inexoravelmente e o seu território passa diretamente para o controlo de Afonso VI. Passariam cerca de vinte anos até que o soberano decidisse confiar ao seu genro, o conde Raimundo de Borgonha (†1107), marido da sua filha Urraca, o governo de toda a zona noroeste da Península Ibérica, inclusive o território de Coimbra²⁴¹.

²³³ DC 421, embora a identificação entre o referido *Nunu Mendiz* e o último conde de *Portucale* não seja totalmente certa (MATTOSE, 2001c: 86). Por outro lado, Gouveia parece não ter dúvidas: GOUVEIA, 2013.

²³⁴ Sobre a figura de Nuno Mendes, ver, em particular, o bem argumentado GOUVEIA, 2013.

²³⁵ GOUVEIA, 2013: 171.

²³⁶ «Nunno menindiz comes» (DC 491).

²³⁷ GOUVEIA, 2013: 176-177, nota 79, em que o autor corrige a data tradicional de 18 de janeiro de 1071 indicada pelo *Chronicon Gothorum*, 10, sugerindo o final de fevereiro como a data mais provável para a batalha de Pedroso. Esta proposta é sustentada pelo facto de Nuno Mendes ainda ser vivo em 17 de fevereiro de 1071, quando fez uma doação ao mosteiro de Santo Antonino de Barbudo (LF 253).

²³⁸ *Chronicon Gothorum*: 10.

²³⁹ BRANCO, 1993: 571.

²⁴⁰ Ver, por exemplo, FERNANDES, 1972a: 86-87.

²⁴¹ «The old realm of García Fernández had now become the province of Count Raymond, who would rule it with viceregal powers until his death better than seventeen years later», REILLY, 1988: 217. O governo de Coimbra, após

2.3. O SEGUNDO CONDADO PORTUCALENSE (1096-1139)

Os anos entre o final do século XI e as primeiras décadas do século XII, ricos em acontecimentos, serão de fundamental importância para o nascimento do futuro reino de Portugal. Tentaremos resumir brevemente os principais acontecimentos, remetendo para a bibliografia indicada nas notas para mais pormenores.

2.3.1. Henrique de Borgonha (1096-1112)²⁴²

A partir do início do século XI, assiste-se a várias intervenções «francesas» em território ibérico. Na expedição promovida por Eudo I de Borgonha (†1103), em 1086-1087, participaram, também, o seu irmão Henrique, filho mais novo do duque Henrique de Borgonha (†1074), e o seu primo Raimundo, filho de Guilherme I, o *Grande* (†1087), conde de Borgonha²⁴³.

Os dois borgonheses ficam ao serviço de Afonso VI, que dá em casamento a sua filha Urraca²⁴⁴ (†1126) a Raimundo²⁴⁵ e, mais tarde, (entre 1094 e 1095²⁴⁶) uma outra filha — ilegítima —, Teresa²⁴⁷ (†1130), a Henrique. Raimundo foi nomeado conde da Galiza, um vasto território que abrangia a área do que tinha sido o reinado de Garcia II.

Em 1095 ou 1096, Henrique de Borgonha (†1112) foi investido pelo seu sogro no governo do Condado Portucalense, formalmente subordinado a Raimundo. Esta decisão pode talvez estar relacionada com as derrotas de Raimundo contra as forças islâmicas, ocorridas entre 1093 e 1094²⁴⁸; para o rei de Leão, dividir o vasto território anteriormente atribuído a Raimundo (1090-1091) e atribuir o governo dos pontos militarmente quentes a um líder experiente como Henrique devia ser a melhor solução possível²⁴⁹. É muito importante sublinhar a forma como Teresa e Henrique recebem o território portucalense como herança: Teresa como filha de Afonso VI, Henrique como marido de Teresa²⁵⁰.

Este segundo condado, como salienta Mattoso, nasceu como uma entidade nova e bem definida²⁵¹, mediante a união de duas unidades político-administrativas anteriormente

a morte de Sesnando Davides (1091), passou brevemente para as mãos de Martim Moniz de Riba Douro, marido de sua filha Elvira Sisnandes (MATTOSO, 2001c: 261).

²⁴² Retomamos aqui, em parte, o que foi dito em MARIANI, RENZI, 2019.

²⁴³ AMARAL, BARROCA, 2012: 18-24 (sobre as campanhas militares), 25-44 (sobre as origens de Henrique), 45-51 (sobre as origens de Raimundo).

²⁴⁴ Sobre Urraca ver REILLY, 1982.

²⁴⁵ O ano do casamento entre Raimundo e Urraca não é claro: em 1087, Urraca poderia ter cerca de 8 anos; segundo o direito canónico, teria de esperar pelo menos doze anos. REILLY, 1982: 13-14. Em O' CALLAGHAN, 2013: 213 propõe-se 1091.

²⁴⁶ Num documento de fevereiro de 1095, lê-se: «Henricus gener regis cu(m) uxore nea Tharasia q(uo)d soccer fec(it) c(on)f(irmo)». ACT v.11. b.1.4. Agradecemos ao doutor Renzi (CEHR-UCP) pela indicação.

²⁴⁷ Sobre Teresa ver AMARAL, BARROCA, 2012: 60-74, 169-233.

²⁴⁸ MATTOSO, *dir.*, 1992: 562; 1993a: 30-32; BRANCO, 1993: 577, 580-581.

²⁴⁹ AMARAL, BARROCA, 2012: 114; MATTOSO, *dir.*, 1993a: 32-35; 2006: 20-32; LAY, 2008: 54.

²⁵⁰ Em DC 914 (ano 1099) lê-se: «comes Anrichus sedente cum filiam ipsius Imperatori nomine Tarasia et tenente de illo terra de Portugal pro suas hereditas». Sobre este assunto, ver, por exemplo MERÊA, 2006: 277-307.

²⁵¹ Em DC 849 (= LP 509), ano 1097, lê-se: «Comite domno henrico genero supradicti regis dominante a flumine mineo usque in tagum». Ver, também, o que foi dito no Capítulo 1, secção 1.2.1.

independentes uma da outra: os condados de *Portucale* e Coimbra²⁵². Henrique foi um dos principais intervenientes na complexa política do reino de Leão e Castela na viragem dos séculos XI e XII²⁵³. O seu governo caracterizou-se por uma atividade militar constante, dirigida não só contra as forças islâmicas, especialmente após a morte de Afonso VI. Esta política e as suas ausências contínuas e prolongadas do condado²⁵⁴ podem ser indicadores de como Henrique tinha um projeto político muito ambicioso: prova disso seria, entre outros, o chamado «pacto sucessório», documento ambíguo a que se têm dedicado vários estudos, incluindo os recentes trabalhos de Estefânio²⁵⁵. Este acordo estabelecia a divisão do reino entre os dois primos, após a morte de Afonso VI: a Henrique caberia Toledo e parte do seu tesouro ou, eventualmente, «Galiza» e «Portugal»; a Raimundo caberiam Leão e Castela²⁵⁶. A data do «pacto» é ainda hoje objeto de debate: para David, não é possível que o acordo tenha sido assinado antes de 1103, pelo que propõe uma data entre 1106 e 1107, pouco antes da morte de Raimundo (tal como proposto por Herculano); Bishko, O'Callaghan, Amaral e Barroca propõem 1105; para outros estudiosos, o pacto pode ser atribuído aos últimos anos do século XI: por exemplo, Reilly propõe 1095, enquanto Fernandes 1093-1094²⁵⁷. Independentemente de quando foi redigido o documento, a situação não tardou a mudar radicalmente, pois, em poucos anos, morreram algumas das figuras mais importantes do reino de Leão e Castela: Raimundo de Borgonha, em 1107, Sancho Afonso (único herdeiro masculino de Afonso VI) na batalha de Uclès, em 1108 e, por último, o próprio Afonso VI, em 1109.

Urraca tornou-se, então, rainha de Leão e Castela, enquanto o seu filho, o futuro Afonso VII (†1157), foi coroado rei da Galiza, em 1111. Nesta altura, Henrique tenta conquistar mais espaço político²⁵⁸: estará militarmente, seja ao lado da rainha Urraca, seja no do seu segundo marido, Afonso I, *o Guerreiro* (†1134), rei de Aragão e Navarra, no que foi uma verdadeira

²⁵² MATTOSO, 2001a: 55, 63. Ver também BRANCO, 1993: 569, 577-581.

²⁵³ Sobre o governo de Henrique ver AMARAL, BARROCA, 2012: 124-168; REILLY, 1988: 37-355; BISHKO, 1984; FLETCHER, 1984: 48-50, 202-206; SOARES, 1974. Ver também o clássico MERÊA, 2006: 258-275.

²⁵⁴ Precisamente por este motivo, Henrique procurou, desde o início, manter boas relações com as principais famílias da aristocracia regional (PIZARRO, 2017: 321). Nesta ótica, deve ser interpretada a decisão de confiar a administração do território ao «vassallo fideli nostro Suario prolis Menendiz». Parte da política de Henrique reflete-se também no facto de ter escolhido Nuno Pais (da família Azevedo, ramo da família Baião), em 1097, e Paio Soares (da família Maia, filho de Soeiro Mendes) como seu alferes-mor, em 1112. Em novembro de 1097, Henrique e Teresa (DR I 4) concedem a Soeiro Mendes o couto de um vasto território a sul do rio Ave (AMARAL, BARROCA, 2012: 125, 151). Na opinião dos autores, este é o exemplo mais antigo de concessão de um couto no território portugalense. Além disso, no documento já citado de 1099 (DC 914) lê-se: «Suario Menendiz sub patrocinio ipsius comes, tenente de illo honore magna, et terra multa». Soeiro Mendes, *o Bom*, era definido «prepotens et nobilissimus omnium Portugalensium»: MATTOSO, 2001c: 161-164.

²⁵⁵ ESTEFÂNIO, 2011, 2014. Ver também LAY, 2008: 33-35.

²⁵⁶ ESTEFÂNIO, 2011: 22-24.

²⁵⁷ REILLY, 1988: 251-252. O autor interpreta a decisão de entregar o condado a Henrique precisamente para contrariar o pacto entre os dois primos (Cf. BRANCO, 1993: 581. Branco parece concordar com a proposta de Bishko, sugerindo 1104-1105); DAVID, 1948: 278; HERCULANO, 1980: I, 210; BISHKO, 1984: 182-188; O'CALLAGHAN, 2013: 213-214; AMARAL, BARROCA, 2012: 331-332, doc. 1; FERNANDES, 1972b: 182, nota 1. É interessante a tabela proposta por Estefânio que resume as posições desde o século XVII até 2009 (ESTEFÂNIO, 2011: 7).

²⁵⁸ LAY, 2008: 54.

«guerra civil»²⁵⁹. Neste cenário, regista-se um «pacto de amizade»²⁶⁰ entre Teresa e Urraca, em finais de 1110²⁶¹.

Não sabemos que resultados poderá ter dado a estratégia de Henrique: a 24 de abril de 1112 morre em Astorga, com pouco menos de 40 anos. O governo do Condado Portucalense passa então para as mãos da sua viúva, Teresa, e do seu filho, Afonso Henriques (†1185)²⁶², que, na altura, só tinha 3 anos.

2.3.2. Teresa: a «condessa-rainha» (1112-1128)

O governo de Teresa pode ser dividido em dois momentos: um primeiro que vai desde a morte de Henrique até à chegada de Fernão Peres de Trava (†1155) ao território portucalense (1121); e um segundo que termina com a batalha de São Mamede (1128). O primeiro período parece caracterizar-se pelo desejo de Teresa de prosseguir a política do marido: apesar disso, a rainha-condessa não podia eximir-se aos seus deveres face a Urraca e, por isso, esteve presente, quando convocada, em Oviedo, em 1115. Outros fatores influenciam, negativamente, estes anos: na fronteira galega, Teresa empenha-se, sobretudo na zona de Astorga, contra a sua meia-irmã (1112-1116)²⁶³; na fronteira sul, assiste-se a uma fase muito agressiva por parte dos almorávidas, que conduz à perda de territórios e fortalezas (1116-1117)²⁶⁴; São, pois, notórios os acontecimentos — e as consequências — ligados à eleição do arcebispo de Braga, D. Maurício «Burdino», em 1118, como Gregório VIII, antipapa de Henrique V²⁶⁵.

A aliança com a família Trava é anterior à chegada de Fernão Peres ao território portucalense: já em 1116 vemos Teresa a apoiar as pretensões do seu sobrinho Afonso Raimundo, ao lado de Pedro Froilaz — pai de Fernão e tutor de Afonso Raimundo — e do bispo D. Diego Gelmires, enfrentando Urraca em Sabroso²⁶⁶. No mesmo ano, Urraca e Afonso chegam a um acordo sobre a divisão territorial²⁶⁷.

Nesta perspetiva das alianças de Teresa, podemos interpretar a doação feita a D. Hugo, bispo de Porto e homem de D. Diego Gelmires (abril de 1120)²⁶⁸. Em junho do mesmo ano,

²⁵⁹ Sobre a política de Henrique nos últimos anos da sua vida, ver em particular AMARAL, BARROCA, 2012: 150-168. Ver também BRANCO, 1993: 592.

²⁶⁰ LF 529 = DR I 31; AMARAL, BARROCA, 2012: 334-335, doc. 3.

²⁶¹ AMARAL, BARROCA, 2012: 178.

²⁶² Sobre a figura de Afonso Henriques ver MATTOSO, 2006. Para uma visão geral do «tempo» de Afonso Henriques, ver BARROCA, 2017c.

²⁶³ BRANCO, 1993: 597.

²⁶⁴ BARROCA, 2003b: 37.

²⁶⁵ Sobre a interessante e controversa figura de Maurício, o antipapa Gregório VIII, ver os recentes RENZI, 2018, com extensa bibliografia (213-220); RENZI, 2021.

²⁶⁶ Tendo em vista a restauração do reino da Galiza, objetivo de Teresa desde, pelo menos, 1117, o primeiro passo foi reconstituir a monarquia galega. É por isso que, a partir de 1116, vemos como inicialmente Teresa e Pedro Froilaz (que, juntamente com os seus aliados, queria, sem dúvida, recuperar uma autonomia para a Galiza) e Teresa e os filhos deste último se aliaram mais tarde (AMARAL, BARROCA, 2012: 221-222).

²⁶⁷ BRANCO, 1993: 597.

²⁶⁸ Ver o que está escrito no Capítulo 1, na secção 1.2. Curiosamente, Teresa, «em paralelo», mandou prender o arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, tutor do seu filho, e inimigo do arcebispo de Compostela, em 1122: AMARAL, BARROCA,

as forças de Urraca (apoiadas pelas de D. Gelmires) invadem e devastam o território portugalense, forçando Teresa a refugiar-se no castelo de Lanhoso, perto de Braga. Nesta ocasião, parece que Afonso Henriques, os nobres e o clero portugalense reconhecem a autoridade de Urraca. Na sequência deste sucesso, a rainha decide mandar capturar D. Gelmires, favorecendo, assim, uma nova aliança do prelado com Teresa e Pedro Froilaz. No ano seguinte, Teresa decidiu reagir e invadiu a Galiza com as suas forças. Em breve, as duas irmãs chegam a um acordo: Teresa volta a prestar homenagem, reconhecendo a superioridade da sua irmã, que, por sua vez, lhe concede o senhorio do território de Ourense²⁶⁹.

Esta primeira fase caracteriza-se também pelo início das relações de Teresa com os dois irmãos Trava: Bermudo († 1168) e Fernão. Branco sublinha como estas relações devem ser atribuídas a uma decisão política precisa de Teresa, e não apenas enquanto fruto de uma paixão²⁷⁰. No final da sua relação com Bermudo, Teresa dá-lhe uma das suas filhas, Urraca, em casamento²⁷¹. Da sua posterior relação com Fernão, Teresa terá quatro filhas: Urraca, Sancha, outra Sancha e Teresa; esta última casará com Fernando II de Leão, filho de Afonso VII e, portanto, seu primo²⁷².

Entre 1118 e 1120, assistimos à chegada ao território portugalense de vários nobres galegos, que, enquanto combatiam os muçulmanos a sul, se ligaram através da política matrimonial aos infanções locais. Estes não parecem ter tido problemas com o novo rumo até à nomeação de Fernão para governar *Portucale* e Coimbra em 112²⁷³: «Consule autem domno Fernando dominante Colimbrie et Portugali»²⁷⁴. A partir desse momento, Fernão ocupou essa posição até pouco antes da batalha de São Mamede²⁷⁵.

Uma consequência direta desta nova interferência da família Trava no território portugalense foi o afastamento da corte de Teresa das figuras mais importantes da nobreza regional²⁷⁶.

2.3.3. D. Afonso Henriques e a batalha de São Mamede (1128)

Em 1125, segundo a tradição, D. Afonso Henriques foi armado cavaleiro na catedral de Zamora, na presença do seu tutor, D. Paio Mendes, arcebispo de Braga. A partir desse momento, o infante, agora já adulto, pode reclamar a sucessão.

A morte da rainha Urraca, em março de 1126, permitiu que o seu filho Afonso Raimundo fosse coroado como Afonso VII de Leão e Castela (†1157).

2012: 220. Mattoso propõe, como tutor de Afonso Henriques, Ermígio Moniz: MATTOSO, 2006: 51; pelo contrário, Fernandes e Branco alvitram Egas Moniz: FERNANDES, 1972b: 185; BRANCO, 2006: 38.

²⁶⁹ COELHO, HOMEM, *coords.*, 1996: 21.

²⁷⁰ BRANCO, 1993: 596.

²⁷¹ FERNANDES, 1972b: 183.

²⁷² AMARAL, BARROCA, 2012: 73.

²⁷³ BRANCO, 1993: 600-601.

²⁷⁴ DP IV 156 (24.01.1121).

²⁷⁵ DR I 81 (31.03.1128).

²⁷⁶ MATTOSO, *dir.*, 1993a: 53-58; 2002a: 11-30; 2006: 36-38, 41-46 (apenas alguns membros da família Baião continuam ao lado de Teresa e Fernando); AMARAL, BARROCA, 2012: 71, 223-225.

No ano seguinte, entre setembro e outubro, durante seis semanas, Afonso VII voltou a invadir e a devastar o território portugalense para que a sua tia e o conde Fernão reconhecessem a sua autoridade²⁷⁷: «congregato igitur magno exercito, regem A. contra prefatama reginam euntem in Portugaliā comitatus est. Ibique per sex ebdomadas villas devastando, castra et civitates obsidendo et capiendo, cum toto suo posse in magno labore atque periculo moratus est. Nec tamen inde prius rediit nec exercitum suum redire permisit, donec terra fere tota devastata fuit, et ipse concordiam inter regem et reginam suo consilio atque solertia reformavit»²⁷⁸. Infelizmente, a fonte não refere exatamente quais os *castra* que foram cercados e tomados.

Muito provavelmente, Teresa e Fernão retiram-se com as suas forças para sul (Viseu ou Coimbra), enquanto D. Afonso Henriques, apesar da derrota e da submissão ao primo, demonstra a sua capacidade militar durante o cerco de Guimarães²⁷⁹.

O filho do conde Henrique torna-se, assim, o símbolo do desejo de vingança da nobreza portugalense contra o excesso de poder dado por Teresa a Fernão: os nobres, na prática, utilizam-no para substituir Teresa²⁸⁰. D. Afonso Henriques não tardou a aperceber-se deste facto e, por isso, procurou libertar-se da sua interferência, nomeadamente mudando a sua capital de Guimarães para Coimbra²⁸¹.

A partir de maio de 1127, o filho de Teresa desaparece da documentação, ao lado da mãe²⁸²: a situação parece ter sido comprometida já em dezembro do mesmo ano²⁸³ quando D. Afonso Henriques, juntamente com muitos membros da alta nobreza portugalense, que já tinham abandonado a corte de Teresa, concedeu o couto à ermida de São Vicente de Fragoso²⁸⁴. Em janeiro de 1128, concedeu o couto ao mosteiro de Manhente²⁸⁵, em abril, confirma o foral em Guimarães²⁸⁶ e, finalmente, num documento datado de 27 de maio, lemos uma declaração muito importante de D. Afonso Henriques: «et quando habuero Portugalensem terram adquisitam»²⁸⁷. O conflito é agora inevitável e concretiza-se no que entrará para a história como a batalha de São Mamede: a 24 de junho de 1128, as forças de Teresa e Fernão

²⁷⁷ MATTOSO, 2006: 41.

²⁷⁸ *Historia Compostellana*, LXXXV: 25-32. A referência à tomada de *castra et civitates* pode ser um *topos* literário.

²⁷⁹ Sobre este assunto, ver SOARES, 1989: 179-185; MATTOSO, *dir.*, 1993a: 56-57; 2006: 41-43. O autor refere como D. Afonso Henriques seguiu o primo e a sua comitiva após o cerco de Guimarães: de facto, a 13 de novembro de 1127, confirma, em Compostela, três diplomas emitidos por Afonso VII.

²⁸⁰ BRANCO, 1993: 603.

²⁸¹ BRANCO, 1993: 610.

²⁸² DR I 75. D. Afonso Henriques não está efetivamente presente na doação a D. Hugo e à sé de Porto do couto e da igreja de São Fausto da Régua (DR I 76).

²⁸³ DR I 86.

²⁸⁴ FERNANDES, 1972b: 187.

²⁸⁵ DR I 86 bis. Contudo, a datação de 1128 não é certa.

²⁸⁶ DR I 87.

²⁸⁷ DR I 89. Trata-se da confirmação do couto ao bispado de Braga, anteriormente concedido por Afonso VII e sua mãe, a rainha Urraca. Neste documento, D. Afonso Henriques acrescenta novas doações e concessões.

defrontam-se com as de D. Afonso Henriques e seus apoiantes²⁸⁸. Nesta altura, quase todos os *magnates portucalensi* abandonaram a rainha-condessa. Para atacar com uma ação de pinça, Teresa prepara as suas forças e parte de Coimbra, enquanto, segundo Fernandes, Fernão vai à Galiza em busca de apoio²⁸⁹. Esta estratégia, no entanto, não terá um bom resultado. É assim que o *Chronicon Gothorum* recorda este episódio:

Mense Junio in festo S. Joannis Baptistae Infans inclytus Donnus Alfonsus Comititis Henrici, & Reginae Donnae Tarasiae filius, magni Imperatoris Hispaniae Domini Alfonsi nepos, Domino auxiliante, & divina clementia propitiunte, studio, & labore suo magis quam parentum voluntate, aut juvamine, adeptus est Regnum Portugallis in manu forti. Siquidem mortuo patre suo Comite Domino Henrico, cum adhuc ipse puer esset duorum, aut trium annorum, quidam indigni & alienigenae vendicabant Regnum Portugallis, matre ejus Regina Donna Tarasia eis consentiente, volens fie ipsa superbe regnare loco mariti sui, amoto filio a negotio Regni. Quam injuriam valde inhonestam nullatenus ferre valens (erat enim jam grandaevus aetate, & bonae indolis) convocatis amicis suis, & nobilioribus de Portugal, qui eum multo maxime, quam matrem ejus, vel indignos & externos natione volebant regnare super se, commisit cum eis praelium in campo Sancti Mametis, quod est prope Castellum de Vimaranes, & contriti sunt & devicti ab eo, & fugerunt a facie ejus, & comprehendit eos. Obtinuit ipse pricipatum & Monarchiam Regni Portugallis²⁹⁰.

As forças de Teresa e Fernão são derrotadas («contriti sunt & devicti»²⁹¹), e os dois não têm outra alternativa senão a de se refugiarem na Galiza. Teresa morrerá dois anos mais tarde²⁹²; Fernão, de volta nas graças da sua mulher (Sancho González), concentrará os seus interesses na Galiza («Comes Fernandus de Gallecie»), comandando as tropas galegas nas lutas entre Afonso VII e os almorávidas. Alguns quiseram ver neste episódio uma espécie de busca primitiva pela autonomia de «Portugal», motivada por um forte «espírito de independência nacional»²⁹³: tese rejeitada por Amaral e Barroca, que especificam que a batalha de São Mamede deve ser interpretada como o ponto de rutura definitivo entre os interesses e objetivos de Teresa, com os seus aliados galegos, e os dos «barões portucalenses»²⁹⁴.

²⁸⁸ Sobre este conflito, ver, entre outros: FERNANDES, 1978, tendo em conta o que já foi dito sobre o patriotismo zeloso do autor; MATTOSO, 2006: 45-46; 2002a: 15, 19, em que o autor sublinha que a batalha de São Mamede deve ser entendida como um ataque contra a pessoa de Fernão Peres de Trava e não contra os «estrangeiros», ou seja, os galegos em geral; o discurso também é retomado nas páginas 129-147, em que Mattoso recorda como, desde o início, os nobres galegos se encontravam na corte de D. Afonso Henriques, mesmo em altos cargos: por exemplo, Fernão Peres Cativo, seu filho Vasco Fernandes de Soverosa e o conde Vasco Sanches de Barbosa foram, de facto, «mordomos-mores».

²⁸⁹ FERNANDES, 1972b: 200-205, em que o autor indica também as forças que apoiam D. Afonso Henriques. No entanto, esta proposta, certamente sensata, não parece encontrar apoio na documentação.

²⁹⁰ *Chronicon Gothorum*: 12. No entanto, é preciso ter em conta que a fonte não é coeva, pelo que deve ser considerada com a devida precaução.

²⁹¹ Literalmente «triturados».

²⁹² Sobre as dúvidas em torno da morte e do enterro de Teresa, AMARAL, BARROCA, 2012: 288-302.

²⁹³ Mesmo tendo em conta a fonte citada: «matrem ejus, vel indignos & externos natione volebant regnare super se». E sobretudo: «Obtinuit ipse pricipatum & Monarchiam Regni Portugallis».

²⁹⁴ AMARAL, BARROCA, 2012: 228-229.

2.4. O REINO DE PORTUGAL: AFONSO I E SANCHO I

Como vimos, a batalha de São Mamede não deve ser interpretada como o início de um projeto para a independência de «Portugal»: este seria um processo muito lento, que teve como cenário um confronto contínuo entre D. Afonso Henriques e o seu primo Afonso VII, com o seu ponto alto entre 1139-1940 — quando o primeiro surge na documentação com o título de *rex* — e 1143, quando D. Afonso Henriques se declara vassalo do papa e assina o Tratado de Zamora²⁹⁵.

2.4.1. Conquista a sul: Coimbra, nova «capital»

A decisão de D. Afonso Henriques, em 1131, de transferir a sua corte e fazer de Coimbra a sua nova capital teve duas consequências diretas.

A primeira, mais evidente, é a vontade de deslocar o centro de gravidade político para sul, quer para melhor gerir a guerra contra as forças islâmicas quer com um claro desejo de expandir o seu reino, e — não menos importante — para escapar à pressão e ao «controlo» da grande aristocracia do Norte, inicialmente um importante aliado do novo governante, mas, agora, um fardo do qual D. Afonso Henriques sente definitivamente a necessidade de se libertar²⁹⁶.

Para obviar a esta situação, o futuro rei de Portugal apoia-se na «nova» e «secundária» nobreza localizada entre os rios Douro e Mondego, confiando-lhes o controlo de vilas, castelos e instituições eclesiásticas (mantendo-os, no entanto, sob sua proteção). Dirige-se, também, aos filhos cadetes das aristocracias a norte do Douro e da Galiza, oferecendo-lhes as terras que poderiam conquistar (a sul).

A segunda, mais importante para o objetivo desta investigação, é a clara perda de importância estratégica e militar do território estudado. De facto, o território da diocese do Porto encontra-se, hoje, afastado tanto da fronteira muçulmana, a sul e a sudeste, como relativamente às zonas «quentes» a norte, ao longo da fronteira galega.

Em 1135, Afonso VII foi coroado imperador («Imperator totius Hispaniae»), mas D. Afonso Henriques não estava presente: por um lado, podemos supor uma ausência voluntária do filho de Henrique, por outro, sabemos como estava ocupado com a «conquista» do castelo de Leiria. Pouco tempo depois, o próprio D. Afonso Henriques planeia a invasão da Galiza, de comum acordo com os condes de Límia e Toronho (1137). Este facto conduziria ao pacto assinado entre os dois primos, em Tui, no mesmo ano²⁹⁷. Embora nem todos os historiadores estejam de acordo, poder-se-á reconhecer neste documento uma espécie de ato de vassalagem da parte de um D. Afonso Henriques preocupado com os problemas relacionados com Tomar e desejoso de uma solução rápida²⁹⁸.

²⁹⁵ BRANCO, 1993: 605.

²⁹⁶ MATTOSO, 2001a: 63; 2001b: 27; 2006: 75-76.

²⁹⁷ Sobre este tratado, ver o clássico MERÊA, 2006: 309-333, com o texto do documento em apêndice.

²⁹⁸ BRANCO, 1993: 608.

Na fronteira meridional, de grande importância foi a batalha de Ourique, no Alentejo, que teve lugar a 25 de julho de 1139 e que terminou com a primeira grande vitória de D. Afonso Henriques sobre os almorávidas.

2.4.2. *Alfonsus Portugaliensium rex (1139-1185)*

Sem contar com os relatos de algumas crónicas medievais que referem que D. Afonso Henriques já era rei após a batalha de São Mamede²⁹⁹, o título de *rex* parece ter sido utilizado após a batalha de Ourique. Aparece, pela primeira vez, utilizado pela sua chancelaria, num documento de abril de 1140: «Ego egregius rex Alfonsus gloriosissimi Yspanie imperatoris nepos et consulis domni Henrici et Tarasie regine filius Dei vero providentia totius Portugalensis provincie princeps»³⁰⁰.

Só com o Tratado de Zamora, assinado em outubro de 1143, o Condado Portucalense obteve o reconhecimento formal da sua autonomia de Leão e Castela: na presença do legado papal Guido da Vico (†1150), D. Afonso VII reconhece a dignidade de rei ao seu primo (D. Afonso I de Portugal) e este, em contrapartida, concede-lhe o senhorio de Astorga.

Quanto ao reconhecimento formal pela Santa Sé e ao seu longo processo — desde 1143, com a carta *Claves Regni Caelorum*³⁰¹, de D. Afonso I, na qual se oferece como *milites Beati Petri*, até 1179, com a bula *Manifestis Probatum*³⁰², de Alexandre III (†1181) — remete-se para o recente e bem documentado trabalho de Renzi³⁰³.

Em 1157, Afonso VII morreu, e o reino de Leão e Castela foi dividido entre os dois filhos mais velhos do *imperator*: Sancho III (†1158) ficou com o reino de Castela — sucedendo-lhe o seu filho Sancho VIII (†1214) —, e Fernando II (†1188) com o reino de Leão — sucedendo-lhe o seu filho Afonso IX (†1230).

Nestes anos, D. Afonso I ocupa-se da organização do seu reino a nível interno³⁰⁴, e, a nível externo, numa constante campanha militar com o objetivo de ampliar e reforçar o seu domínio. Os seus esforços dirigiram-se, principalmente, para as fronteiras meridionais e orientais, embora, no início, como vimos, não desdenhasse as ações na fronteira setentrional: pense-se, por exemplo, no chamado «recontro de Valdevez», de 1141³⁰⁵.

²⁹⁹ MATTOSO, 2006: 119-120.

³⁰⁰ DR I 176, em MATTOSO, 2006: 120. O autor refere ainda dois outros documentos (DR I 168 e 175) que poderiam antecipar o uso do título entre março de 1139 e fevereiro de 1140, mas como as suas datas não são certas, prefere seguir a tese proposta por Azevedo. Ver também MATTOSO, *dir.*, 1993a: 62.

³⁰¹ DR I 202.

³⁰² *Regesta Pontificum*, 8725.

³⁰³ RENZI, 2019. É importante salientar que, até ao reconhecimento do título real pela Santa Sé, D. Afonso I não esteve envolvido nos acontecimentos políticos peninsulares mais importantes (1176-1179): BRANCO, 2006: 80-81.

³⁰⁴ Sobre este assunto, ver MATTOSO, 2006: 119-135, 180-194; 2001b: 57-146, nas partes relativas aos primeiros anos do reino de Portugal.

³⁰⁵ Sobre este assunto, ver MATTOSO, 2006: 136-148, 167-179, 195-234, 244-251; MATTOSO, *dir.*, 1993a: 64-79; BARROCA, 2003b: 38-49. Sobre a organização militar, ver BARROCA, 2017b: 125-158.

De grande importância são as conquistas de Santarém e Lisboa, esta última com a ajuda crucial do exército cruzado que se dirigia à Terra Santa para a Segunda Cruzada, em 1147. Crucial para D. Afonso I será, então, a desastrosa derrota em Badajoz contra Fernando II de Leão e os seus aliados almorávidas, em 1169: ferido na perna, nunca mais poderá entrar em campo de batalha³⁰⁶.

Entretanto, em 1146, D. Afonso I tinha casado com D. Matilda (†1157), filha de Amadeus III de Saboia. Deste casamento nasceram sete filhos: Henrique († antes de 1156); Mafalda (†1173), que morreu antes de casar com Raimundo Berengário, o futuro Afonso II de Aragão; Urraca (†1188), que casou com Fernando II de Leão, em 1165; Sancha de Portugal (†1159); D. Sancho I de Portugal (†1211)³⁰⁷, que sucedeu a D. Afonso I e foi rei de Portugal de 1185 a 1211; D. João (nascido em 1156 e falecido jovem) e D. Teresa (†1218), que, em 1183, casou em primeiro casamento com o conde de Flandres, Filipe I, e, em segundo casamento, em 1193, com Eudo III, duque de Borgonha, de quem se divorciou por consanguinidade, em 1195.

2.4.3. Sancho I

Com a morte de D. Afonso I, a 6 de dezembro de 1185, sucede-lhe, como vimos, o seu filho Sancho.

Em 15 de agosto de 1170, o infante foi armado cavaleiro pelo pai e associado ao governo, dando continuidade à política «ofensiva» iniciada por D. Afonso I. Em 1174, casa-se com D. Dulce, filha de Raimundo Berengário IV, príncipe regente de Aragão, com quem tem onze filhos. Mais tarde, em julho de 1178, D. Sancho ganhou respeito no campo de batalha graças à sua primeira vitória, durante a expedição a Sevilha. Esta vitória terá criado condições para que D. Godinho, arcebispo de Braga (que já estivera em Roma entre 1176 e 1177), voltasse a pedir à Santa Sé o reconhecimento do título régio, título esse que viria a ser reconhecido pouco tempo depois, a 23 de maio de 1179.

A política de D. Sancho I seguiu inicialmente o rumo traçado pelo seu pai, com o objetivo de expandir o reino; mais tarde, teve também de se dedicar a uma guerra de defesa³⁰⁸, e a organização interna do reino³⁰⁹. Tal como nas décadas anteriores à sua subida ao trono, a ação de D. Sancho I centrar-se-á principalmente nas fronteiras sul-orientais. Os anos do seu governo serão caracterizados por epidemias, fome e confrontos com a nobreza do reino, bem como pela guerra endémica contra os almorávidas e os conflitos frente a Leão e Castela.

A partir de 1208, D. Sancho I esteve no centro de uma disputa com o clero, nomeadamente com os bispos do Porto e de Coimbra³¹⁰. As coisas dificilmente se recomporiam,

³⁰⁶ BRANCO, 2006: 20-23.

³⁰⁷ Sobre D. Sancho I ver BRANCO, 2006; MATTOSO, 2006: 235-243. Sobre as campanhas militares de D. Sancho I consultar BARROCA, 2003b: 49-54.

³⁰⁸ BRANCO, 2006: 87-160.

³⁰⁹ MATTOSO, *dir.*, 1993a: 100-104.

³¹⁰ BRANCO, 2006: 238-249; MATTOSO, *dir.*, 1993a: 104-106; OLIVEIRA, 1959: 43-50. O pomo da discórdia com D. Martinho Rodrigues (†1235), bispo do Porto, foi o facto de o prelado não ter querido receber na cidade, em 1208,

de tal modo que D. Sancho I morreria sem se ter reabilitado aos olhos de Inocêncio III, que lhe tinha enviado uma nova bula convidando-o a resolver as questões pendentes com Coimbra (fevereiro de 1211³¹¹). Este documento, de facto, só chegou ao seu destino após a morte do soberano (final de março de 1211)³¹².

D. Sancho I conseguiu fazer prosperar o reino que D. Afonso I lhe deixara e foi «suficientemente lúcido para levar a cabo uma política de consolidação do território e de domínio efectivo sobre o reino e sobre os seus subsídios, como forma de tentar garantir a perenidade da construção que seu pai iniciara»³¹³.

o infante D. Afonso (futuro D. Afonso II) com a sua mulher D. Urraca de Castela — recorde-se que Porto era governado directamente pelo bispo desde o tempo de D. Hugo, por concessão de Teresa — por serem parentes. MATTOSO, 2001b: 127.

³¹¹ COSTA, MARQUES, 1989: doc. 146.

³¹² BRANCO, 2006: 264-265.

³¹³ BRANCO, 2006: 267.

3
NORTE DO DOURO

3.1. AMARANTE

A maior parte das localidades que constituem o concelho de Amarante só passou a integrar, para todos os efeitos, o território da diocese do Porto nos finais do século XIX³¹⁴. No seu território atual, identificámos, pelo menos, três elementos defensivos atribuíveis ao período abrangido.

O castelo de Santa Cruz de Ribatâmega foi o castelo cabeça de terra da homónima divisão territorial³¹⁵. Foi documentado, pela primeira vez, em 1059³¹⁶: é a conhecida lista dos bens do mosteiro de Guimarães, elaborada por Fernando I (†1065). No documento, lê-se: «Et in ualle Adrezinos sub castro Sancte Crucis ripa Tamice villa Oleiros»³¹⁷. Esta datação está em plena consonância com a nova organização territorial que assistiu à transição das *civitates* para *terras* a partir de meados do século XI. Após esta citação, não encontramos referências diretas à fortificação. Só após quase meio século, temos referências indiretas à existência do castelo. Trata-se de quatro documentos datados do primeiro quartel do século XII, em que são mencionados dois *tenentes* da *terra* de *Sante Cruce*. Três documentos (um dos quais é considerado falso) mencionam Menendo Venegas³¹⁸: «Menendo Venegas continens Sancte Cruce»³¹⁹; «Menendo Venegas continens castellum Sancte Crucis»³²⁰; e «Menendo Venegas continens Santa»³²¹. No quarto documento, no entanto, *Petrus*, filho de Pelágio, é nomeado: «Petrus Pelagii continens Sancta Crux»³²².

Na sequência de uma visita em 2018³²³, podemos verificar o que Joana Valdez-Tullett descreveu, há cerca de quinze anos³²⁴: o castelo, de cuja dimensão não podemos ter uma ideia clara³²⁵, tem uma planta quadrangular, e ainda hoje são visíveis entalhes em algumas rochas,

³¹⁴ Sobre este assunto, ver as fichas relativas a Aboadela, Aboim, Amarante, Ansiães, Bustelo, Canadelo, Candemil, Carneiro, Chapa, Figueiró, Fregim, Freixo de Cima e de Baixo, Fridão, Gatão, Gondar, Louredo, Lufrei, Madalena, Mancelos, Oliveira, Olo, Padronelo, Real, Rebordelo, Sanche, Telões, Travanca, Várzea, Vila Caiz, Vila Chã do Marão, Vila Garcia, em MOREIRA, 1971a, 1971b, 1972, 1984, 1985-1986, 1987-1988, 1989-1990.

³¹⁵ Leontina Ventura, na sua tese de doutoramento, define-a como Santa Cruz de Sousa, fundindo, erradamente, a sua documentação com a de Aguiar de Sousa e Penafiel de Sousa sob a designação única de Sousa (VENTURA, 1992: II, 1007).

³¹⁶ LM [45] = VIII (são duas versões do mesmo documento, embora tenham algumas diferenças); DC 420 (1059).

³¹⁷ Isto no documento VIII; no documento [45], no entanto, este castelo é curiosamente referido por outro nome: «Et in ualle Arrezosinos sub castro Sancte Marie ripa Tamice villa Ollarios». Embora se possa pensar num erro de transcrição, esta informação poderia indicar a presença de um edifício religioso cujo nome mudou por volta de meados do século XI, sem desaparecer imediatamente.

³¹⁸ Sobre Mendo Viegas, filho de Mónio Ermiges, ver MATTOSO, 2001c: 142-143. Mattoso, na ficha que lhe dedica, regista-o como «governador de Penafiel em 1111», o que colide com o que lemos no documento datado do mesmo ano, no qual Mendo surge claramente como *tenens* de Santa Cruz. No entanto, como veremos adiante, é *Menendus Moniz* que aparece como governador da terra de Penafiel.

³¹⁹ DR I 17 (25.03.1110).

³²⁰ DR I 18 (26.03.1110, falsificação).

³²¹ DR I 24 (09.05.1111).

³²² DR I 20 (24.07.1110). Não foi possível identificar a família de origem deste Pedro Pais.

³²³ Visitámos o sítio do castelo de Santa Cruz juntamente com Luís Sousa, arqueólogo da Câmara Municipal de Lousada, a quem agradecemos o seu tempo, ajuda e disponibilidade.

³²⁴ VALDEZ-TULLETT, 2010: 28. Os dados utilizados pela autora foram recolhidos durante os anos de 2006 e 2007. Sobre este castelo, ver também SILVA, 1998: 472-473.

³²⁵ Sem um levantamento arqueológico de toda a área, não podemos, evidentemente, ter uma visão clara da estrutura, bem como de eventuais segundas linhas de muralhas. Comparado com outros castelos cabeça de terra, como por exemplo o de Arouca, este de Santa Cruz pareceria muito mais pequeno.

que podem ser interpretados como «convites» para muros. O castelo pode ter sido dotado de uma torre³²⁶, e também interessante é a presença de degraus esculpidos na rocha, que (nos) faz lembrar aqueles encontrados no sítio de Crestuma³²⁷. Tal como noutros castelos que iremos analisar, as muralhas foram construídas integrando os afloramentos rochosos presentes no local. Concordamos com a sugestão de Valdez-Tullett de utilizar pedra para a construção em vez de madeira³²⁸, embora não se possa excluir uma alternância dos materiais de construção como aconteceu no castelo de Matos³²⁹. Não sabemos quando é que este castelo foi abandonado: Barroca indica-o como tendo funcionado entre 1150 e 1220³³⁰.

A sua localização, numa colina com mais de quinhentos metros de altitude, é estrategicamente ótima e permite, por um lado, ter uma excelente vista sobre a zona envolvente e, por outro, dominar uma boa parte do curso do rio Tâmega. Interessante, também, o contacto visual com o castro de Ladoeiro ou de Louredo³³¹, situado numa elevação próxima, onde existe, atualmente, uma torre de sinalização de incêndios. Este monte é o marco divisório entre os concelhos de Marco de Canaveses (Banho e Carvalhosa) e Amarante (Manufe). Embora não tenha sido objeto de escavações arqueológicas, ainda hoje são (pouco) visíveis alguns vestígios de habitações e, pelo menos, uma das duas prováveis muralhas que defendiam o povoado. Contudo, no atual estado da investigação, nada indica a sua ocupação/reutilização medieval. Por último, a menos de trezentos metros do castelo de Santa Cruz, na mesma elevação, encontra-se a capela de Santa Cruz, um pequeno edifício religioso do século XVIII que não se pode excluir que tenha sido construído sobre estruturas preexistentes. Seria interessante proceder a escavações nas suas imediações. Curiosamente, esta situação faz lembrar a de Valinhas, em Arouca, onde o castelo cabeça de terra pode estar relacionado com uma construção primitiva da atual capela de São João de Valinhas (séculos XVI-XVII), embora esta esteja bastante mais próxima da estrutura defensiva.

Uma localidade do concelho de Carvalho de Rei, cujo acesso se faz por uma estrada pouco movimentada, conserva ainda o sugestivo nome de «Castelo». Esta localidade

³²⁶ No Portal do Arqueólogo, encontramos a ficha *Castelo de Santa Cruz/Castro do Alto do Louredo/Castelo Novo* dedicada a este elemento defensivo: «Castelo roqueiro, realocado em 2000 por Pedro Faria e Leonor Pereira, com implantação numa fraga com entalhes escavados na rocha, apresentando alguma cerâmica de superfície. Tem formato rectangular, pelo que parece ser o assentamento de uma torre medieval. A bibliografia refere a existência de várias sepulturas rupestres. No local, encontram-se implantadas antenas de retransmissão — rádio».

³²⁷ Ver a secção sobre Vila Nova de Gaia no próximo capítulo.

³²⁸ Como castelo cabeça de terra, o de Santa Cruz destinava-se, sobretudo, a ter uma função de prestígio, uma demonstração material do poder do *dominus loci*, mais facilmente conseguida com uma construção em pedra. Para se poder confirmar esta hipótese, seriam necessárias escavações, cujos resultados poderiam trazer novas informações não só para o conhecimento da zona de Amarante e arredores, mas, sobretudo, para a castelologia portuguesa. Só comparando dados e características dos diferentes castelos cabeça de terra atestados e parcialmente já investigados (pensemos, por exemplo, nos de Arouca e, parcialmente, nos de Oldrões) será possível aumentar o conhecimento sobre os elementos defensivos medievais.

³²⁹ Ver a secção seguinte sobre Baião e as suas fortificações.

³³⁰ BARROCA, 2003b: 107.

³³¹ Sobre este povoado fortificado romanizado da Idade do Ferro, ver PINHO, 1979, e a ficha *Castro do Ladoeiro* presente em PORTUGAL. Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2015: Ficha de Sítio_BCA1.

é atualmente constituída por uma aldeia com algumas casas no sopé de um pequeno monte com pouco mais de quinhentos metros de altitude. Este local, como já referiu Lima na sua investigação sobre os castelos do curso final do Douro, tem uma excelente vista sobre o vale do rio Fornelo e sobre uma provável antiga artéria secundária que conduzia do Douro a Amarante³³². Infelizmente, durante uma visita que fizemos em 2018 com o próprio Lima³³³, o mau tempo e a neblina espessa não nos permitiram apreciar plenamente o potencial estratégico do que foi, muito provavelmente, uma pequena fortificação medieval. Todas as peças de cerâmica encontradas no local são de fabrico medieval³³⁴: embora possa não ser prova suficiente da presença de um elemento defensivo, a sua presença num local com características defensivas naturais muito pronunciadas, e certamente não de uma simples aldeia, é muito invulgar. Além disso, segundo Lima, é pouco provável que tenha existido nesta localidade um «reduto castrejo» como proposto por Silva, entre outros³³⁵.

Durante a mesma visita, pudemos verificar como não só as obras de construção da capela dedicada a Nossa Senhora do Castelo alteraram parte do pequeno promontório, mas também como o topo do mesmo foi transformado em miradouro (com mesas e bancos de pedra), desvirtuando-o completamente e (talvez) apagando todos os vestígios possíveis da fortificação. Os muros presentes, na opinião de Lima, são quase todos de construção recente, embora, em algumas zonas, pareçam estar encostados a edifícios muito mais antigos. Os únicos e tímidos indícios parecem consistir numa reutilização como degrau da escada de ligação ao planalto onde se situa a atual capela, o miradouro de uma pedra decorada com um motivo provavelmente pré-românico e numa antiga — mas difícil de datar — pia batismal, hoje reutilizada como pequeno lavadouro, ao lado do edifício religioso. Esta pista poderia confirmar a presença de um local de culto mais antigo, mas não confirmaria diretamente a presença de um elemento defensivo.

Seria muito interessante, senão mesmo indispensável, efetuar escavações para tentar estabelecer não só a presença de um castelo militar, mas também a de um edifício religioso mais antigo a este ligado. A confirmarem-se tais suposições, verificar-se-ia uma situação rara (capela castrense?) que mereceria certamente uma investigação mais aprofundada. No atual estado da investigação, não encontramos documentos de arquivo, nem referências em crónicas da época, que possam ser diretamente ligados a esta fortificação. Não sabemos quando foi construído o que poderia ser entendido como uma atalaia, mas podemos supor (também em relação ao vizinho «Castelo Velho») entre os séculos XI e XII.

A presença de um monte conhecido como «Castelo Velho», não muito longe da localidade de Castelo, para sudoeste, não é uma mera coincidência. Os dois sítios estão em contacto

³³² LIMA, 1993; I, 193-194. O castelo também é mencionado por SILVA, 1998: 471-472, em que, estranhamente, não menciona o trabalho de Lima.

³³³ Visitámos o sítio em julho de 2018 com o arqueólogo António Lima, a quem agradecemos a sua disponibilidade e ajuda.

³³⁴ LIMA, 1993; I, 194.

³³⁵ SILVA, 1986: 86.

visual, e não é de excluir que o «Castelo Novo» tenha suplantado «o velho» no controlo da área. Se a fortificação mais antiga se destinava a controlar uma área local, a mais recente, como vimos, tinha uma função de controlo supralocal³³⁶. Outra hipótese poderia ser a seguinte: «Poderá ter sido o castelo *cabeça de terra* de Gestaço, uma terra cujo nome se deve ao *Mons Genestaxo* a qual surge ainda nos finais do século XI ou, mais provavelmente, nos inícios do século XII. A terra de Gestaço já aparece nas Inquirições de D. Afonso II (1220)»³³⁷. Uma proposta fascinante que, atualmente, não encontra provas que a sustentem, mas que mereceria uma investigação aprofundada.

Durante a visita com Lima, não foi possível encontrar um acesso à montanha acima mencionada, tanto devido à forte neblina como, sobretudo, devido à presença de uma densa vegetação que anteriormente impedira Lima de analisar este local de forma adequada. No entanto, numa excursão anterior, o nosso «guia» confirmou como ainda são visíveis os vestígios de uma muralha que se ergue entre alguns rochedos, característica que parece ser típica das construções militares deste período³³⁸. Mais uma vez, infelizmente, a densa vegetação não permitiu a descoberta de material que pudesse confirmar a presença de uma ocupação medieval *in situ*: «não se consegue observar o solo por causa da vegetação densa»³³⁹. Do «Castelo Velho» tem-se uma excelente vista para norte: analisando as posições do «Castelo Novo», do «Castelo Velho» e do castelo de Santa Cruz, vemos como estes dois últimos parecem estar visualmente ligados. Este facto poderia, talvez, sugerir novas relações entre as três fortificações. No entanto, sem mais informações arqueológicas e documentais, ficamos no domínio das hipóteses, e não nos sentimos capazes de propor teorias sem um suporte que as justifique. Esperamos que esta proposta incentive novos investigadores a debruçarem-se sobre o assunto.

Ao «Castelo Velho», e não ao «Novo», estaria finalmente ligada uma série de sepulturas medievais escavadas na rocha na localidade conhecida como «Chã do Castelo»³⁴⁰. Esta necrópole rochosa poderia sugerir a presença de povoações datadas do final da «Reconquista» Cristã neste território³⁴¹. Como já foi referido, no atual estado da investigação, não encontrámos documentos de arquivo nem referências em crónicas coetâneas que possam ser diretamente relacionadas com esta fortificação. Não sabemos quando foi construído o castelo,

³³⁶ LIMA, 1993: I, 195.

³³⁷ Correspondência com Lima, agosto de 2018. Sobre a «Terra de Gestaço», ver *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XXXI: 444-445, em que se propõe que, na origem desta circunscrição, devem estar «uma “civitas” e um castro ao Nascente de Bustelo, onde ainda subsiste a antiquíssima ermida de Nossa Senhora de Corba Cha ou de Santa Maria». Por esta localidade passaria a via romana e medieval de Gondar/Corba Chã: ver a ficha *Via Romana e medieval de Gondar/Corba Chã*, no Portal do Arqueólogo. Nesta zona, foram também encontrados vestígios do que poderão ter sido mosteiros rupestres do início da Idade Média: ver, por exemplo, a ficha de sítio n.º 1085, denominada *Furnas do Chelo*.

³³⁸ BARROCA, 1990-1991: 91.

³³⁹ Correspondência com Lima, agosto de 2018.

³⁴⁰ LIMA, 1993: I, 195. Sobre os enterramentos na rocha nesta zona, ver, entre outros, o clássico BARROCA, 1987: 200, em que, no entanto, o autor relacionaria as sepulturas com a localidade de Castelo e não com esta de «Castelo Velho», provavelmente pelo simples facto de o local ser ainda desconhecido à data da realização do trabalho.

³⁴¹ BARROCA, 1984: 122.

mas, com uma estrutura aparentemente em pedra, podemos supor que terá sido entre os séculos XI e XII.

A estes três castelos junta-se o que, num documento de finais do século XI, é referido como *Mons Castro Malo*³⁴². Almeida propõe, com reserva, a sua localização na freguesia de São Salvador do Monte sem, no entanto, especificar uma localização exata. A sua localização poderia também situar-se no atual território do concelho de Marco de Canaveses³⁴³. O nome, por si só, poderia sugerir um castro da Idade do Ferro reutilizado na Idade Média, sem excluir *a priori* a hipótese de um castelo militar medieval, ao qual está ligado um episódio negativo, talvez relacionado com as últimas incursões islâmicas no início do século XI ou com as atividades viquingues na região. De facto, para a zona de São Salvador do Monte, na zona alta a sul da igreja paroquial, há notícia de um castro da Idade do Ferro. Na mesma localidade, foram também encontradas sepulturas rupestres medievais³⁴⁴.

No que respeita a documentos de arquivo, temos menção a dois *montes*, ambos em pergaminhos de meados do século XII. O primeiro é *Mons Campello*, provavelmente um monte no território da aldeia de Freixo de Baixo que não conseguimos localizar³⁴⁵; o segundo, *Mons Marancino*, é mencionado num documento inédito de 1150, em que se lê: «discurrente rivolo Oilo iusta flumine Tamice subtus mons Marancino»³⁴⁶. O monte Marancinho ergue-se a alguns quilómetros a norte da igreja (do desaparecido mosteiro de Santa Maria) de Gondar³⁴⁷. Do nosso ponto de vista, ambos os montes devem ser entendidos como meras indicações geográficas, sem ligação a qualquer elemento defensivo, enquanto Almeida propôs este último — sem, no entanto, trazer fontes e dados que sustentassem a sua tese — na sua lista de fortificações³⁴⁸.

Mais «complicada» é a situação do que é conhecido nas fontes escritas como *Mons Genestaxo*, cuja primeira referência é muito antiga, tratando-se de um documento datado de 875³⁴⁹. A proposta inicial de Lima era a de localizar este *mons* na localidade conhecida como Alto do Castelo do Crasto, em Soalhães, aldeia do Marco de Canaveses, onde são evidentes os vestígios de uma estrutura fortificada³⁵⁰. Almeida, por seu lado, propôs a localização na

³⁴² DC 742 (19.08.1090).

³⁴³ Como proposto por LIMA, 1993: I, 170. Ver a secção sobre Marco de Canaveses no presente capítulo.

³⁴⁴ VALDEZ-TULLET, 2010: 12.

³⁴⁵ MA 82 (16.09.1143). Aparentemente, o topónimo «Campello» perdeu-se (com exceção da avenida Campello, em Freixo de Cima). Na nossa opinião, poderia indicar alguma elevação não excessivamente acentuada nas imediações do mosteiro, razão pela qual não propusemos, por exemplo, a identificação com o atual monte da Prolonga (484 m), situado a sul do povoado.

³⁴⁶ PT/TT/MSV/003/0002, doc. 3.

³⁴⁷ Antes de localizarmos esta referência no mapa do IGM, já tínhamos verificado a existência de uma rua Monte Marãozinho e de um percurso pedestre denominado monte Marãozinho, quando de uma visita à igreja de Gondar. O percurso é circular, passando pelas aldeias de Gondar, Lufrei e Vila Chã do Marão, seguindo a ribeira do Marancinho, e intercetando parte do que poderá ter sido uma via romana secundária (VALDEZ-TULLET, 2010: 33).

³⁴⁸ ALMEIDA, 1978: 39.

³⁴⁹ DC 8 (= CCSP: 366-368).

³⁵⁰ LIMA, 1993: I, 157-159.

aldeia de Paços de Gaiolo (Marco de Canaveses)³⁵¹, tal como Barroca³⁵². A posição de Lima, ao longo dos anos, alterou-se significativamente: embora a presença de elementos defensivos em Soalhães continue a ser certa³⁵³, estes não estariam relacionados com o *Mons Genestaxo*. Nos seus estudos mais recentes, o arqueólogo português avançou com a hipótese de estas referências a *Mons Genestaxo* representarem o «nome primitivo da serra da Aboboreira; toda a serra da Aboboreira»³⁵⁴. Aqui, concordamos com esta nova proposta, que justificaria a relação geográfica entre este *mons* e as localidades que lhe estão associadas, sem o identificar como elemento defensivo.

O território de Amarante é rico em numerosos testemunhos arqueológicos; no que diz respeito aos castros da Idade do Ferro (pelo menos, onze³⁵⁵) não parecem ter sido reutilizados no período medieval (embora não se possa excluir *a priori* a sua utilização temporária, nomeadamente entre o final do século IX e meados do século XI), nem parecem ser mencionados em documentação escrita. Por fim, na aldeia de Padronelo, é de assinalar o chamado «Paço de Dona Loba», uma casa-torre que remonta, provavelmente, ao século XIV e que foi classificada como monumento nacional em 1978³⁵⁶.

Seguindo o trabalho de Santos, teríamos gostado de concluir esta secção com um breve relato toponímico³⁵⁷. Devido a problemas de tempo e espaço³⁵⁸, não foi possível investigar sistematicamente todos os locais cujo nome (mesmo que não explicitamente) poderia sugerir a presença de elementos defensivos³⁵⁹ ou de vias de comunicação.

3.2. BAIÃO

Castrum Baian era o castelo cabeça de terra da *terra* de Baião. Trata-se de um caso muito interessante, pois podemos contar tanto com fontes escritas (diretas e indiretas) como com fontes

³⁵¹ ALMEIDA, 1978: 37. Como já foi assinalado por Lima (LIMA, 1993: I, 157), Almeida utilizaria erradamente a documentação sobre o monte *Genestazolom* para indicar dois (possíveis) castelos diferentes. O primeiro em Paços de Gaiolo e o segundo (este sim, correspondente a *Genestazolom*) em Vila Boa de Bispo, quando a fortificação se situa, como veremos, no território da freguesia de Sande.

³⁵² BARROCA, 2003b: 96; 2004: 198-199; 2017b: 134.

³⁵³ Ver a secção sobre Marco de Canaveses no presente capítulo.

³⁵⁴ Correspondência com Lima, agosto de 2018 e setembro de 2019. Para cartografar o local, decidiu-se utilizar, a conselho do próprio Lima, o ponto mais alto da serra da Aboboreira, que se situa no território de Amarante, razão pela qual tratámos o assunto neste parágrafo e não no de Marco de Canaveses.

³⁵⁵ Conforme pesquisa efetuada para o território de Amarante, no Portal do Arqueólogo (outubro de 2019). O mesmo número é proposto em SILVA, 1998: 464-469.

³⁵⁶ O estado da torre foi descrito como precário há mais de quinze anos. Felizmente, os estudos e as escavações começaram em 2017 ([Consult. ago. 2023]. Disponível em <<https://www.tamegasousa.pt/amarante-avancam-estudos-no-paco-de-dona-loba-para-alargar-rota-do-românico/>>). Sobre o Paço de Dona Loba, ver a ficha sobre o *Paço de Dona Loba*, no site da Rota do Românico. Ver também SILVA, 1998: 474-475, em que o autor data o edifício da primeira metade do século XII.

³⁵⁷ SANTOS, 2004. Sobre alguns topónimos de Amarante, nomeadamente os das localidades das «torres», ver SILVA, 1998: 474-484.

³⁵⁸ Isto aplica-se a todo o volume.

³⁵⁹ Estes não se enquadram necessariamente no arco cronológico que caracteriza a nossa investigação.

materiais, graças aos resultados de uma prolongada campanha de escavações na primeira metade da década de 1980. Entre 1982 e 1986, o arqueólogo Queiroga dirigiu várias campanhas de escavação na localidade de Matos, na freguesia de Ovil³⁶⁰. Além de um povoado do Bronze Final³⁶¹, os arqueólogos encontraram vestígios de uma fortificação medieval, ou melhor, duas: a primeira de madeira — um dos poucos casos em Portugal³⁶² — e a segunda em pedra.

O primeiro elemento defensivo é datado da segunda metade do século XI e apresenta sinais de destruição pelo fogo³⁶³. Não sabemos se esta informação pode ser associada a um episódio traumático³⁶⁴: foi um cerco ou um ataque ao castelo? E se sim, por quem? De facto, a região estava «pacificada» há, pelo menos, meio século. Talvez este facto possa ser interpretado como indício de uma instabilidade provocada pela passagem da organização do território da unidade representada pela *civitas Anegia* para a relativa «multidão» de *terras*³⁶⁵.

Outra hipótese a considerar poderia ser a de uma destruição deliberada do castelo de madeira em favor de uma nova construção em pedra, datada entre o final do século XI e o início do século XII. Para Barroca, a decisão de construir um primitivo castelo de madeira terá sido ditada tanto pela simplicidade de construção da obra num curto espaço de tempo (não era necessária mão de obra especializada) como pela fácil disponibilidade de material. Mais tarde, a família Baião, tendo consolidado o seu domínio sobre o território, terá promovido a construção de um novo castelo em pedra (material igualmente abundante na zona), uma estrutura de maior eficácia e, conseqüentemente, maior prestígio, símbolo material do poder do *dominus loci*. Este facto pode ser considerado como uma prova da estabilidade da nova unidade administrativa e do seu *tenens*³⁶⁶. Dos poucos vestígios que restam desta fortificação, sabemos que são constituídos por uma muralha que se integrava, ao longo de todo o perímetro do planalto onde se erguia o castelo, com os afloramentos rochosos que o rodeavam em maneira «de criar sólidos alicerces e de minorizar os custos de construção»³⁶⁷.

As escavações revelaram também a presença de um «pequeno esporão avançado que, a semelhanças de um cubelo, facilitava a defesa dos muros junto do caminho de acesso, possibilitando tiro vertical». Barroca propõe um paralelo para esta solução defensiva com os castelos de Lanhoso e Arnoia; pensamos que esta estrutura poderá também estar presente no

³⁶⁰ Sobre as escavações, ver QUEIROGA, 1984; JORGE, 1986: 253-255; FIGUEIRAL, QUEIROGA, 1988; BARROCA, 1988. Sobre o castelo de Matos: BARROCA, 1990-1991: 118-119. Além da ficha *Castelo de Matos*, no Portal do Arqueólogo.

³⁶¹ FIGUEIRAL, QUEIROGA, 1988: 142-145.

³⁶² BARROCA, 1988: 164; 1990-1991: 119.

³⁶³ QUEIROGA, 1984: 107; FIGUEIRAL, QUEIROGA, 1988: 140.

³⁶⁴ A presença de pontas de lança e de setas *in situ* poderia sugerir esta hipótese (BARROCA, 1988: 164). Mais tarde, o autor reavalia esta hipótese por não ser suficientemente conclusiva: BARROCA, 1990-1991: 119. Acrescentamos que a presença de — vestígios de — armas num sítio fortificado, e para o qual está comprovada a presença de uma forja (QUEIROGA, 1984), não parece de todo insólita ou indiciadora de acontecimentos bélicos. É interessante a presença de um grande esporão de ferro, o que indicaria a sua pertença a um tipo antigo (século XI — de facto, a peça foi encontrada na camada pertencente à primeira construção em madeira): BARROCA, 1988: 165-166.

³⁶⁵ BARROCA, 1990-1991: 119; LIMA, 1993: I, 121.

³⁶⁶ BARROCA, 1990-1991: 119.

³⁶⁷ BARROCA, 1988: 164.

castelo de Arouca, como veremos mais adiante. Infelizmente, as escavações só cobriram parte do sítio e não encontraram a porta principal do castelo. Espera-se que, no futuro, possam ser retomadas as escavações neste sítio, que se poderá revelar de fundamental importância para o conhecimento da fortificação no território português. Em particular, uma das questões mais interessantes e ainda não resolvidas em relação a estes castelos seria perceber se alguns destes conseguiram chegar a uma fase «românica», em que foram equipados com uma torre de menagem, ou se foram abandonados antes desta fase. Este castelo, se bem estudado, poderia dar uma resposta.

Voltando ao edifício de pedra, esta nova estrutura foi «uma construção de planta angular, com zonas habitacionais no seu interior, e uma forja de ferro»³⁶⁸. Estas informações são muito interessantes. A presença de instalações e de uma forja no castelo dá-nos uma visão de uma estrutura complexa e não apenas de um recinto. Como veremos, foi também encontrada uma forja no castelo de Arouca, e seria muito interessante conseguir comparar os materiais encontrados nos dois sítios, eventualmente procedendo a uma nova análise (graças às novas tecnologias) dos do castelo de Matos, estudados há quase quarenta anos. No que diz respeito às fontes escritas, Almeida também identificou este castelo com a fortificação mencionada em documentos como *Pena Alba*³⁶⁹. Da mesma opinião, até há pouco tempo, era Barroca, que, no entanto, propôs recentemente os castelos de Matos e Pena Alba como dois elementos defensivos distintos³⁷⁰. Desde o início desta investigação (em 2015), considerámos as fontes documentais como indicadoras de duas realidades distintas, até porque, como veremos mais à frente nesta secção, na localidade de Penalva (freguesia de Ancede) há indícios da presença de uma pequena fortificação³⁷¹.

Esclarecido este ponto, a primeira menção escrita da «terra» que o castelo de Baião capitanearia durante grande parte da Idade Média encontra-se num documento de 1066, em que se lê «in terra de Baian»³⁷². Por si só, esta referência não seria suficiente para justificar a existência da fortificação, mas, com base nos indícios materiais, podemos propor esta data e a referência à constituição da *terra de Baian* como um indicador da necessidade de passar do primitivo castelo de madeira para um de pedra. As referências mais explícitas ao castelo remontam ao início do século XII. Num documento datado de 6 de maio de 1103, pode ler-se: «in villa Agrellus circa castrum Baian discurrente rivulo Dorii iuxta monte Celtegan»³⁷³. E ainda três documentos datados de 18 de setembro de 1123 dão conta da localização da *villa*

³⁶⁸ JORGE, 1986: 254.

³⁶⁹ ALMEIDA, 1978: 41, indicando (erradamente) Matos como pertencente à freguesia de Campelo e não de Ovil.

³⁷⁰ BARROCA, 2017b: 134. O autor sublinha o facto de como: «a zona a Leste da Aboboreira e do Marão terá sido menos tocada pelo fenómeno do Encastelamento. E, talvez por isso, o castelo de Baião, o Mons Baian, localizado em Castelo de Matos (freg. Ovil, conc. Baião) e documentado desde pelo menos 1103, parece ter conseguido impor-se num momento um pouco mais precoce. Devemos, de qualquer forma, ponderar o acentuado decréscimo de documentação disponível, fruto de uma menor presença monástica».

³⁷¹ Lima é da mesma opinião (LIMA, 1993: I, 121).

³⁷² DC 451 (24.03.1066). A *terra* é mencionada também em DR I 101 (28.07.1129) e LTPS 43 (06.09.1131).

³⁷³ DP III 113.

de Amarelhe (freguesia de Campelo) «subtus mons Baian»³⁷⁴. Neste caso, o uso do termo *mons* poderia indicar uma referência geográfica, mas também poderíamos considerá-lo, para extensão, uma indicação do castelo que se encontrava acima dessa elevação (não indicada com outro nome).

Sabemos que o castelo ainda estava ativo na segunda metade do século XIII: «Villa de Matis que jacet ad pedem castelli de Bayam»³⁷⁵. Esta informação é muito importante porque retira qualquer dúvida sobre a identificação do castelo de Matos com o *Castrum Baian* da documentação que analisámos anteriormente.

Por último, há numerosas referências aos tenentes da *terra de Baian*³⁷⁶: embora, de forma oficial, responsáveis pelo castelo cabeça de terra, este era provavelmente gerido por homens de confiança, para que os nobres pudessem não só residir em palácios mais confortáveis, mas também participar na vida da corte³⁷⁷. Para o século XII, graças ao trabalho de Leontina Ventura, sabemos da existência de sete *tenentes*: Egas Gonsendiz, entre 1110 e 1128³⁷⁸; Afonso Viegas, o *Moço*, entre 1134 e 1141³⁷⁹, e, novamente, entre 1150 e 1170 (?)³⁸⁰; *Ihannes Rana*, em 1145³⁸¹; *Alfonsus Ermigiz*, entre 1175 e 1195 (?)³⁸²; *Rodericus Menendi*, entre 1195 e 1196³⁸³; e, por fim, *Fernandus Fernandi*, em 1197³⁸⁴.

A primeira referência escrita a *Pena Alba* encontra-se no documento de 1059 já referido na análise do castelo de Santa Cruz³⁸⁵. Posteriormente, só é mencionado em dois outros documentos, cronologicamente muito próximos. O primeiro, datado de 1066, é, como vimos, o mais antigo testemunho sobre a *terra de Baian*: «in terra de Baian villa tavolado et villa maskinata et villarelio et villa prato et villa pausata et villa cova et villa Castro et villa Ovil subtus

³⁷⁴ DP IV 374: «in Amareli subtus mons Baian discurrente ribulo Auuile territorio Portugale»; DP IV 375: «in villa quos vocitant Amareli subtus mons Baian discurrente ribulo Auuile territorio Portugale»; DP IV 376: «in Amareli subtus mons Baian discurrente ipso flumen Durio».

³⁷⁵ INQ 1160a.

³⁷⁶ VENTURA, 1992: II, 997-998.

³⁷⁷ «O castelo de Matos era decerto um ponto propício à observação de toda a região, nele estando talvez sediada uma pequena guarnição, dependente do senhor, que viveria num paço provavelmente situado em área mais abrigada, próxima do vale» (JORGE, 1986: 254).

³⁷⁸ DR I 17 (25.03.1110), DR I 18 (26.03.1110, falsificação), DR I 24 (09.05.1111), DR I 32 ([10.05.1112]), DR I 58 ([1121-1128]) e DR I 81 (31.03.1128). Lima propõe que, durante o seu governo, as «terras» de Baião e Penaguião foram unidas: «já que seus filhos Hermígio e João Viegas ostentaram o cargo em ambas as terras» (LIMA, 1993: I, 84).

³⁷⁹ VENTURA, 1992: II, 997. Sem indicar as fontes em que se baseia.

³⁸⁰ DR I 180 bis ([1140-1162]). Tanto Barroca (BARROCA, 1988: 163) como Ventura (VENTURA, 1992: II, 997) propõem que a sua tenência durou até 1170, embora Afonso surja em documentação escrita pela última vez em 1165 (MATTOSO, 2001c: 143, em que é referido como «governador» de Lamego, Baião e Penaguião).

³⁸¹ DR I 209 (19.05.1145).

³⁸² DS 2 e 27. No segundo documento, em particular, lê-se: «Qui tenebat Bayam et Sancte Marie de Genestacio Alfonsus Ermigiz et Laurentius Gundiar prestameyro». Esta passagem é muito interessante, não só porque é nomeado um dos seus subordinados, juntamente com *Alfonsus*, mas também pela referência à terra de «Sancte Marie de Genestacio», que poderá estar relacionada com a fortificação do Alto do Castelo, em Frende, e que abordaremos mais adiante; INQ 1159, 1163, 1165, 1166, 1191b, 1193b, mencionado em VENTURA, 1992: II, 998, nota 1.

³⁸³ INQ 1149b, 1153b, 1163b, 1166a, 1167b, 1171b mencionado em VENTURA, 1992: II, 998, nota 2.

³⁸⁴ DS 102 (02.1197).

³⁸⁵ LM [45] = VIII ; DC 420.

Penna Alba»³⁸⁶. O segundo é datado de 1070, e aí podemos ler: «villa Obil sup Penna Alba»³⁸⁷. Após esta data, o silêncio recai sobre a (possível) fortificação.

Estas poucas informações não seriam suficientes para confirmar a existência de um elemento defensivo associado a esta documentação. Algumas evidências arqueológicas são-nos úteis. A localidade indicada como *Pena Alba* na documentação medieval corresponderia ao atual Castelo, situado não muito longe de Portela de Gove, mas no território da freguesia de Ancede. No sopé desta pequena elevação, encontram-se as aldeias de Penalva de Cima e Penalva de Baixo, nomes muito indicativos. É também interessante notar que este caso é semelhante ao de *Mons Genestazolum*, onde encontramos um elemento defensivo localizado junto à Portela de Mexide³⁸⁸. Durante uma inspeção com o arqueólogo António Lima, no verão de 2018, pudemos recolher algumas informações que nos permitiram formular uma hipótese sobre a natureza do sítio. Em primeiro lugar, o sítio é de difícil acesso: só é possível, com dificuldade, chegar ao sítio pelo lado norte, atravessando uma vegetação densa, e apenas depois de ultrapassar algumas rochas e evitar alguns precipícios é que se chega ao afloramento rochoso de onde se tem uma vista maravilhosa sobre o vale do Douro. Não encontramos vestígios de muralhas, mas a corografia do local torna a sua eventual presença praticamente inútil. Uma vez nas rochas mais altas e maiores, foi possível observar alguns entalhes (certamente artificiais) nas mesmas. Provavelmente, estes entalhes poderiam ter sido utilizados como suporte a pranchas de madeira que serviriam de base a uma plataforma ou a um pequeno edifício de madeira com a função de controlar o território abaixo. Dada a sua posição estratégica e naturalmente defendida, os ténues vestígios de presença humana, a sua pequena dimensão e a ausência de material de superfície, sentimo-nos inclinados a reconhecer *Pena Alba* como uma possível atalaia, talvez uma fortificação menor que inicialmente fazia parte do sistema defensivo da *civitas Anegia*. Enfim, é interessante notar a presença, a oeste desta (possível) atalaia, da localidade da Devesa e da ponte de Esmoriz, que, embora provavelmente construída entre os séculos XVI e XVII, poderá indicar um ponto de passagem do rio Ovil já ativo em épocas mais recuadas³⁸⁹.

Após a apresentação destas duas fortificações, podemos propor a seguinte análise: a atalaia de Penalva, testemunhada em documentação entre 1059 e 1070, mas, porventura, mais antiga, poderá ter sido um primitivo ponto fortificado, de apoio à *civitas Anegia*. Com uma excelente vista sobre o curso do Douro, e podendo controlar a antiga via romana que passava pela zona sul do atual concelho de Baião³⁹⁰, refletia a necessidade de controlo ao longo do que era inicialmente a fronteira com o mundo islâmico. Iniciada a divisão em *terras* (a primeira menção à *terra de Baian* é, como vimos, de 1066) e desaparecida a necessidade de controlar

³⁸⁶ DC 451 (24.03.1066).

³⁸⁷ DC 491 (16.05.1070).

³⁸⁸ Ver o que está escrito na secção sobre Marco de Canaveses, neste capítulo.

³⁸⁹ Sobre esta ponte ver a ficha *Ponte de Esmoriz. Baião*, no site da Rota do Românico.

³⁹⁰ LIMA, 1993: I, 121, 180-181.

uma área — a do Douro —, que, após a conquista definitiva de Coimbra por Fernando I (1064), podia ser considerada «segura», temos uma nova fase em que o ponto de coordenação militar é deslocado para o centro da *terra* recém-constituída, não muito longe da residência familiar (a Honra de Gosende) daqueles que serão os seus primeiros *tenentes*³⁹¹. Nesta perspectiva, em que *Pena Alba* perde a sua função, iniciar-se-ia o seu lento declínio e justificar-se-ia o que aconteceu no castelo de Matos, ou seja, a transição de uma primeira fortificação construída em madeira — para ser edificada o mais rapidamente possível, de modo a contrastar a «centralidade de Anegia» — e, depois, substituída por uma estrutura de pedra mais durável, certamente de elevado valor simbólico.

A localidade de Alto do Castelo, situada no território da atual freguesia de Frende, entre o rio Douro e a foz do rio Teixeira³⁹², é um sítio com uma forte conotação estratégica e boas condições naturais de defesa.

Ainda hoje se pode aceder ao local através de uma pequena estrada. Daqui tem-se uma excelente vista sobre o vale do Douro. Dos muitos estudiosos que se dedicaram a este sítio, apenas Almeida, primeiro («na foz do rio Teixeira há o monte do Castelo com vestígios de muralhas e restos arqueológicos tardo-romano e medievais») ³⁹³, e Lima posteriormente³⁹⁴, propuseram a presença de um castelo medieval neste local. Recentemente, Barroca incluiu-o na sua lista de «Castelos Rurais da Terra de Baião»³⁹⁵. Algumas escavações arqueológicas realizadas pelo próprio Almeida na área envolvente da atual capela de São João permitiram a identificação de alguns enterramentos medievais, mas não sabemos se estes poderão estar relacionados com uma fortificação. O castelo situa(va)-se a algumas dezenas de metros a este da capela. No início dos anos de 1990, durante uma prospeção, Lima encontrou vários fragmentos de cerâmica medieval³⁹⁶, tal como já tinha sido referido por Barroca³⁹⁷. Além da cerâmica, Lima identificou parte dos taludes da muralha que deve ter circundado todo o relevo e delimitado a fortificação. Como noutros casos, só as escavações arqueológicas poderão dar novas respostas sobre a história deste local.

Se a presença de um elemento defensivo se justificaria pela vigilância de um ponto de passagem do Douro³⁹⁸, por outro lado, a análise de alguns documentos dos séculos XII e XIII poderá esclarecer a natureza deste castelo. Moreira relata que o antigo nome da freguesia de Frende era o de *Sancta Maria de Castello de Geestação* (1274)³⁹⁹; acrescente-se a isto a informação do documento de 1187 anteriormente analisado, nomeadamente que *Alfonsus Ermigiz* foi

³⁹¹ BARROCA, 1988: 163.

³⁹² De facto, trata-se de uma espécie de pequena península acessível apenas pelo lado da zona urbanizada (este).

³⁹³ ALMEIDA, 1978: 37.

³⁹⁴ LIMA, 1993: I, 191-192.

³⁹⁵ BARROCA, 2017b: 134.

³⁹⁶ LIMA, 1993: I, 192.

³⁹⁷ BARROCA, 1984: 120.

³⁹⁸ LIMA, 1993: I, 192, 248-249.

³⁹⁹ MOREIRA, 1984: 85.

também *tenens da terra de Sancte Marie de Genestacio*. E, por fim, que o mesmo *Alfonsus* foi, em 1162, *dominator terre* de Gestaçô⁴⁰⁰. Esta informação permite-nos sugerir o «castelo de Frende» como um possível castelo cabeça de terra. De acordo com Lima, poderia corresponder ao Castelo Enveya das *Inquirições* de 1288⁴⁰¹.

No que respeita aos «montes» encontrados na documentação medieval, identificámos dois que podem ser definitivamente atribuídos ao atual território de Baião. O primeiro é mencionado apenas uma vez num documento do início do século XII: é o *Mons Celtegan* de difícil localização⁴⁰². Se a referência a *Agrellus* nos levava a pensar num terreno elevado junto à atual povoação de Agrelas (Santa Cruz do Douro), uma leitura mais atenta do documento sugeriria uma zona entre as atuais povoações de Viariz ou Loivos do Monte.

O segundo é *Mons Toeraze*, que surge numa doação de 1112⁴⁰³: «subtus mons Toeraze discurrere ribulo Galina et flumen Dorio»; enquanto em 1170 (mas o documento é considerado uma falsificação) é referido simplesmente como *Toeraz*⁴⁰⁴. Barroca inclui-o na lista dos castelos rurais pertencentes ao território da *terra* de Baião⁴⁰⁵. No estado atual dos conhecimentos sobre este sítio, não podemos apoiar tal proposta.

Um terceiro *mons* é referido num documento de 1119 como *Monte Marano* e usado como ponto de referência para indicar as localidades de Arrancada e Parada (Tresouras?), Soutelo (Santa Cruz do Douro) e Viariz (Viariz)⁴⁰⁶. Pensamos que pode ser identificada com a serra do Marão, também com base nas duas bulas papais de 1115 (Pascoal II) e 1120 (Calisto II)⁴⁰⁷.

Um caso muito interessante pode ser o castro da Idade do Ferro de Santa Marinha do Zêzere, onde é muito provável que tenha ocorrido uma reocupação durante a Alta Idade Média. De facto, no final do século XIX, foi encontrada, no local, uma placa metálica pertencente a um cinto visigodo, datada por Barroca do século VII⁴⁰⁸. Esta é uma prova importante, mas não conclusiva, de que o castro foi reutilizado para fins militares e defensivos⁴⁰⁹. A isto acresce o facto de não dispormos de outros dados que sugiram a sua utilização mesmo no período da «Reconquista», uma vez que todo o material encontrado parece pertencer ao

⁴⁰⁰ VENTURA, 1992: II, 1034, nota 8, citando Ribeiro como fonte.

⁴⁰¹ PIZARRO, 2015: 152, 156.

⁴⁰² DP III 113 (06.05.1103).

⁴⁰³ DR I 32 [10.05.1112].

⁴⁰⁴ DR I 307 (CMP 222).

⁴⁰⁵ BARROCA, 2017b: 134.

⁴⁰⁶ LF 205 (02.08.1119).

⁴⁰⁷ CCSP: 1-5: «Inde ad montem marantis» (1115) e «inde ad montem maraonis, et per maraonem ad campanam fluuium» (1120).

⁴⁰⁸ BARROCA, 1984: 120-121.

⁴⁰⁹ Concordamos, em geral, com a ideia de uma possível reutilização de (alguns) castros da Idade do Ferro após a queda do Império Romano e ao longo do período suevo-visigótico. Não excluimos a possibilidade de esta reutilização ter continuado, ou ter ocorrido pela primeira vez, mesmo durante a «Reconquista», mas estamos convencidos de que cada caso individual deve ser analisado e avaliado numa base documental e, sobretudo, arqueológica. A presença de materiais medievais pode ser um indício da ocupação de um local durante um determinado período histórico, mas não dá certezas de que esse local tenha sido fortificado e/ou utilizado com uma função defensiva.

período castrejo ou de romanização⁴¹⁰. Relativamente aos outros castros da Idade do Ferro existentes no concelho⁴¹¹, alguns dos quais foram escavados⁴¹², não há registo de outros casos de ocupação medieval. Por fim, bastante «peculiar» é o caso da localidade do Alto da Caldeira, que, em algumas publicações, aparece como sendo não só um povoado da Idade do Bronze Final, mas também uma fortificação medieval, de características e cronologia não especificadas⁴¹³. No entanto, não encontramos qualquer referência a esta ocupação medieval nas publicações de quem que escavou o sítio há mais de quarenta anos⁴¹⁴.

Da investigação feita por Ventura, ficamos também a conhecer três tenentes para a *terra* de Gouveia⁴¹⁵, que nasceria, juntamente com o de Gestação, de uma cisão com a de Baião. Podemos, portanto, supor a existência de um castelo cabeça de terra relacionado com esta terra que não localizámos ainda com precisão: a este respeito, veja-se o que está escrito na secção sobre o concelho de Marco de Canaveses.

3.3. FELGUEIRAS

O concelho de Felgueiras é conhecido, sobretudo, pela presença, no seu território, do mosteiro de Pombeiro de Ribavizela, entidade religiosa fundada no século XI⁴¹⁶.

Após uma análise cuidada das fontes, consideramos que, no atual estado da investigação, não existem indícios suficientes para sustentar a existência de estruturas fortificadas ativas no período em análise nesta área. Espera-se que novos documentos de arquivo, bem como escavações arqueológicas oportunas, venham a lançar nova luz sobre esta área. Não excluimos, naturalmente, a utilização temporária de estruturas mais antigas.

A primeira menção documental de *Mons Sancti Felis* data de dezembro de 1052⁴¹⁷. A segunda, no entanto, encontra-se no conhecido documento elaborado em 1059, por Fernando I, a que já nos referimos, em que está ligado à atual localidade de Pedroso, no lugar de Margaride: «et in Sausa ad radice montis Sancto Felice de Felgeiras Rubeas villa Platanoso»⁴¹⁸.

⁴¹⁰ Ver a ficha *Santa Marinha do Zêzere*, no Portal do Arqueólogo.

⁴¹¹ Pelo menos quatro, de acordo com o Portal do Arqueólogo (10.10.2023).

⁴¹² Por exemplo, o Castro do Cruito, em Gonde. Cf. PEREIRA, GONZÁLEZ, 1988.

⁴¹³ Na ficha dedicada ao *Alto da Caldeira*, no Portal do Arqueólogo, lemos sobre uma «ocupação [...] no topo que foi sobretudo medieval». Sugere-se a hipótese de um «pequeno *habitat* defensivo, de tipo castelo roqueiro?». Em VIEIRA, 2014: 70, lemos «O Alto da Caldeira (Baião) constitui uma elevação relativamente individualizada no extremo SW da Serra da Aboboreira, onde decorreram dois momentos de ocupação, uma primeira que deverá remontar, a meia encosta, pelo menos à Idade do Bronze e uma outra no topo, que será Medieval». Conceito reiterado na caixa 4: 80.

⁴¹⁴ JORGE, 1981.

⁴¹⁵ Ermígio Mendes de Riba Douro (1187-1189); Martim Lopes Gato (1192); Rui Soares (1194): VENTURA, 1992: II, 1015-1016.

⁴¹⁶ MARIANI, RENZI, 2018: 169, nota 37.

⁴¹⁷ *Memorias de litteratura portugueza*, 1806: 187, nota 225: «in villa Varzenela subtus mons Sancti Felis discurrente rivulo Sauza».

⁴¹⁸ LM [45] = VIII; DC 420. Interessante então essa referência «in Sausa», talvez para indicar o vale do rio, portanto uma indicação geográfica, ou para indicar como a terra de Sousa já era uma realidade? É certo que já o era em finais do século XI: «territorio Sause et territorio Ferraira», DC 755 (22.06.1091).

Posteriormente, o monte é mencionado num documento de 1144: «Sancta marina [...] felgueiras subtus mons sancto felice discurrente ribulo Sausa territorio Bragala»⁴¹⁹. Atualmente, esta elevação é conhecida como monte de Santa Quitéria⁴²⁰.

Almeida inclui Santa Quitéria na sua lista de fortificações⁴²¹; poderíamos inclinar-nos, com muitas reservas, para um castro da Idade do Ferro temporariamente reutilizado pela população local, em vez de um reduto militar medieval propriamente dito. A proposta de reutilização é apoiada pela presença de alguns vestígios de habitação da Idade do Ferro no atual monte de São Domingos⁴²². No entanto, os trabalhos de construção do santuário e da alameda de Santa Quitéria alteraram completamente o contexto, tornando impossível a sua leitura⁴²³. Para Fernandes, no entanto, durante a Idade Média, uma atalaia poderia ter sido colocada sobre os vestígios do castro⁴²⁴. Em apoio a esta proposta, é interessante notar que uma das ruas a sul do monte é a rua da Atalaia: um nome muito sugestivo que não se encontra frequentemente em dedicatórias — é mais fácil encontrar torres ou similares — e que mereceria uma reflexão mais aprofundada e uma investigação *in situ*. Em todo o caso, tenderíamos a interpretar a utilização da expressão *ad radice montis* como uma indicação geográfica.

Um caso semelhante ao analisado acima poderia ser o do castro de São Simão. Do ponto de vista documental, temos uma referência de meados do século XII a um *mons Sancti Simonis* que levou Almeida a acrescentar esta localidade à sua lista⁴²⁵: «Sancta Marina subtus mons Sancti Simonis discurrente rivulo Sausa territorio braccarensis»⁴²⁶. Embora acreditemos que a expressão indica apenas uma referência geográfica, a presença comprovada de um povoado fortificado da Idade do Ferro pode sugerir uma reutilização efémera do local em épocas posteriores (mas não após o século XI). Esta teoria é corroborada pelo que se lê no dossiê dedicado ao povoado castrejo no Portal do Arqueólogo, no qual se lê:

*Na Idade Média, possivelmente em finais do séc. XI, inícios do séc. XII foi construído um castelo, aproveitando com certeza a pedra das construções castrejas e apoiando as muralhas nos afloramentos graníticos que abundavam na coroa do monte. Este castelo teria por missão a proteção a defesa do Convento e Couto do Mosteiro de Caramos, a que fica sobranceiro*⁴²⁷.

Esta declaração baseia-se numa publicação que, apesar dos nossos esforços, não nos foi possível consultar⁴²⁸, parece-nos um pouco forçada, uma vez que não há qualquer referência

⁴¹⁹ MOREIRA, 1971b: 344.

⁴²⁰ FREITAS, 1985: 25.

⁴²¹ ALMEIDA, 1978: 39.

⁴²² É assim que é conhecida a parte norte da elevação, onde provavelmente se desenvolveu o castro.

⁴²³ Ver a ficha *São Domingos*, no Portal do Arqueólogo.

⁴²⁴ FERNANDES, 1989: 75.

⁴²⁵ ALMEIDA, 1978: 39.

⁴²⁶ MOREIRA, 1971b: 358.

⁴²⁷ Ver a ficha *São Simão*, no Portal do Arqueólogo.

⁴²⁸ PORTUGAL. Câmara Municipal de Felgueiras, 1991.

a escavações ou prospeções. Por conseguinte, não negamos *a priori* a possibilidade de uma eventual reutilização das estruturas antigas, mas a proposta de um castelo militar medieval parece-nos pouco provável. Esta situação também se aplica a uma outra localidade que nos é apresentada, mais uma vez sem qualquer fonte de apoio e sem qualquer data possível que não seja um genérico «Período: Idade Média», como sendo o castelo militar construído para proteção do subjacente mosteiro de São Vicente: «Proeminente esporão de topo aplanado, formando uma plataforma onde é possível detectar vestígios de ocupação Medieval e onde terá sido erguido o Castelo de Sousa, protector da Igreja Medieval de Sousa»⁴²⁹. Um «Castelo de Sousa» é referido por Fernandes, na sua descrição da freguesia de Idães e em relação aos cancioneiros que celebram a Casa de Sousões⁴³⁰.

Na documentação escrita, encontramos ainda uma referência, em meados do século XII, ao *mons* de Santa Cruz⁴³¹, no topo da qual existia uma ermida, pelo menos desde 1112⁴³². É certo que este monte se situa perto do mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, mas não nos foi possível determinar a sua localização. Consideramos que, contrariamente ao que propõe Almeida⁴³³, que este *mons* deve ser entendido como uma indicação geográfica e que a eventual presença de um edifício religioso, por si só, não é probatória da presença de um elemento defensivo, sobretudo perante uma documentação tão «recente».

Alguns anos mais tarde, em 1123, lemos como o povoado de Vila Fria foi indicado como estando sob o *mons Sancti Genesi*, elevação que não conseguimos localizar⁴³⁴. Mais uma vez, esse *mons* não estaria ligado a nenhum elemento defensivo.

No que diz respeito à *Alpes Unione*, temos de corrigir o que foi apresentado num nosso trabalho anterior⁴³⁵, em que, também com base nos argumentos de Almeida⁴³⁶, tínhamos proposto esta referência como possível indicação de um elemento defensivo; não só rejeitamos essa hipótese — e este é o facto mais importante —, como, após uma releitura atenta de um documento de 983⁴³⁷, também temos dúvidas quanto à sua localização efetiva no território de

⁴²⁹ Ver a ficha *Sousa*, no Portal do Arqueólogo.

⁴³⁰ FERNANDES, 1989: 39 (nota 23), 65. Pelo que lemos, o castelo, se é que existiu, deve ser da primeira metade do século XIII.

⁴³¹ DR I 253 (1155): «Cauto de Palumbario sub monte qui dicitur sancte crucis território bracarensi discurrentibus aquis ad flumen Avizela».

⁴³² DR I 35 (01.08.1112): «Hermita de Sancta Cruz».

⁴³³ ALMEIDA, 1978: 39.

⁴³⁴ DP IV 365: «in villa Frigida [...] subtus mons Sancti Genesi discurrente rivulo Avizela». O editor da edição propõe Vila Fria como pertencente ao concelho de Guimarães. Relativamente à localização do monte, Fernandes parece ter a certeza de que se situa na freguesia de Pombeiro de Ribavizela, mas não acrescenta qualquer informação específica.

⁴³⁵ MARIANI, 2017b: 111, quadro na figura 2, no qual, em «nossa defesa», a legenda diz: «Alcuni dei primi risultati della ricerca, evidenzianti i probabili elementi difensivi». Esta contribuição retoma a comunicação apresentada no congresso *Genius Loci*, em abril de 2016, apenas alguns meses após o início do nosso programa de doutoramento.

⁴³⁶ ALMEIDA, 1978: 43. De facto, Barroca não a inclui na lista de fortificações anteriores ao ano mil: BARROCA, 2004: 198-199.

⁴³⁷ LM [68] (06.07.983): «in loco nuncupato Morarie fundo inter bis amnes utrasque Aues siue et inter duorum alpes Unione et Caballorum montes suburbio Bracarense». Estes *Caballorum* indicariam uma serra no território do concelho de Guimarães, enquanto *Morarie* é claramente Moreira de Cónegos, no mesmo concelho. Se *Unione* estivesse em território de Felgueiras, a sul de Vizela, estaríamos perante um caso muito interessante.

Felgueiras: não excluiríamos que se tratasse de uma elevação a norte do rio Vizela. Por fim, um documento muito interessante de finais do século XII, publicado por Fernandes, refere uma torre — que, segundo o autor, deve ter existido no local onde hoje se encontra a atual «casa do Paço de Pombeiro»⁴³⁸: «Turrim quam in ibi edificamus volumus quod sit sempre in hospitium peregrinorum qui vadunt per hanc stratam in Sactum Jacobum»⁴³⁹. Esta informação — caso o documento fosse autêntico⁴⁴⁰ — é, em certos aspetos, muito interessante, mas, como se depreende da sua leitura, a torre em questão não tem certamente qualquer valor defensivo: considerando-a como uma espécie de hospedaria, podemos imaginar o edifício como um *palatium* de, pelo menos, dois pisos (ou uma casa *salarata*). Acreditamos no trabalho de transcrição do autor, a quem não queremos faltar ao respeito, mas algumas dúvidas podem surgir perante o facto de Fernandes julgar como genuíno o alegado documento de fundação do mosteiro de Pombeiro, datado de 18 de agosto de 1059 e já dado como falso por Herculano⁴⁴¹. Em particular, a menção direta no texto de um «Monasterium de Fratibus Nigris» e a referência ao «ordinis Sanctis Benedicti» parecem suspeitas num documento ibérico de meados do século XI⁴⁴².

Quanto aos restantes sítios identificados como castros da Idade do Ferro (pelo menos treze, segundo o Portal do Arqueólogo⁴⁴³) não encontramos vestígios que sugiram a sua reutilização prolongada durante o período medieval. Bastante peculiar — no sentido negativo — é a notícia de uma provável atalaia medieval indicada num local onde diferentes campanhas de escavação apenas conseguiram confirmar a presença de um povoado da Idade do Bronze⁴⁴⁴.

3.4. GONDOMAR

O *Castro Gundemari* poderá ter sido mencionado, pela primeira vez, em documentação de 25 de dezembro de 957: «in villa Sunilani, subtus monte Gondemir, territorio Portugalensis,

⁴³⁸ No entanto, o edifício foi aparentemente construído no século XVI e, atualmente, é um B&B (recuperando, assim, a sua antiga função!): ver a ficha *Casa do Paço/Paço de Pombeiro*, do SIPA.

⁴³⁹ FERNANDES, 1989: 190-191 (doc. III, 05.10.1179).

⁴⁴⁰ O documento, que Fernandes publicou primeiro, está conservado em dois exemplares: Biblioteca Municipal do Porto, Reservados, ms. n. 768, fl. 52v, e Arquivo Distrital de Braga, ms. n.1007, fls. 2-3v.

⁴⁴¹ FERNANDES, 1989: 187-189 (doc. I).

⁴⁴² Tal como confirmado pelo doutor Renzi (CEHR-UCP).

⁴⁴³ De acordo com a pesquisa de março de 2021.

⁴⁴⁴ Ver a ficha *Cimalha*, no Portal do Arqueólogo, ficha bastante confusa, como se pode verificar pela sua leitura: «O achado de cerâmica medieval no alto do Monte da Cimalha, por entre grandes blocos de afloramentos graníticos aí existentes, leva-nos a pensar estar em presença possivelmente de uma atalaia ou pequeno povoado medieval relacionada com a vigilância e defesa do vale da Ribeira da Longra que prolonga para Norte o vale do Rio Sousa. O mais provável é tratar-se de um povoado da Idade do Bronze, já que a intervenção arqueológica realizada no âmbito da A11/IP9, exumou estruturas e espólio atribuíveis àquele período da Pré-história recente. Durante esses trabalhos arqueológicos nada foi descoberto que permita conotar o Sítio com uma ocupação medieval». Relativamente à reclassificação do sítio arqueológico, ver ALMEIDA, FERNANDES, 2007: 117, em que lemos: «A intervenção arqueológica decorreu em três fases distintas. Tal, prende-se com o facto de o local estar identificado no PDM de Felgueiras como uma Atalaia Medieval, o que conduziu às primeiras sondagens arqueológicas, de forma a confirmar o potencial arqueológico do sítio. Desde logo, os vestígios recolhidos na primeira fase permitiram reclassificar o local, apontando agora para uma cronologia da Idade do Bronze».

secus flumen Durio»⁴⁴⁵. Também em dois documentos posteriores é referido como *monte e alpe mons*⁴⁴⁶. No entanto, em março de 995, surge a primeira referência direta como elemento defensivo: «in villa que vocitant Sunilani, territorio Portugalis, rivulo Campaniana, subtus castro Gundemari, secus flumen Durio»⁴⁴⁷. Segundo as crónicas medievais, foi nesse ano que Almançor, à frente das suas tropas, conquistou o castelo de Aguiar de Sousa, situado nas proximidades (a oito quilómetros em linha reta)⁴⁴⁸. Poder-se-ia, portanto, colocar a hipótese de uma ligação entre este episódio e o surgimento, na documentação, de um *castrum* no atual Gondomar. A este elemento defensivo poderíamos também ligar o não muito distante (mais ou menos seis quilómetros em linha reta) *Mons Kastro Malo* de que falaremos mais à frente. É importante notar que a fortificação está ligada a uma personagem, Gondemaro, talvez o seu antigo proprietário, cujo nome é claramente de origem germânica: este facto não nos pode fazer excluir uma utilização anterior do local na Antiguidade tardia e no início da Idade Média. O nome deve então ter permanecido na memória local até que, no final do século X, foi registado nos documentos que estamos a analisar. Para o século XI, temos à disposição sete documentos que atestam a existência do castelo⁴⁴⁹. Em dois destes, porém, não há referência direta ao *castrum*: *subtus monx Cudemari e mons Gondemar*⁴⁵⁰. Para Barroca, o documento de 1098 deve ser considerado a última referência ao *castrum* de Gondomar⁴⁵¹: não é assim. Pelo menos, dois outros documentos, datados da primeira metade do século XII, devem ser acrescentados a este *corpus* documental. O primeiro é uma *carta venditionis* datada de 27 de junho de 1130, cujos atores são Ermezenda Gunzalviz e os cônjuges *Menendu Gunzalvi[z] e Flamula Fernandiz*; ali se lê: «et abet jacentja ipsa ereditate substus kastro Gondemar terredorio Portugalensis discurrentem ribulo Durio in loco predicto in villa que vocitant Pinario justa quintana de Gondemari»⁴⁵². No segundo, datado de março de 1143, lê-se: «iuxta castrum Gondemar in villa que dicitur Quintanella»⁴⁵³. Este último documento, considerando também a sua cronologia, é interessante porque parece referir-se a uma estrutura defensiva

⁴⁴⁵ LP 368 (25.12.957).

⁴⁴⁶ Respetivamente, LP 515 (05.08.987): «in villa Sunlani, territorio Portugalensis, subtus monte Gundemar, ribulo flumen Dorii»; e LP 517 (06.04.994) «in villa Sunilani et Baquini, subtus alpe mons Gundemari, discurrente ribulum Campaniana, prope fluvio Dorio, territorio Portugal».

⁴⁴⁷ LP 200 (04.03.995).

⁴⁴⁸ Sobre este castelo, ver a secção dedicada a Paredes.

⁴⁴⁹ DC 365 (06.04.1048): «subtus Castro Gondemari terrio Portugalensis discurrentis ribulo Paramio. Et abet ipsa villa iacientia in loco predicto Paramio et Cazomanes»; DC 409 (01.04.1058): «est ipso monesterio fundato in villa campaniana sub alpe castro Gondemari discurrente ribulo Campaniana terretorio Portugal prope flumen Doiro»; LTPS 12 (09.07.1064): «nostra racio de Athanes prope flumen Dorii flumen maris territorio Portugal subtus mons Gondemar»; DC 496 (12.09.1068): «in villa Gondemari subtus ipso castro Gondemari terredorio Portugalensis discurrente ribulo qui dicent Rial»; DC 493 (1070): «in villa Zebralio et abe iacencia in loco predicto inter Durio et Sausa subtus monx Cudemari teritorio Portocalense»; DC 818 (08.04.1095): «in villa quos vocitant Gondomar subtus montes Castro Gondomar discurrente flumine Durio territorio Portugalense»; e SSJ 44(08.04.1098): «in villa que vocitant Gondemar secus montes castro Gondemar discurrente flumen Durio teritorio Portugalense».

⁴⁵⁰ LTPS 12 e DC 493.

⁴⁵¹ BARROCA, 2017a: 240.

⁴⁵² SSJ 82.

⁴⁵³ ADP. Cart. Cab., Liv. Originais, 1688(30) fl. 22 (cf. SILVA, 2006: 169).

ainda ativa, porventura evoluída a partir daquela de finais do século X. Não é de excluir que, na segunda metade do século XII, tenha passado a ser o castelo de referência da *terra* de Gondomar⁴⁵⁴. No local da fortificação medieval, e onde atualmente se encontra uma capela dedicada a Santo Isidoro, existia um castro da Idade do Ferro⁴⁵⁵, situação que veremos ocorrer bastante vezes no território analisado. É por isso que interpretamos o *castrum* de Gondomar, numa fase inicial, como um simples elemento defensivo antigo reutilizado⁴⁵⁶, com uma consequente evolução estrutural durante a segunda parte do século XI ou, mais provavelmente, no início do século XII.

O *Mons Kastro Malo* só é mencionado num documento de 1120: «in villa Baquim suctus mons kastro Kastro [sic] Malo discurente rivolo Kampaniana prope flumen Durio teritorio Portugal»⁴⁵⁷. Embora duvidemos da existência de uma fortificação «minor» ainda ativa no início do século XII⁴⁵⁸ (uma fortificação perto da cidade do Porto, num momento de forte revitalização devido à «restauração» da diocese e à doação de Teresa a D. Hugo alguns meses antes⁴⁵⁹). Por outro lado, estimulados pelo nome altamente evocativo, não excluiríamos, *a priori*, a reutilização de um castro da Idade do Ferro durante, por exemplo, a campanha militar de Almançor entre os séculos X e XI. Daí a conotação negativa associada à localidade.

Num recente artigo sobre o sistema de defesa do litoral da diocese do Porto, Barroca propõe a identificação do *Mons Kastro Malo* com o *Monte Altum*⁴⁶⁰, apoiando a sua hipótese no facto de Baguim do Monte ser indicado *subtus* o Monte Alto num documento alguns meses anterior àquele em que aparecia sob a designação de *Kastro Malo*⁴⁶¹: «et abet ipsa erediata in iacentja subtus mons Monte Altum discurrente rribulo Campaniana terradorio Portugalensis in villa que vocitant Bagim»⁴⁶². Barroca ignora, com razão, um terceiro documento, datado de 1130, em que o *Monte Altum* é novamente mencionado, porque considerado falso⁴⁶³. Concordamos, certamente, que pode haver situações em que a mesma montanha é referida com nomes diferentes na documentação, mas talvez este não seja um

⁴⁵⁴ A terra de Gondomar parece ser mencionada, pela primeira vez, num documento de fevereiro de 1159: ADP. Cart. Cab., Liv. Originais, 1670(12), fl. 27 (cf. SILVA, 2006: 170). O *territorio de Gondomar* é mencionado em dezembro do mesmo ano e em junho de 1161: ADP. Cart. Cab., Liv. Originais, 1671(13), fl. 6 (cf. SILVA, 2006: 171) e ADP. Cart. Cab., Liv. Originais, 1670(12), fl. 24 (cf. SILVA, 2006: 171, em que, por lapso, se dá a data de 1160). Mais tarde, num documento de 1214, lê-se uma referência ao *termino* de Gondomar (MA 209). Sobre a *terra de Gondomar* ver *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XXXI: 445.

⁴⁵⁵ BARROCA, 2017a: 208 *apud* SILVA, 1986: nota 426.

⁴⁵⁶ Barroca inclui-o na lista dos castelos cristãos documentados até ao ano 1000: BARROCA, 2003b: 96.

⁴⁵⁷ DP IV 146 (22.11.1120).

⁴⁵⁸ É por esta razão que consideramos a referência documental a *Kastro Malo* apenas como uma indicação geográfica. Barroca, baseando-se também na ausência desta localidade na lista proposta por Almeida, excluiria, igualmente, um elemento defensivo para este local: BARROCA, 2017a: 239, nota 69.

⁴⁵⁹ Sobre este assunto, ver o que escrevemos na secção 1.2.

⁴⁶⁰ BARROCA, 2017a: 239. O autor atribui, erradamente, Baguim do Monte à cidade do Porto.

⁴⁶¹ Recordamos que Baguim do Monte era, em finais do século X, *subtus alpe mons Gundemari* (LP 517).

⁴⁶² DP IV 114 (15.02.1120).

⁴⁶³ DRI 109 (26.06.1130).

desses casos. De facto, Barroca sustenta a sua teoria com base em apenas dois documentos⁴⁶⁴. Julgamos ter encontrado outras menções (publicadas ou não) ao *Monte Altum*, que, em nosso entender, é apenas uma elevação, um marco espacial, sem qualquer ligação a elementos defensivos. Trata-se de cinco documentos da segunda metade do século XII, três pertencentes à produção do mosteiro de Rio Tinto e dois conservados no Arquivo Distrital do Porto. No primeiro, datado de 1157, lê-se: «In Villa Valongo [subtus mons Alto] territorio Portugalensis discurrente rivulo Ferreira»⁴⁶⁵. Em 1159 e 1160, foi utilizado para marcar os limites de certas propriedades: «de hereditate [...] mus in territorio de Gondemar; Damus etiam cum suis terminis novissimis et antiquis quomodo dividit per Montem Altum et per Azevedu de inde per foz de illo esteiro de Campaniana et finit in Dorio et per Dorium ad portum de Avintes de inde ad foz Sausa et dividit per illa lomba de Trasileriz iuxta illud cautum de Sancto Pedro de Cova et finit in ipso [M]onte Alto a quo incepimus»⁴⁶⁶, e «et habet iacentia heredita <s> ipsa in Bouza Couva et in Quintanela et in Quintana et in Gondemarin et in Sancto Michaele et in Vallebono. [...] Damus etiam cum suis terminis [...] Montem Altum et dividit per terminum de Manariz deinde per Azevedo et per focem de illo esteiro de Campaniana et finit in Dorio et per Dorium ad portum de Avintes deinde per illum fontanum de Guenar et per Portelam de Jovin et per illam Lomba de Trasariz iuxta illud cautum de Sancto Pedro de Couva et finit in ipso Monte Alto a quo incipit»⁴⁶⁷. Por fim, dois documentos de 1161 e 1164 dão conta de como as *villae* de Baguim do Monte e Sevilhães (esta última estava sob o *Mons Gundomari* no final do século X) foram *subtus* ao Monte Alto: «Hereditas habeat iacentia in villa que vocat Baguim Superiori et Inferiori subtus montem Altum discurrente rivulo Scoutoso (?) territorio Portugalensi»⁴⁶⁸, e «Villa Sovilanes [...] subtus mons Alto discurrente ribulo Campannia territorio Portugalensis»⁴⁶⁹. Quanto à localização deste *mons*, sugerimos uma das alturas ao longo da fronteira de Gondomar e Valongo⁴⁷⁰. Após a apresentação destes novos dados, propenderemos para considerar o *Mons Kastro Malo* e o *Monte Altum* como duas alturas diferentes.

O documento de 1130 — uma falsificação — que acabámos de analisar menciona também o *Monte de Covis*, *Cima de Guardial* e a sugestiva referência *ad fugium de Armada*. Mesmo que o documento seja falso, não se deve excluir *a priori* que todo o seu conteúdo o seja, nomeadamente as localidades mencionadas⁴⁷¹. Infelizmente, não conseguimos identificar nenhum destes três pontos de referência geográfica, que devem ser atribuídos, se não à área da

⁴⁶⁴ Ambos os documentos de 1120 provêm do mosteiro de Rio Tinto, mas não são redigidos pelo mesmo autor. O que faz referência ao *Mons Kastro Malo* é da autoria de Arias, e o que faz referência ao *Monte Altum* é da autoria do presbítero *Gunzalu*.

⁴⁶⁵ PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 13.

⁴⁶⁶ ADP. Cart. Cab., Liv. Originais, 1671 (13), fl. 6 (cf. SILVA, 2006: 171).

⁴⁶⁷ ADP. Cart. Cab., Liv. Originais, 1670 (12), fl. 24 (cf. SILVA, 2006: 171).

⁴⁶⁸ PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 14.

⁴⁶⁹ PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 17.

⁴⁷⁰ O adjetivo «alto» deve aplicar-se a uma elevação que se destaca claramente do contexto corográfico da zona.

⁴⁷¹ Referimo-nos à existência efetiva desses topónimos/localizações e não à sua utilização correta.

atual freguesia de São Pedro da Cova, talvez ao território de Gondomar. Um documento (inédito) de 1133⁴⁷² menciona um *Mons Petras Veiras/Vetras* que poderia ser identificado com o atual monte Pedrosa (situado em Rio Tinto). Por fim, num outro documento inédito de 1146, lê-se: «In villa que vocitant Ribulo Tinto subtus mons Saxo territorio Portugalensis»⁴⁷³. Atualmente, existe a localidade do Seixo, na aldeia de Fânzeres, quase na fronteira com Valongo, mas esta pode ser enganadora, dada a referência a Rio Tinto no documento.

Quanto aos restantes povoados da Idade do Ferro existentes no atual território de Gondomar (três, segundo o Plano Diretor Municipal⁴⁷⁴) não parece haver episódios de reutilização de estruturas antigas. Entre estas, porém, supõe-se que tanto a que se erguia na localidade com o sugestivo nome de Alto do Castelo, como a conhecida como castro de Broalhos, eram fortificações medievais de controlo do vale do Douro⁴⁷⁵. Por certo que se trata de pontos estratégicos com visibilidade privilegiada ao longo do rio, fazendo sentido uma linha de defesa no vale do Douro. Infelizmente, no atual estado da investigação, não encontrámos indícios que sustentem uma ocupação e/ou reutilização medieval com função defensiva dos locais referidos. Por outro lado, é com perplexidade que tivemos conhecimento de um possível «Castelo Medieval Cristão» no lugar de Gondomar (São Cosme), na localidade de Aguiar, sem qualquer referência a documentação escrita ou escavações⁴⁷⁶ (notícia também relatada acriticamente no Plano Diretor Municipal de Gondomar⁴⁷⁷).

3.5. LOUSADA

Embora a nossa pesquisa sobre elementos defensivos medievais no território do atual concelho de Lousada não tenha produzido evidências ao nível da documentação escrita, o trabalho minucioso publicado pelos arqueólogos municipais permitiu-nos encontrar alguns indícios interessantes de elementos defensivos, talvez em uso durante o período abrangido pela nossa pesquisa⁴⁷⁸.

O primeiro sítio que analisamos é o castro de Pinouco, um castro da Idade do Ferro cujas defesas estavam confiadas apenas a um fosso que rodeava parcialmente o povoado, somando-se à proteção oferecida pelos elementos naturais⁴⁷⁹. A presença de abundante material cerâmico indica que o sítio foi ocupado desde a Idade do Ferro até, e especialmente, à Alta Idade Média:

⁴⁷² PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 3.

⁴⁷³ PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 11.

⁴⁷⁴ PORTUGAL. Câmara Municipal de Gondomar, 2015: 14.

⁴⁷⁵ ROSAS *et al.*, 2008: 48. Almeida propôs uma fortificação para a localidade de Medas, relacionando-a com a LM [45] = VIII, em que surge «Monte Meda» (ALMEIDA, 1978: 43). Barroca não retoma esta proposta.

⁴⁷⁶ Ver a ficha *Aguiar*, no Portal do Arqueólogo.

⁴⁷⁷ PORTUGAL. Câmara Municipal de Gondomar, 2015: 14.

⁴⁷⁸ NUNES, SOUSA, GONÇALVES, 2008.

⁴⁷⁹ NUNES, SOUSA, GONÇALVES, 2008: 83.

Os materiais recolhidos, atribuíveis ao período da Idade do Ferro, ao Período Romano e à Alta Idade Média, indiciam uma continuada ocupação do sítio, talvez intensificada durante a fase final de vida do povoado, conforme é atestado pela abundância de vestígios recolhidos atribuíveis à Alta Idade Média⁴⁸⁰.

Estes dados levam-nos a colocar a hipótese de uma utilização, ou reutilização, deste sítio, sobretudo nos primeiros séculos da «Reconquista». Uma vez que a área se tornou segura, sem possíveis incursões árabes ou viquingues, a estrutura foi lentamente abandonada, porventura em favor de um posto na planície.

Uma situação semelhante à anterior é a do castro do monte Pedroso. Neste caso, o antigo povoado da Idade do Ferro era defendido não só por um fosso, mas também por uma muralha⁴⁸¹. Em comparação com o castro do Pinouco, não parece ter havido uma ocupação contínua — a estrutura terá sido reutilizada pouco depois da tomada do Porto, provavelmente até ao início do século XI, embora, aqui, a permanência no local possa ter sido mais longa:

foram ainda detectados fragmentos cerâmicos conotáveis com a Idade Média (Período da «Reconquista», associados, possivelmente, a uma reocupação medieval da acrópole do povoado. Trata-se maioritariamente de fragmentos de bojos de peças com formas indeterminadas com cronologias entre os séculos IX e XII)⁴⁸².

Nos restantes nove povoados da Idade do Ferro, não parece ter havido episódios de reutilização no período medieval⁴⁸³, exceto, talvez, o castro de São Domingos, onde as escavações estavam ainda em curso quando o visitámos⁴⁸⁴, mas foram encontrados possíveis vestígios de uma antiga construção medieval, possivelmente indicando uma reutilização entre os séculos IX e X da estrutura proto-histórica:

Nos estratos superiores, que cobriam o conjunto romano, foi possível ainda vislumbrar restos de um empedrado e de uma pequena construção em muro simples, que pode ser atribuída à Alta Idade Média, com alguns fragmentos de cerâmicas cinzentas tardias, mas estes níveis ainda aguardam nova escavação⁴⁸⁵.

Entre os séculos XI e XII, o *mons Calvelo* surge na documentação, e encontramos-lo mencionado catorze vezes em documentos datados entre 1049 e 1193: dois são de meados

⁴⁸⁰ NUNES, SOUSA, GONÇALVES, 2008: 84.

⁴⁸¹ NUNES, SOUSA, GONÇALVES, 2008: 81.

⁴⁸² NUNES, SOUSA, GONÇALVES, 2008: 81.

⁴⁸³ NUNES, SOUSA, GONÇALVES, 2008: 42.

⁴⁸⁴ Tivemos a oportunidade de as visitar em setembro de 2018, juntamente com o arqueólogo Luís Sousa, a quem agradecemos a grande disponibilidade.

⁴⁸⁵ MENDES-PINTO, 2008: 56.

do século XI⁴⁸⁶, os outros doze estão distribuídos entre a segunda e a última década do século XII⁴⁸⁷. A este conjunto de documentos propomos acrescentar um documento de 1098⁴⁸⁸, em que se encontra a menção de um *mons Kavallo* sob o qual se encontrava a *villa* de Aveleda. Julgamos que esta referência pode ser considerada — seria a única a sul do rio Vizela para esta cota⁴⁸⁹ — um erro de grafia de *mons Calvelo*. De facto, comparando e cartografando as localidades mencionadas nos documentos, parece claro que Aveleda se insere na área que caiu *subtus mons Calvelo*. Quanto à sua localização, a questão torna-se mais complicada. Em primeiro lugar, Almeida considera *mons Kavallo* uma montanha autónoma, localizando-a genericamente «a noroeste da freguesia». Nessa zona, encontramos uma pequena elevação, cujo nome não é indicado na carta militar, com uma altitude máxima de 266 metros e na qual não foram encontrados vestígios arqueológicos. Continuando nessa direção, a primeira elevação digna de ser mencionada é onde se encontra o castro do monte Pedroso. É decerto uma hipótese fascinante, se considerarmos o *mons Kavallo* como uma elevação diferente de *mons Calvelo*. Para a localização deste último, Almeida propõe o Crasto⁴⁹⁰, onde, como vimos, se encontram os vestígios do castro de São Domingos. Embora, numa primeira leitura dos documentos, esta proposta possa ser — quase — funcional, alguns pormenores anulam esta identificação. Vimos como *mons Calvelo* ainda era designado como tal nos finais do século XII, enquanto nas Inquirições de 1258 encontramos a primeira referência ao castro de

⁴⁸⁶ DC 373 (16.10.1049): «casal de Cacavelos de riba de Sausela [...] jacencia inter Sausa et Sauzela, subtus mons Calvelo, discurrente ribulo Sausa, territorio Purtugalense»; LM [45] = VIII (1059): «Ipsa villa Aluarenga sicut illa obtinuit Petro presbitero cum suas ecclesias ab integro per suis terminis et cunctis prestationibus suis. Et de hereditate Odrocia et de Gondemaro medietate integra. Et de uilla de Gesilli que fuit de suo marito nomine Sotto medietate integra. Et de uilla Rezemondi medietate integra. Et ille agro que dicent tritical integro. Sunt ipsas villas sub monte Caluelo et in ripa riuulo Sause et quomodo diuident per termino de Molas et per uilla Mazanaria et cum Uillanoua et quantum ibidem fuit inter ipsas villas hereditates de domna Seniorina et quantas ibidem ad ipsas ecclesias testarunt alios homines».

⁴⁸⁷ DP III 472 (24.04.1114): «in villa Nogaria [...] subtus mons Kalvelo discurrente rivolo Sausa territorio Portugalense»; MA 18 (13.09.1120): «territorio Portugalensis subtus mons Caluelo discurrente riuulo Sausa villa et loco predicto quos vocitant Nugueira»; DSV 58 (04.08.1130): «et habet iacencia ipsa hereditate in villa Nespereira subtus alphei mons Calvelo discurrente ribulos Sausa et Sausella territorio Portugalensis»; MMPS 37 (03.1147): «villa Nugaria de Sousa subtus mons Calvelo in terra de Lausada»; MA 134 (21.11.1169): «in Villa Nova et habet iacencia in Ribulo Moimos territorio Lausada subtus mons Calvelo discurrente ribulo Sausa»; PT/TT/MSMV/A/M01 7 (1170): «Villa Aqua Levada [...] subtus mons Calvelo discurrente rivulo Avizela territorio Bracara»; MA 135 (10.04.1172): «de vila Nousti subtus mons Calvelo discurrente ribulo Sousa territorio Bracarensis»; MA 139 (02. 1175): «in villa Nousti subtus mons Kalvelo discurrente riuulo Sausa territorio Bracale»; LTPS 135 (29.11.1177): «in terra de Lausada ubi dicent Lamas [...] Avelaneda [...] Mazaneira [...] Nugueira et fingit in Sausa [...] subtus mons Calvelu discurrente rivulo Sausa territorio Portugalis»; MA 143 (11.09.1179): «in loco predicto Villa Nova scilicet ipsum kasale que vocitant de Turre subtus mons Calvelo discurrente riuulo Sausa territorio Portugal»; MA 148 (01.02.1189): «in villa Nousti in ripa Sause et in Avelaneda sub monte Calvelo»; MA 157 (06.1193): «kasalem de Cabo de Octava subtus mons Kalvelo discurrente rivulo Sausa territorio Portugal». Note-se, em MMPS 37, MA 134 e LTPS 135, a menção da *terra/territorio* de Lausada. Este é um tema que merecia mais espaço, mas as referências decididamente tardias não nos fazem inclinar para a identificação de uma nova *terra*.

⁴⁸⁸ DC 882 (26.05.1098): «in villa quos vocitant Avellaneda subtus mons Kavallo discurrente rivulo Sausa territorio Portugalemsis». Também segundo LIMA, 1993: II, 62. A opinião de Santos e Barroca é diferente, propondo-a para o território de Penafiel (SANTOS, 2004: 94, 102; BARROCA, 2017b: 132).

⁴⁸⁹ De facto, encontramos mencionados nos documentos os *montes caballorum* (LM [68], 06.07.983)/*monte de cavallo* (ALMEIDA, 1978: 35) localizados em Conde, Guimarães (LM: 299).

⁴⁹⁰ ALMEIDA, 1978: 36.

São Domingos. Aí, lemos: «Item quod habetur ibi unum crastum et fuit populatum: et dixit quod omnes qui morantur in ipsa villa partierunt illud inte se et laborant illud»⁴⁹¹. Além deste pormenor, em alguns documentos são mencionadas localidades distantes, pelo que, ou não foram devidamente identificadas, ou o problema seria obviado com a deslocação da localização do *mons Calvelo* para localidades com características diferentes, ou seja, localidades situadas a cotas mais elevadas e geograficamente «no centro» das propriedades nomeadas. Estas características são preenchidas pela identificação do monte em causa com a serra de Campelos. A nossa hipótese é também apoiada por uma troca de ideias com o arqueólogo Sousa, conhecedor do território de Lousada: «O *mons Calvelo* pode ser de facto a serra de Campelos. Calvelo porque não tinha árvores, só mato rasteiro»⁴⁹². Por esta razão, excluimos que o *mons Calvelo* tenha indicado uma fortificação.

Entre os documentos relativos ao *Mons Calvelo* encontramos um que é muito importante para a nossa investigação: o de setembro de 1179⁴⁹³, em que é mencionado um «kasale que vocitant de Turre». Não sabemos se esta referência é relativa a uma estrutura que existia no final do século XII, ou se permaneceu na toponímia local como memória de um elemento defensivo mais antigo. Tendemos para a segunda hipótese. Encontrámos, até hoje, a localidade de Torre, perto de Villa Nova, na freguesia de Pias. Este poderá ser um caso semelhante ao da Torre de Esmoriz, no concelho de Ovar⁴⁹⁴.

Também é muito interessante o caso da *Loba Mourisca*. Numa doação de 1137, lê-se: «in villa de Arravaldi que est inter rivulo de Odres et de Palatiolo subtus mons Loba Mourisca territorio Portugalense»⁴⁹⁵. Este documento chamou a atenção de Lima, que, embora não tenha conseguido propor uma localização exata — mas acreditando que poderia situar-se entre Travanca (Amarante) e Caíde de Rei —, propôs uma identificação entre a *Loba Mourisca* e a *Lumba Mourisca* mencionada por Barroca e nomeada nas *Inquirições* de 1258⁴⁹⁶: «deinde ad Lumbam mouriscam quomodo partit Caydi cum Travanca»⁴⁹⁷. Com base nesta fonte, de facto, Barroca propôs a leitura de uma referência a um castelo de mota⁴⁹⁸. Após uma análise cuidada das poucas fontes e dos achados arqueológicos, Sousa propõe a localização em Cimo de Vila, no lugar de Caíde de Rei. Caso se possa reconhecer como um castelo de mota, deve ser considerado ativo entre os séculos X e XI, sendo que os únicos vestígios *in situ* são peças de cerâmica medieval tardia⁴⁹⁹. Desta vez, não podemos deixar de concordar com Almeida, que afirmava que numa zona não só caracterizada por terrenos elevados e afloramentos rochosos,

⁴⁹¹ INQ. 547. Cf. NUNES, SOUSA, GONÇALVES, 2008: 106.

⁴⁹² Correspondência a partir de outubro de 2019.

⁴⁹³ MA 143 (11.09.1179).

⁴⁹⁴ Ver a secção sobre Ovar no capítulo seguinte, incluindo a bibliografia sugerida sobre as torres senhoriais portuguesas.

⁴⁹⁵ LTPS 156. Concordamos com Sousa ao identificar a *Villa de Arravaldi* com Arrabalde, Oliveira (Amarante), ao contrário da proposta de Lima, que a identificava com Arrabalde, Sobretâmega (Marco de Canaveses): LIMA, 1993: I, 69.

⁴⁹⁶ LIMA, 1993: I, 69.

⁴⁹⁷ INQ. 602.

⁴⁹⁸ BARROCA, 1990-1991: 100.

⁴⁹⁹ SOUSA, 2010: 4.

mas também com muitas evidências arqueológicas relacionadas com a cultura castreja, não havia necessidade de construir elementos artificiais⁵⁰⁰. Assim, consideramos esta referência como apenas uma indicação geográfica.

Por último, na documentação escrita, temos referências a *mons Exudriu*⁵⁰¹, *Monte de Asinos*⁵⁰² e *Pena Baesteira*⁵⁰³. O nome desta última localidade é certamente sugestivo, nome que se mantém até aos nossos dias (Pena Besteira): é pouco provável que indique um elemento defensivo medieval, mas não é de excluir uma relação com um ponto de encontro de besteiros ou, muito dificilmente, uma reminiscência dos tempos do Império Romano. Nos três casos, consideramos que se trata de meros pontos de referência geográfica.

A torre de Vilar, entre os poucos vestígios medievais ainda existentes em Lousada, é datada entre meados do século XIII e inícios do século XIV, infelizmente muito fora do intervalo cronológico considerado nesta investigação⁵⁰⁴.

3.6. MAIA

A abundância de documentação relativa a esta área está certamente ligada à presença do mosteiro de São Salvador de Moreira, entidade eclesiástica atestada desde o século XI⁵⁰⁵.

Segundo Pinto da Azevedo, a primeira referência a *Castro Amagia* encontra-se num documento datado entre 1003 e 1008, em que se lê: «et abuit ipse Eirigo consilio que tradese castello de Amaia at Veila Gundisalvizi que era auidante in Sancta Maria [...] ad ipso castelo de Maia cum mauros et cum cristianos et predarunt ipsa terra de Doiro in Ave per feito de ipse Eirigo que ipso castello tradera»⁵⁰⁶.

O documento é particularmente interessante tanto pelos factos históricos aí relatados⁵⁰⁷, quer porque nos dá a conhecer a existência do castelo muito antes (?) de a *terra* da

⁵⁰⁰ «Onde havia abundância de pedra e até onde a existência de muros, ainda erguidos, e de fossos facilitava mais rapidamente as obras de defesa» (ALMEIDA, 1978: 52). De facto, o autor não inclui esta (possível?) fortificação na sua lista.

⁵⁰¹ Num primeiro documento de 1181, lê-se: «In Obarrio (?) [...] subtus mons Exudrius discurrente ripa de Onione territorio Brachare» (PT/TT/MSMV/A/M01 10); noutro, ligeiramente posterior (1188), encontramos: «In villa Barrosas subtus mons Exudrius discurrente ribulo Onjon territorio Bracara» (PT/TT/MSMV/A/M01 12). Não conseguimos localizar este *mons*.

⁵⁰² DP III 459 (12.11.1113): «Villa quod dicitur Bolio [...] illo fontano de Monte de Asinos [...] et postea descendit per illo vallo de Ihoanne Aurifex et inde vadit pro ad illas petras. Non siamo riusciti a localizzare questo mons».

⁵⁰³ Num documento de 1189, podemos ler: «Villa Barrosas [...] subtus mons Pena Baesteira» (PT/TT/MSMV/A/M01 13). Relativamente a este sítio, o arqueólogo Sousa informa-me (2020) que se trata de um dos que serão considerados na próxima nova versão da carta arqueológica de Lousada. Quando, juntamente com os seus colegas, preparava a edição de 2008, a Pena Besteira era uma zona de difícil acesso: «na altura não encontramos nada, mas o monte era difícil de aceder devido à vegetação, agora tem caminhos e parece estar com algumas zonas revolvidas» (correspondência de outubro de 2019).

⁵⁰⁴ Sobre a torre de Vilar ver OLIVEIRA, 2008: 152-153; MALHEIRO, 2008; NUNES, SOUSA, GONÇALVES, 2008: 217-218; *Torre de Vilar*: 348-355.

⁵⁰⁵ MATTOSO, 2002b: 24.

⁵⁰⁶ AZEVEDO, 1974: 89-90 (doc. 1).

⁵⁰⁷ Eirigo Gonçalves, em cumplicidade com o regente de Santa Maria, Veila Gonçalves, trai a fação cristã e entrega o castelo da Maia às forças de Almançor.

Maia existir e de ter um *tenens*. Segundo Leontina Ventura, de facto, o primeiro governador da *terra* da Maia é, em 1032, Gonçalo Trastemires da Maia⁵⁰⁸ — o *Gonsalvus Trastamiriz* assassinado no castelo de Avioso, em 1038⁵⁰⁹. Se, por um lado, as referências à *terra de Maia* — e não apenas aos seus *tenentes* — se tornam frequentes no século XII⁵¹⁰, por outro, um documento datado de 31 de agosto de 1009⁵¹¹, em que se lê «in presentia iudicis, hic in Amaia», talvez possa indicar que o castelo já era o local onde a justiça era aplicada. Ou pode este facto ser já considerado como um indício da existência de uma unidade administrativa territorial? Talvez não seja uma indicação precoce de uma *terra*, mas um pequeno indício de uma divisão superior, uma *civitas* segundo o modelo de *Anegia* e *Sancta Maria* (e porque não a vizinha *civitas* de Alvarelhos e, a sul do Douro, a *civitas* Portela?)⁵¹². Em busca de respostas, voltamos a deparar-nos com novas perguntas, às quais, por enquanto, não conseguimos responder.

Posteriormente, o castelo surge noutros documentos datados entre meados do século XI e meados do século XII: existem quatro para o século XI⁵¹³, e quatro para o século XII⁵¹⁴. Da mesma forma que anteriormente, interpretamos as referências ao castelo como indicações geográficas e não como uma indicação de domínio efetivo sobre os locais mencionados. Barroca acrescenta ainda aos documentos relativos ao castelo da Maia um documento datado de 18 de novembro de 1115, no qual, no entanto, não há referências à fortificação, mas apenas à *Terra da Maia*⁵¹⁵ (portanto, também indiretamente para o seu castelo cabeça de terra?). O castelo ainda estava em funcionamento no final do século XIII⁵¹⁶. Outros documentos indiretos são, como é evidente, os relativos aos *tenentes* da *terra de Maia*: posteriormente, o já referido *Gonsalvus Trastamiriz* foi sucedido na tenência pelo seu filho *Menendo Guntsalbez* entre 1048

⁵⁰⁸ VENTURA, 1992: II, 1002. Sobre Gonçalo Trastemires, ver MATTOSO, 2001c: 160.

⁵⁰⁹ Sobre o episódio e o castelo de Avioso, ver mais adiante nesta secção.

⁵¹⁰ Por exemplo: DP III 517 (18.11.1115); LF 746 (01.05.1127); LF 761 (01.05.[1127]); CBF 126 (02. 1155); LTPS 141 (1180).

⁵¹¹ LP 193 (31.08.1009).

⁵¹² De facto, Barroca refere que Almeida «admitia, ainda, a possibilidade de Lanhoso e Maia também terem sido sedes de *civitates*». BARROCA, 2003b: 72.

⁵¹³ DC 339 (01.04.1045): «villa de Parada [...] villa de Lucezes [...] subtus castro Amagia discurrente ribulo Leza territorio Portugallense»; Barroca propõe esta como a primeira referência para o castelo (BARROCA, 2017a: 229); DC 509 (31.12.1073): «in villa Rovordanus subtus Castru Amagiia territorio Portugallense discurrente ribulo Campaniana in logo predictu Robordanus»; DC 520 (15.01.1075): «in villa quos vocitant Vilar de Porcos territorio Portugallensi subtus castro Amaya discurrente ribulo Catavon»; DC 857 (18.08.1097): «ipsius monasterii Sancti Christofori quod est fundatum secus castrum Amaie discurrente flumine Durio in territorio et diocese Portugallense».

⁵¹⁴ DP III 20 (24.04.1101): «Et ipsa ereditate teritorio Portukalensis et castrus Amaia discurreris rivulo Campanana»; DP III 122 (30.06.1103): «Mea hereditate [...] in villa Celteganos et in Robordanos et in Quintana [...] et habet iacentja ipsa hereditas et ipsum cenovium ubi est concessa ipsa hereditas superius pretitulata subtus castro Amagie territorio et diocessi Portugallensis ecclesie decurreris flumine Durio iuxta villa de Varcena»; DP III 505 (06.05.1115): «mea hereditate [...] subtus castro Amaia discurrer[e] rivulo Campaniana territorio Portugallensi»; PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 5 (1141): «In villa que dicitur Cresconianes subtus Castro de Maia territorio Portugallensi(s) discurreris rivulo supradicto de Campannania».

⁵¹⁵ DP III 517 (18.11.1115).

⁵¹⁶ TEIXEIRA, 2011: 228 — *Castello Madie* (1258) e *Castellum de Madia* (1287).

e 1055⁵¹⁷; em 1085, Gonçalo Mendes da Maia e, em 1100, Soeiro Mendes da Maia⁵¹⁸. Posteriormente, entre 1106 e 1129, teve o título de *continens* ou *princeps* da terra da Maia *Pelagio Suariz*⁵¹⁹. Por fim, Ventura propõe Pero Pais de Maia como senhor desta terra entre 1147 e 1169⁵²⁰. Barroca indica-o como ativo entre 1150 e 1200⁵²¹.

Uma construção de *Castro Amagia* anterior a *Castro Avenoso* permite-nos propor novas hipóteses. Em primeiro lugar, conseguimos imaginar um castelo existente (puramente militar) que só mais tarde é escolhido como cabeça de terra. Podemos, pois, propor duas fases para este elemento defensivo: na primeira, a fortificação de finais do século X ou inícios do século XI apresenta-se com uma estrutura muito simples — talvez de madeira — que só depois (segunda fase, provavelmente entre finais do século XI e inícios do século XII) se tornará mais complexa. É muito provável que a escolha de atribuir a esta estrutura a função de cabeça de terra se deva à sua localização geográfica⁵²², a uma altitude certamente não elevada, mas suficiente para controlar e dominar a área circunstante⁵²³. Atualmente, pouco ou nada resta do castelo: Barroca refere que, apesar da forte urbanização que a localidade sofreu «ainda são perceptíveis alinhamentos antigos»⁵²⁴. Para concluir, relatamos como Álvaro de Brito Moreira, na sua tese de doutoramento, propõe uma identificação entre *Castro Amagia* e *Castro Avenoso*⁵²⁵.

Inextricavelmente ligado a esta fortificação está a figura de Gonçalo Trastemires, um representante da família da Maia que, graças à sua ousada expedição contra o castelo de Montemor-o-Velho (1034), inaugurou o processo de ascensão social da sua família⁵²⁶.

⁵¹⁷ DC 366 (16.04.1048): «ad Osorio qui era sagione de parte de don Menendo»; DC 387 (27.05.1053): «Abuimus iudicio in presentia Menendo Guntsalbez et per sagioni Ermerigo»; O DC 366 é falso, mas Ventura menciona-o entre os documentos utilizados para apoiar a sua proposta (VENTURA, 1992: II, 1002, nota 4). Sobre Menendo, ver MATTOSO, 2001c: 160-161.

⁵¹⁸ VENTURA, 1992: II, 1002. Sobre estas duas figuras da Casa da Maia, ver MATTOSO, 2001c: 161-163. Importante é a figura de Soeiro Mendes, o *Bom*, que, citando Mattoso, era «governador de várias terras» e homem de confiança do conde Henrique. Soeiro governou o Condado Portucalense com Teresa durante a ausência de Henrique, entre 1101 e 1103.

⁵¹⁹ DR I 9 (01.08.1106): «Domnus Pelajij Suariz princeps de Maia»; DR I 17 (25.03.1110): «Pelagio Suariz continens Amaia»; DR I 18 (26.03.1110): «Pelagius Suariz continens Amaia»; DR I 24 (09.05.1111): «Pelagio Suarii continens Amaia»; DR I 81 (31.03.1128): «Pelagius Suarii continens Amaia». Os documentos DR 9 e DR 18 são falsificações, mas Ventura conta-os entre os documentos apresentados em apoio da sua proposta (VENTURA, 1992: II, 1002, nota 5). A estes documentos o autor acrescenta ainda os DR I 20 (24.07.1110), em que, no entanto, não encontramos qualquer referência a *Pelagio Suariz*. Sobre a figura de Paio Soares, ver MATTOSO, 2001c: 164-165.

⁵²⁰ VENTURA, 1992: II, 1002, nota 6, no qual a autora especifica que a sua proposta, na ausência de documentação direta que atribua a Pero Pais a tenência, tem em conta o período cronológico em que o referido «tem o cargo de Alféres». Sobre Pero Pais, ver MATTOSO, 2001c: 165-166.

⁵²¹ BARROCA, 2003b: 107.

⁵²² Hoje, é monte do Castelo, uma localidade do concelho de Águas Santas.

⁵²³ Certamente melhor do que castro Avenoso, situado num vale. Cf. BARROCA, 2017a: 229-230; ALMEIDA, 1978: 28-29, 48. Almeida salienta, em particular, a importância deste local em relação à via medieval que ligava o Porto a Guimarães.

⁵²⁴ BARROCA, 2017a: 229. Teixeira acrescenta: «É provável que alguns dos atuais muros de suporte que parecem circuitar a elevação, em volta do maciço rochoso mais elevado, tenham origem no antigo traçado de taludes e amuralhamentos da estrutura defensiva medieval» (TEIXEIRA, 2011: 228).

⁵²⁵ MOREIRA, 2009: I, 214.

⁵²⁶ BARROCA, 2017a: 227-228.

Poucos anos depois, a 1 de setembro de 1038, Gonçalo é morto neste mesmo castelo. As causas da sua morte não são claras: se ligadas a atos de guerra — mas o território não era assaltado há pelo menos duas décadas —, ou se, como propõe Fernandes, a morte do fidalgo se deveu a motivos políticos⁵²⁷.

Duas crónicas medievais relatam o facto: «Era M.a LXX.a VI.a Occisus fuit Gonsalvus Trastamiriz in Avenoso, kalendas septembris»⁵²⁸ e «Era MLXXVI.a calend. Septembris, Gundisalvus Trastamiris occisus est in Avenoso»⁵²⁹. Podemos, portanto, imaginar que o castelo não era apenas um reduto militar, mas tinha também uma parte adequada para alojar o nobre e o seu potencial séquito. No entanto, dada a exiguidade do espaço, é-nos difícil propor uma estrutura muito complexa. Só uma escavação arqueológica poderia fornecer novas informações, embora a construção da capela de Santo Ovídio e, principalmente, as construções contemporâneas (no sopé e encostado ao monte, encontramos um restaurante, bem como a rampa de ligação à parte superior da pequena elevação⁵³⁰) tenham alterado definitivamente a área, deixando poucas esperanças de recuperar informações sobre a fortificação medieval⁵³¹. Voltando à documentação de arquivo, há treze documentos que recolhemos que mencionam o castelo de Avenoso (apenas num é referido como *alfe montis Abenoso*), todos datados a partir da década de 1040⁵³². Em particular, chamou-nos a atenção o mais antigo, datado de 1043, em que se lê: «in villa quos vocitant Laurario suptus Kastro monte Faro et Kastro cibidas Abenoso teridorio Portugalensis et abe iacentia ipsa villa inter Bostelo et Mandini discurrente arruio Ferari»⁵³³.

⁵²⁷ FERNANDES, 1972a: 66.

⁵²⁸ *Chronicon Conimbricense*: 4.

⁵²⁹ *Chronicon Gothorum*: 9.

⁵³⁰ Verificado durante uma visita com o professor Barroca, em julho de 2018.

⁵³¹ Nesta localidade existia um pequeno castro da Idade do Ferro, definido como «agrícola» por Moreira: MOREIRA, 2009: I, 108, 214. O arqueólogo António Silva informou-nos, em abril de 2021, que tinham sido feitas novas escavações na base do monte, durante as quais encontraram um fosso com materiais medievais. Não conseguimos encontrar publicações ou mais informações.

⁵³² DC 323 (18.01.1043): «in villa quos vocitant Laurario suptus Kastro monte Faro et Kastro cibidas Abenoso teridorio Portugalensis et abe iacentia ipsa villa inter Bostelo et Mandini discurrente arruio Ferari»; DC 363 (01.04.1048): «in villa que vocitant Gemundi teridorio Portugalemsis suptus castro Abenoso»; DC 364 (02.04.1048): «in vila Gemundi alfe montis Abenoso teridorio Portugallemsis ribulo Utdi»; DC 452 (26.03.1067): «in villa Laurario subtus kastro Avenoso discurrente ribulo Avenoso teridorio Portugalensis»; DC 454 (01.05.1067): «in villa Karvalido [...] et dividet cum Villar de Porcos et de alia parte cum villa Arones subtus Kastro Avenoso discurrente ribulo udi teridorio Portugalens»; DC 456 (11.06.1067): «in villa Villar de Porcos in loco predicto ubi dicent Karvalido subtus kastro avenoso discurrente ribulo Udi teridorioal...»; DC 465 (05.07.1068): «in villa Gemundi subtus Kastro Avenoso teridorio Portugalensis»; DC 466 (05.08.1068): «Ecclesia vogabulo sancti cosmadi qui est fundado inter villa Laurario et villa Gemundi [...] et abe iacentia suptus Kastro Avenoso teridorio teridorio [sic] Portugalensis»; DC 467 (19.08.1068): «Ecclesia nostra probria vogabulo sancti cosmadi que est fundando inter villa Gemundi et villa Laurario subtus kastro Avenoso teridorio Portugalensis»; DC 475 (04.01.1069): «in vila Moraria subtus castro Avenoso discurrente rivulo Leza in logo predicto Carvalido»; DC 507 (11.10.1073): «in villa Avenoso subtus Kastro Avenoso discurrente rribulo Avenoso in teridorio Portugalensis»; DC 532 (19.08.1076): «in villa Karvalidu [...] et abe iacentia subtus Kastro Abenoso in teridorio Portugalensis»; DC 829 (01.04.1096): «in valle Villafrei [...] et abet iacentia subtus Castro Avenoso teritorio Portualense discurrente rivulo Lavrugia».

⁵³³ DC 323 (18.01.1043).

O uso do termo *civitas* é raro e, em meados do século XI, pode ter assumido um significado especial. Dada a reduzida dimensão da área ocupada, não nos parece que o termo possa referir-se à presença de ruínas extensas, como no caso de Alvarelhos; a *civitas* poderia assim ser associada quer à importância simbólica que o castelo tinha — mesmo que apenas localmente — quer a uma estrutura mais complexa do que podemos imaginar. Além disso, poderíamos propor uma comparação com as estruturas primitivas das *civitates* de *Anegia* (de que, no entanto, dispomos de poucos dados) e, em particular, de *Sancta Maria*, que não eram certamente de dimensões imponentes. Mais uma vez, interpretamos as referências diretas ao castelo como indicações geográficas e não de subordinação militar e/ou administrativa. Não sabemos exatamente quando desapareceu o castelo, mas é interessante notar que, ainda em meados do século XVIII, a toponímia local registava a memória de uma fortificação⁵³⁴.

Cinquenta e um documentos utilizam o *Mons Faro* como ponto geográfico para localizar várias propriedades, o que faz deste monte um dos mais frequentemente citados na área examinada. Entre estes documentos, três indicam-no como *Alfe Montis Faro/Alpe Mons Faro*⁵³⁵, enquanto apenas quatro o ligam a um elemento defensivo (*Kastro Monte Faro/Kastro Faro/Crasto Faro/Castro Faro*)⁵³⁶. Os restantes designam-no simplesmente por *Mons/Monte Faro*⁵³⁷.

Apesar desta abundância de fontes escritas, a informação que podemos recolher sobre a (hipotética) estrutura defensiva é praticamente nula. Além disso, a atual área do monte Faro está completamente alterada «devido à intensa exploração de pedra que originou inúmeras crateras e revolvimento do subsolo»⁵³⁸.

Vimos como os castros da Idade do Ferro foram amiúde reaproveitados durante a Idade Média, quer na sua natureza de recintos fortificados quer aproveitando a sua localização estratégica — e a abundância de material disponível — para instalar novas estruturas. Neste caso, a situação é bastante peculiar, pois quem investigou a área afirma não ter encontrado provas suficientes da presença castreja⁵³⁹. Isto daria um novo valor à utilização do termo «castro»

⁵³⁴ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 339 («no lugar do Castellejo»).

⁵³⁵ DC 331 (18.01.1044); DC 427 (22.10.1060) e DC 522 (11.02.1075).

⁵³⁶ DC 323 (18.01.1043); DC 523 (11.02.1075); DP III 373 (31.03.1111) e DP III 509 (27.06.1115).

⁵³⁷ DC 262 (23.02.1027); DC 266 (29.01.1029); DC 267 (28.05.1030); DC 300 (10.04.1038); DC 355 (24.05.1047); DC 411 (14.08.1058); DC 422 (01.04.[1060]); DC 482 (18.07.1069); DC 528 (07.06.1075); DC 554 (06.03.1078); DC 597 (18.08.1081); DC 723 (22.09.[1089]); DC 783 (13.07.1092); DC 878 (08.05.1098); DC 879 (08.05.1098); DP III (19.07.1102); DP III 106 (14.03.1103); DP III 110 (26.04.1103); DP III 202 (01.12.1105); DP III 313 (20.12.1108); DP III 327 (03.05.1109); DP III 380 (01.10.1111); DP III 387 (1112) — proposta; DP III 389 (01.01.1112); DP III 397 (22.04.1112); DP III 420 (29.01.1113); DP III 421 (29.01.1113); DP III 428 (28.02.1113); DP III 436 (29.04.1113); DP III 441 (14.06.1113); DP III 442 (23.06.1113); DP III 469 (31.03.1114); DP III 471 (19.04.1114); DP III 511 (17.07.1115); DP IV 18 (07.08.1116); DP IV 115 (23.02.1120); DP IV 140 (31.08.1120); DP IV 172 (30.03.1121); DP IV 187 (30.06.1121); DP IV 220 (01.01.1122); DP IV 246 (22.03.1122); DP IV 362 (09.07.1123); PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 9 (1144); MTM LXXXVII (08.07.1154).

⁵³⁸ MOREIRA, 2009: I, 210.

⁵³⁹ SILVA, MOREIRA, 2011: 104-105: «Apesar de amplamente citado na bibliografia sob a designação de castro uma atenta análise do local não revelou materiais de superfície suficientes que nos permitam, com segurança classificá-lo como castro. No entanto, consideramos a sua inclusão no catálogo pelo facto de se encontrar consagrado na bibliografia». Não estamos de acordo com a última frase: isso poderia levar a uma desinformação para não ir contra a «tradição» bibliográfica.

nos documentos anteriormente analisados. Dado o nome evocativo⁵⁴⁰ e a localização estratégica⁵⁴¹ poder-se-ia supor a existência de uma atalaia *in situ*, plausivelmente de apoio ao castelo de Avioso e/ou ao castelo da Maia.

Após um exame cuidadoso dos documentos, concordamos, embora com algumas reservas, com o que Barroca propõe relativamente à identificação de *Mons Petras Rubias* com *Mons Petrosso*⁵⁴². Além do que Barroca propõe, poder-se-ia entender que dois montes diferentes seriam os indicados pela documentação, identificando o *Mons Petras Rubias* com a parte mais alta da atual localidade de Pedras Rubras (cuja altitude máxima ultrapassa os oitenta metros), e o *Mons Petrosso* com o atual monte das Pedras, a poucas centenas de metros do primeiro. Além disso, apenas em dois documentos dos trinta e um recolhidos (vinte e nove para *Mons/Montis Petras Rubias* — com as suas variantes *Pedras Rubias*, *Pedras Rrubias*, *Pedras Ruivas*, etc.⁵⁴³ —, dois para *Petrosso*⁵⁴⁴) é feita uma menção explícita a um castro⁵⁴⁵, e uma vez para um *Alpe Petras Ruivas*⁵⁴⁶. Três fatores poderiam contrariar a nossa proposta: a extrema proximidade entre os dois montes, a presença de ténues vestígios de um castro da Idade do Ferro apenas para o sítio do monte das Pedras e os dois únicos documentos, com mais de um século de intervalo, que mencionam *Mons Petrosso*. Infelizmente, a construção do aeroporto Francisco Sá Carneiro alterou completamente a área, impossibilitando a análise de quaisquer vestígios materiais.

Almeida propõe uma estreita ligação entre esta (hipotética) fortificação e o mosteiro de Moreira, bem como com a antiga via romana *per loca maritima*⁵⁴⁷. Barroca inclui-o na

⁵⁴⁰ É interessante notar que a primeira atestação ocorre alguns anos após as últimas incursões viquingues ao longo da costa, que culminaram com o ataque ao castelo de Vermoim. Cf. BARROCA, SILVA, *coords.*, 2018. Talvez a construção deste reduto militar (e ponto de sinalização) possa ser interpretada para obter um controlo mais eficaz da costa.

⁵⁴¹ ALMEIDA, 1978: 36-37.

⁵⁴² BARROCA, 2017a: 230, em que o autor considera o documento DC 161 (27.02.991): «in villa sancto martino subtus alpe petroso», como fazendo parte do *corpus* documental do *Mons Petras Rubias/Mons Petrosso*, por ser proveniente do mosteiro de Moreira. É de salientar que do arquivo de Moreira também provêm documentos relativos a propriedades a sul do Douro (ver, entre outros, os seguintes exemplos: DC 174, DC 177, DC 244, DC 328, DC 338, DC 404, etc.) e, portanto, de acordo com CARMO, 2016: sessenta e sete atribuímos o documento ao *Mons Castro Petroso*, de Vila Nova de Gaia, identificando a *villa Sancto Martino* com São Martinho de Arnelas (Olival, Gaia) ou São Martinho de Paradela (Pedroso, Gaia).

⁵⁴³ DC 98 (05.12.968); DC 458 (11.12.1067); DC 472 (17.11.1068); DC 478 (30.05.1069); DC 481 (10.07.1069); DC 537 (26.12.1076); DC 539 (21.01.1077); DC 588 (09.07.1080), DC 661 (04.05.1086); DC 681 (19.04.1087); DC 706 (19.04.1088); DC 716 (27.10.1088); DP III 50 (18.01.1102); DP III 52 (05.02.1102); DP III 144 (30.11.1103); DP III 287 (17.05.1108); DP III 343 (25.11.1109); DP III 391 (27.02.1112); DP III 392 (27.02.1112); DP III 412 (25.11.1112); DP IV 55 (22.08.1117); DP IV 128 (27.04.1120); DP IV 160 (22.02.1121); DP IV 170 (23.03.1121) e DP IV 287 (29.09.1122).

⁵⁴⁴ DC 124 (08.09.978): «villa de moraria [...] abet iacentia ipsa villa discurrente ribulo leza subtus montis petrosso prope litore maris» e DC 804 (8.1.1094): «in villa Causso suptus mons Petrouzous discurrente ribulo Leza territorio Portugalense». A *villa Causso* surge num documento ligeiramente posterior *subtus* o *Mons Petras Rubias*: DP III 52 (05.02.1102).

⁵⁴⁵ DC 717 (11.12.1088): «in loco predicto Moraria territorio Portugale discurrente rivulo Leza subtus castro Petras Rubias» e DC 738 (10.06.1090): «in loco predicto Moraria terretorio Portugale discurrente ribulo Leza subtus castro Petras Rubias».

⁵⁴⁶ DC 197 (02.02.1008): «et est ipsa ereditate in villa que vocidant petrafitta in urbe portugalensis subtus alpe petras ruivas probe litore maris».

⁵⁴⁷ ALMEIDA, 1978: 41. Assim como TEIXEIRA, 2011: 205.

lista dos castelos cristãos ativos entre os séculos IX e X⁵⁴⁸. No atual estado da investigação, tenderíamos para uma atalaia ou, mais provavelmente, um antigo elemento defensivo temporariamente reutilizado em situações de perigo (sobretudo, entre os séculos X e XI) e que, depois, uma vez terminada a sua função, permaneceu na memória toponímica local.

Uma possível objeção à nossa proposta é o facto de os únicos documentos em que se menciona explicitamente um castro serem de finais do século XI, quando a zona já estava pacificada e vigiada pelos castelos de Avioso e da Maia. Mas, mais uma vez, poderá tratar-se de uma reminiscência toponímica de antigas estruturas já desaparecidas.

Concluimos esta análise dos elementos defensivos com uma proposta presente *no Plano Diretor Municipal de Maia — Património Arqueológico*⁵⁴⁹. Trata-se de uma possível atalaia, provável ponto de apoio do castelo de Avioso e/ou da Maia, ou, dada a sua proximidade, do reduto medieval de São Marçal e da *civitas* de Alvarelhos. Quanto ao castro de Santa Cruz, na freguesia da Barca, não parece ter havido qualquer reutilização desta estrutura durante a Idade Média⁵⁵⁰.

3.7. MARCO DE CANAVESES

A vasta documentação (mais de cento e vinte documentos) relacionada com o *Mons Aradrus/Castrum Benevivere* justifica-se pela presença próxima do *monasterium* Sancti Iohannis Babbiste, fundado pouco depois de meados do século XI⁵⁵¹, e o facto de o *Mons Aradrus* ser utilizado para o georreferenciar.

A primeira menção escrita do *Mons Aradrus* é do último quartel do século X: «in villa fornos et habe iacentia inter tamiga et durio subtus monte de aradus»⁵⁵². Após esta referência, não encontramos qualquer menção até meados do século seguinte. Embora nos pareça interessante o facto de esta primeira referência a uma possível fortificação ser apenas ligeiramente posterior à primeira que atesta a *civitas Anegia*, não devemos esquecer que, em muitos casos, os primeiros «castelos-recintos», aproveitando estruturas preexistentes, podem não fazer parte de uma estratégia defensiva imposta por uma entidade superior, mas estarem ligados à iniciativa «popular».

⁵⁴⁸ BARROCA, 2003b: 96. Também nesta publicação, o autor considera *Petras Rubias* e Pedroso duas fortificações diferentes.

⁵⁴⁹ PORTUGAL. Câmara Municipal da Maia, 2013: 45, em que se lê «A morfologia deste local permite avançar com a possibilidade de estarmos perante vestígios de uma atalaia, só comprovado após intervenção arqueológica, devido ao amplo domínio visual da zona de costa e dos locais de implantação dos fachos de Gemunde, Cidadelhe, São Mamede do Coronado, proximidade do castro de Alvarelhos e pelos vestígios de cilharia e desbaste do afloramento. Foi localizado em 2007, durante os trabalhos de prospecção realizados para a Carta Arqueológica do concelho da Maia».

⁵⁵⁰ SILVA, MOREIRA, 2011: 104.

⁵⁵¹ MATTOSO, 2002b: 34. Sobre este mosteiro, ver também MATTOSO, 2002c.

⁵⁵² LM [23] (18.07.[982]).

Para o século XI, dispomos de quarenta e seis documentos⁵⁵³. Entre estes, num documento, o *mons* é referido como *Alpe*⁵⁵⁴; noutro, ligeiramente posterior, é citado como *Alpe Mons et Civitas Aratros*⁵⁵⁵. É interessante notar que *Alpe Mons* e *Civitas* parecem exprimir duas realidades diferentes. Não é claro se, neste documento, com o uso do termo *Civitas*, os vestígios do antigo castro da Idade do Ferro ou se pode ser interpretado como uma indicação precoce da presença de uma estrutura mais complexa (o *Castrum Benevivere*, com que iremos lidar em breve?). Por fim, em três documentos, é indicado como *castro*: «in villa Alarizi inter duo flumina Durio et Tameca territorio Anegia subtus mons kastro aratros; baselice [...] fundata subtus castro Aratros discurrente flumen proprio Dorio; Monasterio Sancti Iohannis Babbiste cuius ecclesia scita est secus flume Durii territorio et diocese Portucalensis ecclesie erga Castrum de Aratro»⁵⁵⁶. Este último é, talvez, o mais elucidativo do facto de as referências diretas a um *castro* se referirem a uma fortificação ativa. Nos restantes documentos, é citado, com pequenas variações, como *Mons Aradrus/Aratrus*.

Há sessenta e dois documentos do século XII⁵⁵⁷. Entre estes temos ainda um documento que utiliza novamente a expressão *Alpe Mons et Civitas Aratros*⁵⁵⁸, enquanto em dois é referido como *castro*: «id est de illa Piella et inde per radice de castro Arados; ad aula Sancti Iohannis

⁵⁵³ DC 345 (01.03.1046); DC 358 (29.08.1047); DC 417, 418, 419 (01.11.1059); DC 449 (30.12.1065); DC 450 (1065); DC 464 (13.06.1068); DC 496 (27.02.1071); DC 505 (03.02.1073); DC 512 (14.05.1074); DC 534 (29.09.1076); DC 538 (1076); DC 543 (07.05.1077); DC 590 (05.09.1078); DC 569 (25.07.1079); DC 579 (02.04.1080); DC 610 (1082); DC 647 (14.11.[1085]); DC 651 (27.12.1085); DC 662 (05.05.1086); DC 664 (24.05.1086); DC 682 (19.04.1087); DC 689 (03.09.1087); DC 721 (01.08.1089); DC 734 (24.04.1090); DC 735 (09.05.1090); DC 740 (16.07.1090); DC 743 (29.08.1090); CMM 10 (04.01.1091); DC 749 (18-22.04.1091); DC 755 (22.06.1091); DC 764 (23.11.1091); DC 786 (01.11.1092); DC 803 (06.01.1094); DC 810 (10.08.1094); DC 837 (29.10.1096); DC 841 (01.12.1096); DC 854 (17.05.1097); DC 863 (01.11.1097); DC 888 (24.11.1098); DC 909 (11.04.1099); DC 916 (05.09.1099); DC 920 (01.01.1100); DC 937 (19.08.1100); DC 944 (18.11.1100).

⁵⁵⁴ DC 418 (01.11.1059): «larea mea que abeo ad radice Alpe Aratros».

⁵⁵⁵ DC 505 (03.02.1073): «baseliga esse cernitur iuxta litus Durio prope flumen Tamice subtus alpe mons et civitas Aratros».

⁵⁵⁶ DC 345 (01.03.1046); DC 534 (29.09.1076) e DC 916 (05.09.1099).

⁵⁵⁷ DP III 3 (02.01.1101); DP III 69 (29.04.1102); DP III 74 (21.05.1102); DP III 109 (31.03.1103); DP III 113 (06.05.1103); DP III 114 ([16-31].05.1103); DP III 136 (03.11.1106); DP III 240 (31.03.1107); DP III 243 (19.04.1107); DP III 250 (01.08.1107); DP III 253 (22.09.1107); DP III 268 (11.01.1108); DP III 272 (16.02.1108); DP III 273 (21.02.1108); DP III 278 (28.02.1108); DP III 284 (19.04.1108); DP III 320 (05.02.1109); DP III 328 (13.05.1109); DP III 347 (23.01.1110); DP III 351 (27.02.1110); DP III 418 (25.01.1113); DP III 427 (13.02.1113); DP III 429 (03.03.1113); DP III 444 (27.06.1113); DP III 458 (29.10.1113); DP III 462 (28.12.1113); DP III 476 (15.06.1114); DP III 482 (24.08.1114); DP III 498 (28.02.1115); DP IV 35 (04.02.1117); DP IV 53 (31.07.1117); DP IV 61 (26.12.1117); DP IV 66 (12.04.1118); DP IV 90 (03.04.1119); DP IV 98 (14.06.1119); DP IV 109 (17.11.1119); DP IV 118 (28.02.1120); DP IV 119 (29.02.1120); DP IV 137 (09.08.1120); DR I 52 ([1120-1122]); DP IV 157 (31.01.1121); DP IV 199 (19.09.1121); DP IV 200 (26.09.1121); DP IV 204 (23.10.1121); DP IV 235 (05.02.1122); DR I 65 (08.01.1123); DP IV 311 (14.01.1123); Diss. I, 37 (12.04.1123); DP IV 346 (19.04.1123); DP IV 380 (13.10.1123); DP IV 381 (29.10.1123); PT/TT/MSJBP/004/0007 23 (1126); PT/TT/MSJBP/004/0007 28 (1127); PT/TT/MSJBP/004/0007 31 (1128); PT/TT/MSJBP/004/0007 33 (1128); PT/TT/MSJBP/004/0007 34 (1128); PT/TT/MSJBP/004/0008 4 (1132); PT/TT/MSJBP/004/0008 9 (1134); PT/TT/MSJBP/004/0008 28 (1138); PT/TT/MSJBP/004/0008 39 (1140); Diss. III, 2 19 (27.10.1182). Certamente que outras referências (também de *Castrum Benevivere*) podem ser encontradas nos restantes maços (9-13) de documentos não publicados que cobrem os anos de 1142 a 1200. Devido a limitações de tempo, infelizmente, não nos foi possível consultar todos estes documentos, mas, numa rápida verificação para os anos de 1200-1211 (maço 14), não encontramos referências ao *Mons Aradrus*.

⁵⁵⁸ DP III 320 (05.02.1109).

que est fundata ad radice castro et mons Aratri»⁵⁵⁹. É de salientar que, neste caso, *castro* e *mons* parecem indicar duas realidades muito diferentes. Singular é um documento de 1102, que já tinha despertado interesse em Lima⁵⁶⁰. No documento, lê-se: «et habet iacentja in villa quos vocitant Riu de Molinus [...] subtus mons Aradrus discurrente ribulo Tamice terridorritorio [sic] Portugalensis». Esta é a única indicação de uma localidade diretamente ligada ao *Mons Aradrus*, situada a oeste do rio Tâmega. Muito menos são os documentos que nos dão informações, diretas ou indiretas, sobre o castelo da *terra de Benviver*. O documento mais antigo é um pouco posterior àquele em que a própria *terra* é mencionada pela primeira vez⁵⁶¹: é um documento muito interessante, através do qual ficamos a saber como o *dogno Monio Benegas* governava a nova unidade territorial e administrava a justiça, com a ajuda de homens de confiança. *Didagu Arvaldizi*, culpado de roubo e apanhado em flagrante por *Framila*, é acorrentado perante o *dominus loci*: «et cedarunt illo in catena in illa zibitas bemviber per manum de ille sayone Framila»⁵⁶². O uso do termo *civitas* é muito interessante, mas, como se observa pela análise da documentação de *Mons Aradrus*, não sabemos se deve ser atribuído às (imponentes?) ruínas do castro da Idade do Ferro aí existente, ou à nova estrutura que, alguns anos mais tarde, seria referida como *Castrum Beneviver*: «in villa Gaudiol circa castrum Beneviverie iuxta aluem Dorii discurrente rivulo Galline»⁵⁶³. O castelo é depois mencionado em dois documentos de 1123 — «Concedo tibi Sarrazino Viegas [...] et pro eo quod dimisisti mihi medietatem de castello de Benviver quod de me tenebas et dedi medietatem Alfonso Pelaiz»⁵⁶⁴; «Ego Pelagius Suariz filius Suario Fromariquiz habeo uxore nepta de Monio Vengas et teneo ipsum castellum nomine Bene Vivere de mano de illa regina domna Tarsilla et de illo comes domno Fernando»⁵⁶⁵ — e em três outros de 1130 — «in villa que vocitant Poiares et ecclesie Sancte Marie Penna Longa cum suis terminis subtus castello Beviver territorio ecclesie Portugalensis discurrente flumen Dorii»⁵⁶⁶; «In villa quos vocitant campos subtus castro Bembiber territorio Portugalensis discurrente ribulo Durio»⁵⁶⁷. Dois documentos referem-no, pelo contrário, como *mons*: «in villa quos vocitant Lodonario subtus mons Benviver territorio Portugal discurente rivulo Maior; Villa Nova et in Fundianes sive in Paritates subtus mons Beneviverie discurrente ribulo Dorio»⁵⁶⁸. Por fim, o castelo de Benviver é mencionado, juntamente com o de Penafiel, no codicilo ao primeiro testamento de D. Sancho, datado depois de 24 de março de 1188⁵⁶⁹.

⁵⁵⁹ DR I 52 ([1120-1122]); DP IV 235 (05.02.1122).

⁵⁶⁰ DP III 69 (29.04.1102).

⁵⁶¹ DC 451 (24.03.1066): «et in terra de Benviver». A *terra* é mencionada também nestes documentos: LTPS 15 (1105); DP IV 109 (17.11.1119); DP IV 347 (24.04.1123); LTPS 156 (1137); LTPS 133 (26.01.1146).

⁵⁶² DC 473 (30.12.1068).

⁵⁶³ DP III 113 (06.05.1103).

⁵⁶⁴ DR I 65 (08.01.1123).

⁵⁶⁵ Diss. I, 37 (12.04.1123).

⁵⁶⁶ DR I 108 ([31.01-31.12].1130).

⁵⁶⁷ PT/TT/MSJBP/004/0007 36 (1130); PT/TT/MSJBP/004/0007 37 (1130, cópia do anterior).

⁵⁶⁸ DP IV 196 (12.09.1121); PT/TT/MSJBP/004/0007 24 (1127).

⁵⁶⁹ DS 31.

Temos, depois, referências indiretas que podem ser associadas a este elemento defensivo. São os documentos que se referem aos *tenentes* da *terra*. O primeiro deles, como vimos, foi Mónio Viegas, conforme consta do documento de 1068. No entanto, em 1079, encontramos Egas Ermiges a governar *Benviver* (neste caso, citado como «inter ambos ribulos», correspondendo, de facto, ao território da terra de Benviver): «Et mandavit domnus Egas»⁵⁷⁰. Em 1107⁵⁷¹, liderando a terra está Sarracino (ou Nuno) Osores («Inter Durio et Tamice Sarrazino Osoriz») — que, como veremos, será também *tenens* de Aguiar de Sousa, em 1128⁵⁷². Os documentos supracitados, do ano 1123, dão-nos mais informações sobre os governantes de *Benviver*: uma doação da «rainha-condessa» Teresa permite conhecer dois *tenentes*, ambos administradores de metade desta fortificação — «Concedo tibi Sarrazino Viegas [...] et pro eo quod dimisisti mihi medietatem de castello de Benviver quod de me tenebas et dedi medietatem Alfonso Pelaiz»⁵⁷³. Sarracino Viegas, por casamento com Maria Nunes, é neto de Sarracino/Nuno Osores⁵⁷⁴; Afonso Paiz é, muito provavelmente, o filho de *Pelagius Suariz* que, alguns meses mais tarde, tornou-se *tenens* do «castelum nomine Beneviver»⁵⁷⁵. Na opinião de Lima, *Pelagius Suariz* substituiria Sarracino Viegas, associando-se assim ao seu filho⁵⁷⁶. Curiosamente, o documento também nos diz que Paio Soares era casado com a sobrinha de Mónio Viegas, o primeiro *tenens* da *terra* de Benviver.

Depois de apresentar a documentação de que dispomos, temos de responder a uma pergunta: porque identificar dois sítios? Quanto à localização de *Mons Aradrus*, além de não haver dúvidas na documentação, também, já no século XVIII, o atual monte de Santiago tinha esse antigo nome⁵⁷⁷. Relativamente à localização do *Castrum de Benviver*, depois de ter avaliadas outras possíveis localizações, só podemos concordar com o que Lima disse há mais de trinta anos, ou seja, que *Mons Aradrus* tem uma posição estratégica (localizado no centro do território inicial de *Benviver*), dominando toda a zona de Entre Douro e Tâmega, bem como o facto de a presença evidente de vestígios do passado ter levado à utilização do termo *civitas* tanto para *Aradrus* como para *Benviver* mais tarde, respondendo, assim, às nossas anteriores dúvidas. Sabe-se que em *Mons Aradrus* existiu um importante castro da Idade do Ferro, defendido por três muralhas⁵⁷⁸ e se os seus vestígios são ainda hoje visíveis, devem ter sido ainda mais nos séculos XI e XII; por outro lado, não parece ter resistido qualquer vestígio do

⁵⁷⁰ DC 572 (11.09.1079). Assim também para LIMA, 1993: I, 86-87, em que são assinalados os erros em VENTURA, 1992: I, 1031.

⁵⁷¹ DP III 243 (19.04.1107).

⁵⁷² Ver a secção sobre Paredes no presente capítulo.

⁵⁷³ DR I 65 (08.01.1123).

⁵⁷⁴ MATTOSO, 2001c: 153.

⁵⁷⁵ Diss. I, 37 (12.04.1123).

⁵⁷⁶ LIMA, 1993: I, 88.

⁵⁷⁷ LIMA, 1993: I, 123.

⁵⁷⁸ SILVA, 1986: nota 404, com bibliografia relacionada. Ver também a PORTUGAL. Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2015: Ficha de Sítio_AMA1.

castelo cabeça de terra⁵⁷⁹. Eventuais escavações poderiam fornecer novas informações sobre este sítio, mas a contínua extração de pedra do monte de Santiago desfigurou de forma inexorável a corografia desta zona, destruindo, muito provavelmente, os testemunhos materiais de que necessitaríamos para uma correta leitura deste elemento defensivo.

Em suma, podemos supor que, de início (século X), o antigo povoado fortificado foi reutilizado em caso de necessidade⁵⁸⁰. Numa segunda fase (a partir de meados do século XI), foi construído um castelo, que rapidamente se tornou o centro militar da nova unidade de administração territorial (*Terra de Benviver*)⁵⁸¹. Não podemos certamente considerar este castelo como o castelo de referência do mosteiro de Pendorada, pois não se enquadraria na sua função de cabeça de terra⁵⁸². Este castelo — que, entre os finais do século XI e as primeiras décadas do século seguinte, mudou de nome, adquirindo o da terra que controlava —, já no início do século XII, devia ter uma estrutura bem definida, com uma torre para albergar o castelão ou o seu representante — ou, como no caso do castelo de Matos, com alojamentos⁵⁸³ —, bem como a presença provável de uma prisão (que poderia estar na mesma torre). Também neste caso, interpretamos a utilização da expressão *subtus mons/castrum* como uma referência geográfica à localização das *villae* e das propriedades, e não como uma indicação de subordinação administrativo-militar (dependência que pode ser enfatizada através da indicação da terra a que pertence uma determinada localidade/propriedade).

Não é de estranhar a presença de um ponto fortificado que controla a Portela de Mexide⁵⁸⁴, importante ponto de passagem que permitia a quem chegava do vale do Tâmega, passando por Vila Boa do Bispo, para continuar na direção leste, em direção a Freixo⁵⁸⁵, aproveitando a estrada antiga⁵⁸⁶. Não nos foi possível visitar o local durante uma visita com o arqueólogo Luís Sousa, na primavera de 2019, devido à vegetação. Podemos, no entanto, contar com a informação de Lima, que refere que o sítio apresenta «inequívocos sinais de fortificação» e, em particular, o trabalho de «movimentação das terras», que pretendia criar plataformas muito acentuadas que dificultassem o acesso à parte superior da fortificação.

⁵⁷⁹ LIMA, 1993: I, 124. O autor duvida que as ruínas possam ser atribuídas a uma construção medieval, com exceção da última das três muralhas, a que circunda o cimo da montanha, com cerca de 2,5 metros de espessura e incorporando grandes pedras. Neste espaço, «não se descobrem quaisquer trabalhos executados na rocha de base». Além disso, todo o material cerâmico recolhido no local era castrejo (LIMA, 1993: I, 125). Há também vestígios no local de uma antiga capela dedicada a Santiago (daí o atual nome do monte) que já estava em ruínas no século XVIII.

⁵⁸⁰ Barroca classifica-o como uma fortificação do século X. BARROCA, 2003b: 96; 2004: 198-199; 2017b: 133.

⁵⁸¹ Barroca inclui-o nas fortificações ativas entre 1150 e 1200 (BARROCA, 2003b: 107).

⁵⁸² ALMEIDA, 1978: 29.

⁵⁸³ Coisa que Lima também não exclui, baseando-se num documento de Ribeiro, e propondo também construções em madeira (LIMA, 1993: I, 125). No documento editado por Ribeiro, lê-se: «nos vero eramus impeirados ad Castellum jam, et ad vineas, et in multis mandatis, proinde quia nos habuimus semen» (Diss. I, 35, de 26.02.1125).

⁵⁸⁴ Na *Ficha de Sítio_SAN2*, lemos: «fortificação que se destinava a assegurar o controlo de uma importante via medieval que atravessava a portela de Mexide».

⁵⁸⁵ Na freguesia do Freixo, situava-se a antiga Tongobriga, primeiro povoado castrejo e, depois, cidade romana de grande importância para esta zona. Os resultados de numerosas escavações não revelaram uma possível reocupação medieval para fins defensivos. Sobre Tongobriga, ver, entre outros; DIAS, 2009; ROCHA, DIAS, ALARCÃO, 2015.

⁵⁸⁶ Sobre a relação entre os castelos e as vias de comunicação nesta região, ver LIMA, 1993: I, 244-267.

Lima descreve ainda uma espécie de «porta definida por um lajeado e dois esteios laterais, cuja cronologia não ousamos apontar». Desta posição, pode-se, naturalmente, controlar a passagem para baixo na Portela, mas também uma boa parte do vale do Douro, tendo visibilidade até Montemuro; no entanto, a vista é limitada na direção sudoeste e, em parte, para norte, porque a fortificação, para melhor controlar a passagem, não se situa no ponto mais alto do monte⁵⁸⁷.

De notar, ainda, que a carta militar apresenta o significativo topónimo de Castelinho nas imediações, que tanto Almeida como Lima corrigem para Castelo — graças também às indicações da população local⁵⁸⁸. Curiosamente, a mesma situação ocorre não muito longe, onde temos o chamado castro de Esmoriz e a localidade vizinha de Castilho⁵⁸⁹. Este sítio corresponde ao que é referido na documentação medieval como *Mons Genestazolum*. Surge, pela primeira vez, num documento de 1054, no qual se lê: «villa Fandinales subtus mons Genestazolum discurrere riulo Dorii territorio Anegia». Aparece, posteriormente, em seis outros documentos⁵⁹⁰, todos do século XI⁵⁹¹.

É provável que o local tenha entrado em declínio já no início do século XII, porventura, devido à imposição do castelo de *Benviver* na *terra*⁵⁹². Também aqui, e talvez mais do que nos casos anteriores (aqui, de facto, nunca é associado um *castro* a este *mons*), pensamos que a expressão *subtus mons* indica uma referência geográfica. Isto, como já foi especificado, não nega certamente a existência de fortificações ou o facto de se lhes poder atribuir um «nome» — e este é um caso claro —, mas apoia a hipótese de que a forma da documentação analisada utilizou sítios «conhecidos» que se destacam no território para identificar claramente os vários sítios e/ou propriedades mencionados nos documentos.

O *Mons Castro de Boi*, inicialmente proposto por Almeida e, mais tarde, também por Barroca, como uma fortificação medieval⁵⁹³, é apenas mencionado em dois documentos. O primeiro é do final do século XI: «et est ipsa villa in Sandi territorio Anegia subtus mons Castro de Boi discurrere fluvius Durio e Tamice»⁵⁹⁴. O segundo — que Barroca não

⁵⁸⁷ LIMA, 1993: I, 160-161. O autor salienta ainda o facto de o ponto mais alto ser conhecido como «Alto do Facho» (exatamente como a elevação em frente, no lado ocidental), a partir do qual é possível o contacto entre a fortificação da Portela de Mexide e o vale do Douro. Relativamente a este segundo Alto do Facho, relatamos o que nos disse o arqueólogo Luís Sousa, uma vez que, na mesma visita ao *Genestazolum*, o acesso a esta elevação foi também impedido pela densa vegetação: «Tem pelo menos duas muralhas. Uma superfície rochosa tem um orifício para o facho. Cerâmica muito pouca e fragmentos muito pequenos. Pastas cinzentas-escuras, mas não é possível determinar cronologias. Só voltando lá para ver como está. A última vez que fui lá foi em 2012».

⁵⁸⁸ ALMEIDA, 1978: 37; LIMA, 1993: I, 160.

⁵⁸⁹ Sobre o castro romanizado de Esmoriz, ver SILVA, 2016a: 55-59.

⁵⁹⁰ Em comparação com Lima (LIMA, 1993: II, 59-60), acrescentamos mais dois documentos ao *corpus* documental deste *mons*. O primeiro (LM [45] = VIII), que Lima atribuiu a *Mons Genestaxo* — Lima, consultado sobre este assunto, concorda com a nossa proposta (correspondência de outubro de 2019); o segundo (DC 743), em que o nome do *mons* foi obliterado pela corrupção do documento, referindo-se à localidade mencionada (Vimieiro, Sande) que foi *subtus mons Genestazo* alguns anos antes (DC 473).

⁵⁹¹ LM [45] = VIII (1059); DC 455 (16.05.1067); DC 473 (30.12.1068); DC 606 (05.03.1082); DC 688 (16.07.1087); DC 743 (29.08.1090).

⁵⁹² BARROCA, 2017b: 133.

⁵⁹³ ALMEIDA, 1978: 34; BARROCA, 2017b: 134.

⁵⁹⁴ DC 644 (22.08.1085).

considera⁵⁹⁵ — é de meados do século XII: «abet iacencia in villa Sandi [...] per ubi illa potuerit invenire subtus mons Castro de Boi discurrente ribolo flumine Dorio»⁵⁹⁶.

O nome pode, certamente, ser um indício, não conclusivo, de uma reutilização de uma antiga fortificação cujos vestígios eram ainda bem visíveis e presentes na paisagem. O local é indicado como um castro da Idade do Ferro⁵⁹⁷, mas várias prospeções do arqueólogo Sousa apenas constataram a presença de material da Idade do Bronze. Lima informou-nos, relativamente a este assunto, que o sítio «não tem sinais de castro, mas surgem alguns fragmentos que poderão ser medievais e alinhamento de eventual muralha. Na base tem um povoado da Idade do Bronze que dá materiais espetaculares»⁵⁹⁸. Durante uma visita na primavera de 2019, acompanhada pelo próprio Sousa, além da abundância de material da Idade do Bronze no sopé do monte, encontrámos material cerâmico atribuível tanto à Idade do Ferro como, mais importante, à Alta Idade Média, a meio caminho⁵⁹⁹. A nosso favor, estavam as fortes chuvas das semanas anteriores e a incivilidade dos motociclistas que não têm problemas em desfigurar sítios arqueológicos. No entanto, a ação dos vândalos, aliada à da natureza, permitiu, por uma vez, a descoberta destes achados. As trincheiras escavadas com as motas perturbaram, de facto, o solo, trazendo à superfície os fragmentos de cerâmica acima referidos. Tanto quanto nos foi possível perceber, a nossa proposta de localização do *Castro de Boi* apontaria para a elevação ao lado do que tradicionalmente é designado por esse nome⁶⁰⁰. Neste relevo, identificámos vestígios de uma possível primeira muralha a meio da encosta, bem como alguns indícios que apontam para uma segunda muralha a rodear o topo do monte (lado nordeste). As escavações seriam altamente desejáveis; resta-nos esperar pela sensibilidade das autoridades competentes. A fortificação está muito afastada das zonas habitadas (então, como agora), mas permite uma visão do vale do Tâmega, do complexo de Montedeiras e de toda a zona até Baião; não sendo esta a cota mais alta da serra em que se insere, a sua visibilidade para sul e sudoeste é limitada por outras elevações. Tal como o elemento defensivo anterior no *Mons Genestazolum*, também este perderá, muito provavelmente, importância a favor do castelo de *Benviver*.

⁵⁹⁵ BARROCA, 2017b: 134. De facto, o autor indica como última referência o documento de 1085 (ver nota anterior). Obviamente, isso alteraria o que o próprio autor propõe, ou seja, como o castelo cabeça de terra conseguiu impor-se no território a partir da década de 1120. Esta consideração é válida também para outras fortificações, como veremos, onde o autor indica últimas referências diferentes das que propomos. É claro que temos de reconhecer que castro de Boi poderá já não estar ativo em meados do século XII e que o nome — que ainda hoje perdura na toponímia local — já terá entrado na memória coletiva.

⁵⁹⁶ MA 178 (1140).

⁵⁹⁷ SILVA, 1986: nota 405.

⁵⁹⁸ Correspondência de setembro de 2019. Na sua tese, Lima não referiu, de facto, ter encontrado qualquer cerâmica atribuível à Idade Média ou à Idade do Ferro, e especificou que «não se observa qualquer vestígio de labor humano» (LIMA, 1993: II, 147-148).

⁵⁹⁹ Tal como nos foi confirmado algumas semanas mais tarde pela professora Catarina Tente (FCSH-IEM) e pela professora Andreia Arezes (FLUP-CITCEM), a quem agradecemos a sua generosa colaboração.

⁶⁰⁰ Assim também segundo Lima (correspondência de setembro de 2019).

Relativamente ao *Mons Castro Malo* — mencionado apenas num documento do final do século XI⁶⁰¹ —, remetemos para o que foi dito na secção sobre Amarante, propondo para o território de Marco de Canaveses uma possível localização no território das freguesias de Folhada, Gouveia ou Tabuado⁶⁰².

A documentação escrita dá-nos a conhecer outros montes que não acreditamos que possam ser ligados, ou que possam corresponder, a elementos defensivos ativos entre os séculos IX e XII. O primeiro monte, bem documentado entre 1068 e 1199, é o *Mons Eiras*, correspondente à atual serra de Montedeiras⁶⁰³. Após a análise das fontes, acrescentámos ao *corpus* documental tradicional⁶⁰⁴ dois documentos inéditos e dois documentos em que encontramos o *Mons Penalonga*, considerando este topónimo como uma designação alternativa de *Mons Eiras*⁶⁰⁵, para um total de trinta e um documentos: cinco da segunda metade do século XI⁶⁰⁶, os restantes vinte e seis concentraram-se quase todos na primeira metade do século seguinte⁶⁰⁷. Para Almeida e Barroca, por outro lado, o *Mons Eiras* indicaria uma fortificação⁶⁰⁸.

O segundo é o *Mons Lagonella*, mencionado em fontes entre 1078 e 1170⁶⁰⁹. A sua localização não pode ser determinada no atual estado da investigação, mas deve gravitar entre os territórios das freguesias de Sande e Ariz, localidades mencionadas na documentação. Almeida inclui-o na sua lista e propõe, sem explicar porquê, uma localização genérica no território de Rosem⁶¹⁰. A mesma informação foi também recentemente retomada por Barroca, que inclui este *mons* na lista dos «castelos rurais» dependentes do castelo de *Benviver*⁶¹¹.

⁶⁰¹ DC 742 (19.08.1090).

⁶⁰² LIMA, 1993: I, 170. Posteriormente, Lima reduziu o campo ao território da freguesia de Tabuado, mas ainda não conseguiu identificar uma localidade adequada. No território de Tabuado, existe a localidade de Crastos, na qual, no entanto, ainda não foram encontrados indícios que justifiquem a existência de um castro (SILVA, 2016a: 12).

⁶⁰³ LIMA, 1993: I, 135.

⁶⁰⁴ LIMA, 1993: I, 115-116.

⁶⁰⁵ Não é o caso de Almeida, que considera ambos elementos defensivos: ALMEIDA, 1978: 42.

⁶⁰⁶ DC 474 (4. [?].1068); DC 473 (30.12.1068); DC 732 (10.02.1090); DC 761 (16.09.1091); DC 910 (22.04.1099).

⁶⁰⁷ DP III 232 (19.08.1106); DP III 250 (01.08.1107); DP III 310 (18.11.1108); DP III 351 (27.02.1110); DP III 370 ([11].01.1111); DP III 477 (16.06.1114); DP IV 130 (23.05.1120); DP IV 208 (30.10.1121); DP IV 223 (15.01.1122); DP IV 224 (15.01.1122); DP IV 226 (15.01.1122); DP IV 227 (16.01.1122); DP IV 229 (23.01.1122); DP IV 230 (23.01.1122); DP IV 242 (08.03.1122); DP IV 243 (08.03.1122); DP IV 254 (23.04.[1122]); DP IV 261 (13.05.1122); DP IV 277 (28.08.1122); DP IV 373 (16.09.1123); PT/TT/MSJBP/004/0008 3 (1131): «Villa que vocitant Sundi in loco praedicto Laureiro [...] subtus mons Heiras territorio Portugalensis discurrente flumen Dorio»; PT/TT/MSJBP/004/0008 19 (1135): «In Villas quos vocitant Laurentiam et Ansferix (?) subtus mons Eiras discurrente ribulo Douro»; LTPS 133 (26.01.1146); MA 114 (11.1153); LTPS 125 (05.1154); MA 169 (05.1199).

⁶⁰⁸ ALMEIDA, 1978: 39; BARROCA, 2017b: 134. O autor indica o DP IV 373 (16.09.1123) como a última referência ao *Mons Eiras*, quando este é mencionado em quatro outros documentos da segunda metade do século XII, o último dos quais datado de 1199 (MA 169).

⁶⁰⁹ DC 560 (05.09.1078); DC 812 (03.11.1094); DP III 462 (28.12.1113); DP IV 169 (23.03.1121); PT/TT/MSJBP/004/0008 5 (1133): «In villa que vocitant Alariz subtus mons Laguelus discurrente ribulo Tamice»; PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 19 (1170): «In crastulinus pernominata unum capum [...] subtus mons Lagunelas discurrente flumen Dorio territorio Benviver».

⁶¹⁰ ALMEIDA, 1978: 38.

⁶¹¹ BARROCA, 2017b: 134, no qual o autor, não conhecendo os dois documentos inéditos, propõe como último o DP IV 169 (23.03.1121).

O terceiro é o *Mons Letanario*, que é mencionado num documento de 1141⁶¹², a que acrescentamos um documento anterior — inédito —, em que se encontra citado um *mons Letamas/Letanas*: «In Villa Cavaliones de Riba Tamige iuxta ipsum vadum (?) de Travazos [...] et habet iacentia in loco praedicto subtus mons Letamas/Letanas (?) flumen Tamiga territorio Portugal»⁶¹³. Não conseguimos determinar a sua localização.

O quarto é o *Mons Nigro*, mencionado apenas num documento de 1090: «Vila Maior [...] subtus Monte Nigro»⁶¹⁴. Almeida inclui-o na sua lista e atribui-o ao território da freguesia de Tabuado⁶¹⁵, onde, no entanto, não se encontram topónimos que lhe possam ser associados.

Lima, baseando-se nas informações do documento supracitado, propõe a sua localização na freguesia de Fornos, mais precisamente, identificando o *Mons Nigro* com a localidade de Cristelo, um monte «de forma cónica e com excelentes condições naturais de defesa». A área, que tem uma abundância de «pedra trabalhada, aparentemente proveniente de construções anteriores», está densamente antropizada, tendo-se perdido qualquer indício de uma presença antiga. Lima refere ainda que a cerâmica encontrada durante uma inspeção, muito fragmentada, não pode ser datada⁶¹⁶.

Antes de nos debruçarmos apenas sobre as provas arqueológicas, temos mais três casos interessantes a analisar, nomeadamente os dos *Mons Maurenti*, *Mons Cabanas* e *Mons Catedral*. O primeiro, identificável com o Alto do Moirinte (na freguesia de Torrão), é mencionado em cinco documentos datados entre 1080 e 1135⁶¹⁷. Em nenhum destes é feita referência explícita a uma estrutura defensiva. A estes documentos, como já foi referido, poder-se-ão juntar outros inéditos pertencentes ao arquivo do mosteiro da Pendorada. Esperamos, no futuro, ter a oportunidade de consultar todo o material inédito do século XII. Tanto Almeida como Barroca o incluem nas suas listas de fortificações⁶¹⁸. Devido à sua localização estratégica, que permite uma boa visibilidade do troço final do rio Tãmega e de parte do vale do Douro, não se podia excluir *a priori* a presença de um ponto de vigilância, de um atalaia, ligada ao *Mons Aradrus* com quem tem um bom contacto visual e, consequentemente, com o castelo cabeça de terra de *Benviver*. É provavelmente por isso que Barroca o inclui na lista dos «castelos rurais» dependentes do *Castello de Benviver*⁶¹⁹.

A contrariar esta hipótese está a atual ausência total *in situ* de vestígios, de material cerâmico ou de provas de trabalhos humanos. Lima relata como «não detectamos nada de clivagens artificiais no terreno, materiais de superfície ou trabalhos executados nos vários

⁶¹² DRI 184 (12.02.1141): «Ad cacumen montis Letanario».

⁶¹³ PT/TT/MSJBP/004/0007 25 ([1126]).

⁶¹⁴ DC 735 (09.05.1090).

⁶¹⁵ ALMEIDA, 1978: 39.

⁶¹⁶ LIMA, 1993: I, 175-176.

⁶¹⁷ DC 590 (21.10.1080); DC 654 (12.01.1086); DPIV 234 (03.02.1122); DPIV 381 (29.10.1123); PT/TT/MSJBP/004/0008 17 (1135): «Villa praedicta que vocitant Parietes subtus mons Moziente/Mourente (?) discurrere ribulo Tamice territorio Portugalensis».

⁶¹⁸ ALMEIDA, 1978: 38; BARROCA, 2017b: 134.

⁶¹⁹ BARROCA, 2017b: 134.

aflorescimentos e penedos graníticos que, em núcleos, se espalham por todo o extenso cume do Alto do Moirinte»⁶²⁰. Também da mesma opinião é Silva, que confirma que a hipótese da «existência de algum tipo de fortificação» (quer relacionada com a cultura castreja quer com o período medieval) se detém em suposições baseadas apenas em referências documentais «porque não se registam indícios de materiais que o confirmem»⁶²¹.

Castro Cabanas é mencionado em dois documentos de 1122⁶²². Podem indicar um povoado da Idade do Ferro ainda visível na altura ou que ficou na memória toponímica e talvez tenha sido temporariamente reutilizado nos primeiros tempos da «Reconquista».

O caso do *Mons Castro Catedral* apresenta dois problemas. O primeiro: se pode ou não ser identificado como um elemento defensivo ativo no período temporal que limita a nossa investigação. O segundo: se a elevação indicada nos documentos como Pena de Sancto Martino corresponde, ou não, a esta elevação. Avancemos por ordem.

Mons Catedral surge em dois documentos:

*in Sancto Martino de villa Varzena quomodo ex parte de portela de Bragada et fer in illo porto de Pavia subtus mons Castro Catedral discurrere rivulo Dori territorio et diocesi Portugaliensi; et iacet ipsa villa inter Sancto Martino e Varzena subtus mons Castro Cathedral discurrere rivulo Dori territorio et diocesi Portugaliensi*⁶²³.

Para ambos os documentos não há dúvidas: estamos no território de Várzea do Douro, e o *castro* mais próximo da igreja de São Martinho só pode ser o conhecido, atualmente, como castro de Penegotas⁶²⁴. A Pena de Sancto Martino aparece, pelo contrário, em três documentos, dois dos quais inéditos, um destes sendo uma cópia posterior do outro: «Ecclesia Sancto Martino antiquo qui est fundado iuxta ipsam penam Sancti Martini»⁶²⁵; «Villa Zeboiado (?) [...] et de illa Pena de Sancto Martino [...] subtus mons Aradrus territorio Benviver discurrere flumen Dorio»⁶²⁶.

As duas localidades correspondem? Inicialmente, e com base na proposta de Moreira, tínhamos pensado em propor dois montes diferentes: o primeiro correspondendo — como dissemos — ao castro de Penegotas, o segundo ao terreno elevado que se ergue a nascente da atual igreja de São Martinho, igreja paroquial da freguesia de Ariz. Moreira identificou este edifício religioso com a «Ecclesia Sancto Martino antiquo» mencionada no documento

⁶²⁰ LIMA, 1993: I, 172.

⁶²¹ SILVA, 2016a: 123.

⁶²² Em ambos os documentos, a expressão *subtus* não lhe é atribuída. Parece ser utilizado como ponto de referência espacial na delimitação de certas propriedades. Cf. DP IV 224 e DP IV 226 (15.01.1122).

⁶²³ DP III 267 (07.01.1108); DP III 284 (19.04.1108).

⁶²⁴ PORTUGAL. Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2015: Ficha de Sítio_VDO1.

⁶²⁵ DC 464 (13.06.1068).

⁶²⁶ PT/TT/MSJBP/004/0007 33 (1128); PT/TT/MSJBP/004/0007 34 (1128). O segundo parece ser uma cópia posterior (século XIII-XIV) do primeiro documento.

de 1068⁶²⁷. Uma possível solução é dada pelos dois documentos inéditos, caso a identificação da *Villa Zeboiado* (?) com o atual Sebolido, localidade de Várzea do Douro, seja correta. Por isso, neste momento, tendemos, embora com algumas reservas que podem ser dissipadas por novas pesquisas nos arquivos, a identificar os dois topónimos da documentação escrita na mesma elevação.

Quanto à possibilidade de identificar o *Mons Castro Catedral* com um elemento defensivo ativo entre os séculos IX e XII, considerando também o que vimos durante uma inspeção na primavera de 2019 (juntamente com o arqueólogo Luís Sousa), teríamos optado por uma resposta negativa⁶²⁸. Este facto parece também ser confirmado por Castro, que descreve um povoado fortificado castrejo romanizado, mas não fala de ocupação na época medieval⁶²⁹. Silva não a exclui, embora com reservas, mas não associa esta possível reocupação a elementos defensivos⁶³⁰. Lima propõe uma reutilização certamente medieval do sítio, não só porque menciona os túmulos gravados na rocha descobertos na zona, mas também e, sobretudo, porque alguns dos materiais publicados por Brandão e Lanhas (que investigaram o sítio pela primeira vez na década de 1960) como «do período luso romano» são claramente medievais⁶³¹. Em si, nada que implique um elemento defensivo para a época. Lima acrescenta, a propósito das estruturas circulares encontradas *in situ*: «julgamos que elas se devem relacionar com estruturas de carácter defensivo, talvez torreões cujo resto terá desaparecido por ser feito de materiais perecíveis. Sobretudo porque se localizam sobre as linhas onde se acentua o declive, e onde devem ter existido muralhas»⁶³². Embora o arqueólogo reconheça que pertence ao período de ocupação romana, não exclui que o local tenha permanecido um ponto fortificado também durante a Idade Média⁶³³.

A localização é certamente muito estratégica: *Castro Catedral* situa-se em frente ao «castelo da ilha»⁶³⁴, dominando uma boa parte do troço do rio Douro e a foz do rio Paiva (o documento de 1108 menciona «illo porto de Pavia»)⁶³⁵, além de estar em contacto visual com o *Mons Aradrus*. Ademais, permitiu controlar e defender «a passagem do Douro pela

⁶²⁷ MOREIRA, 1972: 73.

⁶²⁸ O sítio arqueológico esteve completamente coberto de vegetação — o que não permitia compreender totalmente a sua natureza —, e a visita foi, de facto, particularmente desafiante, pois tivemos de abrir caminho por entre arbustos e espinheiros. Apesar destes impedimentos, identificámos os vestígios do castro, com restos de habitações, aterros, ruínas de muralhas e numerosos entalhes na rocha, entre as quais a famosa «cadeira dos mouros», bem como vestígios de escadas escavadas na rocha; foi recolhido material do período romano-imperial em toda a área envolvente.

⁶²⁹ CASTRO, 2011.

⁶³⁰ SILVA, 2016a: 79-86.

⁶³¹ LIMA, 1993: I, 151.

⁶³² LIMA, 1993: I, 151.

⁶³³ LIMA, 1993: I, 151-152.

⁶³⁴ Ver a secção sobre Castelo de Paiva no capítulo seguinte.

⁶³⁵ Consideramos este documento muito importante porque traz mais uma prova em apoio do que estamos a propor, nomeadamente que a expressão *subtus*, ligada a um *mons* ou a quaisquer elementos defensivos na documentação, é uma indicação geográfica e não automaticamente uma indicação administrativa militar. De facto, como se explicaria a dependência do porto fluvial do rio Paiva, em *terra de Paiva* (ou Fornos? Voltaremos a este assunto mais tarde), de uma fortificação pertencente à *terra de Benliver*?

velha via romana que aqui passava»⁶³⁶. Não encontramos este sítio referenciado por Almeida, enquanto Barroca o identifica como um dos «castelos rurais» da *terra de Benviver*⁶³⁷. Assim, podemos aceitar, com reservas, a proposta da presença de um antigo ponto de vigia (atalaia?), reutilizado na época medieval. Esperemos que futuras escavações arqueológicas nos forneçam novas informações.

Por último, gostaríamos de assinalar dois topónimos interessantes. O primeiro é Castelinho, localidade da freguesia de Avedas. O local tem boa visibilidade, mas, após uma visita com o arqueólogo Luís Sousa, apenas podemos confirmar o que Lima escreveu há mais de trinta anos: «nada mais detectámos de importante do ponto de vista arqueológico»⁶³⁸. Não excluímos a possibilidade de os vestígios de estruturas ou ocupações antigas terem sido completamente apagados quando da construção do santuário de Nossa Senhora da Natividade do Castelinho (século XIX, sobre uma ermida anterior) e do parque de merendas adjacente. O segundo é a rua Atalaia, situada na freguesia de Magrelos, numa posição com uma boa vista sobre o vale do Douro, a poucas centenas de metros do rio.

Passemos agora à análise dos elementos defensivos testemunhados principalmente, se não exclusivamente, por fontes materiais. Em julho de 2018, juntamente com o arqueólogo António Lima, visitámos alguns sítios arqueológicos localizados nos territórios municipais de Marco de Canaveses e Baião. Entre estes, não nos foi possível, devido ao mau tempo e a uma densa bruma, localizar aquele que Lima referiu como Castelo de Cotos, onde ainda são visíveis «vestígios de uma muralha a fechar espaços entre penedos». Muito interessante que, para aceder ao topo do Castelo de Cotos, se tenha de entrar por uma passagem estreita «a qual mostra ter sido preparada artificialmente com uns degraus»⁶³⁹. A descoberta de fragmentos de cerâmica medieval é também referida em todo o monte⁶⁴⁰. Na opinião de Lima, este poderia ser o castelo cabeça de terra da terra de Gouveia, já referido em 1118⁶⁴¹: «a terra de Gouveia surge ainda nos finais do século XI ou, mais provavelmente, nos inícios do século XII e destacou-se da terra de Baião, à qual pertenceu, pelo menos até 1070»⁶⁴². A terra de Gouveia surge nas Inquirições de 1258⁶⁴³.

Em setembro de 2018, acompanhados pelo arqueólogo Luís Sousa, visitámos o Alto do Facho, na freguesia de Maureles. O local não é de fácil acesso, mas, uma vez chegados ao cimo da montanha, pudemos constatar que existe uma excelente vista sobre toda a área envolvente.

⁶³⁶ LIMA, 1993: I, 150.

⁶³⁷ BARROCA, 2017b: 134. O autor confirma que, na sua opinião, a *Pena de Sancto Martino* não corresponderia a *Mons Castro Catedra* (correspondência de outubro de 2019).

⁶³⁸ LIMA, 1993: I, 201.

⁶³⁹ Comunicação de Lima, em julho de 2018. Cf. SILVA, 1992: 155-162.

⁶⁴⁰ PORTUGAL. Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2015: Ficha de Sítio_VOA5.

⁶⁴¹ Lima baseia-se num documento inédito que encontrou como cópia do século XVIII no Tombo de Acedede, guardado no Arquivo Distrital do Porto. Não tendo sido possível verificar este documento, confiamos na interpretação do escrupuloso investigador.

⁶⁴² Correspondência de outubro de 2018. Ver também a secção sobre Baião.

⁶⁴³ INQ. 1147 b.

Em particular, tem-se contacto visual com a zona da Portela de Mexide, já analisada anteriormente, bem como com outros possíveis pontos de vigilância, que discutiremos mais adiante. Aqui, as ruínas de um castro da Idade do Ferro são ainda facilmente perceptíveis; os vestígios mais interessantes para a nossa investigação são o que parece ser a base de uma estrutura circular com pelo menos sete metros de diâmetro (talvez a base de uma torre?) e:

uma concavidade de formato circular onde seria erguido um sistema de comunicação do tipo «facho», isto é, método que recorria ao uso de uma gaiola de ferro onde era colocado fogo, daí a origem do topónimo «Facho» atribuído ao outeiro. Num ou noutro blocos graníticos podem ver-se gravadas pequenas cruces formadas por traços em sulco cruzados perpendicularmente⁶⁴⁴.

Concordamos com Sousa quando diz que seriam necessárias escavações para esclarecer, em primeiro lugar, a natureza dessa estrutura (?) circular.

No mesmo dia, visitámos também o importante castro romanizado conhecido como castro de Quires ou de São Domingos⁶⁴⁵. Defendido por quatro muros e um fosso, o castro situava-se ao longo da via romana (provavelmente, reaproveitada no período medieval) que conduzia a Emérita Augusta. Não podemos excluir uma ocupação posterior, no período medieval, talvez utilizando parte dos vestígios antigos como ponto fortificado e/ou de vigilância.

O roteiro por estes locais terminou com uma visita aos imponentes rochedos que formam a Pena Cordeira. Depois de subirmos com grande dificuldade aos rochedos, de onde se pode desfrutar de uma excelente vista sobre a zona — com contacto direto sob o castro de Quires e Tongobriga — e controlar a via romana situada mais abaixo, notámos a presença de alguns entalhes na rocha maior que — tal como no caso de Penalva — podem ser interpretados como convites para a base de uma plataforma de madeira ou mesmo de uma pequena torre, também de madeira⁶⁴⁶.

Também em Vila Boa de Quires estaria uma quarta, possível, atalaia. Esta é sugerida tanto pela localização estratégica do sítio (controlando o vale do Tâmega), como pelo facto de aí terem sido encontradas cerâmicas medievais:

Num pequeno morro granítico em Penidos, sobranceiro à capela medieval e casa, identificamos alguns materiais cerâmicos enquadráveis na Baixa Idade Média. A sua posição estratégica sobre

⁶⁴⁴ PORTUGAL. Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2015: Ficha de Sítio_MAU1. Na mesma ficha, lê-se que, no local, se encontravam «pequenos fragmentos de cerâmica comum da idade do Ferro e período medieval». Sobre o Alto do Facho, ver também SILVA, 2016a: 45-49.

⁶⁴⁵ Sobre este castro, ver PORTUGAL. Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2015: Ficha de Sítio_VBQ2.

⁶⁴⁶ PORTUGAL. Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2015: Ficha de Sítio_VBQ6, em que se lê «conjunto de entalhes que julgamos poderem estar relacionados com a existência neste local de uma pequena torre de menagem, erigida no topo de um dos batólitos mais elevados e de maiores dimensões que se encontra a encimar o outeiro. Esta seria constituída, à partida, apenas por materiais percíveis, dado que apenas se vislumbram entalhes para esse efeito».

*a margem direita do Tâmega e a proximidade da via romana/medieval que se dirigia à ponte de Canaveses, deixa supor tratar-se de um ponto estratégico de controlo visual do território, com especial destaque para o troço do rio Tâmega próximo à desaparecida ponte atrás mencionada*⁶⁴⁷.

Infelizmente, não nos foi possível visitar pessoalmente a localidade.

O Alto do Castelo «de Penhalonga» situa-se, de facto, no território da atual freguesia de Paços de Gaiolo. O sítio é descrito por Lima como se segue: «Situado em plena serra de Montedeiras, esta fortificação medieval encontra-se num cabeço rochoso de contornos irregulares e que é coroado por um conjunto de batólitos graníticos»⁶⁴⁸.

O primeiro a estudar este sítio, dando-lhe um nome «incorreto», foi Brandão, na segunda metade do século XX⁶⁴⁹. Nas suas publicações, contudo, os materiais encontrados — cerâmica e escórias de ferro e carvão — e o próprio sítio foram descritos como anteriores à ocupação romana, proposta também aceite por Silva na sua obra seminal sobre a cultura castreja⁶⁵⁰. Lima, por outro lado, identifica-os como medievais, tendo o próprio encontrado fragmentos de cerâmica desse período⁶⁵¹.

Visitámos o local duas vezes. A primeira, muito rapidamente, com o próprio Lima, em julho de 2018; alguns meses depois, voltámos com Sousa. Alguns troços de uma possível muralha são ainda visíveis a meio da costa, enquanto no topo do afloramento rochoso não detetámos sinais claros de obra humana. A base da elevação foi recentemente objeto de valas para a provável plantação de árvores, que, revolvendo o solo, não trouxeram qualquer material à superfície. Por último, é interessante notar que este castelo poderá ter estado ligado ao controlo da via medieval que atravessava o Douro em Mourilhe, em linha com o castelo de São Salvador.

A localidade conhecida como «Castelo dos Mouros» poderá ter albergado um posto de controlo e vigilância da Ponte do Arco, mais abaixo⁶⁵². Em vez de um «castelo roqueiro», poder-se-ia pensar numa atalaia, ou num ponto de sinalização, dada a presença «no topo [...], de um orifício circular com 22 cm de diâmetro e 7 cm de profundidade, escavado no afloramento granítico» (como, por exemplo, no Alto do Facho situado em Maureles, já analisado anteriormente)⁶⁵³. Também é interessante a presença próxima de um entalhe na rocha de forma retangular «com 1,2 m de comprimento, 0,3 m de largura e 0,08 m de profundidade média»⁶⁵⁴. Sem dúvida que é necessário efetuar uma escavação para obter mais informações sobre este local e para confirmar se existiu uma fortificação medieval *in situ*.

⁶⁴⁷ PORTUGAL. Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2015: Ficha de Sítio_VBQ8.

⁶⁴⁸ LIMA, 1993: I, 191.

⁶⁴⁹ LIMA, 1993: I, 210, nota 128; BRANDÃO, 1973.

⁶⁵⁰ SILVA, 1986: nota 406.

⁶⁵¹ LIMA, 1993: I, 192.

⁶⁵² Visitámos a Ponte do Arco no verão de 2018, mas não conseguimos subir ao “Castelo dos Mouros” por falta de tempo.

⁶⁵³ PORTUGAL. Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2015: Ficha de Sítio_FOL10.

⁶⁵⁴ PORTUGAL. Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2015: Ficha de Sítio_FOL10.

Terminamos esta série de sítios com um caso muito especial, o do castro Soalhão. Inicialmente, Lima tinha associado esta localidade ao que na documentação é referido como *Mons Genestaxo*; ideia que o estudioso há muito abandonou, como já esclarecemos quando tratámos do território municipal de Amarante. Isto não significa que as evidências arqueológicas *in situ* sejam excluídas da nossa investigação, longe disso.

O sítio é constituído por três pequenas «plataformas» consecutivas: apenas na primeira (a mais alta) e na segunda (a do meio) foram encontradas cerâmicas «pelo seu aspeto medieval mas mais tardio», com maior concentração no topo da primeira. Além disso, encontraram-se cerca de uma dezena de orifícios circulares entre dez e vinte centímetros de diâmetro (na segunda e terceira plataformas, não na primeira), que Lima coloca a hipótese de estar ligada a uma paliçada de madeira. Muito evidentes são os numerosos entalhes na rocha «destinados a receber silhares», a maior parte dos quais foi feita para pequenos silhares (19-20 centímetros). Este pormenor pode ser importante porque dificilmente um castelo, um reduto militar, teria paredes tão finas. Em particular, na plataforma central, a orientação do muro que ali assentava é clara, enquanto na plataforma superior a situação parece ser menos «linear»: estes entalhes parecem, de facto, pertencer aos alicerces de um muro do qual se pode ver uma secção de vários metros; outros tiveram de ser ligados a construções diferentes, que parecem apoiar-se «aos penedos que coram o cabeça»⁶⁵⁵.

Segundo o próprio Lima — que já na sua tese não o identificava como um povoado da Idade do Ferro («neste monte não possuímos sinais de que tenha existido um povoado castrejo, apesar de na bibliografia arqueológica ser reconhecido como tal»⁶⁵⁶) —, o que foi identificado não se entende, portanto, com «uma fortificação medieval que aproveitaria um local já anteriormente fortificado em época romana, com muros pétreos, paliçadas de madeira e outras construções de difícil interpretação»⁶⁵⁷, mas com um povoado fortificado alto medieval⁶⁵⁸. Esta sua proposta, que aceitamos, é muito interessante porque, como veremos, há escassos exemplos de aldeias fortificadas na zona analisada.

3.8. MATOSINHOS

O sítio arqueológico do castro de Guifões é conhecido desde finais do século XIX, embora as primeiras escavações arqueológicas só tenham sido efetuadas na década de 1950⁶⁵⁹.

⁶⁵⁵ LIMA, 1993: I, 158-159.

⁶⁵⁶ LIMA, 1993: I, 157. O local parece, no entanto, ter albergado um castro da Idade do Ferro «fortemente» romanizado: «Da ocupação de época romana, realçam-se três linhas de muralha e um fosso do lado Este, além de vestígios de casas de planta circular» (SILVA, 2016a: 109-117, e bibliografia conexas).

⁶⁵⁷ LIMA, 1993: I, 159.

⁶⁵⁸ Correspondência com Lima, setembro e outubro de 2019.

⁶⁵⁹ BARROCA, 2017a: 234. Entre as numerosas publicações sobre este sítio encontram-se: VASCONCELLOS, 1898; SANTOS, 1955; ALMEIDA, SANTOS, 1975; CLETO, 1993; CLETO, VARELA, 1999; VARELA, 2011; PIRES, VARELA, 2019.

Nos últimos anos, novas escavações têm sido promovidas pela Câmara Municipal de Matosinhos, também em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto⁶⁶⁰. Estas escavações atestaram uma ocupação material datável entre o século V a. C. e o século V. Apesar de ainda não terem sido identificados vestígios da estrutura medieval, é comum a suposição de que aqui terá surgido um reduto defensivo entre os séculos XI e XII, aproveitando, sem dúvida, os anteriores elementos defensivos — ou os materiais que os constituíam — pertencentes ao bem atestado castro romanizado⁶⁶¹. Além disso, a construção das instalações do Clube de Caçadores de Matosinhos «dificulta a compreensão e a identificação de testemunhos do velho castelo medieval»⁶⁶². Uma ideia de como era o monte Castelo antes das recentes e profundas alterações pode ser vista no mapa incluído na parte final da publicação de Santos⁶⁶³.

A posição estratégica ligada ao controlo do troço navegável do rio Leça⁶⁶⁴ — o monte Castelo fica apenas a um quilómetro da sua atual foz — e das salinas que lhe estão ligadas⁶⁶⁵, e a provável estrada medieval que passava debaixo do monte, onde uma ponte (agora desaparecida) está documentada desde o século XIII⁶⁶⁶, são fortes indícios da existência de um castelo militar em atividade entre os séculos XI e XII.

O aparecimento nas fontes escritas deste elemento defensivo num período, como vimos, pouco posterior às últimas incursões normandas, pode ser indicativo de como a construção desta fortificação pode estar ligada a um plano de defesa contra os ataques costeiros, não excluindo a sua construção já em finais do século X. Esta proposta pode também ser apoiada por um significativo número de documentos datados entre 1032 e 1156⁶⁶⁷: cinco datam do século XI⁶⁶⁸ e doze são do século XII⁶⁶⁹. Entre estes documentos, dez mencionam explicitamente o *Castro Quifiones*⁶⁷⁰. Uma vez terminado o seu papel defensivo, iniciou-se um lento declínio na segunda metade do século XII, evidenciado pelo seu (aparente) desaparecimento das fontes escritas.

⁶⁶⁰ AREZES, VARELA, 2017.

⁶⁶¹ TEIXEIRA, 2011: 216.

⁶⁶² BARROCA, 2017a: 235.

⁶⁶³ SANTOS, 1955.

⁶⁶⁴ Sobre este tema, ver VARELA, 2013.

⁶⁶⁵ ALMEIDA, 1978: 37-38.

⁶⁶⁶ TEIXEIRA, 2011: 217. Poderíamos especular que esta ponte foi construída sobre uma mais antiga ou, pelo menos, numa zona anteriormente adequada para a travessia do rio.

⁶⁶⁷ Acrescentamos, no que respeita ao *corpus* documental identificado por Barroca (BARROCA, 2017a: 234), dois documentos do século XII, incluindo um documento de 1156 que adia em quatro anos a última referência a esta fortificação. Trata-se do TMH 676 (30.12.1156), em que se lê: «Et sunt illos tallos in marina de Vermuu Romarigiz prope littore maris subtus mons Quifionis territorio portucalensi».

⁶⁶⁸ LP 157 (24.04.1032); DC 319 (1042); DC 351 (14.02.1047); DC 487 (24.02.1070); DC 731 (07.02.1090).

⁶⁶⁹ DP III 105 (26.02.1103); DP III 192 (31.05.1105); DP III 407 (21.08.1112); LTPS 124 (03.02.1113); DP IV 41 (28.03.1117); DP IV 112 (29.12.1119); DP IV 267 (12.06.1122); MTM LXXII (12.06.1122); MTM LXXVIII (28.02.1139); CCSP 44 (06.02.1140); MTM LXXXV (17.01.1152); TMH 676 (30.12.1156).

⁶⁷⁰ Nas diferentes formas: *castro Quisiones* (LP 157); *castro Quifiones* (DC 351, DC 487, DP III 105, DP IV 41, DP IV 112); *Kastro Qifion* (DC 731); *Castro Quifionis* (LTPS 124); *mons Kastro Quiffones* (CCSP 44-45); *mons Kastro Quisiones* (MTM LXXXV). Os restantes documentos referem-se apenas ao *Mons Quifiones*.

Uma posição estratégica e um nome claramente ligado a uma função defensiva são características que favorecem a possível presença no atual monte de São Gens de um elemento defensivo que teria sido conhecido como *Mons Custodias* na época medieval. Veremos porque é que a condicional é obrigatória neste caso.

Relativamente às fontes escritas, localizámos trinta e cinco documentos em que o *mons* é mencionado. Todos os documentos pertencem ao século XI⁶⁷¹. Apesar desta abundância de fontes escritas, temos algumas dúvidas sobre a presença medieval de um castelo. Em primeiro lugar, se o nome se refere a uma antiga fortificação (romana?), esta não estava necessariamente ativa no período que estamos a estudar. Além disso, em toda a documentação analisada, encontrámos apenas um documento que nomeia claramente um *castro Custodias*⁶⁷²; em treze é mencionado como *Alpe Mons Custodias*⁶⁷³. A favor da existência de uma fortificação está o facto de as referências desaparecerem repentinamente da documentação depois de terem estado presentes de forma consistente durante um século, o que, temos de admitir, parece ser uma característica aplicável a uma estrutura ativa que perde a sua função e desaparece⁶⁷⁴. No entanto, devemos ter em conta que nos baseamos na única documentação que chegou até aos nossos dias, sem esquecer que muitos documentos — originais ou transcritos — aguardam ser «descobertos» nos vários arquivos⁶⁷⁵.

Por fim, uma última reflexão sobre a documentação escrita, para que todas as soluções possíveis possam ser consideradas: antes do *Mons Custodias* surgir já no final do terceiro quartel do século X, a *villa Custodias*⁶⁷⁶. Se, por um lado, este facto pode sugerir que a elevação mais próxima deste povoado tomou o nome deste último e que não é necessário associar-lhe um elemento defensivo, por outro — admitindo a existência de um elemento defensivo na colina —, temos uma data (973) a partir da qual tal fortificação pode ter sido construída. A própria arqueologia, infelizmente, não nos pode ajudar a esclarecer esta situação: o monte de São Gens foi, de facto, utilizado como pedreira para o material utilizado na construção do porto de Leixões, no final do século XIX, o que levou a que a sua corografia fosse totalmente adulterada. É, pois, muito provável que todos os vestígios ligados ao passado tenham sido

⁶⁷¹ LP 191 (18.03.1003); LP 523 (03.03.1008); LP 204 (1008); LP 207 (1008); DC 206 (13.05.1009); DC 207 (1009); LP 211 (04.01.1010); LP 527 (15.12.1010); DC 422 (04.12.1013); LP 147 e LP 147 A (04.12.1027-1037); LP 189 (31.07.1032); LP 525 (23.10.1032); LP 516 (28.03.1035); LP 196 (24.02.1037); LP 362 e LP 511 (14.03.1037); LP 198 (22.04.1039); LP 201 (12.02.1040); LP 513 ([12].02.1040); DC 312 (22.02.1041); LP 512 (28.02.1041); LP 152 (22.07.1044); LP 192 (06.06.1045); LP 520 (29.01.1046); LP 369 (14.08.1046); LP 199 (03. ou 04.1047); LP 114 e LP 154 (09.07.1055); LP 188 (28.11.1057); LP 519 (28.02.1063); LP 361 (01.05.1088); LP 364 (19.05.1091); LP 365 (29.06.1091); LP 149 (03.03.1095); LP 125 (14.03.1099); DC 915 (01.09.1099).

⁶⁷² DC 206.

⁶⁷³ LP 147 e LP 147 A; LP 525; LP 516; LP 196; LP 362 e LP 511; LP 198; DC 312; LP 512; LP 369; LP 519.

⁶⁷⁴ Em particular, consideramos exemplificativo o documento LP 149 de 3 de março de 1095, em que se lê: «in villa que vocatur Leza, territorio Portugalensi, subtus monte qui dicitur Custodias, secus fluvium Lezam».

⁶⁷⁵ Um exemplo claro é dado pela nossa pesquisa — infelizmente limitada a alguns dias — no Arquivo Nacional de Lisboa. Podemos consultar várias centenas de documentos, quase todos inéditos, encontrando referências a (prováveis) elementos defensivos — já conhecidos — mesmo após as datas que a historiografia tradicional atribui ao seu desaparecimento. A este respeito, ver os vários exemplos apresentados neste e no próximo capítulo.

⁶⁷⁶ LP 205 (24.03.973): «quam habemus in Custodias».

destruídos para sempre⁶⁷⁷. Outra fonte de dúvida é o facto de o próprio Moreira, na sua investigação sobre a ocupação desta área em época romana, não ter sugerido a possibilidade de uma instalação castreja ou de um povoado romano para este monte, limitando-se a citar a proposta de Almeida: «A sua localização estratégica possibilitaria um controle sobre o rio Leça, assim como sobre a estrada de ligação do Porto para norte através da ponte de D. Zameiro. Encontrar-se-ia também relacionado com o antigo mosteiro de Leça do Balio»⁶⁷⁸.

Barroca não tem dúvidas quanto à existência de uma fortificação na época medieval, tal como o arqueólogo Ricardo Teixeira, que a inclui entre as primitivas fortificações da zona, ligando-a, talvez com base nas reflexões de Almeida, ao mosteiro de Leça do Balio⁶⁷⁹. No atual estado da investigação, julgamos poder propor a presença *in situ* de uma atalaia provavelmente ativa desde finais do século X até finais do século seguinte, ligada tanto a uma estratégia de controlo do principal sistema viário da época como fazendo parte de uma rede defensiva do litoral⁶⁸⁰, consequência direta da necessidade de conter os ataques externos provenientes (principalmente) do mar.

Aquele da «Momola de Aduffi» é um caso muito interessante que atrai a atenção de Barroca há já muitos anos⁶⁸¹. A proposta do estudioso é de identificar com um castelo da mota⁶⁸² as duas referências a uma «mamo»⁶⁸³ encontradas em dois documentos de 1038 e 1047⁶⁸⁴. Em particular, a expressão *subtus mamola*, habitualmente ligada a termos como *castro*, *mons*, *alpe* e, por conseguinte — para a historiografia tradicional —, a estruturas fortificadas, e aqui invulgarmente referida a uma «mamo», atraiu a atenção do académico.

Diferente é a opinião de Almeida, que, depois de admitir que se trata de uma referência documental certamente estranha, encerra a questão dizendo que não havia necessidade nestas áreas «de fazer *mottes* para assentar os castelos»⁶⁸⁵.

⁶⁷⁷ BARROCA, 2017a: 236.

⁶⁷⁸ MOREIRA, 2009: I, 358. Cf. ALMEIDA, 1978: 36. Sobre o mosteiro de Leça do Balio, ver COSTA, ROSAS, 2001.

⁶⁷⁹ BARROCA, 2003b: 96; 2017a: 235-236; TEIXEIRA, 2011: 205.

⁶⁸⁰ E, portanto, diretamente ao vizinho *Castro Quifiones*. Consideramos altamente improvável a existência de dois castelos militares tão próximos — em concomitância durante cerca de um século —, sendo que um pequeno número de atalaias apoiando um castelo «central» seria uma situação militarmente mais eficaz. Em caso de perigo, é evidente que as populações em fuga necessitavam de um espaço amplo para transportar os seus bens, incluindo o seu bem mais precioso: o gado. Por isso, eram necessários locais que pudessem ser facilmente defendidos e onde a concentração de mais homens dedicados à defesa da estrutura se revelasse mais produtiva do que a dispersão de forças em vários pontos fortificados próximos. Estas características encontram-se, sobretudo, na reutilização temporária dos castros da Idade do Ferro, sem negar, evidentemente, a existência — como vimos — de estruturas militares, mesmo bastante grandes, construídas *ex novo*.

⁶⁸¹ BARROCA, 1990-1991: 99; 2003b: 101-103. Posteriormente, o autor retomará o tema em BARROCA, 2017a: 231-233; MARQUES, BARROCA, AMARAL, 2018: 176-178.

⁶⁸² Sobre os castelos da mota ver, entre outros COCCIA, 1997, com bibliografia; KAUFFMAN, KAUFFMAN, 2004: 47; SETTIA, 1980, 1982.

⁶⁸³ «Mamo», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XVI: 61.

⁶⁸⁴ DC 303 (30.04.1038): «in vila quos vocitant Petra Fita in terminum de Aduffi teritorio Portucalensis subtus mamola de Aduffi et ave iacentia inter Recemundi et Aduffi ipsa ereditate» (Recemundi deveria ser identificado com o atual Rassamonde); DC 351 (14.02.1047): «in villa Petrafita in illo agro que dicent de martina sub momola de Lumbello subtus castro Quifiones discurrente ribulo Leza prope litore maris».

⁶⁸⁵ ALMEIDA, 1978: 52.

Como explicar uma mudança tão repentina (em apenas nove anos) no nome desta *mamola*? Barroca parece associar os dois documentos a uma única estrutura porque ambas as *mamolas* mencionadas estão ligadas à *villa de Petra Ficta* e, sobretudo, ambos os documentos apresentam a expressão *subtus mamola — sub mamola*. A isto podemos acrescentar a nossa própria reflexão: uma vez morto Aduolfo⁶⁸⁶, e perdida a sua função de estrutura defensiva, a *mamola* terá provavelmente mudado de nome a nível local. No entanto, tal não justificaria a persistência na toponímia local do nome Madoufe que, como veremos, faz lembrar o nosso *Ataufus*. É preciso também ter em conta que o autor dos dois documentos não é a mesma pessoa (o presbítero *Cidi* é o autor material do primeiro documento, o presbítero *Gumdisalbo* do segundo) e que, muitas vezes, o compilador se limitava a escrever o que lhe era ditado. Embora raros, estes dois exemplos não são os únicos. Num documento do início do século XII, lê-se: «et abet iacencia ipsa ereditate inter Gueifar et Casal de Patre et de alia parte inter Lavandeira et illa strata maurisca sub illas mamolas de Villela in loco predicto in ipse Casal de Taulfo»⁶⁸⁷. O editor da edição do documento propõe a identificação desse *Casal de Taulfo* com a atual localidade de Adaúfe, no concelho de Santa Maria da Feira, onde se encontram a rua de Adaúfe e a travessa de Adaúfe. Estaremos, talvez, perante mais um caso de castelo da mota? A corografia, como no caso de Lousada, não jogaria a favor (estamos a, pelo menos, dez quilómetros da costa, e numa zona onde não faltam elevações naturais). O documento provém do mosteiro de Moreira — o que por si só não é probatório —, mas se esse *Casal de Taulfo* correspondesse ao mencionado em alguns documentos da primeira metade do século XI⁶⁸⁸? Nesse caso, talvez *illas mamolas* se possam referir às nomeadas nos documentos de 1038 e 1047 em análise? Tudo depende da identificação das localidades de Gueifar, Casal de Patre, Lavandeira e Villela, que ainda não conseguimos apurar.

Várias pesquisas cartográficas e de campo deixaram Barroca adiado até 2009, altura em que arqueólogos do município de Matosinhos identificaram a «Mota de Aduolfo», que aparentemente se mantém intacta até aos nossos dias, bem como a toponímia local, que se reflete na rua do Madoufe, na viela do Madoufe e na travessa do Madoufe⁶⁸⁹. A «Mota de Aduolfo» é uma pequena colina, de origem natural, mas com prováveis intervenções antrópicas (atualmente, não datáveis), cuja altitude limitada (cinquenta metros) é, no entanto, suficiente para

⁶⁸⁶ Aduolfo, segundo Barroca, é mencionado em três documentos datados entre 1021 e 1040, ano em que parece já ter morrido. LP 142 (20.11.1021): «casal de Aduolfo». Da análise do documento, esta propriedade de Aduolfo não parece estar próxima de Perofita: é feita referência à *Ponte Petrinea de Leza*, a atual Ponte de Pedra situada em São Mamede Infesta, e o mosteiro de Leça. Ambos estão situados entre 5 e 7 quilómetros de distância da *mamola* de Aduolfo. O mesmo se aplica ao documento LP 147 (e 147A) (04.12.1027-1037): «kasa de Aduolfu». Este documento parece ser uma cópia do anterior. Por fim, em LP 513 (12(?).02.1040), lê-se: «hereditate de casal de Aduolfo». Além destas informações, existe um interessante documento, datado de 14 de março de 1037, em que o conde Gundisalvo, *filius* Froila, juntamente com sua mulher Ermesenda, vende uma propriedade em Real (Matosinhos) a um tal Halaf, cuja origem não parece suscitar dúvidas (LP 362 e LP 511).

⁶⁸⁷ DP III 29 (23.06.1101).

⁶⁸⁸ Ver nota 684.

⁶⁸⁹ BARROCA, 2017a: 233.

um bom controlo da área envolvente (obviamente, a visibilidade está agora alterada por construções contemporâneas)⁶⁹⁰, permitindo o controlo da atual linha de costa, que, em linha reta, dista pouco mais de dois quilómetros. Teixeira propõe, pelo contrário, que o monte tenha uma origem artificial: «trata-se claramente de uma elevação artificial, constituída por pedra e terra, formando um outeiro com um diâmetro de cerca 40 m na base, sobre-elevando-se cerca de 5 a 7 metros face aos terrenos envolventes»⁶⁹¹.

Durante uma inspeção com o professor Barroca (julho de 2018), tivemos a sorte de aceder à «Mota» (que está atualmente toda vedada) e apoiáramos a primeira hipótese: uma elevação natural modificada pelo ser humano. Nessa ocasião, a vegetação não nos permitiu identificar indícios claros de estruturas, mas, comparando com a cronologia e o tipo, tudo aponta para a solução de uma construção em madeira. Lembramos, pois, o que o próprio Barroca escreveu sobre as suas anteriores visitas: «nas visitas que realizámos à Mota de Adaúlfo recolhemos fragmentos de argila que parecem sugerir a possibilidade de ter existido, ali, uma estrutura em taipa»⁶⁹². Se aceitarmos que se tratou de um castelo de mota, podemos imaginar a sua construção no início do século XI, ligada às incursões viquingues que culminaram com o ataque ao castelo de Vermoim, em 1016⁶⁹³, e a sua perda de importância já na altura da sua menção documental.

Outra questão que parece não estar esclarecida é a dos autores materiais desta construção. Barroca admite que ainda não é claro se esta estrutura pode ser atribuída aos viquingues — como ponto de defesa naquela região —, ou se foi construída precisamente para defender a *villa* de Perafita dos seus ataques⁶⁹⁴. Para Teixeira, por outro lado, a situação é clara: foi Adaulfo, um *dominus loci*, que mandou construir esta estrutura para defender as suas propriedades situadas numa zona, a costeira, sensível às ameaças normandas e muçulmanas⁶⁹⁵. Com algumas reservas, aceitamos esta proposta, na esperança de futuras escavações.

Encontrámos também referências aos *mons Agramontis* e *mons de Odorio* em dois documentos da segunda metade do século XII⁶⁹⁶. Uma vez que a *villa Iohanni de susano* fica *subtus* os dois *mons* num período inferior a quatro anos, consideramos que ambas as designações se referem à mesma elevação e não pensamos que estes documentos sejam indicadores da presença de qualquer elemento defensivo⁶⁹⁷. Quanto aos outros castros da

⁶⁹⁰ BARROCA, 2017a: 233.

⁶⁹¹ TEIXEIRA, 2011: 216.

⁶⁹² BARROCA, 2017a: 233.

⁶⁹³ Sobre o episódio e a sua contextualização, ver BARROCA, SILVA, *coords.*, 2018.

⁶⁹⁴ BARROCA, SILVA, *coords.*, 2018. Ver as recentes reflexões sobre esta questão expressas em MARQUES, BARROCA, AMARAL, 2018: 177-178.

⁶⁹⁵ TEIXEIRA, 2011: 216.

⁶⁹⁶ MTM LXXXIX (26.08.1157): «in villa quod vocitant Iohoanni de susano sexta integra territorio portugalis subtus mons Agramontis prope littore maris». MTM XC (16.07.1161): «in villa que vocitant Iohannis de Susano sexta integra de ipsa que fuit de parentorum meorum subtus mons de Odorio. Discurrente rivulo de rrovorido prope litore maris territorio Portugal».

⁶⁹⁷ E, de facto, Barroca não os inclui na sua lista (BARROCA, 2017a: 206-207).

Idade do Ferro existentes na zona, não parece ter havido uma reutilização estável dos mesmos no período medieval⁶⁹⁸.

3.9. PAÇOS DE FERREIRA

O concelho de Paços de Ferreira é certamente conhecido pela presença, no seu território, de um dos mais representativos sítios arqueológicos relacionados com a cultura castreja: a Citânia de Sanfins. Iniciadas sistematicamente desde os anos de 1940, as escavações permitiram descobrir (parte de) um grande povoado da Segunda Idade do Ferro⁶⁹⁹. Na sua acrópole, foram encontrados vestígios de um edifício religioso e algumas inumações datadas dos séculos XIII e XIV⁷⁰⁰, mas, atualmente, não parece haver indícios que sugiram uma reutilização da estrutura para fins defensivos na época medieval.

O mesmo se passa com os outros castros (pelo menos sete, segundo o Portal do Arqueólogo⁷⁰¹) presentes no território municipal. Entre estes, o conhecido como castro da Senhora do Socorro⁷⁰² poderia ser identificado com o *Mons Castro Manioli* que aparece num documento de 1105. Neste documento, lê-se: «in Somoca subtus mons castro Manioci discurrente ribulu Avicela teridorio Portucalensis»⁷⁰³. As ruínas do castro eram, provavelmente, ainda visíveis nessa altura. É claro que não podemos excluir que estas estruturas tenham sido utilizadas, temporariamente, em situações de perigo declarado, mas não consideramos este como o único documento indicativo de um elemento defensivo, sobretudo ativo no início do século XII.

Recentemente, Teixeira reiterou que o castelo de Refojos de Riba de Ave — cabeça de terra da *terra de Refojos*, que só é comprovado, para o período que estamos a tratar, por uma referência indireta aos seus *tenentes*⁷⁰⁴ — poderá situar-se na zona do lugar de Penamaior, onde atualmente se encontra a ermida de Nossa Senhora do Pilar. A apoiar esta tese está não só a posição elevada que, acrescentamos, permitia o controlo direto do mosteiro subjacente de São Cristóvão, mas também o facto de, no local, «se observam cerâmicas e algumas pedras trabalhadas que indiciam a ocupação medieval do sítio»⁷⁰⁵. Uma proposta que nos parece

⁶⁹⁸ Pelo menos, dois: o monte Castro, em Lavra, e o monte Recarei. Cf. MOREIRA, 2009: I, 223, 230.

O *Castro Recarei* — que, em nosso entender, não se identifica com o mencionado no documento DC 167 (18.05.993), como veremos no capítulo seguinte — situa-se não muito longe da Ponte de Pedra. Seria interessante especular sobre uma possível reutilização medieval para a instalação de uma pequena atalaia, apoiando também o vizinho mosteiro de Leça do Balio. O mesmo se pode dizer do terreno elevado sobre a Ponte de Ronfes. Sobre a Ponte de Ronfes (ou de Barreiros, ou da Azenha), ver TEIXEIRA, 2011: 221-222.

⁶⁹⁹ A bibliografia relativa a este sítio arqueológico é abundante. Como não é objeto da nossa investigação, remetemos, a título de exemplo, para um resumo muito breve em SILVA, MOREIRA, 2011: 98-99.

⁷⁰⁰ SILVA, CENTENO, 1980: 77-78.

⁷⁰¹ De acordo com uma pesquisa efetuada em maio de 2019.

⁷⁰² Ver a ficha *Senhora do Socorro*, no Portal do Arqueólogo.

⁷⁰³ DP III 201 (21.11.1105).

⁷⁰⁴ É Diogo Gonçalves. DR I 4 (23.11.1097): «Diagus Gundisalviz qui est maiorino de illa terra confirmo». Como indicado em AMARAL, BARROCA, 2012: 350. Segundo Ventura, que não inclui Diogo Gonçalves na sua lista, em 1146 seria *tenens* Gonçalo Rodrigues da Palmeira, sem, no entanto, indicar as fontes de apoio: VENTURA, 1992: II, 1033.

⁷⁰⁵ TEIXEIRA, 2011: 232.

razoável, sem, no entanto, rejeitar o que relata Moreira, que sugere alternativamente como possível localização para este castelo o chamado Morro da Vela⁷⁰⁶. Ambos ligam esta estrutura à *Pena de Cide*, uma torre cuja construção está ligada à figura de Cide Aboazar, provavelmente identificável com Aboazar Lovesendes, fundador do mosteiro de Santo Tirso e progenitor da linhagem da Maia⁷⁰⁷.

Gostaríamos de nos focar brevemente na identificação do castelo de Refojos com a *Pena de Cide*, independentemente da sua localização, para evidenciar alguns dos problemas encontrados⁷⁰⁸: em primeiro lugar, o que se refere às armadilhas que espreitam as crónicas medievais, sobretudo as que foram escritas muito mais tarde e com claros objetivos apologeticos; em segundo lugar, não percebemos o que relata Moreira, citando Veiga⁷⁰⁹. Este autor, com base num «nobiliário datado de 1270, concretamente o texto nobiliário II», identifica o castelo de Refojos com a *Pena de Cide*. No *Livro Velho de Linhagens*, lemos: «veio com ele seu irmão Alboazar. E porque foi bem por armas, puserom-lhe nome Cide Alboazar. E fege uma torre no monte de Monte Córdova, que ora chamam Pena de Cide»⁷¹⁰.

Até aqui, além das dúvidas que poderíamos manifestar sobre a fonte, nada de estranho. O que escreve mais tarde — nomeadamente como Veiga propõe a localização da Pena do Cide «no maciço do Pilar» —, não conseguimos entender: «com base na análise de um documento datado de 1041, no qual se alude a um pleito judicial cujos litigantes, convocados para comparecer em juízo perante os magnates da região, se reuniram em Penamaior (DC 140)»⁷¹¹. O DC 140 é datado de 984, não menciona «Penamaior» e trata de uma venda a sul do Douro, perto de *Castro Pedroso* (Vila Nova de Gaia). Pensando tratar-se de um simples erro tipográfico, verificámos, primeiro, o DC 410 e, depois, todos os documentos datados de 1041, mas não encontramos aquele a que o autor citado se poderia referir. Correia usa a mesma fonte — Veiga —, mas escreve que a reunião dos *magnates* locais é de 1014, só que também menciona DC 140, confirmando assim o erro de Veiga (e indiretamente a não verificação da fonte)⁷¹². Contudo, esta indicação permitiu-nos chegar ao documento original, datado de 21 de dezembro de 1014, em que se menciona efetivamente um *Penamaior*⁷¹³. Embora esta indicação (dada a copresença de muitos *domini loci*) possa apoiar a tese de que a reunião teve lugar

⁷⁰⁶ Ver a secção sobre Santo Tirso no presente capítulo.

⁷⁰⁷ TEIXEIRA, 2011: 232; MOREIRA, 2009: I, 358-359, citando PIEL, MATTOSO, 1980: 50. Ver também o que está escrito mais adiante na secção sobre Santo Tirso.

⁷⁰⁸ Tratamos deste assunto em MARIANI, 2021; 2024: 141-142.

⁷⁰⁹ VEIGA, 1936.

⁷¹⁰ PIEL, MATTOSO, 1980: 50.

⁷¹¹ MOREIRA, 2009: I, 358; 2014: 49-50; 2016: 150.

⁷¹² CORREIA, 2007: 87.

⁷¹³ É, portanto, o DC 225 = LM [51]: «Dum autem perue nerunt ad diem actum hic in Penamaior ante illa comitissa et comites Rudesindo Gonsaluit et Nuno Menendi<z> et Gonsaluo Menendiz, Ranimiro Menendiz et Gutierre Roderici ordinavit ipsa comitissa et ipsos comités suos iudices que legem docebant id sunt Froila Erotiz, Honoricus Zaleimaz, Vermudo Todemiriz, Menendus Gauiniz, Egas Menendiz, Ranemiro Menendiz et alii plures filii uenenatorum que in ipso concilio erant ut audissent legentes scribturas de amborum partes et iudicassent eos per uera ueritate».

numa estrutura fortificada (ou, pelo menos, num *palatium*)⁷¹⁴, e o facto de já existir no início do século XI, é certamente fascinante, por outro lado, Penamaior é ainda uma freguesia de Paços de Ferreira, e nada exclui que os *magnates* estivessem em alguma casa ou propriedade situada onde se encontra o atual povoado e não, necessariamente, no maciço do Pilar.

Teixeira justifica dois elementos defensivos tão próximos, apontando o do Morro da Vela (parte do monte Córdova) ligado aos interesses de São Rosendo e da sua família (a *villa* de Salas e a igreja/monastério do monte Córdova); o da Senhora do Pilar, «dominando um território mais vasto, estaria ligado a linhagem da Maia», ganhando importância e tornando-se o ponto fortificado da *Terra de Refojos*, liderada por representantes dessa família, ao mesmo tempo que se assiste ao declínio da primeira estrutura fortificada⁷¹⁵.

No atual estado da investigação, e após consulta de documentos de arquivo, estudos da área (relativos à sua história, património arqueológico e arquitetónico⁷¹⁶), somos forçados a concluir que não existem pistas que permitam propor outros elementos defensivos ativos entre os séculos IX e XII para o atual território de Paços de Ferreira.

3.10. PAREDES

O caso do castelo de Aguiar de Sousa é bastante singular: apesar de ser um dos raros que ainda conserva poucos, mas claros, vestígios da antiga fortificação — tanto que é apresentado como um destino turístico —, temos escassas fontes escritas que o mencionam e nem todas, como veremos, lhe estão automaticamente ligadas. O primeiro registo provável em que é mencionado é do final do século X: duas crónicas medievais posteriores relatam como Almançor, durante a sua expedição militar, conseguiu conquistá-lo. No *Livro de Noa*, lemos: «Era Ma XXX IIIa sepe [*sic*] Almancor Castellum Aquillar quod est in ripa de Sausa provincia Portugalensi»⁷¹⁷. Assim, a notícia na *Chronica Gothorum*: «Era 1033 Almanzor cepit Castellum de Aguiar quod est in ripa Sause in Portugalensi provincia»⁷¹⁸. Após estes relatos (que nos levam a supor que a fortificação, possivelmente de madeira, terá sido destruída ou gravemente danificada), o castelo de Aguiar de Sousa deixa de aparecer diretamente nas fontes escritas até meados do século XIII.

A posição estratégica deste reduto militar, acentuada por fortes defesas naturais, é inquestionável⁷¹⁹. Num estudo realizado há alguns anos, Lima propôs como objetivo da

⁷¹⁴ De facto, pelo tom do documento, poder-se-ia supor que *Penamaior* indica não apenas uma localidade, mas também uma estrutura. Cf. exemplo de *Penafidel*, na secção sobre Penafiel.

⁷¹⁵ TEIXEIRA, 2011: 232.

⁷¹⁶ A título de exemplo, ver FERREIRA, 2014; MATTOSO, KRUS, AGUIAR, 1986; REAL, 1986; DINIS, 1985. Sobre o mosteiro de São Pedro, ver a monografia *Mosteiro de São Pedro de Ferreira*, da Rota do Românico.

⁷¹⁷ DAVID, 1947: 294.

⁷¹⁸ *Chronica Gothorum*: 9.

⁷¹⁹ «O rio Sousa contorna-o por NE/SO, originando uma curva de 180° e um vale apertado, deixando em evidência vertentes perfeitamente verticais que o limitam (Rebello 1975), conferindo-lhe condições naturais de defesa, claramente definidas pelos lados Norte e Este constituídos por escarpas quartzíticas, enquanto dos lados Oeste e Sul compostos

campanha de Almançor a conquista do castelo de *Aguiar* e não, como tradicionalmente se propõe, uma paragem forçada do chefe muçulmano para se aproximar de *Portucale* e preparar a expedição seguinte (997) contra Santiago⁷²⁰. Um facto interessante é que o arqueólogo propõe identificar o castelo conquistado por Almançor, não com o que se situa em Aguiar de Sousa, mas com o chamado Castelo de Aguiar, ou «Castelo Velho», situado a sul do Douro, no concelho de Cinfães:

Ora, é precisamente na fronteira do território Anegia — que, já vimos, se estenderia até ao profundíssimo e encaixado vale do Bestança, no alto da serra de Montemuro — que se situa um imponente castelo, a mais de 1100 metros de altitude, por nós identificado em 1993, a que ainda hoje alguns habitantes de Vale de Papas, na freguesia de Ramires (Cinfães) chamam «Castelo de Aguiar»⁷²¹.

Esta nova localização, continua a proposta inovadora, estaria mais de acordo com a rede de castelos nas mãos das forças muçulmanas entre os séculos X e XI⁷²². Não excluimos que esta proposta tenha fundamento, e reconhecemos a validade das provas apresentadas por Lima em seu apoio. Situado a norte ou a sul do Douro, o castelo de Aguiar desempenhou certamente um papel importante na primitiva linha defensiva do reino asturiano-leonês⁷²³. O *Castellum de Aguilar* é então reparado/reconstruído⁷²⁴, ou construído pela primeira vez, durante o século XI, e, já em meados deste último, podemos supor a sua transição de um simples castelo militar — se localizado em Aguiar de Sousa — para o castelo cabeça de terra da recém-formada *Terra de Sousa*⁷²⁵. A primeira referência a esta nova unidade administrativa remonta a 1066. Num documento datado de 24 de março desse ano, lê-se: «In terra de Aquilar»⁷²⁶. Encontramos a mesma expressão num documento ligeiramente posterior⁷²⁷. E, ainda, em 1128: «In terra de Aquilare de Sousa»⁷²⁸. Podemos considerar estes documentos como uma fonte indireta relativa ao castelo, bem como documentos posteriores em que

por xisto, as vertentes são de menor pendor, permitindo a formação do caminho e de pequenos socialcos, entretanto humanizados pela prática da agricultura» (SILVA, 2008: 118-119).

⁷²⁰ LIMA, 2008: 190-191.

⁷²¹ LIMA, 2008: 192. Para o arqueólogo, este facto deveu-se a um erro dos compiladores das crónicas medievais, que, passados quase dois séculos, não terão sabido da existência da outra localidade de Aguiar e localizaram automaticamente o castelo tomado por Almançor na mais conhecida Aguiar de Sousa (LIMA, 2008: 193).

⁷²² Como claramente demonstrado em LIMA, 2008: 193, figura 4. Esta situação é também evidente no mapa proposto por Barroca, no qual é claro que uma localização em Aguiar de Sousa é «fora do sítio». BARROCA, 2004: 200, mapa 2.

⁷²³ *Torre do Castelo de Aguiar de Sousa*: 100. SILVA, 2008: 119; LIMA, 1999: 399.

⁷²⁴ «Una fortificazione, qualora ritenuta utile, viene sempre puntualmente ricostruita e, anzi, rafforzata. L'abbandono di un castello in conseguenza della distruzione dovuta ad avvenimenti bellici è dunque circostanza da ritenersi scarsamente probabile» (SETTIA, 1984: 291).

⁷²⁵ COSTA, SILVA, 2012: 45.

⁷²⁶ DC 451 (24.03.1066). E não 1062, como referido em BARROCA, 2017b: 130, que utiliza como fonte DC 433, cuja datação de 1062 foi adiada entre 1079 e 1101 (LTPS 32).

⁷²⁷ LTPS 32 ([1079-1101]). Cf. Nota anterior.

⁷²⁸ DR I 78 (21.01.1128). A estes documentos devemos acrescentar: LTPS 60 [1135-1144]; LTPS 62 (12.12.1169); e, por fim, um sem data (mas, provavelmente, do século XII), LTPS 59.

surge o *tenens* desta terra. Graças a um documento datado entre 1121 e 1128, ficamos a conhecer o provável primeiro *tenens* desta *terra*: trata-se de «Sueyrus Menendis tenente Aquilari»⁷²⁹. Enquanto, em 1127, temos Sarracino Osores a governar a *Terra de Sousa*: «Sarracinus comes Aguylar»⁷³⁰. Após estas poucas referências, o castelo desaparece das fontes⁷³¹, e reaparece apenas na segunda metade do século XIII, quando é o centro administrativo do *Julgado de Aguiar de Sousa*:

Nas Inquirições de 1258, o interrogatório é dirigido aos «homens do castelo de Aguiar e aos paroquianos da Igreja de S. Romão», onde se define o dever dos moradores assegurarem a guarda do castelo em caso de guerra. A sua autonomização evidencia-se como centro administrativo judicial, sendo a cabeça do julgado da região do Baixo Sousa, o «Julgado de Aguiar de Sousa»⁷³².

A sua decadência tornou-se evidente na segunda metade do século XIV, quando se sabe que os habitantes de Aguiar de Sousa se comprometeram com a Coroa a pagar uma certa quantia e a reconstruir o castelo, em troca de não participarem na construção das muralhas da cidade do Porto, operação para a qual tinham sido encarregados, juntamente com outros⁷³³. Provavelmente já no início do século XV, o castelo, tendo perdido qualquer função, foi abandonado: lentamente, começou o seu esquecimento, que o levaria à ruína total em meados do século XVIII⁷³⁴.

A nível material, como antecipamos, são ainda visíveis os vestígios da torre e alguns troços da muralha⁷³⁵. Este monumento foi integrado na Rota do Românico em 2004 e alvo de restauro e musealização em 2008⁷³⁶, fase também acompanhada por escavações arqueológicas⁷³⁷. As escavações mostraram que o sítio foi ocupado entre os séculos XI-XII e XV-XVI, o que tende a estar de acordo com as escassas fontes documentais⁷³⁸.

Mons Bendoma surge na documentação escrita, pela primeira vez, no final do século X: «et sunt ipsas vilas iam supra nominadas subtus montis bendoma territorio Anegia discurrente

⁷²⁹ DR I 58 (1121-1128).

⁷³⁰ DR I 86 (04.12.1127). Documento não utilizado por Ventura. Cf. VENTURA, 1992: II, 1007. Sobre Sarracino ou Nuno Osores, ver MATTOSO, 2001c: 153.

⁷³¹ Barroca incluí-o na lista dos castelos cristãos testemunhados antes de 1000 e ativos entre 1150 e 1200: BARROCA, 2003b: 96, 107.

⁷³² SILVA, 2008: 119. Cf. INQ. 573: «Interrogati si debent guardare castellum, dixit quod sim Dominus Rex habuerit guerram debent illud guardare».

⁷³³ SOUSA, 2000: 137.

⁷³⁴ COSTA, SILVA, 2012: 46.

⁷³⁵ ALMEIDA, 1980: 1-2. Para uma visão geral dos vestígios visíveis: COSTA, SILVA, 2012: 49. As ruínas da torre são, talvez, de uma reconstrução do século XIX: ver a ficha *Sondagem* (2007), no Portal do Arqueólogo.

⁷³⁶ COSTA, SILVA, 2012: 14-38. O mapa da página 24 dá uma boa ideia das obras efetuadas.

⁷³⁷ COSTA, SILVA, 2012: 47-76.

⁷³⁸ Fichas *Castelo de Aguiar de Sousa* e *Sondagem* (2013/14), no Portal do Arqueólogo. As escavações efetuadas em 2013/2014 revelaram também uma ocupação romana do local: «Relativamente a níveis de ocupação relacionados com o povoamento do local em épocas mais recuadas, sublinham-se os novos dados garantidos na sondagem 15, que fazem recuar esta ocupação para a época romana, tendo como base a análise, ainda que preliminar, do espólio arqueológico recolhido».

ribulo sauza»⁷³⁹. Depois, desaparece durante quase um século, para voltar a surgir num documento de 1071, desta vez designado como *Castro Bendoma*: «in villa Parada subtus Castro Bendoma»⁷⁴⁰. E, novamente, em 1077: «in villa Robordanos quos vocitant Sancti Petri subtus mons Benidoma discurrente ribulo Sausa territorio Aneia»⁷⁴¹. Este será o último documento em que o *Mons Bendoma* é associado ao território de *Anegia*. Podemos considerar este facto como um sinal da afirmação da *Terra de Sousa*, que, como vimos, aparece na documentação apenas onze anos antes. É depois mencionado como *Mons Benidoma* em três outros documentos do último quartel do século XI⁷⁴². Nos onze documentos do século XII⁷⁴³, só num é que *Bendoma* é referido como castro: «subtus castro Bendoma discurrente ribulo Sause territorio Portugalense in loco predicto villa Ceti vocabulo Sancto Petro»⁷⁴⁴. Por fim, acrescentamos ao nosso *corpus* documental um testamento pertencente à produção do Mosteiro de Paço de Sousa. Este documento, infelizmente, não está datado: «in terra de Aguiar in villa Lauredo duos casales subtus mons Bendoma dicurrente [sic] ribulo Sausa territorio Portugalem»⁷⁴⁵. Almeida e Barroca incluem-no na sua lista de fortificações⁷⁴⁶; Lima, por outro lado, diz-nos que não encontrou nada que sugerisse a presença de estruturas fortificadas medievais⁷⁴⁷.

Dada a sua localização estratégica, a proximidade de um importante mosteiro e a presença inegável de um espaço defendível de dimensões consideráveis, poder-se-ia colocar a hipótese da sua reutilização como recinto defensivo⁷⁴⁸. É certamente interessante que o primeiro documento que a menciona apareça pouco depois da primeira referência a *Anegia*, mas o silêncio subsequente das fontes, durante quase um século, é bastante singular. Podemos supor que foi utilizado em finais do século X (poucos anos depois, a região teria sofrido a incursão de Almançor) e que, em seguida, perdeu a sua função, passando a constituir um ponto de referência espacial. Os dois documentos em que é mencionado como *castro* podem referir-se às ruínas da muralha que ainda são visíveis. Chamámos então a atenção para o facto de o mais antigo destes dois documentos ser ligeiramente posterior ao aparecimento da *Terra de Sousa*: poderia estar relacionado com uma passagem do reduto defensivo da órbita de *Anegia* para a da nova unidade territorial? Só uma investigação arqueológica cuidadosa poderia dissipar algumas dúvidas.

⁷³⁹ DC 146 (16.07.985).

⁷⁴⁰ MMPS 31 (28.09.1071).

⁷⁴¹ DC 542 (26.02.1077).

⁷⁴² DC 547 (10.11.1077); LTPS 55 (26.08.1086); DC 748 (20.03.1091).

⁷⁴³ DP III 66 (21.04.1102); DP III 142 (04.11.1103); DP III 207 ([03].01.1106); LTPS 130 (25.09.1109 e 11.10.1109); LTPS 70 (04.11.1110); DP IV 36 (16.02.1117); DP IV 119 (29.02.1120); DP IV 252 (04.04.1122); DP IV 270 (29.06.1122); PT/TT/MSPC/1 18 (1125): «Villa Mogaria [...] et abet iacentia subtus mons Benidoma discurrente rivulo Sausa»; PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 18 (1168): «Villa Sangemir (?) subtus mons Bendome discurrente ribulo Ferarie territorio Portugalensis».

⁷⁴⁴ LTPS 70 (04.11.1110).

⁷⁴⁵ LTPS 59 [s. d.].

⁷⁴⁶ ALMEIDA, 1978: 31; BARROCA, 2003b: 96; 2004: 198-199.

⁷⁴⁷ «Desconheço vestígios medievais», correspondência de outubro de 2019.

⁷⁴⁸ ALMEIDA, 1980: 2-3. Ver também a ficha *Castro do Monte do Muro de Vandoma*, no Portal do Arqueólogo.

Num documento de 1086, encontramos a menção ao *Castro de Sanda*, que é «oposto» ao *Mons Bendoma*: «et habet iacentia subtus mon<s> Benidoma et de alia pars Castro de Sanda discurrente arrugio Laverco prope ribulo Sausa territorio Portugale»⁷⁴⁹. Este é o único documento que encontramos onde este *mons* é mencionado. Pensamos que pode ser identificado com a área arqueológica do castro de São Silvestre⁷⁵⁰. Este documento é importante porque pode dar-nos uma ideia da perceção que o Homem medieval tinha dos vestígios do passado que o rodeavam. No final do século XI, este castro da Idade do Ferro devia ser ainda bem visível e utilizado como ponto de referência. Não podemos excluir que tenha sido utilizado anteriormente — de forma temporária — como refúgio em situações de perigo, embora a proximidade de *Mons Bendoma* não apoie tal hipótese. Tanto Barroca como Almeida não propõem o *Castro de Sanda* nas suas listas.

A documentação escrita dá-nos a conhecer cinco outros *montes*, todos mencionados — para quatro temos apenas uma referência — em documentos do século XII. O primeiro é o *Mons Karragoso*: «in villa Feveros [...] subtus mons Karragoso discurrente ribulo Feveros territorio Portugalensi»⁷⁵¹. O segundo é o *Mons Fortis*: «In villa qui vocant Hestromir in loco qui dicitur Mons Fortis»⁷⁵². O terceiro é o *Mons Rasello*: «in Sausa in villa quam vocitant Perrat [...] et est ipssa villa subtus mons Rasello discurrente Riuulo Sousa territorio Portugalensi»⁷⁵³. O quarto é *Monte de Bustello*: «Et inde ad illo Monte de Bustello»⁷⁵⁴ e, por fim, o *Mons Soveroso*, que é mencionado em cinco documentos, aos quais acrescentamos um do início do século XII⁷⁵⁵. Não nos parece que os *montes* citados possam ser associados a elementos de defesa⁷⁵⁶.

Na freguesia de Lordelo, ainda se encontra a Torre dos Alcoforados, cuja construção, no entanto, é atribuída ao início do século XIV⁷⁵⁷; um castro da Idade do Ferro, aparentemente não reutilizado, deve ter existido no monte Alto (freguesia de Rebordosa)⁷⁵⁸.

⁷⁴⁹ LTPS 55 (26.08.1086).

⁷⁵⁰ Sobre o castro de São Silvestre, ver DELINDRO, 2012: 146-148.

⁷⁵¹ DP IV 106 (06.10.1119). Provavelmente, situado entre os lugares de Gondalães e Bitarães.

⁷⁵² PT/TT/MSPC/1 24 (03.1179). Não conseguimos localizá-lo, mas, dado o nome, deve estar a nordeste de Astromil, ou indicar a serra do Muro.

⁷⁵³ CCSP 162-163 (03.02.1125). Poderá corresponder ao Alto do Frade.

⁷⁵⁴ DR I 78 (21.01.1128). Poderá corresponder a uma das elevações situadas a sul da localidade de Bustelo, freguesia de Recarei.

⁷⁵⁵ DP IV 260 (01.05.1122): «in villa Lauredo [...] subtus mons Soveroso et rivulo Sausa discurrente territorio Portugalensi»; CCSP: 164 (03.04.1130): «In villa Sobradelo id est de ecclesia Santi Xprisotoffori [...] et iacet illa ecclesia subtus mons Soveroso discurrente riuulo Feuores territorio Portugalensi»; CCSP: 163 (22.12.1131): «et habet iacentia in loco predicto Crastello territorio Portugalensi subtus mons Seueroso discurrente rivuulo Feueros»; MA 116 (10.1154): «ipsa hereditas iacentiam subtus mons Soveroso (Soueroso) discurreris quis in Sausa territorio Portugalensi»; MA 146 (02.1187): «in villa que dicitur Lauredo et est sub monte Soveroso discurreris rivulo Feveros territorio Portugalensi»; MA 175 (01.1201): «In villa que vocitant Lauredo [...] subtus mons Soveros discurrentis aquis ad fluvium Sauí territorio Portugalensi». Deverá corresponder à serra de Santiago que divide Paredes com Paços de Ferreira.

⁷⁵⁶ Almeida, por outro lado, propõe o *Mons Soveroso* na sua lista: ALMEIDA, 1978: 42.

⁷⁵⁷ Sobre a Torre dos Alcoforados, ver a ficha monográfica *Torre dos Alcoforados. Paredes*, da Rota do Românico.

⁷⁵⁸ Ficha *Monte Alto*, do Portal do Arqueólogo.

Embora — aparentemente — não ligados a elementos defensivos, terminamos esta secção com a proposta de alguns locais mencionados na documentação, cujos nomes muito sugestivos poderiam estar ligados a estruturas fortificadas, temporárias ou não: Besteiros («Balestarios»⁷⁵⁹); Castelões de Cepeda («Ecclesia de Castellanis in termino de Aquilar»⁷⁶⁰); Cristelos («Sancto Michael de Castellis»⁷⁶¹).

3.11. PENAFIEL

Uma vez que a nossa investigação incide apenas sobre as estruturas defensivas/fortificadas, remetemos para os trabalhos de Lima e Santos para uma análise do território, formação e dissolução da *civitas Anegia*⁷⁶², além do que já foi escrito anteriormente, com as respetivas indicações bibliográficas.

O território da *civitas Anegia* surge na documentação entre 875 e 1180, em cinquenta e sete documentos. Onze documentos são dos séculos IX (a partir do último quartel) e X⁷⁶³, trinta e sete do século XI⁷⁶⁴ e nove do século XII⁷⁶⁵. Sabemos muito bem que os documentos que nos chegaram são apenas uma pequena parte dos que foram produzidos no período estudado e como isso está amiúde relacionado com a sorte, mas devemos sublinhar o facto de haver um hiato de quarenta anos na documentação, especificamente entre 1000 e 1043⁷⁶⁶. Embora este facto possa estar ligado à passagem de Almançor (mas não há qualquer menção nas crónicas ao seu ataque a *Anegia*), pode indicar, pelo contrário, uma reorganização territorial primitiva que teria dado início à dissolução de *Anegia*⁷⁶⁷. Explicação diferente para o subsequente «hiato documental» entre 1123 e 1177⁷⁶⁸: como já foi referido, existem ainda muitos documentos inéditos do século XII, particularmente os pertencentes ao arquivo do

⁷⁵⁹ DC 280 (28.06.1033). Interessante referência a um grupo de besteiros (muito invulgar para o século XI), ou uma recordação de um passado romano? Esta localidade mereceria mais atenção, nomeadamente a nível arqueológico.

⁷⁶⁰ MMPS 22 (1229).

⁷⁶¹ LM [45] = VIII (1059): «Villa castrellos [...] ecclesia sancti andree apostoli»; DP III 525 (13.10.[1114]): «Sancti Andreae de Castrellos».

⁷⁶² LIMA, 1993: I, 31-39; 1999: 391-397; SANTOS, 2004: I, 28-40. Barroca inclui-o na lista dos castelos cristãos testemunhados antes do ano 1000 (BARROCA, 2003b: 96).

⁷⁶³ DC 8 (13.01.875); DC 9 (27.03-06.882); DC 64 (27.05.952); DC 66 (18.11.952); DC 86 (28.01.964); CMM 84 (18.08.972); LM [23] (18.07.[982]); DC 146 (16.07.985); DC 157 (21.03.989); LTPS 132 (22.02.994); LTPS 26 (01.04.1000).

⁷⁶⁴ DC 324 (15.02.1043); LTPS 34 (06.07.1044); DC 343 (18.10.1045); DC 345 (01.03.1046); DC 357 ([31.07.]1047); DC 358 (29.08.1047); DC 391 (1054); DC 398 (23.06.1056); DC 424 (25.08.1060); DC 428 (02.01.1061); DC 432 = DC 255 (02.08.1062); DC 455 (16.05.1067); DC 474 (04.[?].1068); DC 496 (27.02.1071); LTPS 38 (27.09.1071); DC 498 (28.09.1071); DC 505 (03.02.1073); DC 542 (26.02.1077); DC 573 (24.09.1079); DC 579 (02.04.1080); DC 593 (28.12.1080); DC 610 (1082); LTPS 4 (09.08.1083); DC 644 (22.08.1085); DC 651 (27.12.1085); DC 654 (12.01.1086); DC 662 (05.05.1086); LTPS 39 (29.03.1087); DC 682 (19.04.1087); DC 688 (16.07.1087); DC 689 (03.09.1087); DC 742 (19.08.1090); DC 743 (29.08.1090); DC 749 (18-22.04.1091); DC 755 (22.06.1091); DC 764 (23.11.1091); DC 865 (25.11.1097).

⁷⁶⁵ DP III 89 (10.11.1102); DP III 320 (05.02.1109); DP III 370 ([11].01.1111); LTPS 74 (23.05.1112); DP III 498 (28.02.1115); DP IV 381 (29.10.1123); LTPS 134 (24.02.1177); LTPS 135 (29.11.1177); LTPS 141 (1180).

⁷⁶⁶ LTPS 26 (01.04.1000) e DC 324 (15.02.1043).

⁷⁶⁷ LIMA, 1993: I, 38-39.

⁷⁶⁸ DP IV 381 (29.10.1123); LTPS 134 (24.02.1177).

mosteiro da Pendorada⁷⁶⁹. Entre estes documentos, *Anegia* é referida como «Valle Anegia» num documento de meados do século XI⁷⁷⁰; catorze vezes é, no entanto, indicada como «Urbs Anegie», incluindo uma que se refere ao «territorio urbis Anegie»⁷⁷¹. Entre estas referências é de salientar que, a partir da segunda metade do século XI, a Urbs Anegie está ligada ao território portugalense em nove documentos. Trata-se de um primeiro sinal da perda de «autonomia» da *civitas*? É difícil dizer, porque o problema surge na interpretação do significado do termo «território» caso a caso⁷⁷². Nos restantes documentos, apenas é mencionado o *territorium de Anegia*.

A este *corpus* documental há que acrescentar mais dois documentos. O primeiro é um documento de 922 cuja veracidade, ou, pelo menos, a datação, é ainda objeto de discussão; aí se lê: «in ripa de ipso dorio a porto civitatis anegia ecclesiam sancte marine»⁷⁷³. Um documento muito interessante porque é o único em que se menciona um porto diretamente ligado à estrutura da *civitas Anegia*, quer o documento date do início do século X quer, como é mais provável, do início do século XII⁷⁷⁴. Acrescente-se a isto um outro documento de 1120, em que se lê: «Sancti Michaelis de Inter Ambos Ribulos [...] ad radicem castro Anegie discurrunt flumina Durio vel Tamica»⁷⁷⁵. É a única vez que encontramos esta expressão. Algumas observações sobre este documento: Lima propõe que indique o «castro de Eja, ignorando por completo a *civitas* que se situa entre o castro e a referida igreja de São Miguel», referindo-se, assim, às ruínas do castro fortificado que se ergue na elevação, sobre a qual, numa cota inferior, se encontram os vestígios arqueológicos da *civitas Anegia*⁷⁷⁶. Para Barroca, poderia indicar o castelo da própria *civitas*⁷⁷⁷ e era, talvez, uma confirmação de como agora se considerava uma fortificação a par das outras, no território da *terra* de Penafiel. Apesar da sua importância evidente, a nível material temos provas escassas.

A sua localização na localidade de Eja, onde, atualmente, se encontra a pequena capela em honra de Nossa Senhora da Cividade, foi proposta no século XVIII e confirmada há algumas décadas por Almeida⁷⁷⁸. É interessante notar que a referência à *civitas* ainda está presente na microtoponímia atual. O pequeno esporão rochoso (com cerca de vinte metros

⁷⁶⁹ No entanto, temos de admitir que não parece haver qualquer referência a *Anegia* nos documentos desse mosteiro, datados de 1123 a 1140.

⁷⁷⁰ DC 357 ([31.07.]1047).

⁷⁷¹ DC 432 = DC 255 (02.08.1062).

⁷⁷² Sobre este assunto, ver o que está escrito na secção 1.2.1.

⁷⁷³ LP 81 (12.06.922).

⁷⁷⁴ Cf. TAVARES, 2013: I, 17-18.

⁷⁷⁵ DP IV 132 (16.06.1120).

⁷⁷⁶ LIMA, 1993: I, 39.

⁷⁷⁷ Barroca considera-o um dos «castelos rurais» da terra de Penafiel (BARROCA, 2017b: 133). O autor utiliza DP IV 381 (29.10.1123) como última referência («in villa Loeriz subtus mons Maurenti discurrunt ribulo Tamice territorio Anegia»), quando — ao mencionar o *Castro Anegie* no quadro — deveria ter sido utilizado o DP IV 132 (16.06.1120). No caso de uma indicação secundária da estrutura fortificada por referência ao território de *Anegia*, deveria ter sido utilizada o documento LTPS 141 (1180).

⁷⁷⁸ SANTOS, 2004: I, 28.

de diâmetro) onde se situava o centro administrativo da grande célula territorial pretendida por D. Afonso III foi certamente sujeito a obras, com o objetivo de aumentar o seu potencial defensivo natural⁷⁷⁹. A sua posição, a meio da encosta e não no topo da colina, é altamente estratégica, como salientou Lima:

*implantado num local situado cerca de 30 metros abaixo do ponto mais alto do declive em que se situa, este esporão não se salienta no horizonte visual de quem o observa de Leste. Ou seja, a implantação desta fortaleza ficaria disfarçada na paisagem para quem a olhasse a partir da zona onde a carraria antiga atravessava o Douro, mais a montante*⁷⁸⁰.

Além disso, a partir desta posição, é possível observar a foz do rio Tâmega e parte do curso do rio Douro. Tanto Almeida como Barroca encontraram *in situ* cerâmica medieval «arcaica», coeva dos inícios da «Reconquista»; Amaral e Teixeira referem cerâmica tardo-romana e medieval⁷⁸¹. No início dos anos de 1990, Lima, aproveitando uma limpeza da vegetação na zona, avistou alguns troços do que identificou como uma muralha. Já nessa altura, o arqueólogo sublinhava o facto, de apenas, uma escavação poder dar uma ideia de todo o perímetro da muralha e, eventualmente, fornecer mais informações sobre a estrutura⁷⁸². Santos, depois de mais de dez anos, não acrescentou muitas informações: «no recinto da capela é ainda visível um alinhamento de alicerces, e na parte inferior do esporão distingue-se o paramento de uma linha de muralha»⁷⁸³. Entre 2012 e 2014, a própria arqueóloga dirigiu escavações, que, embora estabeleçam uma ocupação definitiva do local entre o final da Antiguidade e o século XX, ainda não deram respostas suficientes às muitas questões que envolvem esta estrutura⁷⁸⁴. Esperemos que estas escavações, que estão paradas há demasiados anos, possam ser retomadas, permitindo eventualmente comparar os dados com os disponíveis para a *civitas* Santa Maria⁷⁸⁵.

No topo da elevação, localiza(va)-se o chamado «Castro de Eja», um povoado fortificado da Idade do Ferro, a que, provavelmente, se referia o documento de 1120, acima considerado. Não parece que este castro tenha sido reaproveitado durante a Idade Média: embora ainda não tenha sido alvo de escavações arqueológicas, foram encontradas *in situ* abundantes cerâmicas coevas e troços de muralha⁷⁸⁶.

O castelo cabeça de terra de *Penafiel de Canas* é mencionado diretamente na documentação apenas três vezes. Num documento de 1116, lê-se: «villa quo vocatur Palacioli sub

⁷⁷⁹ LIMA, 1993: I, 118.

⁷⁸⁰ LIMA, 1993: I, 118.

⁷⁸¹ ALMEIDA, LOPES, 1981-1982: 132; BARROCA, 1990-1991: 93; AMARAL, TEIXEIRA, 1998: 59.

⁷⁸² LIMA, 1993: I, 119.

⁷⁸³ SANTOS, 2004: II, 37.

⁷⁸⁴ Ver os breves relatórios das escavações de 2012 e 2014 nas fichas *Escavação (2012)* e *Escavação (2014)*, do Portal do Arqueólogo.

⁷⁸⁵ Sobre a *Civitas Santa Maria*, ver a secção sobre Santa Maria da Feira, no capítulo seguinte.

⁷⁸⁶ LIMA, 1993: I, 143.

castello Penafiel de Canas discurrente ribulo Sause territorio Portugalensis»⁷⁸⁷, enquanto nas *Inquirições* de D. Afonso III (1258) se faz referência a um episódio de administração da justiça (relativo a um homicídio) pelo *tenens*:

*Et dixit quod accidit una vice quod Dominus Menendus Munionis tenebat Terram de Penafiel et mandavit capere duos homines, et dederunt eos avis ipsius quod observarent eos in castello per forum quod debebant facere, et ipsi observandos captos fugiverunt ipsi capti, et propter hoc Dominus Menendus Munionis mandavit eis capere omnia que habebant, et fecit illam quintanam in ipso loco*⁷⁸⁸.

O mesmo *tenens* e, provavelmente, o mesmo episódio são também mencionados anteriormente, mas, desta vez, sem uma menção direta ao castelo:

*Interrogatus quot habebant ibi illi qui fecerunt homicidium, dixit quod ratione ipsorum venit Dominus Menendus Munionis, qui tenebat tunc temporis Terram Pennefidelis, et filiavit inde maiorem partem ipsius ville et ecclesie similiter*⁷⁸⁹.

Por fim, o codicilo ao primeiro testamento de D. Sancho, um documento redigido depois de 24 de março de 1188, menciona o castelo de *Penafiel*⁷⁹⁰.

A *terra de Pennafidele* é referida, pela primeira vez, em 1064 («in terra de Penafiel») e isso, como vimos noutros casos, pode ser um indício da existência do seu castelo cabeça de terra⁷⁹¹. Neste caso, todavia, os estudiosos apontam para a existência do castelo alguns anos antes: para Lima, Amaral e Teixeira desde 1047⁷⁹²; para Almeida e Barroca desde 1059⁷⁹³. Santos propõe 1059, mas sem excluir 1047⁷⁹⁴.

No documento de 1047, lê-se: «fuimus in penafidel de kanas ad ante domno garcia [...] et ante aliorum multorum et ante iudices»⁷⁹⁵. Trata-se de um caso em que as partes em litígio sobre os direitos da igreja de Santa Maria de Banhos parecem resolver a questão perante diferentes juízes e *domini loci*. Este parece ser um caso semelhante ao de Penamaior, já analisado quando tratámos do concelho de Paços de Ferreira. Pelo teor deste documento,

⁷⁸⁷ LTPS 75 (28.04.1116).

⁷⁸⁸ INQ. 584 a.

⁷⁸⁹ INQ. 578b-579a.

⁷⁹⁰ DS 31.

⁷⁹¹ LTPS 12 (09.07.1064). Localizámos mais dezassete documentos em que é mencionada: DC 451 (24.03.1066); LTPS 36 (15.08.1085); LTPS 5 (antes de 30.07.[1095]); LTPS 13 (1096); LTPS 15 (1105); DP III 320 (05.02.1109); LTPS 61 (1112); LTPS 75 (28.04.1116); DP IV 204 (23.10.1121); LTPS 42 (1131); LTPS 6 (1142); MA 83 (05.1144); LTPS 25 (1158); LTPS 2 (1168); LTPS 19 (1171); LTPS 10 ([1172]); LTPS 147 (1190).

⁷⁹² LIMA, 1993: I, 131; AMARAL, TEIXEIRA, 1998: 60.

⁷⁹³ ALMEIDA, 1978: 41; BARROCA, 2017b: 133; LM [45] = VIII (1059): «Et ad radice Penafidel villa cannas ab integro per suos terminos antiquos et cunctis».

⁷⁹⁴ SANTOS, 2004: I, 42; 2004: II, 34.

⁷⁹⁵ DC 357 ([31.07.]1047).

podemos imaginar *Penafidel de Kanas* como uma sede administrativa já ativa, e provavelmente também o seu castelo⁷⁹⁶.

O *domno garcia* mencionado é Garcia Muniz de Riba Douro⁷⁹⁷, que, atestado na documentação até 1065⁷⁹⁸, seria então o primeiro *tenens* desta terra⁷⁹⁹. O seu sucessor foi Egas Ermiges de Riba Douro, que o deteve seguramente em 1085: «In presentia de Domno Egas prolis Ermigiz per manu de suo Saion Menendo Pantaiz»⁸⁰⁰. Depois de Egas Ermiges, temos *Menendus Moniz*, que governou a *terra* de Penafiel durante muitos anos: talvez não de 1106 a 1154, como propõem Ventura, Amaral e Barroca⁸⁰¹, mas certamente de 1111 a 1139⁸⁰². Como vimos acima, é ele o *tenens* que manda prender e confiscar os bens de dois homens culpados de assassinio, pelo que podemos imaginar que o castelo poderia ter sido equipado com uma prisão e, neste caso, poderia ter uma estrutura mais complexa do que uma torre e um recinto já na primeira metade do século XII. Num documento régio datado de 23 de maio de 1146, é mencionado um *Guomçalo Rodriguiz*, mandatário de Penafiel, mas não temos elementos que nos indiquem com certeza se o fidalgo mandava nesta terra ou na terra (quase) homónima situada mais a norte, em território bracarense⁸⁰³. Para terminar, temos um «domno Ermi[gi] o Menendiz qui tenebat Penafiel», mencionado num documento datado entre 1162 e 1169⁸⁰⁴. Barroca indica-o como ativo entre 1150 e 1200⁸⁰⁵.

Os vestígios do castelo foram localizados, e situam-se no Alto do Castelo, na freguesia de Oldrões. Quando tentámos visitá-lo em setembro de 2017, acompanhados por Santos e alguns funcionários do Museu de Penafiel, não conseguimos chegar ao topo devido à densa vegetação. Todas as tentativas de acesso, depois de praticamente contornar a base da elevação, foram em vão. Ficámos tristes e sinceramente surpreendidos com a falta de cuidado com o local que, em 1993, Lima classificou como uma das mais importantes fortificações da região, e que, em 1998, Amaral e Teixeira declararam como um local a estudar e a preservar⁸⁰⁶. As suas expectativas foram evidentemente desiludidas, uma vez que, após a dissertação de mestrado

⁷⁹⁶ É também de notar que, antes desta referência, não existem documentos que mencionem esta localidade, pelo que podemos imaginar que o castelo não terá sido construído muito antes.

⁷⁹⁷ Sobre Garcia Moniz, ver LIMA, 1993: I, 79-80.

⁷⁹⁸ DC 391 (1054); DC 421 (31.12.1059); CMM 4 (17.04.1060); DC 428 (02.01.1061); DC 449 (30.12.1065).

⁷⁹⁹ Entre 1047 e 1061, de acordo com AMARAL, BARROCA, 2012: 350; SANTOS, 2004: 42; VENTURA, 1992: II, 1033. Certamente em 1047 para LIMA, 1993: I, 91.

⁸⁰⁰ Não consideramos correta a proposta de Amaral e Barroca para Monio Viegas de Ribadouro como sucessor de Garcia. O documento utilizado como suporte (DC 511, de 1078) referenciaria *Pennafidele de Covas*: AMARAL, BARROCA, 2012: 350. No que diz respeito a Egas Ermiges, apenas consideramos correta a LTPS 109 (05.08.1085), uma vez que a DC 572 (11.09.1079) se referiria, como vimos, ao *tenens* de *Benviver* (cf. secção sobre Marco de Canaveses).

⁸⁰¹ AMARAL, BARROCA, 2012: 350; VENTURA, 1992: II, 1033. O DR I 9 (01.02.1106) é falso.

⁸⁰² DR I 24 (09.05.1111): «Menendus Moniz continens Pennafiel»; DR I 122 (05.02.1132): «Menendo de Pennafide[le]»; LTPS 150 (05.1139): «Menendo Moniz qui tunc tenebat Penafidelis».

⁸⁰³ DR I 214.

⁸⁰⁴ LTPS 21 ([1162-1169]).

⁸⁰⁵ BARROCA, 2003b: 107.

⁸⁰⁶ LIMA, 1993: I, 131; AMARAL, TEIXEIRA, 1998: 60.

de Santos⁸⁰⁷, não temos conhecimento de que alguém se tenha voltado a ocupar do assunto. O local apresenta boas condições naturais de defesa e situa-se num ponto central do território da unidade administrativa medieval, encontrando-se, também, ao longo do trajeto da antiga via romana que atravessava a Ribeira de Camba⁸⁰⁸.

Relativamente à sua estrutura, em 1927, Aguiar descreveu três muros e algumas valas em torno do cumes; Lima e Santos escrevem nas suas publicações sobre os vestígios de um único muro. Em alguns locais, são evidentes os vestígios de terraplanagens para acentuar o declive natural; existe um fosso no lado noroeste. Lima tinha traçado alguns muros pertencentes a estruturas difíceis de interpretar (torre? Alojamento? Prisão para os dois assassinos anteriormente mencionados?)⁸⁰⁹. A estrutura, a partir de onde se administrava a justiça local, deve ter sido mantida, pelo menos, durante todo o século XIII⁸¹⁰. A cerâmica encontrada no local é abundante, sobretudo na zona do cumes: para Lima, a maior parte seria posterior ao século XII⁸¹¹. Por último, a figura de um guerreiro (com espada e escudo) gravada numa das rochas é peculiar. As opiniões sobre a sua datação continuam a ser contraditórias, mas, como não é fundamental para esta investigação, limitamo-nos a constatar que todo o espólio encontrado *in situ* pertence ao período medieval ou posterior⁸¹².

O *Mons Ordines* é mencionado em quarenta e nove documentos, datados entre 994 e 1177: dois documentos são do século X⁸¹³, catorze do século XI⁸¹⁴ e trinta e três (incluindo um inédito) do século XII⁸¹⁵. Mais uma vez, como nos outros casos analisados, nota-se uma diferença entre 1000 e 1044⁸¹⁶. Um documento do início do século XII é muito interessante, pois informa-nos sobre como a *villa Vldrianus* era «secus montem Ordinis»⁸¹⁷. Vimos como o castelo cabeça de terra de Penafiel esteve provavelmente ativo desde meados do século XI: porquê usar esta referência — recorde-se que Almeida também usa o exemplo de *Mons*

⁸⁰⁷ SANTOS, 2004.

⁸⁰⁸ LIMA, 1993: I, 131; AMARAL, TEIXEIRA, 1998: 60; SANTOS, 2004: II, 34.

⁸⁰⁹ AGUIAR, 1927. LIMA, 1993: I, 132-133. SANTOS, 2004: II, 34.

⁸¹⁰ LIMA, 1993: I, 131.

⁸¹¹ LIMA, 1993: I, 131; AMARAL, TEIXEIRA, 1998: 60. SANTOS, 2004: II, 34.

⁸¹² Sobre este assunto, ver, entre outros SOEIRO, 1984: 60 e bibliografia da nota 4; LIMA, 1993: I, 161. Ver também SANTOS, 2004: I, 96.

⁸¹³ LTPS 132 (22.02.994); LTPS 26 (01.04.1000).

⁸¹⁴ LTPS 34 (06.07.1044); LTPS 38 (27.09.1071); DC 498 (28.09.1071); DC 573 (24.09.1079); LTPS 4 (09.08.1083); DC 626 (09.03.1084); LTPS 36 (15.08.1085); DC 662 (05.05.1086); LTPS 39 (29.03.1087); DC 713 (29.09.1088); LTPS 100 (28.02.[1088-1103]); LTPS 88 (09.10.1090); DC 848 (04.04.1097); DC 884 (22.08.1098).

⁸¹⁵ LTPS 35 (25.02.1102); DP III 70 (30.04.1102); LTPS 46 (15.08.1102); LTPS 102 (24.03.1103); LTPS 98 (10.09.1103); LTPS 128 (05.05.1104); LTPS 93 (30.05.1104); LTPS 41 (13.08.1106); LTPS 92 (15.04.1107); LTPS 92 (15.04.1107); LTPS 45 (15.09.1107); LTPS 95 (06.10.1108); LTPS 114 (26.03.1109); LTPS 85 (20.08.1109); LTPS 81 (15.05.1111); LTPS 97 (1112); LTPS 124 (03.02.1113); LTPS 110 (06.07.1113); LTPS 57 (31.08.1113); LTPS 120 (11.06.1114); LTPS 101 (11.11.1114); LTPS 115 (23.04.1115); LTPS 96 (18.02.1117); LTPS 68 [ca. 1128 ou após 1128]; LTPS 42 (1131); LTPS 69 [1137]; PT/TT/MSJBP/004/0008 32 (1138): «Villa Vilella territorio [...] subtus mons Ordinis discurrante ribulo tamice»; LTPS 50 (13.12.1150); LTPS 20 (1152); LTPS 62 (12.12.1169); LTPS 134 (24.02.1177); LTPS 136 (14.04.1177); LTPS 135 (29.11.1177).

⁸¹⁶ LTPS 26 (01.04.1000) e LTPS 34 (06.07.1044).

⁸¹⁷ DP III 70 (30.04.1102).

Ordines para apoiar a sua teoria que interpreta a expressão «subtus mons/ad radicem montis (ou castris)» como indicativa de dependência política e militar⁸¹⁸ — quando esta localidade está claramente «abaixo» do castelo de *Penafiel de Canas*, situado em pleno território de Oldrões e a pouco mais de um quilómetro de distância? Provavelmente porque o *Mons Ordines* era um ponto de referência geográfico bem conhecido na região (há mais de um século), talvez também pelo seu passado mais antigo (castro da Idade do Ferro em duas das três localizações propostas para o próprio *Mons Ordines*) ou porque, como veremos, a sua localização pode não corresponder à proposta por Almeida. Acrescentamos também uma reflexão da Santos:

*parece-nos que esta recorrência de referências se pode relacionar directamente com o facto do castro de Ordins ter sido escolhido para georreferenciar o Mosteiro de Paço de Sousa, entrando assim para as fórmulas notariais do seu scriptorium em todos os testamentos, doações e vendas*⁸¹⁹.

Almeida e Barroca incluem-na nas suas listas de fortificações⁸²⁰, localizando-a na freguesia de Lagares, na localidade de Castelões de Ordins, onde se encontram as ruínas de um castro da Idade do Ferro⁸²¹. Aqui, de facto, não foram encontrados indícios de reocupação medieval — toda a cerâmica encontrada é castreja — e muito menos sinais de elementos defensivos atribuíveis a este período⁸²². Além disso, o local tem pouca visibilidade fora da área imediata e não pode ser corretamente descrito como um ponto estratégico.

Santos propõe também o vizinho Alto do Castro, onde se diz existir um circuito «de muralhas [...] marcado por uma coroa de pedras talhadas entre grandes penedos»⁸²³, tal como Lima, Amaral e Teixeira tinham feito anteriormente. O primeiro procurando localizações alternativas para o *Mons Ordines*, os segundos apontando a possibilidade de identificação incorreta do *Mons Ordines* «com base num anacronismo dos topónimos», teoria partilhada por Santos, que recorda como ambos os montes estão próximos da atual localidade de Ordins⁸²⁴. O que não é claro, porém, é com que base Amaral e Teixeira referem a existência de um local fortificado de ocupação medieval no Alto do Castro (e, de facto, não indicam qualquer bibliografia que sustente a proposta)⁸²⁵. Esta localização beneficia de uma melhor

⁸¹⁸ ALMEIDA, 1978: 25-27. No entanto, o autor sublinha também a importância de uma análise caso a caso, incluindo eventuais escavações arqueológicas em apoio das fontes documentais. Não podemos deixar de concordar plenamente: esta foi uma das principais razões da nossa investigação.

⁸¹⁹ SANTOS, 2004: I, 97. Sobre o mosteiro de Paço de Sousa, ver, entre outros LOPES, 2012.

⁸²⁰ ALMEIDA, 1978: 40; BARROCA, 2003b: 96; 2017b: 133, em que o autor propõe o *Mons Ordines* como um dos «castelos rurais» da terra de Penafiel, sugerindo como última referência escrita o DP IV 37, de 1117, quando já vimos que se trata da LTPS 135, de 1177.

⁸²¹ SOEIRO, 1984: 104.

⁸²² LIMA, 1993: I, 176; SANTOS, 2004: I, 97.

⁸²³ SOEIRO, 1984: 104.

⁸²⁴ LIMA, 1993: I, 177; AMARAL, TEIXEIRA, 1998: 61; SANTOS, 2004: I, 98.

⁸²⁵ AMARAL, TEIXEIRA, 1998: 61.

visão da zona envolvente e, sobretudo, das vias de comunicação⁸²⁶. Por esta razão, Santos associa e identifica este local com o *Mons Ordines* da documentação.

Lima, além das duas propostas anteriores, que, na altura da sua dissertação de mestrado, tinha descartado devido à ausência de evidências claras relacionadas com a presença de fortificações medievais, fez uma terceira proposta: a serra de São Domingos, localizada um pouco a oeste de Ordins, constituída por um conjunto de montes que não atingem os trezentos metros de altitude e que dividem as freguesias de Cabeça Santa, Lagares (Penafiel) e Sobreira (Paredes). Particularmente atraído pelo microtopónimo Castelo, situado a sul da serra, Lima inspecionou o local por quatro vezes, começando pelo terreno elevado a norte da localidade, passando, depois, por outras elevações situadas de ambos os lados do local onde se encontra a capela de São Domingos. Em nenhum destes locais foi encontrado qualquer indício que sugerisse a presença de elementos defensivos. Na elevação a este da capela, a que atinge a cota mais elevada (294 metros, segundo a carta do Centro de Informação Geoespacial do Exército — CIGeoE) e que apresenta boas condições de defesa natural, bem como uma boa vista na direcção norte até ao território de Paço de Sousa — mas não ao seu mosteiro —, há indícios de uma antiga atividade de extração de pedra. Refere-se ainda que o Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro indica a presença na serra de São Domingos de um «castelo roqueiro medieval com várias linhas de muralhas»⁸²⁷. Lima concluiu, sugerindo que o *Mons Ordines* da documentação poderia apontar para toda a serra, que é certamente mais imponente e tem um maior impacto visual na zona, do que os outros dois locais propostos⁸²⁸. Mais tarde, Lima parece ter mudado de opinião, talvez com base no que Santos propôs, identificando *Mons Ordines* com a localidade de Alto do Castro⁸²⁹.

Optámos, na fase atual da investigação, por não incluir o *Mons Ordines* na nossa lista de elementos defensivos, não excluindo que o Alto do Castro e Castelões de Ordins tenham sido — temporariamente — reutilizados em emergências.

Ao contrário do que Lima propôs na década de 1990, Santos identificou um castelo no Alto de São Domingos. Infelizmente, as coordenadas propostas não correspondem ao que é descrito sumariamente na sua dissertação de mestrado:

*foi o único castelo que seguramente identificámos na parte Poente do concelho, tratando-se de um pequeno monte de forma cónica, enquadrado por outros dois esporões, onde são visíveis vários entalhes e um amplo desazerro artificial, criando um fosso do lado Sudoeste*⁸³⁰.

⁸²⁶ «A sua implantação e situação topográfica permitem-lhe um controlo visual de uma área abrangente sobre o eixo viário que, vindo do Porto pela Serra de Valongo e passando o Sousa na ponte de Casconha, atravessava o concelho de Penafiel e bifurcava em direcção a Entre-os-Rios, para passagem do Douro para Sul, ou para Norte, em direcção a Amarante» (SANTOS, 2004: I, 98).

⁸²⁷ TEIXEIRA, AMARAL, RODRIGUES, 1990: nota 123.11 *apud* LIMA, 1993: 177.

⁸²⁸ Acrescentando que o nome poderá ter-se perdido após a construção da capela de São Domingos. LIMA, 1993: 177.

⁸²⁹ LIMA, 2013: 189.

⁸³⁰ SANTOS, 2004: II, 37.

Mais tarde, Lima incluiu São Domingos nas localidades fortificadas do concelho de Penafiel⁸³¹. Aceitamos esta proposta com reservas, sobretudo devido à escassez de informação reportada por Santos. Uma fortificação neste local poderá fazer sentido do ponto de vista estratégico⁸³²: situa-se, de facto, na fronteira com a terra de Aguiar de Sousa, apresentando um caso semelhante ao dos redutos defensivos do Chocal e do Alto do Picoto, que passamos a analisar.

Santos identifica o castelo de Chocal com o *Mons Batial* mencionado num documento de 1107; Lima, pelo contrário, identifica-o com o *Mons Petrafitá* que surge na documentação da viragem dos séculos XI e XII⁸³³. Santos designa-o por castelo de Chocal, e Lima por castelo de Água de Frades⁸³⁴. Santos justifica a sua escolha referindo que este castelo foi erradamente designado por castelo de Água de Frades; na realidade, este nome pertence a uma localidade situada do outro lado do Ribeiro dos Pedreiros, perto de Vez de Avis. Por este motivo, o topónimo mais correto para o local onde se encontram as ruínas da fortificação é Chocal⁸³⁵. No entanto, ambos se referem à mesma estrutura. Mais tarde, de facto, Lima referiu-se-lhe como castelo de Chocal/Água de Frades⁸³⁶.

Visitámos esta estrutura em setembro de 2017, acompanhados por Santos, a quem agradecemos o tempo dispensado. O mau tempo dificultou a excursão, mas permitiu-nos conhecer o local *de visu* e ter o nosso primeiro contacto material com as ruínas de uma estrutura fortificada medieval portuguesa.

Santos relata que este reduto militar estava rodeado por duas linhas de muralhas «que integravam, no seu perímetro, os dois enormes batólitos graníticos que aí se encontram, do cimo dos quais se desfruta de um alcance visual invejável»⁸³⁷. Lima acrescenta que a primeira muralha, a que circunda a parte «central» da fortificação, delimitando um pequeno recinto, tem entre 1,6 e 2 metros de espessura. Este muro é constituído por pedras toscas de pequenas e médias dimensões, enquanto a parte interior seria preenchida com pedras e gravilha⁸³⁸. A segunda muralha, por sua vez, está muito mais danificada: do lado oeste, apenas se vislumbra⁸³⁹. Pertencia também a esta estrutura uma provável torre, ligada à entrada do recinto defensivo (como no castelo de Matos e talvez em Arouca?)⁸⁴⁰. Santos e Lima não referem ter encontrado fragmentos de cerâmica; Amaral e Teixeira, por seu lado, afirmam que os poucos

⁸³¹ LIMA, 2013: 189.

⁸³² É interessante notar que, a poucas centenas de metros, se encontrava o mosteiro de São Tiago de Fonte Arcada.

⁸³³ DC 844 (06.03.1097); LTPS 129 (28.09.1107); DP IV 175 (12.04.1121).

⁸³⁴ SANTOS, 2004: II, 33; LIMA, 1993: I, 182-183. O mesmo acontece com Amaral e Teixeira, que, provavelmente, caem no mesmo erro, utilizando como fonte o trabalho de Lima: AMARAL, TEIXEIRA, 1998: 61, 75.

⁸³⁵ SANTOS, 2004: I, 99.

⁸³⁶ LIMA, 2013: 189.

⁸³⁷ SANTOS, 2004: I, 99.

⁸³⁸ LIMA, 1993: I, 183.

⁸³⁹ SANTOS, 2004: II, 33.

⁸⁴⁰ AMARAL, TEIXEIRA, 1998: 61.

que encontraram são medievais, mas de difícil datação. Os dois propõem ainda duas fases para esta estrutura: a primeira como «abrigo-cercado», a segunda como castelo militar⁸⁴¹.

Além da importância do controlo da via subjacente, é muito interessante o que Santos refere, ou seja, como esta estrutura deve ter desempenhado um papel primordial na constituição da nova terra de Penafiel, cujo limite este, entre os séculos XI e XII, se situava precisamente nesta área. O castelo terá tido, portanto, uma importante função defensiva e, por essa razão, uma vez que foi objeto de manutenção constante, chegou até nós «em muito bom estado de conservação»⁸⁴². Declaração questionável.

O Alto do Picoto situa-se no lado oposto ao castelo de Chocal, fortificação com a qual se destinava, provavelmente, a controlar uma antiga via de passagem, que Lima identificaria com a *strata Lepor* mencionada num documento de 1109⁸⁴³. Daqui tem-se uma boa vista, nomeadamente do vale do Maureles a noroeste. Santos descreve-o como um excelente exemplo de castelo roqueiro. Apesar de não lhe ter sido possível para reconstituir corretamente a planta, a localidade apresenta muitos entalhes nas rochas que não deixam dúvidas quanto à presença de um elemento defensivo. É fácil reconhecer o acesso à estrutura propriamente dita, através de uma passagem estreita criada por duas grandes rochas onde se observam vários entalhes laterais, talvez para a fixação de uma porta; além disso, no centro da passagem entre as duas rochas «encontra-se enterrada uma laje muito polida com um gonzo escavado»⁸⁴⁴.

Lima identifica o Alto do Picoto com o *Mons Batial*. Um breve reconhecimento *in situ* no início dos anos de 1990 não produziu quaisquer resultados⁸⁴⁵. Acrescentemos o facto que, a este destas duas fortificações, está «alinhado» com estas o sítio do Alto do Facho de Maureles, que já analisámos na secção sobre Marco de Canaveses. Juntamente com o castelo do Alto do Picoto, a provável estrutura que aqui se ergueu poderá ter servido para controlar a via paralela à *strata Lepor*.

Mons Petroselo surge em sete documentos: apesar do número limitado, estes cobrem um período de mais de dois séculos, de 882 a 1102⁸⁴⁶. Em todos é referido apenas pelo termo *mons*, provavelmente porque indicava uma parte particularmente rochosa da serra de Luzim e não uma estrutura defensiva. O diminutivo poderá sugerir um *mons* menor, que não atinge uma altitude muito elevada.

Santos identifica o *Mons Petroselo* com um castelo que localizou no monte Talefe («monte rochoso situado no coração da Serra de Luzim» que se encaixa no adjetivo *Petroselo*), situado entre as localidades de Peroselo e Duas Igrejas. Independentemente de se identificar ou não

⁸⁴¹ AMARAL, TEIXEIRA, 1998: 61.

⁸⁴² SANTOS, 2004: I, 99-100.

⁸⁴³ LIMA, 1993: I, 265. DP III 320 (05.02.1109).

⁸⁴⁴ SANTOS, 2004: I, 100; SANTOS, 2004: II, 33.

⁸⁴⁵ LIMA, 1993: I, 146.

⁸⁴⁶ DC 9 (27.03-06.882); CMM Fonte 1 (18.10.943); DC 324 (15.02.1043); DC 398 (23.06.1056); LM [45] = VIII (1059); LTPS 126 (25.07.1096); DP III 89 (10.11.1102). Barroca inclui-o na lista dos castelos cristãos documentados antes do ano 1000 (BARROCA, 2003b: 96).

com o *Mons Petroselo*, a notícia mais importante é que, no local, «são bem visíveis os derrubes decorrentes da destruição da fortificação aí existente, comprovada pelo facto de vários dos silhares dispersos pela encosta se apresentarem nitidamente talhados e afeiçãoados»⁸⁴⁷. Lima propôs inicialmente a sua localização na encosta oposta (numa localidade assinalada no mapa do CIGeoE como Castilhão, um lugar que, aparentemente, não existe na toponímia local; os habitantes da zona indicam o local como Rinchão⁸⁴⁸), mas, mais tarde, comunicou que já não tinha a certeza desta proposta⁸⁴⁹. Almeida e Barroca incluem-na na sua lista de fortificações, indicando apenas a sua localização no lugar de Peroselo⁸⁵⁰.

Castro Azarias surge diretamente em dois documentos. O primeiro, de 1059 («et ad radice castro Azarias villa Pratuantille»⁸⁵¹); o segundo, de 1099 («hereditate habet iacentiam in Villa Nova et in Arravalde et in Arrua subtus mons Eiras ex alla parte Crasto de Azarias discurrente rivulo Tamice territorio Portugalensis»⁸⁵²). Quanto à etimologia do nome, Almeida propôs uma ligação à presença de tropas, enquanto Lima referiu, citando Moreira, que poderia derivar de um nome próprio⁸⁵³. Tendemos para esta segunda hipótese, embora menos fascinante, uma vez que no documento de 1059 se: «et inter riualo Sausela et Sequeiros de tota ipsa villa que in medio iacet ubi Iafar habitat IIIª integra»⁸⁵⁴. «Onde vive Iafar» é uma pista interessante de uma — provável — presença moçárabe na zona. E, em apoio deste facto, podemos acrescentar um outro documento de 1116, em que se lê: «in illa area de Azarias [...] sub illa estrata que vadit ad Moazáres»⁸⁵⁵. Este documento poderia ter-nos feito inclinar para a proposta de Santos de identificar o *Castro Azarias* com o monte Crasto, na freguesia de Santa Marta⁸⁵⁶. As indicações fornecidas por Soeiro, por outro lado, sugerem uma localização mais a leste, em Cristêlo (freguesia de Croca)⁸⁵⁷. Esta segunda hipótese estaria de acordo com as propostas de Almeida, Lima e Barroca para a localização de *Castro Azarias*⁸⁵⁸. No entanto, na

⁸⁴⁷ SANTOS, 2004: I, 101.

⁸⁴⁸ LIMA, 1993: I, 184.

⁸⁴⁹ Correspondência setembro-outubro de 2019. Não propôs, no entanto, a sua identificação com o Alto do Facho, como Santos (erradamente) sugeriu (SANTOS, 2004: I, 101).

⁸⁵⁰ ALMEIDA, 1978; BARROCA, 2017b: 132.

⁸⁵¹ LM [45] = VIII (1059).

⁸⁵² MA 169 (05.1199). Santos, Barroca e Almeida não utilizam este documento. Lima, por outro lado, utiliza-o (LIMA, 1993: II, 112).

⁸⁵³ ALMEIDA, 1978: 30, citando como fonte VITERBO, 1798-1799; LIMA, 1993: I, 145.

⁸⁵⁴ LM [45] = VIII (1059).

⁸⁵⁵ LTPS 73 (26.08.1116). Sobre Moazáres, Santos escreve: «Moazáres, a antiga paróquia sediada na Capela de Santa Luzia e que corresponde hoje a Penafiel» (SANTOS, 2004: I, 124).

⁸⁵⁶ «Monte da freguesia de Santa Marta, cujo topónimo é indicativo da existência de um povoado castrejo e/ou estrutura militar medieval, na base do qual apareceram fragmentos de cerâmica medieval, e que poderá possivelmente identificar-se com o *Mons Castro Mundino*, referido em 1140 e 1141 [MA 76 e MA 79], ou o *Castro Azarias*, mencionado em 1059 [PMH, DC 420]» (SANTOS, 2004: II, 44).

⁸⁵⁷ Comunicação oral e correspondência posterior, em outubro de 2019. Gostáramos de aproveitar esta oportunidade para agradecer à professora Soeiro (FLUP-CITCEM) pelo seu tempo. Sobre Cristêlo, Santos escreve: «Pequeno monte da freguesia de Croca, indicativo da existência de um povoado castrejo e/ou estrutura militar medieval» (SANTOS, 2004: II, 45).

⁸⁵⁸ Os primeiros dois incluem *Castro Azarias* nas suas listas de fortificações (ALMEIDA, 1978: 30; BARROCA, 2017b: 132; LIMA, 1993: I, 145).

atual fase da nossa investigação, não há resultados relacionados com este segundo local que sugiram uma sua reutilização⁸⁵⁹, nem (e sobretudo) a presença de uma estrutura defensiva ativa na época medieval, quer através da reutilização de fortificações antigas quer construída *ex novo*. Poderíamos apontar para uma possível utilização de *Castro Azarias* entre os séculos IX e XI. Esta estrutura terá perdido a sua funcionalidade já na segunda metade do século XI. Consideramos a informação sobre a fortificação como secundária, em documentos que, pelo contrário, utilizam o *Castro Azarias* como ponto de referência geográfico para a localização de propriedades e *villae*.

Uma situação semelhante ocorre no caso do *Mons Castro Mondin*, documentado entre 1065 e 1141. O primeiro documento, erradamente datado de 1063 por Amaral, é corrigido para 1065 por Mattoso: «in loco Picotas subtus mons Castro Mondin, discurrante ribulo Sausa, territorio Portucale»⁸⁶⁰. Aparentemente, este documento não foi utilizado por nenhum dos estudiosos que se dedicaram ao tema. De facto, todos datam *Castro Mondin* a partir do segundo documento de 1140: «in loco predicto que vocitant Lauredo et in Sancti Iacobi subtus mons Castro Mandino discurrante ribulo Sausa territorio Portugalensis»⁸⁶¹. O último documento em que é mencionado é do ano seguinte: «in loco predicto quod vocitant Moazares subtus mons Castro Mandino discurrante ribulo Sousa territorio Portugalensis»⁸⁶².

Etimologicamente, começámos por ligá-lo à palavra latina *mundus*, limpo⁸⁶³. Este adjetivo pode ser justificado pela corografia do próprio monte (sem árvores) ou pode estar ligado a um hipotético proprietário, chamado *Mondinus*⁸⁶⁴. Acrescente-se que o significado proto-germânico do termo mundo, talvez testemunhando uma reutilização, pelo menos no período visigótico, de uma estrutura antiga, está relacionado, entre outros, com segurança e proteção, termos bem adequados a um ponto fortificado⁸⁶⁵. Quanto à sua localização, tendo também em conta a menção no documento de 1065 do *loco Picotas* — identificável com o atual Picoto (entre Penafiel e Santa Marta) —, podemos propor duas localizações possíveis: a primeira onde atualmente se encontra a capela de Santa Luzia, e onde foram encontrados materiais da época romana e possivelmente do início da Idade Média⁸⁶⁶; a segunda, na sequência da proposta da Santos, identificando *Castro Mondin* com o monte Castro, na freguesia de Santa Marta⁸⁶⁷.

Tal como no caso de *Castro Azarias*, não é de excluir uma utilização ocasional do *Castro Mondin* entre os séculos IX e XI. É provável que a estrutura tenha perdido a sua

⁸⁵⁹ «Não creio que o *Castro de Azarias* tenha ocupação da Idade do Ferro, ainda que não se possa descartar porque não foi escavado». Assim nos informou a professora Soeiro (correspondência de outubro de 2019).

⁸⁶⁰ AMARAL, 1806: 181, nota 216; MATTOSO, 2002b: 16.

⁸⁶¹ MA 76 (30.12.1140); SANTOS, 2004: I, 95; ALMEIDA, 1978: 40; BARROCA, 2017b: 133; LIMA, 1993: I, 171. Almeida e Barroca incluem *Castro Mondin* na sua lista de fortificações.

⁸⁶² MA 79 (13.05.1141).

⁸⁶³ «Móndo», disponível em <<https://www.etimo.it/?term=mondo&find=Cerca>>.

⁸⁶⁴ BOULLÓN AGRELO, 1999: 320.

⁸⁶⁵ «Mundō», disponível em <<https://en.wiktionary.org/wiki/Reconstruction:Proto-Germanic/mund%C5%8D>>.

⁸⁶⁶ LIMA, 1993: I, 171; SOEIRO, 1984: 89.

⁸⁶⁷ SANTOS, 2004: II, 44.

funcionalidade já na segunda metade do século XI. Também neste caso, consideramos a informação sobre a fortificação como secundária, em documentos que, pelo contrário, utilizam *Castro Mondin* como ponto de referência geográfico.

Castro Boiefa é mencionado apenas em dois documentos do início do século XII: «habeo in villa de Lamas [...] in villa Gallegos subtus mons Ordinis ad radicem castris Boiefa territorio Portugalensis prope arrugio Cavalluno discurrere ribulo Sause» e «in villa Gallegos subtus castris Aboiefa quam ganavimus de Adefonso»⁸⁶⁸. Neste caso, felizmente, não temos dúvidas quanto à sua localização: corresponde ao castro de Abujefa, situado na freguesia de Gallegos, um grande castro romanizado da Idade do Ferro⁸⁶⁹. O que não é claro é se a antiga fortificação foi ou não reutilizada na época medieval. Lima refere não ter encontrado no local qualquer fragmento de cerâmica que não fosse da Idade do Ferro. O mesmo arqueólogo, e, mais tarde, Amaral e Teixeira, não excluem a possibilidade de o sítio ter sido reaproveitado na época medieval (os dois acrescentam que encontraram cerâmica medieval no local), justificando esta hipótese quer pelo contacto visual com o castelo de Penafiel quer por uma visão ampla do vale do Sousa —, mais concretamente do território do lugar de Paço de Sousa — zona não visível do castelo cabeça de terra⁸⁷⁰.

Santos escreve que são dadas pistas possíveis a favor de um castelo medieval «pela presença de cerâmicas medievais e de um grande fosso, embora não estejamos completamente convencidos de que o fosso seja efectivamente de época medieval»; e acrescenta que a extensão do sítio não permitiu a descoberta de vestígios claramente relacionáveis com uma estrutura militar⁸⁷¹. Barroca inclui *Castro Boiefa* na sua lista de «castelos rurais» da *terra* de Penafiel⁸⁷². Quanto a nós, podemos assumir que o local albergava um posto de vigia, talvez, em parte, construído com material perecível, e provavelmente ativo entre os séculos XI e XII. Pensamos que a referência nos documentos é utilizada como uma indicação geográfica, ligada aos restos do castro da Idade do Ferro, um ponto conhecido e «caracterizador» dessa parte do território, e não à (possível) estrutura medieval.

Santos refere ter encontrado no território de Luzim, junto à localidade de Paços, uma provável estrutura defensiva, reconhecível «através de entalhes nos rochedos e de um derube claramente artificial». Não foi possível mapear o sítio, que é de difícil acesso devido à vegetação densa, e não há registo de material *in situ*. Santos propõe a sua identificação com o *Mons Lebor* ou o *Mons Macanaria*⁸⁷³. As informações fornecidas são muito ténues, mas vimos como a arqueóloga, nos seus trabalhos, indica claramente quais são apenas os sítios propostos e quais são os sítios que considera fortificados. Por isso, aceitamos inscrever este

⁸⁶⁸ LTPS 80 (18.06.1107); LTPS 78 (18.09.1117).

⁸⁶⁹ SOEIRO, 1984: 96-98.

⁸⁷⁰ LIMA, 1993: I, 148-149; AMARAL, TEIXEIRA, 1998: 60.

⁸⁷¹ SANTOS, 2004: II, 34.

⁸⁷² BARROCA, 2017b: 133.

⁸⁷³ SANTOS, 2004: I, 100; 2004: II, 35. Ver, a seguir, as considerações sobre os dois montes mencionados.

«castelo» na nossa lista, obviamente com reservas e na expectativa (muito improvável) de futuras escavações.

O Alto do Facho é uma pequena elevação situada no território da freguesia de Perozelo. Na década de 1980, Soeiro referiu ter localizado um «povoado fortificado, com muralhas e plataformas horizontalizadas», cuja cronologia não pôde ser definida⁸⁷⁴. A notícia também foi relatada por Lima: evidentemente, quase uma década depois, nenhuma nova exploração havia sido realizada⁸⁷⁵. Santos assume para esta localização a presença de um «facho, atalaia ou castelo», sem, no entanto, justificar esta proposta com outros elementos além do que é relatado por Soeiro e da presença de uma sepultura rupestre inacabada nas proximidades⁸⁷⁶. Mais tarde, Lima também o propôs como local duma fortificação⁸⁷⁷. Com base no seu nome, poderíamos, com reservas, propor a presença de um atalaia. Hoje, o local está definitivamente alterado devido à ação de uma pedreira.

No território da freguesia de Cabeça Santa, encontramos uma localidade com o nome evocativo de Castilhão. Santos propõe, com reservas, que ali poderia ter sido construído um castelo, mas afirma que, devido à densa vegetação, não conseguiu proceder a uma inspeção e baseia-se no que Soeiro relatou oralmente: «alguns anos atrás, após um incêndio que “limpou” o monte, ainda se viam vários alinhamentos de muros que poderiam pertencer a um troço de muralha»⁸⁷⁸. Lima, intrigado com o topónimo, também o visitara no início dos anos de 1990, verificando que a área já se encontrava alterada pela presença de uma pedreira e de algumas habitações. Durante a inspeção, não encontrou nem material de superfície nem indícios de uma fortificação, exceto algumas concentrações de pedra alinhadas⁸⁷⁹. Curiosamente, Castilhão é descrito como «castelo roqueiro medieval, com várias linhas de muralhas» no Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro⁸⁸⁰. Mais tarde, Lima reavaliou completamente este sítio (mas sem acrescentar novas informações), incluindo-o numa lista de fortificações da zona⁸⁸¹. No atual estado da investigação, não concordamos com esta proposta.

Existem cinco documentos que mencionam *Monte Clauso*, datados entre o finais do século XI e o término do século XII. O mais antigo data de 1097: «in villa que vocitant Ribulos de Molinos subtus mons Monte Clauso discurrante ribulo Tamice in loco ubi dicent illas canales»⁸⁸². Os outros quatro, incluindo um inédito, são do século seguinte, com algumas dúvidas quanto à data do último, que o editor da fonte propõe ter sido escrito por volta

⁸⁷⁴ SOEIRO, 1984: 55.

⁸⁷⁵ LIMA, 1993: I, 184.

⁸⁷⁶ SANTOS, 2004: II, 35-36.

⁸⁷⁷ LIMA, 2013: 189.

⁸⁷⁸ SANTOS, 2004: II, 36.

⁸⁷⁹ «Se efectivamente de muralhas se trata, não podemos garantir. Se todas o forem de facto, não se deve tratar de um castelo» (LIMA, 1993: I, 197).

⁸⁸⁰ TEIXEIRA, AMARAL, RODRIGUES, 1990: nota 124.16. Cit. em LIMA, 1993: I, 197.

⁸⁸¹ LIMA, 2013: 189.

⁸⁸² DC 856 (06.08.1097).

de 1190⁸⁸³. Infelizmente, não é fácil determinar a sua localização. Foram apresentadas três propostas, duas por Lima e uma por Santos. O primeiro local coincidiria com a localidade dos crastos, situada a sudoeste do atual povoado e conhecida pela presença de um povoado da Idade do Ferro⁸⁸⁴. Aqui, Lima encontrou apenas fragmentos de cerâmica coevos ao povoado castrejo, bem como prováveis alicerces de muros. É certo que o sítio apresenta excelentes condições de defesa natural e permite também uma boa visão do curso do Tâmega, mas não forneceu ao arqueólogo qualquer pista de uma possível reutilização no período medieval. A segunda localização possível coincidiria com o local onde atualmente se situa o santuário de Nossa Senhora dos Remédios, mesmo à saída do centro da vila. Como refere Lima, a localização é estratégica e permite uma boa visão da encosta sul e do Tâmega, mas as obras para a construção do edifício religioso alteraram completamente a área⁸⁸⁵. A proposta de Santos coincidiria antes com a localidade do Penedo da Pena, situada a norte da cidade, na parte sul do maciço da serra de Luzim. A atual diretora do museu de Penafiel, no entanto, também propõe, como veremos mais adiante, este local como possível localização/identificação do *Mons Anspéron*⁸⁸⁶. Apoiamos a primeira hipótese de Lima, uma vez que o nome se refere a um espaço fechado, indicando, provavelmente, as muralhas de um povoado da Idade do Ferro. O nome é certamente evocativo, mas não é suficiente para provar a existência de uma estrutura fortificada (re)utilizada na época medieval. No atual estado da investigação, como não podemos identificar com certeza a localização do sítio, não nos parece possível incluí-lo na lista de estruturas fortificadas ativas para o período analisado. Barroca inclui-o na lista dos «castelos rurais» da *terra* de Penafiel⁸⁸⁷.

Merece ainda referência o sítio arqueológico conhecido como Suvidade de São Mamede de Recezinhos, onde a campanha de escavações de 1985 identificou uma pequena elevação a cerca de dez metros dos campos circundantes, aparentemente artificial, cuja ocupação pode ser datada desde a Idade do Bronze, passando pelas épocas castreja e romana, pela Idade Média (cerâmicas dos séculos XII e XIII) e, ocasionalmente, pelo início do século XIX (guerras napoleónicas)⁸⁸⁸. Soeiro propõe a identificação com a *civitas* mencionada nas *Inquirições* de D. Afonso III (1258), em que se lê: «et dixit quod unus mons qui vocatur Civitas fuit muratus et fuit castrum ex veteri, et laborant ipsum montem in fine»⁸⁸⁹. Não encontramos qualquer referência a esta (possível) fortificação na documentação anterior, e não consideramos que a presença de cerâmica seja, por si só, suficiente para propor a sua reutilização como elemento defensivo ativo no período cronológico estudado.

⁸⁸³ DP IV 31 (03.01.1117); DP IV 204 (23.10.1121); PT/TT/MSJBP/004/0008 11 (1134): «Villa Palacio subtus mons Monte Clauso discurrante ribulo Tamice territorio Portukalense»; TMH 673 (finais do século XII?).

⁸⁸⁴ SOEIRO, 1984: 95; SILVA, 1986: nota 399.

⁸⁸⁵ LIMA, 1993: I, 153-154.

⁸⁸⁶ SANTOS, 2004: II, 45. A autora não utiliza o DP IV 31 e o TMH 673.

⁸⁸⁷ BARROCA, 2017b: 133. O autor não utiliza o TMH 673.

⁸⁸⁸ SOEIRO, 1985-1986: 15-26.

⁸⁸⁹ INQ. 602.

Um documento de 1108 nomeia um genérico *monte castro*: «in villa aput Veteres inter monte Castro et villa Palacioli territorio Portugalense»⁸⁹⁰. Pensamos que pode ser identificado com o monte junto à Quinta do Crestelo⁸⁹¹. Consideramos o documento interessante por duas razões. A primeira é o facto de termos provas arqueológicas de uma ocupação da Idade do Ferro⁸⁹² (mais um exemplo da perceção que os homens medievais tinham dos vestígios antigos com o uso do termo castro?); a segunda, é que este sítio fica a poucas centenas de metros do mosteiro de Paço de Sousa. Se pensássemos num local fortificado «pronto a usar», mesmo para uma reutilização temporária, proporíamos este local, e não o mais distante *Mons Ordinis*.

A documentação de arquivo menciona muitos outros *mons* no atual concelho de Penafiel. Estes são frequentemente mencionados em pouquíssimos ou nenhuns documentos. Consideramos estes *montes* como referências geográficas para a localização de propriedades e *villae*, não indicando ou identificáveis com estruturas defensivas. Procedemos à sua análise, apresentando-os com base na sua primeira referência escrita.

Alpem Morsdoma é mencionada num documento de meados do século XI: «in villa quos nuncupant Retorta suptus alpem Morsdoma in ripa Sausa territorio Portugalensem»⁸⁹³. A utilização do termo *Alpem* deve indicar uma elevação destacada das restantes: na zona da Retorta, o único monte com estas características é o atual monte de São Simão (na freguesia de Urrô), definitivamente alterado pela construção da capela e do parque de merendas adjacente⁸⁹⁴.

Mons Asperonis está referenciado em cinco documentos datados entre 1079 e 1139⁸⁹⁵. Almeida e Barroca incluem-no nas suas listas de elementos defensivos, localizando-o na freguesia de Vila Cova⁸⁹⁶: deverá corresponder ao monte Áspero, onde Santos identificou vestígios de um povoado da Idade do Ferro «sem no entanto termos encontrado qualquer vestígio aparente de uma estrutura militar medieval»⁸⁹⁷.

Lima, por seu lado, propõe a identificação com o monte de Esporão (freguesia de Rio de Moinhos), entendido na sua totalidade, e não correspondendo a um ponto preciso. A localidade beneficia de uma ampla vista sobre a zona envolvente, está em contacto visual com *civitas Anegia* e, na sua base, «deveria passar a via romana que [...] se dirigia para Norte,

⁸⁹⁰ LTPS 94 (18.09.1108). Apenas Santos a menciona na sua obra, incluindo-o na tabela dos *montes* da *terra* de Penafiel (SANTOS, 2004: I, 94).

⁸⁹¹ «Sítio no lugar de Santos lios [*sic*] na freguesia de Paço de Sousa, indicativo de povoado castrejo e/ou estrutura militar» (SANTOS, 2004: II, 45). A autora não parece querer propor a sua identificação com Cristelo de Paços de Sousa (ver nota seguinte), nem sequer sugere a sua identificação com a localidade mencionada no documento de 1108.

⁸⁹² SOEIRO, 1984: 100.

⁸⁹³ DC 370 (11.11.1048). Santos atribui este documento ao *Mons Bendoma* (SANTOS, 2004: I, 94).

⁸⁹⁴ LIMA, 1993: I, 173.

⁸⁹⁵ DC 569 (25.07.1079); DC 593 (28.12.1080); CMM 3 (25.06.1092); DP IV 100 (06.08.1119); CMM 89 (20.08.1139).

⁸⁹⁶ ALMEIDA, 1978: 30; BARROCA, 2017b: 133, em que o autor indica o DP IV 100, de 1119, como a última referência, enquanto nós temos o CMM 89, de 1139.

⁸⁹⁷ SANTOS, 2004: II, 45.

rumo ao castelo de Penafiel de Canas»⁸⁹⁸. Hoje, o monte está completamente desfigurado pela ação de várias pedreiras. Santos, depois de analisar as propostas, considera-as ambas válidas, mas privilegia a de Lima devido à natureza da elevação: «o monte do Esporão tem as condições ideais para ser tido como vigia, e como ponto de referência, de qualquer sítio, pelo que seria pouco ortodoxo não ser utilizado na documentação para o enquadramento de propriedades». Além disso, na sequência de uma inspeção, a estudiosa não dá qualquer notícia sobre possíveis indícios de fortificações, mas acrescenta que o local «apresenta condições ótimas de implantação para uma estrutura de vigia, um facho ou uma atalaia, e até mesmo para um castelo»⁸⁹⁹. A arqueóloga propõe, então, um outro local para o *Mons Asperonis*: a localidade do Penedo da Pena, situada na encosta sul do monte do Esporão, que, no entanto, refere não ter podido visitar para confirmar a presença de vestígios antigos⁹⁰⁰. Privilegiamos a hipótese de Lima. Não podemos negar que o local poderia ter albergado um ponto de vigia, uma atalaia, atualmente impossível de localizar; pensamos que a sua menção nas fontes escritas deve ser entendida como uma referência ao próprio monte e não a (quaisquer) estruturas defensivas.

Mons Alvugates é mencionado em dois documentos: um do final do século XI, e outro da segunda metade do século XII⁹⁰¹. Barroca localiza-o na freguesia de Oldrões e inclui-o nos «castelos rurais» da *terra* de Penafiel; Santos limita-se a incluí-lo na lista dos *montes* pertencentes à mesma *terra*⁹⁰². Lima sublinha a importância da origem árabe do nome, ligada a conceitos de vigilância (segundo Aguiar), mas acrescenta que, de acordo com Moreira, se trata de um topónimo de origem árabe, mas derivado de um nome próprio⁹⁰³. Aguiar propõe também a identificação deste monte (ou melhor, destes montes, porque o termo indicaria genericamente um conjunto de montes) com uma primeira linha de fortificações de apoio ao castelo de *Penafiel de Canas*, ainda visível, segundo o autor, no seu tempo⁹⁰⁴. Lima identifica estas serras com as que dividem os lugares de Oldrões e Perozelo, e que estão indicadas no mapa do CIGeoE com o sugestivo nome de Castilhão, embora não exista qualquer referência local para este topónimo⁹⁰⁵. Após uma visita, o próprio Lima afirma que, além da boa visibilidade para leste e oeste, «não detectamos quaisquer vestígios evidentes de fortificação»⁹⁰⁶.

Mons Mensa é mencionado apenas num documento do final do século XI: «in villa Losidi que est subtus mons Mensa et Asperon prope ripa Tamega [...] in loco nominato vila

⁸⁹⁸ LIMA, 1993: I, 144-145.

⁸⁹⁹ SANTOS, 2004: I, 103-104.

⁹⁰⁰ SANTOS, 2004: I, 104.

⁹⁰¹ DC 689 (03.09.1087); LTPS 87 (05.1168).

⁹⁰² BARROCA, 2017b: 132, em que o autor indica como última referência o DC 689, de 1087; SANTOS, 2004: I, 94.

⁹⁰³ LIMA, 1993: 143, 206, nota 46.

⁹⁰⁴ AGUIAR, 1927.

⁹⁰⁵ LIMA, 1993: I, 142-143. Sobre esta localidade, Santos escreve: «CASTILHÃO: Monte da freguesia de Peroselo, integrado no maciço da Serra de Luzim, na parte central virada a Poente, indicativo de estrutura militar», localizando-o a sul de onde Lima nos sugeriu situar-se o *Mons Alvugates* (SANTOS, 2004: II, 45).

⁹⁰⁶ LIMA, 1993: I, 143.

Sala»⁹⁰⁷. Tanto Almeida como Barroca o incluem na sua lista de fortificações, localizando-o, o primeiro com algumas reservas, no território de Luzim; Santos é da mesma opinião⁹⁰⁸. Por outro lado, Lima, que não o considera o local de uma estrutura defensiva, propõe a sua identificação com o monte Mesa, situado na freguesia de Rio de Moinhos: «Ao contrário do monte do Esporão, ao qual aparece associado [...] o monte da Mesa identifica um local muito preciso, integrado na designação mais vasta de Esporão»⁹⁰⁹.

Mons Petrafita está registado em três documentos entre 1097 e 1121⁹¹⁰. Barroca indica-o como um dos «castelos rurais» da *terra* de Penafiel; Lima identifica-o, como vimos, com o Chocal. Ambos o localizam em Villa Cova⁹¹¹. Santos, com quem concordamos, localiza-o na serra a sul da localidade de Perafita, portanto, entre os territórios das freguesias de Duas Igrejas e Vila Cova (atual Alto da Cruz⁹¹²): «a população designa ainda hoje por montes de Perafita o extremo do maciço da Serra de Luzim, na Lagoa»⁹¹³.

Mons Lebor é mencionado em dois documentos. O primeiro é de 1097: «in villa Losii [...] subtus mons Lebor discurrere ribulo Tamice territorio Anega»⁹¹⁴. O segundo é de 1112: «villa Kavalions sub monte Lebor cum agioribus suis»⁹¹⁵. Para Lima, poderia designar toda a serra de Luzim, e não um ponto específico da mesma, o que poderia corresponder ao caso de *Mons Macaneira*, mencionado num documento de 1109⁹¹⁶, em que está relacionado com a *strata Lepor*, indicando, provavelmente, uma estrada que atravessava a própria serra. Como vimos, Santos propõe a identificação do «Castelo de Paços» com um dos dois *montes* referidos. Barroca inclui ambos na lista dos «castelos rurais» da *terra* de Penafiel; Almeida considera o *Mons Lebor* para a sua lista, localizando-o no território da freguesia de Luzim, enquanto não menciona o *Mons Macaneira*⁹¹⁷.

Monte Vallinas surge num único documento de 1107: «In termino de villa Leosidii [...] qui descendit de Monte Vallinas [...] qui ex parte de Ripazales»⁹¹⁸. Para a sua localização, Santos propõe uma das alturas entre as freguesias de Abragão e Luzim⁹¹⁹.

Mons Salgueirus só é mencionado num documento de 1112: «in villa Scapanes [...] et habet iacencia inter Poiares et Corexes inter Vilulfi et Retorta subtus mons Salgueirus

⁹⁰⁷ CMM 3 (25.06.1092).

⁹⁰⁸ ALMEIDA, 1978: 38; BARROCA, 2017b: 132; SANTOS, 2004: I, 102.

⁹⁰⁹ LIMA, 1993: I, 172.

⁹¹⁰ DC 844 (06.03.1097); LTPS 129 (28.09.1107); DP IV 175 (12.04.1121).

⁹¹¹ BARROCA, 2017b: 133; LIMA, 1993: I, 182.

⁹¹² Poderá ser o «lugar das cruzes» referido por Abílio Miranda e não localizado por Lima (LIMA, 1993: I, 182).

⁹¹³ SANTOS, 2004: I, 99.

⁹¹⁴ DC 865 (25.11.1097).

⁹¹⁵ LTPS 51 (12.03.1112). Curiosamente, um *mons* à direita hidrográfica do Tâmega é utilizado para referir uma localidade na margem oposta (supondo que *Kavalions* corresponde efetivamente a Cavalhões, localidade de Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses).

⁹¹⁶ DP III 320 (05.02.1109).

⁹¹⁷ ALMEIDA, 1978: 38; BARROCA, 2017b: 132.

⁹¹⁸ DP III 256 (28.09.1107).

⁹¹⁹ SANTOS, 2004: I, 102.

territorio Anegia discurrente ribulo Sause»⁹²⁰. Tanto Almeida como Barroca incluem-no na sua lista de fortificações⁹²¹. Para a sua localização, Almeida propôs, com reservas, a zona de Coirexas (localidade da freguesia de Irivo); Barroca também; Santos opta por uma localidade possivelmente situada entre Guilhufe e Irivo⁹²². Lima, por sua vez, identifica-o, a nosso ver corretamente, com a pequena elevação existente na localidade de Salgueiros, na freguesia de Guilhufe. Numa prospeção realizada na década de 1990, não encontrou nada — também devido à densa vegetação — que sugerisse a presença de fortificações, salientando que a própria natureza da localidade não justificaria a construção de uma estrutura defensiva⁹²³.

Mons Guilariz é mencionado num documento de 1113: «in loco predicto ipsum Vilar subtus mons Guilariz discurrente ribulo Kavaluno territorio Portugualense»⁹²⁴. Almeida não o menciona, enquanto Barroca o inclui na lista dos «castelos rurais» da *terra* de Penafiel⁹²⁵. Este autor e Lima estão de acordo quanto à localização do *mons* no território da freguesia de Marecos. Em particular, Lima propõe a identificação com o Alto do Facho, relacionando-a com a presença do microtopónimo Grains, indicando uma localidade no monte, situada a meio da encosta, e acima de Vilar. O que não é claro é se o *Mons Guilariz* indicava o monte inteiro ou apenas uma parte deste. Após uma prospeção, o mesmo autor refere que não encontrou nada que indicasse claramente a presença de estruturas defensivas, quer no cimo da serra quer acima da localidade de Grãos, referindo ainda a presença de pedreiras nas imediações⁹²⁶. Santos propõe, pelo contrário, a sua identificação com o Alto de Quires, no concelho de Marco de Canaveses, pois «o documento em questão refere-se ao lugar de Vilar sito na freguesia de S. Martinho de Recezinhos, e não ao de Marecos»⁹²⁷.

Mons de Sinagoga está documentado entre 1114 e 1177⁹²⁸. O topónimo desapareceu, mas o monte em questão deve situar-se no território da freguesia de Galegos, como propõem Lima e Santos⁹²⁹. Barroca inclui-o na lista dos «castelos rurais» da *terra* de Penafiel, mas dá 1117 como última referência⁹³⁰.

Mons Pena Redonda é mencionado apenas num documento de 1116: «in villa Scapanes subtus montem Pena Redonda discurrente ribulo Calvaluno territorio Portugualensi»⁹³¹.

⁹²⁰ LTSP 74 (23.05.1112).

⁹²¹ ALMEIDA, 1978: 42; BARROCA, 2017b: 133.

⁹²² ALMEIDA, 1978: 42; BARROCA, 2017b: 133; SANTOS, 2004: I, 102.

⁹²³ LIMA, 1993: I, 185-186.

⁹²⁴ LTPS 57 (31.08.1113).

⁹²⁵ BARROCA, 2017b: 133.

⁹²⁶ LIMA, 1993: I, 163-164.

⁹²⁷ SANTOS, 2004: I, 102.

⁹²⁸ DP III 467 (23.03.1114); LTPS 77 (17.04.1127); PT/TT/MSJBP/004/0008 30 (1138): «In villa de Auterio [...] discurrente ribulo Latrones subtus mons Senagoga territorio Portugualensis»; LTPS 63 (02.1171); LTPS 138 (05.1177). Acrescentamos este último documento ao escasso *corpus* documental de *Mons Senagoga* com base na menção que aí se faz do rio Cavaluno e da localidade de Coreixas (cf. LTPS 63). Poderá eventualmente indicar o *Mons Salgueirus*.

⁹²⁹ LIMA, 1993: I, 189; SANTOS, 2004: I, 102.

⁹³⁰ Como vimos, o LTPS 77 é de 1127 e não de 1117. BARROCA, 2017b: 133.

⁹³¹ LTPS 72 (21.07.1116).

Barroca inclui-o na lista dos «castelos rurais» da *terra* de Penafiel; Santos limita-se a acrescentá-lo à lista dos *montes* pertencentes à mesma. Ambos o localizam no território de Guilhufe⁹³². Não excluimos a possibilidade de uma designação alternativa para o referido *Mons Salgueirus* ou parte deste.

Mons Cabreira só é referido num documento de 1123: «in Sancto Thome de Canas [...] subtus mons Cabreira discurrante ribulo Zevreiro territorio Portugalensi»⁹³³. Não nos foi possível localizá-la, mas, pela análise do documento, é provável que pertença ao território da freguesia de Rans, na localidade de Canas. Tanto Almeida como Barroca incluem-na na sua lista de fortificações⁹³⁴. Uma doação de 1124 menciona um *Mons Grande*: «in villa Olivaria [...] et habet iacentia subtus mons Grande territorio Portugalensis»⁹³⁵. Se a proposta de identificação com Oliveira, localidade da freguesia de Capela, estiver correta⁹³⁶ e, tendo em conta que, como veremos, o *Mons Nabales* indicava a (ou parte da) serra da Boneca a sul, podemos localizar/identificar este *mons* com as elevações situadas a este do povoado. Barroca propõe-no como um «castelo rural» da *terra* de Penafiel; Santos limita-se a enumerá-lo entre os *montes* pertencentes à mesma⁹³⁷.

Mons Nabales é mencionado apenas num documento de meados do século XII: «in villa Canelas subtus mons Nabales discurrante rivolo Dorio territorio Portugalensi»⁹³⁸. A referência tardia deve ser uma indicação clara da sua identidade como ponto de referência apenas e não como fortificação. Barroca localiza-o na freguesia de Canelas e inclui-o nos «castelos rurais» da *terra* de Penafiel; Santos limita-se a incluí-lo na lista de *montes* pertencentes à mesma⁹³⁹. Lima pensa que se trata do nome antigo da serra da Boneca e, em particular, ligando-o ao microtopónimo Nabais, que possa indicar o Alto de São Pedro⁹⁴⁰. Concordamos com esta proposta.

Mons Monachino surge apenas num documento de 1158: «in Villa Cova [...] subtus mons Monachino discurrante ribulo Latrones territorio Penafiel»⁹⁴¹. Tanto Lima como Santos identificam-no com o importante *castro* romanizado de monte Mozinho⁹⁴². Apesar da sua ocupação até finais da época romana e após mais de quarenta anos de escavações arqueológicas, não há indícios da existência de uma estrutura defensiva/militar medieval⁹⁴³. Barroca

⁹³² BARROCA, 2017b: 133; SANTOS, 2004: I, 95, 102.

⁹³³ DP IV 384 (27.11.1123).

⁹³⁴ ALMEIDA, 1978: 32; BARROCA, 2017b: 133.

⁹³⁵ LTPS 116 (24.11.1124).

⁹³⁶ Uma rua e uma travessa Monte Grande estão registadas em Capela, confirmando esta proposta.

⁹³⁷ BARROCA, 2017b: 133; SANTOS, 2004: I, 94.

⁹³⁸ LTPS 117 (26.08.1146).

⁹³⁹ BARROCA, 2017b: 133; SANTOS, 2004: I, 95.

⁹⁴⁰ LIMA, 1993: I, 174-175. O autor refere também que não encontrou qualquer material de superfície durante uma visita ao local.

⁹⁴¹ LTPS 25 (1158).

⁹⁴² Sobre o monte Mozinho e a sua contextualização, ver, em particular, SOEIRO, 1984, 1998, *coord.*, 2019.

⁹⁴³ LIMA, 1993: I, 173; SANTOS, 2004: I, 104.

inclui-o na sua lista de «castelos rurais» da *terra* de Penafiel⁹⁴⁴. Barroca e Santos também propõem o *Mons Kavallo* como pertencente ao território de Penafiel, mas propusemos identificá-lo com o *Mons Calvelo*, em Lousada⁹⁴⁵.

Depois desta longa lista, gostaríamos de fazer uma breve reflexão. Recentemente, Barroca sugeriu a possibilidade que «a mesma estrutura militar pudesse ser conhecida por diferentes nomes»⁹⁴⁶. Concordamos plenamente com a proposta, salientando que esta solução deveria ser aplicada não tanto, ou não apenas, às estruturas militares, mas aos montes, entendidos como pontos de referência geográficos. De facto, continua Barroca: «ainda hoje em dia isso acontece com alguns montes [...] e com pequenos cursos de água, que adquirem diferentes designações à medida que vão passando pelas terras»⁹⁴⁷. Este filtro deveria ser aplicado a todos os *montes/castra* da documentação. Um trabalho específico, este, que nos parece merecer um estudo dedicado. De facto, seria necessário verificar a microtoponímia *in situ*, com a ajuda da população local. Assim, comparar documentos, verificando não só onde foram escritos (embora não tenhamos a certeza de que a pertença a um *corpus* documental de, por exemplo, um mosteiro específico, signifique automaticamente que o documento foi produzido por esse mosteiro), mas também por quem foram escritos e quando, eventualmente através da análise dos documentos originais — os documentos avulsos e não os cartulários — para comparar a grafia e evitar eventuais problemas de homonímia. Seria então necessário juntar toda a documentação em que as várias localidades são mencionadas, mesmo sem referência a um *mons*, e, depois, cartografá-las. Trabalho esse que foi feito por Lima e, em parte, por Santos, ao qual esperamos ter acrescentado algumas novidades, em particular para os territórios não abrangidos pelos seus trabalhos. Depois disso, seria necessário avançar com uma pesquisa documental que abrangesse o período entre os séculos XIII e XIX, a fim de detetar eventuais referências ou alterações toponímicas. Tudo isto, obviamente, após a definição da área a abranger por essa investigação. Como é evidente, este trabalho poderia abranger projetos para várias dissertações de mestrado e/ou teses de doutoramento. Esperamos que, no futuro, alguns académicos aceitem este convite.

3.12. PORTO

Há algumas décadas, Armindo Sousa escreveu: «Foi sede diocesana, em substituição ou não de Meinedo, sítio de cunhagem monetária, baluarte suevo, estância de romanos, lugar de povos castrejos, abrigo de gente remotíssima»⁹⁴⁸. Estas poucas linhas dão uma ideia da complexidade da história do Porto, uma cidade que, antes do século XIII, se concentrava, desde

⁹⁴⁴ BARROCA, 2017b: 133.

⁹⁴⁵ BARROCA, 2017b: 132; SANTOS, 2004: I, 94, 102. Ver a secção sobre Lousada neste capítulo.

⁹⁴⁶ BARROCA, 2017b: 132.

⁹⁴⁷ BARROCA, 2017b: 132.

⁹⁴⁸ SOUSA, 2000: 120.

a Pré-História, na pequena elevação da Pena Ventosa, onde se encontram a Sé e o Paço Episcopal, verdadeiro coração medieval desta cidade. Não é nossa intenção tratar da sua história⁹⁴⁹, e muito menos entrar em diatribes sobre a origem do seu nome, ou se Cale deve ser identificado com o Porto, com Gaia⁹⁵⁰, ou ambos: não nos debruçaremos sobre este tema, para o qual remetemos para as obras clássicas de Ferreira, Soares, Machado e Merêa, entre outros⁹⁵¹. O que nos interessa aqui é compreender como foi defendido este povoado e os territórios que atualmente se encontram dentro dos seus limites municipais. Em primeiro lugar, temos de enfrentar o problema típico das grandes cidades contemporâneas: a sobreposição de vários séculos em poucos metros, os limites físicos da investigação arqueológica, as leis e a política⁹⁵². Por esta razão, os dados materiais são muitas vezes escassos e/ou de difícil leitura. No caso do Porto — no que respeita aos elementos defensivos, mas não só —, as fontes escritas são também muito escassas.

Num documento tradicionalmente datado de 569, mas cuja genuinidade é cada vez mais contestada, encontramos a primeira referência a um *Castrum Novum* onde se abrigava a sede episcopal de Portucale: «ad sedem Portugalensem in Castro Novo»⁹⁵³. Daí a tradição (errónea) de definir a antiga muralha que circunda o Morro da Sé como «sueva», uma muralha de origem essencialmente romana⁹⁵⁴. Durante a Antiguidade Tardia e o início da Idade Média, assiste-se a uma evolução e devolução do espaço urbano: crescendo na época visigótica, diminuindo após a invasão árabe e de forma alternada durante os primeiros séculos da «Reconquista», crescendo muito provavelmente após a ocupação do Porto em 868⁹⁵⁵.

Quanto à muralha que rodeava o *burgus* episcopal, mencionada pela primeira vez em 1120, na célebre doação da «Condessa-Regina» Teresa ao bispo D. Hugo⁹⁵⁶, trata-se, muito

⁹⁴⁹ Para uma breve panorâmica geral dos acontecimentos que envolveram a cidade do Porto na época medieval, ver SEQUEIRA, 2010; ALMEIDA, 2010; MIRANDA, 2010. Ver também TEIXEIRA, 2010a. Para uma panorâmica das descobertas arqueológicas, ver o dossiê, com várias contribuições, em «Al Madan». 2000: 94-140. Acrescem ainda os numerosos dossiês (quase uma centena) do Portal do Arqueólogo dedicados a todo o património arqueológico do Porto, conforme pesquisa de abril de 2022.

⁹⁵⁰ Sobre este tema, ver, por exemplo, SILVA, 2018.

⁹⁵¹ Entre os vários estudos sobre a cidade do Porto, ver os clássicos, mas parcialmente desatualizados: FERREIRA, 1923-1924: 45-195; SOARES, 1935; MACHADO, 1968; MERÊA, 2006: 234-275. Ver «Porto», na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XXXII: 637-642.

⁹⁵² SILVA, 2018: 49-50.

⁹⁵³ LF 10 (01.01.569). Trata-se do chamado *Parochiale Suevorum*, um documento muito singular, provavelmente uma interpolação ou *forgerie* do século XI, representando uma possível organização eclesiástica do reino suevo do século VI. Este *Castrum Novum* era especular — um em cada margem do Douro — ao *Castrum Antiquum*, em Gaia. Sobre este assunto, ver REAL, SILVA, 2018; RENZI, MARIANI, 2020; MARIANI, RENZI, 2023.

⁹⁵⁴ Sobre as muralhas romanas do Porto, ver SILVA, 2010-2011, em particular 43-44 sobre as muralhas medievais e descobertas arqueológicas relacionadas. Ver também o recente SILVA, REAL, 2022.

⁹⁵⁵ CARVALHO, GUIMARÃES, BARROCA, 1996: 23. Mais tarde, Barroca propôs como local para o polo militar medieval primitivo um «pequeno esporão periférico, a Nordeste, que a toponímia urbana memorizou como a *Cividade* e que foi quase totalmente destruído em 1950-53» (BARROCA, 2004: 188).

⁹⁵⁶ DR I 53 (18.04.1120): «De toto illo burgo sine alio herede». Posteriormente, o burgo («portugalsi Burgo») é mencionado na concessão do foral aos «cidadãos» do Porto pelo bispo D. Hugo, em 1123 (MA 44, 14.07.1123), e, finalmente, num documento de D. Sancho I (DS 39, [01.1186-11.1189]): «burgensibus eiusdem civitatis». Foi nessa altura que se iniciou uma «uma verdadeira renovação urbana» que começou a apresentar características que se mantiveram,

provavelmente, de uma remodelação de uma obra mais antiga, porventura datada do século IX, «podendo coincidir com a presúria da urbe no reinado de Afonso III das Astúrias (866-910)»⁹⁵⁷. Infelizmente, não dispomos de muitos dados que suportem esta teoria, embora, nos últimos anos, tenham aparecido alguns troços de muros em diferentes escavações⁹⁵⁸. Acrescente-se a isto o facto de que:

*de acordo com o geógrafo árabe Ibn al-Qutiya, Surumbaqi foi instalado numa fortaleza a Norte de Coimbra, de nome Burtuqal, forte que tem sido identificado com o Porto. No entanto, na altura em que tal terá acontecido, já aquela cidade estava na posse dos asturianos*⁹⁵⁹.

Posteriormente, o sistema defensivo do burgo — a muralha — deve ter evoluído ou, pelo menos, sido melhorado e solidificado, de tal forma que, num documento não datado, mas que se pode atribuir a finais do século XII, inícios do século XIII (D. Sancho I e D. Martinho Rodrigues aparecem como principais intervenientes no diploma), podemos ler: «Et mando quod episcopus faciat fieri mercatum ante Sanctam Mariam quia melius populabitur propter hoc ipsum castellum»⁹⁶⁰. Uma vez que não se pode assumir para o Porto, nessa altura, a existência de uma cidadela ou reduto fortificado autónomo, temos de concluir que esse *castellum* se refere às muralhas do burgo⁹⁶¹. Barroca refere-a como uma fortificação ativa entre 1150 e 1200⁹⁶².

Após a apresentação destas escassas informações, a sensação que temos é dúplice e oposta: ou estamos perante uma pequena fortaleza inexpugnável que desencoraja até mesmo conquistadores temíveis como os viquingues (de facto, não temos fontes que relatem um ataque direto ao Porto⁹⁶³), ou para um sítio pouco apelativo — de facto, a sede episcopal foi restaurada várias décadas após a última incursão viquingue — que tinha entrado em decadência várias vezes⁹⁶⁴.

em parte, até aos dias de hoje (CARVALHO, GUIMARÃES, BARROCA, 1996: 2428). Sobre o foral de D. Hugo, ver COELHO, 2017.

⁹⁵⁷ SILVA, 2010-2011: 43-44; RIBEIRO, MELO, 2012: 20-21.

⁹⁵⁸ Sobre as descobertas arqueológicas relacionadas com as muralhas medievais, ver as indicações em SILVA, 2010-2011: 44.

⁹⁵⁹ FERNANDES, 2017: 189, nota 183. Sadún Ibne Fath al-Surunbáqi (antes de †910), que se encontra nesta fortificação antes de 876, foi um dissidente islâmico que governou brevemente Coimbra.

⁹⁶⁰ DS 209 [s. d.].

⁹⁶¹ Como sugerido por Barroca: «Não havia cidadela dentro dos muros do burgo episcopal. Se houve alguma estrutura independente, ela seria no Alto da Cividade, entretanto desaparecido quando se abriu a Av. Afonso Henriques. Para o século XII não há referência a castelo/cidadela militar. Seria, portanto, o castelo=burgo episcopal, em torno da Sé, delimitado pela muralha» (correspondência de outubro de 2019).

⁹⁶² BARROCA, 2003b: 107.

⁹⁶³ PIRES, 2012: 151: «Desconhece-se se a cidade do Porto foi ou não alvo de um ataque viquingue. O documento não o refere, nem ele nem qualquer outro de que tenhamos conhecimento. Trata-se de uma povoação estranhamente ausente do registo das investidas nórdicas, não obstante a sua localização e o ter sido “repovoada” em 868. Talvez tenhamos que admitir para o Porto a mesma possibilidade geral que referimos para tantas outras partes da costa ocidental da Península: a de ter sido vítima de ataques dos quais não se fez ou não sobreviveu um relato específico». Mesmo no mais recente BARROCA, SILVA, *coords.*, 2018, não há qualquer referência a ataques diretos contra o Porto.

⁹⁶⁴ Provavelmente, a sua última existência remonta à expedição de Almançor — finais do século X —, que utilizou a foz do Douro como ponto de encontro das suas tropas, antes de prosseguir para norte e conquistar Compostela (997).

Na delimitação do espaço do couto concedido a D. Hugo através da doação de 1120, *Castro de Luneta* é mencionado: «et castro quod a vulgo dicitur Luneta cum omnibus pertinencijs suis»⁹⁶⁵. Esta, embora não seja a sua primeira citação documental⁹⁶⁶, é muito importante. *Castro de Luneta* poderia simplesmente indicar um local onde a memória transmitia a presença de um povoado fortificado da Idade do Ferro, ou cujos vestígios eram ainda visíveis⁹⁶⁷. O que nos leva a considerar que se trata de uma fortificação é a expressão «cum omnibus pertinencijs suis» o que, na nossa opinião, parece indicar uma estrutura ativa e não apenas o nome de um local. No entanto, alguns anos mais tarde, esta estrutura já deve ter perdido a sua função defensiva⁹⁶⁸, uma vez que, nas fontes, começa por ser referida simplesmente como *Luneda*⁹⁶⁹ e depois como *Villa Lueda*⁹⁷⁰. Almeida inclui-a na sua lista de fortificações⁹⁷¹.

No que respeita à sua localização, castro de Luneta tem sido associado ao microtopónimo Noeda, na freguesia de Campanhã, a poucos metros da linha ferroviária e da estação, onde, escreve Barroca, existe uma «pequena elevação, suficientemente destacada para oferecer condições defensivas»⁹⁷². É também importante salientar que a localidade fica a poucas centenas de metros do Douro e da foz do rio Campanhã.

A terceira estrutura fortificada identificada no atual território do Porto é *Castro Mafamuti*, que é mencionado em três documentos do século X, num dos quais é definido da seguinte forma: «in villa que vocitant Alduarii, fluvio Dorio, territorio Portugalensis, subtus castro Mafumuti»⁹⁷³. Em documentos posteriores, surge como *mons*: «in villa Alduari, territorio Portugalensi, subtus monte Mahamudi»⁹⁷⁴; «in villa Alduari, territorio Portugal, subtus mons Mahamut, discurrente flumen Dorio, prope literre maris»⁹⁷⁵. O maior problema desta estrutura é a sua localização: como resumiu Barroca, há duas correntes de pensamento. A primeira identificaria *Castro Mafamuti* a norte do Douro, nas imediações de Aldoar, atual freguesia do Porto; a segunda proporia a sua localização na freguesia de Mafamude, em Vila Nova de Gaia⁹⁷⁶. O impasse reside no facto de não existirem atualmente topónimos

⁹⁶⁵ DR I 53 (18.04.1120).

⁹⁶⁶ DR I 500 (26.03.1072): «Quintana [...] Casal de Fralengo [...] abent ipsas villas iacentia in rripa Durio ex parte callea subtus Castro Luneta».

⁹⁶⁷ Na zona, parece ter existido um castro da Idade do Ferro, segundo o Portal do Arqueólogo, na ficha *Noeda*.

⁹⁶⁸ Não podemos excluir a possibilidade do *Castro de Luneta*, agora parte do território sob o controlo direto de D. Hugo, venha a perder a sua «independência» e a razão de se manter ativo.

⁹⁶⁹ DR I 165 (05.1138).

⁹⁷⁰ ADP. Cart.º Cab., Pergaminhos Vários, 1658, fl. 1, cit. em SILVA, 2006: 170. Este documento não é utilizado por Barroca (BARROCA, 2017a: 239-240). O documento é datado de 01.1158, mas é transcrito oficialmente em 21.11.1259.

⁹⁷¹ ALMEIDA, 1978: 38.

⁹⁷² BARROCA, 2017a: 240.

⁹⁷³ LP 526 (05.10.944).

⁹⁷⁴ LP 208 (18.03.989).

⁹⁷⁵ LP 366 (19.11.990).

⁹⁷⁶ BARROCA, 2017a: 236-238, com relativa bibliografia. Curiosamente, no índice toponímico do LP, os seus editores propõem Aldoar como «2º bairro de Porto» e *Castro/Mons Mafamuti*, em Mafamude, Vila Nova de Gaia. Barroca, numa publicação anterior, tinha incluído *Castro Mafamuti* na lista dos castelos cristãos documentados até 1000 (BARROCA, 2003b: 96).

semelhantes a Mahamud em Aldoar, tal como não existem localidades cujo nome remeta para Aldoar em Mafamude.

Antes de defender uma ou outra proposta, queremos concentrar-nos nos três documentos examinados; em particular, os últimos dois, do final do século X, mencionam um *mons*, pelo que seria de esperar uma ligeira elevação. Em Aldoar, a toponímia ainda conserva uma rua do Crasto, entre Aldoar e Nevogilde: embora a urbanização tenha alterado significativamente a paisagem, podemos ver como o caminho, vindo do oceano, é ascendente e, aparentemente, atinge o seu ponto mais alto quando cruza com a rua de Fez⁹⁷⁷. Barroca refere ainda, também situado em Nevogilde, o monte do Farol «onde existem vestígios de gravuras rupestres»⁹⁷⁸. A sul do Douro, por outro lado, a norte da freguesia de Mafamude, existe uma pequena elevação, proposta como *Castro Mafamuti*, que, no entanto, não parece apresentar vestígios de estruturas defensivas⁹⁷⁹.

A análise dos documentos leva-nos a outras reflexões. A primeira é que a utilização de *castro* no primeiro documento e de *mons* — mais de quarenta anos depois — nos seguintes, poderia indicar uma estrutura que já não estava ativa. A segunda é que, se interpretarmos todos os documentos como indicando um elemento defensivo, este desaparece das fontes pouco antes das campanhas de Almançor. Podemos, portanto, assumir que a estrutura foi destruída durante estas operações militares. Por último, não podemos excluir *a priori* que, independentemente da sua localização e do seu destino — violento ou não —, *Castro Mafamuti* consistia numa simples paliçada de madeira, talvez defendida por um terrapleno, e que, agora, desapareceu. Também não sabemos se a estrutura reaproveitou partes de um antigo *castro* ou foi erguida *ex novo*: o que é interessante, no entanto, é a referência a um seu provável «proprietário».

Segundo Piel, tratar-se-ia de Mahmud ibn Abd al-Djabbar, que, devido a uma revolta falhada contra Abd al-Rahman II, fugira para o norte da Península Ibérica e caíra nas boas graças de Afonso II, o *Casto*. Este último cede-lhe um castelo situado entre Porto e Lamego «na região do Douro, em direcção ao Atlântico»⁹⁸⁰. Deixando de lado o facto de o nome ser «comum» no mundo islâmico e poder referir-se quer a diferentes localidades (desaparecidas) quer a uma fortaleza de forma genérica nas mãos dos muçulmanos — ou que o tivesse sido anteriormente —, temos ainda de refletir sobre alguns pormenores. Os poucos documentos existentes datam de mais de um século após a morte do personagem proposto, pelo que deve ter sido uma estrutura importante, com manutenção contínua para resistir a tantos anos, e que, porventura, desempenhou um papel importante durante o período das invasões normandas, papel que as fontes escritas não mencionam. Isto leva-nos a outra reflexão: numa época histórica em que a zona não estava certamente sob o controlo estrito de Afonso II, parece

⁹⁷⁷ Verificado durante uma visita de inspeção. Curiosamente, esta localidade aparece nos mapas como Paços.

⁹⁷⁸ BARROCA, 2017a: 238.

⁹⁷⁹ É o que me relata o arqueólogo Silva, mas com base num reconhecimento da área, e não em escavações regulares, acrescentando: «a menos que o Castro de Mafamude fosse noutro sítio» (correspondência de setembro de 2019).

⁹⁸⁰ PIEL, 1951: 284.

pouco provável que o monarca pudesse dispor à vontade de fortalezas estratégicas ao longo do Douro; se tivesse sido possível, talvez fizesse mais sentido uma fortaleza principal a sul. Por último, enquanto Barroca refere que Mahmud foi morto perto do castelo de Santa Cristina⁹⁸¹, Piel escreve que:

Mahmüd tornou-se um precioso e activo auxiliar do monarca cristão, até que, arrependido da sua atitude, o renegado voltou a estabelecer relações com Abd al-Rahman II. Prevenido da traição do seu vassalo berberesco, Afonso veio atacá-lo no seu castelo do Douro, prendendo-o e matando-o, em Maio de 840 e acrescenta, ainda, especificando: «expulso do Algarve em 838, e morto em 840, Mahmüd só durante dois anos (na melhor das hipóteses) pôde residir no seu castelo da margem sul do Douro»⁹⁸². Para Piel, portanto, o castelo em questão situava-se a sul do Douro e, se o imaginarmos como o mesmo mencionado no documento de 944, é aí que o devemos localizar. Se compararmos as duas possíveis localizações, é a de Vila Nova de Gaia que mais se aproxima da ideia de uma fortificação situada junto ao rio Douro. Se, por outro lado, aceitarmos que Mahmud se instalou em Santa Cristina de Viso (Galiza), onde morreu pouco depois, temos de nos inclinar para a localização a norte do Douro do Castro Mafamuti dos nossos documentos, não podendo assim ligá-lo ao rebelde Muladi.

Uma pista para uma possível solução vem-nos do primeiro documento em que é mencionada a «ecclesiam vocabulo Sancti Martini Episcopi et Sancti Michaeli Archangeli»: ainda hoje, o padroeiro da igreja paroquial de Aldoar é São Martinho. E, de facto, Moreira atribui o primeiro dos nossos três documentos, o de 944, precisamente a Aldoar⁹⁸³. Barroca recorda, depois, como a expressão «territorio Portugal/Portualensis» indicaria o território diocesano, «o que neste caso e nesta época, remete para a margem Norte do rio Douro»⁹⁸⁴. No entanto, é de salientar que, na análise das fontes escritas do século X, existem vários documentos que se referem a localidades situadas no *territorium portucalense*, mas a sul do Douro e que nem sempre parecem indicar a sua pertença a um território diocesano⁹⁸⁵. Não foi encontrada qualquer documentação que comprove a existência de um São Martinho perto de Mafamude, em Vila Nova de Gaia. Atualmente, este facto faz pender ligeiramente a balança para uma localização a norte do Douro.

Por fim, temos duas referências escritas a um *Mons Captivis*, presentes nas doações de Teresa e Afonso Henriques, já analisadas anteriormente⁹⁸⁶. Trata-se, é claro, de uma referência geográfica⁹⁸⁷, mas a etimologia do nome desta elevação mereceria, não aqui, um estudo mais

⁹⁸¹ BARROCA, 2017a: 238. Assim também em FERNANDES, 2017: 87, «Foi sintomaticamente nesta zona, eventualmente num antigo castro (Santa Cristina do Viso), que Afonso II terá instalado Mahamud b. Abd al Yabbar, acolhido pelo monarca de Oviedo pouco depois de 837, ano em que aquele rebelde emeritense se revoltou contra o emir de Córdova».

⁹⁸² PIEL, 1951: 284.

⁹⁸³ MOREIRA, 1972: 40.

⁹⁸⁴ BARROCA, 2017a: 238.

⁹⁸⁵ A título de exemplo: DC 69 (23.12.955); DC 140 (28.02.984); DC 155 (29.09.988); DC 167 (18.05.993); DC 177 (29.06.995). Este último referente a um território em Vale de Cambra.

⁹⁸⁶ DR I 53 («deinde per Montem Cautivis — o Captivis»); DR I 165 («Monte Captivas»).

⁹⁸⁷ De facto, nem Almeida nem Barroca o propõem como fortificação.

aprofundado. Muito provavelmente ligado à presença de presos, esta localidade poderá ter estado no centro de um episódio específico da cidade do Porto.

3.13. SANTO TIRSO

Para o território do atual concelho de Santo Tirso, que, na época medieval, albergou várias instituições eclesiásticas, entre as quais o importante mosteiro de Santo Tirso⁹⁸⁸, identificámos elementos defensivos evidentes, enquanto outros nos deixaram com algumas dúvidas. Vamos proceder por ordem.

Mons Cordova aparece mencionado em vinte e três documentos datados entre 1044 e 1137, vinte dos quais do século XI⁹⁸⁹ e apenas três do século XII⁹⁹⁰. Em nenhum destes documentos é referido como *castrum* ou *castellum*, mas, com exceção de dois documentos em que é indicado como *Alpis Mons Cordova* e *Alpei Mons Cordobe*⁹⁹¹, é sempre *Mons Cordova* (com algumas pequenas alterações *Mons/Monte Cordova/Cordove/Cordube/Corduba*). Do nosso ponto de vista, isto já seria suficiente para reconhecer estas referências documentais como meras indicações geográficas, alheias a qualquer elemento defensivo. No entanto, Almeida inclui-o na sua lista de fortificações, propondo uma ligação à família de São Rosendo⁹⁹². Vários autores, incluindo Mattoso⁹⁹³, associam o *Mons Cordova* ao castelo da terra de Refojos, uma vez que era assim (também) referido no século XIII⁹⁹⁴. As provas arqueológicas, no entanto, desmentem estas propostas⁹⁹⁵. Se não há dúvidas quanto à reocupação medieval do local, onde se encontrava um *castro* romanizado⁹⁹⁶, nada indica a presença de fortificações⁹⁹⁷.

⁹⁸⁸ Sobre o mosteiro de Santo Tirso, ver CORREIA, 2007.

⁹⁸⁹ DC 337 (31.10.1044); DC 366 (16.04.1048); DC 377 (25.07.1050); LM [45] = VIII (1059); DC 511 (24.02.1074); DC 515 (07.10.1074); DC 517 (15.10.1074); DC 531 (26.02.1076); DC 511 e DC 533 (24.02.1078); DC 582 (28.04.1080); DC 612 (23.01.1083); DC 697 (23.01.1088); DC 743 (29.08.1090); DC 747 (21.01.1091); DC 794 (05.03.1093); DC 796 (08.05.1093); DC 833 (15.07.1096); DR I 4 (23.11.1097); DC 871 (23.03.1098).

⁹⁹⁰ DP III 86 (23.10.1102); DP IV 25 (28.11.1116); SSJ 87 (21.06.1137).

⁹⁹¹ DC 337; DC 515.

⁹⁹² ALMEIDA, 1978: 39. É o caso de Barroca, que a inclui entre as fortificações ativas entre 1150 e 1200 (BARROCA, 2003b: 107). Sobre a família de São Rosendo, ver o clássico SÁEZ, 1948; MATTOSO, 2001c: 87-103.

⁹⁹³ MATTOSO, 2001a: 79.

⁹⁹⁴ Encontramos menção a esta fortificação nas *Inquirições* de 1220: INQ. 70b, 71a, 71b, 163a, 163b, 164a, 207a, 207b, 259b, 260a.

⁹⁹⁵ MOREIRA, 2009: I, 359: «As evidências arqueológicas conhecidas até ao momento no castro do Monte do Padrão não permitem afirmar com segurança que o castelo de Refojos de Riba d'Ave (Pena Cide) possa ter tido aí a sua localização, apesar de ser conhecida a ocupação medieval do povoado, cuja cronologia aponta para uma longa ocupação que se prolonga desde os finais do séc. X até ao segundo quartel do séc. XVII, mas cuja realidade estrutural aponta para uma ocupação relacionada com a igreja paroquial e o mosteiro de Monte Córdova».

TEIXEIRA, 2011: 232.

⁹⁹⁶ Trata-se de um mosteiro e de uma igreja, atestados entre os séculos X e XVII. Sobre a fundação da igreja no ano 934, CUEVA, 2007: 76. Sobre o castro, ver MOREIRA, 2009: I, 270-292; DINIS, 1993: 98-99; SILVA, 1986: nota 344. De facto, foi encontrada ocupação *in situ* desde a Idade do Bronze. MOREIRA, 2014: 36-38.

⁹⁹⁷ Sensação confirmada durante uma visita em abril de 2018, no âmbito do congresso comemorativo dos dez anos da inauguração do centro de interpretação do monte Padrão. A instituição eclesiástica terá aproveitado as defesas — e materiais — da antiga fortificação castreja. Por outro lado, parece arriscado propor a presença de elementos

Uma provável fortificação situava-se no vizinho Morro da Vela, quer se tratasse de uma simples atalaia ou do castelo cabeça de terra de Refojos de Riba de Ave⁹⁹⁸. Já escrevemos anteriormente sobre uma possível localização deste «castelo»⁹⁹⁹, mas acrescentamos que se uma simples atalaia existia no Morro da Vela, poderíamos propor uma terceira hipótese, ou seja, que estivesse ligada ao castelo de Refojos, situado em Paço de Ferreira, e não constituísse necessariamente um castelo da família de São Rosendo¹⁰⁰⁰. Num documento não datado, mas plausivelmente do século XI, são referidos dois elementos defensivos: o *Castro de Moreira* e o *Castro que fuit de Floila*¹⁰⁰¹. Do primeiro elemento, também se especifica que: «achamus illo in iure de filio de Gundesindo».

Consideramos este documento muito importante, não só porque nos permite acrescentar dois elementos defensivos à nossa lista, mas também porque, para ambos — o que é muito raro fora dos castelos cabeça de terra —, é indicado, para o primeiro, quem o detinha, na altura em que o documento foi escrito, e, para o segundo, quem foi presumivelmente o seu «proprietário»¹⁰⁰². Por isso, tentámos identificar o filho de *Gundesindo e Floila/Froila*, baseando-nos principalmente na obra de Mattoso, e, limitando-nos aos caracteres dos séculos X e XI, encontramos sete para *Gundesindo* e dez para *Froila*¹⁰⁰³.

No que diz respeito ao primeiro *castrum*, o índice da nova edição do *Livro de Muma-dona* propõe como reserva «pertencente ao mosteiro de Moreira de Cónegos?»¹⁰⁰⁴. Neste sentido, procurámos um *Gundesindo* ligado a esta instituição eclesiástica, mas a pesquisa não deu resultados. É provável que *Gundesindo* e o seu filho que governou o *Castro de Moreira* não pertencessem a nenhuma grande família da nobreza pré-nacional. No que diz respeito a *Froila*, temos duas possibilidades: *Froila Osodores*, que surge em documentos entre cerca de 990

defensivos medievais com base apenas na documentação escrita, que, recorde-se, não faz qualquer menção direta a uma fortificação, identificando o local apenas como *mons*.

⁹⁹⁸ Os estudiosos têm proposto teorias divergentes sobre este local: se todos concordam com a sua ocupação pré-histórica, há quem, como Silva, afirme que se tratava de um castro, e quem, como Dinis, negue categoricamente essa possibilidade. Quanto à sua ocupação medieval, por outro lado, tanto Dinis como Moreira concordam, mas só este último propõe uma atalaia. Cf. MOREIRA, 2009: I, 270; SILVA, 1986: notas 342 e 343; DINIS, 1993: 105-106.

⁹⁹⁹ Sobre este assunto, ver o que já foi escrito na secção sobre Paços de Ferreira: aqui apresentamos em forma de tabela os mesmos dados aí descritos.

¹⁰⁰⁰ No entanto, o que nos deixa algumas dúvidas é o facto de o próprio Moreira escrever: «Atualmente não são visíveis vestígios de estruturas ou taludes que denunciem a existência de sistemas defensivos. Os materiais recolhidos enquadram-se maioritariamente em época medieval, embora tenham sido recolhidas cerâmicas castrejas em pequeno número» (MOREIRA, 2009: I, 270). Como já referimos anteriormente, a simples presença de cerâmica medieval pode indiciar uma ocupação — não sabemos, no entanto, se estável — sem ser conclusiva para a certeza da presença de um elemento defensivo. Certamente que a posição elevada, e uma provável ligação com a igreja e mosteiro do vizinho monte Córdova, pode ser uma pista. Como noutros casos, seriam necessárias escavações para esclarecer esta situação.

¹⁰⁰¹ LM [55]. Trata-se da carta de Moreira «de hereditates quod habet in termino de Vilarino».

¹⁰⁰² Ficámos surpreendidos com a ausência de estudo e de interesse suscitado por este documento. O único que reconhece a particularidade desta referência — «é excepcional» — (mas sem mencionar o proprietário daquele de Moreira) é Almeida (ALMEIDA, 1978: 47).

¹⁰⁰³ MATTOSO, 2001c: *passim*.

¹⁰⁰⁴ Sobre o mosteiro de Moreira, dedicado a Santa Tecla, ver AMARAL, 2007: 722.

e 1035, está ativo nessa área (testemunhado na Maia)¹⁰⁰⁵; *Froila Crescones* dita o seu próprio testamento, jazendo enfermo em *Kastro Argefonsi* (Vila do Conde), provavelmente em 1078¹⁰⁰⁶. No atual estado da investigação, não nos sentimos em condições de propor qualquer identificação.

Não sabemos se as estruturas em questão indicam um *castro* reutilizado ou uma nova estrutura. Podemos pensar num pequeno *dominus loci*, que possuía propriedades e utilizava uma fortificação castreja como ponto forte e de defesa das mesmas; ou um reduto fortificado, mesmo que muito simples, de madeira, constituído por uma paliçada e/ou um fosso. Seria necessário identificá-los (não nos parece que pudessem corresponder aos castros já identificados para o território municipal de Santo Tirso) e proceder a escavações.

Aqui, abre-se outro problema, o da localização dos dois *castra*. Concordamos com o que é proposto no índice do *Livro de Mumadona*, ou seja, que ambos estariam provavelmente situados no território da freguesia de Vilarinho, embora com algumas reservas para o *Castro de Moreira*, que, se protegia o mosteiro de Santa Tecla, poderia indicar uma estrutura fortificada situada em Moreira de Cónegos, a norte de Vizela e fora da nossa área de investigação¹⁰⁰⁷. Esclarecido este ponto e com base no texto do documento, verificamos que uma *Agrela* está «ligada» ao primeiro, e, ao segundo, uma *agro de Portela*. Assim, para o primeiro, poderíamos propor a atual localidade de Agrad¹⁰⁰⁸, e, para o segundo, poderíamos pensar na localidade de Portela: o primeiro, ao longo do rio Avizela — pelo que não se pode excluir que este *castrum* controlasse também um ponto de passagem do rio —; o segundo, num pequeno relevo a sul da própria aldeia. Mas, sem mais informações, ficamos no domínio das hipóteses.

Mons Fragoso, *Monte Penouzu* e *Monte Sono* são mencionados em dois documentos do início do século XII¹⁰⁰⁹. Consideramos todas estas menções como puras referências geográficas ligadas a elevações (que não conseguimos localizar, exceto talvez *Mons Fragoso*, que poderia ser identificado com o monte a sul do mosteiro de São Miguel de Vilarinho)¹⁰¹⁰, sem qualquer ligação a elementos defensivos.

Por último, os restantes *castros* da Idade do Ferro existentes na área municipal parecem não apresentar sinais de ocupação medieval¹⁰¹¹.

¹⁰⁰⁵ MATTOSO, 2001c: 129-131.

¹⁰⁰⁶ LF 616. Cf. BARROCA, 2017a: 219. Agradecemos a Barroca pela indicação (correspondência de outubro de 2019).

¹⁰⁰⁷ O professor Barroca sugeriu que: «Os bens situam-se na zona de Vilarinho (Stº Tirso) e Moreira de Cónegos (Guimarães), de um e outro lado do rio Vizela. Creio que o Castro de Moraria poderia estar a Norte do Vizela (e, portanto, fora da sua área de estudo). Na zona ainda hoje existe mais do que uma “Agra”» (correspondência de outubro de 2019).

¹⁰⁰⁸ Excluiríamos a freguesia de Agrela, por estar demasiado a sul.

¹⁰⁰⁹ PT/TT/MSMV/A/M01/01 (= DP III 150); DP III 522 (21.12.1115).

¹⁰¹⁰ Inicialmente, não reconhecemos o documento, porque, na edição DP III, a «aulam Micahelis Archangelis qui erat fundata in villa noncupatam Arcucello» foi identificado com um São Miguel de Arcozelo, em Guimarães. Por isso, identificámos o templo referido com São Miguel de Vilarinho, também com base no facto de o documento provir do acervo documental daquele mosteiro. Uma posterior pesquisa sobre a igreja de São Miguel de Arcozelo, em Guimarães, não deu frutos, pelo que apresentámos o problema ao Amaral (setembro de 2019), que concordou com a nossa proposta e confirmou também que não existiria nenhuma igreja dedicada a São Miguel, em Arcozelo (Guimarães), no século XII (e não só).

¹⁰¹¹ MOREIRA, 2004; 2014: *passim*.

3.14. TROFA

A *civitas/castrum/mons Albarelios* aparece na documentação entre 907 e 1101. Existem dez documentos: quatro do século X¹⁰¹², cinco do século XI¹⁰¹³ e apenas uma do início do século XII¹⁰¹⁴. Nos dois primeiros documentos, é designado por *civitas*¹⁰¹⁵, «qualificação» que já (provavelmente) perde em 986, em que é registado como *castro*¹⁰¹⁶. É assim que é identificado em quatro outros documentos¹⁰¹⁷; nos três restantes, é referido como *mons*¹⁰¹⁸. A este *corpus* documental poderíamos, com muitas reservas, acrescentar dois, um do século XI e outro do século XII, em que, no entanto, *Alvarelío* é apresentado como Alvarenga¹⁰¹⁹. Quanto a uma possível identificação com a freguesia de Alvarenga, em Lousada, como sugerido por Lima, que admite o seu próprio erro de identificação do documento de 1093¹⁰²⁰, e onde se situam, também, as ruínas do castro do monte Pedroso (que poderiam, por isso, ser identificadas com o *Kastro* e a *Civitas Alvarenga*), não reunimos informações suficientes. Sousa confirma que não existe qualquer vestígio na microtoponímia (atual) das localidades daquele território que possa remeter para as dos dois documentos analisados¹⁰²¹. Trataremos mais especificamente destes documentos no capítulo seguinte, na secção sobre Arouca, para a qual remetemos.

Para Almeida, Barroca e Teixeira, as citações indicariam uma estrutura defensiva¹⁰²². O próprio Teixeira utiliza-o como um exemplo perfeito da «importância que adquiriram determinados povoados fortificados de tipo castrejo-romano, no processo de encastelamento ocorrido nos séculos X e XII»¹⁰²³.

Inicialmente, questionámo-nos se a utilização do termo *civitas* — tal como foi colocada a hipótese durante a análise do território da Maia — poderia estar ligada a uma fase inicial em que a localidade em questão era o centro administrativo de uma das *civitates*, as divisões territoriais do reino asturiano. Este facto está também relacionado com outra reflexão. Todo

¹⁰¹² DC 14 (13.04.907); DC 16 (28.02.908); DC 151 (986); DC 158 (29.04.990).

¹⁰¹³ DC 382 (14.06.1052); DC 413 (28.05.1059); DC 533 (23.08.1076); DC 616 (04.06.1083); DC 729 ([19.12.]1089).

¹⁰¹⁴ DP III 11 (27.02.1101).

¹⁰¹⁵ DC 14 (13.04.907); DC 16 (28.02.908).

¹⁰¹⁶ DC 151 (986): «in vila que vocitant viliabredi subtus castro [...] us teritorium portugalensis». Propomos a identificação com Alvarelius por comparação com outros documentos em que é mencionado como castro (ver nota seguinte, em particular DC 158). Alguns anos antes, porém, vemos a *villa de Alvarelios* aparecer nas referências documentais: «in vila vocidada Alvarelios» (DC 126 — 03.979).

¹⁰¹⁷ DC 158: «in villa palmatianas suptus castro alvarelius discurrente ribulo abe territorio portugalense»; DC 382: «in villa Palmacianus suptus castro Alvarelius territorio Portugallensis discurrente ribulo Ave»; DC 533: «de illa cortina ad illa vestra porta in villa Quidones subtus kastro Alvarelius discurrente rribulo Ave in territorio Portugalensis»; DP III 11: «in villa Uiliabrey inter villa Parada et villa Fraxeo subtus castro Alvarelío territorio Portugalensis discurrente ribulo Laurugia prope litore maris».

¹⁰¹⁸ DC 413; DC 616; DC 729.

¹⁰¹⁹ DC 797 ([05].1093); DP IV 60 (29.09.1117).

¹⁰²⁰ Comunicação oral de novembro de 2019.

¹⁰²¹ Correspondência de novembro de 2019.

¹⁰²² ALMEIDA, 1978: 29; BARROCA, 2003b: 96; TEIXEIRA, 2011: 226.

¹⁰²³ TEIXEIRA, 2011: 226.

o território do Ave al Duero, desde a zona costeira até ao interior, onde se encontram as localidades do «território de *Anegia*», estava sob o «controlo» de *Portucale*, que, por conseguinte, não tinha qualquer subdivisão. Uma segunda dúvida prende-se com o facto de não ser claro se a documentação indicava uma estrutura militar que reaproveitava parte das construções anteriores ou se indicava uma estrutura *ex novo*. Estas dúvidas podem ser esclarecidas analisando o castro do monte Grande através dos materiais encontrados nas várias escavações.

A nível arqueológico, este sítio, já conhecido no século XVIII¹⁰²⁴, tem sido objeto de investigação desde o século XIX¹⁰²⁵. Os resultados destes estudos não atestariam a presença de estruturas militares nas áreas escavadas, com exceção de uma (provável) atalaia, ou, no máximo, um pequeno reduto militar, localizado no monte de São Marçal, um promontório a noroeste a algumas centenas de metros da área escavada do castro/*vicus*, e assim chamado devido à presença de uma capela cujas ruínas ainda se adivinham¹⁰²⁶.

Estamos perante um caso semelhante ao de monte Padrão, em que as referências documentais a *Albarelios* serviriam, do nosso ponto de vista, como referência geográfica para localizar propriedades e povoações, e não para indicar subserviência a uma estrutura fortificada. É claro que isto não nega *a priori* que «também» apontem para a estrutura de São Marçal, aliás, dada a proximidade, não a excluíríamos mesmo. Em todo o caso, não podemos ter a certeza, tal como não podemos descartar a hipótese de essas referências indicarem apenas o que era visto pelas pessoas da época: os imponentes vestígios de um *castro* fortemente romanizado (tão grande que inicialmente ganhou o nome de *civitas*?), cuja presença medieval é, contudo, testemunhada pelos vestígios da igreja de Santa Maria de Alvarelhos e de uma necrópole (datável entre os séculos XII e XVI). O que o próprio Moreira relatou deixa-nos algumas interrogações:

*A área intervencionada não contemplou a área de implantação pelo que não se conhece a sua realidade estrutural, assim como a sua cronologia. Os elementos que se recolheram resultaram de uma acção de limpeza e definição da capela de S. Marçal na qual superficialmente se identificaram alguns materiais cerâmicos cronologicamente e tipologicamente enquadráveis neste período*¹⁰²⁷.

¹⁰²⁴ COSTA, 1868-1869: 366.

¹⁰²⁵ Sobre o sítio arqueológico de Alvarelhos e as suas fases de ocupação, ver MOREIRA, 2009: I, em particular o «Capítulo V — O aglomerado urbano secundário/*vicus* de Alvarelhos. Arquitectura, economia e território». Ver também DINIS, 1993: 96-98.

¹⁰²⁶ ALMEIDA, 1978: 29. Aqui, o autor, estranhamente, relata como na documentação é referido como *castro* e *mons*, mas não menciona os documentos em que é referido como *civitas*: mesmo Moreira, que o utiliza como fonte, não menciona os dois primeiros documentos (MOREIRA, 2009: I, 361). Almeida salienta ainda a importância estratégica da localidade, uma vez que se situava no trajeto da via romana Porto-Braga. Concordamos que esta localização — ao longo da Cale-Bracara — poderá ter favorecido o desenvolvimento deste povoado na época romana, mas não necessariamente probatório de uma estrutura militar medieval (da qual, aliás, as escavações ainda não revelaram quaisquer vestígios, além da hipótese para o monte de São Marçal). BARROCA, 2004: 198-199, em que o autor o inclui na sua lista de castelos documentados até ao ano 1000. TEIXEIRA, 2011: 226. Este último autor parece aceitar que as referências documentais são indicativas da presença de um elemento militar que identifica no reduto do monte de São Marçal.

¹⁰²⁷ MOREIRA, 2009: I, 361.

Temos repetidamente salientado que a presença de cerâmica medieval, embora num local elevado com potencial estratégico, não é uma prova conclusiva. Além disso, não podemos excluir a possibilidade de os fragmentos de cerâmica encontrados não estarem ligados a estruturas para a sua produção. Participámos numa soenga¹⁰²⁸, durante a qual 40% das cerâmicas cozidas se partiram¹⁰²⁹. Também não podemos excluir a hipótese de, não muito longe da área reocupada pelo edifício religioso na época medieval e moderna, ter existido uma área utilizada como lixeira. Há demasiadas dúvidas que só uma escavação arqueológica exaustiva pode eliminar. Sem isso, ficamos apenas no domínio das hipóteses.

Moreira enquadra ainda o (provável) reduto militar de São Marçal no período de reorganização territorial coevo à fase inicial da «Reconquista»: «É neste âmbito que se inscreve a guarnição militar de S. Marçal que encontra paralelo e enquadramento estratégico num conjunto de redutos defensivos identificados na área meridional do noroeste português», salientando a sua ligação aos mosteiros fundados entre os séculos X e XI, bem como uma «relação de proximidade com a rede viária e a existência de terrenos de elevada aptidão agrícola, que, naturalmente, estarão directamente relacionados com os principais núcleos populacionais existentes e com as estruturas defensivas a que aludimos»¹⁰³⁰.

Por fim, um documento do final do século XI menciona *Monte Calvo*¹⁰³¹. Pelo tom do documento, parece-nos óbvio que se trata de uma indicação geográfica, sem qualquer referência/ligação a elementos defensivos. De facto, não a encontramos proposta como estrutura fortificada em obras dedicadas a fortificações.

3.15. VALONGO

São muitos os sítios arqueológicos de elevado interesse que encontramos no concelho de Valongo. Infelizmente, nenhum parece-se enquadrar cronologicamente na nossa investigação. Por exemplo, as localidades da freguesia de Campo, conhecidas com os nomes evocativos de «Alto do Castelo» e «Fragas do Castelo», apresentam vestígios de ocupação romana ligados à exploração mineira¹⁰³². Lima propõe o Alto do Castelo como uma fortificação medieval necessária para defender uma zona fronteiriça entre *Anegia* e *Portucale*, onde as defesas naturais não teriam sido suficientes para delimitar os dois territórios:

Assim se justificaria que viessem a ser fortificados os três pontos fracos desta barreira natural, isto é, os pontos onde esta linha de alturas é rasgada pelos rios Douro, Sousa e Ferreira. Sobre

¹⁰²⁸ No dia 26 de outubro de 2019, em Gndar, freguesia de Amarante. Evento que durou quase dez horas. A «soenga» é um método de cozedura de cerâmica em forno constituído por um buraco onde as peças são lentamente aquecidas durante várias horas em torno de brasas, aproximando-as cada vez mais e formando um «castelo» que, depois, é coberto com madeira, palha e terra.

¹⁰²⁹ Agradecemos à doutora Ana Valentim, da APPA de Vila do Conde, pelas suas sugestões e explicações técnicas.

¹⁰³⁰ MOREIRA, 2009: I, 357.

¹⁰³¹ DR I 4 (23.11.1097).

¹⁰³² TEIXEIRA, 2010b: 23.

*o rio Douro, o monte do Castelo em Broalhos e o Alto do Castelo em Medas (Gondomar); sobre o rio Sousa, o Castelo de Aguiar (Paredes); e sobre o rio Ferreira, o Alto do Castelo, em Campo (Valongo)*¹⁰³³.

A teoria de Lima é válida e deve ser tida em conta, mas, no atual estado da investigação, não nos sentimos capazes de a apoiar sem mais provas.

Na freguesia de Valongo, encontrámos um (provável) povoado da Idade do Bronze Final conhecido como castro de Santa Justa/Alto do Castro/Cavadas dos Castros¹⁰³⁴. Tal como o castro de Couce, romanizado, não parece ter sofrido uma reutilização estável durante a Idade Média¹⁰³⁵. A única referência que nos suscitou interesse encontra-se num documento de meados do século XII, em que, na descrição dos limites do couto da *villa* de Luriz, é mencionada uma *Pena de Corvo*, que, contudo, não conseguimos localizar¹⁰³⁶. Não nos parece, no entanto, que estejamos a falar de um elemento defensivo.

No atual estado da investigação, e após consulta de documentos de arquivo, os estudos da zona (relativos à sua história, ao seu património arqueológico e arquitetónico¹⁰³⁷) devemos concluir que não existem indícios certos que permitam propor elementos defensivos ativos entre os séculos IX e XII para o atual território de Valongo.

3.16. VILA DO CONDE

O atual território municipal de Vila do Conde está geograficamente dividido em duas partes pelo curso final e foz do rio Ave. De igual modo, e desde «tempos remotos», este curso de água foi a fronteira entre as duas dioceses de Braga e Porto¹⁰³⁸. Por esta razão, apenas nos concentraremos no território a sul do Ave, uma vez que, infelizmente, não podemos tratar de locais interessantes mencionados em documentos e com provas arqueológicas (povoados da Idade do Ferro¹⁰³⁹) como a *Civitas de Bagunte*, o *Castro Sancto Iohanne* ou o *Castro Argifonso*¹⁰⁴⁰.

Castro de Bove é mencionado num grande número de documentos entre 907 e 1200, o que faz deste um dos elementos defensivos mais antigos da região¹⁰⁴¹. Esta abundância está certamente ligada à proximidade do mosteiro de São Salvador de Vairão «instituição detentora

¹⁰³³ LIMA, 2013: 194.

¹⁰³⁴ TEIXEIRA, 2010b: 10.

¹⁰³⁵ TEIXEIRA, 2010b: 10.

¹⁰³⁶ DR I 220 (21.01.1147).

¹⁰³⁷ A título de exemplo, ver MATA, 2017; PEREIRA, 2016; DELINDRO, 2012: *passim*; LOPES *et al.*, 1994.

¹⁰³⁸ LF 9; LF 15; LF 552 com os devidos esclarecimentos.

¹⁰³⁹ Agradecemos à doutora Ana Valentim, da APPA de Vila do Conde, a disponibilização do mapa dos castros do concelho.

¹⁰⁴⁰ BARROCA, 2017a: 218-222. O mesmo autor tinha mencionado o *Castro de Bove* na sua lista de castelos cristãos ativos entre os séculos IX e X; BARROCA, 2003b: 96.

¹⁰⁴¹ Embora duvidemos que tenha permanecido ativo ao longo do século XII, período em que, provavelmente, perdeu a sua função defensiva, continua inscrito na memória e na toponímia locais. Ainda hoje, a zona onde se encontra pequena elevação é conhecida por Crasto.

de um prolixo *scriptorium*»¹⁰⁴², para o qual oferecia um ponto fortificado ou de vigia muito próximo (cerca de um quilómetro)¹⁰⁴³. Situado numa pequena colina, permitia o controlo visual de toda a zona envolvente, da foz do Ave, da costa, da qual dista cerca de cinco quilómetros, e, sobretudo, da próxima «via romana *per loca maritima*»¹⁰⁴⁴.

Localizámos setenta e dois documentos¹⁰⁴⁵: seis do século X¹⁰⁴⁶, quarenta do século XI¹⁰⁴⁷ e vinte e sete do século XII¹⁰⁴⁸. No primeiro destes, documentos lê-se: «de villa nostra propria nominata freiseno que iaces inter ambas labrugias subtus civitatis albarelis et castro de bove territorio bragarense et portugulense»¹⁰⁴⁹. Dos do século XII, quase um terço é inédito, datados entre 1131 e 1199. A análise dos documentos mostra que, em todos, a localidade nunca perde o atributo de *castro*, como observámos em várias outras situações. Em alguns documentos, é referido como *Alpe Bove Castro*¹⁰⁵⁰, em um como *Alphe Montis Castro de Bove*¹⁰⁵¹. Em todos os outros, é referido como *Castro de Bove* (com algumas variantes como *Kastro de Bove*, *Castro Boi*, etc.) ou como *Mons Castro de Bove* (com variantes relacionadas). Constatamos, também, que a associação do termo *mons* com a localidade — desde a primeira vez que aparece em 1044¹⁰⁵² — aumenta progressivamente, de modo que, no século XII, é utilizado em dezassete documentos de um total de vinte e sete. Será que isto indica, eventualmente, uma lenta decadência ou desfuncionalização do sítio? Com base num documento real

¹⁰⁴² BARROCA, 2017a: 225.

¹⁰⁴³ TEIXEIRA, 2011: 205.

¹⁰⁴⁴ ALMEIDA, 1978: 34. Esta altura, que não chega a 120 metros, é mais do que suficiente para dominar a zona envolvente, que é maioritariamente plana na sua parte ocidental.

¹⁰⁴⁵ Em comparação com os sessenta e um propostos em BARROCA, 2017a: 224-225.

¹⁰⁴⁶ DC 14 (13.04.907); DC 16 (28.02.908); DC 24 (921); DC 80 (26.05.960); LP 187, 187a (12.05.974).

¹⁰⁴⁷ DC 198 (22.02.1008); DC 216 (20.08.1011); AZEVEDO, 1974: doc. 2; DC 249 (24.11.1021); DC 281 (22.11.1033); DC 308 (05.11.1039); DC 318 (20.12.1041); DC 321 ([1042]); DC 333 (09.03.1044); DC 352 (20.03.1047); DC 353 (29.03.1047); DC 414 (31.05.1059); DC 415 (19.09.1059); DC 453 (21.03.1067); DC 460 ([01].1068); DC 461 (22.02.1068); DC 462 (20.04.1068); DC 480 (26.06.1069); DC 483 (17.11.1069); DC 489 (28.02.1070); DC 495 (13.02.1071); DC 497 (08.06.1071); DC 501 (17.08.1072); DC 510 (18.02.1074); DC 518 (30.11.1074); DC 524 (14.02.1075); DC 527 (17.04.1075); DC 529 (15.?.1075); DC 520 (26.02.1076); DC 571 (18.08.1079); LF 108 (02.04.1081); LF 612 (29.06.1082); LF 110 (30.12.1082); DC 629 (13.05.1084); DC 795 (21.03.1093); DC 814 (08.01.1095); DC 846 (22.03.1097); DC 861 (25.08.1097); DC 880 (19.05.1098); DC 932 (22.04.1100).

¹⁰⁴⁸ DP III 235 (15.01.1107); DP III 306 ([15].10.1108); DP III 359 (07.10.1110); DP III 446 (01.07.1113); DP III 454 (24.09.1113); DP III 463 (27.01.1114); DP III 490 (20.10.1114); DP IV 45 (30.04.1117); DP IV 46 (04.05.1117); DP IV 60 (29.09.1117); DP IV 153 (11.01.1121); DP IV 278 (30.08.1122); DP IV 334 (23.03.1123); DP IV 366 (22.07.1123); PT/TT/MSV/003/0001 21 (1131); SSJ 85 (02.06.1132); SSJ 90 (07.12.1141); PT/TT/MSV/003/0001 31 (1142); DRI 198 (20.05.1143); PT/TT/MSV/003/0001 36 (1145); PT/TT/MSV/003/0002 2 (1149); PT/TT/MSPP/012/004 8 (1173); PT/TT/MSV/003/0002 5 (1153); PT/TT/MSV/003/0002 6 (1155); PT/TT/MSV/003/0002 9 (1156); PT/TT/MSV/003/0002 34 (1199); SSJ 154 (31.03.1200).

¹⁰⁴⁹ DC 14 (13.04.907).

¹⁰⁵⁰ LF 108 (02.04.1081); LF 612 (29.06.1082); LF 110 (30.12.1082). Curiosamente, provinham de outra entidade eclesiástica. Isto pode ser indicativo da terminologia utilizada, do facto de o escritor não ter conhecido pessoalmente o território, de ter escrito o que lhe foi relatado. Uma reflexão, esta, que deve ser aplicada a todos os casos semelhantes.

¹⁰⁵¹ DC 281 (22.11.1033): «et alia inter Ave et Labrugia nominata Vila Plana et ave iacemtia inter mirazi et moreirola et de alia parte mola de olibas alphe montis Castro Bove territorio Labrense et Portugal in litore maris». Sobre a menção do território labrense, ver ALARCÃO, 2000.

¹⁰⁵² DC 333 (09.03.1044): «in villa Paredelias subtus Montes Kastro de Bove territorio Portugulensis discurrentis ribulo Cadabom loco predicto».

de 1185, Mattoso propõe Garcia Menendes como governador¹⁰⁵³. O documento, um foral de couto concedido ao mosteiro de Vairão, menciona o fidalgo sem o vincular claramente a esta fortificação, indicando-o como *tenens* daquela terra: «Et alferes meus qui et tunc ipsam terram de me tenebat Garcia Menendez».

A abundância de documentos escritos contrasta com a escassez de documentos materiais. A construção da capela de Santo Ovídio (a mesma dedicação da capela edificada onde surgia o castelo de Avioso) e do seu parque de merendas alterou significativamente a localidade, sobretudo no topo da colina¹⁰⁵⁴. Barroca escreveu que, apesar disso, ainda é possível perceber «linhas de muralha, encobertas por sedimentos, e há afloramentos rochosos talhados artificialmente e vestígios de alinhamentos de muralhas»¹⁰⁵⁵. Aspeto que constatámos parcialmente durante uma visita, no verão de 2018, com o próprio Barroca, e durante a qual encontrámos material cerâmico pertencente à cultura *castreja*, confirmando o que Silva propôs¹⁰⁵⁶.

Poderíamos, portanto, interpretar este elemento defensivo como um castelo-recinto fruto do reaproveitamento do castro da Idade do Ferro, provavelmente dotado ainda de uma plataforma elevada ou uma torre de madeira para permitir uma melhor visão. No entanto, o que deixa em aberto uma outra interpretação — a de uma reutilização da antiga fortificação, mas para aí implantar um verdadeiro castelo militar¹⁰⁵⁷ — poderá ser a utilização do termo *castellum* nos documentos de 974¹⁰⁵⁸, sem, no entanto, excluir a possibilidade desta expressão — dada a ligação à *civitas* de Alvarelos — estar também ligada à povoação *castreja*¹⁰⁵⁹. A realização de escavações *in situ* será muito difícil, mas algumas respostas poderão ser dadas pela análise da documentação do século XIII do mosteiro de Vairão, que, segundo sabemos, se encontra ainda em grande parte inédita¹⁰⁶⁰.

Castro Celoria, conhecido localmente como Castro Retorta, surge nos registos apenas em dois documentos, um do final do século XI e outro do início do século XII: «*ipsa ereditate [...] et est suctus castro Celoria*»¹⁰⁶¹; «*in villa quos vocitant Retorta subtus kastro Celouria discurrere rio Ave terri[torio Portukal prope] litore maris*»¹⁰⁶². A documentação refere-se

¹⁰⁵³ MATTOSO, 2001c: 187; DR I 185.

¹⁰⁵⁴ «hoje bastante desfigurado por diversas construções e, particularmente, a de uma capela situada bem no centro do que seria a sua acrópole» (DINIS, 1993: 94).

¹⁰⁵⁵ BARROCA, 2017a: 225.

¹⁰⁵⁶ SILVA, 1986: nota 333.

¹⁰⁵⁷ «castelo o que parece sintoma de uma construção relativamente cuidada» (ALMEIDA, 1978: 34).

¹⁰⁵⁸ LP 187; 187a (12.05.974): «*villam quam dicunt Valeriani, que est iuxta Castellum de Bove, ribulum Ave inter villa Mazanaria et Fornello*»; «*villa que dicent Valeriani, que est iuxta Castellu de Bove, ribulum Ave inter villa Mazanaria et Fornellu*».

¹⁰⁵⁹ Como no exemplo do *Castellum Madiae* (MOREIRA, 2009: I, 17, 325), em que o autor relata o que Alarcão propôs: «Jorge Alarcão, em recente ensaio sobre os “cantões proto-históricos do Noroeste de Portugal”, aventa a possibilidade de este castro se ter inscrito no cantão Labrencio e que, o seu “lugar central”, o castro Boi, tenha assumido o nome de *castellum Labrensi*». Cf. ALARCÃO, 2000.

¹⁰⁶⁰ Pelo menos quatro maços, como indicado na ficha dedicada pela Torre do Tombo ao Mosteiro do Salvador de Vairão.

¹⁰⁶¹ DC 932 (22.04.1100).

¹⁰⁶² DP III 350 (10.02.1110).

à localização de um castro da Idade do Ferro que ainda não foi sistematicamente escavado¹⁰⁶³. O terreno onde se encontra é privado e, segundo nos disseram, foi utilizado durante anos principalmente como pasto para gado¹⁰⁶⁴. Podemos, portanto, imaginar o estado em que se encontra o sítio¹⁰⁶⁵. A localização ao longo do rio, numa pequena colina, é estratégica¹⁰⁶⁶. Inicialmente, pensámos numa possível ligação ao controlo das fronteiras da diocese do Porto, ideia que, por um lado, nos fascinou, mas que, por outro, se revelou sem documentação de suporte (e sem qualquer caso comparável). *Castro Celoria* não consta da lista de Almeida, e até Barroca manifestou recentemente dúvidas sobre a sua efetiva natureza¹⁰⁶⁷. Pela nossa parte, não acreditamos que estivesse ativa na época medieval. Mais uma vez, a expressão *subtus* indicaria uma indicação geográfica.

Três outras referências a possíveis elementos defensivos aparecem também nos documentos consultados, que analisamos brevemente. A primeira é a de *Mons Ansedo*, testemunhada em três documentos do século XII: «in vila Viliaurei que vocidant Vila Pauca ad radice de monte Ansedo et iace inter Fleseno et Parada subtus mons Faro teredorio Portugalensis discurrente rivulo Laurugia»; «in villa Freiseno subtus mons Ansedo, dicurrente rivulo Labrugia, territorio Portugal»; e «in villa Frexeno territorio Portugalensi subtus monte Ansedo discur[r]ente rivulo Labrugia»¹⁰⁶⁸. Almeida, baseando-se apenas no primeiro documento (1115), inclui-o na sua lista¹⁰⁶⁹. Analisando o texto do documento, por outro lado, parece-nos evidente o valor geográfico da expressão «ad radice de monte Ansedo», bem como a referência seguinte ao *Mons Faro*. Não conseguimos determinar a sua localização.

Num documento inédito da primeira metade do século XII, lê-se: «Villa Viride subtus mons Leboreiro [...] discurrente flumine Ave territorio Portugal»¹⁰⁷⁰. Não sabemos se devemos identificar essa *Villa Viride* com a localidade da freguesia de Fornelo, ou com a homónima da freguesia de Touguinhó. Esta última, no entanto, situa-se a norte do Ave e, portanto, fora da nossa área de investigação. Por esta razão, não nos foi possível propor uma localização.

Para terminar, num documento do último quartel do século XI, encontramos uma referência a uma *Petra Alva*: «qui iacet ad Petra Alva cum suo monte in [...] ro et fere in illo iuncal»¹⁰⁷¹. Uma «pedra branca» que, no entanto, não conseguimos localizar. Mesmo para

¹⁰⁶³ Sobre Castro Retorta, ver DINIS, 1993: 93-94; MOREIRA, 2009: I, 324.

¹⁰⁶⁴ Agradecemos ao doutor Paulo Pinto Costa, antigo presidente da APPA de Vila do Conde (outubro de 2019), pela comunicação.

¹⁰⁶⁵ «Encontra-se atualmente bastante destruído, pois parte tem utilização agrícola permanente que, ao longo dos tempos provocou o revolvimento das camadas arqueológicas» (MOREIRA, 2009: I, 324).

¹⁰⁶⁶ DINIS, 1993: 93.

¹⁰⁶⁷ BARROCA, 2017a: 223, em que o autor escreve: «Mas devemos confessar que, pelo laconismo das referências documentais, temos algumas dúvidas».

¹⁰⁶⁸ Respetivamente, DP III 511 (17.07.1115), MTM LXXXIII (13.03.1146), LF 777 (22.01.1151).

¹⁰⁶⁹ ALMEIDA, 1978: 29, em que o autor especifica «Este monte aparece-nos uma vez só». O documento LXXXIII, do MTM, é editado em 1978, provavelmente após a apresentação do trabalho académico; estranho, no entanto, o documento LF 777: a primeira edição do cartulário de Braga é anterior.

¹⁰⁷⁰ PT/TT/MSV/003/0001 23 (1130?).

¹⁰⁷¹ DC 556 (13.04.1078).

estes dois últimos casos apresentados, não consideramos que *Mons Leboreiro* ou *Petra Alva* sejam identificáveis como elementos defensivos. Barroca não os menciona nas suas obras.

Concluimos esta secção sobre Vila do Conde apresentando uma possível atalaia que Moreira descreve da seguinte forma:

Localiza-se a cerca de 500 m a noroeste de Farilhe. Encontra-se implantado num pequeno cabeço sem características defensivas de relevo. A plataforma superior encontra-se coroada de pedras de pequena dimensão com afeiçoamento revelando a sua utilização como elementos construtivos. Embora em pouca quantidade identifica-se à superfície cerâmica romana e medieval¹⁰⁷².

Estando situada numa pequena colina, a cerca de 2,5 quilómetros de *Castro de Bove* — com o qual está em contacto visual direto —, podemos supor que se tratava de um ponto de vigilância ligado a esta estrutura «principal», com a função de cobrir parte da encosta oriental, que tem um terreno mais acidentado do que o ocidental¹⁰⁷³.

¹⁰⁷² O autor propõe que a (provável) atalaia se situe no território da aldeia de Canidelo, mas nós sugerimos que se reconsidere a sua localização no território de Vairão.

¹⁰⁷³ Sem excluir outros contactos visuais com a vizinha Atalaia do Património (Maia) e o reduto militar de São Marçal (Trofa), mas também com o *Mons Faro* e o castelo de Avioso (Maia).

4
SUL DO DOURO

4.1. AROUCA

O estudo pormenorizado do período medieval do atual concelho de Arouca é facilitado pela abundância de documentação escrita devido à produção do *scriptorium* do mosteiro de Santa Maria de Arouca, entidade eclesiástica fundada, provavelmente, no início do século X¹⁰⁷⁴.

O castelo de Valinhas, cabeça de terra da medieval *terra de Arauca*, é um caso muito interessante. Além da abundante documentação (sobretudo indireta) de que dispomos, podemos complementá-la com os resultados das numerosas campanhas de escavação de que foi alvo. *Castro Arauca* situava-se a poucas dezenas de metros da capela de São João de Valinhas, da qual tomou o nome atual, no ponto mais alto do monte e onde ainda se conserva o microtopónimo «castelo»¹⁰⁷⁵. Este sítio foi ocupado desde a Idade do Bronze, tornando-se, mais tarde, num povoado castrejo e apresentando vestígios tardo-antigos, medievais e medievais. O local terá sido abandonado na primeira metade do século XIII¹⁰⁷⁶. No século XVIII, as suas ruínas já não eram visíveis, mas a memória local relatava que neste monte tinha havido «hum castello que fora dos Mouros»¹⁰⁷⁷.

Quanto às suas primeiras citações em fontes escritas, discordamos do que propõem Silva e Ribeiro, que, em parte, retomam Almeida¹⁰⁷⁸. A ligação ou identificação do *Castro Arauca* com o *Castro Romariz*, mencionado num documento de meados do século X, parece um pouco forçada após uma análise cuidada da fonte, e nada provável que se refira a qualquer estrutura presente no monte Valinhas. Propomos, em vez disso, uma estrutura em Romariz, ou na zona entre Romariz e a freguesia de Moldes: «villam de Sancto Petro [...] dividet per riu de Molides et de Romariz castro et cum Cartimir»¹⁰⁷⁹. De facto, mesmo conhecendo as diferentes gramáticas e sintaxes do latim medieval, parece-nos claro que a palavra «castro» deve ser associada à localidade de Romariz; caso contrário, a designação *villa* poderia ter sido atribuída às localidades mencionadas ou, pelo menos, ter tornado o documento com uma «et de Romariz [et (de)] Castro». Pensámos que se tratava de um erro de transcrição, mas tanto a versão do PMH como a recente edição da CMM (2001) reportam a passagem de forma idêntica. Assim, pensamos que a *villa castro* — correspondente à atual localidade Castro, que ainda se ergue

¹⁰⁷⁴ O mosteiro foi inicialmente dedicado aos santos Pedro e Paulo. Sobre o mosteiro e a sua documentação, ver COELHO, 1988 = MA; COELHO, 1989; SILVA, 2001 = CMM. Além desta abundante documentação, há que acrescentar os numerosos documentos em DC, que não podemos enumerar aqui na íntegra. Há ainda muitos inéditos — mas fora do nosso alcance cronológico — conservados na Torre do Tombo em Lisboa: como é evidente, na ficha dedicada ao *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*. Sobre Arouca, ver FERNANDES, 1965. Esta obra está datada e contém várias propostas desatualizadas ou discutíveis, mas é um clássico indispensável para o conhecimento da região. Note-se que a freguesia de Castelo de Paivó pertence eclesiasticamente à diocese de Viseu.

¹⁰⁷⁵ «O ponto mais elevado da colina de São João de Valinhas é constituído por dois cabeços rochosos ligados por uma pequena plataforma» (SILVA, RIBEIRO, 2013: 31).

¹⁰⁷⁶ Comunicação oral de António Silva, durante uma visita à área arqueológica, em setembro de 2019. Cf. SILVA, RIBEIRO, 1999: 363-364; 2014: 162. Barroca indica-o como ativo entre 1150 e 1200: BARROCA, 2003b: 107.

¹⁰⁷⁷ BRANDÃO, LOUREIRO, 1991: 72.

¹⁰⁷⁸ SILVA, RIBEIRO, 2006-2007: 70; 2013: 31; ALMEIDA, 1978: 30, que se baseia nas considerações de FERNANDES, 1965.

¹⁰⁷⁹ CMM 2 (07.09.951). Ver o que se escreve sobre este documento nas páginas seguintes.

no sopé do monte Valinhas — não seja mencionada pela primeira vez no século X, como propõe Fernandes, mas a partir do último quartel do século XI até, pelo menos, meados do século seguinte¹⁰⁸⁰. Sobre a nova alusão ao castelo de Valinhas num documento de 1062, não podemos deixar de notar que o documento em causa se refere a localidades (Real, Friamil, Castro) situadas no território da freguesia de Real, concelho de Castelo de Paiva, longe do monte Valinhas. No documento, lê-se: «hereditate nostra propria que avemus inter Paiva et Alarda, territorio Urbis Anegie, subtus mons Serra Sicca, discurrente rivulo Sardoria, et ipsa villa Rial in loco predicto Castro, et alio Castro, et Fredamil»¹⁰⁸¹. Recentemente, os autores alteraram o seu ponto de vista, deixando de atribuir este documento à *Castro Arauca*¹⁰⁸².

Temos nove menções diretas ao *Castro Arauca*, datadas entre 1080 e 1119¹⁰⁸³: oito do século XI¹⁰⁸⁴, e uma do século XII¹⁰⁸⁵. A análise destes documentos revela um aspeto muito importante nas fórmulas utilizadas: a expressão «prope», que poderia ter tanto um valor de enquadramento espacial como político-territorial. Apenas uma vez é utilizado o termo *subtus*, mas, neste caso, com um significado claramente espacial: a mencionada igreja de *Sancti Jacobi* está fisicamente «abaixo» do *castellum*. Para indicar uma subordinação política, encontramos a expressão «de mandamento de illo castello» num documento de 1092, uma fonte interessante também porque, pela primeira vez, o sítio fortificado é designado por *castellum*, talvez indicando a transição de uma primeira fase em que se tratava de um pequeno elemento defensivo, para uma segunda em que a estrutura se tornou mais complexa, abrangendo uma área maior, provavelmente com «alojamentos», estruturas de apoio como estábulos e certamente

¹⁰⁸⁰ FERNANDES, 1965: 28, em que o autor propõe — erradamente para nós, como mostra a análise anterior do documento — que esta *villa castro* já era mencionada no DC 63, de 951. O primeiro documento seria de 1081: «et dividit ipsa hereditas cum termino de Sancto Petro [...] et cum Castro» (CMM 25, 11.11.1081). Assim também segundo o editor do CMM, no qual o índice não atribui o CMM 2 à localidade Castro, mas apenas a Romariz (CMM: 184). Localizámos mais de uma dezena de documentos relacionados com esta localidade, que não referimos por não serem essenciais para a nossa investigação.

¹⁰⁸¹ DC 432 (02.08.1062); Cf. DC 255 (03.[1024]): «ereditate nostra propria que avemus inter pavia et alarda territorio urbis Anega subtus mons Serra Sicca discurrente ribulo Sardoria et ipsa vila Rial in loco predicto (manca parola) castro et alio castro et fredumir».

¹⁰⁸² SILVA, RIBEIRO, 2013: 31.

¹⁰⁸³ Pode parecer um número reduzido, mas, em comparação com a situação de outros castelos cabeça de terra, trata-se de um corpo documental respeitável.

¹⁰⁸⁴ CMM 127 (15.01.1080): «in villa Congustu subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrente ribulo Alarda prope castro Arauca»; CMM 99 (30.03.1088): «in vila Noikeiroda subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sika discurrente rivulo Aarda prope castro Arauca»; CMM 12 (11.06.1092): «casale que habeo iuxta illa ecclesia Sancti Stephani in villa Ribulo Mollides et iacet illo casale iuxta illa ecclesia vocabulo Sancta Maria e Sancto Stephano [...] in termino de villa Penso [...] et per termino de illo casale de mandamento de illo castello et inde»; DC 873 (30.03.1098): «in vila noikeiroda subtus mons Fuste et alia parte Serra Sicca discurrente rivulo Aarda prope castro Arauca»; CMM 129 (10.01.1100): «ipsa hereditate iacentia in villa Congusto subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrente rivulo Alarda prope castro Arauca»; DC 923 (15.01.1100): «in villa Cumgustu subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrente ribulo Alarda prope castro Arauca»; CMM 13 (12.1100): «in villa quos vocitant Congusto subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente rivulo Alarda prope castro Arauca»; CMM 114 (27.02.1100): «in vila Cumgustu subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sica discurrente rivulo Alarda in loco ubi dicent kasal de Zameiro et est prope castro Arauca».

¹⁰⁸⁵ CMM 36 (30.04.1119): «in loco predicto in Sancti Iacobi subtus castellum».

— como veremos — uma forja. E assim é como vem referido no último documento que — no atual estado da investigação — menciona esta fortificação¹⁰⁸⁶.

No que diz respeito às fontes indiretas, temos vários documentos que fazem referência a *terra Arauka* e, portanto, indiretamente ao seu castelo, bem como referências aos seus *tenentes*. A primeira menção direta à nova unidade territorial encontra-se num documento de 1066, em que se lê: «in terra Arauka»¹⁰⁸⁷. A historiografia portuguesa, no entanto, baseando-se na «sinonímia terra-território», atribuiria a primeira referência a 1054, com um documento que cita a «baselica fundata est territorio Arauca in villa que vocitant Sancto Petro»¹⁰⁸⁸. Com base nesse conceito, encontramos outros quatro documentos mais antigos que utilizam a mesma expressão («territorio Arauca»). No primeiro, datado de meados do século X, lê-se: «quorum baselica est fundata in territorio Arauca in villa que vocitant Sanctum Petrum et in villa Cartamiri»¹⁰⁸⁹. Não nos parece que seja possível aplicar o significado de terra, ou seja, de divisão administrativa, a uma data tão antiga. O segundo e o terceiro documentos, datados de 1038, são muito semelhantes, embora apresentem algumas diferenças¹⁰⁹⁰, mas não no que diz respeito ao objeto do nosso estudo, como mostra a passagem seguinte: «baselica fundata est dignoscitur territorio Arauca subtus mons Serra Sicca et Fuste discurrante ribulo Alarda loco monasterio constructu». Temos algumas dúvidas sobre estes documentos, uma vez que tinham passado poucos meses desde a vitória de Fernando I sobre Bermudo III de Leão na batalha de Tamarón (1037), e é provável que as reformas administrativas só tenham começado depois de o monarca ter consolidado o seu poder¹⁰⁹¹. Dito isto, não podemos descartá-los como indícios precoces do aparecimento de uma nova divisão administrativa. O quarto e último documento (datado de 1052) é aquele que, do nosso ponto de vista, não apresenta dúvidas: «in villa Molnes [...] et in villa Romarizi [...] in villa Fiqueredo [...] et habent ipsas villas iacentia in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrante ribulo Molnes a Paviola et Romarici ad Alarda»¹⁰⁹². Assim, propomos que a data do eventual estabelecimento da *terra de Arauka* seja antecipada para, pelo menos, 1052.

Com base no estudo de Amaral e Barroca¹⁰⁹³, sabemos que Arouca foi governada entre 1085 e 1087 por um «triumvirato» composto por *Egas Ermigiz, Odorio Telliz e Gavino*

¹⁰⁸⁶ CMM 36 (30.04.1119).

¹⁰⁸⁷ DC 451 (24.03.1066). Encontrámos muitos outros documentos posteriores a este mapa, que, no entanto, ao contrário de outros casos, decidimos não mencionar em nota de rodapé, uma vez que existem, pelo menos, duzentas menções. Estas referências podem ser deduzidas através da comparação e consulta dos vários documentos utilizados na análise dos territórios municipais de Arouca e Castelo de Paiva. O período abrangido ultrapassa largamente os finais do século XII.

¹⁰⁸⁸ CMM 11 (19.04.1054); SANTOS, 2004: 1, 34, nota 68; BARROCA, 1990-1991: 117; SILVA, 2011: 19.

¹⁰⁸⁹ CMM 51 (12.04.956).

¹⁰⁹⁰ CMM 60 e 73 (22.10.1038). Sobre as diferenças entre os dois documentos, ver MA III.

¹⁰⁹¹ Como vimos no capítulo anterior, de facto, para Penafiel, podemos supor a criação da sua terra em 1047.

¹⁰⁹² CMM 7 (24.04.1052).

¹⁰⁹³ AMARAL, BARROCA, 2012: 346-347. Ventura, no entanto, parece não se ocupar da *terra de Arauca* na sua investigação (Cf. VENTURA, 1992). Fernandes propõe Garcia Moniz como primeiro *tenens*, com base num documento que relata a doação do mosteiro de Arouca por Toda Gudesteiz ao seu sobrinho Froila Gudesteiz «in presentia Garsea Monionis» (CMM 4, 53 e 76, de 17.04.1060): FERNANDES, 1965: 243.

*Froilaz*¹⁰⁹⁴. Em vez disso, para 1091, encontramos um documento que relata um grupo diferente de governantes, incluindo uma mulher: «in ipsis temporibus mandante Arauca Odorio Telliz vigario eius Vimara Gondesindiz. Alvaro Telliz vigario eius Menendo Odoriz. Guntina Eriz vigarios eius Alvitudo Didaz Petro Roderiguis»¹⁰⁹⁵. Voltando ao estudo de Amaral e Barroca, vemos então como o triunvirato é composto, em 1092, por *Odorio Telliz*, *Alvaro Telliz* e *Monnio Veniegas*¹⁰⁹⁶. Passamos, então, a uma segunda fase, em que Arouca parece ser governada por um único *tenens*: em 1094, por *Martino Monniz*¹⁰⁹⁷; entre 1098 e 1100, por *Egas Gondesindiz*¹⁰⁹⁸; em 1104, por *Menendus Moniz*¹⁰⁹⁹. Em 1105 e 1106, é a vez de *Egas Moniz* (de Ribadouro), juntamente com a sua mulher *Gontina* («In Arauca dominante Egas Muniz et domna Gontina»)¹¹⁰⁰. Em 1112 e 1113¹¹⁰¹, é a vez de *Petrus Garcia* e *Egas Moniz* (de Ortigosa)¹¹⁰²; entre 1113 e 1115, governaram *Egas Moniz* (de Ortigosa) e *Monnio Rodriquiz*¹¹⁰³, embora, em 1114, apenas *Monnio Rodriquiz* surja como *senior* de terra¹¹⁰⁴. Em 1116, temos *Suario Pelaiz* e *Egas Muniz* (de Ortigosa) «qui tenebant Arauca»¹¹⁰⁵. Para terminar, em 1117, «dominante in Arauca Monio Rodriquiz et Egas Moniz» (de Ortigosa)¹¹⁰⁶. Um documento de 1155 menciona um Sancho Nunes como *tenens* de Arouca, mas a condicional é obrigatória, uma vez que o editor do documento o considera uma falsificação¹¹⁰⁷. O desaparecimento do castelo e dos seus castelões (?) do registo escrito em apenas dois anos pode indicar o início de uma perda de importância desta estrutura, mas, de momento, é apenas uma hipótese que aguarda a análise de nova documentação (inédita?). Por fim, em 1171, na concessão de um couto por D. Afonso Henriques, lê-se «tibi Petro Gonsalvi iustitiae de Arouca», informando-nos sobre o possível representante régio da terra de Arouca na altura, sem, no entanto, indicar claramente que residia na estrutura fortificada aqui em causa¹¹⁰⁸.

As primeiras campanhas arqueológicas tiveram início em 1988 e prosseguiram anualmente até 1997. Foram acompanhadas de uma limpeza florestal e do mapeamento de uma

¹⁰⁹⁴ CMM 62 (14.03.1085); CMM 27 (15.03.1085); CMM 83 (20.03.1085); CMM 71 (12.05.1085); CMM 33 (13.12.1085); CMM 39 (08.01.1086); CMM 26 (08.01.1086); CMM 67 (19.04.1086); DC 660 (03.05.1086); CMM 6 (13.06.1086); CMM 13 (25.04.1087). MATTOSO, 2001c: 141.

¹⁰⁹⁵ CMM 10 (04.01.1091).

¹⁰⁹⁶ CMM 70 (24.02.1092); CMM 66 (30.12.1092).

¹⁰⁹⁷ DC 810; CMM 9 (10.08.1094).

¹⁰⁹⁸ CMM 78 (15.12.1098); CMM 21 (01.04.1100). O segundo documento menciona também a sua mulher *Unisco Beniegas*, talvez associada ao governo? MATTOSO, 2001c: 141.

¹⁰⁹⁹ Diss. III, 124 (01.04.1104). O documento pode, no entanto, ser uma falsificação.

¹¹⁰⁰ CMM 18 (1105); CMM 111 (07.01.1106).

¹¹⁰¹ Amaral e Barroca propõem unicamente 1112 (AMARAL, BARROCA, 2012: 347).

¹¹⁰² CMM 38 (07.11.1112); CMM 117 (09.02.1113).

¹¹⁰³ CMM 116 (07.09.1113); CMM 15 (04.07.1114); DP III 506 (09.05.1115).

¹¹⁰⁴ CMM 42; CMM 54 (05.1114). Esta distinção não é devidamente sublinhada por Amaral e Barroca (AMARAL, BARROCA, 2012: 347).

¹¹⁰⁵ CMM 1118 (18.04.1116); MA 12 (15.05.1116).

¹¹⁰⁶ CMM 96 (05.07.1117).

¹¹⁰⁷ DR I 255 (06.1155).

¹¹⁰⁸ DR I 308 (03.1171).

parte da área escavada¹¹⁰⁹. Retomaram-se, então, as escavações, que terminaram em 2008, fornecendo muitas informações, mas deixando, ao mesmo tempo, muitas questões em aberto¹¹¹⁰. O castelo foi construído no final do século IX ou, mais provavelmente, no início do século X¹¹¹¹, e a sua construção pode ser enquadrada no processo de expansão para sul do reino asturiano-leonês, ligado à ocupação do Porto em 868, cidade da qual o castelo dista pouco mais de quarenta quilómetros. Na opinião de Silva, o castelo de Valinhas, juntamente com os de Carvalhais, monte Coruto e o da *civitas Sancta Maria*, que analisaremos mais adiante, constituiriam uma segunda linha de defesa, mais avançada do que a existente ao longo da margem sul do Douro¹¹¹².

As escavações incidiram, principalmente, em dois setores. O primeiro corresponderia à estrutura defensiva na sua fase inicial:

*A área principal do castelo (sector A) caracteriza-se por uma pequena plataforma ovalada, com cerca de 23 metros no sentido longitudinal ESE/ONO. por oito metros de largura, delimitada por grandes afloramentos graníticos (Figs. 5, 6 e 7), nomeadamente o que se situa a Sudeste, de maior altura e voltado sobre o vale de Arouca, pelo que poderá ter constituído ponto estratégico de vigia natural, senão mesmo base de assentamento de um torreão, do que, todavia, não existem traços evidentes*¹¹¹³.

Nesta primeira área, foram identificados dois níveis de incêndio e abandono¹¹¹⁴, ligados à presença de certas estruturas difíceis de interpretar «destacando-se, todavia, a base do que identificámos como um provável torreão. Esta construção, originalmente de plano subtriangular, sofreu pelo menos duas remodelações, em articulação estratigráfica com alguns dos depósitos datados pelo radiocarbono»¹¹¹⁵.

Se a hipótese que formulámos durante a visita ao sítio arqueológico estava correta, ou seja, que esta torre se encontrava ao lado da provável entrada do castelo¹¹¹⁶, estaríamos perante uma situação semelhante à do castelo de Matos e, provavelmente, à de Penafiel¹¹¹⁷. No segundo setor escavado, encontraram-se «vestígios de metalurgia do ferro relacionados com a fase mais recente da ocupação medieval»¹¹¹⁸. Segundo Silva e Ribeiro, esta fase (entre

¹¹⁰⁹ SILVA, RIBEIRO, 1999: 364.

¹¹¹⁰ SILVA, RIBEIRO, 2013: 30-35; 2014: 162.

¹¹¹¹ Esta proposta é também apoiada pela análise dos fragmentos de cerâmica encontrados *in situ*. SILVA, RIBEIRO, 2006-2007: 69-88.

¹¹¹² SILVA, 2011: 3.

¹¹¹³ SILVA, RIBEIRO, 2013: 31.

¹¹¹⁴ «A madeira foi certamente um dos principais elementos construtivos, nomeadamente no período mais antigo, como se atesta pelas vigas carbonizadas que foram encontradas, possivelmente em resultado de um incêndio ocorrido nos finais do século IX ou começos do seguinte» (SILVA, 2011: 5).

¹¹¹⁵ SILVA, RIBEIRO, 2014: 162-163.

¹¹¹⁶ Cf. SILVA, RIBEIRO, 2013: 31-32.

¹¹¹⁷ Ver as secções sobre Baião e Penafiel no capítulo anterior.

¹¹¹⁸ SILVA, RIBEIRO, 2014: 162. Sobre a análise arqueometalúrgica, ver SILVA *et al.*, 2000; SILVA, 2011: 10-13.

o final do século XII e o início do século XIII) marcará o início do abandono definitivo da estrutura¹¹¹⁹. Mais uma vez, a presença de uma forja remete para as características do castelo de Matos. Como já foi escrito, seria muito interessante proceder à análise arqueometalúrgica do que foi encontrado em Matos, nas escavações da década de 1980. Cerca de trinta mil fragmentos de cerâmica doméstica foram encontrados *in situ* durante as numerosas campanhas de escavação, «além de numerosos objectos metálicos em ferro»¹¹²⁰. Este sítio, certamente rico em informação, mas ainda não suficiente para responder a todas as questões relacionadas com a estrutura defensiva, merece ser escavado e estudado novamente. Esperemos que haja sensibilidade por parte das autoridades competentes. Além do castelo de Valinhas, existiam, pelo menos, três outras estruturas defensivas no atual território do concelho de Arouca.

A primeira destas estruturas é conhecida como castelo de Carvalhais, tomando o seu nome da localidade — situada na freguesia de Alvarenga — onde se encontram alguns ténues vestígios da sua existência. Infelizmente, não nos foi possível conhecer pessoalmente o local durante uma visita ao território de Arouca no verão de 2018. No entanto, podemos basear-nos no que foi escrito e relatado por Silva nessa excursão. Sobre um pequeno esporão cónico, sobranceiro a uma curva do rio Paiva, ergueu-se aquele que terá sido um dos primeiros castelos (ou atalaia) implantados na margem esquerda do Douro, em finais do século IX, na sequência das campanhas promovidas por Afonso III que levaram à ocupação do Porto em 868 e de Coimbra em 878¹¹²¹. Além de controlar a *karraria antiqua* que partia do Douro em direção ao vale de Arouca, e dada a sua posição ao longo do curso do Paiva, é provável que, nas suas imediações, existisse uma ponte (de que apenas resta memória) ou um ponto de passagem¹¹²². Uma situação semelhante à do chamado «Castelo dos Mouros», analisada na secção sobre Marco de Canaveses, para a qual remetemos. O reduto defensivo, além de aproveitar as defesas naturais do esporão em que se implantava, podia contar com um fosso artificial construído na base da elevação, sobretudo na zona noroeste. No cume da pequena montanha, são ainda visíveis entalhes na rocha, vestígios de muros soterrados e partes de muros que desabaram ao longo da encosta; foram também encontrados vários fragmentos de cerâmica medieval e castreja¹¹²³. É interessante notar que esta fortificação se situa no que terá sido o limite sudeste da *civitas Anegia*, cujo desmembramento, como vimos, deu origem à nova divisão territorial com as *terras*¹¹²⁴. Esta estrutura «fronteira» poderá, assim, ter mantido esta característica, guardando posteriormente a fronteira entre as *terras* de Arouca e Alvarenga¹¹²⁵.

¹¹¹⁹ SILVA, RIBEIRO, 2014: 163.

¹¹²⁰ SILVA, RIBEIRO, 2014: 164. Sobre as cerâmicas do castelo de Valinhas, ver SILVA, RIBEIRO, 2006-2007: 69-88; 2015; SILVA, 2011: 6-9.

¹¹²¹ SILVA, 2011: 16.

¹¹²² LIMA, 1999: 400-401; 2004: 312-313, 322.

¹¹²³ SILVA, 2011: 17; SILVA, RIBEIRO, 2013: 36.

¹¹²⁴ Ver a secção sobre Penafiel no capítulo anterior e na secção 2.2., com as respetivas referências bibliográficas.

¹¹²⁵ SILVA, 2011: 17; SILVA, RIBEIRO, 2013: 36.

No limite oriental do território da *civitas Sancta Maria* encontra-se o «castelo do Coruto», assim chamado por se situar na elevação conhecida como Alto do Coruto, localizada no território da freguesia de Escariz. Também neste caso, não encontramos, na documentação, referências claras a esta estrutura¹¹²⁶, mas as evidências arqueológicas indicam claramente a presença de um reduto defensivo. Segundo Silva, este sítio estava, sobretudo, ligado ao controlo de uma importante via com origem romana, «que ligava o interior beirão ao litoral»¹¹²⁷. Provavelmente construída de raiz (embora tenham sido identificadas na sua base cerâmicas datáveis entre o final da Idade do Bronze e o início da Idade do Ferro¹¹²⁸), esta estrutura deve ter estado ativa entre finais do século IX e a tomada de Coimbra, em 1064, altura em que, com a consequente deslocação da fronteira para o rio Mondego, terá começado a perder a sua funcionalidade¹¹²⁹. Encontraram-se vários fragmentos de cerâmica medieval que parecem ser coevos dos encontrados em Valinhas e Carvalhais¹¹³⁰. Visitámos o local em julho de 2018, acompanhados pelo arqueólogo António Silva¹¹³¹. Apesar da densa vegetação, foi possível reconhecer entalhes na rocha que albergam a base de um círculo defensivo de pedra (cujo perímetro não é possível determinar), tanto no topo como a meio da encosta¹¹³². Dada a sua pequena dimensão, não é de excluir a existência de um ponto de vigia no topo com uma estrutura de madeira.

Kastro Alvarenga, provável cabeça de terra da efémera terra de Alvarenga, aparece, segundo Lima, num documento de 1093, em que se lê «in villa Palmatianus subtus Kastro Alvarenga discorente ribolum Peacelo teretorio Portogalensis»¹¹³³. Um documento de alguns anos mais tarde, no qual a *terra* de Alvarenga é mencionada diretamente pela primeira vez, estaria ligado a este elemento: «In territorio Alvarenga villa [...] Asturianos»¹¹³⁴. Não temos dúvidas de que este último documento se refere a Alvarenga de Arouca, apoiados por um documento de 952 em que a «villa que vocitant Alvarenga» encontra-se em «territorio varganense urbis anegie»¹¹³⁵. A esta localidade estão também ligadas as *villae de Asturianos et de Palatiolo*. Nos restantes documentos em que a *villa Alvarenga* é citada, existem também referências que não deixam dúvidas quanto à sua identificação com o atual lugar de Arouca¹¹³⁶.

Voltemos ao documento de 1093, no qual Lima não identificou a *villa Palmatianus*, mas que «não se deveria situar muito longe de Alvarenga»¹¹³⁷. As nossas tentativas de identificar

¹¹²⁶ A este propósito, ver o que está escrito nesta secção sobre o *Mons de Meda*.

¹¹²⁷ SILVA, 2011: 15; SILVA, RIBEIRO, 2013: 38.; SILVA, *coord.*, 2004.

¹¹²⁸ SILVA, RIBEIRO, 2013: 37.

¹¹²⁹ SILVA, 2011: 14-15; SILVA, RIBEIRO, 2013: 38.

¹¹³⁰ SILVA, RIBEIRO, 2013: 37.

¹¹³¹ A quem agradecemos o tempo e a disponibilidade entre 2018 e 2020.

¹¹³² Cf. SILVA, RIBEIRO, 2013: 37.

¹¹³³ DC 797 ([05].1093). Também tratámos deste elemento defensivo em MARIANI, 2021.

¹¹³⁴ DC 943 (18.11.1100).

¹¹³⁵ DC 64 (27.05.952).

¹¹³⁶ Por exemplo, ver DC 30 (07.02.925); DC 38 (29.05.933); DC 43 ([02].937); DC 48 (29.02.938); DC 693 (25.12.1087); DC 810 (10.08.1094); CMM 9 (10.08.1094); CMM 58 (pós-1098).

¹¹³⁷ LIMA, 1993: II, 76, nota 1.

esta localidade também se revelaram infrutíferas, mas, por outro lado, encontrámos um outro documento que faz referência ao mesmo local: «in villa Palmacianos subtus civitas Alvarenga discurrente ribulo Pedacel territorio Portugalensis»¹¹³⁸. Em apoio desta tese, salientamos também que ambos os documentos foram produzidos ou, pelo menos, provêm dos arquivos de dois mosteiros bastante distantes da zona em causa. O documento de 1093 provém do mosteiro de São Bento da Avé-Maria do Porto, que, recorde-se, reúne várias realidades monásticas, entre as quais os mosteiros de São Cristóvão de Rio Tinto, do Salvador de Tuías e de Santa Maria de Tarouquela¹¹³⁹. O documento de 1117, por seu lado, provém do arquivo de São Salvador do Vairão. Além disso, neste último documento, encontramos aquela referência à *civitas*, que, se ligada a vestígios antigos, deveria indicar fragmentos importantes; na zona de Alvarenga, porém, não foram (ainda) encontradas áreas de interesse arqueológico com estas características. Propomos, portanto, uma solução alternativa, ou seja, que estes dois documentos se referem a uma zona situada a norte do Douro, onde se encontra a localidade de Palmazão, freguesia de Guilhabreu, concelho de Vila do Conde¹¹⁴⁰. Poder-se-ia pensar num erro do redator do documento ao referir *Alvarenga* em vez de *Albarelios*¹¹⁴¹. O que ainda não nos convenceu completamente foi o facto de o uso do termo *civitas* ter sido abandonado já no início do século X. Pensámos, então, em atribuir o primeiro documento à zona de Arouca (como propõe Lima), e o segundo à zona de Vila do Conde. Um outro elemento acabou por nos levar a privilegiar a hipótese de uma localização a norte do Douro: embora a grafia não seja a mesma, a referência ao *ribulo Peacelo/Pedacel* parece-nos suficiente para encerrar a questão. A isto acresce o facto de Fernandes — editor do TMH e conhecedor atento da área — não mencionar estes dois documentos entre os que atribui a Alvarenga¹¹⁴².

Mesmo sem o auxílio destes dois documentos controversos, podemos sustentar a hipótese de que a *terra* de Alvarenga terá existido, ainda que por pouco tempo, e que terá tido como centro militar um castelo. De facto, num documento de 1087, lê-se: «Mandante Alvarenga Nunnū Menendici e vigariis suis pelaio e mogaim»¹¹⁴³. Júnior apresenta uma lista diferente para os *tenentes* desta *terra*: Froila Absalonis (primeira metade do século X); Gavino Froilas (segunda metade do século XI); Egas Moniz, o *Aio* (primeira metade do século XII) e o seu filho Moço Viegas (segunda metade do século XII)¹¹⁴⁴. O autor não indica quaisquer fontes — documentais ou bibliográficas — que sustentem esta proposta, pelo que não a podemos considerar. Além disso, tanto Almeida como Barroca não incluem este castelo nas suas

¹¹³⁸ DP IV 60 (29.09.1117).

¹¹³⁹ Ficha da Torre do Tombo dedicada ao *Mosteiro de São Bento da Avé-Maria do Porto*.

¹¹⁴⁰ De facto, o editor da edição DP IV 60 relata como este documento trata de uma troca de bens que *Gundisabu Tructesindizi* e sua mulher *Maria Gondisalbizi* fizeram em Azevedo (concelho de Vila do Conde), com os que se encontravam em Palmazão e pertenciam a *Sisnandu Pelaizi* e sua mulher *Maria Gondesendizi*.

¹¹⁴¹ Não é raro encontrar na documentação medieval substituições das letras «b» por «v», e vice-versa. Cf. CARMINATI, MARIANI, 2017b: 108-109, nota 31.

¹¹⁴² FERNANDES, 1995: 187.

¹¹⁴³ DC 687 (10.07.1087).

¹¹⁴⁴ JÚNIOR, 1967: 8.

listas¹¹⁴⁵. Em termos de localização, Lima propõe o monte do Senhor dos Aflitos, de onde se tem uma excelente vista sobre o vale de Alvarenga e um troço do rio Paiva. O monte foi fortemente alterado nas encostas a norte e a oeste pelos trabalhos de construção de uma estrada, bem como, e sobretudo, pela capela de Santo António que se ergue no topo da elevação. Junto a este edifício, Lima refere ter encontrado várias cerâmicas pertencentes a dois períodos distintos: Idade do Bronze Final e Idade Média. Do lado su-sudoeste, eram ainda visíveis troços (cerca de trinta metros) de uma possível muralha, que, provavelmente, circundava a zona do cume do monte, fechando o espaço onde hoje se encontra a capela¹¹⁴⁶. Concluímos, reportando que, aparentemente, o topónimo «Castelo» ainda existia sob este monte no século XIX¹¹⁴⁷. Podemos colocar a hipótese de algumas estruturas de apoio estarem ligadas ao castelo de Alvarenga, entre as quais, talvez, uma atalaia situada nas Fragas das Torres, também no atual território de Alvarenga, em contacto visual direto e a menos de dois quilómetros em linha reta. Lima, ao visitar o local, relatou como não foi possível observar vestígios de estruturas, devido à presença invasora de eucaliptos¹¹⁴⁸. Silva confirma que o local, apesar de ser conhecido, nunca foi escavado e não se conhecem vestígios que justifiquem o seu nome¹¹⁴⁹.

O castro de Romariz (que identificaríamos com a localidade do mesmo nome, na aldeia de Burgo) é mencionado num documento de meados do século X: «villam de Sancto Petro [...] dividet per riu de Molides et de Romariz castro»¹¹⁵⁰. Pelo contexto do documento e pela ligação a um possível proprietário (talvez datando do período visigótico, quando era propriedade de um homem chamado *Romaricus*) é muito provável que este castro da Idade do Ferro tenha sido reutilizado como refúgio temporário entre os séculos IX e X. São necessárias mais informações, talvez escavações arqueológicas.

Encontrámos, por isso, na documentação menções a vários *montes*, que, do nosso ponto de vista, devem ser consideradas meras referências geográficas, utilizadas para localizar propriedades e *villae*, e não indicativas de elementos defensivos. Vamos proceder por ordem.

Monte de Amula é mencionado em três documentos datados entre 1070 e 1117¹¹⁵¹. Identificamo-lo com o atual monte da Senhora da Mó, situado entre os territórios das freguesias de Arouca e Moldes.

Mons Cividadelia e *Mons Prensorio* são mencionados num documento de 1100: «in territorio Auroca in villa Laurosa inter duos montes Cividadelia et Prensorio in loco predicto Laurosa»¹¹⁵². Ambos estão situados na mesma elevação. O primeiro a uma cota mais baixa

¹¹⁴⁵ Embora o segundo autor tenha apontado o documento de 1087 como prova da existência do *territorio Alvarenga* (BARROCA, 1990-1991: 117).

¹¹⁴⁶ LIMA, 1993: I, 120.

¹¹⁴⁷ Comunicação oral de Silva, em julho de 2018.

¹¹⁴⁸ LIMA, 1993: I, 203.

¹¹⁴⁹ Correspondência de setembro de 2019.

¹¹⁵⁰ CMM 2 (07.09.951).

¹¹⁵¹ CMM 19 (02.02.1070); CMM 14 (22.11.1098); CMM 92 (09.07.1117).

¹¹⁵² CMM 82 (10.02.1100).

(na localidade de Cidade), onde se encontrava um povoado do final da Idade do Bronze — início da Idade do Ferro¹¹⁵³, mas não foram encontrados sinais de reocupação medieval. O segundo poderia estar um pouco mais acima (na direção sudeste)¹¹⁵⁴, embora esta identificação não explique a utilização da expressão «inter duos montes». Poderá talvez indicar a parte mais a este, no sopé da qual se situa a localidade de Santa Maria do Monte.

Mons Galliero surge num documento de meados do século XII: «in villa quos vocitant Canelas subtus mons Galliero discurrente ribulo Pavia territorio [de Arakua?]¹¹⁵⁵. Esta é a elevação que se ergue a sudeste da aldeia de Canelas.

Os *Montes Lememar* e *Scuriscada* são mencionados num documento de 1144: «in territorio Arauca in villa Clavi inter duos montes Lememar et Scuriscada»¹¹⁵⁶. Infelizmente, não conseguimos localizá-los, mas parece claro que se situam no território da freguesia de Chave¹¹⁵⁷.

Mons Meda é referido entre 1112 e 1157¹¹⁵⁸. Não conseguimos localizá-lo; poderá situar-se entre o território das aldeias de Escariz e São Miguel do Mato ou, porventura, mais a norte. Inicialmente, pensámos associá-lo à estrutura do Alto do Coruto¹¹⁵⁹, mas a análise de um documento inédito de 1128 que menciona a *villa Vilares* (Canedo, Santa Maria da Feira) fez-nos desistir desta proposta.

Mons Nabales aparece em dois documentos de meados do século XII: «in clavi subtus mons Nabales discurrente ribulo Alarda territorio Arauca; hereditate nostra propria que habemus in Clavi subtus mons Nabales discurrente ribulo Alarda territorio Aroca [sic]¹¹⁶⁰. Supõe-se que corresponda a uma das alturas próximas da localidade de Nabais, freguesia de Escariz.

O *Monte de Quebranzana* é mencionado num documento de 1139¹¹⁶¹. Lima localiza-a em Vila Viçosa (localidade da freguesia de Espiunca), no monte onde se encontra a capela dedicada a São Pelágio¹¹⁶².

Embora existam apenas dois documentos que mencionam o *Monte Paradisum*¹¹⁶³, ambos são muito interessantes. De facto, da sua análise resulta claro que este monte se identifica

¹¹⁵³ SILVA, LEITE, 2010.

¹¹⁵⁴ A toponímia do lugar preservou a memória do sítio (Prançolio, erradamente registado na folha 155 do CIGeoE como Prançoito).

¹¹⁵⁵ MA 112 (24.06.1153).

¹¹⁵⁶ CMM 124 (01.11.1144).

¹¹⁵⁷ Sobre a etimologia de *Mons Scuriscada*, ver FERNANDES, 1995: 194-195.

¹¹⁵⁸ DP III 409 (25.08.1112): «in loco predicto quos vocitant in illo Parada et esparte per illo valo antico et fer de Ignea in Nina et esparte cum Peseguero subtus mons Meda discurrente rrilulo Ignea territorio civitas Portela»; DP IV 262 (18.05.1122): «in ilo Casal et em Capielos subtus mons Meda discurrente ribulo Inea terredorio Portugalemsis»; PT/TT/MSPP/012/0003 3 (1128): «In villa Vilares subtus mons Meda discurrente rivulo Humia território Portugal civitas Sancta Maria»; MA 119 (1157): «Cedofeita de Iusana subtus mons Meda discurr[e]n]te ribulo Humia teritorio Sancta Maria».

¹¹⁵⁹ Tanto mais que se trata da zona fronteira entre a *civitas Portella* e a *civitas Sancta Maria*. Ver nota de rodapé anterior.

¹¹⁶⁰ CMM 19 (05.08.1140); CMM 125 (12.04.1149).

¹¹⁶¹ DR I 170 (24.04.1139).

¹¹⁶² LIMA, 2004: 320.

¹¹⁶³ MA 80 (01.1143): «Montem Paradisum»; CMM 94 (12.07.1145): «hereditate nostra que habemus propria in villa de Castro subtus mons Paradiso territorio Arauca discurrente ribulo Manoçõ». O primeiro documento é a concessão do couto ao mosteiro de Arouca por D. Afonso Henriques.

com a elevação onde se situava o castelo de Valinhas, cabeça de terra de Arouca. Do nosso ponto de vista, estes documentos podem ser mais um indício de que as menções escritas aos vários *montes* devem ser interpretadas, sobretudo, como indicações geográficas. De outro modo, seria muito raro que não se utilizassem referências diretas ao castelo cabeça de terra, que certamente se destacava na paisagem e era um ponto conhecido na região. Há alguns anos, Barroca concordou que esta situação é evidente a partir do segundo quartel, ou de meados do século XII (dependendo das áreas examinadas), embora o autor continue a ter dúvidas sobre períodos anteriores¹¹⁶⁴.

Mons Calvo é mencionado num documento de 1151: «in villa que vocitant Villar subtus monte Calvo discurrere ribulo Caima territorio Calambria»¹¹⁶⁵. O topónimo manteve-se ao longo dos séculos: ainda hoje, encontramos um monte Calvo na freguesia de Albergaria da Serra.

Um documento de 1193 menciona o *Monte Sagado*, que não conseguimos localizar¹¹⁶⁶. Deve pertencer, provavelmente, ao território da freguesia de Tropeço.

Mons Tamara aparece na documentação escrita em cinco documentos datados entre 1115 e 1205¹¹⁶⁷. Não foi possível localizá-lo com precisão, mas propomos a sua localização nas elevações a norte da freguesia de Urrô.

Mons Zari é mencionado apenas num documento de 1129: «in villa Congusto territorio Arauca subtus mons Zari et ribulo Sonoso»¹¹⁶⁸. Pensamos que esteja relacionado com o monte perto da localidade de Saril, freguesia de Rossas, a (provável) *villa Zari* mencionada num documento de 1100¹¹⁶⁹.

Por fim, o *Mons Fuste*¹¹⁷⁰, que é um dos montes mais citados na documentação escrita desta região, juntamente com a *Serra Sicca*¹¹⁷¹, uma vez que é utilizado principalmente para georreferenciar o mosteiro de Arouca (quase 30% dos documentos) e o «seu» território. Aparece nos 131 documentos que conseguimos encontrar, datados entre 951 e 1210: um do século X¹¹⁷², quarenta e quatro do século XI¹¹⁷³ e oitenta e quatro do século XII (mais

¹¹⁶⁴ BARROCA, 2017b: 132.

¹¹⁶⁵ MA 105 (7.4.1151).

¹¹⁶⁶ MA 158 (11.1193): «Caput de Monte de Sagado».

¹¹⁶⁷ DP III 519 (29.11.1115); MA 58 (06.04.1129); MA 138 (10.1173); MA 174 (01.1200); MA 190 (12.1205).

¹¹⁶⁸ CMM 130 (01.1129).

¹¹⁶⁹ CMM 81 (17.02.1100).

¹¹⁷⁰ Sobre a sua etimologia, ver FERNANDES, 1995: 99.

¹¹⁷¹ Ver, neste capítulo, a secção sobre Castelo de Paiva.

¹¹⁷² CMM 2 (07.09.951).

¹¹⁷³ CMM Fonte 60 e CMM Fonte 73 (22.10.1038); CMM 7 (24.04.1052); DC 397 (17.01.[1056]); CMM 4, CMM 53 e CMM 76 (17.04.1060); CMM 16 (10.11.1067); CMM 24 (10.08.1077); DC 562 (20.12.1078); CMM 128 (10.12.1080); CMM 22 (12.03.1083); CMM 62 (14.03.1085); CMM 27 (15.03.1085); CMM 83 (20.03.1085); CMM 71 (12.05.1085); CMM 33 (13.12.1085); CMM 23 (24.02.1086); CMM 6 (13.06.1086); CMM 99 (30.03.1088); DC 712 (01.07.1088); CMM 66 (30.12.1092); CMM 44 (01.07.1094); DC 810 (10.08.1094); CMM 9 (10.08.1094); DC 832 (05.07.1096); DC 834 ([07].1096); DC 873 (30.03.1098); CMM 14 (22.11.1098); CMM 78 (15.12.1098); CMM 58 (pós-1098); CMM 45 (18.05.1099); CMM 129 (10.01.1100); DC 923 (15.01.1100); CMM 82 (10.02.1100); CMM 81 (17.02.1100); CMM 114

dois do século XIII)¹¹⁷⁴. Note-se que passam mais de oitenta anos entre a primeira (951) e a segunda menção documental (1038). *Mons Fuste* corresponderia ao atual maciço da serra da Freita. Contudo, tanto Almeida como Barroca indicam-no como uma das suas fortificações¹¹⁷⁵.

4.2. CASTELO DE PAIVA

A primeira referência escrita à *terra de Pavia* encontra-se num documento de 1064, em que se lê: «in terra de Pavia in villa Cerradelo»¹¹⁷⁶. Na segunda metade do século XI, portanto, podemos supor que esta unidade administrativa já estava dotada de um castelo, centro administrativo e simbólico da nova célula territorial. Encontrámos referências posteriores a esta *terra* na documentação escrita, menções que se estendem (pelo menos) até ao último quartel do século XII¹¹⁷⁷. De acordo com os estudos de Ventura e de Amaral e Barroca, o primeiro *tenens* da *terra de Paiva* terá sido, por volta de 1092, Afonso Peres de Ribadouro¹¹⁷⁸, a quem

(27.02.1100); CMM 40 (22.03.1100); CMM 8 (27.03.[1100]); CMM 21 (01.04.1100); CMM 32 (19.05.1100); DC 940 (07.10.1100); DC 946 (10.12.1100); CMM 113 (12.1100).

¹¹⁷⁴ CMM 112 (06.03.1101); CMM 85 (16.03.1102); CMM 65 (30.12.1104); CMM 18 (1105); CMM 109 (13.10.1105); CMM 111 (07.01.1106); DP III 304 (10.10.1108); CMM 38 (07.11.1112); CMM 115 (1112); CMM 117 (09.02.1113); CMM 116 (07.09.1113); CMM 108 (08.02.1114); CMM 42 (05.1114); CMM 54 (05.1114); DP III 481 (06.08.1114); DP III 506 (09.05.1115); DP III 519 (29.11.1115); CMM 118 (18.04.1116); CMM 100 (08.05.1116); MA 2 (15.05.1116); CMM 96 (05.07.1117); CMM 92 (09.07.1117); CMM 107 e CMM 110 (21.10.1118); CMM 37 (27.04.1119); CMM 90 (02.05.1119); CMM 49 (25.08.1119); CMM 105 (26.06.1120); CMM 122 ([24-25.02.1120-1121]); CMM 91 (19.07.[1120-1121]); MA 19 (10.01.1121); MA 20 (20.01.1121); MA 21 (15.02.1121); CMM 34 (21.03.1121); MA 24 (22.03.1121); CMM 131 (04.05.1121); CMM 28 e CMM 30 ([21.05.1121]); MA 30 (21.07.1121); MA 31 (12.08.1121); MA 32 (27.09.1121); CMM 80 (07.10.1121); CMM 46 (28.10.1121); CMM 47 (28.10.1121); MA 35 (28.10.1121); MA 36 (30.10.1121); MA 37 (02.11.1121); MA 41 (1122); MA 38 (22.01.1122); MA 40 (01.03.1122); CMM 93 (26.01.1124); CMM 31 (05.09.1124); MA 47 (20.07.1125); CMM 103 (17.01.1126); CMM 104 (03.06.1126); CMM 55 e CMM 56 (03.1128); MA 58 (06.04.1129); MA 59 ([07-30].04.1129); MA 66 ([15].05.1134) — falso ou falsificado; CMM 86 e CMM 87 ([18.11].1137); CMM 89 (20.08.1139); PT/TT/MSJBP/004/0008 35 (1139); «In villa quos vocitant Canelas territorio Lamicense subtus mons Fuste discurrente ribulo Pavia»; MA 73 (13.06.1140); CMM 124 (01.11.1144); CMM 52 (1145); CMM 27 (137) (19.08.1148); MA 92 (19.08.1148); MA 93 (26.08.1148); CMM 43 (20.08.1149); CMM 120 (10.09.1149); CMM 102 (1149); CMM 126 (07.01.1151); MA 107 (01.1152); CMM 57 (12.10.1152); CMM 134 (14.06.[1157-1167]); MA 124 (1160); MA 128 (5.1163); MA 160 (10.04.1194); MA 161 (01.05.1194); MA 166 (07.11.1198); MA 167 (01.1199); MA 168 (08.04.1199); MA 178 (11.1201); MA 200 (03.1210).

¹¹⁷⁵ ALMEIDA, 1978: 37. O autor propõe Fuste na freguesia de Moldes, mas não é claro se indica a localidade de Fuste propriamente dita ou toda a montanha sobranceira. BARROCA, 2003b: 96; 2004: 198-199.

¹¹⁷⁶ LTPS 12 (04.07.1064). Esta é a primeira referência à *terra de Pavia* desde que o DC 433, de 1062, é datado entre 1079 e 1101 como LTPS 32 (em ambas as edições de 1972 e 2015). Por esta razão, o que foi proposto em BARROCA, 1990-1991: 117, e SANTOS, 2004: I, 34, nota 68, seria incorreto.

¹¹⁷⁷ DC 451 (24.03.1066); LTPS 32 ([1079-1101]); LTPS 5 (antes de 30.07.[1095]); DC 939 (07.10.1100); DP III 113 (31.03.1103); DP IV 66 (12.04.1118); MA 43 (26.05.1123); MA 49 (1125); PT/TT/MSJBP/004/0007 27 (1127); «In villa quos vocitant Fornos subtus mons Sera Sica discurrente ribulo et territorio Pavia»; MA 60 (12.07.1130); PT/TT/MSJBP/004/0008 20 (1136); «In Vigidi [d'invalde druido (?)] subtus mons Serra Sicca discurrente flumen Dorio Territorio Pavia»; LTPS 7 (pós-1139); LTPS 6 (1142); PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 10 ([1146]); «Sobrado in terra de Pavia»; LTPS 19 (1171); LTPS 10 ([1172]); MA 144 (10.1179); LTPS 140 (12.1179); LTPS 33 [s. d.]. Entre estes documentos é muito interessante o DC 451, de 1066, em que são indicados os seus limites: «de illo Saxo in Durio et de Alarda in Pavia».

¹¹⁷⁸ AMARAL, BARROCA, 2012: 349; VENTURA, 1992: I, 1037. Infelizmente, nenhum destes autores apresenta documentação de apoio a esta proposta.

sucedeu, no final do século XI e início do século XII, Mónio Ermiges¹¹⁷⁹. Em meados do século XII, a terra passou a ser governada por Nuno Soares («Nuno Sudariz qui tunc tenebat terram»)¹¹⁸⁰. Por fim, a última referência possível a um *tenens* de Paiva é dada por uma epígrafe, que deve ter sido gravada na atual ilha e já desapareceu, com a notícia de uma cheia do Douro, e datada de [6] janeiro de 1180, quando Gonçalo Moniz governava a terra de Pavia: «+ NI [sic] ERA MCCXVIII^a INCOANTE/DIE DOMINICO II NS IANUARI/...E ...AGUA DISSERIO/FA IN EOQUE M AND AVI/GUNDSALBUS/MUNEONIS»¹¹⁸¹. Barroca incluiu nos castelos ativos entre 1150 e 1200¹¹⁸².

Na documentação de arquivo, como vimos, não temos referências diretas a esta estrutura, razão pela qual a sua localização suscitou inicialmente algumas dúvidas¹¹⁸³. No começo, Lima, seguindo a sugestão de Almeida, tinha proposto a localização do castelo cabeça de terra de Paiva no monte Castro, localidade da freguesia de Fornos, embora com reservas¹¹⁸⁴. O monte Castro tem a seu favor uma boa visibilidade sobre a zona envolvente, além de proporcionar uma área de dimensão adequada a um castelo cabeça de terra. No entanto, na sequência de várias prospeções de Lima, o sítio mostrou apenas vestígios de ocupação da Idade do Ferro, em conformidade com o que fora proposto anteriormente¹¹⁸⁵. Os resultados de novas prospeções no âmbito da construção de uma variante à Estrada Nacional 108 vieram confirmar esta hipótese¹¹⁸⁶. Almeida, na sua lista de fortificações, referiu também a de Outeiro do Castelo¹¹⁸⁷, transformada em ilha após a construção da barragem de Crestuma-Lever e a consequente subida das águas do rio Douro, identificando-a como uma fortificação romana tardia reutilizada na Idade Média; Lima indicou-a como medieval¹¹⁸⁸.

Mais tarde, também na sequência dos resultados de algumas campanhas de escavação em meados da década de 1990, Lima mudou de ideias e propôs esta (atual) ilha como localização do castelo cabeça de *terra de Paiva*. A localidade foi ocupada desde a Pré-História, mas ganhou importância na época romana, especialmente no período imperial tardio, quando se

¹¹⁷⁹ AMARAL, BARROCA, 2012: 349; VENTURA, 1992: I, 1037. Cf. INQ. 968a: «tempore domni Monionis Ermigii qui tenebat terram a rege».

¹¹⁸⁰ Assim, de acordo com VENTURA, 1992: I, 1037. Cf. DR I 211 (01.10.1145) que também propõe, como apoio, os DR I 214 e 216, nos quais Nuno é de facto mencionado, mas sem uma ligação clara a uma terra específica. A mesma estudiosa utiliza ainda o DR I 211 para propor Nuno Soares como *tenens* de Santa Maria da Feira (VENTURA, 1992: I, 1028, nota 8).

¹¹⁸¹ BARROCA, 2000c: 2, 430-433, com bibliografia relacionada e reflexões sobre a que terra pertence o Moniz.

¹¹⁸² BARROCA, 2003b: 107.

¹¹⁸³ LIMA, 2019: 47. Agradecemos ao autor a doação de um exemplar do livro.

¹¹⁸⁴ LIMA, 1993: I, 129-130; ALMEIDA, 1978: 33.

¹¹⁸⁵ LIMA, 1993: I, 129; Cf. SILVA, 1986: nota 835.

¹¹⁸⁶ Escavações do início do século XXI. Ver o ficheiro *Crasto/Castelo de Fornos*, do Portal do Arqueólogo. A ficha indica uma ocupação desde a Idade do Bronze até à romanização, informação confirmada pelo arqueólogo António Silva (comunicação oral, em julho de 2018).

¹¹⁸⁷ Embora a ilha esteja administrativamente sob a alçada do concelho de Cinfães, é propriedade do concelho de Castelo de Paiva. Por este motivo, decidimos incluir a fortificação na nossa investigação.

¹¹⁸⁸ LIMA, 1993: I, 129-130; ALMEIDA, 1978: 33.

tornou um provável ponto de controlo da passagem do rio Douro¹¹⁸⁹. O local desfrutava claramente de uma posição estratégica mesmo na Idade Média, uma vez que, além de controlar a travessia do rio e a estrada romana que por ali passava, foi colocado para proteger o porto de Paiva, nomeado num documento de 1108 («et fer in illo porto de Pavia»)¹¹⁹⁰.

Nesta localidade, existem ainda vestígios evidentes de uma fortaleza medieval constituída pelos vestígios (em negativo) de uma torre e de um perímetro amuralhado¹¹⁹¹. A torre erguia-se «no topo do mais alto penedo do Outeiro»¹¹⁹²; tinha uma forma retangular, mas a alteração, ao longo dos séculos, da rocha onde se encontrava não nos permite obter as suas medidas exatas, que deverão ser de cerca de oito por seis metros, com um espaço útil percorrível (atualmente) de cerca de vinte e sete metros quadrados. A espessura das paredes era, com base nos negativos, de cerca de quarenta centímetros, sendo mais espessas nos cantos, talvez para dar maior estabilidade à estrutura¹¹⁹³. A base da torre era acessível através de dois lanços de escadas de madeira, cujos entalhes ainda são visíveis, bem como um acesso efetivo à estrutura (no lado este) através de degraus escavados na rocha, dos quais restam vestígios ténues¹¹⁹⁴. A torre era o centro de uma estrutura defensiva reforçada por uma muralha de pedra — de forma elíptica —, cujo perímetro foi calculado em cerca de 110 metros de comprimento, protegendo assim uma área de, pelo menos, 750 metros quadrados. Em relação ao recinto, a torre está descentrada, formando uma passagem estreita ao longo das muralhas, do lado este¹¹⁹⁵.

Além dos abundantes fragmentos medievais encontrados *in situ*, e que Lima data de meados do século XI, é muito importante sublinhar a presença dos vestígios de uma estrutura relacionada com a atividade siderúrgica: um forno de fundição (e, portanto, uma forja?) do qual apenas foram encontradas as escórias de produção¹¹⁹⁶. Como vimos com os castelos de Matos e Valinhas, seria interessante analisar os resíduos. A já mencionada inundação do Douro em 1180, testemunhada pela epígrafe desaparecida, poderia ter sido a causa da destruição de parte desta fortificação e do seu posterior abandono.

A documentação de arquivo que recolhemos refere vários montes que podem ser localizados no atual território municipal de Castelo de Paiva. Após uma análise cuidada dos mesmos, julgamos não dispor de informação suficiente para os considerar mais do que meras indicações geográficas, não identificáveis com elementos defensivos. Procedamos com a sua análise.

¹¹⁸⁹ LIMA, 2014: 185.

¹¹⁹⁰ DP III 267 (07.01.1108).

¹¹⁹¹ Visitámos o local em setembro de 2019, juntamente com os arqueólogos Lima e Silva, a quem agradecemos a disponibilidade.

¹¹⁹² LIMA, 2019: 48.

¹¹⁹³ LIMA, 2019: 48.

¹¹⁹⁴ LIMA, 2019: 48-49; 2014: 190-191.

¹¹⁹⁵ LIMA, 2019: 48-49; 2014: 191.

¹¹⁹⁶ LIMA, 2019: 50-51; 2014: 193.

O *Monte Serra Sicca* é mencionado entre 951 e 1199 em cento e vinte e quatro documentos: dois do século X¹¹⁹⁷, quarenta do século XI¹¹⁹⁸ e oitenta e dois (dos quais quatro inéditos) do século XII¹¹⁹⁹. Tal como acontece com o já analisado *Mons Fuste*, esta elevação surge abundantemente nas fontes documentais, sendo, sobretudo, utilizada para georreferenciar o mosteiro de Arouca (25% dos documentos) e grande parte do «seu» território. O *Monte Serra Sicca* corresponde ao maciço Gamarão-Arressaio¹²⁰⁰ e não, como sugere Coelho, ao monte da Mó e ao Gamarão¹²⁰¹. Almeida inclui-o na sua lista de fortificações com apenas parte da indicação de Coelho (monte da Mó) e, sublinhando o erro, sugere uma localização «mais a NW»¹²⁰². Lima, na sua dissertação de mestrado, especula ainda que esta serra, correspondente à fronteira ocidental do território de *Anegia*, devia ser, se não fortificada, pelo menos, bem guardada, dado o seu elevado valor estratégico. No entanto, o arqueólogo confirmou-nos não ter encontrado indícios que corroborassem esta proposta e, na impossibilidade de explorar todo o maciço, limitou-se a visitar os três locais com melhores características para albergar uma fortificação: o Cimo de Arressaio, no concelho de Arouca; Santo Adriano, o ponto mais alto da *Serra Sicca* (local que utilizámos para o cartografar) e, por fim, São Domingos, que, como veremos, corresponde ao *Monte Alto/Mons Castro Felgoso*¹²⁰³. O próprio Lima reiterou

¹¹⁹⁷ CMM 2 (07.09.951); DC 157 (21.03.989). O segundo documento pode ser falso ou interpolado.

¹¹⁹⁸ DC 255 (03.[1024]); CMM 60 (22.10.1038); CMM 73 (22.10.1038); CMM 7 (24.04.1052); CMM 4 (17.04.1060); CMM 53 (17.04.1060); CMM 76 (17.04.1060); DC 424 (25.08.1060); DC 428 (02.01.1061); DC 432 (02.08.1062); CMM 16 (10.11.1067); CMM 24 (10.08.1077); CMM 128 (10.12.1080); CMM 62 (14.03.1085); CMM 27 (15.03.1085); CMM 71 (12.05.1085); CMM 33 (13.12.1085); CMM 99 (30.03.1088); DC 712 (01.07.1088); CMM 66 (30.12.1092); CMM 44 (01.07.1094); cópia falsa de DC 712 (segundo MA, 380); DC 810 (10.08.1094); CMM 9 (10.08.1094); CMM 74 (10.09.1095); DC 832 (05.07.1096); DC 834 ([07].1096); DC 873 (30.03.1098); CMM 14 (22.11.1098); CMM 78 (15.12.1098); CMM 129 (10.01.1100); DC 923 (15.01.1100); CMM 82 (10.02.1100); CMM 81 (17.02.1100); CMM 114 (27.02.1100); CMM 40 (22.03.1100); CMM 21 (01.04.1100); CMM 32 (19.05.1100); DC 940 (07.10.1100); DC 946 (10.12.1100); CMM 113 (12.1100).

¹¹⁹⁹ CMM 112 (06.03.1101); CMM 85 (16.03.1102); DP III 65 (19.04.1102); CMM 65 (30.12.1104); CMM 18 (1105); CMM 109 (13.10.1105); CMM 111 (07.01.1106); DP III 250 (01.08.1107); DP III 304 (10.10.1108); DP III 352 (17.04.1110); CMM 38 (07.11.1112); CMM 115 (1112); CMM 108 (08.02.1114); CMM 42 e CMM 54 (5.1114); DP III 481 (06.08.1114); DP III 506 (09.05.1115); CMM 118 (18.04.1116); CMM 100 (08.05.1116); MA 2 (15.05.1116); CMM 96 (05.07.1117); CMM 92 (09.07.1117); DP IV 66 (12.04.1118); CMM 37 (27.04.1119); CMM 90 (02.05.1119); CMM 49 (25.08.1119); CMM 97 (25.08.1119); CMM 122 ([24-25.02.1120-1121]); MA 19 (10.01.1121); MA 21 (15.02.1121); CMM 34 (21.03.1121); MA 24 (22.03.1121); CMM 131 (04.05.1121); CMM 28 e CMM 30 ([21.05.1121]); MA 31 (12.08.1121); MA 32 (27.09.1121); CMM 80 (07.10.1121); CMM 80 (07.10.1121); CMM 46 (28.10.1121); CMM 47 (28.10.1121); MA 36 (30.10.1121); MA 37 (02.11.1121); MA 41 (1122); MA 38 (22.01.1122); MA 40 (01.03.1122); DP IV 271 (30.06.1122); CMM 31 (05.09.1124); MA 47 (20.007.1125); MA 49 (1125) CMM 104 (03.06.1126); PT/TT/MSJBP/004/0007 27 (1127); PT/TT/MSJBP/004/0007 31 (1128); MA 59 ([07-30].04.1129); PT/TT/MSJBP/004/0008 9 (1134); PT/TT/MSJBP/004/0008 20 (1136); MA 68 (28.09.1137); MA 69 (05.11.1137); CMM 89 (20.08.1139); MA 81 (05.06.1143); CMM 124 (01.11.1144); CMM 35 (145) (15.02.1146); CMM 36 (146) (16.11.1146); LTPS 119 (05.1147); CMM 26 (136) (05.10.1147); MA 92 (19.08.1148); MA 93 (26.08.1148); CMM 43 (20.08.1149); CMM 29 (139) (27.01.1150); CMM 30 (140) (12.1150); CMM 31 (141) (02.01.1151); MA 107 (01.1152); MA 109 (10.1152); CMM 28 (138) (23.06.1153); CMM 34 (144) (09.07.1153); MA 115 (08.1154); CMM 134 (14.06.[1157-1167]); CMM 32 (142) (06.1159); MA 158 (11.1193); CMM 37 (147) (11.1193); MA 166 (07.11.1198); MA 168 (08.04.1199).

¹²⁰⁰ SILVA, RIBEIRO, 1999: 364.

¹²⁰¹ COELHO, 1988: 20. O monte da Mó, como vimos na secção anterior, corresponde, na documentação, ao *Mons de Amula*.

¹²⁰² ALMEIDA, 1978: 42. Cf. FERNANDES, 1965: 8.

¹²⁰³ LIMA, 1993: I, 188-189.

recentemente este conceito: «Penso que não se trata de uma referência a fortificação, mas sim à cumeeada/serra que se prolonga, na margem Sul do Douro, desde São Domingos (Castelo de Paiva) até Arouca»¹²⁰⁴.

O *Mons Castro* Felgoso surge num documento de 1114: «de villa Felgoso [...] habet iacentia ipsa villa inter Aarda et pegiant et alvia secus flumen Dorium sub mons Castro Felgoso territorio Portugalensis»¹²⁰⁵. A única referência a *Monte Alto* é um pouco posterior: «Villa parata terminata sub Monte Alto currente flumine Durio territorio Lamego»¹²⁰⁶. Lima sugere que os dois *montes* correspondem e se identificam com o monte de São Domingos, na freguesia da Raiva, em cujos pés se encontra ainda a localidade de Folgoso¹²⁰⁷. O monte está completamente alterado devido à construção da capela e de outras estruturas¹²⁰⁸. Na sequência de uma inspeção, o próprio Lima informou que «não encontramos quaisquer indícios de aí ter existido um povoado castrejo (o que explicaria a menção castro Felgoso), nem de arranjos defensivos atribuíveis a Idade Média»¹²⁰⁹.

Existe apenas uma referência ao *Mons Gustodias* num documento de meados do século XI: «in vila quos vocidant Sardoiriola discurrentem ribulo Sardoura teridorio Aneie subtus mons Gustodias»¹²¹⁰. Almeida, que o incluiu na sua lista de fortificações, propôs a sua identificação com o monte de São Gens¹²¹¹. Esta proposta encontra-se relacionada com o facto de o estudioso ter identificado *Sardoiriola* com Sardoura, não muito longe daquela elevação, quando, como refere Lima, deveria ser identificada com a localidade de Sardoirinha, na freguesia de Real¹²¹². Não conseguimos encontrar esta localidade no território de Real, mas, no mapa do CIGeoE (folha 135), encontrámos a localidade de Sardeirinha, na aldeia de Bairros, constituída por algumas casas, situada na raiz (lado nordeste) de uma elevação que atinge cerca de 330 metros de altitude, cujo nome não é, no entanto, indicado. Infelizmente, não nos foi possível visitar o sítio, mas, pela carta arqueológica do concelho de Castelo de Paiva, bem como pelo Portal do Arqueólogo, não parece haver indícios de ocupação medieval naquela zona¹²¹³. O nome é certamente evocativo e poderia estar ligado a um posto de vigia, mas não sabemos de que época. O nome faz lembrar *Mons Custodias*, em Matosinhos, mas, no atual estado da investigação, este indício não é suficiente para o incluir na nossa lista de elementos defensivos.

¹²⁰⁴ Correspondência de setembro de 2019.

¹²⁰⁵ LTPS 120 (11.06.1114).

¹²⁰⁶ MA 60 (12.07.1130). Salientamos, em particular, a interessante referência ao território de Lamego.

¹²⁰⁷ Correspondência de outubro de 2019.

¹²⁰⁸ LIMA, 1993: I, 143-144, em que o autor diz ter visitado também os montes vizinhos («Torre» e «Coroa de Frade») situados em redor da localidade de Parada (referida no documento de 1130), sem ter encontrado «quaisquer resultados práticos do ponto de vista arqueológico».

¹²⁰⁹ LIMA, 1993: I, 155.

¹²¹⁰ DC 343 (18.10.1045).

¹²¹¹ ALMEIDA, 1978: 40.

¹²¹² LIMA, 1993: I, 164-165.

¹²¹³ SILVA *et al.*, 1996. Pesquisa no site do Portal do Arqueólogo efetuada em dezembro de 2019. Na localidade da Sardeirinha, no entanto, existem dois túmulos neocalcolíticos.

O *Mons Sancti Genesi* é mencionado em dois documentos, um dos quais inédito, da primeira metade do século XII¹²¹⁴. A sua localização, neste caso, é fácil, graças ao facto de o nome, até hoje, se ter conservado na toponímia: é o monte São Gens, na freguesia de São Martinho de Sardoura. Do seu cimo, tem-se uma boa visibilidade, podendo controlar parte do vale do rio Sardoura e parte do curso do rio Douro (incluindo a zona de Entre-os-Rios, Eja e, portanto, a localidade onde se encontrava a sede da *civitas Anegia*). Não parecem existir indícios que apontem para a presença de uma estrutura defensiva, embora não se possa excluir, a partir de alguns materiais de superfície, a existência, já no século XII, de uma capela *in situ*, que terá dado o nome ao monte¹²¹⁵.

Em dois documentos inéditos de 1126, encontrámos uma referência a um *mons gratian* que, além de não conseguirmos identificar, duvidamos que possa ser atribuído ao território municipal de Castelo de Paiva¹²¹⁶. No primeiro documento (o segundo é uma cópia do mesmo), lê-se: «In Villa que vocitant Fornos territorio Quolimbriensis subtus mons Gratian (Gracian?) discurrante ribulo Pavia». Identificámos instintivamente aquela *villa Fornos* com a localidade da freguesia homónima, mas a referência ao território de Coimbra não tornaria esta proposta tão certa. Não encontrámos outros documentos que indiquem o território da *terra de Paiva* como pertencente a Coimbra, enquanto temos alguns exemplos ligeiramente anteriores ou posteriores relativos a localidades de Arouca¹²¹⁷. Além disso, há que admitir que o topónimo e o microtopónimo *fornos* (com as variantes *forno*, *fornelo*, etc.) são bastante comuns e, portanto, a localidade, e o monte a si ligado, poderiam estar situados noutra local.

Mons Cerro é mencionado num documento de 1183: «ipso kasal de Paradela subtus mons Cerro discurrante ribulo Pavia territorio Portugal»¹²¹⁸ e deve ser identificado com o Cerro de Paradela (na freguesia de Bairros), que, apesar de possuir importantes defesas naturais e uma posição estratégica que permite uma excelente vista sobre parte do vale do Douro, do seu limite norte e do vale do Paiva, não apresenta sinais de aterros, vestígios ou simples materiais de superfície que possam indicar a presença de um elemento defensivo¹²¹⁹.

Relativamente à localidade de *castro* mencionada nas fontes, temos duas menções do século XI que a ligam ao território da freguesia de Real¹²²⁰. Os editores da nova edição de LTPS

¹²¹⁴ MA 43 (26.05.1123); PT/TT/MSJBP/004/0007 19 (1126): «In Villa Sardoria territorio Pavia subtus mons Sancti Genesi discurrante ribulo Sardoria».

¹²¹⁵ LIMA, 1993: I, 186-187.

¹²¹⁶ PT/TT/MSJBP/004/0007 21 (1126); PT/TT/MSJBP/004/0007 22 (1126).

¹²¹⁷ Em DR I 13 (31.03.1108), lê-se a carta de couto concedida pelo conde Henrique e sua mulher Teresa à igreja de São Martinho de Espiunca (Arouca), sob o domínio do bispo de Coimbra. MA 69 (05.11.1137): «in villa quos vocitant Araucha subtus mons Serra Sicca discurrante ribulo Alarda territorio Colimbriensis (no documento, *Colimbriensis* foi substituído por *Lamecensis*)»; MA 81 (05.06.1143): «in villa quos vocitant Lamas subtus mons Serra Sicca discurrante ribulo Aharda territorio Colimbriensis».

¹²¹⁸ LTPS 143 (1183).

¹²¹⁹ LIMA, 1993: I, 152-153.

¹²²⁰ DC 255 (03.[1024]); DC 432 (02.08.1062). Os dois documentos são a cópia um do outro, com a data atribuída ao segundo. Note-se que o autor é também a mesma pessoa (*Sindila*), como nos confirmou o doutor Marques, a quem agradecemos.

indicam, no entanto, a localidade de *Crasto*, mencionada num documento de 1171, como pertencente ao território da freguesia de Fornos¹²²¹. Poderá ser uma referência ao Monte Castro e à aldeia que, na altura, se situava nas suas raízes, ou poderá ser identificada com a localidade mencionada nos dois documentos anteriores.

Terminamos esta secção com uma breve análise de um documento de 1064, em que se lê: «et avet iacentia ipse hereditatem in Fornos subtus mons territorio Fornos discurrente flumen Pavia»¹²²². O documento parece estar incompleto, uma vez que o nome do *mons* não é indicado, ou podemos supor que o autor pretendia que o *mons* se chamasse também *Fornos*, tendo, provavelmente, tomado esse nome da *villa* de que estava próximo. O único *mons* a que o documento se pode referir é o atual monte Castro, onde já vimos que existiu certamente um povoado da Idade do Ferro¹²²³. Barroca utiliza este único documento para propor a existência de um *territorio* de Fornos¹²²⁴. Embora cronologicamente este elemento se enquadre no período de mudança que se seguiu à tomada de Coimbra e ao desmembramento do território da *civitas Anegia*, consideramos esta proposta, no atual estado da investigação, pouco sólida. Também dispúnhamos de poucos documentos para o hipotético território de Alvarenga, mas, neste caso, como vimos, temos a certeza da existência de, pelo menos, um dos seus *tenentes*; neste caso, porém, não aparecem outras referências, diretas ou não, a esta hipotética unidade territorial.

4.3. ESPINHO

O *Castro Oville* é mencionado em cinco documentos da segunda metade do século XI, e num outro muito posterior e inédito, todos provenientes do arquivo do mosteiro de São Pedro de Pedroso (Vila Nova de Gaia). É referido, pela primeira vez, num documento de 1055: «De ereditate nostra que abemus de rriu de Paramio usque usque [*sic*] rio de sparago de Mazaneta [...] et abe ipsa ereditate iacentia subtus castro Ovibil prope litore maris territorio Portugalsense»¹²²⁵. O segundo documento é posterior num ano: «in villa Ermorizi subtus Castro de Obile discurrente ribulo Paramio teridorio Portukal»¹²²⁶. O terceiro documento foi originalmente datado de 1013, mas Mattoso propôs datá-lo de 1063: «in villa Ermorizi et Cortelaza subtus castro de Obile discurrente ribulo mediano terridorio Portukal»¹²²⁷. No quarto documento, lê-se: «in villa Ermoriz subtus castro Oville discurente ribulo Maiore prope lidore maris»¹²²⁸.

¹²²¹ LTPS 19 (1171).

¹²²² CMM 75 (27.04.1064).

¹²²³ Também para Lima: «Penso que esta referência é equívoca. Falta-lhe a designação do “mons” e atribuíram ao território o nome da *villa* a que o documento se refere. Se de facto for um monte em Fornos, só pode ser o monte Castro, no qual não encontro nada de medieval» (correspondência de setembro de 2019).

¹²²⁴ BARROCA, 1990-1991: 117.

¹²²⁵ DC 394 (29.08.1055).

¹²²⁶ DC 399 (08.08.1056).

¹²²⁷ DC 220 (05.06.1013); 05.06.1063, de acordo com MATTOSO, 2001c: 178.

¹²²⁸ DC 535 (21.10.1076).

A última menção do século XI data de 1090: «in villa Ermoriz subtus mons castro de Obil territorio Portugalensis discurrente ribulo Lacona de Obil prope litore maris»¹²²⁹. Só volta a ser mencionado em 1161, quando é referido como *Castro dou vil*¹²³⁰. A referência no documento à *villa Paramio* (atual Paramos) levou-nos a favorecer a identificação com o *Castro Ovil*. Uma *Lagona de Aville* é, no entanto, mencionada num documento de meados do século X: deveria corresponder à primeira menção desta localidade¹²³¹.

A estrutura, ou os vestígios antigos a que se referem os documentos, corresponde a um castro da Idade do Ferro, conhecido atualmente como Castro Ovil. O *Castro de Ovil* atraiu a atenção dos estudiosos desde o século XIX, quando foi erradamente identificado com o monte do O Murado, em Mozelos (Santa Maria da Feira)¹²³². Identificado em 1981 (na localidade de Castelo, freguesia de Paramos), foi objeto de várias campanhas de escavação desde os anos de 1980 do século XX¹²³³. A ausência de vestígios materiais medievais sugere que o local não foi constantemente ocupado durante esse período histórico¹²³⁴.

As ruínas do Castro de Ovil situam-se num local com uma forte conotação estratégica. Situado a cerca de dois quilómetros da costa, ergue-se numa colina a pouco mais de cinquenta metros acima do nível do mar, altura mais do que suficiente para controlar a zona costeira, com uma ampla vista de 180°. Visitámos o Castro de Ovil em setembro de 2016; foi posteriormente musealizado e promovido, incluindo através de uma ligação pedonal às praias próximas¹²³⁵. Durante o mesmo dia, visitámos as áreas circundantes, e não identificámos quaisquer outros possíveis locais fortificados usados ou utilizáveis. Muito provavelmente, a estrutura castreja serviu de refúgio aos habitantes das *villae* de Paramos, Esmoriz e Cortegaça (são estas as mencionadas nos documentos; a de Anta, mais a norte, foi localizada tendo como referência *Mons Sagitella*¹²³⁶) na primeira fase de expansão a sul do Douro do reino asturiano-leonês¹²³⁷. Esta função ter-se-á mantido até ao fim das incursões sarracenas e viquingues. Podemos, portanto, supor que a estrutura foi utilizada (ocasionalmente) entre o final do século IX e meados do século XI, e estava preparada para acolher a população local. Tendo perdido a sua função, deixou de ser mantida, para desaparecer lentamente devido à ação da natureza. Almeida inclui-a na sua lista de fortificações¹²³⁸.

¹²²⁹ DC 739 (25.06.1090).

¹²³⁰ PT/TT/MSPP/012/0003 23 (1161).

¹²³¹ DC 12 (21.02.897), mas Mattoso propôs o seu adiamento para 947 (MATTOSO, 2002b: 15).

¹²³² AZEVEDO, 1897. Monte que, na documentação, corresponderia ao *Mons Sagitella*.

¹²³³ Ficha *Castro de Ovil*, do Portal do Arqueólogo.

¹²³⁴ SALVADOR, SILVA, 2000; SALVADOR, SILVA, SÁRRIA, 2005.

¹²³⁵ Comunicação oral de Silva, em novembro de 2019.

¹²³⁶ Sobre *Mons Sagitella*, ver secção sobre Santa Maria da Feira, neste capítulo.

¹²³⁷ Silva não exclui essa possibilidade (correspondência de outubro de 2019). Acrescentamos uma reflexão decorrente das conversas com os arqueólogos Silva e Sousa, entre outros: é pouco provável que um abrigo temporário deixe muitos vestígios de ocupação, além dos fortuitos. Ademais, acrescentamos, há que considerar a hipótese do uso de louça de madeira, por oposição à cerâmica. O problema aqui, no entanto, é que qualquer castro da Idade do Ferro poderia ter sido transformado num abrigo temporário. Isto abre novos caminhos de investigação, que não podemos abordar aqui.

¹²³⁸ ALMEIDA, 1978: 41.

4.4. OLIVEIRA DE AZEMÉIS

O *Castro Recaredi/Recarei* é mencionado na documentação em dezoito documentos, datados entre 993 e 1159¹²³⁹: um documento é do século X¹²⁴⁰, quatro são do século XI¹²⁴¹ e treze são do século XII¹²⁴². Relativamente à sua primeira menção, o documento de 993 é por norma — e de modo errado — associado a Recarei, no concelho de Matosinhos¹²⁴³. Porventura, na base deste erro está o facto de o documento ser proveniente do arquivo do mosteiro de Moreira. Esta informação também deve ter induzido Carmo em erro, que não utiliza este documento na sua dissertação de mestrado¹²⁴⁴. Da análise do mesmo, e de um segundo documento posterior em mais de um século¹²⁴⁵, só podemos atribuir ambos ao *corpus* documental de *Castro Recarei*, em Oliveira de Azeméis. Nos dois documentos, de facto, encontramos menção às mesmas localidades. No primeiro, lê-se: «in villa laurario qui est inter vila tanuz et mazararia suptus kastro rekaredi teritorio portugalense». No segundo: «in villa Tanuz et Castinaria et Quintana inter villa Laurario et Abanca et subtus mons Castro Recaredi discurrente rivulo Avanca prope litore maris teritorio Portugalensis». As *villae Laurario* e *Mazararia* são identificáveis com Loureiro e Macieira, localidades da freguesia de Loureiro; *villa Tanuz*, não identificada (talvez a Tonce de hoje?) não devia estar muito longe. Mais uma confirmação é a identificação, no segundo documento, também de *Abanca* com a atual Avanca, localidade homónima da freguesia a que pertence (concelho de Estarreja). Da mesma opinião era Almeida, que incluiu o sítio na sua lista de fortificações e que lhe atribuiu o documento de 993¹²⁴⁶. Se entre o final do século X e o início do século XII, o sítio é sempre mencionado como *castro*, em 1107¹²⁴⁷, começa a ser designado por *Mons/Monte Castro Recarei*, exceto em 1143, quando, em poucos meses, é referido pela primeira vez como *Mons Recarei* e, depois, retorna — única vez no século XII — ao antigo nome de *Castro Recarei*¹²⁴⁸. Estas diferenças na documentação podem ser interpretadas como um indício do fim da função defensiva deste castro

¹²³⁹ E não vinte, como erradamente indica Lima que acrescenta à lista o DP III 261 e o DP III 56, não se apercebendo que o DC 187 = DP III 261 e o LP 537 = DP III 56 (LIMA, 2017: 76).

¹²⁴⁰ DC 167 (18.05.993).

¹²⁴¹ DC 187 (17.02.1002), cf. LP 435, na nota seguinte; DC 261 (29.04.1026); DC 557 (26.06.1078); DC 845 (10.03.1097).

¹²⁴² CBF 205 (10.03.1101); LP 435 (17.02.1[1]02), cf. DC 187, na nota anterior; LP 537 (22.12.1107); CBF 179 ([27.06.-09.07]1126); CBF 288 (17.04.1131); DR I 174 (07.07.1139); CBF 32 (12.1142); CBF 61 (04.1143); CBF 276 (10.1143); CBF 214 (21.1.1145); CBF 289 22.4.[1129-1159] a indicação do ano é a nossa proposta: o autor do documento, Johannes, está ativo nesses anos (a menos que seja um homónimo); CBF 286 (05.1159).

¹²⁴³ Ficha *Núcleo antigo de Recarei*, do Portal do Arqueólogo.

¹²⁴⁴ Além do DC 167, Carmo não utiliza o DC 845 e, provavelmente por lapso, o DR I 174. CARMO, 2016: 96-100.

¹²⁴⁵ DC 845 (10.03.1097).

¹²⁴⁶ ALMEIDA, 1978: 42. Sublinhamos que esta nossa proposta é, de facto, confirmada no trabalho de Almeida, mas foi formulada de forma independente e antes de o consultar, após análise da documentação disponível e dos mapas do CIGeoE. Cf. LIMA, 2017: 63.

¹²⁴⁷ LP 537 (22.12.1107): «Et habent jacentiam ipse hereditates inter Durium et Vougam, in territorio Sancte Marie, sub montem qui dicitur Castrum Recaredi [...] et sunt pernominat ipse ville ita nostram portionem de villa Travanca et de villa Toaldi et de Aziveto et de Insula et de Mazata».

¹²⁴⁸ CBF 61 (04.1143): «in villa Cabanones, subtus mons Recarei, discurrente rivulo Ovar, teritorio portugalensi»; CBF 276 (10.1143): «in villa dicta Azevedo, subtus Castro Recarei, discurrente rivulo Prados, teritorio portugalensi».

da Idade do Ferro, romanizado¹²⁴⁹, reutilizado talvez já no período visigótico¹²⁵⁰, quando provavelmente tinha pertencido a um tal *Recaredus*. Depois, graças à sua posição estratégica junto à costa (a quinze quilómetros do atual litoral atlântico), foi de novo utilizado (entre o final do século IX e a primeira metade do século XI), tanto para o controlo da costa¹²⁵¹, como para o controlo da via próxima que ligava o Porto a Coimbra¹²⁵². Embora possa ser plausível associá-lo, à semelhança do *Castro Quifones*, em Matosinhos, por um lado, ao controlo das salinas, como parece indicar um documento do início do século XII¹²⁵³, por outro, a ausência de material medieval pode suscitar algumas preocupações quanto à sua utilização ativa, exceto em situações de perigo temporário¹²⁵⁴.

O *Mons Castro Calbo* surge em três documentos, um dos quais inédito, do século XI. Os primeiros dois documentos são datados de 1068 e estão escritos no mesmo pergaminho¹²⁵⁵; o terceiro não tem data¹²⁵⁶.

As sondagens de 2015 confirmariam a existência de um povoado datável, devido à presença de fragmentos de cerâmica, apenas à Idade do Bronze¹²⁵⁷. De Man e Tavares, responsáveis pelas recentes escavações, publicaram um artigo no qual, embora confirmando a possibilidade de um hiato na ocupação do sítio durante os períodos castrejo e romano, escrevem que, apesar de não terem encontrado vestígios materiais, não excluem a possibilidade de uma ocupação medieval «com a construção de uma *atalaia* no afloramento rochoso do topo do cabeço. A posição do cabeço com um vasto domínio de paisagem sobre os vales

¹²⁴⁹ SILVA, 1986: nota 806. A ficha *São Martinho da Gândara/Castro de Recarei*, do Portal do Arqueólogo, refere que: «Trata-se de um povoado fortificado, tradicionalmente considerado como um acampamento romano» sem, no entanto, indicar as fontes desta «tradição». *Castro Recarei* é também designado por castro do Troncal (PORTUGAL. Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, [s. d.]: 50). Localiza-se na freguesia de São Martinho da Gândara, e não em São Vicente de Pereira, Ovar, como proposto por BARROCA, 2003b: 96.

¹²⁵⁰ Cf. LIMA, 2017: 51.

¹²⁵¹ Recordemos como o litoral foi vítima das incursões de muçulmanos e viquingues. A menção de «barcas de laudomanes» num dos documentos analisados é exemplar: DC 261 (29.04.1026). Cf. LIMA, 2017: 76.

¹²⁵² CARMO, 2016: 99.

¹²⁵³ CBF205 (10.03.1101): «et in illas salinas [...] sub투스 castro Recarei». Cf. ALMEIDA, 1978: 42, com o qual Carmo também concorda (CARMO, 2016: 96).

¹²⁵⁴ Isto pode também dever-se ao facto de que «nunca foi alvo de qualquer estudo intensivo, nem no próprio castro, nem nas áreas adjacentes de Ínsua e Maçada» (LIMA, 2017: 51). Em outubro de 2018, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis anunciou o início de novas escavações no castro de Recarei. Os primeiros resultados foram publicados em DE MAN, TAVARES, 2019: 311-314. «A intervenção teve lugar no último ano do POVOAZ e produziu resultados interessantes, ainda que neste momento não possamos avançar muito sobre o espólio por ainda se encontrar em fase inicial de tratamento». Em particular, os autores chamam a atenção para a presença de possíveis estruturas em negativo.

¹²⁵⁵ DC 470; DC 471 (07.11.1068).

¹²⁵⁶ PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 30 [s. d.]. Embora o documento não tenha data aparente, parece ter características típicas do século XI. A menção de *Castro Calbo et Montecelo* e o provável autor *Aurigus* (o mesmo de DC 470 e DC 471) fizeram-nos supor inicialmente que se tratava de uma cópia de DC 470 (como também sugerido em MATTOSO, 2002b: 42). No entanto, a cópia poderá ser muito posterior, uma vez que o pergaminho se encontra no maço n.º 2 da documentação do mosteiro de Rio Tinto (Gondomar), que, segundo a ficha *Documentos Vários Maço 2*, da Torre do Tombo, continha documentos datados entre 1125 e 1192.

¹²⁵⁷ Ficha *Sondagem (2015)*, do Portal do Arqueólogo. DE MAN, TAVARES, 2019: 307-308, em que os autores relatam como as escavações «não permitiram identificar qualquer tipo de estrutura, fosse ela positiva, ou negativa».

agrícolas envolventes faria dele um local ideal para a observação do território»¹²⁵⁸. Também Silva, depois de visitar o local, não descartou a sua ocupação na Idade Média pelos vestígios observados, que não teriam sido valorizados durante as escavações¹²⁵⁹. Propõe-se, assim, com reservas e enquanto se aguardam novas escavações, a reutilização do local durante a Idade Média, acrescentando que, não muito longe, se encontrava (a partir da segunda metade do século XI) o mosteiro de São Pedro de Cesar¹²⁶⁰. Almeida inclui-o na sua lista de elementos defensivos, atribuindo incorretamente a data de 1070 ao documento DC 470¹²⁶¹.

Mons Castro Utsella (a identificar com a atual estação arqueológica denominada castro da Ossela) é mencionado num documento de 1073: «in villa que vocitant Utsella subtus mons Castro Utsella teritorio Portugallense e monte Quoddal discurente ribulo Kamia»¹²⁶². Acrescentamos ainda às referências escritas deste sítio dois outros documentos de meados do século XI, nos quais se lê: «In villa Ferreirolos et Castro»¹²⁶³. Os redatores do LP identificam *Ferreirolos* com a localidade de Ferreiros, na freguesia de Palmaz, e *Castro* com o castro de Romariz, no concelho de Santa Maria da Feira¹²⁶⁴. Se a primeira identificação estiver correta (dada também a menção de *Nesperaria* = Nespereira, igualmente na freguesia de Palmaz), proporíamos *Mons Castro Utsella* para a segunda, porque é o castro (conhecido) que está significativamente mais próximo de Ferreiros. Em alternativa, os dois documentos poderiam ser atribuídos ao *Castro Recarei* ou a um castro por descobrir, talvez situado nas alturas a este das duas localidades. Almeida incluiu-o na sua lista de estruturas fortificadas, sublinhando o facto de ter sido «um povoado antigo»¹²⁶⁵. Escavações recentes (2013, 2016 e 2017) — combinadas com escavações do início do século XX e achados nas proximidades em finais do século XIX — confirmaram, graças à presença de fragmentos de cerâmica, que o local terá tido uma ocupação contínua desde a Idade do Bronze até ao período tardomedieval¹²⁶⁶. À luz destes elementos, podemos propor condicionalmente que foi reutilizado, pelo menos, até à consolidação da região no último quartel do século XI.

O castro de Ul¹²⁶⁷ foi amplamente escavado na década de 1980 (1984-1987) e corresponde a um castro romanizado da Idade do Ferro, com ocupação contínua, pelo menos, até

¹²⁵⁸ DE MAN, TAVARES, 2019: 308.

¹²⁵⁹ Correspondência de setembro de 2019.

¹²⁶⁰ MATTOSO, 2002b: 17-18. Talvez seja por isso que começa a surgir nas fontes escritas.

¹²⁶¹ ALMEIDA, 1978: 32.

¹²⁶² DC 506 (20.04.1073).

¹²⁶³ LP 130; LP 132 (12-13.10.1047). O primeiro documento deve corresponder à DC 448, em que também estão listadas as variantes da LP 132. Curiosamente, não é feita qualquer referência a esta publicação no LP.

¹²⁶⁴ LP: 1033.

¹²⁶⁵ ALMEIDA, 1978: 40.

¹²⁶⁶ Ficha *Escavação* (2013), do Portal do Arqueólogo. Lima acrescenta que: «Do ponto de vista estritamente arqueológico, alguns materiais arqueológicos avulsos recentemente identificados nos castros de Ul e de Ossela sugerem a possibilidade de ambos terem tido uma ocupação relevante à época do *Paroquial Suevo*» (LIMA, 2017: 51). Em PORTUGAL. Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, [s. d.]: 19 propõe-se a sua ocupação até ao século XV-XVI, proposta que seria confirmada por escavações recentes: DE MAN, TAVARES, 2019: 309-310.

¹²⁶⁷ Sobre o castro de Ul ver, entre outros, SILVA, 2013; 2016b: 9-14.

ao período tardo-imperial romano (séculos III-IV)¹²⁶⁸. Na sequência de escavações mais recentes, De Man proporia a sua ocupação desde a Idade do Bronze até à Idade Média, infelizmente com algumas reservas quanto ao período medieval¹²⁶⁹. Na atual fase da investigação, decidimos não incluir o castro de Ul na nossa lista de (possíveis) elementos defensivos medievais.

A documentação menciona três outros *montes* que consideramos serem apenas referências espaciais, sem relação ou indicação de elementos defensivos.

O primeiro é o *Monte Quoto*, mencionado em dois documentos datados de 1135 e 1136, que, na passagem que nos interessa, são, exceto em pequenos pormenores, praticamente idênticos: «in villa Gueateandi, subtus monte Quoto, discurrente rivulo Camia, territorio portugalensi, in terra de Sancta Maria de civitate»; «in villa Gueateandi, subtus monte Quoto, discurrente flumine Camia, territorio portugalensi, in terra de Sancta Maria de civitate»¹²⁷⁰. Quanto à sua localização — tendo identificado *Gueateandi* com o microtopónimo correspondente à rua de Gateande, no território da freguesia de Travanca¹²⁷¹ —, proporíamos a elevação, agora completamente antropizada, correspondente à localidade do Alto do Monte. O segundo é *Monte Baronza*, que aparece apenas num documento do *Livro Preto*, datado entre 1128 e 1146: «in villa Palmazi, sub territorio de Sancta Maria, decorrente rivulo Camia, subtus monte Baronza»¹²⁷². Não foi possível determinar a sua localização, pois pode corresponder a um dos muitos relevos que coroam o território da freguesia de Palmaz. O terceiro é *Mons Molas*, mencionado em dois documentos de 1100 e 1137¹²⁷³, cuja localização não conseguimos determinar (território de Palmaz?).

4.5. OVAR

Monte Longara é mencionado apenas uma vez num documento de 1125: «de hereditate nostra propria, una marina, que habemus de parente meo, discurrente ribulo Ovar, subtus monte Longara»¹²⁷⁴. Mais tarde (1163), é referida uma «marina de Longara», que é, provavelmente, a mesma localidade mencionada no documento anterior: desta vez, porém, não encontramos qualquer referência ao *mons*¹²⁷⁵. Julgamos que esta referência não pode ser associada a nenhum elemento de defesa.

Mais interessante para os objetivos da nossa investigação é um documento de 1144, no qual se lê: «in villis que vocinantur scilicet Ermoriz et in villa Turre et in illo Casale»¹²⁷⁶.

¹²⁶⁸ MARQUES, 1989; DE MAN, TAVARES, 2019: 306-307.

¹²⁶⁹ DE MAN, TAVARES, 2019: 314.

¹²⁷⁰ CBF 302 (10.07.1135); CBF 303 (05.02.1136).

¹²⁷¹ E não em Travanca, uma freguesia do concelho de Santa Maria da Feira, como propõe CARMO, 2016: 109.

¹²⁷² LP 564 ([1128-1146]).

¹²⁷³ LP 461 (30.05.1100); DR I 162 (10.1137).

¹²⁷⁴ CBF 219 (23.[01].1125).

¹²⁷⁵ CBF 215 (02.1163).

¹²⁷⁶ CBF 23 (23.01.1144).

Almeida inclui-a na sua lista de fortificações medievais, outros propõem que fazia parte das defesas adicionais da *civitas Sancta Maria*¹²⁷⁷. Poderia ser interessante identificar a *villa Turre* com uma das primeiras casas-torre, residências senhoriais fortificadas, embora estas estruturas pareçam ter-se desenvolvido em Portugal não antes do último quartel do século XII e, sobretudo, a partir do século XIII¹²⁷⁸. Poderíamos então especular que esta localidade conservava na memória do seu nome um antigo posto de vigia, talvez ativo entre os séculos X e XI. De facto, um documento de 1077 (na parte que nos interessa é a lista dos bens de *Pelagio Gungsalvizi*) menciona explicitamente uma torre: «et in villa ermorici [...] quarta de illa turre»¹²⁷⁹. Pelo tom do documento, temos de imaginar esta estrutura como algo mais do que uma simples torre de madeira, apta a controlar a costa, parecendo indicar um edifício mais complexo, ou já no século XI esta referência indicava uma localidade, a futura *villa Turre*.

Na freguesia de Esmoriz, existe, atualmente, uma localidade denominada Torre, a cerca de três quilómetros da atual linha de costa. Sobre esta localidade, encontramos uma informação interessante no Portal do Arqueólogo, uma fonte que, no entanto, como vimos, deve ser utilizada com cautela:

*No levantamento Aerofotogramétrico de 1980, à escala 1:2000, é assinalada uma área de formato planimétrico retangular, com aproximadamente 48 m², à qual se sobrepõe o topónimo «Torre». Não sabemos se porventura esta representação corresponde à localização exata desta possível habitação senhorial com cariz civil ou se trata de uma referência do próprio cartograma com vista à sinalização do lugar*¹²⁸⁰.

Na atual fase da investigação, não encontramos mais informações, mas estamos certos de que se trata de um tema que merece uma pesquisa mais aprofundada. Esperamos conseguir abordá-lo em trabalhos futuros, ou ter despertado a curiosidade de outros investigadores.

Terminamos esta secção dedicada a Ovar com uma reflexão sobre três documentos datados do primeiro quartel do século XII: os dois primeiros são provenientes do mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel)¹²⁸¹, o terceiro do mosteiro de Rio Tinto (Gondomar)¹²⁸². A sua particularidade consiste em citarem uma «província Sancta Maria de Ovar» e um «território que vocitant Sancta Maria de Ovar». Não sabemos se estamos perante uma efémera *terra*, entendida como uma unidade administrativa, ou se se trata de um erro de quem escreveu (ou transcreveu) estes documentos. No primeiro caso, verificar-se-ia uma situação semelhante

¹²⁷⁷ ALMEIDA, 1978: 43; MATTOSO, KRUS, ANDRADE, 1989: 105.

¹²⁷⁸ Sobre este assunto, ver BARROCA, 1989: 9-62; 1998.

¹²⁷⁹ DC 549 (1077). Sobre Paio Gonçalves ver MATTOSO, 1969: esquemas VI e IX; 2001c: 196.

¹²⁸⁰ Ver a ficha *Torre*, do Portal do Arqueólogo.

¹²⁸¹ LTPS 103 (30.01.1117); LTPS 107 (30.01.1117). Na edição DP IV 33 (variantes A e B), o editor sugere que Ovar é um erro para Olival; os editores da nova edição LTPS, que utilizamos, identificam-na como Santa Maria de Ovar (LTPS: 374).

¹²⁸² DP IV 108 (16.11.1119).

à de Alvarenga¹²⁸³; no segundo caso, provavelmente, a referência era para a *civitas Sancta Maria*. Se, por um lado, vimos como o termo *territorium* pode ter diferentes significados e como nem sempre é fácil atribuir-lhe um significado definido (pense-se no caso de Arouca), por outro, é bastante peculiar, não a tendo encontrado noutros documentos privados. Atualmente, não nos é possível sustentar qualquer hipótese.

4.6. SÃO JOÃO DA MADEIRA

Quando iniciámos o trabalho sobre São João da Madeira, foi desde logo evidente a escassez de informação sobre este território municipal. Surge em documentação no último quartel do século XI¹²⁸⁴, mas, dessa época, praticamente nada sobreviveu até à atualidade. Entre os séculos XI e XII, a localização da *villa Sancti Ioanni* é indicada pela sua ligação ao *Mons Parada Ioaz*, de que falaremos na secção seguinte.

O único documento (inédito) que nos chamou a atenção é datado (provavelmente) de 1133 e menciona um *Mons Fundones*: «Villa Faria [...] in villa iam supernominata subtus mons Fundones discurrente ribulo Ur territorio Portugalense prope Civitas Sancte Marie»¹²⁸⁵. Até hoje, ficou na memória toponímica local uma provável referência a esta elevação através da rua de Fundões, não muito longe da localidade de Faria de Cima (concelho de Oliveira de Azeméis). Com base nestas duas referências, propomos a identificação com o monte onde se ergue atualmente a capela de Nossa Senhora dos Milagres. Consideramos que *Mons Fundones* tem um valor meramente geográfico, não estando relacionado com qualquer elemento defensivo.

4.7. SANTA MARIA DA FEIRA

Tal como para a *civitas Anegia*, sublinhámos o facto de a nossa investigação se centrar apenas nas estruturas fortificadas. Para uma análise do território, das características e do desenvolvimento da *civitas Sancta Maria* enquanto unidade territorial, remetemos para uma bibliografia específica, nomeadamente para o clássico estudo de Mattoso, Krus e Andrade¹²⁸⁶. O que mais nos interessa, do ponto de vista militar, é o facto de a *civitas* ter alcançado grande protagonismo no seguimento das incursões de Almançor, quando a área sob o seu controlo voltou

¹²⁸³ Neste caso, podemos também pensar que, embora de curta duração, esta terra tinha uma fortificação como centro de coordenação: talvez a torre de que falámos anteriormente? A primeira menção, em 1077, estaria de acordo com o surgimento de muitas das terras que analisámos, e, já em 1144, a referência à *villa Turre* indicaria o desaparecimento desta estrutura, ficando apenas uma memória desta na toponímia local. Sem mais documentação de apoio, escrita ou material, só podemos ficar no domínio da especulação.

¹²⁸⁴ DC 703 (23.03.1088).

¹²⁸⁵ PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 2 ([1133]).

¹²⁸⁶ MATTOSO, KRUS, ANDRADE, 1989; MATTOSO, 1993b. Ver também BARROCA, 1990-1991: 92-93; 2003b: 72; 2004:188-189; CARMO, 2016: 23-29, 52-54; PINTO, 2005-2007; e o clássico *Castelo da Feira*, 1944.

a ser uma zona de fronteira até lentamente «perder importância» após a tomada de Coimbra, em 1064¹²⁸⁷. Em comparação com *Anegia*, esta perda de importância não resultará na sua desagregação. A *civitas Sancta Maria* perderá, de facto, apenas alguns territórios: «Apesar desta fragmentação, Santa Maria continuou como uma terra de grande importância durante toda a Idade Média, perdendo apenas as zonas mais periféricas a Leste: Castro Portela, Zebrario, Cambra e Santa Cruz»¹²⁸⁸.

Consideramos útil apresentar toda a documentação relacionada com esta *civitas*, de modo a constituir um ponto de referência para quem quiser saber mais sobre este tema. Recolhemos cento e setenta documentos datados entre 972 e 1199¹²⁸⁹; três são do século X¹²⁹⁰, vinte e seis do século XI¹²⁹¹ e os restantes cento e quarenta e um do século XII¹²⁹². A estes documentos juntam-se também os que mencionam os seus *tenentes*. De acordo com o proposto por

¹²⁸⁷ BARROCA, 2004: 188.

¹²⁸⁸ CARMO, 2016: 23.

¹²⁸⁹ Com uma tão grande quantidade de documentação relativa à *Civitas Sancta Maria*, e apesar da sua escrupulosa triagem, estamos conscientes de que alguns documentos que a mencionam podem ter-nos escapado.

¹²⁹⁰ CMM 84 (18.08.972); LP 291 (22.04.977); DC 125 (24.11.978).

¹²⁹¹ DC 189 (18.03.1002); DC 261 (28.04.1026) LP 367 (04.08.1037); LP 127 (01.10.1041); LP 136 (20.01.[1053]); DC 397 (17.01.[1056]); DC 500 (26.03.1072) DC 589 (27.08.1080); DSV 2 (13.09.1081); DC 599 (31.10.1081); DC 618 (10.09.1083); DC 638 (11.04.1085); CBF 167 (17.11.1086); DC 694 (1087); DC 703 (23.03.1088); DC 704 (23.03.1088); CBF 194 (17.06.1089); DC 745 (1090); CBF 143 (1093); CBF 291 (25.12.1096); CBF 294 (25.02.1097); LP 290 (29.04.1097); LP 429 e LP 429 A (31.05.1097); DC 870 (11.03.1098); LP 480 (1098).

¹²⁹² DC 951 (1100); CBF 193 (09.01.1100); DP III 7 (13.01.1101); CBF 205 (10.03.1101); LP 491 (29.10.1101); CBF 195 (19.06.[1102]); DP III 99 (31.01.1103); DP III 104 (23.02.1103); CBF 11 (07.06.1104); LP 537 (22.12.1107); LP 412 (19.01.1109); CBF 16 (10.04.1109); CBF 187 (31.12.1109); LP 234 (25.12.1110); CBF 111 (22.11.[1111]); CBF 34 (15.05.1112); CBF 35 (17.05.1112); DR I 34 (22.05.1112); CBF 260 (31.05.1112); LP 411 (07.12.1112); CBF 188 (15.03.1114); DP III 431 (22.03.1113); DP III 458 (29.10.1113); DP III 482 (24.08.1114); LP 310, LP 310 B, LP 402 e LP 410 (31.08.1114); DP III 517 (18.11.1115); LP 400 (30.03.1117); DP IV 44 (20.04.1117); CBF 164 (04.06.1117); DR I 49 (11.1117); CBF 119 (20.05.[1118]); DP IV 75 (20.11.1118); DP IV 76 (24.11.1118) CBF 257 (26.03.1121); DP IV 173 (01.04.1121); DP IV 179 (28.04.1121); DP IV 213 (22.11.1121); DP IV 231 (25.01.1122); CBF 203 (08.03.1122); DP IV 249 (04.1122); DP IV 256 (25.04.1122); DP IV 257 (25.05.1122); DP IV 269 (28.06.1122); DP IV 272 (22.07.1122); DP IV 281 (03.09.1122); DP IV 282 (03.09.1122); DP IV 283 (03.09.1122); DP IV 284 (06.09.1122); DP IV 285 (10.09.1122); CBF 162 (21.10.1122); CBF 290 (02.12.1122); CBF 163 (24.12.1122); DP IV 303 (26.12.1122); CBF 165 (27.12.1122); CBF 166 (06.01.1123); LP 401 (10.01.1123); CBF 300 (28.01.1123); CBF 176 (19.03.1123); CBF 161 (09.04.1123); CBF 287 (10.1123); DP IV 386 (25.12.1123); DP IV 387 (26.12.1123); CBF 158 (30.12.1123); CBF 93 (1123); PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 1 (1125); PT/TT/MSJBP/004/0007 15 (1125); PT/TTMSPP/012/0002 40 bis (1125); CBF 216 (17.01.1126); CBF 179 ([27.06-09.07].1126); LP 406 (22.08.1126); LP 564 ([1128-1146]); LP 292 (1127); PT/TT/MSJBP/004/0007 30 (1127); PT/TT/MSPP/012/0003 3 (1128); PT/TT/MSPP/012/0003 1 (1128); CBF 258 (22.06.1129); CBF 298 (16.07.1129); CBF 200 (1129); CBF 204 (15.01.1131); CBF 288 (17.04.1131); CBF 253 (23.02.1132); CBF 252 (17.04.1132); CBF 12 (01.02.1133); CBF 272 (31.08.1133); PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 2 ([1133]); CBF 114 (12.03.1134); CBF 116 (19.04.1134); CBF 271 (22.01.1135); CBF 125 (01.1135); CBF 174 (04.1135); CBF 265 (04.1135); CBF 302 (10.07.1135); CBF 303 (05.02.1136); LTPS 153 (13.06.1135); PT/TT/MSPP/012/0003 8 (1135); CBF 273 (07.05.1136); CBF 270 (07.05.1136); CBF 38 (05.1137); CBF 5 (26.10.1137); PT/TT/MAMP MSCRT/001/0002 4 (1138); CBF 57 (11.1138); CBF 222 (08.1139); CBF 217 (04.12.1141); CBF 10 (19.01.1142); PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 7 (1142); CBF 218 (04.1143); PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 8 (1143); CBF 214 (21.01.1145); PT/TT/MSPP/012/0003 20 (1147); CBF 68 (07.1148); CBF 72 (11.1148); PT/TT/MSPP/012/0003 23 (1149); CBF 255 (19.03.1151); CBF 183 (10.1151); CBF 138 (05.1152); PT/TT/MSPP/012/0003 32 (1153); CBF 236 (09.1155); CBF 185 (10.1155); CBF 208 (04.1156); CBF 259 (10.[1156]); CBF 173 (01.1157); CBF 295 (05.1157); CBF 184 (05.1157); CBF 178 (08.1157); MA 119 (1157); CBF 282 (02.12.1158); CBF 237 (12.1158); CBF 289 (22.04.[1129-1159]); CBF 286 (05.1159); CBF 296 (12.1159); CBF 281 (10.1160); PT/TT/MSPP/012/0003 36 (1161); MA 126 (11.03.1162); CBF 43 (9.1163); PT/TT/MSPP/012/004 10 (1173); PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 27 (1187); DS 30 (pós-24.03.1188); MA 172 (12.1199).

Ventura e por Amaral e Barroca, o primeiro *tenens* de *Sancta Maria* seria o conde Mendo Luz, em 1024: «Obtinente comite Menendus prolix Lucitu Sancta Maria»¹²⁹³. De facto, além das reservas quanto ao ano atribuído a essa tenência (Sousa propõe antecipá-la antes de 1017¹²⁹⁴), consideramos não poder excluir o conde Gonçalo Moniz como primeiro *tenens* (talvez seja melhor utilizar governador ou administrador) de *Sancta Maria*: «Et roborarunt illo plazo in civitate Sancta Maria ante comite Gundisalvo Moneonis»¹²⁹⁵. Este documento de 972 é muito interessante porque nos dá conta de uma contenda entre um certo Adolfo e Ermegildo, abade do mosteiro de Arouca, sobre a posse de um casal em Arouca. Os dois contendores apresentam-se em Santa Maria, perante o conde Gundisalvo Moneonis, que nomeia juízes a quem confia o processo. Mais tarde, à frente da *civitas* de Santa Maria, encontramos Veila Gonçalves, provavelmente em 1003 ou 1008: «et abuit ipse Eirigo consilio que tradese castello de Amaia at Veila Gundisalvizi que era auidante in Sancta Maria»¹²⁹⁶. De acordo com o que foi agora apresentado, Mendo Luz seria, portanto, o terceiro *tenens* certificado na documentação. Mais tarde, *Tedon* Galindes é *tenens* de Santa Maria, de acordo com dois documentos de 1026 e 1041. O primeiro documento, analisado acima, pode ser indicativo de que *Tedon* não era o único governante: «ipsos domnos que abitantes eram in cassa de Sancta Maria de Civitate Tedon Galindici et Fredenando Gundissalbici et Erro Tellici»; no segundo documento, porém, ficamos a saber que governava com a sua mulher: «at domnum Teto et ad suam coniugiam domna Lelolia pro placito quando errant imperatores ipsa civitas Sancta Maria»¹²⁹⁷.

Em 1064, Diogo Trutesendes de Marnel foi regente com o seu filho, Mendo Dias: «Didactus Tructesindizi et filius suos menendo didazi qui illa terra imperabant»¹²⁹⁸. Amaral e Barroca propõem, a seguir, uma regência de Santa Maria por Sesnando Davides, regente de Coimbra: a situação seria idêntica à do tempo de Gonçalo Moniz. Os dois académicos propõem que a tenência tenha durado entre 1064 e 1091, ano da morte de Sesnando. A proposta em si é válida, faltando dados para este período, mas o único documento em que Sesnando é claramente mencionado como governante de Santa Maria é o já considerado, datado de 1077: «In tempore

¹²⁹³ LP 367 (04.08.1037). Tanto Ventura (VENTURA, 1992: II, 1028) como Amaral e Barroca (AMARAL, BARROCA, 2012: 351) indicam o ano de 1024 para a tenência de Mendo Luz, mas o documento não indica o ano; no documento, lê-se: «in dies regnante serenissimo Adefonsus imperator». Sabemos que Mendo Luz tinha conquistado *Monte Maiore* pouco antes de 1019 (DC 262; cf. MATTOSO, 2001c: 82). Em 1017, para SOUSA, 2016: 156. Ventura acrescenta ainda, em apoio da sua proposta, o polémico DC 549 (VENTURA, 1992: II, 1028), mas a parte em que Mendo Luz é mencionado («De ille comes Menendo Luci qui illa terra inperaba sub gratia de ille rex domno Adefonso quia ille dux tenuit redalengo et contadu et mandamento») em teoria deve datar de 1017, uma vez que é indicada a Era M^{PL}^{VA}.

¹²⁹⁴ «Irá ser este mesmo Mendo Lucides, em momento desconhecido, mas provavelmente antes de 1017, que estará à frente da *civitas* de Santa Maria» (SOUSA, 2016: 156).

¹²⁹⁵ CMM 84 (18.08.972). Gonçalo Moniz era também regente de Coimbra na altura, como demonstra MATTOSO, 2001c: 91-92.

¹²⁹⁶ AZEVEDO, 1974: 89-90, doc. 1.

¹²⁹⁷ DC 26; LP 127. Tanto Ventura como Amaral e Barroca não propõem esta hipótese de coregência (VENTURA, 1992: II, 1028; AMARAL, BARROCA, 2012: 351). Se, para o primeiro caso, também a propomos com algumas reservas, contudo, para o segundo, parece não haver motivo para dúvidas («errant imperatores»).

¹²⁹⁸ DC 549. O documento, datado de 1077, refere-se ao ano da tomada de Coimbra por Fernando I (1064). Ventura não propõe a coregência, indicando apenas Diogo como *tenens* de Santa Maria (VENTURA, 1992: II, 1028).

domno Sisnando [...] erat domno de toda Sancta Maria et Colimbria»¹²⁹⁹. Sabemos também que, em 1093, o castelo era governado por um tal «Flaccentius, prepositus castelli Sancte Marie»¹³⁰⁰. Posteriormente, segundo Ventura, Gonçalo Guterres foi regente em Santa Maria, em 1095: aceitamos esta proposta com muitas reservas¹³⁰¹. Em 1102, é *tenens* João Viegas de Baião, conhecido por «Ranha»; em 1104, Egas Moniz de Ribadouro (que, facto muito interessante, também governava em Arouca na altura)¹³⁰². Num documento de 1112, lê-se: «Petrus Gundisalviz confirmo et tenebat ipsa civitas Sancta Maria»¹³⁰³ (trata-se de Pedro Gonçalves de Marnel). Entre 1130 e 1135, temos Ermígio Moniz de Ribadouro¹³⁰⁴. Por último, Ventura propõe Nuno Soares como *tenens* de Santa Maria, entre 1145 e 1152¹³⁰⁵. No primeiro documento, lê-se: «Nuno Sudariz qui tunc tenebat terram conf». Talvez com base nesta confirmação, Ventura justifique a utilização do segundo documento em que Nuno Soares é certamente uma das figuras mais influentes de Santa Maria («majordomos de Sancta Maria»), mas não nos parece tão evidente que seja um, ou o único regente da *civitas*: «venerunt coram majordomos de Sancta Maria, videlicet Salvador Oariz et Petrus Pelais et postea Gudinus Daviz et saion ipse pessimus Pelagius Maltusu et instutia regis Didacus Zalamiz, de Cucujanes abbas [...] Nunu Suariz et Johanne Midiz et Suerio Gutierrez et aliorum filiorum nonorum virorum».

A primeira menção escrita da *civitas Sancta Maria* data de 972, como vimos, e não de 977, como indicam Barroca¹³⁰⁶ e Carmo¹³⁰⁷. A primeira referência à *terra* de Santa Maria data

¹²⁹⁹ DC 549.

¹³⁰⁰ CBF 143.

¹³⁰¹ Ventura utiliza Mattoso como fonte: VENTURA, 1992: II, 1028, nota 5. Cf. MATTOSO, 1985: 102. No entanto, ambos não parecem indicar claramente a fonte primária utilizada para apoiar a sua proposta.

¹³⁰² Diss. III, 120 (13.11.1102): «Venegas Joannis, tenens terram Sactae Mariae»; Diss. III, 124 (01.04.1104): «Mandante Arauca et Terra de Sancta Maria Menendus Moniz, Egas Moniz». Este segundo documento pode, no entanto, ser falso, como já foi apontado por Ribeiro.

¹³⁰³ DR I 34.

¹³⁰⁴ Em apoio da data de 1130, Ventura cita TT Pedroso, m. III, doc. 3, mas sem citar a passagem em que Ermígio é mencionado (VENTURA, 1992: 1028, nota 7). LTPS 153 (13.06.1135): «Ermigius Moniz qui tunc pre erat civitati Sancte Marie».

¹³⁰⁵ MA 87 = DR I 211 (01.10.1145); CBF 138 (05.1152).

¹³⁰⁶ BARROCA, 1990-1991: 92, 117. Em BARROCA, 2003b: 72, é proposto que a *civitas* de Santa Maria tenha sido estabelecida entre 902 e 977; na página 96, o autor inclui a fortificação na lista dos castelos cristãos documentados antes do ano 1000. Em BARROCA, 2004: 188, o autor acrescenta que a *civitas* deve ter sido «criada ao longo do Séc. X — uma vez que é omitida em documento de 902». Cf. ALMEIDA, 1992: 378.

¹³⁰⁷ Carmo, na sua dissertação de mestrado, que se baseia principalmente em documentos do CBF, indica as fontes que utiliza para a sua investigação (CARMO, 2016: 15, 124). Entre estas, registre-se a ausência de CMM, MA, LTPS, DS; Carmo afirma ter utilizado DC, DR, DP III, DP IV e LP, mas, como veremos, parece que estes não foram devidamente aproveitados para a constituição do *corpus* documental da *civitas Sancta Maria*. Sem entrar no mérito da escolha, que perde assim a possibilidade de analisar alguns documentos editados (incluindo o importantíssimo CMM84/MA II), devemos sublinhar a ausência de vários documentos, presentes nas fontes utilizadas, no seu *corpus* documental: DC 125; DC 397; DC 618; DC 704; DC 705; DC 951; DR I 49; DP III 458; DP III 482; DP III 517; DP IV 173; DP IV 213; DP IV 284; LP 127/DC 317; LP 234/DP III 369; LP 292; LP 367/DC 296; LP 400/DP IV 42; LP 406; LP 412/DP III 318; LP 480/DC 893; LP 491/DP III 42; LP 537/DP III 261; LP 564. E ainda: CBF 5; CBF 57; CBF 114; CBF 125; CBF 138. Outro grande problema do trabalho de Carmo é o facto de não dividir os documentos em DP III e DP IV, listando-os todos sob um genérico «DMP, DP», criando muita dificuldade na identificação dos documentos citados. Relativamente à LP 310, LP 310 B, LP 402 e LP 408, Carmo utiliza o DP III 483, que corresponde apenas à LP 310 e LP 310 B; considera ainda o DC 669 e o CBF 167 como dois documentos distintos, quando, na verdade, se trata

de 978 e não de 1089, como propõe Carmo: «et sunt illas hereditates in terra de sancta maria ad ille porto de sancto vincenti de peraria»¹³⁰⁸. Após quase meio século, o termo «território» surge também nas fontes: «in villa kabanones et in muradones [...] subtus mons Castro Rekaredi territorio Civitas Sancta Maria discurrente rio Ovar»¹³⁰⁹. Nos documentos, será referida por várias fórmulas, muitas vezes com ligeiras alterações, mas que podem ser resumidas da seguinte forma: «civitas Sancta Maria»; «Sancta Maria»; «terra de Sancta Maria»; «terra civitatis Sancta Maria»; «territorio Civitas Sancta Maria»; «territorio Sancte Marie». Além disso, surgem expressões muito interessantes no último quartel do século XI, tais como «suburbio civitas Santa Maria», «dominio Sancte Marie civitatis», «intra terminos civitatis Sancta Maria»¹³¹⁰. Estas expressões exprimem, agora ainda mais fortemente, a pertença política e administrativa das localidades designadas na documentação.

Para o objetivo da nossa investigação, decidimos concentrar-nos mais no grupo de documentos que se referem manifestamente ao seu centro militar, referido desde final do século XI como *castellum*, *oppidum* e *castrum*. A primeira menção do «Castellum Sancte Marie», como vimos, é de 1093, seguida de uma segunda em 1117¹³¹¹: «in villa que vocatur Valeir, territorio castelli quod dicitur Sancte Marie de Civitate et de ecclesia ipsius ville vocabulo Sancti Iohannis»; será assim definido em oito outros documentos¹³¹². Desde 1121, o termo *oppidum* é utilizado alternativamente a *castellum* («sub opido Sancte Marie de civitate»; num total de sete documentos¹³¹³). Em 1122, por fim, é mencionado — apenas uma vez — como «Monte Castro Sancta Maria»¹³¹⁴.

É muito importante sublinhar que esta alteração no registo documental corresponde também a uma alteração material. As investigações arqueológicas mais recentes apontam, de facto, para uma fase (fase 5) iniciada no século XII, durante a qual os níveis identificados «parecem estar associados à destruição ou desmonte de estruturas preexistentes, muito provavelmente relacionados com a reconstrução do fortim em torre-alcáçova»¹³¹⁵. Os resultados, apresentados num volume recente para o qual remetemos para mais detalhes, mostram todas as fases de ocupação do sítio, desde a Proto-História (fase 1) até ao século XX (fase 9), bem como uma descrição dos materiais encontrados durante as escavações¹³¹⁶. Interessam-nos particularmente a fase 3 e a fase 4, além da fase 5, já analisada. A fase 3 corresponde à construção

do mesmo documento, presente em edições diferentes. No entanto, devemos-lhe o LP 429 A (= DC 855), que não tínhamos incluído na nossa base de dados. A ausência destes documentos, como veremos, torna as suas considerações incompletas e/ou imprecisas (CARMO, 2016: 51-53).

¹³⁰⁸ DC 125; CARMO, 2016: 53, citando o documento CBF 194.

¹³⁰⁹ DC 261.

¹³¹⁰ Para mais pormenores, ver a tabela dedicada à *Civitas Sancta Maria* em apêndice.

¹³¹¹ CBF 143; LP 400.

¹³¹² LP 401; CBF 218; CBF 222; CBF 255; CBF 183; CBF 236; CBF 208 e DS 30. Barroca inclui-o nos castelos ativos entre 1150 e 1200 (BARROCA, 2003b: 107).

¹³¹³ CBF 257; CBF 216; CBF 204; CBF 251; CBF 265; CBF 185; CBF 184.

¹³¹⁴ CBF 203.

¹³¹⁵ TEIXEIRA, coord., 2017: 31.

¹³¹⁶ TEIXEIRA, coord., 2017.

de uma primeira fortificação no século X, de acordo, como vimos, com a documentação de que dispomos. O que é interessante é que não parece haver uma fase intermédia entre o período baixo imperial e a construção do castelo alto-medieval «confirmando que a planta atual da Torre-Alcáçova representa, no essencial da sua estrutura, o perímetro do castelo condal, atribuível ao século X», formado por um recinto fortificado de planta quadrangular com torres nos cantos¹³¹⁷, como proposto anteriormente por Barroca¹³¹⁸. A sucessiva fase 4 (séculos X-XII) não apresentaria novas estruturas, mas confirmaria uma ocupação intensa durante este período até à fase 5, ao longo da qual, como vimos, a estrutura militar sofreria uma grande alteração, se não mesmo uma reconstrução¹³¹⁹. Sendo esta, do castelo de Santa Maria, a única estrutura que, embora bastante modificada, resistiu até aos nossos dias, é também muito interessante notar a presença de uma cisterna e de um fossado, este último já em desuso entre os séculos XV e XVI¹³²⁰.

O caso do *castro/civitas Portella* apresenta uma série de questões críticas que, no estado atual da investigação, são difíceis de resolver. Para propor uma possível interpretação, começamos por delinear os nove documentos que o mencionam, datados entre 1079 e 1132¹³²¹.

Tabela 2. Documentos que mencionam o *castro/civitas Portella*

N.º	Fonte	Ano	Mosteiro de proveniência	Expressão utilizada	Escreba
1	DC 565	31.03.1079	Pedroso	«subtus kastro Portella»	Suario presbiter
2	DC 870	11.03.1098	Pedroso	«in territorio Castro Portela et Civitas Sancta Maria»	Menendus
3	DC 951	1100	Avé-Maria do Porto (?) ¹³²¹	«subtus mons Castro Portela»	Menendo
4	DP III 405	01.07.1112	Pedroso	«territorio civitas Portela»	Pelagio
5	DP III 409	25.08.1112	Pedroso	«territorio civitas Portela»	Aluto (=Alvito?)
6	DP III 410	12.09.1112	Pedroso	«territorio civitas Portella»	Suario
7	DP III 470	[11].04.1114	Rio Tinto	«subtus mons Portella»	Não legível
8-9	LTPS 104 e LTPS 108	01.01.1132	Paço de Sousa	«subtus mons Castro Portella»	Não indicado

Fonte: MARIANI, 2020b: 317

Os documentos mais antigos (docs. 1-3) mencionam *Castro Portella*, para mudar de registo no século XII, atribuindo-lhe o estatuto de *civitas*, expressão pouco usual para aquele

¹³¹⁷ TEIXEIRA, *coord.*, 2017: 30, 62-63.

¹³¹⁸ BARROCA, 1990-1991: 93; 2003b: 101; 2004: 188-189.

¹³¹⁹ TEIXEIRA, *coord.*, 2017: 31.

¹³²⁰ Em ambos os elementos, a época de construção não é indicada (TEIXEIRA, *coord.*, 2017: 75-82, 86-89).

¹³²¹ DC 565 (31.03.1079); DC 870 (11.03.1098); DC 951 (1100); DP III 405 (01.07.1112); DP III 409 (25.08.1112); DP III 410 (12.09.1112); DP III 470 ([11].04.1114); LTPS 104 e LTPS 108 (01.01.1132).

¹³²² Mattoso atribui-o ao mosteiro de Rio Tinto (MATTOSO, 2002b: 42).

intervalo cronológico, exceto quando atribuída a uma antiga divisão territorial, como nos casos de *Anegia* e *Sancta Maria*. Se a primeira menção como *civitas* é, como dissemos, muito tardia (docs. 4-6, 1112), a expressão utilizada (território, já utilizada no doc. 2) parece referir-se a uma célula territorial muito precisa¹³²³, talvez subordinada à *civitas Sancta Maria* (doc. 2). Dois anos mais tarde, é referido apenas como *Mons* (doc. 7) e, depois, como *Mons Castro Portella* nos dois últimos documentos (docs. 8-9).

A análise das localidades referidas parece delinear um pequeno território delimitado por Arouca, a nordeste, Cambra, a sudeste e Santa Maria, a oeste. Embora se possa supor a existência — ainda que por poucos anos e deixando um ténue rasto nas fontes escritas — de uma divisão administrativa comparável às de *Sancta Maria* de Ovar e Alvarenga, cujo centro militar e administrativo poderia ter sido *Castro Portella*, por outro lado, poderíamos simplesmente pensar que as referências documentais (tanto a *castro* como a *civitas*) apontam para as ruínas do castro de Romariz (Monte Crasto), um povoado da Idade do Ferro, que, no entanto, não parece apresentar vestígios de ocupação medieval¹³²⁴.

Não seria de surpreender, em todo o caso, a colocação de uma fortificação para o controlo de uma via de comunicação. Temos dúvidas quanto à proposta de localização do *castro/civitas Portella* na zona alta a este da atual localidade de Portela (povoado de Romariz), devido à sua excessiva proximidade (pouco mais de um quilómetro em linha reta) do castro de Romariz. No entanto, não podemos excluir *a priori* que esta localização possa sugerir a construção *ex novo* da estrutura mencionada nos documentos medievais¹³²⁵, sobretudo se considerarmos um paralelismo com o caso anteriormente analisado da Portela de Mexide, em Marco de Canaveses. Só através de escavações arqueológicas *in situ* se poderão dissipar quaisquer dúvidas sobre esta localidade. Almeida inclui-o na sua lista de fortificações¹³²⁶.

Mons Sagitella é mencionado em trinta e dois documentos datados entre 922 e 1163¹³²⁷; um é do século X¹³²⁸, onze do século XI¹³²⁹, os restantes do século XII¹³³⁰. Em toda a documentação, é referido como *mons/montem* ou como *alpe/alpe mons*, exceto num documento

¹³²³ Cf. BARROCA, 1990-1991: 117.

¹³²⁴ CENTENO, 2011. Ver também a ficha *Castro de Romariz*, do Portal do Arqueólogo. A identificação entre castro de Romariz e *castro/civitas Portella* é proposta em várias páginas *online*, mas sem documentação de apoio. O monte Crasto só foi escavado na sua extremidade norte, pelo que não podemos excluir a possibilidade de presença medieval nas partes ainda não investigadas (muitas das quais são propriedade privada).

¹³²⁵ Ver também a nota anterior.

¹³²⁶ ALMEIDA, 1978: 42.

¹³²⁷ Carmo refere trinta e três, contando, no entanto, com dois duplicados: CBF 147 = DC 521; CBF 167 = DC 669. Não utiliza LP 367/DC 296 (CARMO, 2016: 69).

¹³²⁸ CBF 130 (18.12.922).

¹³²⁹ DC 257 (25.05.1025); CBF 169 (04.12.[1030]); LP 367 (04.08.1037); LP 185 (01.04.1038); CBF 147 (31.01.1075); DC 585 (21.06.1080); CBF 151 (18.03.1082); CBF 167 (17.11.1086) CBF 153 (10.05.1091); CBF 283 (28.12.1097); CBF 284 (25.12.1099).

¹³³⁰ CBF 11 (07.06.1104); CBF 16 (10.04.1109); CBF 25 ([10].08.1117); CBF 201 (1127); CBF 12 (01.02.1133); CBF 206 (27.06.1134); CBF 209 (14.06.1135); CBF 207 (12.02.1137); CBF 268 (09.1138); CBF 29 (11.1138); CBF 266 (06.1144); CBF 267 (09.1144); CBF 31 (12.1148); CBF 72 (11.1148); CBF 46 (01.1152); CBF 295 (05.1157); CBF 282 (02.12.1158); CBF 296 (12.1159); CBF 281 (10.1160); CBF 43 (09.1163).

de meados do século XII, em que é referido como *castro*¹³³¹. Almeida, Barroca e Carmo interpretam-na como uma fortificação particularmente relacionada com o controlo da via Porto-Coimbra¹³³². Por fim, é interessante notar que, destes trinta e dois documentos, apenas três (DC 257, LP 367/DC 296, LP 185/DC 298) não pertencem ao CBF e, destes três, só um é original e não cópia de um cartulário: o local era porventura conhecido na zona para georreferenciar propriedades e é por isso que aparece tão frequentemente na documentação. As numerosas referências (que não são determinantes) e a posição estratégica, que permite controlar uma parte do litoral (o litoral fica a apenas seis quilómetros de distância), parecem apoiar esta hipótese, mas não os dados arqueológicos. *Mons Sagitella* deve ser identificado com o atual Alto do Coteiro Murado, uma localidade da freguesia de Mozelos. Como relata Pereira, o local, sobre o qual se erguem alguns monumentos megalíticos, albergou um povoado da Idade do Bronze que terá aumentado de dimensão durante a Idade do Ferro¹³³³. Daí, talvez, a menção de castro no documento de 1144, como referência aos muros (provavelmente ainda visíveis) que defendiam o povoado proto-histórico.

Silva confirma a presença de um povoado da Idade do Bronze, acrescentando que não encontrou qualquer indício que sugira a presença de fortificações medievais¹³³⁴. Evidentemente, este facto não exclui que o *Mons Sagitella* tenha sido reutilizado — temporariamente — entre os séculos X e XI. Este aspeto é um ponto importante que já assinalámos e que gostaríamos de voltar a sublinhar, ou seja, se um refúgio temporário poderia ou não ser enquadrado no processo de encastelamento desta área (e de outras), cuja peculiaridade ligada ao seu passado castrejo proporcionava certamente muito mais possibilidades de reutilização de antigas fortificações do que noutras áreas europeias. Neste caso, porém, a operação complicar-se-ia de forma desproporcionada: qualquer povoado da Idade do Bronze ou do Ferro (romanizado ou não) cujos vestígios (pelo menos da sua muralha) tivessem sobrevivido em bom estado até à época da «Reconquista» poderia ser considerado um possível elemento defensivo medieval. Acrescentemos que não são apenas os mencionados nos documentos que poderiam ser ou foram reutilizados (ver os exemplos analisados na secção sobre Lousada no capítulo anterior). No atual estado da investigação, não podemos excluir a possibilidade de que este local tenha sido utilizado temporariamente como castelo-recinto, até cair em desuso, provavelmente já na segunda metade do século XI. Mais uma vez, seriam necessárias escavações arqueológicas para esclarecer este caso, embora receemos que o local esteja irremediavelmente alterado. No entanto, no que diz respeito à sua utilização nos documentos, pensamos que deve ser entendida como uma indicação espacial¹³³⁵.

¹³³¹ CBF 267 (09.1144): «in villa Sesnandi, subtus Castro Sagitella, discurrente lacuna de Avil, territorio portugalsensi».

¹³³² ALMEIDA, 1978: 42, em que o autor sublinha a ligação com o mosteiro de Grijó. BARROCA, 2003b: 96; 2004: 198-199; CARMO, 2016: 69-73. Almeida propõe que este recinto fortificado tenha sido utilizado para albergar gado durante a transumância (ALMEIDA, 1989: 48).

¹³³³ PEREIRA, 2010: 113-114. Durante uma visita em 2007, o autor referiu ter encontrado alguns fragmentos de cerâmica. Após a visita, acrescentou que «o local encontra-se fortemente descaracterizado pelos desaterros e terraplenos realizados».

¹³³⁴ Correspondência de setembro de 2019.

¹³³⁵ Este facto é particularmente evidente nos documentos CBF 207, CBF 29 e CBF 296.

A documentação menciona outros montes que, no atual estado da investigação, não relacionamos nem identificamos com nenhum elemento defensivo. Vamos proceder com a sua análise.

Monte Sauto Redondo aparece pela primeira vez na documentação em 773(?), desaparecendo, depois, durante mais de três séculos, sendo de novo mencionado em 1097¹³³⁶. Encontra-se sucessivamente referido em três documentos do século XII¹³³⁷, o primeiro dos quais, datado de 1112, é aquele em que Almeida se baseia para o incluir na sua lista de fortificações; Barroca inclui-o na lista de castelos cristãos documentados até ao ano 1000¹³³⁸. Em todos os documentos, é mencionado como *mons* e não há qualquer indício que o identifique com um elemento defensivo. No que diz respeito à sua localização, regista-se a atual localidade de Souto Redondo, hoje completamente antropizada, razão pela qual se perderam, talvez, quaisquer vestígios de estruturas antigas.

Mons Parata Iovaz é mencionado na documentação escrita entre 1020 e 1187, em dezanove documentos¹³³⁹: quatro do século XI¹³⁴⁰, quinze (dos quais cinco inéditos) do século XII¹³⁴¹. Carmo propõe a sua localização numa colina a oeste do território de Milheirós de Poiães, na fronteira com o concelho de São João da Madeira (em relação ao qual se situa a nor-nordeste), com base num documento de 1125, em que é mencionada a «villa dicta Casal de Ducio» (atual rua Casal Dócio)¹³⁴², e pela sua proximidade à artéria secundária romana que ligava Arouca a Santa Maria da Feira¹³⁴³.

Monte Redondo surge em dois documentos de 1089 e 1151¹³⁴⁴. Corresponde ao monte situado em Redondo, freguesia de Fiães, onde existia um castro da Idade do Ferro que foi romanizado e ocupado ao longo da Antiguidade Tardia¹³⁴⁵. Almeida, no início da década de 1970, escavou o local e não encontrou vestígios de ocupação medieval, no entanto, inclui-o na sua lista de fortificações¹³⁴⁶.

¹³³⁶ LP 454 (19.04.773), cuja datação é muito duvidosa (como assinalado, por exemplo, em DAVID, 1947: 244-246); LP 290 (29.04.1097). A primeira referência não é indicada em CARMO, 2016: 107.

¹³³⁷ LP 411 (07.12.1112); LP 401 (10.01.1123); PT/TT/MSPP/012/0003/24 (1150).

¹³³⁸ ALMEIDA, 1978: 43; BARROCA, 2003b: 96; 2004: 198-199.

¹³³⁹ Com exceção dos documentos não publicados que encontramos na Torre do Tombo, Carmo não utiliza os seguintes documentos publicados: DC 244; DC 611; DC 704; DP III 338.

¹³⁴⁰ DC 244 (26.10.1020); DC 611 (15.01.1083); DC 703 (23.03.1088); DC 704 (23.03.1088).

¹³⁴¹ DP III 338 (26.10.1109); DP IV 237 ([23.02.].1122); DP IV 256 (25.04.1122); DP IV 257 (25.05.1122); DP IV 269 (28.06.1122); DP IV 272 (22.07.1122); DP IV 281 (03.09.1122); DP IV 282 (03.09.1122); DP IV 283 (03.09.1122); CBF 232 (02.01.1125); PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 1 (1125); PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 4 (1138); PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 7 (1142); PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 8 (1143); PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 27 (1187).

¹³⁴² CBF 232.

¹³⁴³ CARMO, 2016: 101-102.

¹³⁴⁴ CBF 194 (17.06.1089); CBF 183 (10.1151).

¹³⁴⁵ Agradecemos ao arqueólogo António Silva pela informação. Cf. ALMEIDA, SANTOS, 1971, 1972. Atualmente, «o castro encontra-se quase todo destruído visto que parte da vertente foi “engolidá” por uma pedreira. Na parte restante edificou-se um conjunto de piscinas e no centro do referido monte uma moradia» — ficha *Castro de Fiães*, do Portal do Arqueólogo.

¹³⁴⁶ ALMEIDA, 1978: 42.

Monte da Pena é mencionado em dois documentos: «in villa Draguncello subtus monte de Pena, discurrente rivulo Feverus, territorio Portugal»¹³⁴⁷; «in villa Dragoncelli et in Atequi, subtus monte de Penna, discurrente rivulo Novelios, territorio portugalensi, in terra Sancta Maria»¹³⁴⁸. Almeida considera o CBF 193 e o DC 921 como documentos diferentes, quando, na realidade, são o mesmo, localizando o primeiro como «Monte da Pena», em Argoncilhe, e o segundo como «Penha», em Seixezelo (Vila Nova de Gaia)¹³⁴⁹. Em Argoncilhe, poderá ter sobrevivido uma memória na toponímia local da rua Outeiro da Pena.

Monte Ordoni surge em dois documentos do início do século XII¹³⁵⁰. Carmo inclui-o na lista inicial de possíveis fortificações de apoio à *civitas Sancta Maria*, mas sem lhe dedicar uma ficha¹³⁵¹. Não conseguimos localizá-lo, mas não excluimos que possa ser uma designação alternativa do *Monte Auturelo*, de que trataremos na última secção, dedicada a Vila Nova de Gaia.

Mons Cimellas só é mencionado num documento de 1122: «in villa Romarici [...] subtus mons Cimellas discurrente rivullo Ulmia territorio Portugal»¹³⁵². Não foi possível determinar a sua localização, embora esta elevação, provavelmente não muito alta dado o uso do diminutivo, deva situar-se em território de Romariz.

Mons Carboineiro e Petra Curvela são referidos num documento de 1123: «in villa Guncida, subtus monte Carboneiro et petra curvela, discurrente rivulo Guandia, territorio portugalensi, in civitate Sancte Marie»¹³⁵³. Almeida considera-a uma fortificação, localizando-a na Agoncida, localidade da freguesia de Mosteiró¹³⁵⁴. Pela sua localização, concordamos com a proposta do Carmo¹³⁵⁵, a que se junta o facto de, na direção norte da localidade Monte, se encontrar a localidade Pedra, provavelmente identificável com a *Petra Curvela* do documento.

Monte Altu aparece num documento de 1129: «in villa Kasal, subtus monte Altu, discurrente rivulo Villela, prope civitatis Sancte Marie, territorio portugalensi, juxta littus maris»¹³⁵⁶; *Monte Cortellos* surge num documento de 1131: «in villa Casal, subtus monte Cortellos, discurrente rivulo Villela, territorio portugalensi, sub opido Sancte Marie, prope littus maris»¹³⁵⁷. De facto, o conteúdo do documento é muito semelhante e dois dos «atores» poderiam estar relacionados entre si: no documento de 1129, *Petrus Gudiniz* vende uma propriedade em *Kasal* a *Didaco Arias Alvane*; no documento de 1131, é *Elvira Gudiniz*, juntamente com

¹³⁴⁷ CBF 196 (28.06.1091).

¹³⁴⁸ CBF 193 (09.01.1100).

¹³⁴⁹ ALMEIDA, 1978: 39, 42.

¹³⁵⁰ CBF 197 (29.12.1101); CBF 187 (31.12.1109). O primeiro documento não é utilizado por Carmo.

¹³⁵¹ CARMO, 2016: 78.

¹³⁵² DP IV 247 (29.03.1122).

¹³⁵³ CBF 287 (10.1123).

¹³⁵⁴ ALMEIDA, 1978: 33.

¹³⁵⁵ CARMO, 2016: 116.

¹³⁵⁶ CBF 200 (1129).

¹³⁵⁷ CBF 204 (15.01.1131).

o seu marido *Pelágio Froaiz*, que vende uma propriedade no mesmo local e pelo mesmo valor a *Didaco Arias*. Note-se também que os documentos não estão escritos pela mesma pessoa: o primeiro documento é escrito por *Pelagius*, o segundo por *Petrus*. Com tão poucos anos de diferença, parece muito estranho encontrar o mesmo local listado sob dois montes diferentes. Os montes *Altu* e *Cortellos* poderiam indicar a mesma elevação, mas, como salientou Barroca, o nome da localidade *Kasal/Casal* é muito genérico e generalizado¹³⁵⁸. Com reserva, poderíamos ainda propor tratar-se da mesma elevação. Almeida, que o inclui na sua lista de fortificações, identifica-o com o monte Outeiro (a oeste da povoação)¹³⁵⁹. Aceitamos a sugestão com reserva. *Monte Cortellos* não tem qualquer vestígio na toponímia local.

Encerramos esta secção com o *Mons foce de Cidi Cavallo*, que não conseguimos localizar, apesar do seu nome peculiar. Só é mencionado num documento de 1143: «in Mazaneira subtus mons ubi dicunt foce de Cidi Cavallo, discurrente rivulo Gaundila, prope castello Sancte Marie, territorio portugalsensi»¹³⁶⁰.

4.8. VALE DE CAMBRA

A maior parte do atual território municipal de Vale de Cambra pertencia, no período abrangido por esta investigação, a duas entidades administrativas¹³⁶¹. A primeira era o «territorio zebrário», mencionado em dois documentos: o primeiro de 922, como vimos, forjado ou interpolado; o segundo, genuíno, de 1072¹³⁶². Alguns anos mais tarde, aparece na documentação a *terra de Calambria* (portanto, apenas num documento¹³⁶³), comumente designada pela expressão «territorio Calambrie»¹³⁶⁴ ou mais raramente «in Calambria»¹³⁶⁵.

No atual estado da investigação, não nos foi possível identificar o possível castelo cabeça de terra. Gostaríamos de apontar algumas considerações que talvez possam estar inerentes a este problema. A primeira está ligada ao nome da atual freguesia de São Pedro de Castelões, a *villa Castelanus* da documentação¹³⁶⁶ que, no entanto, parece referir-se a uma fortificação antiga.

¹³⁵⁸ Correspondência de outubro de 2019.

¹³⁵⁹ ALMEIDA, 1978: 39.

¹³⁶⁰ CBF 218 (04.1143). Carmo não utiliza este documento na sua investigação.

¹³⁶¹ Sobre o território de Vale de Cambra na época medieval, ver TAVARES, 2013.

¹³⁶² LP 81 (922); DC 502 (06.10.1072).

¹³⁶³ LP 565 (09.07.1109) e não LP 215, como indicado em TAVARES, 2013: II, 21.

¹³⁶⁴ De facto, é com esta expressão que a nova unidade administrativa é referida já em finais do século XI: «nostra razione de ecclesia Sancti Petri, que est fundata in territorio Calambrie in villa Castelanus», LP 561 (30.04.1098). Posteriormente, a expressão, com algumas ligeiras alterações, aparece em DP III 44 (07.11.1101); LP 566 (18.08.1102); DP IV 29 (1117); DP IV 185 (21.06.1121); DP IV 332 (19.03.1123); MA 52 ([09].01.[1127]); LP 563 (09.05.1133) e não LP 56 como indicado em TAVARES, 2013: II, 26; LP 315 ([1133]) — este documento é muito interessante porque aí encontramos a expressão «sub terradorio Calambria», uma indicação clara de dependência administrativa; MA 105 (07.04.1151); MA 163 (09.1195); MA 165 (08.1198).

¹³⁶⁵ TAVARES, 2013: II, doc. 17 (1125) e doc. 27 (09.1179).

¹³⁶⁶ É mencionada pela primeira vez no final do século X: «et facimus kartula vindictionis de medietate de omnia mea ereditate, quos aveo in villa Castellanus, subtus mons Zebreiro, discurrente ribulo Camia, terretorio Portugal», LP 200 (04.03.995).

A segunda seria uma provável fortificação medieval ligada ao que as fontes indicam como *Mons Porrino*. *Mons Porrino* surge em três documentos da primeira metade do século XII¹³⁶⁷. Com base nesta documentação, é identificado por Almeida como uma fortificação e situado no território da freguesia de Vila Cova de Perrinho¹³⁶⁸. Deverá corresponder à elevação situada a norte, abaixo da qual se desenvolveu o povoamento contemporâneo. Silva referiu a presença de um povoado da Idade do Bronze ou, eventualmente, de um castro da Idade do Ferro¹³⁶⁹. Recentemente, o arqueólogo comunicou-nos que:

*num conjunto de afloramentos rochosos da parte superior parece ver-se entalhes e afeiçoamentos que poderão ter estado relacionados com alguma fortificação medieval, mas as informações publicadas sobre os resultados das escavações recentes não admitem tal possibilidade*¹³⁷⁰.

De facto, os resultados publicados apenas referem uma ocupação na Idade do Bronze Final¹³⁷¹. Não excluimos, portanto, a presença de um elemento defensivo medieval; no entanto, consideramos, como noutros casos, que a menção/indicação a *Mons Porrino* nas fontes escritas seja puramente geográfica e não indicava qualquer fortificação ou dependência da mesma por parte das localidades nomeadas nos documentos.

*Monte Codale*¹³⁷² surge em dezanove documentos: dois do século X¹³⁷³, três do século XI¹³⁷⁴ e catorze do século XII¹³⁷⁵. Carmo, ao analisar o que propõe ser — erradamente¹³⁷⁶ — a segunda referência a *Monte Codale*, sublinha o facto de as localidades mencionadas neste *mons* se situarem no «territorio ezebreiro»¹³⁷⁷, enquanto, num documento posterior¹³⁷⁸, as localidades sob o *mons* encontram-se no *territorio portugualense*. Interpreta então estes dados, argumentando que «o Monte Codal teria localidades dependentes dele tanto do território

¹³⁶⁷ DP III 44 (07.11.1101); DP IV 332 (19.03.1123); MA 96 (16.12.1148). Esta elevação era um dos pontos de fronteira da terra de Cambra: «a terra/julgado de Cambra situava-se num vale bem delimitado pelos seus montes e serras envolventes, bem identificados na documentação: Galinheiro a norte, Calvo e Fuste a nordeste, Castro a sudeste, Zebreiros a sul, Muscoso a este, Codal e Perrinho a noroeste» (TAVARES, 2013: I, 22).

¹³⁶⁸ ALMEIDA, 1978: 42. O autor refere-se à freguesia como Vila Nova de Perrinho.

¹³⁶⁹ SILVA, 1997: 41-42.

¹³⁷⁰ Correspondência de outubro de 2019.

¹³⁷¹ TAVARES, DE MAN, 2018.

¹³⁷² Utilizámos este exemplo em MARIANI, 2024: 145.

¹³⁷³ LP 81 (12.06.922); DC 137 (24.02.983).

¹³⁷⁴ DC 502 (06.10.1072); DC 506 (20.04.1073); DC 638 (11.04.1085).

¹³⁷⁵ DP III 126 (16.7.1103); DP IV 191 (8. 1121); LP 315 ([1133]); CBF 221 (1138); CBF 222 (8. 1139); CBF 229 (12. 1141); CBF 230 (12. 1141); CBF 10 (19.1.1142); CBF 225 (2. 1142); CBF 231 (12. 1142); CBF 226 (8. 1143); CBF 223 (2. 1145); CBF 227(7. 1148); MA 126 (11.3.1162).

¹³⁷⁶ De facto, Carmo usa o DC 502 como segundo documento, omitindo dos documentos das fontes editadas tanto o DC 137 — que acaba por ser o segundo documento que menciona *Monte Codale* — como o DC 506, ou seja, dois dos três documentos indicados por Almeida como relativos ao *Monte Codale*. Cf. ALMEIDA, 1978: 39; CARMO, 2016: 92.

¹³⁷⁷ CARMO, 2016: 92.

¹³⁷⁸ DC 638.

portugalense como do território zebreiro. Isto poderá explicar-se pela sua localização fronteira a leste da Terra de Santa Maria»¹³⁷⁹.

Esta análise baseia-se no pressuposto de que o *Monte Codale* fosse uma fortificação e que a expressão *subtus* indicava uma dependência administrativo-militar das localidades diretamente ligadas; no entanto, do nosso ponto de vista, são precisamente os territórios que indicam a pertença/dependência a uma unidade territorial, enquanto o *Monte Codale* seria apenas uma indicação geográfica. Vamos tentar analisar a situação, acrescentando mais informações. Almeida inclui-o na lista das suas fortificações, localizando-o na atual freguesia de Codal¹³⁸⁰, proposta também aceite por Barroca¹³⁸¹. Carmo, que concorda com os autores anteriores, propõe mais especificamente a sua localização na colina a sul do povoado do Codal¹³⁸². Não concordamos com estas propostas.

Da análise dos documentos, julgamos que o *Monte Codale* possa ser identificado com a atual serra do Pereiro, situada a oeste da povoação. Esta cota ultrapassa os quinhentos metros (a proposta de Carmo tem pouco mais de trezentos metros) e, por isso, ao destacar-se no território, justificaria a utilização do *Monte Codale* para localizar geograficamente lugares menos próximos, como, por exemplo, o de Milheirós de Poiães (Santa Maria da Feira).

Mons Gallinario aparece apenas num documento do século XII: «in termino de Laurosa [...] subtus mons Gallinario discurrente rivulo Bigas teritorio Kalambria»¹³⁸³. Sabemos, pela documentação proposta por Tavares, que também foi utilizada como referência geográfica no século XIII¹³⁸⁴. Está situado na freguesia de Roge.

Mons Kastro Arruniado surge num documento de 1121: «in villa que vocitant Sauto Malo sexta integra subtus mons Kastro Arruniado discurrante rivulo Teixeira territorio Kalambrie»¹³⁸⁵. Provavelmente, já na altura indicava as ruínas do atual castro de Arões, situado na freguesia homónima. As ruínas deviam ser imponentes à época, pois os troços de muralhas que ainda subsistem transmitem uma ideia das suas dimensões: seis metros de espessura e quatro metros de altura¹³⁸⁶. Não podemos excluir, *a priori*, a possibilidade de, utilizado temporariamente num momento de perigo, ter estado no centro de um episódio de armas extremamente negativo para os defensores. É claro que estamos apenas no domínio das hipóteses.

Por último, *Mons Muscuso* aparece num documento de 1151: «in villa que vocatur Castelanos territorio Caanbrie sub monte Muscuso discurrante rivulo Cama»¹³⁸⁷. Situa-se na freguesia de São Pedro de Castelões.

¹³⁷⁹ CARMO, 2016: 92.

¹³⁸⁰ ALMEIDA, 1978: 39.

¹³⁸¹ BARROCA, 2003b: 96; 2004: 198-199.

¹³⁸² CARMO, 2016: 92.

¹³⁸³ DP IV 19 (1117).

¹³⁸⁴ Por exemplo, ver TAVARES, 2013: II, docs. 31 e 32.

¹³⁸⁵ DP IV 185 (21.06.1121).

¹³⁸⁶ SILVA, 1997: 39-40.

¹³⁸⁷ MA 163 (09.1195).

Concluimos com uma última nota. Relativamente ao *Mons Zebrarios*, Barroca localiza-o incorretamente em São Pedro de Castelões¹³⁸⁸, quando pertence ao vizinho concelho de Sever do Vouga¹³⁸⁹. Uma vez que este município está fora da nossa área de interesse, não procederemos à análise da sua documentação.

4.9. VILA NOVA DE GAIA

A colina onde se situava o castelo medieval de Gaia apresenta uma ocupação muito antiga. As numerosas escavações efetuadas no último século ainda não permitiram esclarecer muitas questões e, ainda hoje, não é possível determinar quando é que o local passou de povoado fortificado romanizado da Idade do Ferro a fortaleza militar¹³⁹⁰.

As escavações, excluindo as efetuadas em 1983 e 1985 no topo da elevação¹³⁹¹, concentraram-se, principalmente, na base da colina onde se encontrava o castelo. As suas descobertas forneceram informações interessantes sobre o período de ocupação castreja e romana¹³⁹². Desta fase, destaca-se a descoberta (lado sudeste da colina) de um troço de muralha com quarenta e cinco metros de comprimento e uma espessura média superior a dois metros, que, segundo os responsáveis pela escavação, teria rodeado todo o monte¹³⁹³. Através do estudo dos níveis de abandono desta muralha, foi possível localizar vários buracos de postes alinhados, provavelmente ligados a uma paliçada de madeira, que Silva associaria à primeira fase do encastelamento medieval do sítio¹³⁹⁴; as mesmas análises revelam ainda sinais de destruição da mesma muralha, que Carvalho e Fortuna sugerem estarem relacionados com a destruição do castelo no século XIV¹³⁹⁵. Outras escavações, no entanto, revelaram a presença de edifícios da Antiguidade Tardia e de uma igreja atribuível ao mesmo período, no lado noroeste¹³⁹⁶. Entre 1988 e 1992, efetuaram-se escavações no lado nordeste, junto à capela do Bom Jesus de Gaia, que resultaram na descoberta de vários enterramentos medievais e modernos, bem como de materiais datáveis entre a Proto-História e a Época Contemporânea. Foram ainda identificadas duas estruturas datáveis entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, ambas violentamente destruídas, e que o diretor de escavações identificou como estruturas religiosas¹³⁹⁷.

A primeira referência escrita a este reduto fortificado remonta à segunda metade do século VI, quando, provavelmente, se trata de uma falsificação medieval: é referido como

¹³⁸⁸ BARROCA, 2003b: 96; 2004: 198-199.

¹³⁸⁹ ALMEIDA, 1978: 43; TAVARES, 2013: I, 24.

¹³⁹⁰ SILVA, 2020, com relativa bibliografia.

¹³⁹¹ No entanto, as escavações referidas não forneceram qualquer informação útil sobre a fortificação medieval. Cf. SILVA, 1984: 44-46; 1986: 78, nota 471.

¹³⁹² SILVA *et al.*, 2017.

¹³⁹³ CARVALHO, FORTUNA, 2000: 160.

¹³⁹⁴ SILVA, 2020.

¹³⁹⁵ CARVALHO, FORTUNA, 2000: 160, 162; CARVALHO, 2003: 828-830.

¹³⁹⁶ NASCIMENTO, SOUSA, SILVA, 2008 *apud* SILVA, 2020.

¹³⁹⁷ GUIMARÃES, 1995.

Castrum Antiquum, por oposição ao *Castrum Novum*, que, como vimos no capítulo anterior, se situava no morro da Sé do Porto¹³⁹⁸. Não sabemos se foram efetuadas melhorias ou alterações na antiga fortificação — romana —, ou se apenas se procedeu à sua manutenção. Após esta duvidosa menção, o «antigo castelo» desaparece das fontes e, durante a fase da conquista muçulmana que se inicia no princípio do século VIII, cai aparentemente no esquecimento. Porventura, a sua (nova?) construção deve estar ligada à ocupação do Porto em 868: não sabemos se foi construída uma primitiva fortaleza de madeira, ou se foi imediatamente construída em pedra, mas a necessidade de fortificar uma cabeça de ponte na margem sul do Douro parece uma necessidade plausível. De facto, ao fim de dez anos (878), Coimbra foi ocupada, embora, como se sabe, as forças cristãs tenham demorado quase dois séculos a tomá-la definitivamente (1064).

Nesta fase, tornou-se crucial a criação de uma linha de fortificações ao longo da margem do Douro, uma nova fronteira a assegurar e reforçar. Em apoio a esta estratégia, devemos enquadrar a criação da *civitas de Anegia* e do Condado Portucalense; assim como proporíamos associar o surgimento de elementos defensivos como o castelo de Paiva e a fortificação de Crestuma a esta fase histórica, entre finais do século IX ou, mais provavelmente, inícios do século X¹³⁹⁹. Silva propõe ainda uma segunda linha, mais a sul, criada posteriormente, por *Castro Pedroso*, «Castro de Seada», *civitas Sancta Maria* e os três castelos da terra de Arouca¹⁴⁰⁰.

No final do século X, durante a expedição de Almançor a Santiago de Compostela, uma fonte árabe relata como a frota muçulmana, uma vez chegada à foz do Douro, é utilizada para criar uma ponte para a passagem do exército: esta ponte móvel é erguida perto de um castelo¹⁴⁰¹. Deve tratar-se do castelo de Gaia, uma vez que o castelo de Crestuma (se é que existia nessa altura) fica a mais de quinze quilómetros da foz. Muito provavelmente, nesta ocasião, o castelo foi destruído, pois desaparece das fontes durante mais de dois séculos e meio¹⁴⁰². Em 1255, é nomeado um pretor de Gaia¹⁴⁰³, mas só em 1264 é que dois documentos voltam a mencionar o castelo de Gaia: «hereditatem de Ulvaria que est justa castellum de Gaia»; «in parochia ecclesie de Ulveira in ripa Dorii, justa castellum de Gaia»¹⁴⁰⁴. O castelo medieval pasará por várias vicissitudes até à sua destruição em 1384¹⁴⁰⁵.

¹³⁹⁸ LF 10 (01.01.569). É necessário ter em conta as dúvidas expressas quanto à data e à veracidade do documento em análise.

¹³⁹⁹ Da mesma opinião, Silva. Cf. SILVA, 2020.

¹⁴⁰⁰ SILVA, 2011: 3.

¹⁴⁰¹ *Crónica de Almançor*: 190.

¹⁴⁰² É novamente referido como *Castrum Antiquum* numa bula papal que menciona os antigos limites da diocese de Coimbra: LP 592 (24.03.1101). A lenda do rei Ramiro conta a destruição do castelo de Gaia no século X: *Livro velho de Linhagens, 1 versione della Lenda de Gaia apud* GUIMARÃES, 1993a: 92. Por último, na *Crónica de D. Afonso Henriques*, lê-se «que antigamente sobre o Douro foi povoado o castelo de Gaya» (GALVÃO, 1906: 43).

¹⁴⁰³ GUIMARÃES, AFONSO, PRATA, 1983: 22.

¹⁴⁰⁴ CBF 313 (06.1261); CBF 314 (06.1261).

¹⁴⁰⁵ GUIMARÃES, 1993a: 93; SILVA, 2020, com relativa bibliografia.

Carmo, seguindo Almeida, salienta a ligação de *Castro Petroso* aos mosteiros de Grijó¹⁴⁰⁶ e Pedroso: este facto justificaria, obviamente, a sua abundante presença na documentação escrita¹⁴⁰⁷, na nossa opinião, como ponto de georreferenciação das duas entidades eclesiásticas e propriedades da zona, como sítio «conhecido» pelos vestígios antigos ainda visíveis (como salienta Santos para o caso do mosteiro de Paço de Sousa e Vairão¹⁴⁰⁸).

Almeida acrescenta a seguinte consideração: «Mais que a fuga com as relíquias era salutar a resistência que as próprias relíquias ajudariam. Não admira, pois, que haja uma relação íntima entre o bispo e a defesa da sua cidade [...], entre mosteiros e a construção de castelos»¹⁴⁰⁹. Concordamos parcialmente com esta opinião. Se os monges tivessem «querido defender-se», poderiam tê-lo feito quer fortificando o seu mosteiro (infelizmente, não se conservam quaisquer vestígios de estruturas monásticas entre os séculos IX e XII, à exceção dos templos) quer construindo fortalezas militares de raiz, como no caso do castelo do bispo de Lanhoso¹⁴¹⁰, ou, em alternativa, com a criação de pontos fortes no terreno, ativos, defendendo também os bens e a propriedade. Aliás, o próprio caso do castelo de Guimarães, apresentado por Almeida em apoio da sua proposta, é contraproducente para a sua teoria: fala-se de um castelo, mas este é construído por ordem da condessa Mumadona e, por isso, poderíamos propor que a relação não é entre mosteiros e castelos, mas entre a nobreza que detém o padroado das instituições eclesiásticas e as fortificações¹⁴¹¹. Na eventualidade de um ataque rápido, o mais sensato era fugir, dirigir-se para terrenos elevados, tirar partido das estruturas (antigas) já existentes, eventualmente restauradas e mantidas em funcionamento apenas quando necessário. Nesta perspetiva, faria mais sentido a promoção de possíveis pontos de vigia, de atalhas, para detetar a tempo o perigo e abrigar-se. Por fim, no caso de *Castro Petroso*, pareceria ambíguo ter dois corpos eclesiásticos diferentes (ou melhor, os seus patronos) como *domini* da mesma estrutura¹⁴¹². No que diz respeito à relação entre os bispos, as cidades e a sua defesa, a situação é diferente de caso para caso, além de variar consideravelmente ao longo dos séculos, consoante a presença ou ausência de uma gestão laica do território (condes para a cidade, nobres para as zonas rurais).

No entanto, voltemos a concentrar-nos em *Castro Petroso*, que é mencionado na documentação escrita em cento e treze documentos, datados entre 922 e 1173¹⁴¹³: são sete

¹⁴⁰⁶ Sobre o mosteiro de Grijó, entre outros, ver PIZARRO, 1995; AMARAL, 1994; RENZI, MARIANI, 2022b.

¹⁴⁰⁷ CARMO, 2016: 59, mencionando ALMEIDA, 1978: 45.

¹⁴⁰⁸ Ver as secções relativas a Penafiel e Vila do Conde no capítulo anterior.

¹⁴⁰⁹ ALMEIDA, 1978: 45.

¹⁴¹⁰ BARROCA, 1990-1991: 111-114.

¹⁴¹¹ Repare-se na terminologia utilizada: «laboravimus castellum quod vocitant sanctum mames in locum predictum alpe latito quod est super huius monasterio constructum» (DC 97, ano 968). Trata-se de um documento importante, porque mostra que, já no século X, para indicar as fortificações, se podiam utilizar fórmulas e palavras claras, sem recorrer à expressão *subtus mons* para indicar uma relação de subordinação militar-administrativa. Cf. MARIANI, 2020a, 2022.

¹⁴¹² Embora em ALMEIDA, 1992: 378, ligue posteriormente Grijó ao monte Murado (*Mons Sagitella*).

¹⁴¹³ No *corpus* documental apresentado em CARMO, 2016: 58, refere-se à ausência de DC 745, LP 293 e DP IV 44 (que acrescentamos, no entanto, com reserva). Note-se também que o autor parece contar duas vezes os seguintes

do século X¹⁴¹⁴, trinta e três do século XI¹⁴¹⁵ e setenta e três (dos quais dez não publicados) do século XII¹⁴¹⁶. É interessante notar, mais uma vez, o hiato documental entre o final do século X (o último documento é de 991) e meados do século XI (o primeiro documento é de 1044). Esta elevação é mencionada na documentação com diferentes expressões: a mais utilizada é *Mons/Monte Castro Petroso* (trinta e cinco documentos), seguida de *Castro Petroso* (trinta e dois documentos). Tratando-se de um local conhecido da região em muitos documentos, não há sequer necessidade de o identificar como *Petroso* e, por isso, é referido simplesmente como *Mons/Monte Castro* (dezanove documentos) ou *Castro* (três documentos). Em dezanove documentos, surge como *Mons Petroso*, em quatro como *Alpe/Alpe Castro Petroso*. Por fim, o último documento inédito que identificámos (datado de 1128) apresenta a definição de *Castro Petrosinensis*¹⁴¹⁷, que poderia estar relacionado com o *Mons Petrosino*, mencionado no CBF 115. Relativamente a este último documento, tanto podemos entendê-lo como uma indicação alternativa (de uma parte) de *Mons Castro Petroso*, do lado de Perosinho, como uma elevação separada, talvez localizada na freguesia de Perosinho, como propõe Carmo¹⁴¹⁸.

Esta abundância de documentação escrita não é acompanhada por qualquer prova material da presença de estruturas defensivas medievais. *Castro Petroso* corresponde ao atual monte Murado (freguesia de Pedroso), nome provavelmente derivado dos imponentes vestígios da antiga muralha castreja. No local, foram encontrados vestígios de um grande povoado

documentos: DC 448 = LP 130 (mesmo que não indicado no LP); DC 630 = CBF 301; DC 724 = CBF 156; DC 849 = LP 509; DC 855 = LP 429; DC 872 = CBF 304; DC 876 = LP 510. Estamos em dívida com Carmo pelo CBF 175, que inicialmente não incluímos na nossa lista de documentos.

¹⁴¹⁴ CBF 130 (18.12.922); DC 69 (23.12.955); DC 72 (30.09.957); DC 140 (28.02.984); DC 149 (30.09.985); DC 155 (29.09.988); DC 161 (27.02.991).

¹⁴¹⁵ DC 338 (26.11.1044); DC 356 (18.07.1047); LP 130 e LP 132 (12-13.10.1047); DC 463 (04.1068); DC 502 (06.10.1072); DC 508 (27.12.1073); DC 563 (1078); DC 575 (01.01.1080); DC 599 (31.10.1081); CBF 301 (18.07.1084); DC 674 (07.02.1087); CBF 152 (22.02.1087); CBF 144 (24.11.1087); DC 694 (1087); CBF 156 (25.09.1089); CBF 149 (19.11.1089); DC 745 (1090); CBF 148 (18.02.1092); CBF 145 (31.08.1092); CBF 143 (03.10.1093); CBF 294 (25.02.1097); LP 509 (09.04.1097); LP 50A e LP 293 (03.05.1097); LP 429 (31.05.1097); CBF 304 (26.03.1098); LP 510 (28.04.1098); CBF 113 (31.08.1098); CBF 118 (17.01.1099); CBF 123 (18.01.1099); CBF 154 ([18].01.1099); CBF 150 (21.01.1099).

¹⁴¹⁶ DP III 33 (28.08.1101); LP 539 (18.01.1103); LP 541 (28.01.1103); DP III 99 (31.01.1103); DP III 151 (25.01.1104); CBF 234 (10.02.1107); DP III 238 (08.03.1107); DP III 289 (23.05.1108); LP 540 (05.06.1108); LP 381 (06.1108); LP 533 (29.08.1108); CBF 159 (06.09.1108); CBF 160 (14.01.1112); CBF 34 (15.05.1112); CBF 35 (17.05.1112); CBF 260 (31.05.1112); DP III 431 (22.03.1113); DP III 457 ([13].10.1113); DP III 493 (28.12.1114); DP III 514 ([12].08.1115); DP IV 44 (20.04.1117); DP IV 56 (26.08.1117); DP IV 75 (20.11.1118); DP IV 76 (24.11.1118); DP IV 79 (29.12.1118); CBF 257 (26.03.1121); CBF 189 (20.04.1121); CBF 256 (15.09.1121); CBF 299 (23.10.1121); DP IV 231 (25.01.1122); DP IV 284 (06.09.1122); DP IV 285 (10.09.1122); DP IV 303 (26.12.1122); CBF 300 (28.01.1123); CBF 176 (19.03.1123); CBF 161 (09.04.1123); CBF 158 (30.12.1123); CBF 93 (1123); PT/TT/MSJBP/004/0007 15 (1125); PT/TTMSPP/012/0002 40 bis (1125); CBF 263 (18.12.1126); CBF 261 (29.06.1128); DR I 93 (03.08.1128); PT/TT/MSPP/012/0003 1 (1128); PT/TT/MSPP/012/0003 1 bis (1128); CBF 258 (22.06.1129); CBF 177 (11.1129); CBF 115 (30.09.1131); CBF 253 (23.02.1132); CBF 252 (17.04.1132); CBF 265 (4.1135); PT/TT/MSPP/012/0003 8 (1135); PT/TT/MSPP/012/0003 15 (1145); CBF 233 (07.1146); CBF 264 (08.1146); CBF 277 (12.09.1146); CBF 254 (11.1146); PT/TT/MSPP/012/0003 20 (1147); CBF 53 (1.1148); CBF 251 (3.1148); CBF 72 (11.1148); PT/TT/MSPP/012/0003 23 (1149); CBF 255 (19.03.1151); CBF 175 (4.1151); PT/TT/MSPP/012/0003 32 (1153); CBF 247 (10.1154); CBF 259 (10.1156); CBF 246 (06.1157); CBF 238 (08.1157); CBF 240 (10.1158); CBF 239 (07.1160); CBF 305 (26.07.1161); PT/TT/MSPP/012/004 10 (1173).

¹⁴¹⁷ PT/TT/MSPP/012/0003 1 (1128): «in loco predicto Petroso sub castro Petrosinensis discurrente ribulo FEVEROS territorio Portugalensis in suburbio civitatis Sancte Marie».

¹⁴¹⁸ CARMO, 2016: 58. Uma proposta que aceitamos com muitas reservas.

utilizado desde a Idade do Bronze Final até à romanização¹⁴¹⁹. O topo da elevação, onde poderiam estar os vestígios do castelo medieval, foi completamente alterado pela construção do Santuário da Senhora da Saúde, dos edifícios da Confraria da Nossa Senhora da Saúde dos Carvalhos e até de um restaurante. Os únicos vestígios de ocupação medieval estão relacionados com a presença (em si mesma não probatória da existência de uma fortificação) de fragmentos de cerâmica, recolhidos durante a década de 1980 por Lima¹⁴²⁰. Conforme constatado durante uma inspeção em setembro de 2019, e apesar de estar protegido e sujeito a restrições, o local está novamente a sofrer obras de terraplenagem, as quais não compreendemos como podem ter sido autorizadas. Almeida inclui-o na sua lista de fortificações medievais, sublinhando a sua relação com a via romana que ligava Porto a Coimbra; Barroca inclui-o entre os castelos cristãos documentados até 1000, mas não entre os ativos entre 1150 e 1200¹⁴²¹.

No atual estado da investigação, não nos parece que se trate da construção *in situ* de um castelo militar, construído *ex novo* (embora reutilizando materiais de estruturas anteriores), mas de uma reutilização do antigo povoado fortificado, provavelmente entre os séculos X e XI, como castelo-recinto.

O «reduto militar» de Seada foi identificado por Silva durante a elaboração do seu contributo sobre o património arqueológico incluído no *Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia de 2007*¹⁴²². O arqueólogo situa-o, como vimos, na segunda linha defensiva formada a sul do Douro, provavelmente durante o século X. Situa-se a cerca de um quilómetro e meio a este de *Castro Petroso*, com o qual tem contacto visual direto, bem como com o mosteiro de Pedroso, do qual dista algumas centenas de metros.

Visitámos a localidade do Crasto (nome ainda mais sugestivo devido à total ausência de vestígios da Idade do Bronze ou do Ferro), freguesia de Pedroso, por duas vezes, acompanhados por Silva. Da primeira vez, em julho de 2018, não nos foi possível aceder ao local, porque, situado em propriedade privada, se encontra completamente cercado; da segunda vez (setembro de 2019), tivemos a sorte de encontrar o proprietário, a quem agradecemos, que nos permitiu aceder e visitar o local. Foi instalada uma antena no topo da pequena elevação e não se acharam vestígios de qualquer estrutura durante os trabalhos. Ao longo da visita, apenas encontrámos fragmentos de material de construção: *tegulae* de datação incerta. O proprietário informou-nos de que iria plantar novas árvores (autóctones!) num futuro próximo e que nos contactaria se encontrasse «alguma coisa interessante». Pensamos que este sítio merece mais atenção: só escavações arqueológicas poderão confirmar a proposta de Silva. Podemos assumir que o local tenha albergado uma atalaia ou um pequeno reduto, provavelmente

¹⁴¹⁹ Ver, entre outros, SILVA, 1983; SILVA, 2015: 70-72. Além da ficha *Castro da Senhora da Saúde/Monte Murado*, do Portal do Arqueólogo.

¹⁴²⁰ Comunicação oral de Lima, em setembro de 2019.

¹⁴²¹ ALMEIDA, 1978: 41; BARROCA, 2003b: 96; 2004: 198-199.

¹⁴²² SILVA, *coord.*, 2007. No entanto, o castelo não figura entre os bens arqueológicos inventariados. Será acrescentado no «Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia», 58, com a designação de A50 (comunicação de Silva, em outubro de 2019).

de madeira: não sabemos se era de apoio a *Castro Petroso*, ou se estava associado ao mosteiro de Pedroso, do qual, talvez, pudesse ser um ponto de vigilância.

O caso do «castelo de Crestuma» é um dos mais interessantes desta região, apesar de lançar novas questões críticas, além de dar, naturalmente, algumas respostas. Se a documentação escrita é escassa, a documentação material, fornecida pelas escavações dos últimos anos, é bastante abundante. Crestuma foi mencionada pela primeira vez em 922, no controverso documento de que já falámos, e que, talvez — falso ou interpolado —, pode ser atribuído à segunda década do século XII, o século a que remonta a documentação mais fiável relativa a esta localidade¹⁴²³. Nestes poucos documentos, é mencionada como localidade («in locum Castrumie») ou ermida («heremita que vocatur Castrumia»); nunca está ligada a qualquer elemento defensivo. Ao contrário de outros casos analisados, desta vez, são os dados arqueológicos que sugerem a existência de uma fortificação. Os estudos dedicados a esta localidade, sobretudo os dos últimos anos, dão-nos uma ideia (parcial) da sua história¹⁴²⁴. De facto, estamos perante um sítio que apresenta claros vestígios de ocupação romana e tardo-antiga (*vicus*, necrópole e porto fluvial), de um castelo militar alto-medieval e de uma ermida (ou, mais provavelmente, de um pequeno mosteiro) durante o século XII¹⁴²⁵.

A colina onde (também) se erguia a antiga fortificação ainda conserva o nome de Castelo, sinal claro de como a sua memória ficou gravada na toponímia local. A sua posição estratégica (tem boas defesas naturais, implementadas por um fosso no lado su-sudoeste, talvez correspondente à fase de ocupação proto-histórica) permite um excelente controlo do curso do Douro. Em meados do século XX, Sousa publica as primeiras notícias sobre este sítio, identificando-o como um castro da Idade do Ferro, romanizado; posteriormente, Almeida define-o como um castelo medieval com origens porventura proto-históricas, mas sobretudo tardo-antigas, conceito que reitera em publicações seguintes e que não se altera até às publicações mais recentes em que se começa a sublinhar a importância da ocupação em várias épocas para Crestuma¹⁴²⁶. Desde 2009, o terreno foi parcialmente adquirido pelo município de Vila Nova de Gaia, o que permitiu a realização de campanhas arqueológicas entre 2010 e 2013.

Como pudemos verificar durante uma visita com Silva, em julho de 2019, na qual descobrimos uma ara romana na praia abaixo do castelo de Crestuma¹⁴²⁷, todo o topo da localidade de Castelo e as plataformas abaixo nas vertentes oeste e nordeste «têm evidenciado uma das características mais notáveis do sítio: uma profusão inaudita de estruturas negativas, visíveis tanto nos afloramentos rochosos que se encontram expostos, como onde a escavação levantou

¹⁴²³ LP 81 (12.06.922); LP 465 (17.02.1[1]02); LP 405 (13.04.1113); LP 268 ([1115-1116]).

¹⁴²⁴ Entre os numerosos estudos, ver nomeadamente: GUIMARÃES, GUIMARÃES, 2001; SILVA, *coord.*, 2007, 2014; SILVA, GUIMARÃES, 2011, 2013a, 2013b; SILVA, SOUSA, 2014; SILVA, PEREIRA, CARVALHO, 2015; SILVA *et al.*, 2015.

¹⁴²⁵ SILVA, 2007: 22.

¹⁴²⁶ SILVA *et al.*, 2015: 150 e bibliografia relacionada. Cf. ALMEIDA, 1978: 11, 36, 51; 1989: 43; 1992: 374.

¹⁴²⁷ A ara, conservada em quase dois terços do seu comprimento, ainda não foi estudada, parecendo, à primeira vista, anepigráfica. Segundo Silva, pode ser datada entre os séculos I e II da Era Vulgar.

os depósitos que os cobriam»: seriam «buracos para postes» de vários tamanhos e tipos¹⁴²⁸. Todos estes indícios de estruturas em negativo apontam para construções tanto em madeira como em pedra; entre as várias estruturas artificiais são muito interessantes as escadas escavadas diretamente na rocha¹⁴²⁹. No meio das cerâmicas recolhidas nas escavações encontram-se cerâmicas medievais coevas das fases da «Reconquista» nesta região (séculos X-XI)¹⁴³⁰. Ao longo da visita, Silva indicou-nos a possível localização de uma torre, no cimo da colina, na esquina este. A poucos metros de distância, junto a uma estrutura civil, talvez do século XVIII (mas, porventura, mais antiga), encontram-se dois túmulos escavados na rocha, datados entre os séculos X e XI. Não sabemos se poderão estar ligados à eventual fortificação ou, mais provavelmente, ao edifício religioso (que, no entanto, como vimos, só está documentado de forma fiável a partir do século XII). O sítio pode fornecer novas informações, mas, para as obter, é indispensável retomar as escavações, porque as questões ainda numerosas relativas a este sítio arqueológico dificilmente poderão ser respondidas através de documentação escrita. Porém, a análise desta dá-nos conhecimento de vários montes, muitos dos quais interpretados como fortificações. Explicaremos, caso a caso, porque não concordamos com estas propostas.

Monte Saxo Albo surge em dezanove documentos¹⁴³¹, datados entre 922 e 1141, nos quais nunca é associado a termos militares, sendo referido como *Monte Saxo Albo*, *Alpe Saxo Albo* ou, simplesmente, como *Saxo Albo*. Os documentos que recolhemos são: um do século X¹⁴³², nove do século XI¹⁴³³ e nove do século XII¹⁴³⁴. Destes documentos, destacamos um muito interessante, no qual se lê uma doação de *Johanne Ramiriz* e do seu filho *Rodericus Gunsalviz* a «Elvire Nuniz et filiis suis» de um casal situado em *villa Dragoncelli* («com as suas terras anexas, por todo o perímetro marcado pelo fosso, do lado das terras de Nanti») em troca da sua proteção: «damus vobis illum ut nos adjuvetis semper et defendatis de rausu et de omicidio et de fossadeira et de omnibus hominibus»¹⁴³⁵. Almeida e Carmo identificam *Saxo Albo* dos documentos como indício de uma estrutura militar, sublinhando a sua subordinação ao *Castro Petroso*¹⁴³⁶. Carmo sublinha que a sua localização — junto ao Douro — é estratégica (em particular, para o controlo visual de troços das rotas Porto-Viseu e Porto-Coimbra), argumento que pode ser contrariado pelo facto de os pontos mais elevados e característicos

¹⁴²⁸ SILVA *et al.*, 2015: 151; SILVA, PEREIRA, CARVALHO, 2015: 405.

¹⁴²⁹ SILVA, GUIMARÃES, 2013a: 17; SILVA, PEREIRA, CARVALHO, 2015: 406.

¹⁴³⁰ SILVA, PEREIRA, CARVALHO, 2015: 415-416.

¹⁴³¹ Ao *corpus* documental proposto em CARMO, 2016: 87, acrescentamos os seguintes documentos que nos permitem apontar para um documento — embora talvez interpolado — do século X como a primeira menção a *Saxo Albo*: LP 81; LP 50 A; LP 293; DC 599. O autor parece contar duas vezes DC 667 = CBF 186; DC 849 = LP 509; DC 855 = LP 429; DC 876 = LP 510.

¹⁴³² LP 81 (12.06.922).

¹⁴³³ DC 513 (26.05.1074); DC 599 (31.10.1081); CBF 186 (25.07.1086); LP 509 (09.04.1097); LP 50, LP 50A e LP 293 (03.05.1097); LP 429 (31.05.1097); LP 510 (28.04.1098).

¹⁴³⁴ DP III 7 (13.01.1101); CBF 191 (24.06.1102); CBF 188 (15.03.1114); DP IV 57 (28.08.1117); DP IV 179 (28.04.1121); DP IV 386 (25.12.1123); CBF 179 (27.06.1126/09.07.1126); CBF 271 (22.01.1135); CBF 210 (06.1141).

¹⁴³⁵ CBF 191 (24.06.1102).

¹⁴³⁶ ALMEIDA, 1978: 42, 46; CARMO, 2016: 87.

(o nome deste *mons* indica claramente uma característica da rocha de que é composto¹⁴³⁷), destacados de outros pontos locais, foram escolhidos como referências geográficas para a localização de *villae* e propriedades. Além disso, consideramos que os exemplos dados em apoio desta proposta são certamente válidos para identificar *Castro Petroso* como uma estrutura (ainda em funcionamento?) e não como uma simples localidade, enquanto o mero significado geográfico atribuído a *Saxo Albo* nos parece claro¹⁴³⁸. Visitámos a localidade (Seixo Alvo, freguesia de Olival) — que se encontra fortemente humanizada —, em setembro de 2019, com Silva, não encontrando evidências da presença de um elemento defensivo. Se as afirmações de Almeida tiverem fundamento, poderíamos colocar a hipótese da presença de uma atalaia (de madeira?), cujos vestígios, a existirem, se terão perdido com a construção da capela de Nossa Senhora dos Remédios e das habitações envolventes.

Monte Grande aparece em vinte e cinco documentos, três dos quais são inéditos¹⁴³⁹, datados entre 1072 e 1155¹⁴⁴⁰, dos quais apenas o primeiro é do século XI. Em toda a documentação, é sempre referido como *Mons/monte Grande*, exceto num caso em que é referido como *Mons Maior*¹⁴⁴¹. Este *mons* identifica-se com o Monte da Virgem, na freguesia de Oliveira do Douro, onde qualquer vestígio se terá perdido devido à construção do templo religioso e dos edifícios envolventes (incluindo um restaurante, como no caso de *Petroso*). Para Almeida e para Carmo trata-se de uma fortificação¹⁴⁴².

Monte Serpente, provavelmente situado no monte da atual localidade de Serpente, na freguesia de Mafamude, é mencionado em sete documentos¹⁴⁴³ datados entre o terceiro quartel do século XI e meados do século seguinte¹⁴⁴⁴. Em todos os documentos, é referido

¹⁴³⁷ Embora, segundo a tradição popular, *Saxo Albo* seja uma pedra (relativamente pequena) atualmente exposta no centro do povoado.

¹⁴³⁸ LP 509 (09.04.1097): «in villam quam vocitant Lavatores, subtus monte Saxo Albo, discurrente ribulo qui vocatur Fibrus, territorio Portugalesi prop castrum Petrosium»; LP 50A e 293: «in villam quam vocant Lavatores, inter villam Ollariolos et villam Sancti Michaelis et Tebulosam, subtus monte Saxo Albo, discurrente rivulo Fribus, prope castrum Petrosium, territorio Portugalesense». Em LP 50, é omitido «prope castrum petrosium: in villa Lavatores, inter villa Olleirouls et Sancti Michaeli et Tevulosa et subtus mons Sexo Alvo, discurrente rivulo Feberos, et propre littore maris».

¹⁴³⁹ DC 504 (30.10.1072); LP 381 (06.1108); CBF 111 (22.11.[1111]); DR I 34 (22.05.1112); CBF 127 (15.12.1112); DR I 46 (1117); CBF 119 (20.05.[1118]); DP IV 213 (22.11.1121); DP IV 284 (06.09.1122); PT/TT/MSJBP/004/0007 30 (1127); CBF 272 (31.08.1133); CBF 114 (12.03.1134); CBF 116 (19.04.1134); CBF 121 (06.1134); CBF 125 (01.1135); CBF 273 (07.05.1136); CBF 270 (07.05.1136); PT/TT/MSJBP/004/0008 20 (1136); CBF 109 (02.06.1143); CBF 58 (11.1144); CBF 117 (06.1147); CBF 245 (11.1152); CBF 112 (10.1153); CBF 126 (02.1155); PT/TT/MSPP/012/0003 37 (1161).

¹⁴⁴⁰ Carmo não utiliza o DC 504 e o DP IV 213, propondo, assim, a primeira menção para 1108 — LP 381 — (CARMO, 2016: 80).

¹⁴⁴¹ DR I 34 (22.05.1112): «Et est ipso monasterio in loco predicto Villar Subtus Mons Maior discurrente ribulo Februs teritorio Sancta Maria de Civitate».

¹⁴⁴² ALMEIDA, 1978: 39; CARMO, 2016: 80-86, em particular 85-86, em que o autor salienta a sua posição estratégica a partir da qual se controlariam as antigas vias Porto-Coimbra, Porto-Viseu e Porto-Talábriga, destacando também o facto de se encontrar entre as maiores elevações do concelho de Vila Nova de Gaia (o que não é de estranhar, dado o nome que lhe foi atribuído há quase dez séculos).

¹⁴⁴³ Carmo propõe nove documentos, mas parece contar dois por duas vezes: DC 583 = CBF 120 e DC 948 = CBF 124 (CARMO, 2016: 104).

¹⁴⁴⁴ CBF 128 (12.04.1079); CBF 120 (09.05.1080); CBF 122 (22.10.1100); CBF 124 (16.12.1100); DC 950 (30.12.1100); CBF 129 (28.05.1103); CBF 108 (31.12.1149).

como *Mons/Monte Serpente* (com algumas variantes menores). Almeida inclui-o na sua lista de fortificações medievais¹⁴⁴⁵; Carmo propõe que pode ter sido uma estrutura auxiliar do monte Grande «para vigilância da villa Tarauquela», relacionada com o controlo da rota Porto-Coimbra¹⁴⁴⁶.

Monte Auturelo surge na documentação escrita entre 1096 e 1183, sendo referido em vinte e nove documentos (dos quais dois são inéditos)¹⁴⁴⁷. Com exceção do primeiro, todos pertencem ao século XII¹⁴⁴⁸. Almeida considera-o uma fortificação medieval e localiza-o em Argoncilhe (Santa Maria da Feira)¹⁴⁴⁹. Carmo propõe a sua localização no monte situado na fronteira entre Argoncilhe e Grijó, no Loureiro de Cima, pertencente à segunda freguesia. Concordamos com esta proposta. O mesmo autor, para justificar a identificação *do Monte Auturelo* com uma estrutura defensiva, invoca as seguintes razões: a sua boa visibilidade no lado ocidental, onde a maior parte das *villae* lhe estão diretamente ligadas; a sua localização, «muito próxima à interceção da via *Cale ad Aeminium* e da de Picôto-UI, confere-lhe uma posição estratégica sobre o controlo destas mesmas vias. Inclusivamente, podemos observar que a via costeira *Cale ad Talabriga* é observável em grande parte do seu troço»; por último, o contacto visual com outras (supostas) estruturas defensivas (a sul, o *Monte Sagitela*; a nordeste, o *Monte Saxo Albo*)¹⁴⁵⁰. Infelizmente, não nos foi possível visitar o local, mas Carmo fê-lo relatando que «na área prospetada não foram encontrados indícios arqueológicos relevantes»¹⁴⁵¹.

Almeida, considerando-o um elemento defensivo, identifica o *Mons Quecemar* com a atual localização de Gassamar, uma aldeia de Sandim¹⁴⁵². Este *mons* é mencionado em dois documentos¹⁴⁵³, que já analisámos quando tratámos da *Civitas Portella*. Provavelmente, marcava o limite nor-noroeste desta (hipotética) unidade territorial.

Monte Pascales aparece num documento de 1129¹⁴⁵⁴. Almeida inclui-o na sua lista de fortificações medievais, localizando-o, genericamente, na freguesia de Grijó¹⁴⁵⁵. Infelizmente, não o conseguimos localizar.

O *Mons Kastro Aquilini* é mencionado em três documentos do século XII: nos dois primeiros, ambos contidos no cartulário de Baio Ferrado, é referido como *Kastro Aquilini*

¹⁴⁴⁵ ALMEIDA, 1978: 42.

¹⁴⁴⁶ CARMO, 2016: 104.

¹⁴⁴⁷ Ao *corpus* documental proposto em CARMO, 2016: 74, acrescentamos, além de alguns inéditos CBF 6 e CBF 1.

¹⁴⁴⁸ CBF 291 (25.12.1096); CBF 195 (19.06.[1102]); CBF 192 (16.06.1105); CBF 182 (17.02.[1109]); CBF 292 (17.02.1109); CBF 164 (04.06.1117); CBF 190 (20.04.1121); CBF 162 (21.10.1122); CBF 290 (02.12.1122); CBF 163 (24.12.1122); CBF 165 (27.12.1122); CBF 166 (06.01.1123); DP IV 386 (25.12.1123); CBF 21 (17.02.1124); CBF 6 (22.05.1128); CBF 174 (04.1135); CBF 8 (11.01.1139); CBF 1 (27.04.1139); CBF 181 (12.1151); CBF 236 (09.1155); CBF 185 (10.1155); CBF 173 (01.1157); CBF 180 (05.1157); CBF 184 (05.1157); CBF 178 (08.1157); CBF 237 (12.1158); CBF 36 (03.1161); PT/TT/MSPP/012/004 17 (1183); PT/TT/MSPP/012/004 18 (1183).

¹⁴⁴⁹ ALMEIDA, 1978: 41.

¹⁴⁵⁰ CARMO, 2016: 78-79.

¹⁴⁵¹ CARMO, 2016: 79.

¹⁴⁵² ALMEIDA, 1978: 37.

¹⁴⁵³ DP III 405 (01.07.1112); DP III 410 (12.09.1112).

¹⁴⁵⁴ CBF 298 (16.07.1129).

¹⁴⁵⁵ ALMEIDA, 1978: 41.

e *Castro Aquilino*¹⁴⁵⁶; no terceiro, no entanto, lê-se: «ecclesia sanctae Mariae magdalenae quas est sita em uilla dicitur Fferemucia subtus castro agerij»¹⁴⁵⁷. Este último documento pertence ao Censual do cabido da Sé do Porto, mas tenderíamos a identificar *agerij* ou *agij* com *aguim/aquilini*, tendo em conta o facto de a *villa Fermuza/Fferemucia* (a atual Madalena) ser mencionada em todos os documentos¹⁴⁵⁸. Carmo, com base em Ferreira de Almeida, propõe a sua localização em Canidelo, onde os trabalhos de uma pedreira destruíram por completo o monte: «Infelizmente, hoje, esse afloramento granítico é conhecido como a Pedreira de Canidelo, onde se procedeu à extração de granito, eliminando por completo qualquer vestígio que poderia conter»¹⁴⁵⁹. Silva, por outro lado, propõe a identificação com o denominado castro da Madalena (também erradamente designado por castro de Valadares), um castro da Idade do Ferro romanizado: «As referências documentais mencionam os lugares de Atiães e Aguim, que são lugares vizinhos na freguesia da Madalena: o *Castro Aquilino* só pode ser, aparentemente, o Coteiro do Crasto da Madalena, pois não vejo outra elevação possível», excluindo a proposta de Almeida e de Carmo¹⁴⁶⁰. No atual estado da investigação, inclinar-nos-íamos, com reservas, para a segunda proposta. Almeida inclui-o na sua lista de fortificações¹⁴⁶¹: não podemos excluir a possibilidade de que os vestígios do castro da Idade do Ferro ainda fossem claramente visíveis no século XII, e que talvez tivesse sido utilizado — de modo temporário — em caso de perigo (em particular, do mar) em séculos anteriores, mas não pensamos que ainda estivesse a ser utilizado quando mencionado na documentação¹⁴⁶².

Monte Acutus só é mencionado num documento de 1138: «in villa Valadares, subtus mons Acutus, prope mare, territorio Sancte Marie»¹⁴⁶³. Almeida inclui-o na sua lista; Carmo, baseando-se na data muito tardia do documento, duvida que possa indicar um elemento defensivo¹⁴⁶⁴. Almeida propõe a sua localização em São Caetano, que atribui erradamente a Valadares e não a Vilar do Paraíso, como salienta Carmo. No entanto, este último autor não propõe a sua localização, omitindo as coordenadas. Para merecer o adjetivo de *Acutus*, a elevação em questão deveria estar bem destacada da restante paisagem, mas não existem muitas elevações com estas características. Poderia ser o monte destruído pela pedreira na

¹⁴⁵⁶ CBF 249 ([09].02.1125); CBF 250 (04.1141).

¹⁴⁵⁷ CCSP: 204 (06.1170). Este documento não é utilizado por Carmo (CARMO, 2016: 110).

¹⁴⁵⁸ «Perto de Gaia existiu no séc. XII um castro, sobranceiro a Freimuza (hoje Madalena), que se chamava Agym, segundo um documento de 1170 [Ribeiro, Dissert. Chronolog., V, 41]» (SILVEIRA, 1993: 174).

¹⁴⁵⁹ CARMO, 2016: 110.

¹⁴⁶⁰ Correspondência de setembro de 2019. Sobre o castro da Madalena ou castro de Valadares ver SILVA, PEREIRA, 2010: 194; GUIMARÃES, 1993b: 19; SILVA *et al.*, 2017. Ver também a ficha *Castro da Madalena*, do Portal do Arqueólogo.

¹⁴⁶¹ ALMEIDA, 1978: 28, em que o autor indica erradamente CCSP: 234 e não 204.

¹⁴⁶² Sobre este assunto, Carmo escreve: «Castro Aquilino [...] que na documentação analisada surge apenas mencionado duas vezes. Dada a sua designação, teria tido uma primitiva ocupação fortificada, possivelmente castreja, e como tal a sua menção documental pode facilmente levar-nos a crer que possa ter tido um papel defensivo no período cronológico que abordamos». CARMO, 2016: 37.

¹⁴⁶³ ALMEIDA, 1978: 38; CARMO, 2016: 118.

¹⁴⁶⁴ ALMEIDA, 1978: 38; CARMO, 2016: 118.

localidade de Gândara (freguesia de Canidelo) proposto por Almeida e Carmo como *Monte Kastro Aquilini*.

Por último, o *Monte Felanoso*, que se supõe corresponder à atual localização de Fioso, na freguesia de Crestuma, só aparece no problemático documento de 922, de que já falámos¹⁴⁶⁵.

Relativamente a *Mons Ermeno/Ermena*, identificado em dois documentos inéditos¹⁴⁶⁶, de início, e com base na proposta de Mattoso de que o *Colobral* fosse na zona de Gaia¹⁴⁶⁷, tínhamos tentado — sem sucesso — identificar este *mons* numa das elevações pertencentes ao concelho de Vila Nova de Gaia. Lima — a quem agradecemos a informação — sugeriu, entretanto, que poderia corresponder aos «montes Hermínios» ou à serra da Estrela¹⁴⁶⁸. De facto, as localidades referidas podem ser identificadas com Lagares da Beira (Oliveira do Hospital) e Santa Eulália (Seia). Ambas se situam abaixo desta elevação, e os seus territórios são adjacentes um ao outro.

Sobre *Castro Mafamuti*, veja-se o que escrevemos na secção sobre a cidade do Porto, no capítulo anterior.

Terminamos esta secção com a sugestão de Almeida de um «posto de sinalização relacionado com os castelos da região», em Alumiara (freguesia de Canidelo)¹⁴⁶⁹, provavelmente com base na sua etimologia árabe, ligada ao conceito de vigilância¹⁴⁷⁰. Nos documentos em que é mencionada (como *Almeara*), a localidade está ligada a uma *villa* e a um casal¹⁴⁷¹. Não nos parece que existisse uma atalaia (de madeira ou não) à data destes documentos (meados do século XII), mas consideramos provável que ali tenha existido anteriormente uma, em parte devido à sua localização muito próxima da costa e da foz do Douro. Carmo, seguindo Almeida, propõe uma ligação com a estrutura (proposta) do *Monte Grande*¹⁴⁷².

¹⁴⁶⁵ LP 81 (12.06.922).

¹⁴⁶⁶ PT/TT/MSJBP/004/0008 12 (1134): «Villa Sancta Eolalia subtus mons Ermena discurrente ribulo Amia»; PT/TT/MSJBP/004/0008 25 (1137): «Lagares subtus mons Ermeno discurrente ribulo Colobral».

¹⁴⁶⁷ «Mattoso refere Colobral, que admite ser a Sul do Douro, na zona de Gaia, mas não conseguiu identificar». Correspondência com Barroca, setembro de 2019.

¹⁴⁶⁸ Correspondência de setembro de 2019.

¹⁴⁶⁹ ALMEIDA, 1978: 29.

¹⁴⁷⁰ CARMO, 2016: 80.

¹⁴⁷¹ CBF 26 (08.1145); CBF 245 (11.1152); CBF 13 (1156).

¹⁴⁷² CARMO, 2016: 80.

ANÁLISE DOS DADOS ⁵

No início desta investigação, não esperávamos uma quantidade tão abundante de documentos; por essa razão, decidimos aprofundar apenas alguns tópicos, sublinhando aqueles que considerámos mais importantes e representativos: esperamos voltar a estes e a outros tópicos em futuros trabalhos que lhes sejam dedicados.

Uma vez fundamentadas as nossas escolhas e elaborada uma lista das estruturas fortificadas presentes entre os séculos IX e XII no território da diocese do Porto, procedemos à sua análise. Como é evidente, as casuísticas, sobretudo no que respeita às tipologias de estruturas identificadas, foram agrupadas em macrogrupos, tanto nas tabelas como nos mapas, para facilitar a sua leitura.

5.1. ESTRUTURAS FORTIFICADAS NO TERRITÓRIO DA DIOCESE DO PORTO

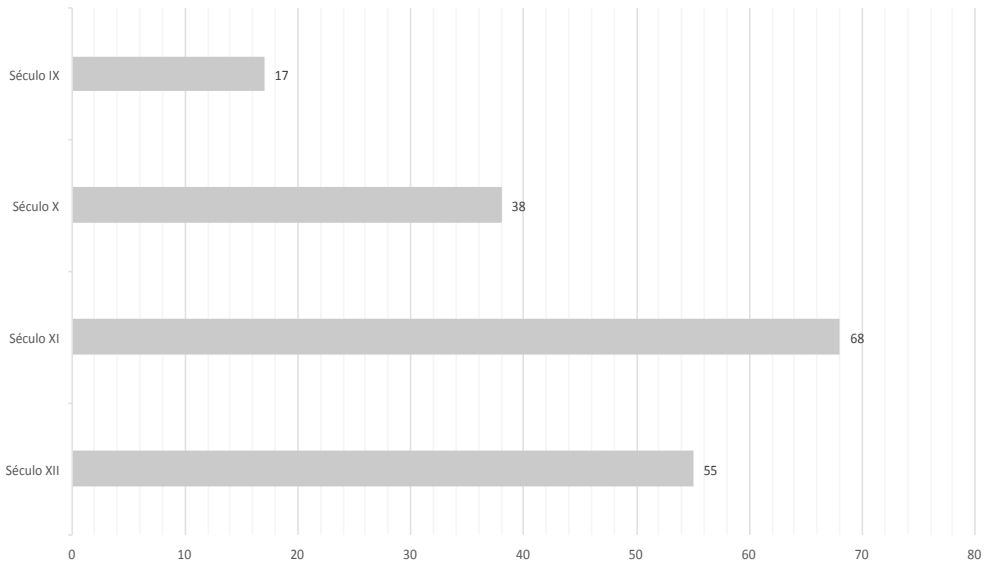


Fig. 3. Estruturas ativas entre os séculos IX e XII, identificadas e cartografadas

Fonte: adaptado de MARIANI, 2020b: 566

Foram identificadas setenta e três estruturas fortificadas (ativas entre os séculos IX e XII) no atual território da diocese do Porto¹⁴⁷³. A Figura 3 apresenta, século a século, as estruturas fortificadas identificadas com base nos dados de que dispomos atualmente: estão (esperamos) sujeitas a alterações. Assiste-se a um aumento exponencial das estruturas fortificadas entre os séculos X e XI (o que se deve ler à luz da expansão para sul do movimento da «Reconquista»),

¹⁴⁷³ Uma vez que, em alguns casos, propusemos mais do que um local para uma estrutura fortificada, aparecerão setenta e sete nas tabelas e nos mapas.

com uma regressão parcial para o século XII, em consonância com a afirmação da organização territorial em *terras* e, conseqüentemente, dos castelos cabeça de terra. Isto está de acordo com o que Barroca corretamente salientou: «menos castelos mas melhores castelos»¹⁴⁷⁴.

Para estas estruturas, optou-se por propor a sua tipologia individual e evidenciar o seu aparecimento, persistência e desaparecimento através da utilização de mapas divididos por século, seguindo o que Mattoso sugeriu no início dos anos de 1990, evitando assim a amálgama de vários séculos num só mapa¹⁴⁷⁵.

Consideramos que estes mapas são uma ferramenta eficaz, pois dão uma ideia imediata do que foi analisado nos capítulos anteriores. Os mapas serão acompanhados de tabelas, através das quais analisaremos algumas das características mais interessantes relacionadas com estas estruturas fortificadas. Consideraremos a sua tipologia, a sua localização e o seu estado atual; tentaremos perceber como se estruturavam estes elementos defensivos e quem era o seu proprietário, eventualmente. Por fim, analisaremos de forma breve a natureza das fontes (materiais e/ou escritas) que nos permitiram fazer estas propostas.

Os documentos portugueses não esquecem de mencionar as vias antigas (*carrariam antiquam, strata, stratam mauriscam*)¹⁴⁷⁶. Infelizmente, não nos foi possível estudar a relação entre as vias de comunicação e as estruturas fortificadas, um tema que é claramente de grande interesse. Embora datado (1968), o trabalho de Almeida sobre as vias medievais mantém-se bastante válido¹⁴⁷⁷, ainda que deva ser atualizado em função das edições de novos documentos, novos estudos, interpretações e contribuições de carácter arqueológico. Interessante, de igual forma, é o trabalho proposto pelo projeto «Vias Romanas em Portugal», que procura reconstruir o sistema viário romano em Portugal, também com base em documentos medievais¹⁴⁷⁸.

Almeida sublinhou a importância da relação entre os elementos defensivos e as vias de comunicação: «Sem dúvida que há uma relação directa, causal, entre as vias e os castelos do tempo»¹⁴⁷⁹. Uma afirmação que consideramos correta, mas que merece ser mais bem especificada. De facto, não pode ser aplicada *tout court* aos mais de quatro séculos considerados pelo autor. O controlo das principais vias de comunicação é uma característica de entidades sólidas e bem organizadas. Durante a primeira fase da «Reconquista», os castelos-recintos ou as aldeias fortificadas que nasceram da reutilização de estruturas antigas dificilmente poderiam fazer parte desta lógica. De facto, acreditamos que, em muitos casos, as necessidades da população local levaram à construção de abrigos longe das principais vias de comunicação, o que

¹⁴⁷⁴ BARROCA, 2003a: 180.

¹⁴⁷⁵ MATTOSO, *dir.*, 1992: 503.

¹⁴⁷⁶ A título de exemplo, ver documentos: DC 151 (986); LP 190 (21.07.1034); DC 366 (16.04.1048); CMM 71 (16.07.1085); DR I 4 (23.11.1097); LTPS 99 (30.04.1105); DP III 392 (27.02.1112); DP IV 35 (04.02.1117); CBF 275 (04.1145); CBF 279 (10.1150), etc.

¹⁴⁷⁷ ALMEIDA, 1968.

¹⁴⁷⁸ O projeto está disponível em <<http://viasromanas.pt/>>. Ver também CONCEIÇÃO, 2020.

¹⁴⁷⁹ ALMEIDA, 1978: 44.

poderia facilmente permitir que os inimigos chegassem a essas estruturas. O contrário acontece, como é óbvio, com os pontos de vigilância. Talvez esta consideração levou o autor, em alguns casos, a uma interpretação incorreta das referências documentais, avançando forçosamente com a identificação de estruturas fortificadas medievais. Mais uma vez, consideramos importante reiterar que, do nosso ponto de vista, não é possível incluir na lista de fortificações relacionadas com o fenómeno do encastelamento todos os locais (presumíveis ou como tal) utilizados ocasional e temporariamente com a função de refúgio e não mantidos ativos de forma constante. Esperamos que o nosso trabalho estimule novos estudos sobre este tema.

Tabela 3. Estruturas fortificadas no território da diocese do Porto (identificadas e cartografadas)

N.º	Elemento defensivo	N.º	Elemento defensivo	N.º	Elemento defensivo	N.º	Elemento defensivo	N.º	Elemento defensivo
1	<i>Castro de Sancte Crucis ripa Tamice</i>	17	<i>Atalaia do Patrimonio</i>	33	<i>Mota de Adaulfo/Lumbello</i>	49	<i>Castrum Novum/Borgo/Castellum</i>	65	Castro Recarei
2	Castelo	18	<i>Monte Aradrus/Castrum Benevivere</i>	34	Castelo de Refojos de Riba de Ave (a)	50	<i>Castro de Luneta</i>	66	<i>Mons Castro Calbo</i>
3	Castelo Velho	19	<i>Mons Genestazolium</i>	35	<i>Castellum de Aguilar</i>	51	<i>Castro Mafamuti</i>	67	<i>Mons Castro Utsella</i>
4	<i>Mons Castro Malo (a)</i>	20	<i>Mons Castro de Boi</i>	36	<i>Montis Bendoma</i>	52	Morro da Vela/ Castelo de Refojo de Riba de Ave (b)	68	Torre de Esmoriz
5	<i>Castrum Baian</i>	21	<i>Mons Castro Malo (b)</i>	37	<i>Civitas Anegia</i>	53	<i>Castro de Moraria (a)</i>	69	<i>Civitas Sancta Maria</i>
6	<i>Penalva</i>	22	<i>Mons Castro Catedra/Pena de Sancto Martino</i>	38	Castelo de <i>Penafiel de Canas</i>	54	<i>Castro de Moraria (b)</i>	70	<i>Castro/Civitas Portella (a)</i>
7	Alto do Castelo (Frende)	23	Castelo de Côtos	39	São Domingos	55	<i>Castro que fuit de Floila</i>	71	<i>Castro/Civitas Portella (b)</i>
8	<i>Castro Gondemar</i>	24	Alto do Facho	40	Castelo de Chocal	56	Reduto medieval de São Marçal	72	<i>Mons Porrino</i>
9	<i>Mons Kastro Malo</i>	25	Castro de Quires	41	Alto do Picoto	57	<i>Castro de Bove</i>	73	<i>Castrum Antiquum/Castellum de Gaia</i>
10	Castro de Pinouco	26	Pena Cordeira	42	<i>Mons Petroselo (Monte Talefe)</i>	58	<i>Atalaia de Farilhe</i>	74	<i>Castro Petroso</i>
11	Castro de Monte Pedroso	27	Outeiro de Penidos	43	<i>Castro Azarias</i>	59	<i>Castro Arauca (Valinhas)</i>	75	Castro de Seada
12	<i>Kasal de Turre</i>	28	Alto do Castelo (Penhalonga)	44	<i>Castro Mondin (a)</i>	60	Castelo de Carvalhais	76	<i>Castruma</i>
13	<i>Castro Amagia</i>	29	Castelo dos Mouros	45	<i>Castro Mondin (b)</i>	61	Castelo de Monte Coruto	77	Almeara

(continua na página seguinte)

N.º	Elemento defensivo	N.º	Elemento defensivo	N.º	Elemento defensivo	N.º	Elemento defensivo	N.º	Elemento defensivo
14	<i>Castro Avenoso</i>	30	Castro Soalhão	46	<i>Castrum Aboiefa</i>	62	<i>Kastro Alvarenga</i>		
15	<i>Mons Faro</i>	31	<i>Castro Quiñones</i>	47	Castelo de Paços/Luzim	63	Outeiro do Castelo		
16	<i>Mons Petras Rubias/Mons Petroso</i>	32	<i>Mons Custodias</i>	48	Alto do Facho	64	Castro Ovil		

Fonte: MARIANI, 2020b: 570

Tabela 4. Localização dos elementos defensivos

N.º	Elemento defensivo	Concelho	Freguesia	Coordenadas X	Coordenadas Y	Altitude (m) segundo o Google Earth	Localização
1	<i>Castro de Sancte Crucis ripa Tamice</i>	Amarante	Louredo	41.248966°	-8.133337°	519	Certa
2	Castelo	Amarante	Carvalho de Rei	41.234752°	-8.029997°	517	Certa
3	Castelo Velho	Amarante	Carvalho de Rei	41.228123°	-8.038571°	607	Certa
4	Mons Castro Malo (a)	Amarante	Salvador do Monte	41.236708°	-8.094503°	381	Proposta
5	<i>Castrum Baian</i>	Baião	Ovil	41.171743°	-7.992278°	892	Certa
6	<i>Penalva</i>	Baião	Ancede	41.108429°	-8.050729°	517	Certa
7	Alto do Castelo (Frende)	Baião	Frende	41.123336°	-7.937274°	154	Certa
8	<i>Castro Gondemar</i>	Gondomar	Gondomar	41.141787°	-8.536589°	153	Certa
9	<i>Mons Kastro Malo</i>	Gondomar	Baguim do Monte	41.195612°	-8.530064°	176	Proposta
10	Castro de Pinouco	Lousada	Avelada	41.268600°	-8.240714°	231	Certa
11	Castro do Monte Pedroso	Lousada	Alvarenga	41.303020°	-8.274276°	446	Certa
12	<i>Kasal de Turre</i>	Lousada	Pias	41.268843°	-8.268709°	190	Proposta
13	<i>Castro Amagia</i>	Maia	Águas Santas	41.207885°	-8.571606°	142	Certa
14	<i>Castro Avenoso</i>	Maia	Santa Maria de Avioso	41.265555°	-8.612532°	93	Certa
15	<i>Mons Faro</i>	Maia	Gemunde	41.268890°	-8.627475°	129	Certa

(continua na página seguinte)

N.º	Elemento defensivo	Concelho	Freguesia	Coordenadas X	Coordenadas Y	Altitude (m) segundo o Google Earth	Localização
16	<i>Mons Petras Rubias/ Mons Petroso</i>	Maia	Moreira de Maia	41.237932°	-8.659856°	75	Proposta
17	<i>Atalaia do Património</i>	Maia	São Pedro de Avioso	41.293547°	-8.619861°	201	Certa
18	<i>Monte Aradrus/ Castro Benevivere</i>	Marco de Canaveses	Magrelos	41.097190°	-8.227400°	475	Certa
19	<i>Mons Genestazolum</i>	Marco de Canaveses	Sande	41.114561°	-8.186788°	431	Certa
20	<i>Mons Castro de Boi</i>	Marco de Canaveses	Manhuncelos	41.133383°	-8.169392°	561	Proposta
21	<i>Mons Castro Malo (b)</i>	Marco de Canaveses	Tabuado (Craustos?)	41.175607°	-8.108593°	195	Proposta
22	<i>Castro das Penegotas/Mons Castro Catedra/Pena de Sancto Martino</i>	Marco de Canaveses	Várzea do Douro	41.066997°	-8.267721°	101	Certa
23	Castelo de Côtos	Marco de Canaveses	Várzea de Ovelha e Aliviada	41.194630°	-8.067815°	717	Certa
24	Alto do Facho	Marco de Canaveses	Maureles	41.176825°	-8.208802°	374	Certa
25	Castro de Quires	Marco de Canaveses	Vila Boa de Quires	41.207180°	-8.225555°	499	Certa
26	Pena Cordeira	Marco de Canaveses	Vila Boa de Quires	41.199696°	-8.225509°	482	Certa
27	Outeiro de Penidos	Marco de Canaveses	Vila Boa de Quires	41.191980°	-8.177661°	195	Certa
28	Alto do Castelo (Penhalonga)	Marco de Canaveses	Paços de Gaiolo	41.107368°	-8.138913°	591	Certa
29	Castelo dos Mouros	Marco de Canaveses	Folhada	41.221242°	-8.088544°	161	Certa
30	Castro Soalhão	Marco de Canaveses	Soalhães	41.140516°	-8.101841°	434	Certa
31	<i>Castro Quifones</i>	Matosinhos	Guifões	41.200629°	-8.676928°	65	Certa
32	<i>Mons Custodias</i>	Matosinhos	Custóias	41.196128°	-8.646951°	107	Certa
33	<i>Mota de Adaulfo/ Lumbello</i>	Matosinhos	Perafita	41.227158°	-8.690383°	50	Certa
34	Castelo do Refojos de Riba de Ave (a)	Paço de Ferreira	Penamaior	41.290056°	-8.426421°	520	Proposta
35	<i>Castellum de Aguilar</i>	Paredes	Aguiar do Sousa	41.124001°	-8.436845°	50	Certa
36	<i>Montis Bendoma</i>	Paredes	Vandoma	41.200063°	-8.390097°	510	Certa

(continua na página seguinte)

N.º	Elemento defensivo	Concelho	Freguesia	Coordenadas X	Coordenadas Y	Altitude (m) segundo o Google Earth	Localização
37	<i>Civitas Anegia</i>	Penafiel	Eja	41.082800°	-8.300941°	175	Certa
38	Castelo de <i>Penafiel de Canas</i>	Penafiel	Oldrões	41.159444°	-8.286667°	313	Certa
39	São Domingos	Penafiel	Fonte Arcada	41.136778°	-8.369472°	275	Certa
40	Castelo de Chocal	Penafiel	Vila Cova	41.182500°	-8.239444°	514	Certa
41	Alto do Picoto	Penafiel	Vila Cova	41.178056°	-8.225556°	464	Certa
42	<i>Mons Petroselo</i> (Monte Talefe)	Penafiel	Duas Igrejas/ Perozelo	41.166000°	-8.261198°	539	Certa
43	<i>Castro Azarias</i>	Penafiel	Croca	41.221045°	-8.225543°	430	Proposta
44	<i>Castro Mondin (a)</i>	Penafiel	Penafiel	41.211653°	-8.285393°	231	Proposta
45	<i>Castro Mondin (b)</i>	Penafiel	Santa Marta	41.214152°	-8.265894°	395	Proposta
46	<i>Castrum Aboiefa</i>	Penafiel	Galegos	41.159751°	-8.321288°	330	Proposta
47	Castelo de Paços/ Luzim	Penafiel	Luzim	41.154746°	-8.253590°	465	Proposta
48	Alto do Facho	Penafiel	Peroselo	41.144198°	-8.274753°	326	Certa
49	<i>Castrum Novum/ Burgus/Castellum</i>	Porto	Sé	41.142364°	-8.611404°	58	Certa
50	<i>Castro de Luneta</i>	Porto	Campanhã	41.147186°	-8.583956°	63	Proposta
51	<i>Castro Mafamuti</i>	Porto	Aldoar	41.161352°	-8.671529°	54	Não determinável
52	Morro da Vela = Castelo de Refojo de Riba de Ave (b)	Santo Tirso	Monte Córdova	41.324546°	-8.443106°	470	Proposta
53	<i>Castro de Moraria (a)</i>	Santo Tirso	Vilarinho	41.375167°	-8.341954°	120	Proposta
54	<i>Castro de Moraria (b)</i>	Guimarães	Moreira de Cónegos	41.380783°	-8.339958°	166	Proposta
55	<i>Castro que fuit de Floila</i>	Santo Tirso	Vilarinho	41.350722°	-8.332286°	367	Proposta
56	Reduto medieval de São Marçal	Trofa	Alvarelhos	41.302296°	-8.616781°	160	Certa
57	<i>Castro de Bove</i>	Vila do Conde	Vairão	41.324149°	-8.676406°	116	Certa
58	<i>Atalaia de Farilhe</i>	Vila do Conde	Vairão	41.322305°	-8.647600°	154	Certa

(continua na página seguinte)

N.º	Elemento defensivo	Concelho	Freguesia	Coordenadas X	Coordenadas Y	Altitude (m) segundo o Google Earth	Localização
59	<i>Castro Arauca (Valinhas)</i>	Arouca	Santa Eulália	40.935717°	-8.264495°	438	Certa
60	Castelo de Carvalhais	Arouca	Alvarenga	40.968794°	-8.177913°	200	Certa
61	Castelo de Monte Coruto	Arouca	Escariz	40.945123°	-8.406752°	496	Certa
62	<i>Kastro Alvarenga</i>	Arouca	Alvarenga	40.956343°	-8.161828°	495	Certa
63	Outeiro do Castelo	Castelo de Paiva	Fornos	41.066666°	-8.262396°	12	Certa
64	Castro Ovil	Espinho	Paramos	40.979245°	-8.620759°	52	Certa
65	Castro Recarei	Oliveira de Azeméis	São Martinho da Gândara	40.852267°	-8.511850°	232	Certa
66	<i>Mons Castro Calbo</i>	Oliveira de Azeméis	Cesar	40.929074°	-8.442850°	444	Certa
67	<i>Mons Castro Utsella</i>	Oliveira de Azeméis	Ossella	40.828090°	-8.415779°	224	Certa
68	Torre de Esmoriz	Ovar	Esmoriz	40.961767°	-8.615821°	83	Proposta
69	<i>Civitas Sancta Maria</i>	Santa Maria da Feira	Feira	40.920972°	-8.542724°	165	Certa
70	<i>Castro/Civitas Portella (a)</i>	Santa Maria da Feira	Romariz	40.945993°	-8.460234°	372	Proposta
71	<i>Castro/Civitas Portella (b)</i>	Santa Maria da Feira	Romariz	40.950012°	-8.448194°	318	Proposta
72	<i>Mons Porrino</i>	Vale de Cambra	Vila Cova de Perrinho	40.897479°	-8.393499°	612	Proposta
73	<i>Castrum Antiquum/ Castellum de Gaia</i>	Vila Nova de Gaia	Santa Marinha	41.139702°	-8.624639°	66	Certa
74	<i>Castro Petroso</i>	Vila Nova de Gaia	Pedroso	41.057675°	-8.574704°	231	Certa
75	Castro de Seada	Vila Nova de Gaia	Pedroso	41.054180°	-8.557567°	163	Certa
76	<i>Castruma</i>	Vila Nova de Gaia	Crestuma	41.068802°	-8.504025°	24	Certa
77	<i>Almeara</i>	Vila Nova de Gaia	Canidelo	41.132431°	-8.647686°	80	Proposta

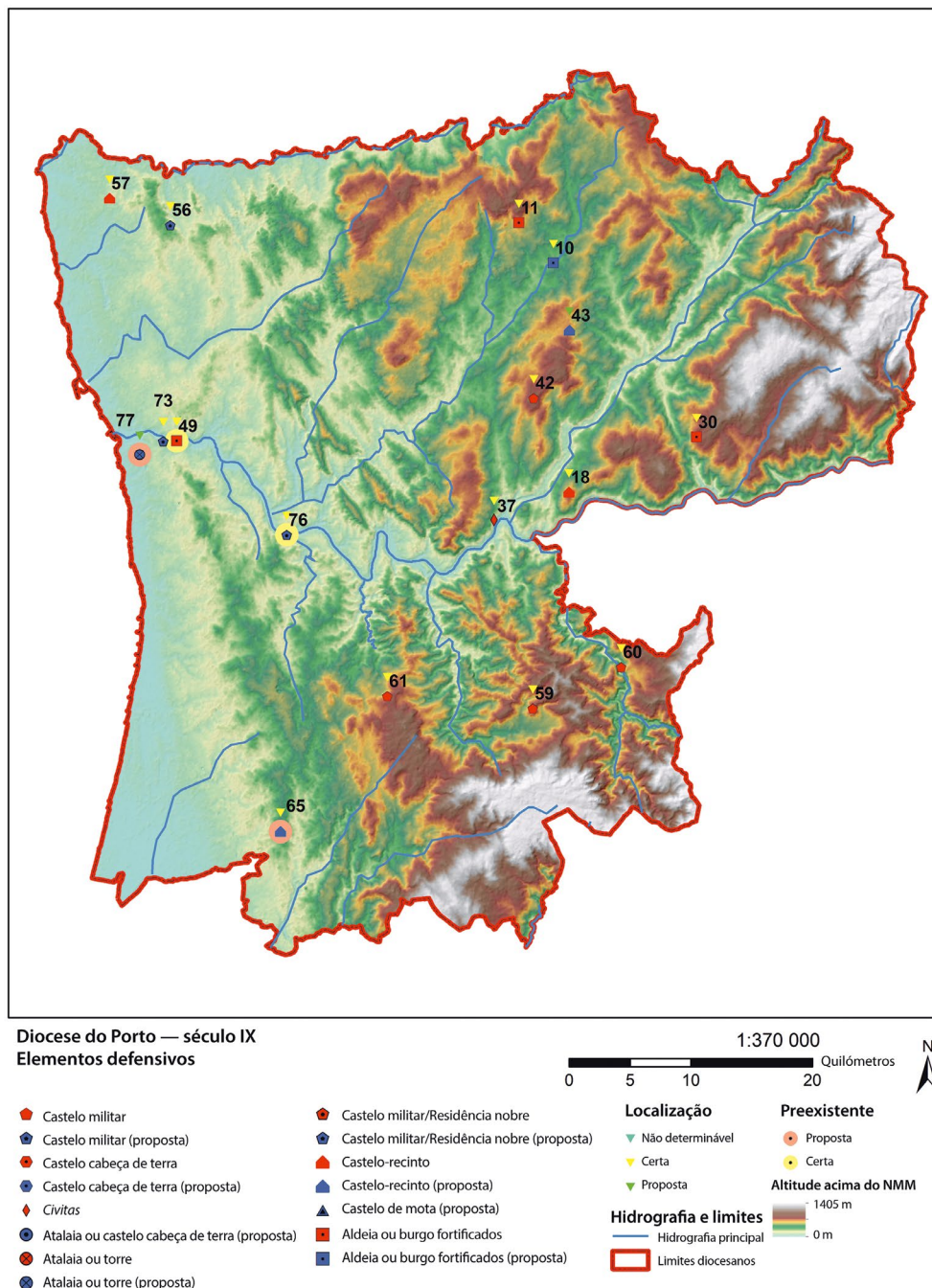
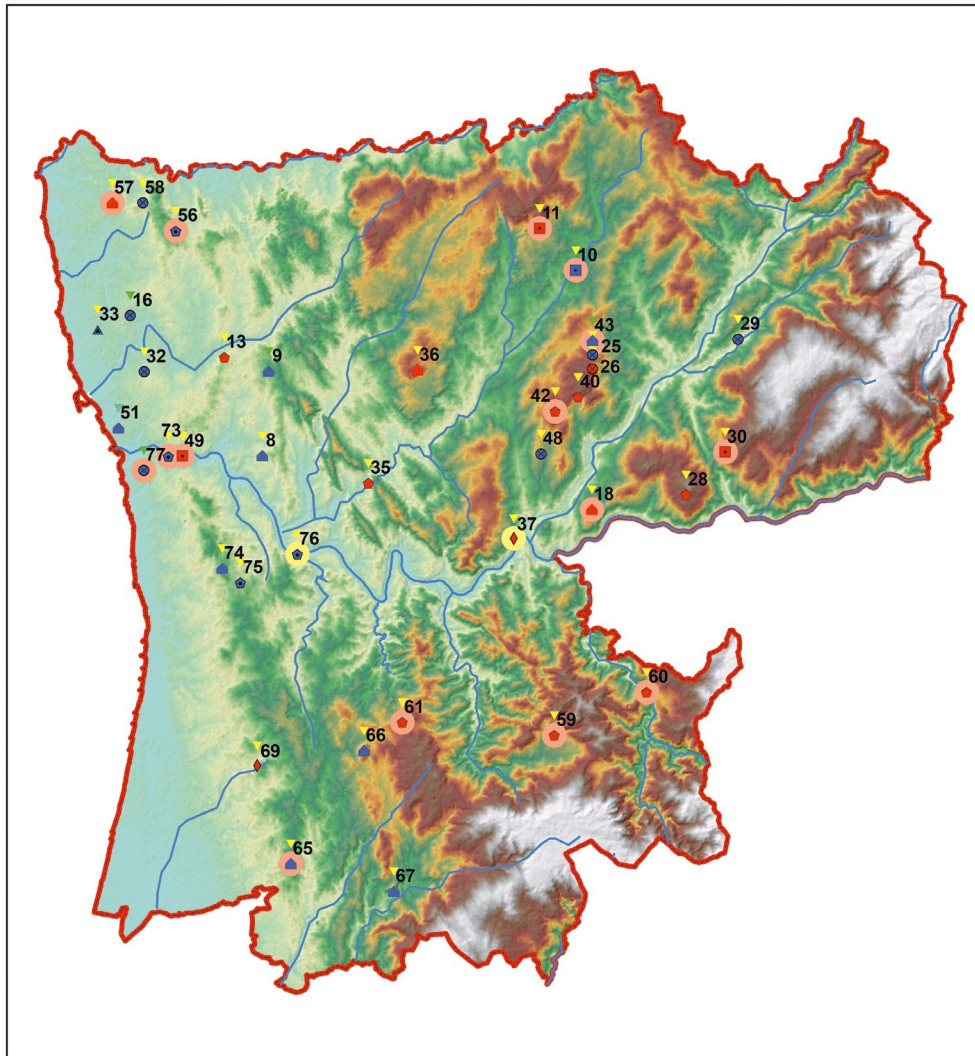


Fig. 4. Elementos defensivos no território da diocese do Porto (século IX)

Fonte: MARIANI, 2020b: 571



Diocese do Porto — século X
Elementos defensivos

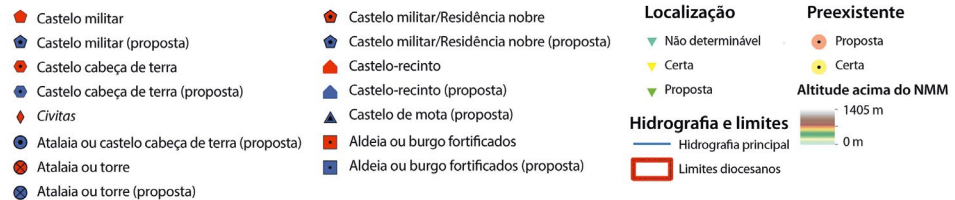
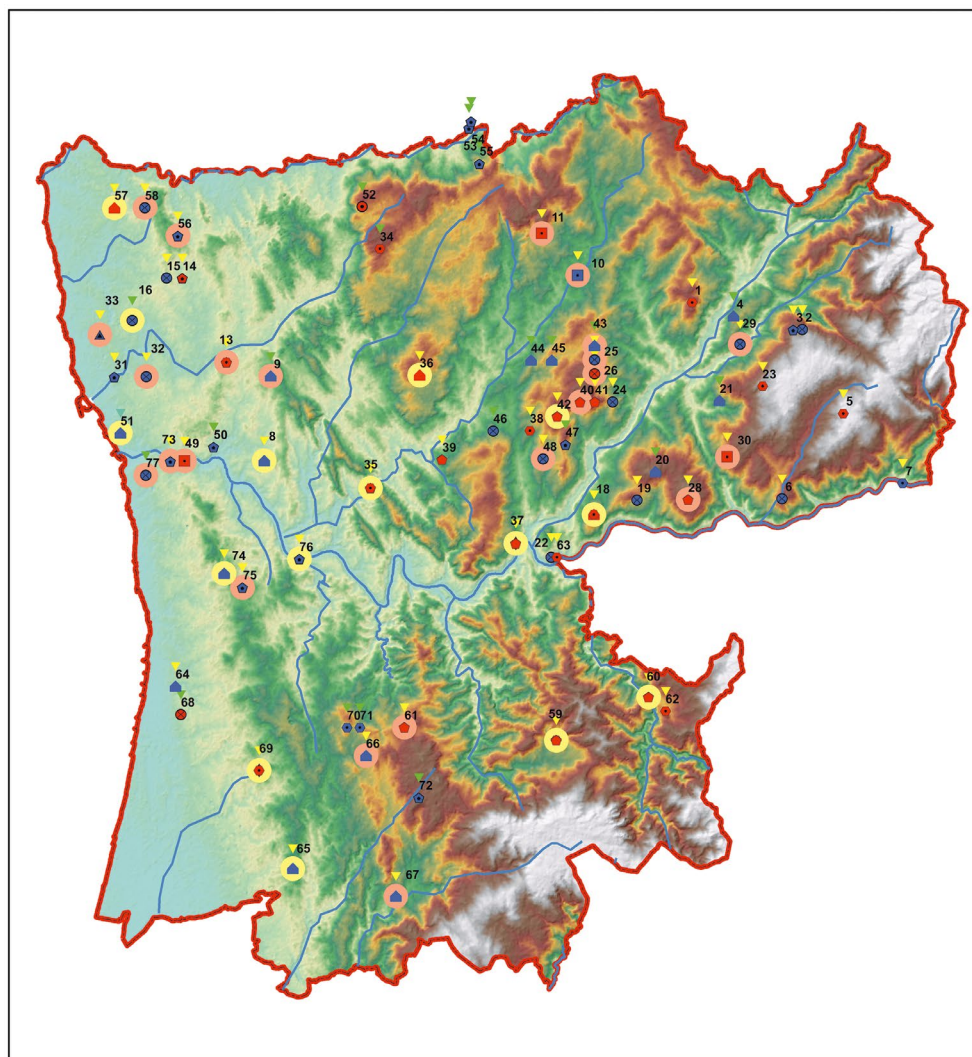


Fig. 5. Elementos defensivos no território da diocese do Porto (século X)

Fonte: MARIANI, 2020b: 572



Diocese do Porto — século XI
Elementos defensivos

- Castelo militar
- Castelo militar (proposta)
- Castelo cabeça de terra
- Castelo cabeça de terra (proposta)
- Civitas
- Atalaia ou castelo cabeça de terra (proposta)
- Atalaia ou torre

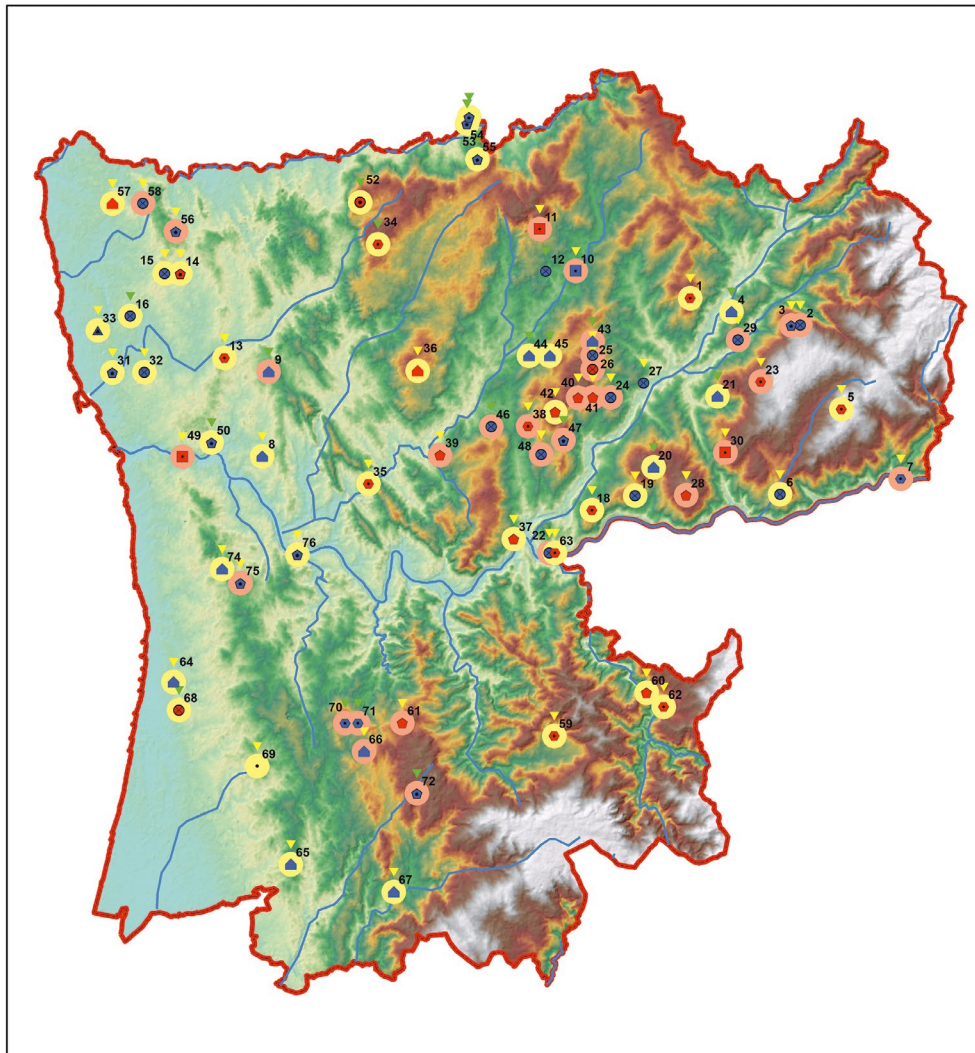
- Castelo militar/Residência nobre
- Castelo militar/Residência nobre (proposta)
- Castelo-recinto
- Castelo-recinto (proposta)
- Castelo de mota (proposta)
- Aldeia ou burgo fortificados
- Aldeia ou burgo fortificados (proposta)

1:370 000
0 5 10 20 Quilómetros



- | | |
|---|---|
| Localização | Preexistente |
| <ul style="list-style-type: none"> ▼ Não determinável ▼ Certa ▼ Proposta | <ul style="list-style-type: none"> ● Proposta ● Certa |
| Hidrografia e limites | Altitude acima do NMM |
| <ul style="list-style-type: none"> — Hidrografia principal ▭ Limites diocesanos | <ul style="list-style-type: none"> — 1405 m — 0 m |

Fig. 6. Elementos defensivos no território da diocese do Porto (século XI)
Fonte: MARIANI, 2020b: 573



Diocese do Porto — século XII
Elementos defensivos

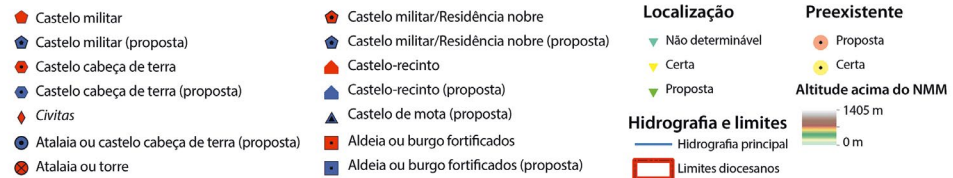


Fig. 7. Elementos defensivos no território da diocese do Porto (século XII)
Fonte: MARIANI, 2020b: 574

Como foi referido no início deste capítulo, na elaboração dos mapas tivemos de agrupar os vários tipos de estruturas fortificadas em macrogrupos, de modo a obter uma legenda de fácil leitura. Pela mesma razão, considerámos as propostas relativas à cronologia de um determinado elemento como se fossem certas, evitando sobrecarregar o mapa com demasiados dados. Apesar de não dispormos de provas conclusivas neste sentido, consideramos que existe uma elevada probabilidade a seu favor, sobretudo devido ao que resultou da análise de casos semelhantes e/ou mais bem documentados.

A cartografia das estruturas fortificadas permite-nos refletir brevemente sobre a sua localização, dividindo-as em grupos, de acordo com a altitude¹⁴⁸⁰: os elementos defensivos situados entre os 0 e os 200 metros são 44,16% do total; os situados entre os 200 e os 400 metros são 20,78%; os situados entre os 400 e os 600 metros são 29,87%; os situados entre os 600 e os 800 metros são 3,89%; e, finalmente, o único elemento situado acima dos 800 metros (*Castrum Baian*) obtém 1,30%. Estes dados devem, no entanto, ser interpretados à luz da corografia geral desta zona. A tendência, não só para as estruturas que reutilizaram antigas fortificações da Idade do Bronze ou do Ferro¹⁴⁸¹, é obviamente a de escolher pontos elevados: mesmo nas zonas mais planas (sobretudo as do litoral, tanto a norte como a sul do Douro), uma altitude inferior a 100 metros, mas que se destaque das restantes, é mais do que suficiente para ter um excelente controlo visual sobre grandes porções do território. Esta escolha refletiu-se nos vários tipos de estruturas fortificadas existentes no território da diocese do Porto, como veremos nas secções seguintes. No que diz respeito à vizinhança aos cursos de água, podemos constatar que pouco menos de 35 % se encontram nas suas proximidades. É claro que nem todos os rios têm a mesma importância: o controlo militar do Douro foi um fator importante nos primeiros séculos da «Reconquista», quando representou a fronteira entre cristãos e muçulmanos durante muitos anos.

5.2. ESTRUTURAS FORTIFICADAS E INSTITUIÇÕES ECLESIÁSTICAS¹⁴⁸²

É inegável a relação entre elementos defensivos e instituições eclesiásticas. Grande parte dos mosteiros e a sede episcopal (do Porto) situavam-se junto a uma estrutura fortificada,

¹⁴⁸⁰ Estes dados são comunicados com base nos dados fornecidos pelo Google Earth (altitude e coordenadas). Estamos conscientes de que estes dados, precisamente devido ao sistema de grelha utilizado pelo programa, são muitas vezes incorretos. Comparámos as altitudes fornecidas com as bases utilizadas para a elaboração dos mapas e não encontramos grandes diferenças. A maior diferença (apenas em alguns casos) ocorreu quando comparámos os dados dos mapas produzidos pelo CIGeoE, nos quais encontramos diferenças de várias dezenas de metros.

¹⁴⁸¹ A percentagem de estruturas medievais seguramente construídas onde existiam povoações ou fortificações proto-históricas rondaria os 50%, de acordo com a proposta de ALMEIDA, 1992: 371.

¹⁴⁸² Decidimos considerar apenas os mosteiros e a sede episcopal, quer porque os considerámos mais representativos quer porque, se tivéssemos analisado todas as igrejas e capelas mencionadas na documentação, teria sido uma tarefa muito morosa.

de modo a estarem preparados para enfrentar ou fugir de inimigos, externos ou internos¹⁴⁸³.

Numa época de grande insegurança, nos territórios onde não existiam elementos defensivos ou onde estes eram em número insuficiente, não podemos certamente excluir a possibilidade de algumas igrejas ou capelas, mas, sobretudo, alguns mosteiros, poderem servir de abrigo aos homens e aos seus bens mais importantes. Aliás, alguns dos mais poderosos e grandes mosteiros podiam ser considerados como elementos de defesa.

No território da diocese do Porto, não temos, no período histórico analisado, mosteiros citadinos com grandes posses no condado; a maioria destas estruturas monásticas era tão pequena que podia ser considerada como ermida ou capela.

Há mais de quarenta anos, Almeida sublinhava — conceito que recentemente outros estudiosos também retomaram — a evidente ligação entre certas estruturas fortificadas e importantes organismos eclesiásticos¹⁴⁸⁴. No entanto, é necessário precisar que estes elementos defensivos devem ter sido, na maioria dos casos, simples castelos-recintos, provavelmente *castros* reutilizados da Idade do Ferro, cuja grande dimensão podia oferecer abrigo não só aos religiosos, mas também à população local¹⁴⁸⁵. Podiam ser ladeados por postos de vigia (as atalaias) que tinham uma importância fundamental: só se apercebendo a tempo de um ataque iminente era possível refugiar-se, escapando para as alturas, reaproveitando uma fortificação antiga em que se podiam efetuar pequenas obras de manutenção para a tornar novamente funcional, e tentando pôr em segurança a maior parte dos bens (incluindo o gado). É evidente que algumas destas estruturas terão também sido mantidas por períodos mais longos, no âmbito de uma visão relacionada com a política de expansão dos cristãos para sul, como é o caso de *Castro Petroso*; ou para guardar a costa, como no caso do *Castro de Bove*. Outros foram utilizados, principalmente pelas populações locais, como centros de agrupamento e de defesa em momentos de perigo, sobretudo (a sul do Douro) até à tomada de Coimbra (1064). A sua menção na documentação servia para localizar *villae* e propriedades, sem necessariamente indicar subordinação político-militar como propõem Almeida e Barroca¹⁴⁸⁶. Muitas vezes, o topónimo fica enraizado na memória da toponímia local e, em alguns casos, permanece intacto até aos dias de hoje.

Outro aspeto importante é a ligação dos mosteiros à nobreza local. No entanto, dificilmente podemos relacionar, pelo menos nos primeiros séculos da nossa investigação,

¹⁴⁸³ Embora fora da nossa área de investigação, podemos citar como exemplo a construção do castelo de São Mamede, mandado erguer pela condessa Mumadona para defender o mosteiro de Guimarães contra a *persecutio gentilium* (LM 1b = V, 4.12.968).

¹⁴⁸⁴ ALMEIDA, 1978: 45-46; TEIXEIRA, 2011: 204-207. Ver o que escrevemos na secção dedicada a Vila Nova de Gaia, na parte sobre *Castro Petroso*.

¹⁴⁸⁵ No entanto, muitas vezes, nas obras que consultámos, não é utilizada uma terminologia clara, ou é proposta uma interpretação da natureza destes elementos defensivos, deixando em aberto uma interpretação demasiado subjetiva que não conduz a uma compreensão explícita deste tema.

¹⁴⁸⁶ Ver o que escrevemos nos capítulos 3 e 4.

os «castelos militares» à proteção das instituições eclesíásticas; além disso, a sua pequena dimensão não seria adequada para albergar pessoas e bens.

Enfim, estamos perante um tema importante, que não é fácil de abordar, que merece uma reflexão e uma análise aprofundadas, e que apenas abordámos superficialmente num artigo recente, para o qual remetemos¹⁴⁸⁷.

Em cada caso, identificámos sessenta e sete mosteiros ativos entre os séculos IX e XII no atual território da diocese do Porto, além do bispado do Porto. As principais informações foram reunidas na Tabela 5:

Tabela 5. Os principais mosteiros da diocese do Porto entre os séculos IX e XII¹⁴⁸⁸

N.º	Mosteiros	Localização	Coordenadas X ^[1]	Coordenadas Y ^[1]	Concelho	Primeira referência	Fonte
1	São Martinho de Soalhães	Certa	41.160512°	-8.096583°	Marco de Canaveses	875	DC 8
2	São Pedro de Lordosa	Proposta	41.174450°	-8.305528°	Penafiel	882	DC 9
3	São Salvador de Grijó	Certa	41.028550°	-8.579517°	Vila Nova de Gaia	922	DC 26
4	São Pedro e São Paulo de Arouca	Certa	40.928281°	-8.246339°	Arouca	925	DC 746
5	São Martinho de Aldoar	Proposta	41.170711°	-8.670508°	Porto	944	DC 54
6	São Salvador de Bouças	Certa	41.185808°	-8.675342°	Matosinhos	Antes de 944	DC 54
7	São Miguel de Azevedo	Proposta	40.836017°	-8.594539°	Ovar	Antes de 947 (?)	DC 12
8	São Salvador de Lavra	Proposta	41.233628°	-8.715364°	Matosinhos	Antes de 947 (?)	DC 12
9	Santa Eulália de Sanguedo	Proposta	41.009117°	-8.514694°	Santa Maria da Feira	Antes de 947 (?)	DC 12
10	Santa Marinha	Proposta	41.136114°	-8.614867°	Vila Nova de Gaia	Antes de 947 (?)	DC 12
11	Santa Maria de Sá	Proposta	40.901183°	-8.526878°	Santa Maria da Feira	Meados do século X	MATTOSO, 2002b: 42
12	São Julião de São Gião	Proposta	40.889381°	-8.551269°	Santa Maria da Feira	Meados do século X	MATTOSO, 2002b: 47
13	São Salvador de Paço de Sousa	Certa	41.165794°	-8.344211°	Penafiel	956 (?)	MATTOSO, 2002b: 25

[1] De acordo com Google Earth.

(continua na página seguinte)

¹⁴⁸⁷ MARIANI, 2022.

¹⁴⁸⁸ Esta tabela é uma versão atualizada daquela de RENZI, MARIANI, 2020: 109-110. Não se contabilizam nesta tabela os pequenos eremitérios. Decidimos considerar apenas os mosteiros quer porque os consideramos mais representativos, quer porque, se tivéssemos analisado todas as igrejas e capelas mencionadas na documentação teríamos revelado uma tarefa muito morosa e merecedora de um projeto de investigação dedicado.

N.º	Mosteiros	Localização	Coordenadas X	Coordenadas Y	Concelho	Primeira referência	Fonte
14	São Salvador de Vairão	Certa	41.333056°	-8.669503°	Vila do Conde	Antes de 974	DC 112
15	São João de Ver	Proposta	40.956481°	-8.552714°	Santa Maria da Feira	Antes de 977	MATTOSO, 2002b: 47
16	Santo Tirso	Certa	41.344861°	-8.471742°	Santo Tirso	978	MATTOSO, 2002b: 44
17	São Pedro de Cete	Certa	41.180644°	-8.366286°	Paredes	Antes de 985 (ou de 924)	MATTOSO, 2002b: 18
18	São Romão de Vermoim	Proposta	41.234472°	-8.607167°	Maia	Final do século X	MATTOSO, 2002b: 52
19	São Salvador de Leça	Certa	41.209756°	-8.623342°	Matosinhos	Final do século X	MATTOSO, 2002b: 22
20	São Pedro de Pedroso	Certa	41.062064°	-8.558308°	Vila Nova de Gaia	1017-1026	MATTOSO, 2002b: 31
21	São Pedro de Sermonde	Proposta	41.045644°	-8.582486°	Vila Nova de Gaia	1017-1026 (?)	MATTOSO, 2002b: 48
22	São Martinho de Anta	Não determinada	41.006375°	-8.624872°	Espinho	1018-1026	MATTOSO, 2002b: 15
23	São Salvador de Moreira	Certa	41.244914°	-8.650533°	Maia	Antes de 1027	DC 262
24	Santo Estêvão de Vilela	Certa	41.234542°	-8.388631°	Paredes	Antes de 1030	MATTOSO, 2002b: 54
25	São Salvador de Fânzeres	Não determinada	41.166414°	-8.526697°	Gondomar	Antes de 1023	DC 273
26	São Cristóvão de Refojos de Riba de Ave	Proposta	41.290211°	-8.449444°	Santo Tirso	Antes de 1036	MATTOSO, 2002b: 40
27	São Pedro de Canedo	Certa	41.008883°	-8.464208°	Santa Maria da Feira	Antes de 1055	MATTOSO, 2002b: 17
28	São Cristóvão de Rio Tinto = Santa Maria de Campanhã	Certa	41.177886°	-8.559311°	Gondomar	Antes de 1058	DC 409
29	São João Baptista de Pendorada	Certa	41.081820°	-8.235726°	Marco de Canaveses	1059 (?)	MATTOSO, 2002b: 34; cf. DC 419
30	Cernadelo	Proposta	41.298847°	-8.238244°	Lousada	1059	DC 420
31	Mosteiró	Proposta	41.280132°	-8.669705°	Vila do Conde	1059	MOREIRA, 1985-1986: 139; cf. DC 415
32	São Miguel de Bustelo	Certa	41.229802°	-8.270348°	Penafiel	Antes de 1065	MATTOSO, 2002b: 16
33	São Tiago de Valpedre [2]	Certa	41.137503°	-8.309442°	Penafiel	Antes de 1066	DC 451

[2] Este mosteiro, de acordo com Santos, corresponderia ao de São Pedro de Lordosa na documentação do século XI (SANTOS, 2004: I, 64-65).

(continua na página seguinte)

ELEMENTOS DEFENSIVOS MEDIEVAIS NO TERRITÓRIO DA DIOCESE DO PORTO (SÉCULOS IX-XII)

N.º	Mosteiros	Localização	Coordenadas X	Coordenadas Y	Concelho	Primeira referência	Fonte
34	São Pedro de Cesar	Proposta	40.918269°	-8.438458°	Oliveira de Azeméis	Antes de 1068	DC 470, DC 471
35	São Salvador de Vilar de Andorinho	Proposta	41.104661°	-8.572914°	Vila Nova de Gaia	Antes de 1072	DC 504
36	Santa Maria de Pombeiro	Certa	41.382511°	-8.225422°	Felgueiras	Antes de 1072 (meados do século XI)	MATTOSO, 2002b: 46-47
37	Santa Maria de Silva Escura	Não determinada	41.258294°	-8.584108°	Maia (?)	Antes de 1077	DC 542
38	Santa Maria de Vila Boa do Bispo	Certa	41.130569°	-8.220411°	Marco de Canaveses	Antes de 1079 (?)	DC 573
39	Salvador de Vila Cova de Sandim	Certa	41.019165°	-8.506753°	Vila Nova de Gaia	Antes de 1081	DC 599
40	São Martinho de Caramos	Certa	41.339808°	-8.169731°	Felgueiras	1090	IPA.00024158
41	Santa Maria de Airães	Certa	41.314847°	-8.198619°	Felgueiras	1090	AMARAL, 2007: 718
42	Salvador de Freixo de Baixo	Certa	41.299018°	-8.122252°	Amarante	1090	AMARAL, 2007: 731
43	Santa Marinha de Crestuma	Proposta	41.068664°	-8.504114°	Vila Nova de Gaia	[922 (?)] 1092-1098	[DC 25] MATTOSO, 2002b: 19
44	São Pedro de Roriz	Certa	41.344344°	-8.380869°	Santo Tirso	1096	DC 833
45	Salvador de Travanca	Certa	41.277814°	-8.192833°	Amarante	Séculos XI-XII; meados do século XII	RR II: 274; ALMEIDA, 2001: 122
46	São Salvador de Várzea	Certa	40.923917°	-8.304519°	Arouca	1101	CMM 112, DMP III 13
47	São Miguel do Mato	Proposta	40.968431°	-8.417611°	Arouca	1113	LTPS 106
48	Santo Isidoro de Vilar (o Ribatãmega)	Certa	41.207635°	-8.144185°	Marco de Canaveses	Antes de 1115	DMP III 504
49	Santo André de Vila Boa de Quires	Certa	41.207934°	-8.201128°	Marco de Canaveses	Antes de 1118	MATTOSO, 2002b: 53
50	Santa Maria de Águas Santas	Certa	41.210325°	-8.577336°	Maia	Antes de 1120	CCSP 4
51	Santo André de Ancede	Certa	41.101906°	-8.056675°	Baião	Antes de 1120	CCSP 4
52	Santo André de Telões	Certa	41.310033°	-8.107742°	Amarante	Antes de 1120	CCSP 4
53	São Martinho de Cedofeita	Certa	41.155714°	-8.621792°	Porto	Antes de 1120	CCSP 4
54	São Salvador de Entre-os-Rios	Proposta	41.085353°	-8.298575°	Marco de Canaveses	Antes de 1120; [final do século X (?)]	CCSP 4; MATTOSO, 2002b: 22

(continua na página seguinte)

N.º	Mosteiros	Localização	Coordenadas X	Coordenadas Y	Concelho	Primeira referência	Fonte
55	São Isidoro de Sanche	Certa	41.275861°	-8.005731°	Amarante	Antes de 1120	CCSP 4
56	São Miguel de Vilarinho	Certa	41.358125°	-8.332531°	Santo Tirso	Antes de 1120	CCSP 4
57	São Martinho de Mancelos	Certa	41.274706°	-8.157072°	Amarante	Antes de 1120	CCSP 4
58	São Salvador de Real	Certa	41.256097°	-8.161683°	Amarante	Antes de 1120	CCSP 4
59	São Salvador de Vila Cova	Certa	41.323953°	-8.151628°	Felgueiras	Antes de 1120	CCSP 4
60	São Tiago de Burgães	Certa	41.345531°	-8.445319°	Santo Tirso	Antes de 1120	CCSP 4
61	São Salvador de Macieira	Proposta	41.340072°	-8.678217°	Vila do Conde	Antes de 1120	CCSP 4
62	Santa Maria de Várzea de Ovelha	Certa	41.204325°	-8.113781°	Marco de Canaveses	Antes de 1120	CCSP 4
63	São Tiago de Fonte Arcada [3]	Certa	41.146525°	-8.364014°	Penafiel	1128	DR I 77
64	Santo Tirso de Meinedo	Certa	41.248528°	-8.257181°	Lousada	1131	DR I 121
65	São Martinho de Cucujães	Certa	40.866611°	-8.496861°	Oliveira de Azeméis	Antes de 1139	DR I 174
66	São Salvador de Tuíás	Proposta	41.172256°	-8.164028°	Marco de Canaveses	Antes de 1140	ERDMAN, 1927: nota 69
67	São Pedro de Ferreira	Certa	41.264742°	-8.343575°	Paços de Ferreira	1182	CCSP 249

[3] Segundo Santos, o mosteiro de São Tiago de Fonte Arcada nunca teria existido, sendo o resultado de um erro de interpretação de Miguel de Oliveira (SANTOS, 2004: I, 64-65, nota 140).

5.3. ESTRUTURAS FORTIFICADAS: TIPOLOGIA, LOCALIZAÇÃO E ESTADO ATUAL

5.3.1. Tipologia das estruturas fortificadas

Uma parte muito importante deste trabalho consistiu em propor uma divisão de acordo com a tipologia dos elementos defensivos identificados. O primeiro passo foi determinar as categorias das estruturas, para, depois, as atribuir às diferentes épocas. O grande número de variáveis apresentadas sublinha de forma inequívoca a sua singularidade.

As estruturas exclusivamente militares e/ou de habitação da nobreza desempenharam um papel fundamental, embora com objetivos diferentes: primeiro, ligadas ao impulso expansionista do reino asturiano-leonês e, mais tarde, principalmente à administração das terras, as novas unidades administrativas estabelecidas pela fragmentação das *civitates*.

Os castelos cabeça de terra são verdadeiras estruturas militares com um forte poder simbólico, que, muitas vezes, oferecem hospitalidade ao nobre que governa a terra (ou, provavelmente, a um dos seus representantes, sobretudo a partir do século XII, com o estabelecimento da corte do conde Henrique, da condessa-rainha Teresa e, mais tarde, do seu filho Afonso Henriques, futuro D. Afonso I de Portugal). É evidente que, no território da diocese do Porto, todos os castelos-recintos e as poucas aldeias fortificadas¹⁴⁸⁹ resultam de um reaproveitamento de estruturas antigas. Relativamente a eventuais burgos fortificados, no território da diocese do Porto, apenas temos o caso do Porto, que, na doação de Teresa a D. Hugo, é referido como *burgus*. As atalaias devem ser consideradas como uma estrutura simples, possivelmente de apoio a um castelo militar, enquadradas numa estratégia de controlo e vigilância contra ataques (na sua maioria) externos. Passemos, agora, à análise das estruturas fortificadas, século a século.

Tabela 6. Tipologia; estado atual; fontes escritas e materiais

N.º	Elemento defensivo	Tipologia de elemento defensivo (ativo entre os séculos IX e XII)	Estado atual	Fonte escrita/ Fonte material
1	<i>Castro de Sancte Crucis ripa Tamice</i>	Castelo cabeça de terra	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
2	Castelo	Atalaia (proposta)	Desaparecido	(FM)
3	Castelo Velho	Castelo militar (proposta)	Desaparecido	(FM)
4-21	<i>Mons Castro Malo</i>	Castelo-recinto (proposta)	Desaparecido	FE
5	<i>Castrum Baian</i>	Castelo cabeça de terra	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
6	<i>Penalva</i>	Atalaia (proposta)	Desaparecido	FE/FM
7	Alto do Castelo (Frende)	Castelo cabeça de terra (proposta)	Desaparecido	FE/FM
8	<i>Castro Gondemar</i>	Castelo-recinto (proposta)	Desaparecido	FE
9	<i>Mons Kastro Malo</i>	Castelo-recinto (proposta)	Desaparecido	FE
10	Castro de Pinouco	Aldeia fortificada (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	FM
11	Castro do Monte Pedroso	Aldeia fortificada	Ruínas/Área arqueológica	FM
12	<i>Kasal de Turre</i>	Torre (proposta)	Desaparecido	FE

(continua na página seguinte)

¹⁴⁸⁹ Almeida já tinha constatado a raridade desta tipologia (ALMEIDA, 1992: 371).

N.º	Elemento defensivo	Tipologia de elemento defensivo (ativo entre os séculos IX e XII)	Estado atual	Fonte escrita/ Fonte material
13	<i>Castro Amagia</i>	Castelo militar (século X) Castelo cabeça de terra (séculos XI-XII)	Desaparecido	FE/(FM)
14	<i>Castro Avenoso</i>	Castelo militar/Residência nobre	Desaparecido	FE/(FM)
15	<i>Mons Faro</i>	Atalaia (proposta)	Desaparecido	FE
16	<i>Mons Petras Rubias/Mons Petroso</i>	Atalaia (proposta)	Desaparecido	FE
17	<i>Atalaia do Património</i>	Atalaia (proposta)	Desaparecido	FM
18	<i>Monte Aradrus/Castrum Benevivere</i>	Castelo-recinto (séculos IX-X)/ Castelo cabeça de terra (séculos XI-XII)	Ruínas/Área arqueológica	FE
19	<i>Mons Genestazolium</i>	Atalaia (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
20	<i>Mons Castro de Boi</i>	Castelo-recinto (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
22	<i>Castro das Penegotas/Mons Castro Catedral/Pena de Sancto Martino</i>	Atalaia (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
23	Castelo de Côtos	Castelo cabeça de terra	Ruínas/Área arqueológica	(FE)/FM
24	Alto do Facho	Atalaia (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	FM
25	Castro de Quires	Atalaia (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	(FM)
26	Pena Cordeira	Atalaia	Ruínas/Área arqueológica	FM
27	Outeiro de Penidos	Atalaia (proposta)	Desaparecido	FM
28	Alto do Castelo (Penhalonga)	Castelo militar	Ruínas/Área arqueológica	FM
29	Castelo dos Mouros	Atalaia (proposta)	Desaparecido	FM
30	Castro Soalhão	Aldeia fortificada	Ruínas/Área arqueológica	FM
31	<i>Castro Quiñones</i>	Castelo militar (proposta)	Desaparecido	FE
32	<i>Mons Custodias</i>	Atalaia (proposta)	Desaparecido	FE
33	Mota de Aduolfo/Lumbello	Castelo de mota (proposta)	Desaparecido	FE/(FM)
34	Castelo de Refojos de Riba de Ave (a)	Castelo cabeça de terra	Desaparecido	FE/FM
35	<i>Castellum de Aguilar</i>	Castelo militar (século X)/Castelo cabeça de terra (séculos XI-XII)	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM

(continua na página seguinte)

N.º	Elemento defensivo	Tipologia de elemento defensivo (ativo entre os séculos IX e XII)	Estado atual	Fonte escrita/ Fonte material
36	<i>Montis Bendoma</i>	Castelo-recinto	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
37	<i>Civitas Anegia</i>	<i>Civitas</i> (séculos IX-XI)/Castelo militar (século XII)	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
38	Castelo de <i>Penafiel de Canas</i>	Castelo cabeça da terra	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
39	São Domingos	Castelo militar	Ruínas/Área arqueológica	FM
40	Castelo de Chocal	Castelo militar	Ruínas/Área arqueológica	FM
41	Alto do Picoto	Castelo militar	Ruínas/Área arqueológica	FM
42	<i>Mons Petroselo</i> (Monte Talefe)	Castelo militar	Ruínas/Área arqueológica	FM
43	<i>Castro Azarias</i>	Castelo-recinto (proposta)	Desaparecido	FE
44-45	<i>Castro Mondin</i>	Castelo-recinto (proposta)	Desaparecido	FE
46	<i>Castrum Aboiefa</i>	Atalaia (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
47	Castelo de Paços/Luzim	Castelo militar (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	FM
48	Alto do Facho	Atalaia (proposta)	Desaparecido	FM
49	<i>Castrum Novum/Burgus/Castellum</i>	Aldeia fortificada (séculos IX-XI)/Burgo fortificado (século XII)	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
50	<i>Castro de Luneta</i>	Castelo militar (proposta)	Desaparecido	FE
51	<i>Castro Mafamuti</i>	Castelo-recinto (proposta)	Desaparecido	FE
52	Morro da Vela = Castelo de Refojo de Riba de Ave (b)	Atalaia ou castelo cabeça de terra (proposta)	Desaparecido	FE/FM
53-54	<i>Castro de Moraria</i>	Castelo militar/Residência nobre (proposta)	Desaparecido	FE
55	<i>Castro que fuit de Floila</i>	Castelo militar/Residência nobre (proposta)	Desaparecido	FE
56	Reduto medieval de São Marçal	Castelo militar/Atalaia (proposta)	Desaparecido	(FE)/FM
57	<i>Castro de Bove</i>	Castelo-recinto	Desaparecido	FE
58	<i>Atalaia de Farilhe</i>	Atalaia (proposta)	Desaparecido	FM
59	<i>Castro Arauca</i> (Valinhas)	Castelo militar (séculos IX-X)/Castelo cabeça de terra (séculos XI-XII)	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM

(continua na página seguinte)

N.º	Elemento defensivo	Tipologia de elemento defensivo (ativo entre os séculos IX e XII)	Estado atual	Fonte escrita/ Fonte material
60	Castelo de Carvalhais	Castelo militar	Ruínas/Área arqueológica	FM
61	Castelo de Monte Coruto	Castelo militar	Ruínas/Área arqueológica	FM
62	<i>Kastro Alvarenga</i>	Castelo cabeça de terra	Desaparecido	FE
63	Outeiro do Castelo	Castelo cabeça de terra	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
64	Castro de Ovil	Castelo-recinto (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
65	Castro Recarei	Castelo-recinto (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
66	<i>Mons Castro Calbo</i>	Castelo-recinto (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
67	<i>Mons Castro Utsella</i>	Castelo-recinto (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	FE/FM
68	Torre de Esmoriz	Torre	Desaparecido	FE
69	<i>Civitas Sancta Maria</i>	<i>Civitas</i> (século X)/Castelo cabeça de terra (séculos XI-XII)	Existente, com alterações posteriores	FE/FM
70-71	<i>Castro/Civitas Portella</i>	Castelo cabeça de terra (proposta)	Desaparecido	FE
72	<i>Mons Porrino</i>	Castelo militar ou atalaia (proposta)	Desaparecido	FE/FM
73	<i>Castrum Antiquum/Castellum de Gaia</i>	Castelo militar (proposta)	Desaparecido	FE/FM
74	<i>Castro Petroso</i>	Castelo-recinto (proposta)	Desaparecido	FE
75	Castro de Seada	Castelo militar ou atalaia (proposta)	Desaparecido	(FM)
76	<i>Castruma</i>	Castelo militar (proposta)	Ruínas/Área arqueológica	FM
77	<i>Almeara</i>	Atalaia (proposta)	Desaparecido	FE

Foram identificadas dezassete estruturas fortificadas para o território da diocese do Porto, no século IX. Mais de metade pertence à esfera puramente militar, sinal da política expansionista que se acentuou após a ocupação do Porto (868) e de Coimbra (878). Por outro lado, 47% são castelos-recintos e aldeias fortificadas, cuja existência está ligada ao desejo e à necessidade da população local de ter um refúgio seguro em caso de perigo. Segundo Silva, nem todos estes castelos-recintos «surgiram» por vontade «popular»: pense-se no caso de *Castro Petroso*, que, como vimos, na opinião do arqueólogo, fazia parte de uma linha avançada

de defesa de apoio ao movimento da «Reconquista». Segundo Almeida, por outro lado, esta fortificação estava ligada ao mosteiro de Pedroso: neste caso, segundo o nosso ponto de vista, a sua manutenção dever-se-á, provavelmente, aos nobres patronos desta instituição religiosa, e não à população local. É claro que uma coisa não exclui a outra.

Tabela 7. Tipologia dos elementos defensivos ativos no território da diocese do Porto (século IX)

Tipologia	Quantidade	Notas
Castelo militar ou atalaia	1	Tipologia e cronologia propostas
Castelo militar/Residência nobre	—	
Atalaia ou castelo cabeça de terra	—	
Burgo fortificado	—	
<i>Civitas</i>	1	Tipologia e cronologia seguras
Castelo de mota	—	
Torre	—	
Aldeia fortificada	4	Tipologia segura e cronologia proposta: 3 Tipologia e cronologia proposta: 1
Castelo-recinto	4	Tipologia segura e cronologia proposta: 2 Tipologia e cronologia propostas: 2
Castelo militar	6	Tipologia segura e cronologia proposta: 4 Tipologia e cronologia propostas: 1 Tipologia proposta e cronologia segura: 1
Atalaia	1	Tipologia e cronologia propostas
Castelo cabeça de terra	—	
Total	17	

Trinta e oito estruturas fortificadas foram identificadas para o século X. Também para este século, as estruturas militares combinadas com estruturas de apoio (castelos militares, *civitates*, atalaias, castelo de mota) mantêm a percentagem do século anterior. Os castelos-recintos, embora tenham passado de quatro para onze unidades, representam agora pouco menos de 30%, devido ao aumento de outras estruturas (à *civitas Anegia* junta-se a *civitas de Sancta Maria*, os castelos militares passam de seis para dez, as atalaias de uma para oito...). O mesmo se aplica à aldeia fortificada, que se mantém estável com quatro unidades, mas desce de 23,5% para pouco mais de 10%.

Tabela 8. Tipologia dos elementos defensivos ativos no território da diocese do Porto (século X)

Tipologia	Quantidade	Notas
Castelo militar ou atalaia	2	Tipologia e cronologia propostas
Castelo militar/Residência nobre	—	
Atalaia ou castelo cabeça de terra	—	
Burgo fortificado	—	
<i>Civitas</i>	2	Tipologia e cronologia seguras
Castelo de mota	1	Tipologia e cronologia propostas
Torre	—	
Aldeia fortificada	4	Tipologia segura e cronologia proposta: 3 Tipologia e cronologia propostas: 1
Castelo-recinto	11	Tipologia e cronologia propostas: 3 Tipologia proposta e cronologia segura: 4 Tipologia e cronologia propostas: 4
Castelo militar	10	Tipologia e cronologia seguras: 4 Tipologia segura e cronologia proposta: 4 Tipologia e cronologia propostas: 1 Tipologia proposta e cronologia segura: 1
Atalaia	8	Tipologia e cronologia propostas: 6 Tipologia segura e cronologia proposta: 1 Tipologia proposta e cronologia segura: 1
Castelo cabeça de terra	—	
Total	38	

Das sessenta e oito estruturas fortificadas presentes no território da diocese do Porto no século XI, mais de 70% são estruturas militares ou de apoio às mesmas. Estes dados refletem bem a situação de perigo permanente que a zona considerada sofria, devido não só às incursões viquingues, que já tinham atingido as costas da diocese do Porto no século anterior (se não mesmo em finais do século IX), mas também e, sobretudo, ao recomeço das hostilidades contra os muçulmanos (principalmente, a necessidade de reconquistar os territórios perdidos na sequência das expedições de Almançor, em finais do século X e inícios do século XI), que culminaria com a ocupação definitiva de Coimbra (1064). É neste século que se assiste à reforma administrativa e territorial que marca a passagem das *civitates* para as terras, na sequência da qual surgem os primeiros castelos cabeça de terra (mais de 20% do total), estruturas militares que tinham como objetivo ser um ponto de referência para a gestão destes

novos distritos territoriais. Quanto aos castelos-recintos (que passam de onze para treze unidades) e às aldeias fortificadas (estáveis em quatro unidades), a sua soma não chega a 25%.

Por último, é interessante notar a presença de uma torre (Esmoriz), não destinada, neste caso, a ser um ponto de vigia, mas uma provável residência senhorial, e de um castelo de mota¹⁴⁹⁰, embora tenhamos algumas reservas quanto a esta última, que gostaríamos de dissipar num estudo específico.

Tabela 9. Tipologia dos elementos defensivos ativos no território da diocese do Porto (século XI)

Tipologia	Quantidade	Notas
Castelo militar ou atalaia	3	Tipologia e cronologia propostas
Castelo militar/Residência nobre	3	Tipologia e cronologia seguras: 1 Tipologia proposta e cronologia segura: 2
Atalaia ou castelo cabeça de terra	2	Tipologia proposta e cronologia segura
Burgo fortificado	—	
<i>Civitas</i>	1	Tipologia e cronologia seguras
Castelo de mota	1	Tipologia proposta e cronologia segura
Torre	1	Tipologia e cronologia seguras
Aldeia fortificada	4	Tipologia segura e cronologia proposta: 3 Tipologia e cronologia propostas: 1
Castelo «cerca»	13	Tipologia e cronologia seguras: 2 Tipologia proposta e cronologia segura: 8 Tipologia e cronologia propostas: 3
Castelo militar	11	Tipologia e cronologia seguras: 2 Tipologia segura e cronologia proposta: 5 Tipologia e cronologia propostas: 2 Tipologia proposta e cronologia segura: 2
Atalaia	15	Tipologia segura e cronologia proposta: 1 Tipologia e cronologia propostas: 9 Tipologia proposta e cronologia segura: 5
Castelo cabeça de terra	14	10 Tipologia e cronologia seguras 2 Tipologia segura e cronologia proposta 2 Tipologia e cronologia propostas
Total	68	

O século XII marca uma regressão das estruturas fortificadas: passamos de sessenta e oito para cinquenta e cinco unidades. Esta tendência explica-se pelo desaparecimento

¹⁴⁹⁰ Ver a secção sobre Matosinhos.

de alguns castelos militares e atalaias (de um total de 32 elementos certos para um total de 28). O número de castelos cabeça de terra testemunhado pelas fontes mantém-se estável (no entanto, passa de pouco mais de 20% para mais de 25% do total). É provável que algumas destas estruturas comecem a desaparecer já durante este século. Esta situação deve estar ligada ao desaparecimento da necessidade de controlo (militar) de uma zona afastada do centro das operações de guerra, agora concentradas no território sul do atual Portugal.

Os castelos-recintos (de treze para oito) e as aldeias fortificadas (de quatro para duas) começam a desaparecer (embora a sua percentagem conjunta aumente de 15% para mais de 18%), sem excluir a possibilidade de, para alguns deles, este processo já se ter iniciado no último quartel do século anterior.

Tabela 10. Tipologia dos elementos defensivos ativos no território da diocese do Porto (século XII)

Tipologia	Quantidade	Notas
Castelo militar ou atalaia	2	Tipologia e cronologia propostas
Castelo militar/Residência nobre	3	Tipologia segura e cronologia proposta: 1 Tipologia e cronologia propostas: 2
Atalaia ou castelo cabeça de terra	1	Tipologia e cronologia seguras
Burgo fortificado	1	Tipologia e cronologia seguras
<i>Civitas</i>	—	
Castelo de mota	—	
Torre	2	Tipologia e cronologia seguras: 1 Tipologia proposta e cronologia segura: 1
Aldeia fortificada	2	Tipologia segura e cronologia proposta: 2
Castelo «cerca»	8	Tipologia e cronologia propostas: 4 Tipologia proposta e cronologia segura: 2 Tipologia segura e cronologia proposta: 2
Castelo militar	10	Tipologia e cronologia seguras: 2 Tipologia segura e cronologia proposta: 3 Tipologia e cronologia propostas: 2 Tipologia proposta e cronologia segura: 3
Atalaia	12	Tipologia segura e cronologia proposta: 1 Tipologia e cronologia propostas: 7 Tipologia proposta e cronologia segura: 4
Castelo cabeça de terra	14	Tipologia e cronologia seguras: 11 Tipologia segura e cronologia proposta: 1 Tipologia e cronologia propostas: 1 Tipologia proposta e cronologia segura: 1
Total	55	

5.3.2. Localização e estado atual das estruturas fortificadas

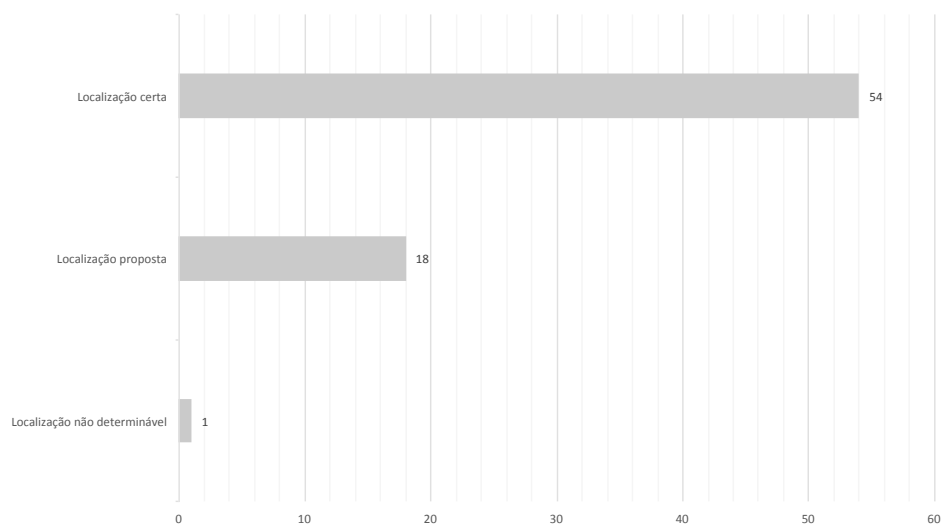


Fig. 8. Localização das estruturas fortificadas

Fonte: adaptado de MARIANI, 2020b: 604

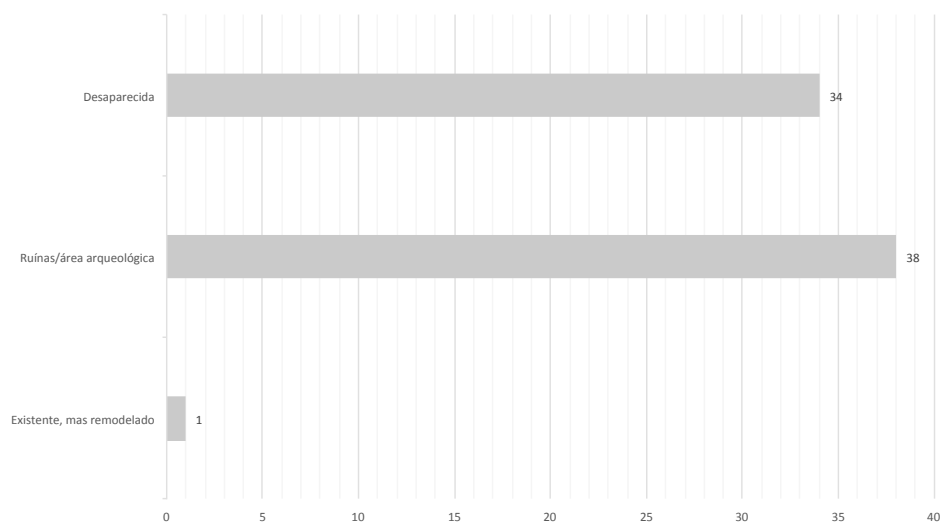


Fig. 9. Estado atual das estruturas fortificadas

Fonte: adaptado de MARIANI, 2020b: 605

Como se depreende da análise dos mapas, nem sempre se mostrou possível uma localização aos elementos identificados: para o território da diocese do Porto foi possível dar uma localização exata para quase 75% das estruturas. Apenas num caso não se revelou possível

apresentar pelo menos uma proposta¹⁴⁹¹. Estes dados, evidentemente, estão também ligados ao atual estado das estruturas analisadas.

Mais de metade das estruturas identificadas deixou, pelo menos, um vestígio a nível arqueológico¹⁴⁹²: tal deve-se ao facto de a maioria destes elementos estar localizada fora das áreas edificadas, reaproveitando antigas fortificações, muitas vezes construídas em locais de difícil acesso, característica que lhes permitiu «sobreviver» (salvo a ação destruidora — e descontrolada — da extração de pedra) até aos nossos dias, sem serem engolidas pela antropização do território. Apesar disso, em todo o território da diocese do Porto, apenas o castelo de Santa Maria da Feira, embora bastante modificado, chegou até nós.

5.4. ESTRUTURAS FORTIFICADAS SIMPLES E ESTRUTURAS FORTIFICADAS COMPLEXAS

Classificámos os elementos defensivos dividindo-os entre os de estrutura simples (cercas e postos de vigia básicos) e os de estrutura mais complexa (castelos militares, torres de pedra, aldeias e burgos fortificados). Apenas algumas vezes pudemos basear-nos na descrição que a documentação escrita nos oferece (a «arqueologia escrita» de que fala Settia), noutras ocasiões recorremos à análise de vestígios arqueológicos; só em alguns casos, decidimos o tipo por comparação com outros mais bem atestados. Em muitos casos, infelizmente, não foi possível determinar a sua complexidade. De facto, temos uma taxa de não determinabilidade de mais de 40% ao longo dos quatro séculos analisados.

Tabela 11. Tipologia da estrutura dos elementos defensivos (séculos IX-XII)

Século IX	Complexa: 4 Simples: 6 Não determinável: 7	Total: 17
Século X	Complexa: 7 Simples: 15 Não determinável: 16	Total: 38
Século XI	Complexa: 19 Simples: 20 Não determinável: 29	Total: 68
Século XII	Complexa: 19 Simples: 13 Não determinável: 23	Total: 55

No que diz respeito às estruturas simples, as percentagens mais elevadas ocorrem entre o século IX (35%) e o século X (mais de 39%): este é o período de maior reutilização das fortificações antigas e de maior necessidade de postos de vigia, que se manteriam no século

¹⁴⁹¹ É o caso de *Castro Mafamuti*.

¹⁴⁹² Embora no caso dos castelos-recintos se trate da reutilização de estruturas antigas.

seguinte, quando as estruturas simples desceram para menos de 30%. No século XII, por fim, em consonância com o abandono dos castelos-recintos, desnecessários numa zona afastada das operações militares, a percentagem é ligeiramente superior a 23%. Em resultado, as estruturas mais complexas têm uma percentagem bastante baixa entre o século IX (23,5%) e o século X (pouco mais de 18%) e aumentam de modo significativo nos séculos XI (quase 28%) e XII (quase 35%), graças ao surgimento dos castelos cabeça de terra e dos castelos militares que funcionavam também como residências nobres, como no caso do castelo de Avioso¹⁴⁹³.

Tabela 12. Estruturas dos elementos defensivos entre os séculos IX e XII

N.º	Elemento defensivo	Estrutura século IX	Estrutura século X	Estrutura século XI	Estrutura século XII
1	<i>Castro de Sancte Crucis ripa Tamice</i>	—	—	Complexa	Complexa
2	Castelo	—	—	Não determinável	Não determinável
3	Castelo Velho	—	—	Não determinável	Não determinável
4-21	<i>Mons Castro Malo</i>	—	—	Não determinável	Não determinável
5	<i>Castrum Baian</i>	—	—	Complexa	Complexa
6	<i>Penalva</i>	—	—	Simples	Simples
7	Alto do Castelo (Frende)	—	—	Não determinável	Não determinável
8	<i>Castro Gondemar</i>	—	Simples	Simples	Simples
9	<i>Mons Kastro Malo</i>	—	Não determinável	Não determinável	—
10	Castro de Pinouco	Simples	Simples	Simples	—
11	Castro do Monte Pedroso	Simples	Simples	Simples	Simples
12	<i>Kasal de Turre</i>	—	—	—	Não determinável
13	<i>Castro Amagia</i>	—	Não determinável	Complexa	Complexa
14	<i>Castro Avenoso</i>	—	—	Complexa	Complexa
15	<i>Mons Faro</i>	—	—	Não determinável	Não determinável
16	<i>Mons Petras Rubias/Mons Petroso</i>	—	Não determinável	Não determinável	Não determinável
17	<i>Atalaia do Património</i>	—	—	Não determinável	Não determinável

(continua na página seguinte)

¹⁴⁹³ Ver a secção sobre a Maia.

N.º	Elemento defensivo	Estrutura século IX	Estrutura século X	Estrutura século XI	Estrutura século XII
18	<i>Monte Aradrus/Castrum Benevivere</i>	Simples	Simples	Complexa	Complexa
19	<i>Mons Genestazolium</i>	—	—	Simples	—
20	<i>Mons Castro de Boi</i>	—	—	Simples	Simples
22	<i>Castro das Penegotas/Mons Castro Catedra/Pena de Sancto Martino</i>	—	—	Simples	Simples
23	Castelo de Côtos	—	—	Complexa	Complexa
24	Alto do Facho	—	—	Simples	Simples
25	Castro de Quires	—	Simples	Simples	Simples
26	Pena Cordeira	—	Simples	Simples	Simples
27	Outeiro de Penidos	—	—	—	Não determinável
28	Alto do Castelo (Penhalonga)	—	Não determinável	Não determinável	—
29	Castelo dos Mouros	—	Não determinável	Não determinável	—
30	Castro Soalhão	Simples	Simples	Simples	Simples
31	<i>Castro Quifiones</i>	—	—	Não determinável	Não determinável
32	<i>Mons Custodias</i>	—	Não determinável	Não determinável	Não determinável
33	Mota de Adaulfo/Lumbello	—	Não determinável	Não determinável	—
34	Castelo de Refojos de Riba de Ave (a)	—	—	Complexa	Complexa
35	<i>Castellum de Aguilar</i>	—	Complexa	Complexa	Complexa
36	<i>Montis Bendoma</i>	—	Simples	Simples	Simples
37	<i>Civitas Anegia</i>	Não determinável	Não determinável	Não determinável	Não determinável
38	Castelo de <i>Penafiel de Canas</i>	—	—	Complexa	Complexa
39	São Domingos	—	—	Complexa	Complexa
40	Castelo de Chocal	—	Complexa	Complexa	Complexa
41	Alto do Picoto	—	—	Complexa	Complexa
42	<i>Mons Petroselo</i> (Monte Talefe)	Não determinável	Não determinável	Complexa	Complexa

(continua na página seguinte)

N.º	Elemento defensivo	Estrutura século IX	Estrutura século X	Estrutura século XI	Estrutura século XII
43	<i>Castro Azarias</i>	Não determinável	Não determinável	Não determinável	—
44-45	<i>Castro Mondin</i>	—	—	Não determinável	Não determinável
46	<i>Castrum Aboiefa</i>	—	—	Não determinável	Não determinável
47	Castelo de Paços/Luzim	—	—	Não determinável	Não determinável
48	Alto do Facho	—	Não determinável	Não determinável	—
49	<i>Castrum Novum/Burgus/Castellum</i>	Não determinável	Não determinável	Não determinável	Complexa
50	<i>Castro de Luneta</i>	—	—	Não determinável	Complexa
51	<i>Castro Mafamuti</i>	—	Não determinável	—	—
52	Morro da Vela = Castelo de Refojo de Riba de Ave (b)	—	—	Não determinável	Não determinável
53-54	<i>Castro de Moraria</i>	—	—	Não determinável	Não determinável
55	<i>Castro que fuit de Floila</i>	—	—	Não determinável	Não determinável
56	Reduto medieval de São Marçal	Não determinável	Não determinável	Não determinável	Não determinável
57	<i>Castro de Bove</i>	Simples	Simples	Simples	Simples
58	<i>Atalaia de Farihe</i>	—	Simples	Simples	—
59	<i>Castro Arauca (Valinhas)</i>	Complexa	Complexa	Complexa	Complexa
60	Castelo de Carvalhais	Complexa	Complexa	Complexa	—
61	Castelo de Monte Coruto	Complexa	Complexa	Complexa	—
62	<i>Kastro Alvarenga</i>	—	—	Não determinável	Não determinável
63	Outeiro do Castelo	—	—	Complexa	Complexa
64	Castro de Ovil	—	—	Simples	—
65	Castro Recarei	Simples	Simples	Simples	Simples
66	<i>Mons Castro Calbo</i>	—	Simples	Simples	—
67	<i>Mons Castro Utsella</i>	—	Simples	Simples	—
68	Torre de Esmoriz	—	—	Não determinável	Não determinável

(continua na página seguinte)

N.º	Elemento defensivo	Estrutura século IX	Estrutura século X	Estrutura século XI	Estrutura século XII
69	<i>Civitas Sancta Maria</i>	—	Complexa	Complexa	Complexa
70-71	<i>Castro/Civitas Portella</i>	—	—	Não determinável	Não determinável
72	<i>Mons Porrino</i>	—	—	Não determinável	Não determinável
73	<i>Castrum Antiquum/Castelo de Gaia</i>	Não determinável	Não determinável	—	—
74	<i>Castro Petroso</i>	—	Simples	Simples	Simples
75	Castro de Seada	—	Simples	Simples	—
76	<i>Castruma</i>	Complexa	Complexa	Complexa	Complexa
77	<i>Almeira</i>	Não determinável	Não determinável	—	—

5.5. OS PROPRIETÁRIOS

Um tema delicado e muito fascinante, que mereceria certamente uma análise mais aprofundada caso a caso, mas sobre o qual não nos podemos debruçar demasiado por razões de espaço, é o relacionado com os proprietários de estruturas fortificadas. Neste caso, a maior contribuição provém da documentação escrita, cuja análise nos permitiu elaborar uma lista de possíveis proprietários, à qual se juntou, naturalmente, a percentagem dos que não conseguimos determinar (mais de 28%). Por vezes, baseámos as nossas propostas em comparações com os casos que apresentavam características semelhantes. Os principais grupos de proprietários podem ser subdivididos da seguinte forma: nobreza, organismos eclesiásticos e particulares (entendidos sobretudo como comunidades locais).

Tabela 13. Proprietários de estruturas fortificadas

Entidades eclesiásticas	1 (proposto)
Nobreza	35 (18 propostos)
Particulares	14 (11 propostos)
Particulares, depois entidades eclesiásticas	1
Nobreza, depois entidades eclesiásticas	1
Não determinável	21
Total	73

Consideremos o muito peculiar caso da diocese do Porto. O bispo do Porto só pode ser avaliado da mesma forma que outro *domini loci* laicos a partir da doação da «rainha-condessa» Teresa a D. Hugo (1120), graças à qual o bispo obteve o controlo de *Castro de Luneta*, bem como de *Castrum Novum/Burgus/Castellum* (elementos que, no seu conjunto, não chegam a 3% do total); todos os grandes mosteiros estão fortemente ligados à vontade dos fundadores e dos seus descendentes, amiúde representantes proeminentes da nobreza, não apenas local. Todas as estruturas fortificadas ligadas a estes entes eclesiásticos estariam, do nosso ponto de vista, na área de influência da nobreza, que, também por esta razão, representa quase 50% do número total de proprietários. Em contrapartida, as comunidades locais controlariam menos de 20% dos elementos defensivos.

Tabela 14. Persistência e proprietários

N. °	Elemento defensivo	Século IX	Século X	Século XI	Século XII	Proprietário (séculos IX-XII)
1	<i>Castro de Sancte Crucis ripa Tamice</i>	—	—	Sim	Sim	Nobreza
2	Castelo	—	—	Proposta	Proposta	Nobreza (Proposta)
3	Castelo Velho	—	—	Proposta	Proposta	Nobreza (Proposta)
4-21	<i>Mons Castro Malo</i>	—	—	Sim	Proposta	Não determinável
5	<i>Castrum Baian</i>	—	—	Sim	Sim	Nobreza
6	<i>Penalva</i>	—	—	Sim	Proposta	Nobreza (Proposta)
7	Alto do Castelo (Frende)	—	—	Proposta	Sim	Nobreza
8	<i>Castro Gondemar</i>	—	Sim	Sim	Sim	Particulares
9	<i>Mons Kastro Malo</i>	—	Proposta	Proposta	—	Particulares (Proposta)
10	Castro de Pinouco	Proposta	Proposta	Proposta	—	Particulares (Proposta)
11	Castro do Monte Pedroso	Proposta	Proposta	Proposta	Proposta	Particulares (Proposta)
12	<i>Kasal de Turre</i>	—	—	—	Sim	Não determinável
13	<i>Castro Amagia</i>	—	Proposta	Sim	Sim	Nobreza
14	<i>Castro Avenoso</i>	—	—	Sim	Proposta	Nobreza
15	<i>Mons Faro</i>	—	—	Sim	Sim	Não determinável
16	<i>Mons Petras Rubias/Mons Petroso</i>	—	Sim	Sim	Sim	Não determinável

(continua na página seguinte)

N.º	Elemento defensivo	Século IX	Século X	Século XI	Século XII	Proprietário (séculos IX-XII)
17	<i>Atalaia</i> do Património	—	—	Proposta	Proposta	Não determinável
18	<i>Monte Aradrus/Castrum Benevivere</i>	Proposta	Sim	Sim	Sim	Particulares (séculos IX-X)/Nobreza (séculos XI-XII)
19	<i>Mons Genestazolum</i>	—	—	Sim	—	Nobreza (Proposta)
20	<i>Mons Castro de Boi</i>	—	—	Sim	Proposta	Particulares (Proposta)
22	<i>Castro das Penegotas/Mons Castro Catedra/Pena de Sancto Martino</i>	—	—	Proposta	Sim	Não determinável
23	Castelo de Côtos	—	—	Proposta	Proposta	Nobreza
24	Alto do Facho	—	—	Proposta	Proposta	Não determinável
25	Castro de Quires	—	Proposta	Proposta	Proposta	Não determinável
26	Pena Cordeira	—	Proposta	Proposta	Proposta	Não determinável
27	Outeiro de Penidos	—	—	—	Proposta	Não determinável
28	Alto do Castelo (Penhalonga)	—	Proposta	Proposta	—	Nobreza (Proposta)
29	Castelo dos Mouros	—	Proposta	Proposta	—	Não determinável
30	Castro Soalhão	Proposta	Proposta	Proposta	Proposta	Particulares
31	<i>Castro Quifones</i>	—	—	Sim	Sim	Não determinável
32	<i>Mons Custodias</i>	—	Proposta	Sim	Proposta	Não determinável
33	Mota de Aaulfo/Lumbello	—	Proposta	Sim	—	Particulares
34	Castelo de Refojos de Riba de Ave (a)	—	—	Sim	Sim	Nobreza
35	<i>Castellum de Aguilar</i>	—	Sim	Sim	Sim	Nobreza
36	<i>Montis Bendoma</i>	—	Sim	Sim	Proposta	Particulares (Proposta)
37	<i>Civitas Anegia</i>	Sim	Sim	Sim	Sim	Nobreza
38	Castelo de <i>Penafiel de Canas</i>	—	—	Proposta	Sim	Nobreza
39	São Domingos	—	—	Proposta	Proposta	Nobreza (Proposta)
40	Castelo de Chocal	—	Proposta	Proposta	Proposta	Nobreza (Proposta)

(continua na página seguinte)

N.º	Elemento defensivo	Século IX	Século X	Século XI	Século XII	Proprietário (séculos IX-XII)
41	Alto do Picoto	—	—	Proposta	Proposta	Nobreza (Proposta)
42	<i>Mons Petroselo</i> (Monte Talefe)	Proposta	Sim	Sim	Sim	Nobreza (Proposta)
43	<i>Castro Azarias</i>	Proposta	Proposta	Proposta	—	Particulares (Proposta)
44-45	<i>Castro Mondin</i>	—	—	Sim	Sim	Não determinável
46	<i>Castrum Aboiefa</i>	—	—	Proposta	Sim	Não determinável
47	Castelo de Paços/Luzim	—	—	Proposta	Proposta	Não determinável
48	Alto do Facho	—	Proposta	Proposta	—	Não determinável
49	<i>Castrum Novum/Burgus/Castellum</i>	Proposta	Proposta	Proposta	Sim	Bispo (Proposta)
50	<i>Castro de Luneta</i>	—	—	Sim	Sim	Nobreza (século XI)/ Bispo (século XII)
51	<i>Castro Mafamuti</i>	—	Sim	—	—	Não determinável
52	Morro da Vela = Castelo de Refojo de Riba de Ave (b)	—	—	Sim	Sim	Nobreza
53-54	<i>Castro de Moraria</i>	—	—	Sim	Proposta	Nobreza (Proposta)
55	<i>Castro que fuit de Floila</i>	—	—	Sim	Proposta	Nobreza (Proposta)
56	Reduto medieval de São Marçal	Proposta	Proposta	Proposta	Proposta	Nobreza (Proposta)
57	<i>Castro de Bove</i>	Proposta	Sim	Sim	Proposta	Particulares (Proposta)
58	<i>Atalaia</i> de Farilhe	—	Proposta	Proposta	—	Não determinável
59	<i>Castro Arauca</i> (Valinhas)	Proposta	Sim	Sim	Sim	Nobreza
60	Castelo de Carvalhais	Proposta	Sim	Sim	—	Nobreza (Proposta)
61	Castelo de Monte Coruto	Proposta	Proposta	Proposta	—	Nobreza (Proposta)
62	<i>Kastro Alvarenga</i>	—	—	Sim	Sim	Nobreza
63	Outeiro do Castelo	—	—	Sim	Sim	Nobreza
64	Castro de Ovil	—	—	Sim	—	Particulares (Proposta)
65	Castro Recarei	Proposta	Sim	Sim	Proposta	Particulares (Proposta)

(continua na página seguinte)

N.º	Elemento defensivo	Século IX	Século X	Século XI	Século XII	Proprietário (séculos IX-XII)
66	<i>Mons Castro Calbo</i>	—	Proposta	Proposta	—	Particulares (Proposta)
67	<i>Mons Castro Utsella</i>	—	Proposta	Sim	—	Particulares (Proposta)
68	Torre de Esmoriz	—	—	Sim	Sim	Nobreza
69	<i>Civitas Sancta Maria</i>	—	Sim	Sim	Sim	Nobreza
70-71	<i>Castro/Civitas Portella</i>	—	—	Proposta	Proposta	Nobreza (Proposta)
72	<i>Mons Porrino</i>	—	—	Proposta	Proposta	Nobreza
73	<i>Castrum Antiquum/Castellum de Gaia</i>	Proposta	Proposta	—	—	Não determinável
74	<i>Castro Petroso</i>	—	Sim	Sim	Proposta	Nobreza (Proposta)
75	Castro de Seada	—	Proposta	Proposta	—	Nobreza (Proposta)
76	<i>Castruma</i>	Sim	Sim	Sim	Sim	Nobreza (Proposta)
77	<i>Almeara</i>	Proposta	Proposta	—	—	Não determinável

5.6. FONTES ESCRITAS E MATERIAIS

Todos os dados analisados acima são resultado de uma interpretação baseada em fontes escritas e materiais.

O dado mais surpreendente é a percentagem obtida a partir de fontes materiais: mais de 70% (contando também as propostas¹⁴⁹⁴). Por este motivo, a importância das escavações arqueológicas revela-se fundamental, quer para uma maior compreensão do fenómeno do encastelamento português quer para a obtenção de novas respostas sobre a tipologia dos elementos defensivos utilizados nos séculos medievais. Os documentos escritos, pelo contrário, não fornecem muitas informações sobre as estruturas fortificadas: a principal dificuldade na utilização destas fontes é distinguir entre os documentos que fazem menção consciente aos elementos defensivos enquanto tais (fornecendo informações adicionais, como a provável presença de uma prisão, nos casos do Castelo de *Penafiel de Canas* e do *Castrum Benevivere*¹⁴⁹⁵) e as que só podem ser considerados como fontes secundárias, em que a eventual estrutura fortificada é utilizada como referência puramente geográfica para indicar a localização das *villae* e das propriedades.

¹⁴⁹⁴ Em alguns exemplos, de facto, vimos como a interpretação de alguns vestígios ainda é incerta.

¹⁴⁹⁵ Ver as secções sobre Penafiel e Marco de Canaveses.

Tabela 15. Incidência das fontes escritas e materiais na documentação utilizada

Fonte escrita	21
Fonte material	19
Fonte escrita e material	24
Fonte material (proposta)	4
Fonte escrita (proposta) e fonte material	2
Fonte escrita e fonte material (proposta)	3
Total	73

CONCLUSÃO

UM TRABALHO *IN ITINERE*

Como em qualquer investigação sobre o passado, os resultados podem depender de um fator de casualidade e sorte ligado à descoberta de material de arquivo inédito, à sua análise e ao seu estudo, bem como à reinterpretação de documentação publicada e a novas informações obtidas através do contributo da arqueologia.

Um grande contributo para o estudo das estruturas fortificadas (mas não só) e do fenómeno do encastelamento poderá ser dado, se não pela edição de documentação inédita anterior às primeiras décadas do século XIII, pelo menos através do seu estudo. No entanto, do que verificámos pela análise de várias centenas de documentos inéditos do século XII, estamos convencidos de que estas fontes não poderão dar um contributo essencial para o debate sobre a castelologia portuguesa, com exceção dos documentos que, de forma indireta e secundária, reportam informações sobre fossos, torres ou outros elementos defensivos, bem como, eventualmente, mencionam castelos cabeça de terra, fornecendo-nos pormenores.

Novas informações poderão ser fornecidas pelos resultados de futuras escavações arqueológicas, importantes para o estudo dos elementos defensivos e extremamente necessárias para salvar muitos sítios arqueológicos (não só medievais) da ação destruidora das pedreiras. Além de alguns ténues vestígios trazidos à luz por escavações arqueológicas, apenas um castelo, ainda que fortemente modificado, chegou até nós: o de Santa Maria da Feira. Os resultados das escavações recentemente publicadas confirmaram-nos a importância de não parar a investigação, mesmo nas estruturas que parecem ter revelado todas as informações possíveis. Estamos convencidos de que a promoção de novas escavações trará surpresas interessantes e lançará mais luzes sobre a interpretação de várias localidades¹⁴⁹⁶.

Acrescente-se a isto os prós e contras das fontes escritas e materiais: com as primeiras, podemos obter informações adicionais sobre as estruturas fortificadas, tais como a natureza dos seus proprietários, algo que dificilmente poderíamos obter a partir de provas arqueológicas. Em alguns casos, conseguimos saber, através de documentação escrita posterior e na ausência de vestígios materiais, como estavam estruturados ou em que defesas se podiam apoiar. O mero registo documental nem sempre fornece uma localização precisa das estruturas fortificadas, ou quais os materiais utilizados na sua construção, informação que pode ser obtida a partir de fontes materiais. No entanto, as indicações saídas de fontes (escritas e/ou materiais) nem sempre são claras ou suficientes para determinar o tipo de elemento defensivo. Temos casos em que as estruturas defensivas são mencionadas em apenas um ou escassos documentos: embora estes registos escritos permitam saber da sua existência, não fornecem informações sobre as suas características. Noutros casos, porém, há problemas de interpretação das estruturas ainda existentes, que, tendo sofrido alterações profundas, nem sempre permitem uma análise arquitetónica e estratigráfica correta. Por vezes, só tomamos conhecimento das estruturas fortificadas através de fontes literárias (as «crónicas

¹⁴⁹⁶ TEIXEIRA, coord., 2017.

medievais»), amiúde alteradas pelas opiniões partidárias dos autores; outras vezes, notamos como algumas imprecisões devidas à utilização de documentação antiga e não facilmente verificável (muitas vezes porque desapareceu), podem ser transmitidas através da repetição de erros ao longo dos séculos.

Por último, alguns autores, e esta é uma situação que também se verifica noutras realidades europeias, têm estado dispostos a distorcer seletivamente certas informações com o objetivo preponderante de provar teorias infundadas ou de dar credibilidade a crenças populares que, de outra forma, não seriam suportadas. Tendo em conta o que precede, a presente investigação deve ser considerada não como a chegada, mas como a partida de um trabalho sempre *in itinere*.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DOS ELEMENTOS DEFENSIVOS NO TERRITÓRIO DA DIOCESE DO PORTO

Antes de mais, parece-nos útil sublinhar que a metodologia utilizada se revelou bem-sucedida. É por isso que acreditamos que pode ser utilizada para o estudo de outras regiões europeias. Se aplicada a áreas mais pequenas, pode fornecer muita informação para uma posterior reconstrução da história das fortificações em áreas maiores.

Tudo isto só será possível através de uma colaboração contínua entre profissionais de diferentes disciplinas, uma colaboração que, estamos certos, produzirá excelentes resultados quanto mais próximas forem as comparações, as trocas de dados e os pontos de vista. Este trabalho de equipa, partindo da análise dos casos individuais mais problemáticos, poderá conduzir a novas hipóteses e a novos resultados, esclarecendo muitas dúvidas e/ou propondo novas teorias.

Por esta razão, a nossa investigação contou com o contributo de arqueólogos e historiadores, estes últimos para comparar criticamente as interpretações da documentação escrita e as teorias formuladas a partir dessas interpretações. A análise dos dados apresentada no Capítulo 5 evidenciou as particularidades da área analisada, e que resumimos de seguida.

Uma primeira e limitada construção de fortificações militares ocorreu no território da diocese do Porto, na sequência da expansão do reinado de Afonso III e seus sucessores. Barroca, sobre estas construções primitivas, escreve que «deveriam ser estruturas muito rudimentares, com muros incipientes, aproveitando sempre que possível as facilidades concedidas pela morfologia do terreno para a defesa e onde desaterros artificiais acentuavam as diferenças de cota», e propõe a sua construção por iniciativa popular, na sequência da insegurança criada pela «Reconquista»¹⁴⁹⁷. Na verdade, em alguns casos, estas estruturas parecem fazer parte de uma linha de defesa ligada à expansão cristã para sul: é provável que a construção destas fortificações possa ser atribuída à vontade dos *comites*, a quem a monarquia confiara

¹⁴⁹⁷ BARROCA, 1990-1991: 91.

a tarefa de ocupar permanentemente novos territórios, subtraindo-os ao domínio muçulmano. Podemos concordar com a proposta de Barroca relativamente à construção de simples pontos de vigilância, úteis para avisar a população a tempo e permitir-lhe fugir em busca de refúgio. Sabemos que estes castelos militares eram de pequenas dimensões e que, por isso, não era provável que abrigassem as populações locais com os seus bens. Para responder a esta necessidade, eram precisas grandes estruturas, razão pela qual a população local reutilizou antigas fortificações proto-históricas — para alguns já na Antiguidade Tardia — com a função de castelos-recintos¹⁴⁹⁸. Muitas foram utilizadas apenas temporariamente, aproveitando as estruturas preexistentes sem as modificar ou melhorar, e apenas as renovando quando necessário. Estamos perante um grande problema: se considerássemos todos os possíveis abrigos temporários, não poderíamos excluir nenhum povoamento proto-histórico sem proceder previamente a escavações arqueológicas¹⁴⁹⁹. No entanto, estas escavações podem não produzir resultados úteis para a nossa investigação: como não são estruturas permanentemente habitadas, é pouco provável que encontremos provas da sua ocupação (basta pensar no facto de que a louça de madeira era frequentemente utilizada), exceto através da descoberta fortuita de armas ou moedas. Por outro lado, são muito raros os casos de reutilização como povoados fortificados, nos quais foi encontrado material cerâmico medieval, que indica uma mais provável ocupação estável.

Desde a ocupação do Porto (868), o território foi dividido em *civitates*, vastas unidades administrativas com diferentes tipos de fortificações no seu interior. O desmembramento das *civitates* levou a uma reorganização territorial, através de novas células mais pequenas (terras), que, na maioria dos casos, coincidiu com a construção de um castelo cabeça da terra confiado à nobreza local. Com a área em análise já pacificada no último quartel do século XI, tanto os castelos-recintos como os elementos defensivos e de vigilância que suportavam os castelos cabeça de terra foram perdendo a sua função: desapareceram lentamente sem deixar vestígios físicos (a não ser ténues), só sobrevivendo na memória toponímica. É precisamente a toponímia que se revelou mais um obstáculo do que uma ajuda, devido ao grande número de castros da Idade do Ferro que estão na origem de muitos topónimos atuais¹⁵⁰⁰.

Por fim, apresentamos algumas reflexões, comparando os nossos resultados com trabalhos mais recentes e, sobretudo, com a historiografia tradicional. Os estudos e as intuições de Almeida, continuados sobretudo por Barroca, revelaram-se (e continuam a ser) fundamentais para a castelologia portuguesa. Contudo, ao longo dos anos, têm apresentado algumas criticidades,

¹⁴⁹⁸ MATTOSO, *dir.*, 1992: 486-487; GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985: 57.

¹⁴⁹⁹ Para a nossa investigação, estes elementos defensivos, os abrigos temporários, são também de grande importância, mas é necessário distinguir, caso a caso e sem generalizar, a sua natureza. De facto, consideramos o fenómeno de encastelamento um tanto relacionado com as estruturas ativas. Julgamos que a análise da reutilização temporária de estruturas antigas merece um estudo à parte, em que o contributo da arqueologia é fundamental e prioritário.

¹⁵⁰⁰ MARIANI, 2020a. Ver também MARIANI, 2017b. Com base no trabalho de SILVA, 1986 (embora saibamos que tem quase quarenta anos e é suscetível de erros), e só para dar uma ideia, haveria quase cento e vinte castros nos territórios municipais analisados, um número que estamos convencidos que deve ser, de facto, superior.

na sequência da disponibilidade de nova documentação, tanto escrita como material. Assim, algumas teorias propostas revelaram-se questionáveis e alguns locais propostos como sítios de fortificação não se confirmaram¹⁵⁰¹.

Se, como vimos, nos últimos anos, estudiosos como Barroca, Santos e Lima admitiram «erros» ou fizeram alterações às suas propostas iniciais, algumas convicções mantiveram-se inalteradas. Muitas vezes, baseando-se apenas numa parte das fontes escritas (editadas), alguns estudiosos deparam-se com erros evidentes¹⁵⁰².

Ao analisar a arquitetura fortificada do tempo de D. Afonso I de Portugal, Barroca propõe o abandono, no primeiro quartel ou na primeira metade do século XII, de muitos dos que, seguindo Almeida, designa por «castelos rurais»¹⁵⁰³. Deixando de lado a diferente interpretação que demos a algumas destas (hipotéticas) estruturas fortificadas, a análise de nova documentação inédita, e de documentação publicada não utilizada, mostrou como algumas «sobreviveram» muito para lá da segunda metade desse século, corroborando a nossa proposta de as identificar não como elementos defensivos, mas apenas como pontos geográficos¹⁵⁰⁴.

Da leitura e análise dos documentos, parece que a menção de elementos defensivos deve, portanto, ser interpretada como uma informação secundária, com exceção dos raros casos em que a fortificação foi objeto de uma doação ou palco de um acontecimento particular¹⁵⁰⁵. A este facto há que acrescentar a importância de novas interpretações de material já publicado. Partindo do princípio da historiografia italiana do século XX que «nada é mais inédito do que o publicado», é preciso sublinhar a necessidade de uma releitura cíclica das fontes capaz de pôr em causa tradições historiográficas já enraizadas e consideradas axiomáticas¹⁵⁰⁶. Na verdade, a interpretação das fontes escritas do passado nem sempre pode ser inequívoca. Tal parece ser claro no caso da documentação portuguesa, em que a expressão *subtus/ad radicem mons* foi

¹⁵⁰¹ MARIANI, 2024. Este facto parece ser evidente nas obras posteriores de Barroca, em que não foram confirmadas algumas das fortificações sugeridas por Almeida. BARROCA, 2003b: *passim*.

¹⁵⁰² Ver, por exemplo, as nossas considerações no Capítulo 4 sobre CARMO, 2016. Além disso, o autor escreve: «Ou por que motivo a partir de 1163 deixamos de ter referências do tipo “subtus mons”? Julgamos que esta mudança não pode deixar de refletir um processo de desencastelamento, de abandono dessas estruturas fortificadas, e que não pode ser explicada por um abandono, súbito e ilógico, da utilização da topografia para localizar bens ou propriedades. Será algo a ter em atenção em capítulos seguintes, referentes aos dados retirados da análise da documentação» (CARMO, 2016: 36). O raciocínio sobre o processo de desencastelamento é mais do que legítimo, mas as expressões *subtus mons* não deixaram de ser utilizadas em 1163, como se pode facilmente verificar pela leitura dos dados apresentados neste livro. A decisão de utilizar apenas algumas das fontes escritas disponíveis revelou-se uma causa de imprecisões. O mesmo se pode aplicar aos estudos de Almeida, em que a utilização de apenas alguns dos documentos pode, muitas vezes, ter limitado a visão e a interpretação do arqueólogo sobre o fenómeno do encastelamento.

¹⁵⁰³ BARROCA, 2017b: 130-134. Naturalmente, consideramos normal propor ideias e teorias com base nos dados de que dispomos quando se desenvolve uma investigação (é, aliás, também o nosso caso), mas parece-nos claro que mostrámos como se deveria começar por analisar toda a documentação, se não até à reforma de 1287, pelo menos até às primeiras décadas do século XIII, incluindo todos os inéditos. Um trabalho que requer tempo e energia e que esperamos retomar no futuro, se nos for dada a oportunidade.

¹⁵⁰⁴ Ver o que escrevemos nas secções dedicadas às fortificações — ou assim consideradas — presentes nos concelhos de Penafiel, Baião e Marco de Canaveses, nos capítulos 3 e 4.

¹⁵⁰⁵ Ver o que escrevemos sobre os castelos de Avioso, Beniver e Baião (Capítulo 3).

¹⁵⁰⁶ CARMINATI, MARIANI, 2020: 132. Ver também MARIANI, 2024.

interpretada pela historiografia tradicional com um conceito de subordinação política e militar¹⁵⁰⁷. Se, inicialmente, não foi possível pronunciar-se a favor ou contra esta teoria¹⁵⁰⁸, após ter chegado à conclusão desta investigação e depois de uma nova e cuidadosa análise direta das fontes, é evidente que o seu significado se aplica, na maioria dos casos, apenas à esfera das referências geográficas.

Acrescentemos uma reflexão: um grande problema, ou melhor, o problema é o da percepção dos homens medievais em relação às evidências da Antiguidade que os rodeavam. Não é claro, de facto, se a presença na documentação do termo *castro* indicava apenas uma recordação, que permaneceu na memória da toponímia local, ou se se referia a estruturas ainda ativas, ou apenas a vestígios.

Outras questões se colocam a partir desta consideração: porque não se utiliza uma terminologia específica para os elementos defensivos, terminologia que, como vimos, não é desconhecida já em documentos do século X, como a doação do castelo de Guimarães? Porquê utilizar os termos *mons* ou *alpe* para indicar estruturas fortificadas e não lhes dar simplesmente um significado de referência espacial? Não somos os únicos a fazer estas perguntas e a levantar estas dúvidas¹⁵⁰⁹.

Já no início dos anos de 1990, Beirante assinalava que os castros mencionados na documentação entre os séculos IX e XI (contida nas *Diplomata et Chartae*) eram utilizados como pontos de referência para a localização de bens fundiários, mas não referiam qualquer dependência política desses bens¹⁵¹⁰. A mesma autora acrescenta que o fenómeno do encastelamento em Portugal, sobretudo nos séculos X-XI, parece limitar-se à mera reutilização de fortificações proto-históricas¹⁵¹¹. Discordamos deste ponto: a análise da documentação escrita e material mostrou que há casos, talvez já no final do século IX e de certeza no século X, em que se regista a presença de fortificações puramente medievais. Pense-se no caso de Santa Maria da Feira ou no dos castelos de Arouca: embora existindo em locais onde é inegável a presença de uma ocupação muito antiga, estas estruturas surgem *ex novo*.

Posteriormente, Lima, Santos e, sobretudo, Marques manifestaram dúvidas sobre o que Almeida tinha proposto¹⁵¹². Barroca, comentando a proposta de Marques, por um lado,

¹⁵⁰⁷ Em BARROCA, 2017a: 202-203, o autor repropõe as teorias de Almeida, base de numerosos dos seus estudos.

¹⁵⁰⁸ MARIANI, 2020a.

¹⁵⁰⁹ MARIANI, 2024.

¹⁵¹⁰ MARQUES, *coord.*, 1993: 267-268. A lista de castros contém alguns erros, quer na interpretação da documentação quer nos próprios nomes dos castros e na sua localização. Verificamos também que alguns castros, que identificámos através da análise dos documentos publicados na DC, estão em falta.

¹⁵¹¹ MARQUES, *coord.*, 1993: 268-269.

¹⁵¹² «Expressimos então a convenção de que, em grande parte, pelo menos nos documentos mais tardios — desde finais do século XI, talvez ainda um pouco antes — as elevações que são utilizadas como pontos de referência o são porque efectivamente se destacam na paisagem. Quanto àquelas em que a orografia não parece explicar a sua utilização, é rara a identificação segura *mons*/fortificação. Tal identificação só é clara no que diz respeito aos castelos “cabeça-de-terra” e apenas nas décadas que se seguiram ao advento das unidades administrativas que os mesmos capitaneavam» (LIMA, 2004: 321); «as expressões “mons”, “montis” e “montem” designam também cadeias montanhosas de cota mais elevada, sem vestígios aparentes de ocupação humana» (SANTOS, 2005: 60). Conceito retomado alguns anos

admite que alguns casos do início do século XII podem ser considerados duvidosos e, por outro, defende as teorias de Almeida, segundo as quais a interpretação de uma dependência político-militar justificaria a utilização nas fontes dos montes que não estão fisicamente destacados pela altitude, em relação a *villae* e propriedades¹⁵¹³.

Teixeira retoma o que Almeida e Barroca propõem, mas sublinha, e bem, a importância do contributo da arqueologia, sem o qual não será possível obter um «conhecimento mais efectivo e concreto da morfologia, dimensões, materiais, técnica e soluções defensivas de cada uma destas fortificações»¹⁵¹⁴.

Carmo, partindo das reflexões de Almeida e Barroca, propõe outros casos:

*podemos igualmente questionar o porquê de, por exemplo, uma povoação como a de Megide, em Canelas, estar referida como «subtus monte Grande» (Monte da Virgem, Oliveira do Douro, Gaia) (BF 270) que tem cerca de 230 metros de altitude, quando tem a Serra de Negrelos mais próxima e cuja cota atinge os 243 metros?*¹⁵¹⁵

Respondemos à sua proposta lembrando que uma diferença de pouco mais de uma dezena de metros nem sempre era (e é) perceptível a olho nu, sobretudo em elevações cobertas por vegetação densa e cuja altura poderia alterar as suas verdadeiras dimensões. Uma consideração, esta, que pode ser utilizada noutros casos que apresentem pequenas diferenças de cota.

Carmo volta a sublinhar que não se pode basear no número de documentos que mencionam um sítio para determinar se este corresponde ou não a uma fortificação: só as escavações arqueológicas poderão dissipar estas dúvidas¹⁵¹⁶. Concordamos em parte: as escavações arqueológicas para o estudo dos elementos defensivos são uma necessidade incontornável¹⁵¹⁷, mas se, por um lado, existem situações em que os elementos defensivos são evidenciados por um único documento, por outro lado, confrontamo-nos de novo com o problema da expressão *substus*

mais tarde pelos autores da carta arqueológica municipal de Lousada, que acrescentam uma outra reflexão: «No entanto, nem sempre os dados arqueológicos parecem confirmar a tese documental [...] também no concelho de Lousada se verifica situação análoga, com um claro défice de dados arqueológicos relacionados com as referências a *mons* e *monte* [...] Ainda assim, serão relativamente comuns os exemplos de estruturas castelares identificadas a partir do estudo da documentação medieval» (NUNES, SOUSA, GONÇALVES, 2008: 49); «Ainda que a identificação entre montes e castros justifique a nossa opção de os considerar conjuntamente, não cremos, todavia, que este tipo de referências a montes remeta sempre para estruturas fortificadas. Isto porque não nos parece que “*subtus*” ou “*ad radicem*” impliquem necessariamente uma qualquer dependência de natureza político-militar. Além do mais, e este é o ponto que mais nos interessa ressaltar, verifique-se ou não esta dependência, tais expressões parecem-nos traduzir, na maior parte dos casos, uma relação topográfica» (MARQUES, 2008: 147-151 e, em particular, 149).

¹⁵¹³ BARROCA, 2017a: 204-205.

¹⁵¹⁴ TEIXEIRA, 2011: 205.

¹⁵¹⁵ CARMO, 2016: 36.

¹⁵¹⁶ «Mas o que pode diferenciar o Castro Aquilino (Vila Nova de Gaia), que tem apenas duas referências, do Monte Rotundo (Santa Maria da Feira), do Monte Quoto (de localização desconhecida) ou do Monte Petrosino (Vila Nova de Gaia), que também só possuem duas referências documentais? Apenas sondagens e trabalhos arqueológicos nos poderiam esclarecer um pouco mais sobre esta dúvida» (CARMO, 2016: 37).

¹⁵¹⁷ Embora, infelizmente, tenhamos verificado que, em muitos casos, as escavações, mesmo que sejam de grande interesse, não são concluídas, e as campanhas arqueológicas são encerradas passados apenas alguns anos.

mons, que não é suficientemente probatória da presença de elementos defensivos em comparação com um documento em que se menciona, pelo menos, um *castro*, porventura indicativo de uma fortificação construída *ex novo* ou de um povoado proto-histórico reutilizado, sem, como é óbvio, excluir *a priori* o seu valor toponímico em si. Em alguns casos, a proposta de identificar os montes mencionados na documentação com novas elevações, em comparação com as anteriores propostas, fornece uma nova perspectiva, apoiando o que propomos¹⁵¹⁸.

Também não negamos que, na documentação, se recorreu a *castros* reaproveitados, ou aos seus vestígios, como pontos de referência geográfica, como pontos «conhecidos» e não apenas por serem fortificações. Ainda hoje, ao analisarmos os mapas do CIGeoE, verificamos que nem todas as alturas estão identificadas com um nome. Isto, do nosso ponto de vista, justificaria a utilização, nos documentos, apenas de elevações conhecidas localmente, caracterizadas não só pela sua altura, mas também por algumas das suas particularidades: a presença de um castro, ou de um castelo cabeça de terra, ou de uma particularidade corográfica (um monte será «calvo» pela ausência de árvores, «pedroso» por ser mais rochoso, etc.).

Como também foi recentemente salientado por Barroca, há casos em que a toponímia local dá nomes diferentes à mesma montanha, tal como a diferentes cursos de água (como é óbvio, não os principais) assumem nomes diferentes em troços diferentes, consoante as aldeias que atravessam¹⁵¹⁹. De igual modo, esta é uma situação que se deve ter verificado na documentação medieval e que nos deve levar a fazer mais esforços para identificar os *montes* com nomes diferentes, para termos uma visão mais clara da situação, pensando mesmo em cartografá-los¹⁵²⁰. A análise das estruturas fortificadas individuais — ou propostas como tal — mostrou-nos casos que ainda não são totalmente claros: as dúvidas que lhes estão associadas podem (talvez) ser remediadas por escavações arqueológicas e estudos específicos adicionais¹⁵²¹.

Quanto à dependência militar e/ou política de uma localidade, a análise dos documentos evidencia que esta ocorre quando as *villae* e propriedades mencionadas são indicadas como pertencentes a diferentes *territoria* e *terras*. Se quisermos falar de uma clara dependência militar, iniciada com a criação das *civitates*, tal ocorrerá de forma clara a partir de meados do século XI, com a criação dos castelos cabeça de terra¹⁵²².

Gostaríamos de concluir com um último exemplo a favor da nossa proposta, que, repetimos, não exclui que certos elementos defensivos tenham sido mencionados na documentação não como tal, mas com um significado puramente geográfico.

¹⁵¹⁸ Ver, por exemplo, o que se propõe para o caso do *Monte Codal*, na secção relativa ao concelho de Vale de Cambra.

¹⁵¹⁹ BARROCA, 2017b: 132.

¹⁵²⁰ É possível obter dados significativos a partir da análise da documentação posterior, trabalho que mereceria estudos específicos.

¹⁵²¹ Desde o seu primeiro trabalho, Almeida reconheceu a importância de analisar cada caso individualmente através de uma monografia dedicada (ALMEIDA, 1978: 27). Mais tarde, o mesmo autor voltou a sublinhar a necessidade de estudar e classificar «montes, castros, penas, alpes [...] porque até os nossos dias, tudo era castrejo» (ALMEIDA, 1992: 384).

¹⁵²² Um exemplo claro é a documentação das primeiras décadas do século XII sobre o castelo de Santa Maria da Feira, à qual nos remetemos. Sobre os castelos cabeça de terra deste território, ver o recente MARIANI, 2021.

Este é o documento de janeiro de 1108, anteriormente analisado quando tratámos do *Mons Castro Catedral*¹⁵²³. Sabemos que a antiga *civitas Anegia* exercia o seu domínio tanto a norte como a sul do Douro: com a sua desagregação e o aparecimento das novas entidades de administração territorial, as coisas devem ter mudado. Consideramos que a referência a este *mons* não indica uma dependência militar, mas apenas uma indicação espacial, tendo em conta que a «dependência/subordinação» do porto fluvial do rio Paiva («et fer in illo porto de Pavia subtus mons Castro Catedral»), a sul do Douro, em *terra* de Paiva, a uma fortificação a norte do Douro, pertencente à *terra de Benviver*, não seria justificável de outra forma. Além disso, seria invulgar que, se se falasse de subordinação político-militar, um tal porto fluvial não estivesse «sob» o «Castelo da ilha» (independentemente de ser ou não considerado cabeça de terra da *terra de Paiva*).

Por último, para acrescentar outras considerações a um contexto europeu, poderíamos referir a situação analisada por Toubert para o sul do Lácio (uma região no centro de Itália), onde vemos a iniciativa dos senhores locais (eclesiásticos) para controlar as populações e as suas atividades económicas¹⁵²⁴. Um processo que, em Portugal, segundo Almeida, só ocorreu a partir do século XIII, sem, no entanto, excluir a possibilidade de o primeiro encastelamento português (séculos X-XI) ter sido também motivado por razões económicas¹⁵²⁵.

UM OLHAR PARA O FUTURO

A recolha e a análise destes dados permitiram-nos criar uma base de dados que nos dará a possibilidade de alargar o nosso trabalho no futuro, também com o contributo das novas tecnologias. Estamos convictos de que os dados recolhidos não devem ficar apenas ao alcance dos «iniciados», mas devem também ser utilizados para levar o conhecimento sobre as estruturas fortificadas ao grande público, de uma forma direta, moderna e apelativa.

Consideramos um ponto alto da nossa investigação ter proposto mapas divididos por séculos e indicando as diferentes tipologias aplicáveis às estruturas fortificadas, embora estejamos conscientes de que são suscetíveis de erro. Estes mapas podem ser complementados com mapas interativos, integrados com reconstruções (também) 3D de alguns elementos defensivos e, sempre que possível, com tecnologia AR (realidade aumentada).

Os dados recolhidos podem permitir a criação de uma ou mais aplicações para diferentes dispositivos eletrónicos com sugestões de percursos¹⁵²⁶, virtuais ou não, distinguidos pelas diferentes características das fortificações.

Estes dados poderiam também ser utilizados para promover as estruturas fortificadas junto do público em geral, através de uma reconstrução histórica baseada em estudos sérios,

¹⁵²³ DP III 267 (07.01.1108). Ver também o parágrafo sobre Marco de Canaveses.

¹⁵²⁴ TOUBERT, 1973; 1995: 23-98.

¹⁵²⁵ ALMEIDA, 1992: 374-375.

¹⁵²⁶ Com base no que é proposto em DEL TREDICI, ROSSETTI, *coord.*, 2012.

com finalidade didática e não uma mera representação teatral (um grande problema na situação portuguesa)¹⁵²⁷.

Estes eventos podem também ser complementados por propostas de arqueologia experimental¹⁵²⁸. Embora o cenário fornecido por castelos ou sítios arqueológicos possa ter um grande impacto visual, acreditamos que estas atividades também podem ser realizadas em espaços mais neutros, como centros de interpretação arqueológica e museus.

¹⁵²⁷ Como foi referido em algumas das nossas comunicações, por exemplo: *A promoção da História para o «grande público» através de Living History e Arqueologia Experimental* (aula — FLUP, 18 abril de 2018, a convite da professora Costa Pinto, a quem agradecemos a oportunidade); *The promotion of cultural heritage through historical re-enactment and experimental archeology: the Association EmCadeamentos (Encontro Património(s), Arte(s) e Turismo Cultural*, Porto, 17 de maio de 2018, a convite da organização); *Nuove frontiere della ricerca: archeologia sperimentale e living history come mezzo di promozione del patrimonio storico culturale (International Medieval Meeting*, Lleida, 25 junho de 2018); *Re-Enactment and Medieval Studies, III: Problems and Potential — A Round Table Discussion (International Medieval Congress 2018, Leeds*, 4 julho de 2018, a convite da organizadora da sessão); *Memorie di un reenactor. Sperimentazioni, sfide e (alcuni) risultati* (Laboratorio di Archeologia Sperimentale 2021, Università di Verona, 6 maio de 2021, a convite da professora Migliavacca) e *Novas fronteiras do turismo arqueológico: living history e arqueologia experimental como meio de promoção do património. Algumas propostas da APPA-VC* (Jornadas do Turismo Arqueológico, Mirandela, 17 junho de 2022).

¹⁵²⁸ A recreação histórica (ou *living history*) é a atividade com a qual se pretende repropor acontecimentos ou situações de épocas passadas, a fim de divulgar a história através de uma espécie de «documentário vivente». A arqueologia experimental, por outro lado, designa a investigação (também a nível académico) de materiais, utensílios e técnicas do período considerado, com o objetivo de aumentar o conhecimento e preencher as lacunas deixadas pela arqueologia tradicional. Dedicamo-nos internacionalmente, no primeiro caso, desde 2003, e, no segundo, desde 2008, através de vários projetos desenvolvidos pessoalmente e principalmente com as associações APS Popolo di Brig (Vimercate, Itália) e APPA-VC (Vila do Conde, Portugal), além de ser, desde maio de 2024, e depois de três anos como *auditor*, membro do *board* da associação internacional EXARC (Holanda). Proferimos várias palestras sobre o tema, bem como participámos em numerosos eventos históricos, congressos e *workshops* em Itália, Portugal, Finlândia, Espanha, Inglaterra, França, Alemanha, Áustria, Eslovénia e Suíça.

OS DOCUMENTOS

PRINCIPAIS PONTOS DE REFERÊNCIA TERRITORIAIS¹⁵²⁹
E/OU POSSÍVEIS ELEMENTOS DE DEFESA

¹⁵²⁹ Apresentam-se, aqui, os documentos utilizados para analisar as diferentes estruturas fortificadas, ou tradicionalmente consideradas fortificadas. Obviamente, não constam todos os documentos mencionados no texto. São acrescentadas notas e observações consideradas úteis para explicar as nossas escolhas de identificação ou as razões pelas quais utilizámos — ou não — determinados documentos.

A NORTE DO DOURO

Amarante

Castro Sancte Marie/Sancte Crucis ripa Tamice			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LM 45=VIII (VMH 45, DC 420)	1059	Et in ualle Arrezosinos sub castro Sancte Marie ripa Tamice villa Ollarios (Et in ualle Adrezosinos sub castro Sancte Crucis ripa Tamice villa Oleiros)	Ollarios? Recezinhos (São Martinho, Penafiel) * Recezinhos (São Martinho) foi parte do antigo <i>concelho</i> de Santa Cruz de Riba Tâmega.
DR 17	25.03.1110	Menendo Venegas continens Sancte Cruce	
DR 18 * Falsificação	26.03.1110	Menendo Venegas continens castellum Sancte Crucis	
DR 20	24.07.1110	Petrus Pelagii continens Sancta Cruce	
DR 24	09.05.1111	Menendo Venegas continens Santa +	

Mons Castro Malo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 742	19.08.1090	in territorio Anegie subtus mons Castro Malo discurrere ribulo Ovelia in loco predicto in illa Pennellina	<i>Pennellina</i> (entre Marco de Canaveses e Amarante)?

Mons Campello			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 82	16.09.1143	et habet ipsa hereditate iacentja villa Frexeno subtus mons Campello territorio Braccarensis discurrere riuulo Tamice	Freixo de Baixo (Amarante)?

Mons Marancino			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/MSV/ /003/0002 3	1150	Discurrere rivolo Oilo iusta flumine Tamice subtus mons Marancino	<i>Oilo=Olo</i> (Amarante)

Mons Genestaxo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 8 (CCSP: 366-368)	13.01.875	Baselice Sancti Martini Episcopi, que est fundata in Villa de Suylanes, subtus mons Genestaxo, secus rivulum de Gallina, et flumen Dorio, territorio (territonio) Anegia	Soalhães (Marco de Canaveses)
LM 45=VIII (DC 420)	1059	Villa Ebrahennes integra. Villa Ahauones integra. Et sunt ambi ipse uille subtus monte Genestacio per suos terminos et cunctis prestacionibus suis	Bremes (Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses); Favões (Favões, Marco de Canaveses)? * Ao contrário de LIMA, 1993, atribuímos este documento ao <i>Mons Genestazolom</i> e não ao <i>Genestaxo</i> .
DR 101 (CMP 19)	28.07.1129	illa ecclesia Sancti Bartolomei [...] habet iacenciam in terra de Baiam rivo Ovuil territorio Portugalensi sub monte Genestazo	São Bartolomeu de Campelo (Campelo, Baião)

Baião

Castrum Baian			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 451	24.03.1066	in terra de Baian villa Tavalado et villa Maskinata et Villarello et villa Prato et villa Pausata et Villacova et Villa Castro et villa Ovuil subtus Penna Alba [...] et iacent ipsas villas território Portugale ripa ribulo Durio	Tabuado (Tabuado, Marco de Canaveses); Mesquinhata (Mesquinhata, Baião); Vilarelho (Ovil, Baião); Prado (Campelo, Baião); Pousada (Gove, Baião); Vila Cova (Gove, Baião); Castro (Gove, Baião); Ovil (Ovil, Baião)

(continua na página seguinte)

Castrum Baian			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 113	06.05.1103	in villa Agrellus circa castrum Baian discurrere rivulo Dorii iuxta monte Celtegan	Agrelos (Santa Cruz do Douro, Baião)? * Não identificado em LIMA, 1993: II, 53, em que se encontra <i>Agullus</i> e não <i>Agrellus</i> .
DP III 335 (LTPS 145)	23.09.1109	Egas Gonsendiz qui erat dominator et princeps terre illius et tenebat ipsa terra de Sancto Salvador et de Tendales cum alia multa in suo aprestamo de mano de illo comite domno Enrico * Segundo VENTURA, 1992: II, 997, nota 3, associando-a evidentemente à «alia multa» e apoiando-se nos documentos seguintes.	
DR 17	25.03.1110	Egas Gonsendiz continens Baiam	
DR 18 * Falso	26.05.1110	Egas Gondesindiz continens Baiam	
DR 24	09.05.1111	Egas Gosendiz continens Baiam	
DR 32	[10.05.1112]	A domno Egas Gonsendiz qui illa terra imperaverat	
DR 58	[1121-1128]	Egas Gonsendiz tenente Varyam	
DP IV 374	18.09.1123	in Amareli subtus mons Baian discurrere ribulo Auuile territorio Portugale	Amarelhe (Campelo, Baião)
DP IV 375	18.09.1123	in villa quos vocitant Amareli subtus mons Baian discurrere ribulo Auuile territorio Portugale	Amarelhe (Campelo, Baião)
DP IV 376	18.09.1123	in Amareli subtus mons Baian discurrere ipso flumen Durio	Amarelhe (Campelo, Baião)
DR 81	31.03.1128	Egas Gonsindiz continens Baiam	
DR 101	28.07.1129	illa ecclesia Sancti Bartolomei [...] habet iacenciam in terra de Baian rivo Ovuil territorio Portugalensi sub monte Genestazo	São Bartolomeu (Campelo, Baião)
LTPS 43	06.09.1131	In terra de Baian in villa Palacius	Paços (Campelo, Baião)
DR 209	19.05.1145	Ihannes Rana qui tenebat terram	

(continua na página seguinte)

Castrum Baian			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DR 180 bis	[1140-1162]	Don Mozo qui tenet Bayam et Penaguyam	
DS 2	[09].1175	Dominus terre Alfonsus Ermigiz	
DS 27	10.1187	Qui tenebat Bayam et Sancte Marie de Genestacio Alfonsus Ermigiz et Laurentius Gundiar prestameyro.	
INQ 1159, 1163, 1165, 1166, 1191b, 1193b	1175-1195	Afonso Ermiges de Baião tenens di Baião Donnus Alfonsus Ermigiz qui tenebat terram * De acordo com VENTURA, 1992: II, 998, nota 1.	
INQ 1149b, 1153b, 1163b, 1166a, 1167b, 1171b	(1195-1196)	Rui Mendes de Sousa tenens de Baião Rodericus Menendi quando tenebat terra * De acordo com VENTURA, 1992: II, 998, nota 2.	
DS 102	02.1197	Fernandus Fernandi tenens ipsam terram	
INQ 1160a	1258	Villa de Matis que jacet ad pedem castelli de Bayam	Matos (Ovil, Baião)

Pena Alba			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LM 45=VIII (VMH 45, DC 420)	1059	Item et in ripa Dorio ad radicem de Pena Alba idem uilla Citofacta ab integro per suos terminos et cum omnibus prestationibus suis, Villa Palacios que fuit de illo comite Exemeo Diaz ab integro per suos términos et prestationibus suis. Villa Sancta Leocadia sic uilla quomodo et ecclesia integra et cum omnibus prestationibus suis. Villa Nogueira integra per suos terminos et cunctis prestationibus suis. Villa laquintis integra. Villa Emilanes integra et ecclesia Sancti Iacobi apostoli integra. Villa Castro.	<p>Cedofeita, (Santa Cruz do Douro, Baião);</p> <p><i>Palacios</i>=Paço (Santa Leocádia Baião);</p> <p>Passos (Santa Maria do Zêzere, Baião) ou Paço (Covelas, Baião)</p> <p>*</p> <p>De acordo com LM</p> <p>Passos (Campelo, Baião)</p> <p>*</p> <p>De acordo com LIMA, 1993</p> <p>Santa Leocádia (Santa Leocádia, Baião)</p> <p>Nogueira (Mesquinhata, Baião)</p> <p>*</p> <p>De acordo com LIMA, 1993</p> <p>ou</p> <p>(Penha Longa, Marco de Canaveses)</p> <p>*</p> <p>A nossa proposta. No LM, é proposta como localidade do concelho de Cinfães.</p> <p>Caminho de Jacinto=Ladeiro (Santa Cruz do Douro, Baião)?</p> <p>Minhães (Grilo, Baião)</p> <p>Castro (Gove, Baião)</p>

(continua na página seguinte)

Pena Alba			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 451	24.03.1066	in terra de Baian villa tavoloado et villa maskinata et villarelio et villa prato et villa pausata et villa cova et villa Castro et villa Ovil subtus Penna Alba	Tabuado (Tabuado, Marco de Canaveses); Mesquinhata (Mesquinhata, Baião); Vilarelho (Ovil, Baião); Prado (Campelo, Baião); Pousada (Gove, Baião); Castro (Gove, Baião); Vila Cova (Gove, Baião); Ovil (Ovil, Baião)
DC 491	16.05.1070	villa Obil sup Penna Alva	Ovil (Ovil, Baião)

Alto do Castelo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
Ventura, 1992: II, 1034, nota 8.	1162	Alfonsus Ermigiz è dominator terre	
DS 27	10.1187	Qui tenebat Bayam et Sancte Marie de Genestacio Alfonsus Ermigiz et Laurentius Gundiar prestameyro.	

Monte Celtegan			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 113	06.05.1103	in villa Agrellus circa castrum Baian discurrente rivulo Dorii iuxta monte Celtegan * Se em PD III 122 <i>villa Celteganos</i> =Santegãos (Gondomar), poderíamos supor uma corrupção de <i>Celtegan</i> . Não muito longe de Matos, o Google Earth mostra-nos a localidade (a cerca de 850 metros de altitude) de Santiago. Uma localidade que, no entanto, não encontramos indicada nos mapas do CIGeoE. Se a existência desta localidade fosse confirmada, poderíamos pensar na existência de uma <i>Villa Agrellus</i> no território de Viariz.	Agrellos (Santa Cruz do Douro, Baião) ou <i>Agrellus</i> (Viariz ou Loivos do Monte, Baião) * As nossas propostas. Não identificado em LIMA, 1993: II, 53, onde se encontra <i>Agullus</i> e não <i>Agrellus</i> .

Monte Marano			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CCSP: 1-3	15.08.1115	Inde ad montem marantis	Serra do Marão
LF 205 (DP IV 99)	02.08.1119	in ipsa Arrancata deinde in Parata deinde in Sautelo deinde in Viariz et aliis locis ubi illam potueritis invenire ab illo monte Marano in Valle Perum	Arrancada e Parada (Tresouras, Baião); Soutelo (Santa Cruz do Douro, Baião); Viariz (Viariz, Baião)
CCSP: 3-5	02.03.1120	inde ad montem maraonis, et per maraonem ad campanam fluuium	

Mons Toeraze			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DR 32	[10.05.1112]	mea ecclesia vocábulo Sancta Leocadie que vocitant Palatjos [...] et habet iacentja subtus mons Toeraze discurrente ribulo Galina et flumen Dorio	Santa Leocádia (Santa Leocádia, Baião)
DR 307 (CMP 222) * Falso	1170	et spartit Sancta Maria cum Toeraz	

Felgueiras

Mons Sancto Felice			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
AMARAL, 1806: 187.	26.12.1052	in villa Varzenela subtus mons Sancti Felis discurrente rivulo Sauza	Varziela (Felgueiras)
LM 45=VIII (VMH 45, DC 420)	1059	Et in Sausa ad radice montis Sancto Felice de Felgeiras Rubeas villa Platanoso	Padroso (Margaride, Felgueiras)
MOREIRA, 1971b: 344.	1144	Sancta marina [...] felgueiras subtus mons sancto felice discurrente ribulo Sausa territorio bragala	Pedreira (Felgueiras)

Mons Sancti Simonis			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MOREIRA, 1971b: 358.	1143	Sancta Marina subtus mons Sancti Simonis discurrente rivulo Sausa territorio braccarensis	Pedreira (Felgueiras)

Monte Sancte Crucis			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DR 35	1112	Hermita de Sancta Cruz	
DR 253 (CMP 174)	1155	Cauto de Palumbario sub monte qui dicitur sancte crucis territorio braccarensi discurrentibus aquis ad flumen Avizela	

Alpes Unione			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LM [68] (DC 138; VMH 17)	06.07.983	in loco nuncupato Morarie fundo inter bis amnes utrasque Aues siue et inter duorum alpes Unione et Caballorum montes suburbio Braccarense	Unhão (Felgueiras) * Pode estar a norte do Ave e, portanto, fora da nossa zona de investigação.

Mons Sancti Genesi			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 365	22.07.1123	in villa Frigida [...] subtus mons Sancti Genesi discurrente rivulo Avizela	Vila Fria (Felgueiras)

Gondomar

Castro Gundemari			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 368 (DC 75)	25.12.957	in villa Sunilani, subtus monte Gondemir, territorio Portugalensis, secus flumen Durio	Sevilhães (Rio Tinto, Gondomar)
LP 515 (DC 153)	05.08.987	in villa Sunlani, territorio Portugalensis, subtus monte Gundemar, ribulo flumen Dori	Sevilhães (Rio Tinto, Gondomar)

(continua na página seguinte)

Castro Gundemari			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 517 (DC 170)	06.04.994	in villa Sunilani et Baquini, subtus alpe mons Gundemari, discurrente ribulum Campaniana, prope fluvio Durio, territorio Portugal	Sevilhães e Baguim (Rio Tinto, Gondomar)
LP 200 (DC 173)	04.03.995	in villa que vocitant Sunilani, territorio Portugalis, rivulo Campaniana, subtus castro Gundemari, secus flumen Durio	Sevilhães (Rio Tinto, Gondomar)
DC 365	06.04.1048	subtus Castro Gondemari terrio Portogalensis discurrantis ribulo Paramio. Et abet ipsa villa iacentia in loco predicto Paramio et Cazomanes	Paranhos (Porto) <i>Cazomanes?</i>
DC 409	01.04.1058	est ipso monesterio fundato in villa campaniana sub alpe castro Gondemari discurrente rribulo Campaniana terretorio Portugal prope flumen Doiro	Campanhã (Porto)
LTPS 12 (DC 441)	09.07.1064	nostra racio de Athanes prope flumen Dorii flumen maris territorio Portugal subtus mons Gondemar	Atães (Jovim, Gondomar)
DC 469	12.09.1068	in villa Gondemari subtus ipso castro Gondemari territorio Portugalensis discurrente ribulo qui dicent Rial	Gondomar
DC 493	1070	in villa Zebralio et abe iacentia in loco predicto inter Durio et Sausa subtus monx Cudemari teritorio Portocalense	Zebreiros (Sousa, Gondomar)?
DC 818	08.04.1095	in villa quos vocitant Gondomar subtus montes Castro Gondomar discurrente flumine Durio territorio Portugalense	Gondomar
DC 874 (SSJ 44)	08.04.1098	in villa que vocitant Gondemar secus montes castro Gondemar discurrente flumen Durio teritorio Portugalense	Gondomar
SSJ 82	27.06.1130	et abet jacentja ipsa ereditate substus kastro Gondemar terredorio Portugalensis discurrtem ribulo Durio in loco predicto in villa que vocitant Pinario justa quintana de Gondemari	Pinheiro de Além ou Pinheiro de Aquém (Valbom, Gondomar) * E não Pinheiro, Penafiel, como proposto no SSJ 82.
SILVA, 2006: 169. ADP. Cart.º Cab., Liv. Originals, 1688 (30) fl. 22.	3. 1143	iuxta castrum Gondemar in villa que dicitur Quintanella	Quintela (Gondomar, Gondomar)

Mons Kastro Malo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 146	22.11.1120	in villa Baquim suctus mons kastro Kastro [sic] Malo discurrente rivolo Kampaniana prope flumen Durio teritorio Portugal	Baguim do Monte (Gondomar)

Mons Monte Altum			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 114	15.02.1120	et abet ipsa erediatae in iacentja subtus mons Monte Altum discurrente rribulo Campaniana terradorio Portugalensis in villa que vocitant Bagim	Baguim do Monte (Gondomar) * Baguim do Monte é uma freguesia de Gondomar, e não do Porto como proposto em BARROCA, 2017a: 208.
DR 109 (CMP 26) * Falso	26.06.1130	Montem Altum	São Pedro da Cova (Gondomar)
PT/TT/MAMP- -MSCRT/001/ 0002 13	1157	In Villa Valongo [subtus mons Alto] teritorio Portugalensis discurrente rivulo Ferreira	Valongo (Valongo)
SILVA, 2006: 171. ADP. Cart.º Cab., Liv. Originais, 1671 (13), fl. 6	12.1159	de hereditate [...]mus in teritorio de Gondemar; Damus etiam cum suis terminis novissimis et antiquis quomodo dividit per Montem Altum et per Azevedu de inde per foz de illo esteiro de Campaniana et finit in Dorio et per Dorium ad portum de Avintes de inde ad foz Sausa et dividit per illa lomba de Trasileriz iuxta illud cautum de Sancto Pedro de Cova et finit in ipso [M]onte Alto a quo incepimus	Vários territórios entre Gondomar e Campanhã.
SILVA, 2006: 171. ADP. Cart.º Cab., Liv. Originais, 1670 (12), fl. 24.	06.1160	et habet iacentia heredita <s> ipsa in Bouza Couva et in Quintanela et in Quintana et in Gondemario et in Sancto Michaeli et in Vallebono. [...] Damus etiam cum suis terminis [...] Montem Altum et dividit per terminum de Manariz deinde per Azevedo et per focem de illo esteiro de Campaniana et finit in Dorio et per Dorium ad portum de Avintes deinde per illum fontanum de Guenar et per Portelam de Jovin et per illam Lomba de Trasariz iuxta illud cautum de Sancto Pedro de Couva et finit in ipso Monte Alto a quo incipit.	Vários territórios entre Gondomar e Campanhã.
PT/TT/MAMP- -MSCRT/001/ 0002 14	1161	Hereditas habeat iacentia in villa que vocat Baguim Superiori et Inferiori subtus montem Altum discurrente rivulo Scoutoso [?] teritorio Portugalensi	Baguim do Monte (Gondomar)

(continua na página seguinte)

Mons Monte Altum			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/MAMP- -MSCRT/001/ 0002 17	1164	Villa Sovilanes [...] subtus mons Alto discurrente ribulo Campannia territorio Portugalensis	Sevilhães (Rio Tinto, Gondomar) * Anteriormente, este local estava «sob» o <i>Castrum Gondomari</i>

Monte de Covis			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DR 109 * Falso	26.06.1130	Monte de Covis	São Pedro da Cova (Gondomar)

Cima de Guardial			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DR 109 * Falso	26.06.1130	Cima de Guardial	São Pedro da Cova (Gondomar)

Mons Petras Veiras/Vetras (?)			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/MAMP- -MSCRT/001/ 0002 3	1133	quod est situm secus flumen Campania in villa quo vocitant Cresconianes subtus mons Petras Veiras/ Vetras	Mosteiro de Rio Tinto (Gondomar) <i>Cresconianes</i> (Gondomar)?

Mons Saxo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/MAMP- -MSCRT/001/ 0002 11	1146	In villa que vocitant Ribulo Tinto subtus mons Saxo territorio Portugalensis	Rio Tinto (Gondomar)

Lousada

Mons Calvelo/+ Kavallos			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 373	16.10.1049	casal de Cacavelos de riba de Sausela [...] jacencia inter Sausa et Sauzela, subtus mons Calvelo, discurrente ribulo Sausa, territorio Purtugalense	Carcavelos (Lustosa, Lousada)?
LM 45=VIII (VMH 45, DC 420)	1059	<p>Ipsa villa Aluarenga sicut illa obtinuit Petro presbitero cum suas ecclesias ab integro per suis terminis et cunctis prestationibus suis. Et de hereditate Odrocia et de Gondemaro medietate integra. Et de uilla de Gesilli que fuit de suo marito nomine Sotto medietate integra. Et de uilla Rezemondi medietate integra. Et ille agro que dicent tritical integro. Sunt ipsas villas sub monte Caluelo et in ripa riuulo Sause et quomodo diuident per termino de Molas et per uilla Mazanaria et cum Uillanoua et quantum ibidem fuit inter ipsas villas hereditates de domna Seniorina et quantas ibidem ad ipsas ecclesias testarunt alios homines.</p> <p>Et ex alia parte Sancto Ueressimo de Monte Caluelo, vila Molas, de ipsa villa IIII^a integra per suos termino<s>, et de villa Siluares IIII^a integra et de ecclesia Sancto Adriano IIII^a integra</p>	<p>Alvarenga (Lousada); <i>Rezemondi</i> (Lousada)?; Mós (Silvares, Lousada)</p> <p>*</p> <p>E não Vila Verde, como proposto no LM.</p> <p>Macieira (Lousada); Vila Nova (Pias, Lousada)</p> <p>Mós (Silvares, Lousada); Silvares (Lousada); Nevogilde (Lousada)</p> <p>*</p> <p>Santo Veríssimo de Nevogilde parece estar longe de <i>Mons Calvelo</i>. Que se trate de um monte homónimo a tão curta distância não é plausível, embora não se deva excluir <i>a priori</i> a existência de outro templo com a mesma dedicação.</p>
+DC 882	26.05.1098	<p>in villa quos vocitant Avellaneda subtus mons Kavallo discurrente rivulo Sausa territorio Portugalesis</p> <p>*</p> <p>Pensamos que esta única referência a <i>mons Kavallo</i> deve ser entendida como um <i>mons Calvello</i> mal escrito. De facto, nos documentos, encontra-se (<i>montes Caballorum/ Mons Cavallo</i>, situado em Conde (Guimarães), a norte de Vizela e não, certamente, no vale do rio Sousa.</p> <p>SANTOS, 2004: 102, propõe-no para o território de Penafiel.</p>	Aveleda (Lousada)

(continua na página seguinte)

Mons Calvelo/+ Kavallos			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 472	24.04.1114	in villa Nogaria [...] subtus mons Kalvelo discurrente rivolo Sausa territorio Portugallense	Nogueira (Lousada)
MA 18 (DP IV 145)	13.09.1120	territorio Portugallensis subtus mons Caluello discurrente riuulo Sausa villa et loco predicto quos vocitant Nugueira	Nogueira (Lousada)
DSV 58	04.08.1130	et habet iacencia ipsa hereditate in villa Nespereira subtus alpei mons Calvelo discurrente ribulos Sausa et Sausella territorio Portugallensis.	Nespereira (Lousada)
MMPS 37	03.1147	villa Nugaria de Sousa subtus mons Calvelo in terra de Lausada	Nogueira (Lousada)
MA 134	21.11.1169	in Villa Nova et habet iaccencia in Ribulo Moinos territorio Lausada subtus mons Calvelo discurrente ribulo Sausa	Vila Nova (Pias, Lousada); Rio de Moinhos (Covas, Lousada)
PT/TT/MSMV/A/M01 7	1170	Villa Aqua Levada [...] subtus mons Calvelo discurrente rivulo Avizela territorio Bracara	Água Levada (Santa Eulália de Barrosas, Vizela) * Até 1998, esta freguesia integrava o concelho de Lousada. Contudo, continua a fazer parte do território da diocese do Porto.
MA 135	10.04.1172	de vila Nousti subtus mons Calvelo discurrente ribulo Sousa territorio Bracarensis	Nuste (Aveleda, Lousada)
MA 139	02.1175	in villa Nousti subtus mons Kalvelo discurrente riuulo Sausa territorio Bracale	Nuste (Aveleda, Lousada)
LTPS 135	29.11.1177	In terra de Lausada ubi dicent Lamas [...] Avelaneda [...] Mazaneira [...] Nugueira et fingit in Sausa [...] subtus mons Calvelu discurrente rivulo Sausa territorio Portugallis	Lamas (Lodares, Lousada)?; Aveleda, Macieira e Nogueira (Lousada)
MA 143	11.09.1179	in loco predicto Villa Nova scilicet ipsum kasale que vocitant de Turre subtus mons Calvelo discurrente riuulo Sausa territorio Portugale	Vila Nova (Pias, Lousada)
MA 148	01.02.1189	in villa Nousti in ripa Sause et in Avelaneda sub monte Calvelo	Nuste (Aveleda, Lousada); Aveleda (Lousada)
MA 157 [CMM 104 (214)]	06.1193	kasalem de Cabo de Octava subtus mons Kalvelo discurrente rivulo Sausa territorio Portugal	Vila Nova (Pias, Lousada)

Mons Loba Mourisca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 156	1137	in villa de Arravaldi que est inter rivulo de Odres et de Palatiolo subtus mons Loba Mourisca territorio Portugalense	Arrabalde (Oliveira, Amarante)
INQ 602	1258	deinde ad Lumbam mouriscam quomodo partit Caydi cum Travanca	Caíde de Rei (Lousada)

Mons Exudrius			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/MSMV/A/M01 10	1181	In Obarrio [?] [...] subtus mons Exudrius discurrere ripa de Onione territorio Brachare * <i>Obarrio</i> =Barrosas	Barrosas pode ser Santa Eulália ou Santo Estêvão: a primeira é freguesia de Vizela, mas diocese do Porto, a segunda é freguesia de Lousada.
PT/TT/MSMV/A/M01 12	1188	In villa Barrosas subtus mons Exudrius discurrere ribulo Onjon territorio Bracara	Barrosas pode ser Santa Eulália ou Santo Estêvão: a primeira é freguesia de Vizela, mas diocese do Porto, a segunda é freguesia de Lousada.

Monte de Asinos			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 459	12.11.1113	Villa quod dicitur Bolio [...] illo fontano de Monte de Asinos [...] et postea descendit per illo vallo de lhoanne Aurifex et inde vadit pro ad illas petras	Bola (Nespereira, Lousada)?

Mons Pena Baesteira			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/MSMV/A/M01 13	1189	Villa Barrosas [...] subtus mons Pena Baesteira	Barrosas/Santa Eulália (Vizela)

Maia

Castelo de Amaia			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
AZEVEDO, 1974: doc. 1.	1003-1008	et abuit ipse Eirigo consilio que tradese castello de Amaia at Veila Gundisalvizi que era auidante in Sancta Maria [...] ad ipso castelo de Maia cum mauros et cum cristianos et predarunt ipsa terra de Doiro in Ave per feito de ipse Eirigo que ipso castello tradera	
LP 193 (DC 209)	31.08.1009	in presentia iudicis, hic in Amaia	
VENTURA, 1992: II, 1002.	1032	Gonçalo Trastemires da Maia é <i>tenens</i> da terra da Maia.	
DC 339	01.04.1045	villa de Parada [...] villa de Lucezes [...] subtus castro Amagia discurrante ribulo Leza territorio Portugalense	Parada (Águas Santas, Maia); <i>villa de Lucezes</i> —Vilar de Luz (Folgosa, Maia)?
DC 366 * Falso	16.04.1048	ad Osorio qui era sagione de parte de don Menendo	
DC 387	27.05.1053	Abuimus iudicio in presentia Menendo Guntsalbez et per sagioni Ermerigo	
DC 509	31.12.1073	in villa Rovordanus subtus Castru Amagiia territorio Portugalense discurrante ribulo Canpaniana in logo predictu Robordanus	Rebordãos (Águas Santas, Maia) * Esta localidade também aparece sob <i>Avenoso</i> .
DC 520	15.01.1075	in villa quos vocitant Vilar de Porcos territorio Portugalensi subtus castro Amaya discurrante ribulo Catavon	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde) * Esta localidade esteve sob os montes Faro e <i>Castro de Bove</i> ; depois, sob <i>Castro Avenoso</i> , e novamente sob o mons <i>Castro de Bove</i> .
VENTURA, 1992: II, 1002.	1085	Gonçalo Mendes da Maia é <i>tenens</i> da terra da Maia.	
DC 857	18.08.1097	ipsius monasterii Sancti Christofori quod est fundatum secus castrum Amaie discurrante flumine Durio in territorio et diocese Portugalense	Mosteiro de Rio Tinto (Gondomar)
VENTURA, 1992: II, 1002.	1100	Soeiro Mendes da Maia	

(continua na página seguinte)

Castelo de Amaia			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 20	24.04.1101	Et ipsa ereditate territorio Portukalensis et castrum Amaia discurrentis rivulo Campanana	Medanchelhe (Rio Tinto, Gondomar)
DP III 122	30.06.1103	Mea hereditate [...] in villa Celteganos et in Robordanos et in Quintana [...] et habet iacentja ipsa hereditas et ipsum cenovium ubi est concessa ipsa hereditas superius pretitulata subtus castro Amagje territorio et diocessi Portugalensis ecclesie decurrenre flumine Durio	Rebordãos, Santegãos e Quintão (Cete, Gondomar) * As últimas duas localidades não são identificadas em BARROCA, 2017a: 229.
DR 9 * Falso	01.08.1106	Domnus Pelaij Suarij principe de Maia	
DR 17	25.03.1110	Pelagio Suariz continens Amaia	
DR 18 * Falso	26.03.1110	Pelagius Suariz continens Amaiam	
DR 20	24.07.1110	Sugerido por VENTURA, 1992: II, 1002, nota 5. No documento, porém, não encontramos qualquer referência a <i>Pelagio Suarii</i> .	
DR 24	09.05.1111	Pelagio Suarii continens Amaia	
DP III 505	06.05.1115	mea hereditate [...] subtus castro Amaia discurrent[e] rivulo Campaniana territorio Portugalensi	Propriedade a sul do castelo da Maia?
DP III 517	18.11.1115	In terra da Maia * Proposto por BARROCA, 2017a, para integrar o <i>corpus</i> documental relativo ao castelo da Maia. Outros documentos mencionam a terra da Maia: LF 746 (01.05.1127); LF 761 (01.05.[1127]); CBF 126 (02.1155); LTPS 141 (1180).	Tardinhade (Gondomar)
DR 81	31.03.1128	Pelagius Suarii continens Amaia	
PT/TT/ MAMP- -MSCRT/001/ 0002 5	1141	In villa que dicitur Cresconianes subtus Castro de Maia territorio Portugalensi(s) discurrente rivulo supradicto de Campannania	<i>Cresconianes</i> (Medancelhe, Rio Tinto, Gondomar)
VENTURA, 1992: II, 1002.	1147-1169	Pero Pais da Maia * Proposto em VENTURA, 1992: II, 1002, nota 6.	

Kastro Avenoso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
Chronicon Conimbricense: 4	01.09.1038	Era M.a LXX.a VI.a Occisus fuit Gonsalvus Trastamiriz in Avenoso, kalendas septembris	
Chronicon Gothorum: 9	01.09.1038	Era MLXXVI.a calend. Septembris, Gundisalvus Trastamiriz occisus est in Avenoso	
DC 323	18.01.1043	in villa quos vocitant Laurario suptus Kastro monte Faro et Kastro cibidas Abenoso teritorio Portugalensis et abe iacentia ipsa villa inter Bostelo et Mandini discurrente arruio Ferari	Laurario (entre Gemunde e Avioso, Maia)?; Mandim (Barca, Maia), Bostelo?
DC 363	01.04.1048	in villa que vocitant Gemundi teritorio Portugalesis suptus castro Abenoso	Gemunde (Maia)
DC 364	02.04.1048	in vila Gemundi alfe montis Abenoso teritorio Portugallemse ribulo Utdi	Gemunde (Maia)
DC 452	26.03.1067	in villa Laurario subtus kastro Avenoso discurrente ribulo Avenoso teritorio Portugalensis	Laurario (entre Gemunde e Avioso?)
DC 454	01.05.1067	in villa Karvalido [...] et dividet cum Villar de Porcos et de alia parte cum villa Arones subtus Kastro Avenoso discurrente ribulo udi teritorio Portugalens	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde); Arões (Mosteiró, Vila do Conde); Carvalhido (Vilar de Pinheiro, Vila do Conde) * Estas localidades estavam anteriormente sob os montes Faro e Castro de Bove.
DC 456	11.06.1067	in villa Villar de Porcos in loco predicto ubi dicent Karvalido subtus kastro avenoso discurrente ribulo Udi teritorio [...] al	Carvalhido (Vilar de Pinheiro, Vila do Conde)
DC 465	05.07.1068	in villa Gemundi subtus Kastro Avenoso teritorio Portugalensis	Gemunde (Maia)
DC 466	05.08.1068	Ecclesia vogabulo sancti cosmadi qui est fundado inter villa Laurario et villa Gemundi [...] et abe iacentia suptus Kastro Avenoso teritorio teritorio [sic] Portugalensis	Gemunde (Maia); Laurario (entre Gemunde e Avioso?)
DC 467	19.08.1068	Eclesia nostra probria vogabulo sancti cosmadi que est fundando inter villa Gemundi et villa Laurario subtus kastro Avenoso teritorio Portugalensis	Gemunde (Maia); Laurario (entre Gemunde e Avioso?)
DC 475	04.01.1069	in vila Moraria subtus castro Avenoso discurrente rivulo Leza in logo predicto Carvalido	Carvalhido (Moreira, Maia)

(continua na página seguinte)

Kastro Avenoso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 507	11.10.1073	in villa Avenoso subtus Kastro Avenoso discurrente rribulo Avenoso in territorio Portugalensis	São Pedro ou Santa Maria Avioso (Maia)
DC 532	19.08.1076	in villa Karvalidu [...] et abe iacentia subtus Kastro Abenoso in territorio Portugalensis	Carvalhido (Vilar de Pinheiro, Vila do Conde)
DC 829	01.04.1096	in valle Villafrei [...] et abet iacentia subtus Castro Avenoso teritorio Portucalense discurrente rivulo Lavrugia	Guilhabreu (Vila do Conde) * Esta localidade é normalmente indicada sob o <i>mons Castro de Bove</i>

Mons Faro			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 262	23.02.1027	in villa Moraria subtus mons Faro discurrente ribulo Leza territorio portogalense	Moreira (Maia)
DC 266	29.01.1029	in vila quos vocitant Laureiro subtus mons Faro discurrunt rivolo Ferar	<i>Laureiro</i> (Maia)?
DC 267	28.05.1030	et abe iacentia ipsa ereditate in villa Karvalido et dividet ipsa villa con Villar de Porcos et de alia parte con villa Arones et de tertia parte con villa Gemundi subtus mons Faro discurrunt arrugio Uti territorio Portugalensis	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde); Carvalhido (Vilar de Pinheiro, Vila do Conde); Arões (Mosteiró, Vila do Conde); Gemunde (Maia)
DC 300	10.04.1038	In terminum Gemundi [...] subtus Montes Faro territorio Portugalemse discurrunt ribulo Uti	Gemunde (Maia)
DC 323	18.01.1043	in villa quos vocitant Lavrario suptus Kastro monte Faro e Kastro cibidas Abenoso teritorio Portugalensis et abe iacentia ipsa villa inter Bostelo et Mandini discurrunt arruio Ferari	<i>Lavrario</i> (entre Gemunde e Avioso, Maia)?
DC 331	18.01.1044	in villa Arones alpe monte Faro discurrunt rribulo Udi teritorio portugalmse probe lidore maris	Arões (Mosteiró, Vila do Conde)
DC 355	24.05.1047	in vila lemumdi teritorio Portugalensi subtus montes Faro non longe lidore maris	Gemunde (Maia)

(continua na página seguinte)

Mons Faro			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 411	14.08.1058	iacentia iusta domus Vila de Porcos [...] inter Gemundi et Vilar de Porcos discurente riivilo Udi teritorio Portugalense subtus mons Faro	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde); Gemunde (Maia)
DC 422	01.04. [1060]	in vila Gemundi subtus mons Faro discurente rivilo Eixatones probe lidore maris	Gemunde (Maia)
DC 427	22.10.1060	et avent iacentia ipisa vila in termino de Vilar de Porcos alfe montis Faro discurente ribilo Udi teritorio Portugalensis probe lidore maris	Carvalhido (Vilar de Pinheiro, Vila do Conde)
DC 482	18.07.1069	in villa Villar de Porcos subtus mons Faro terrioridorio [sic] Portugalensis	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DC 522	11.02.1075	in loco dicto Vilar de Porcus subtustus [sic] alpe mons Faro teritorio Portugalens sub lidore maris discurente ribulo Kadavo	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde) * Localidade que também se encontra sob outros montes.
DC 523	11.02.1075	at abe iacentia ipsa ecclesia in villa Vilar de Porcos subtus Kastro Faro discurente arugio Kadabom in teritorio Portugalensis	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DC 528	07.06.1075	in Villar de Porcos subtus mons Faro in teritorio Portugalensi	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DC 554	06.03.1078	in villa quos vocidant Arones subtus mons Faro teritorio Portugalensis	Arões (Mosteiró, Vila do Conde)
DC 597	18.08.1081	in villa Gemundi subtus monte Faro discurente ribulo Exatones teritorio Portugalensis prope litore maris	Gemunde (Maia)
DC 723	22.09. [1089]	in Vilar de Porcos [...] subtus mons Faro teritorio Portugalensis sub litore maris discurente rivulo Catavon	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DC 783	13.07.1092	baseliga fundata est cernitur in villa quod nonoccupat Moreira subtus mons Faro discurente ribulo Leza teritorio Portugalense	Mosteiro de Moreira (Maia)
DC 878	08.05.1098	in vila que vocitant Moraria subtus montes Faro teritorio Portukale discurente rivulo Leca probe litore mare in loquo predicto Refonteira	Refonteira (Moreira, Maia)
DC 879	08.05.1098	subtus mons Faro teritorio Portukalens prope litore maris discurente rivulo Udi in loco predictoo kasale de Aarones	Arões (Mosteiró, Vila do Conde)

(continua na página seguinte)

Mons Faro			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 78	19.07.1102	ereditate nostra propria quam abemus in territorio Portugal in loco predicto Vila Mandim subtus mons Faro discurrere rribulo Leca	Mandim (Barca, Maia)
DP III 106	14.03.1103	in villa quos vocitant Villar de Porcos ed anc pernominata Sumgemir subtus mons Faro discurrere ribulo Catavum teritorio Portugal prope lidore maris	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DP III 110	26.04.1103	de ereditate nostra propria que abemus de canantja in Villar de Porcos subtus mons Faro dicurente rivulo Cadavuon teritorio Portucalensis prope litore maris	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DP III 202 (SSJ 57)	01.12.1105	in villa quos vocitant Avelaeda subtus mons Faro discurrere ribulo Labruga terridoio Portugalensis	Aveleda (Vila do Conde)
DP III 313	20.12.1108	in villa quos vocitant de Porcos subtus mons Faro discurrere arugio Kabadon prope litore maris	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DP III 327	03.05.1109	in villa quos vocidant Vilar de Porcos subtus mons Faro teritorio Portuk al discurrere arrugio Kabadon prope litore maris	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DP III 373	31.03.1111	in vila quos vocidant Songimier [...] subtus mons crasto Faro discurrere ribulo Kadavon teritorio Portugalensis po [sic] litore maris	São Gemil (Vilar de Pinheiro, Vila do Conde) * Existe também um Sangemil (Águas Santas, Maia) que aparece sob o <i>mons de Bendoma</i> , embora perto do castelo da Maia.
DP III 380	01.10.1111	in villa quos vocidant Vilar de Porcos subtus mons Faro discurrere arugio Kadavon teritorio Portukal prope litore maris	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DP III 389	01.01.1112	in villa quos vocidant Villar de Porcos subtus mons Faro discurrere arugio Kadabon teritorio Portukal prope litore maris	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DP III 397	22.04.1112	in Vilar de Porcos subtus mons Faro teritorio Portugal discurrere arugio Kadavom probe litore maris	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DP III 420	29.01.1113	Villar de Porcos subtus mons Faro discurrere ribulo Kabadon teritorio Portugalense prope litore maris	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DP III 421	29.01.1113	Villar de Porcos subtus mons Faro discurrere arugio Kabadon teritorio Portugalense prope litore maris	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde)
DP III 428	28.02.1113	in villa que vocitant Moraria subtus mons Faro teritorio Portugalensis a prope litore maris discurrere ribulo Leza in loco predito [...]Jsta Quintanela	Quintanela (Moreira, Maia)?

(continua na página seguinte)

Mons Faro			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 436	29.04.1113	in Moraira in vila Quintanela subtus mons Faro discurrente ribulo Leza territorio Portugalense prope litore maris	<i>Quintanela</i> (Moreira, Maia)?
DP III 441	14.06.1113	in villa Moraria subtus mons Faro territorio Portugalensis ad prope litore maris discurrente rivolo Leza in loca [sic] predicto Quintanela	<i>Quintanela</i> (Moreira, Maia)?
DP III 442	23.06.1113	in villa Moraria subtus mons Faro territorio Portugal prope litore maris discurrente rivuolo Leza in loco predicto Refonteira	Refonteira (Moreira, Maia)
DP III 469 (MTM LXI)	31.03.1114	in villa Moraria in loco predicto Quintaella subtus mons Faro discurrente rio Leca territorio Purtukal prope litore maris	<i>Quintanela</i> (Moreira, Maia)?
DP III 471	19.04.1114	in villa quos vocitant Arones subtus mons Faro discurrente arugio Kabadon territorio Purtukal	Arões (Mosteiró, Vila do Conde)
DP III 509	27.06.1115	de villa Quirazi medietate integra territorio Portugalensis subtus castro Faro discurrente arugio Avenoso	Quiraz (Maia)
DP III 511	17.07.1115	in vila Vilaurei que vocidant Vila Pauca ad radice de monte Ansedo et iace inter Fleseno et Parada subtus mons Faro teredorio Portugalensis discurrere ribulo Laurugia	<i>Vila Pouca</i> (Guilhabreu, Vila do Conde); Guilhabreu (Guilhabreu, Vila do Conde); Parada (Guilhabreu, Vila do Conde) <i>Fleseno</i> =Freixo (Guilhabreu, Vila do Conde)
DP IV 18	07.08.1116	territorio Portugal subtus mons Faro discurrere rivolo Lexa in loco predicto villa Moraria	Moreira (Maia)
DP IV 115	23.02.1120	in villa Vilar [...] et habet iacentja territorio Portugalense, subtus mons Faro discurrere ribulo Labruia	<i>Vilar</i> (Vila do Conde)
DP IV 140	31.08.1120	in villa Moraria subtus mons Pharo discurrere ribulo Leza territorio Portugalense	Moreira (Maia)
DP IV 172	30.03.1121	et abet ipsa ereditate iace[n]tja in Mandim subtus mons Faro terridorio Portucalense discurrere arugio Advenoso	Mandim (Barca, Maia)
DP IV 187 (MTM LXXI)	30.06.1121	Vilarzin Aminideo [...] Guncalvi [...] Villa Nova [...] Paramio [...] subtus mons Faro discurrere rio Leza prope litore mare tota est inter Dorio et Ave	Paranhos (Porto) * Esta localidade também esteve anteriormente sob outros <i>montes</i> .

(continua na página seguinte)

Mons Faro			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 220	01.01.1122	in loco predicto quos vocitant Laureiru [...] subtus mons Faro discurrere ribulo Ferra terretorio [sic] Portugal	<i>Laurario</i> (entre Gemunde e Avioso?), Maia
DP IV 246	22.03.1122	in villa Laureiro subtus mons Faro discurrere ribulo Ferrar territorio Portugal prope litore maris	<i>Laurario</i> (entre Gemunde e Avioso, Maia)?
DP IV 362	09.07.1123	Avelaneta subtus mons Faro discurrenre arugio Cadavon in flumine Laurugia territorio Portugalensis	Aveleda (Vila do Conde)
PT/TT/MAMP- -MSCRT/ 001/0002 9	1144	Territorio Portucal subtus mons Faro discurrere ribulo Labruga	Maia ou Vila do Conde
MTM LXXXVII	08.07.1154	in villa quos vocitant Calvli [...] subtus mons Faro. Discurrere rivulo Labrugia prope litore maris territorio Portugal	<i>Villa Calvli</i> (Matosinhos, Vila do Conde, Maia)?

Mons Petras Rubias/+Mons Petrosso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 98	05.12.968	in villa que vocidant Moraria suptus montis Petras Rubias segus ribulo leza non longe lidore maris	Moreira (Maia)
+ DC 124	08.09.978	villa de moraria [...] abet iacentia ipsa villa discurrere ribulo leza subtus montis petrosso prope litore maris	Moreira (Maia); Couço (Moreira, Maia)
+ DC 161 * Não atribuída a este <i>corpus</i> .	27.02.991	in villa sancto martino subtus alpe petroso * Em BARROCA, 2017a, este documento é atribuído ao <i>Mons Petras Rubias/Petrosso</i> por ser proveniente do mosteiro de Moreira. Recordemos, no entanto, que, do arquivo de Moreira, saem documentos que também tratam de propriedades situadas a sul do Douro (ver, entre muitos outros, como exemplos, os DC 174, DC 177, DC 244, DC 328, DC 338, DC 404, etc.).	<i>Sancto Martino?</i> * Segundo CARMO, 2016, o documento deve ser atribuído ao <i>corpus</i> documental relativo ao <i>Castro Petroso</i> , de Vila Nova de Gaia, identificando a <i>villa Sancto Martino</i> com São Martinho de Arnelas (Olival, Vila Nova de Gaia).
DC 197 (MTM VIII)	02.02.1008	et est ipsa ereditate in villa que vocidant petrafitta in urbe portugalensis subtus alpe petras ruivas probe litore maris	Perafita (Matosinhos)
DC 458 (MTM XL)	11.12.1067	in villa quos vocidant Pedrafitia at abe iacentia subtus mons pedras rubias probe lldore maris [...] in terridorios Portugalensi	Perafita (Matosinhos)

(continua na página seguinte)

Mons Petras Rubias/+Mons Petrosso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 472	17.11.1068	in villa nuccupada quos vocidant Pedraficta in territorio Portugalensis subtus mons pedras rubias discurrente rribulo Lleza prope lidore maris	Perafita (Matosinhos)
DC 478	30.05.1069	et abe iacentia ipse acisterio inter Durio et abe subtus mons pedras rubias discurrente rribulo Leza territorio Portugalensis	Mosteiro de Moreira (Maia)
DC 481	10.07.1069	in villa Moraria subtus mons Pedras Rrubias discurrente rribulo Lleza territorio Portugalensis	Moreira (Maia)
DC 537	26.12.1076	in villa Moraria discurrente rribulo Leza subtus mons Petras rubias in territorio portugalensis	Moreira (Maia)
DC 539	21.01.1077	in villa Moraria discurrente rribulo Leza subtus mons Petras Rruvias terredorio Protokalensis	Carvalhido (Moreira, Maia)
DC 588	09.07.1080	in vila Moraria discurrente rivolo Leza teredorio Portugalensis subtus mons Pedras Ruvias	Moreira (Maia)
DC 594	25.03.1081	in villa Moraria discurrente ribulo Leza suctus mons Petra Ruvias teritorio Portucalensis	Moreira (Maia)
DC 661 (MTM XLIV)	04.05.1086	in vila Petrafitia suptus mons Petras Ruvias teridorio Portugalensis prope litore maris discuremte ribulo Leza	Perafita (Matosinhos)
DC 681	19.04.1087	Sancti Salvatoris qui est fundato in villa Moraria subtus mons Petras Rubias discurrente ribulo Lezza in territorio Portugalensi	Mosteiro de Moreira (Maia)
DC 706 (MTM XLV)	19.04.1088	villa nostra Moraria [...] et abet iacentia subtus mons Petras Rrubias discurrente ribulo Lleza territorio Portugalensis	Moreira (Maia)
DC 716	27.10.1088	qui est fundato in villa Moraria subtus mons Petras Rubias discurrente ribulo Lezza in territorio Portugalensis	Mosteiro de Moreira (Maia)
DC 717	11.12.1088	in loco predicto Moraria territorio Portugale discurrente rivulo Leza subtus castro Petras Rubias	Moreira (Maia)
DC 738	10.06.1090	in loco predicto Moraria terretorio Portugale discurrente ribulo Leza subtus castro Petras Rubias	Moreira (Maia)
+ DC 804	08.01.1094	in villa Causso suptus mons Petrouzus discurrente ribulo Leza territorio Portugalense	Couço (Moreira, Maia)
DP III 50	18.01.1102	et abet iacentja ipsa hereditate in vila quos vocitant Refronteira subtus mons Petras Ruvias territorio Portucalensis discurrente rivulo Leza prope litore maris	Refonteira (Moreira, Maia)
DP III 52	05.02.1102	in villa quos vocitant Couso subtus Petras Rubias discurrente ribulo Leza et flumina Durio territorio Portugalens	Couço (Moreira, Maia)

(continua na página seguinte)

Mons Petras Rubias/+Mons Petrosso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 144	30.11.1103	in villa quos vocitant Refronteira subtus mons Petras Ruvias discurrere rivulo Leca territorio Portugalense	Refonteira (Moreira, Maia)
DP III 287 (MTM LVII)	17.05.1108	in villa quos vocitant Pompilidi subtus mons Petras Ruuvias discurrere arrugio Labrugia prope litore maris	Pampelido Velho (Perafita, Matosinhos)
DP III 343 (MTM LVIII)	25.11.1109	in villa Pompilidi subtus mons Petras Rubias territorio Purtugal discurrere riu Leza prope litore maris	Pampelido Velho (Perafita, Matosinhos)
DP III 391	27.02.1112	in villa quos vocitant Moraria subtus mons Petras Ruvias discurrere rio Leza territorio Portugal prope litore maris	Moreira (Maia)
DP III 392	27.02.1112	in villa quos vocitant Moraria subtus mons Petras Ruvias discurrere rio Leza territorio Portokal prope litore maris	Moreira (Maia)
DP III 412	25.11.1112	in villa Moraria [...] in loco predicto subtus mons Petras Ruvias discurrere ribulo Leca teritorio Portokal prope litore maris	Moreira (Maia)
DP IV 55 (MTM LXV)	22.08.1117	in sacrosanto altario Sancti Salvatoris qui est fundato in villa Moraria subtus mons Petras Rubias discurrere ribulo Leza territorio Portugalense	Mosteiro de Moreira (Maia)
DP IV 128	27.04.1120	in Refronteira subtus mons Petras Rubias discurrere ribulo Leza territorio Portugalense	Refonteira (Moreira, Maia)
DP IV 160	22.02.1121	in villa Moraria subtus mons Petras Rubias discurrere ribulo territorio Portugalense	Mosteiro de Moreira (Maia)
DP IV 170	23.03.1121	in sacrosanto altario Sancti Salvatoris qui est fundato in villa Moraria subtus mons Petras Rubias discurrere ribulo Leza territorio Portugalense	Mosteiro de Moreira (Maia)
DP IV 287	29.09.1122	in Vilar de Porcus [...] subtus mons Petras Ruvias discurrere ribulo Leca teritorio Portugalense	Vilar do Pinheiro (Vila do Conde) Anteriormente também indicado sob outros <i>montes</i> .

Marco de Canaveses

Monte Aradrus/Aratrus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LM [23] (DC 134)	18.07.[982]	in villa fornus et habe iacentia inter tamiga et durio subtus monte de aradus	Fornos (Marco de Canaveses)
DC 345	01.03.1046	in villa Alarizi inter duo flumina Durio et Tameca territorio Anegia subtus mons kastro aratros	Ariz (Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Monte Aradrus/Aratrus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 358	29.08.1047	in villa Capanelas [...] in vila Senoselo [...] subtus montes Aratros territorio Aneia discurrerit flumen Dori	Capanelas e Senoselo (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 417	01.11.1059	ad cauce de illo Monte Aratros	Alpendurada e Matos (Marco de Canaveses)
DC 418	01.11.1059	larea mea que abeo ad radice Alpe Aratros	Alpendurada e Matos (Marco de Canaveses)
DC 419	01.11.1059	in Sancto Iohanne ad radice alpe Aratros discurrerit Durio	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 449	30.12.1065	inter Durium et Tamize prope Durium ad radix monte Aradus iusta lozello villar que vocitant Capanelas	Capanelas (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 450	1065 * Em LIMA, 1993: II, 108, é proposto [1096-1098].	ad Sancti Iohannis Baptiste que est fundato in ripa Durio ad radice montis Aratri	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 464	13.06.1068	quorum baseliga esse cernitur iuxta litus Durio prope flumen Tamige subtus mons Aradros iuxta villa Ordini et Cabanelas	Mosteiro de Pendorada, Ordonho e Capanelas (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 496	27.02.1071	in villa quos vocitant Viliulfus subtus alpe mons Aratrus discurrerit fluminis Durio territorium Anegie	Villa Viliulfus=Mosteiro (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 505	03.02.1073	baseliga esse cernitur iuxta litus Durio prope flumen Tamice subtus alpe mons et civitas Aratros [...] villa Ordini et Kapanelas orbe Anegie et territorium Portugalense	Mosteiro de Pendorada, Ordonho e Capanelas (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 512	14.05.1074 * Em LIMA, 1993: II, 109 é proposto [1104].	baselica fundata est in Villa Ordini subtus mons Aradrus [...] rivulo Dorio territorio Portugalense	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 534	29.09.1076	baselice [...] fundata subtus castro Aratros discurrerit flumen proprio Dorio	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 538	1076	basilice [...] situm est ... villa nuncupata Ordini e Capanelas in ripa flumen Durio subtus mons Aratros	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Monte Aradrus/Aratrus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 543	07.05.1077	que habemus subtus mons Aratos inter bis alvei Durio et Tamice territorio Portugaensis	Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 560	05.09.1078	baseliga esse videtur inter bis alvei Durio et Tamize subtus mons Aratrus	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 569	25.07.1079	Baselica fundata est in ripa Durio subtus mons Aratrus	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 579	02.04.1080	beseliga est fundata in ripa Durio a radice montis Aratris territorio Portukalensis urbis Anegia	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 610	1082	basilice esse cernitur subtus mons Aratos discurrente bis alvei Durio et fluvius Tamice quod est fundatus in loco predicto in villa Capannellas iuxta villa Ordoni orbe Anegia territorio Portugaensis	Mosteiro de Pendorada, Ordonho e <i>Capanelas</i> , (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 647	14.11.[1085]	in villa Parietis et loer. subtus mons Aratros inter bis alvei Durio et Tamize	Paredes (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 651	27.12.1085	besilice esse cernitur subtus mons Aratrus discurrente bis alvei Durio et Tamice quod est fundatus in loco predicto iusta villa Capanellas orbe Anegia territorio Portugaensis	Mosteiro de Pendorada e <i>Capanelas</i> (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 662	05.05.1086	ad monasterio [...] qui situm est inter bis alvei Durio et Tamice prope Ordonie iuxta villa Capanellas subtus mons Aratros territorio Portugaensis	Mosteiro de Pendorada, Ordonho e <i>Capanelas</i> (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 664	24.05.1086	ad aulam basilice Sancti Iohannis Babtista [...] situm est iuxta villa Cabanellas prope Ordoni inter bis alvei Dorio Tamice territorio Portugaensis subtus mons Aratros discurrente fluvius Durio.	Mosteiro de Pendorada, Ordonho e <i>Capanelas</i> (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 682	19.04.1087	baselica fundata est in ripa Durio subtus mons Aratrus inter Durio et Tamice territorio Anegia discurrente in ribulo Durio	Mosteiro de Pendorada, (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 689	03.09.1087	monasterio [...] situm est in villa Ordonii iusta Capanellas subtus mons Aratros discurrente bis alvei Durio et Tamice territorio Anegia	Mosteiro de Pendorada, Ordonho e <i>Capanelas</i> (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Monte Aradrus/Aratrus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 721	01.08.1089	baselica esse cernitur iusta litus Durio prope Tamice subtus mons Aratrus discurrente flumen Durio orbis Anegie territorio Portugalensis [...] in loco predicto quo vocitant Fornos a radice Aratri montis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses); <i>Fornos</i> (entre Ordonho e Magrelas? Marco de Canaveses)
DC 734	24.04.1090	Sancti Iohannis Baptiste qui est a radice montis Aratri	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 735	09.05.1090	baselice Sancti Iohannis Babtiste que est fundato ripa Durio subtus mons Aratrus territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 740 (MTM XLVIII)	16.07.1090	Sancti Iohannis quod est fundatum ad radicem montis Aratri	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 743	29.08.1090	qui est fundato in ripa Durio a radice montis Aratri discurrente in flumen Durio urbis Anegia territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
CMM 10 (DC 746)	04.01.1091	abba domno Eximino de Sancti Iohannis de Ripa Durio subtus mons Aratrus	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 749	18-22.04.1091	ad aulam baselize sancti Ihoanis Batiste qui est fundato in riba Durio ad radize montis Aratri discurrerentis flumen Durio urbis Anegia territorio Portugalemsis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 755	22.06.1091	baselice Sancti Iohannis Babtiste qui est fundato in ripa Durio a radice montis Aratri discurrente in flumen Durio urbis Anegia territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 764	23.11.1091	qui est fundato in ripa Durio a radice montis Aratri urbis Anegia territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 786	01.11.1092	que est fundato ad radice montis Aratri in ripa Durio	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 803	06.01.1094	ad Sancti Iohannis Babtiste de ripa Durio a radice Aratri montis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 810	10.08.1094	monasterio Sancti Iohannis qui est fundato inter flumen Durio et ribulo Tamica subtus mons Aratros iuxta villa que vocidant Ordoni	Mosteiro de Pendorada, Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Monte Aradrus/Aratrus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 837	29.10.1096	qui est fundata ad radice montis Aratri; in illo auterio ad radice montis Aratri discurrente ribulo Durio	Mosteiro de Pendorada e Outeiro (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 841	01.12.1096	qui est ffundatus in rripa Durio ad radicem montis Arati inter Durio et Tamice	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 854	17.05.1097	ipso loco fundato ad radice montis Aratri in ripa Durio et de alia parte Tamice territorio Portugalenseis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 863	01.11.1097	in villa quos vocitant Alarizi subtus mons Aradros discurrente rivulo Tamice	Ariz (Marco de Canaveses)
DC 888	24.11.1098	baselica fundata est in ripa Durio subtus mons Aratris inter Durio et Tamize territorio portugalense	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 909	11.04.1099	in loco predicto in litore fluminis Durio erga montem Aratrum	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 916	05.09.1099	Monasterio Sancti Iohannis Babtiste cuius ecclesia scita est secus flume Durii territorio et diocese Portucalensis ecclesie erga Castrum de Aratro	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 920	01.01.1100	in villa quos vocitant Cabanellas subtus mons Aratro discurrente ribulo Durio territorio Portugalensis	<i>Capanelas</i> (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 937	19.08.1100	fratribus cenobii Sancti Iohannis Babtiste quos est situs secus flumen Durii subtus monte de Aratro	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 944	18.11.1100	in villa Seti subtus mons Aratrus discurrente ribulo Durio de alia parte Tamice territorio Portugalense	Vila-Sete (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 3	02.01.1101	in villa Septi secus flumen Durio ad radicem montis Aratri territorio Portugalensis ecclesie	Vila-Sete (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 69	29.04.1102	et habet iacentja in villa quos vocitant Riu de Molinus [...] subtus mons Aradrus discurrente ribulo Tamice terridorratorio [sic] Portugalensis	Rio de Moinhos (Penafiel) * Note-se que esta localidade fica do outro lado do Tãmega.

(continua na página seguinte)

Monte Aradrus/Aratrus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 74	21.05.1102	Sancti Iohannis Baptiste Christi gloriosi martyris secus flumen Durii sub monte Aratri territorio et diocesse Portugalensis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 109	31.03.1103	Sancti Iohannis Baptiste quorum basilica fundata est in ripa Durio subtus mons Aratrus	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 113	06.05.1103	quorum basilica fundata esse dinoscitur in termino ville Ordonii ad radicem montis Aratri in litore fluminis Dorii et diocessi ecclesie Portugalensis	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 114	[16-31].05.1103	cenobio Sancti Iohannis Baptiste quod est situm secus flumen Durio ad radicem montis Aratri territorio et diocesse Portugalensis ecclesie	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 136	03.11.1106	Ecclesia uocabulo Sancti Pelagij martir qui est fundata inter Durio et Tamice subtus mons Aratros territorio et diocesi Portugalie	Igreja de São Paio de Favões (Favões, Marco de Canaveses)
DP III 229	05.08.1106	basilica fundata esse dignoscitur in loco predicto quos nucupant territorio Ordoni discurrente rivulo Dori ad radicem montis Aratri	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 240	31.03.1107	Sancti Ihoannis Babtiste coum basilica fundata est in ripa Durio subtus mons Aratus	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 243	19.04.1107	cimiterio sancti Iohannis cuius ecclesia fundata est in termino Ordoni ad radicem montis Aratri discurrente rivulo Dori	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 250 * Não utilizado em LIMA, 1993.	01.08.1107	in loco quos vocitant villa Ordoni ad radicem montis Aratri inter bis aluei Durio et Tamecam territorio et diocessi Portugalensi	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 253	22.09.1107	in villa Septi inter Durio et Tamicam subtus mons Aratrus territorio Portugalensis discurrente arrugio Ordoni	Vila-Sete (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 268	11.01.1108	Villa Septi suptus mons Aradros territorio Portugalense prope flumen Durio discurrente arrugio Ordoni	Vila-Sete (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 272	16.02.1108	et habet ipsa hereditate iacentja in villa quos vocitant Septi suptus mons Aradrus territorio Portugalensem discurrentem flumen Durio prope arrugio Ordoni	Vila-Sete (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Monte Aradrus/Aratrus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 273	21.02.1108	in villa Paredes subtus mons Aradros discurrente ribulo Tamize territorio Portugalense	Paredes (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 278	28.02.1108	et habet ipsa hereditate iacentja in villa Alariz [...] subtus mons Aradros discurrente ribulo Tamize territorio Portugalensem	Ariz (Ariz, Marco de Canaveses)
DP III 284	19.04.1108	basilica fundata esse dignoscitur in loco quos nucupant territorio Ordoni discurrente rivulo Dori ad radicem montis Aratri	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 320	05.02.1109	quorum baselica esse cernitur iuxta litus Durio prope flumen Tamice subtus [falta uma palavra, provavelmente é Alpe, cf. DC 505] e mons et civitas Aratros loco predicto iuxta villa Ordoni et <i>Capanelas</i> urbe Anegie et territorio Portugalense	Mosteiro de Pendorada, Ordonho e <i>Capanelas</i> (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 328	13.05.1109	in Villa Septi inter Durio et Tamice subtus mons Aratrus discurrente arugio Ordoni in flumine Durio territorio Portugalense	Vila-Sete (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 347	23.01.1110	ad aulam Sancti Iohannis Babtiste qui est fundatum in ripa Durio ad radicem montis Aratri in termino Ordoni territorio et diocessi Portugalensis	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 351	27.02.1110	ad aulam baselice Sancti Iohannis que sita ad radicem montis Aratri	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 418	25.01.1113	et habet ipsa hereditate iacencia in termino Ordoni in loco predicto quos vocitant Villar subtus mons Aratrus discurrente rivulo Dori territorio Portumgalensis	Vilar (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 427	13.02.1113	et habet ipsa hereditate iacencia in termino Ordoni in loco predicto sub illa ecclesia vocabulo Sancto Mameti subtus mons Aratri discurrente rivulo Dori territorio Portumgalensis	Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 429	03.03.1113	et habet ipsa heredeitate iacentja in termino Ordoni subtus mons Aratrus discurrente rivulo Dori territorio Portugalensis	Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 444	27.06.1113	baselice Sancti Iohannis Bapte qui est fundatus in ripa Durio ad radicem montis Aratri in termino Ordoni territorio Portumgalensis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 458	29.10.1113	Sancti Iohannis Babtiste quorum baselica fundata est in ripa Durio subtus mons Aratrus	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Monte Aradrus/Aratrus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 462	28.12.1113	ecclesia fundata est in termino Ordoni ad radicem montis Aratri discurrente rivulo Dori	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 476	15.06.1114	Sancti Iohannis Bapstiste cuius ecclesia fundata est in termino Ordoni ad radicem montis Aratri discurrente rivulo Dori territorio et diocessi Portugalensis	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 482	24.08.1114	quos nu[n]cupant territorio Ordoni discurrente rivulo dori ad radice montis Aratri	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 498	28.02.1115	in villa Quiladi [...] subtus mons Aradrus discurrente flumen Durio territorio Anegia	Guilhade (Marco de Canaveses)
DP IV 35	04.02.1117	monasterium Sancti Iohannis Bapstiste cuius ecclesia scita est secus flumen Durij territorio et diocense Portugalensis ecclesie erga castrum de Aratro	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 53	31.07.1117	baselica fundata est in Villa Ordoni subtus mons Aradros discurrente ribulo Dorio territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 61	26.12.1117	in loco quos numputant [<i>sic</i>] territorio Ordoni ad radicem montis Aratri discurrente rivulo Dori territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 66	12.04.1118	ad aulam baselice Sancti Iohannis cuius ecclesia fundata est in termino Ordoni ad radicem montis Aratri discurrente rivulo Dori territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 90	03.04.1119	Sancti Iohannis cuius ecclesia fundata est in termino ad montis Aradro termino Ordoni discurrente rivulo Dorio territorio diocesi Portugalense ecclesie	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 98	14.06.1119	Sancti Iohannis Bapstiste qui est fundatus ad radicem montis Aratri termino Ordoni discurrente rivulo Dori territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 109	17.11.1119	in vila Paredes subtus mons Aradrus discurrente ribulo Tamice territorio Benviver	Paredes (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Monte Aradrus/Aratrus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 118	28.02.1120	Sancti Iohannis Bapteste atque Evangeliste [...] qui est fundatus ad radicem montis Aratri termino Ordoni inter Durio et Tamize Et in Comprantes [...] subtus mons Aradrus	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses) Complentes (e Sabogueses) (Magrelos, Marco de Canaveses)?
DP IV 119	29.02.1120	baselica fundata [...] territorio Ordoni, discurrente rivulo Dori subtus mons Aratrus territorio et dioecessi Portugalensis ecclesie	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 137	09.08.1120	in villa Auterio termino de Ordoni territorio Portugalensis subtus mons Aratro discurrente ribulo Durio	Outeiro e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DR 52 * Não utilizado em LIMA, 1993.	[1120-1122]	id est de illa Piella et inde per radice de castro Arados	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 157	31.01.1121	baselica fundata esse dignoscitur in loco predicto quos nupant territorio Ordoni discurrente ribulo Dori ad radicem montis Aratri	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 199	19.09.1121	quorum baselica fundata est in villa quos vocitant Ordonio subtus mons Aradrus discurrente ribulo Dorio territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 200	26.09.1121	in villa Sabuueses in territorio Portugalensis subtus mons Aradros discurrente ribulo Dorio	Sabogueses (Magrelos, Marco de Canaveses)?
DP IV 204	23.10.1121	baselica fundata est in villa Ordonio subtus mons Aradrus discurrente rivulo Dorio	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 235	05.02.1122	ad aula Sancti Iohannis que est fundata ad radice castro et mons Aratri	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DR 65	08.01.1123	Illa varzenam de Comprantes [...] per cacumen de illo monte de Aradros deinde quomodo vadit per illam viam publicam de plantadizos et inde per directum ad montem	Complentes (Magrelos, Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Monte Aradrus/Aratrus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 311	14.01.1123	Sancti Iohannis Bapstiste qui est fundatus in termino Ordoni ad radicem montis Aradri territorio et diocessi Portugalensis discurrente ribulo Dorio; in illo aucterio discurrante arugio Ordoni et habet ipsa hereditate iacentja ad radicem ipsius mons Aradrus	Mosteiro de Pendorada, Ordonho, Outeiro (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
Diss. I, 37	12.04.1123	Et possessores Monasterii, vocabulo Sancti Iohannis Bapstiste, cujus ecclesia est fundata termino Ordini, secus flumen Durio, et Tamice, ad radice montis Aratri, teritorio et diocesse Portugalensis Ecclesie.	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 346	19.04.1123	in villa que vocitant Palaciolo territorio Portugalensis subtus mons Aradrus discurrente ribulo Tamice	<i>Palaciolo</i> (Marco de Canaveses)?
DP IV 380	13.10.1123	baselica fundata est in territorio Ordoni subtus mons Aradrus discurrente ribulo flumen Dorio in loco quo vocitant monasterium Sancti Iohannis	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 381	29.10.1123	Sancto Iohannis qui est fundatus in termino Ordoni ad radicem montis Aratri territorio et dio[ce]si Portugalensi	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0007 23	1126	Baselica fundata in termino Ordoni in territorio Portugalensis subtus montis Aradrus discurrente ribulo Dorio in loco predicto Sancti Iohanni	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0007 28	1127	Baselica fundata in loco territorio Ordoni subtus mons Aradrus territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0007 31	1128	Sancti Iohannis Bapstiste atque evangeliste et sancti salvatoris mundi et sanctorum apostolorum qui ibi sunt reconciliati per honore quorum baselica fondata est in loco territorio quo vocitant Ordoni subtus mons Aradrus discurrente ribulo flumen Dorio territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0007 33	1128	Villa Zeboiado [?] (de boiado?) [...] et de illa Pena de Sancto Martino [...] subtus mons Aradrus territorio Benviver discurrente flumen Dorio	Sebolido (Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Monte Aradrus/Aratrus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/ MSJBP/004/ 0007 34 Cópia do documento anterior (séculos XIII-XIV?).	1128	Villa Zeboiado [?] (de boiado?) [...] et de illa Pena de Sancto Martino [...] subtus mons Aradrus territorio Benviver discurrente flumen Dorio	Sebolido (Marco de Canaveses)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 4	1132	Villa qui vocitant Complentes subtus mons Aradrus territorio Benviver discurrente ribulo Durio	Complentes (Magrelos, Marco de Canaveses)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 9	1134	Aulam basilice Sancti Iohannis Baptiste cuius ecclesie fundata est in terminum Ordoni ad radicem mons Aradrus territorio Diocesi Portugalensi Ecclesie	Mosteiro de Pendorada e Ordonho (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 28	1138	Ipsa hereditate de Fornos [...] subtus mons Aradros et discurrente ribulo et flumen Durio	Fornos (Marco de Canaveses)?
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 39	1140	Villa Alariz [...] Villa Alfabones [?] subtus mons Aradrus discurrente ribulo Tamice territorio Portugalensi	Ariz (Marco de Canaveses); Favões (Marco de Canaveses)
Diss. III, 2, 19	27.10.1182	Pro hereditate mea de Cabanellas [...] in Cauto Sancto Iohannis sub monte Aratro discurrente fluvio Durio territorio Portugalensi	Capanelas (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)

Castrum Benvivere=Mons Aradros			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 451	24.03.1066	Et in terra de Benviver	
DC 473	30.12.1068	dogno Monio Benegas [...] Didagu Arvaldizi [...] et cedarunt illo in catena in illa zibitas benviber per manum de ille sayone Framila	
DC 551 * Não utilizado.	09.02.1078	Mandante ipsa terra Monnio Veniegas et suo maiorino Didagu Cidizi et iudex Rando Sandizi * De acordo com VENTURA, 1992: II, 1031. O documento referir-se-ia ao território de <i>Pennafidele de Covas</i> .	

(continua na página seguinte)

Castrum Benevivere=Mons Aradros			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 572	11.09.1079	Et mandavit domnus Egas * Sugerimos que se identifique o «Senhor» do <i>inter ambos ribulos</i> com o «Senhor» da <i>Terra de Benviver</i> (cf. LIMA, 1993: I, 86-87, em que se apontam os erros de VENTURA, 1992: 1031).	
DC 786 * Não utilizado.	01.11.1092	Pelaio Petriz confirmo Afonso Petriz confirmo qui illa terra imperabant * Segundo VENTURA 1992: II, 1031, que indica apenas Paio Peres como <i>tenens</i> de Entre Ambos os Rios (ver o comentário ao documento anterior). O documento, no entanto, refere-se à <i>Terra de Sanfins</i> onde ambos, <i>Pelaio e Afonso, imperabant</i> .	
DP III 113	06.05.1103	in villa Gaudiol circa castrum Benevivere iuxta aluem Dorii discurrente rivulo Galline	Goiol (Marco de Canaveses)
LTPS 15 (DP III 179)	1105	In terra de Benvivil [...] Vimeneiro [...] Complentes	Vimieiro (Sande, Marco de Canaveses); Complentes (Magrelos, Marco de Canaveses)
DP III 243	19.04.1107	Inter Durio et Tamice Sarrazino Osoriz * De acordo com VENTURA, 1992: II, 1031. Cf. o comentário ao documento DC 572.	
DP IV 109	17.11.1119	in vila Paredes subtus mons Aradrus discurrente ribulo Tamice territorio Benviver	Paredes (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 196	12.09.1121	in villa quos vocitant Lodonario subtus mons Benviver territorio Portugal discurrente rivulo Maior	Ladoeiro (Sande, Marco de Canaveses)
DR 65	08.01.1123	Concedo tibi Sarrazino Viegas [...] et pro eo quod dimisisti mihi medietatem de castello de Benviver quod de me tenebas et dedi medietatem Alfonso Pelaiz * Nem em AMARAL, BARROCA, 2012: 347, nem em VENTURA, 1992: II, 1031, se propõe <i>Alfonso Pelaiz</i> (filho de Paio Peres?) como segundo <i>tenens</i> de <i>Benevivere</i> . Encontramos esta proposta em MATTOSO, 2001c: 151, e LIMA, 1993: I, 87.	

(continua na página seguinte)

Castrum Benevivere=Mons Aradros			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
Diss. I, 37	12.04.1123	Ego Pelagius Suariz filius Suario Fromariquiz habeo uxore nepta de Monio Vengas et teneo ipsum castellum nomine Bene Vivere de mano de illa regina domna Tarsilla et de illo comes domno Fernando.	
DP IV 347	24.04.1123	in villa Ermoriz [...] inter Durium et Tamicam in terra de Bem Viver territorio Portugalis	Esmoriz (Marco de Canaveses)
PT/TT/MSJBP/004/0007 24	1127	Villa Nova et in Fundianes sive in Paritates subtus mons Benevivere discurrere ribulo Dorio	Vila Nova de Favões (Favões, Marco de Canaveses); Paredes (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)?; Fandinhães (Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses) * Esta localidade estava anteriormente sob o <i>Mons Genestazolum</i> (que desaparece dos documentos no final do século XI).
DR 108 (CMP 24)	[31.01-31.12].1130	in villa que vocitant Poiares et ecclesie Sancte Marie Penna Longa cum suis terminis subtus castello Beviver territorio ecclesie Portugalensis discurrere flumen Dorii	Piães (Penhalonga, Marco de Canaveses); Igreja de Santa Maria de Penhalonga (Penhalonga, Marco de Canaveses)
PT/TT/MSJBP/004/0007 36	1130	In villa quos vocitant campos subtus castro Bembiber territorio Portugalensis discurrere ribulo Durio	<i>Campos</i> (Penha Longa, Marco de Canaveses)?
PT/TT/MSJBP/004/0007 37 * Cópia do anterior.	1130	In villa quos vocitant campos subtus castro Bembiber territorio Portugalensis discurrere ribulo Durio	<i>Campos</i> (Penha Longa, Marco de Canaveses)?
LTPS 156	1137	Villa Nova que est sita iuxta ecclesia Tuias territorio Benviver	Vila Nova (Tuias, Marco de Canaveses)
LTPS 133	26.01.1146	Villa Palaciolo et villa que vocitant Gondufi territorio Benvivir	Paço (São Lourenço do Douro, Marco de Canaveses); Gondufe (Manhuncelos, Marco de Canaveses)

Mons Genestazolum			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 391	1054	villa Fandinales subtus mons Genestazolum discurrente riuulo Dorii territorio Anegia	Fandinhães (Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses)
LM [45]=VIII (VMH 45, DC 420)	1059	Villa Ebrahennes integra. Villa Ahauones integra. Et sunt ambi ipse uille subtus monte Genestacio per suos terminos et cunctis prestacionibus suis	Bremes (Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses); Favões (Favões, Marco de Canaveses)? * Ao contrário de LIMA, 1993, atribuímos este documento ao <i>Mons Genestazolum</i> e não ao Genestaxo.
DC 455	16.05.1067	in villa noncubata quos vocitant Vimenario subtus mons Genestazo segus flumine Durio terretorio Anegia	Vimieiro (Sande, Marco de Canaveses)
DC 473	30.12.1068	in vila quo vocitant Lotonario subtus mons Genestacolo Sancta Maria suuber mons Penalonga discurens per ribulo Mayore in flumen Dorio	Ladoeiro (Sande, Marco de Canaveses)
DC 606	05.03.1082	ecclesia vocabulo Sancti Martini que est fundata in villa que vocidant Palatiolo [...] subtus mons Genestazolo et discurrente flumen Durio territorio diocesis ecclesie Portugalensis	Paço (São Lourenço do Douro, Marco de Canaveses)
DC 688	16.07.1087	in villa quos vocitant Christoval ad radice de ipsa Portella de Mexiti subtus mons Genestazo territorio Anegia discurrente arrugio riu Maior	Cristovão (Sande, Marco de Canaveses)
DC 743	29.08.1090	in villa Vimenario [...] subtus mons	Vimieiro (Sande, Marco de Canaveses) * A nossa proposta.

Mons Castro de Boi			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 644	22.08.1085	et est ipsa villa in Sandi territorio Anegia subtus mons Castro de Boi discurrente fluvius Durio e Tamice	Sande (Marco de Canaveses)
MA 78	1140	abet iacencia in villa Sandi [...] per ubi illa potuerit invenire subtus mons Castro de Boi discurrente ribolo flumine Dorio	Sande (Marco de Canaveses)

Mons Eiras/+Mons Penalonga			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 474	4.[?].1068	Villa nomine de Ventusella et de Covas [...] subtus mons Eiras territorio Anegia discurrente flumen Durio	Ventosela (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses); Covas (Freixo, Marco de Canaveses)
+DC 473	30.12.1068	Sancta Maria suuber mons Penalonga discrens per ribulo Mayore in flumen Dorio * <i>Mons Penalonga</i> seria uma outra designação para <i>Mons Eiras</i> .	Penhalonga (Penhalonga, Marco de Canaveses)
DC 732	10.02.1090	subtus mons Eiras pro ribulo Tamice et flumine Durio terredorio Portugalensis in loco predicto in Villa Nova	Vila Nova (Sande, Marco de Canaveses)
DC 761	16.09.1091	in villa Kavaliones subtus mons Eiras discurrente in rivulo Tamice	Cavalhões (Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses)
DC 910	22.04.1099	in villa Vimeneiro riba flumen Durio subtus mons Eiras terredorio Portugalense	Vimieiro (Sande, Marco de Canaveses) * Esta localidade estava anteriormente sob o <i>Mons Genestazolum</i> .
DP III 232	19.08.1106	in loco predicto hic in Lodonario [...] subtus mons Eiras discurrente Rivulo Maiore in flumine Durio territorio Portugal	Ladoeiro (Sande, Marco de Canaveses)
DP III 250	01.08.1107	Sancti Martini [...] subtus mons Eiras inter Durio et Tamice	<i>Sancti Martini</i> (Marco de Canaveses) * <i>Sancto iacobo</i> não resultaria sob o <i>Mons Eiras</i> . Cf. DP IV 373.
DP III 310	18.11.1108	in villa Lodonario subtus mons Eiras discurrente Riulo Maior in flumine Durio territorio Portugalensis	Ladoeiro (Sande, Marco de Canaveses)
DP III 351	27.02.1110	de hereditate nostra propria que habemus in villa que vocitant Vimierio subtus mons Erias discurrente ribulo Durio territorio Portugalensis	Vimieiro (Sande, Marco de Canaveses)
DP III 370 (DC 604)	[11].01.1111 DC 604= 30.12.1081	in vila Concela [...] sutos [<i>sic</i>] mons Eiras tiratorium [<i>sic</i>] Anegia discurrentem rivulo flumen Dorio	Concela (Penhalonga, Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Mons Eiras/+Mons Penalonga			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 477	16.06.1114	in Rivulo de Galinas [...] subtus mons Eiras discurrere arrio Galina a rivulo Tamice territorio Portugale	Rio de Galinhas (Marco de Canaveses)
DP IV 130	23.05.1120	in loco predicto in Rio de Galias iusto Sancto Iohanne subtus mons Eiras arugio Galia discurrere rivulo Tamize territorium Portugalensis	Rio de Galinhas (Marco de Canaveses)
DP IV 208	30.10.1121	et habet iacencia ipsa hereditate in villa que vocitant P[enn]a Longa subtus mons Heiras discurrere ribulo Dorio territorio Portugalensis	Penhalonga (Penhalonga, Marco de Canaveses)
DP IV 223	15.01.1122	in villa [G]ontigi subtus mons Eiras discurrere ribulo Dorio territorio Portugalensis	Gontige (Sande, Marco de Canaveses)
DP IV 224	15.01.1122	villa que vocitant Penna Longa subtus mons Eiras discurrere ribulo Dorio territorio Portugalensis	Penhalonga (Penhalonga, Marco de Canaveses)
DP IV 226	15.01.1122	Kasal de Concella [...] subtus mons [Eir]as discurrere ribulo Dorio	Concela (Penhalonga, Marco de Canaveses)
DP IV 227	16.01.1122	in villa quos vocitant Lodonario subtus mons Eiras discurrere ribulo Dorio territorio Portu[galensis]	Ladoeiro (Sande, Marco de Canaveses)
DP IV 229	23.01.1122	in villa que vocitant Penna Longa subtus mons Eiras discurrere ribulo Dorio territorio Portugalensis	Penhalonga (Penhalonga, Marco de Canaveses)
DP IV 230	23.01.1122	in villa que vocitant Lodonario [...] et habet iacencia subtus mons Eiras discurrere ribulo Dorio territorio Portugalensis	Ladoeiro (Sande, Marco de Canaveses)
DP IV 242	08.03.1122	in villa que vocitant Ladoneiro et habet iacencia subtus mons Heiras discurrere ribulo Dorio territorio Portugalensis	Ladoeiro (Sande, Marco de Canaveses)
+DP IV 243	08.03.1122	in villa Concella in loco predicto que vocitant Campus subtus mons que vocitant Penna Longa discurrere flumen Dorio territorio Portugalensis * <i>Mons Penalonga seria uma outra designação de Mons Eiras.</i>	Concela (Penhalonga, Marco de Canaveses)
DP IV 254	23.04.[1122]	in villa que vocitant Gondulfi territorio Portugalensis subtus mons Heiras discurrere ribulo Tamice	Gondufe (Manhuncelos, Marco de Canaveses)
DP IV 261	13.05.1122	in villa que vocitant Gundulfi in zima de villa et alia in fundo de villa territorio Por[tugalensis] subtus mons Heiras discurrere ribulo Tamice	Gondufe (Manhuncelos, Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Mons Eiras/+Mons Penalonga			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 277	28.08.1122	iacentja in vila Pena Longa teridorio Portugalensis subtus mons Eiras discurrentem arugio Maior	Penhalonga (Penhalonga, Marco de Canaveses)
DP IV 373	16.09.1123	in villa Sandi in loco predicto Sancto Iacobo subtus mons Eiras discurrente aquas arrugio Ribulo Maior ad flumen Durio territorio Portugalense	Sande (Sande, Marco de Canaveses) <i>Sancto Iacobo</i> =São Tiago (Sande, Marco de Canaveses) * A identificação de <i>Sancto Iacobo</i> com a localidade de Sande é a nossa proposta.
PT/TT/MSJBP/004/0008 3	1131	Villa que vocitant Sundi in loco praedicto Laureiro [...] subtus mons Heiras territorio Portugalensis discurrente flumen Dorio	Loureiro (Sande, Marco de Canaveses)
PT/TT/MSJBP/004/0008 19	1135	In Villas quos vocitant Laurentiam et Ansferix [?] subtus mons Eiras discurrente ribulo Douro	Laurentim (Sande, Marco de Canaveses)?; <i>Ansferix</i> ?
LTPS 133	26.01.1146	in villa que vocitant Gondufi territorio Benvivir [...] et habet iacentia subtus mons Eiras inter Dorio et Tamice	Gondufe (Manhuncelos, Marco de Canaveses)
MA 114	11.1153	in Gontigi subtus mons Eiras discurrente flumen Dorio territorio Portugalis	Gontige (Sande, Marco de Canaveses)
LTPS 125	05.1154	villa Cardia [...] subtus mons Eiras discurrente rivulo Dorio territorio Portugalensis	Cardia (Penha Longa, Marco de Canaveses)
MA 169	05.1199	hereditate habet iacentiamo [...] subtus mons Eiras ex alla parte Crasto de Azarias discurrente rivulo Tamice territorio Portugalensis	Canaveses, Agro Chão, Arrabalde e Rua (Sobretâmega, Marco de Canaveses)

Mons Lagonella			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 560	05.09.1078	in villa Alarizi subtus mons Lagonella discurrente in fluvio Tamize	Ariz (Marco de Canaveses) * Esta localidade estava anteriormente sob o <i>Mons Aradros</i> .
DC 812	03.11.1094	in villa superato cognomento Alariz subtus mons Lacunelas discurrente rivulo Tamice territorio Portugalensis Aecclesie	Ariz (Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Mons Lagonella			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 462	28.12.1113	in illa portella de Mexidi dicurrente arugio in rivulo Tamice subtus mons Lagulenas territorio Portumgalensis	Ariz (Marco de Canaveses)
DP IV 169	23.03.1121	in villa Sandi territorio Portugalensis subtus mons Lacovelus discurrente ribulo Durio	Sande (Sande, Marco de Canaveses)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 5	1133	In villa que vocitant Alariz subtus mons Laguelus discurrente ribulo Tamice	Ariz (Marco de Canaveses)
PT/TT/ MAMP- -MSCRT/ 001/0002 19	1170	In crastulinus pernominata unum capum [...] subtus mons Lagunelas discurrente flumen Dorio territorio Benviver	<i>Crastulinus</i> ? * Castelinho (Avesadas, Marco de Canaveses)? Ou algures entre Ariz e Sande (Marco de Canaveses)?

Mons Letanario			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/ MSJBP/004/ 0007 25	[1126]	In Villa Cavaliones de Riba Tamige iuxta ipsum vadum [?] de Travazos [...] et habet iacentia in loco praedicto subtus mons Letamas/Letania [?] flumen Tamiga territorio Portugal * Nossa proposta. Cf. o documento seguinte. <i>Vadum</i> pode indicar um vau ou ser um <i>vallum</i> mal escrito (ou mal lido).	Riba de Tâmega (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)? Travazos (Marco de Canaveses)? Cavalhões (Vila Boa do Bispo ou Favões, Marco de Canaveses)? * Esta localidade, se identificável com a mesma que se encontra noutros documentos, estava anteriormente sob os <i>montes Eiras e Lebor</i> .
DR 184 (CMP 103)	12.02.1141	Ad cacumen montis Letanario	O documento é o foral de Couto do mosteiro de Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses.

Monte Nigro			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 735	09.05.1090	Vila Maior [...] subtus Monte Nigro	Vila Maior (Fornos, Marco de Canaveses)

Mons Maurenti			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 590	21.10.1080	et habet ipsa hereditate iacencia inter Durio et Tamize in loco predicto Leoderiz subtus mons Maurenti discurrente Tamice	Luriz (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 654	12.01.1086	in ipse Loderiz [...] et in Paretas [...] et abent iacencia ipsas ereditates ubi iam diximus inter Durio Tamice subtus mons Maurenti discurrente rivolo Tamice territorio Anegia	Luriz (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses) Paredes (Alpendorada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 234	03.02.1122	et abet ipsa hereditate iacencia in villa Paredes territorio Portugal subtus mons Maurenti discurrente ribulo Tamice	Paredes (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP IV 381	29.10.1123	in villa Loeriz subtus mons Maurenti discurrente ribulo Tamice territorio Anegia	Luriz (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 17	1135	Villa praedicta que vocitant Parietes subtus mons Moziente/Mourente [?] discurrente ribulo Tamice territorio Portugalensis	Paredes (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses) * A nossa proposta.

Castro Cabanas			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 224	15.01.1122	et inde per Palla Urso et per Castro Cabanas et per ipso vallo Barreiros	Território de Penha Longa (Marco de Canaveses)?
DP IV 226	15.01.1122	et fer in Castro Cabanas et inde in valo que fer in aqua Barreiros;	Território de Penha Longa (Marco de Canaveses)?

Mons Castro Catedra/Pena Sancti Martini			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 464	13.06.1068	Ecclesia Sancto Martino antiquo qui est fundado iuxta ipsam penam Sancti Martini	Várzea do Douro (Marco de Canaveses)
DP III 267	07.01.1108	in Sancto Martino de villa Varzena quomodo exparte de portela de Bragada et fer in illo porto de Pavia subtus mons Castro Catedra discurrente rivulo Dori territorio et diocesi Portugalensis	Várzea do Douro (Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Mons Castro Catedra/Pena Sancti Martini			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 284	19.04.1108	et iacet ipsa villa inter Sancto Martino e Varzena subtus mons Castro Cathedra discurrere rivulo Dori territorio et diocessi Portugalensi	Várzea do Douro (Marco de Canaveses)
PT/TT/MSJBP/004/0007 33	1128	Villa Zeboiado [?] (de boiado?) [...] et de illa Pena de Sancto Martino [...] subtus mons Aradrus territorio Benviver discurrere flumen Dorio	Sebolido (Várzea do Douro, Marco de Canaveses)
PT/TT/MSJBP/004/0007 34 * Cópia do documento anterior (séculos XIII-XIV?).	1128	Villa Zeboiado [?] (de boiado?) [...] et de illa Pena de Sancto Martino [...] subtus mons Aradrus territorio Benviver discurrere flumen Dorio	Sebolido (Várzea do Douro, Marco de Canaveses)

Matosinhos

Castro Quifiones			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 157 (DC 274, MTM XIX)	24.04.1032	et habent iacentiam in villa Matesinus, quomodo dividit illa aqua que venit de illa fonte de Matesinus, discurrere rivulo Leza, territorio Portugalensi, subtus castro Quisiones [sic]	Matosinhos
DC 319 (MTM XIX)	1042	in vila Petrafitia alhe [sic] mons Quifiones teritorio Portugalemse prope litore maris	Perafitia (Matosinhos)
DC 351 (MTM XXXIV)	14.02.1047	in villa Petrafitia in illo agro que dicent de martina sub momola de Lumbello subtus castro Quifiones discurrere ribulo Leza prope litore maris	Perafitia (Matosinhos)
DC 487 (MTM XLII)	24.02.1070	et abe iacentia subtus castro Quifiones discurrere ribulo Leza territorio Portugal	Salinas em baixo do castro (Guifões, Matosinhos)?
DC 731 (MTM XLVII)	07.02.1090	in vila quos vocitant Gunzalbi [...] et abe iacentia ipsa ereditat in teritorio Portukal ad radice de Kastro Qifion discorente ribolo Leza intrante in mare	Gonçalves (Leça da Palmeira, Matosinhos — do outro lado do rio Leça)
DP III 105 (MTM LIV)	26.02.1103	Et abet iacentias ipsas hereditates in villas quas vocitant loani et Dorron subtus castro Quifiones teritorio Portugalensis discurrere rivulo Leza prope litore maris	Villa loani et Dorron (Guifões, Matosinhos)?

(continua na página seguinte)

Castro Quifiones			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 192 (MTM LV)	31.05.1105	in villa quod vocitant loani subtus mons Quifiones discurrente rivolo Leza territorio Portucalensis iusta litore maris	<i>Villa loani</i> (Guifões, Matosinhos)?
DP III 407 (MTM LIX)	21.08.1112	ad vocabulo Sancti Salvatoris Moraria in loco predicto, subtus mons Quifionis discurrere rivulo Leza et prope litore maris territorio Portugal	Mosteiro de Moreira (Maia) * A localidade e/ou o mosteiro aparecem também sob outros <i>montes</i> : <i>Avenoso, Pedras Rubias, Cordoba e Faro.</i>
LTPS 124 (DP III 424, MTM LX)	03.02.1113	in illa marina de Bauzas in foz de Leza secus litus maris sub Castro Quifionis territorio Portugalensis	Bouças (Matosinhos)
DP IV 41 (MTM LXIV)	28.03.1117	de illos talios de illa marina et abet iacentja territorio Portugal subtus castro Quifiones in ripa Leza in illa corte de fonte de Menendo	Salinas em baixo do castro (Guifões, Matosinhos)?
DP IV 112 (MTM LXVII)	29.12.1119	sub Castro Quifiones discurrere ribulo Leza prope litore maris terminum Baucas	<i>Lagoa</i> (Matosinhos)
DP IV 267	12.06.1122	Hereditate nostra [...] in foz de Leza [...] subtus mons Quifionens discurrere ribulo Leza territorio Portugal	Foz do rio Leça (Matosinhos)
MTM LXXII	12.06.1122	hereditate nostra propria que habemus in fose de leza [...] subtus mons Quifionens discurrere ribullo Leza territorio Portugal	Foz do rio Leça (Matosinhos)
MTM LXXVIII	28.02.1139	in villa Gundisalvi [...] subtus mons quifiones discurrere ribulo leza prope littore maris territorio portugalense	Gonçalves (Leça da Palmeira, Matosinhos)
CCSP, 44 (MTM LXXIX)	06.02.1140	illa heremita quod vocant sante Crucis [...] subtus mons Kastro Quiffones prope litore maris discurrere rivulo Leça territorio Portugal	Ermida de Santa Cruz (Matosinhos)?
MTM LXXXV	17.01.1152	uno talio de marina de foz de Leza que iacet iusta illa marina de Iohanne vermuisti subtus mons Kastro Quisiones prope littore maris	Foz do rio Leça (Matosinhos)
TMH 676	30.12.1156	Et sunt illos tallos in marina de Vermuu Romarigiz prope littore maris subtus mons Quifionis territorio portucalensi	Leça de Palmeira (Matosinhos)

Mons Custodias			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 191 (DC 192)	18.03.1003	quorum baselica fundata est in villa Recarei, subtus mons Custodias, territorium Portugalense, discurrere rivulo Leza	Mosteiro de Leça/Recarei (Matosinhos)
LP 523 (DC 199, MTM IX)	03.03.1008	villa que vocitant Custodias [...] subtus mons Custodias, territorium Portugalensis	Custóias (Matosinhos)
LP 204 (DC 203, MTM X)	1008	villa quam vocitant Custodias, territorium Portugalensi, et subtus mons Custodias, discurrere rivulo Leza	Custóias (Matosinhos)
LP 207 (DC 204, MTM XI)	1008	in villa quam vocitant Custodias, subtus monte Custodias, territorium Portugale, discurrere rivulo Leza.	Custóias (Matosinhos)
DC 206 (MTM XII)	13.05.1009	et dividet per sancta christina et inde per castro de Custodias	<i>sancta christina</i> Custóias (Matosinhos)
DC 207 (MTM XIII)	1009	et abet iacencia ipse casale iacencia sub monte custodias ribulo leza	Custóias (Matosinhos)
LP 211 (DC 213, MTM XV)	04.01.1010	Habet jacentiam ipse casal in villa Gundivadi, discurrere rivulo Leza, subtus monte Custodias, territorium Portugalensi	Gondivai (Matosinhos)
LP 527 (DC 215, MTM XVI)	15.12.1010	villa que vocitant Custodias, subtus mons Custodias, territorium Portugalensis, discurrere ribulo Leza	Custóias (Matosinhos)
DC 222	04.12.1013	in ipsa villa (supra) taxata Leza subtus monte Custodias terredorio portugalensis	Leça do Balio (Matosinhos)
LP 147 (147A)	04.12.1027- -1037	villa suprataxata Leza, subtus alpe monte Custodias, territorium Portugalensi	Leça do Balio (Matosinhos)
LP 189 (DC 277, MTM XX)	31.07.1032	et determinat ipsa villa (si riferisce a Leza) cum villa Gatones, subtus monte Custodias, territorium Portugalense, prope litore Maris	Leça do Balio (Matosinhos); Gatões (Guifões, Matosinhos)
LP 525 (DC 275)	23.10.1032	de villa nostra propria que vocitant Pinario, ulpe mons Custodias, discurrere ribulo Leza, territorium Portugalensis	Pinheiro (Maia)
LP 516 (DC 289)	28.03.1035	in villa Rial, subtus alpe mons Custodias, discurrere ribulo Leza, territorium Portugalense	Real (Matosinhos)
LP 196 (DC 294)	24.02.1037	in villa Gundivaldi et in villa Rial, subtus alpe mons Custodias, discurrere rivulo Leza, territorium Portugalense	Gondivai e Real (Matosinhos)

(continua na página seguinte)

Mons Custodias			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 362/511 (DC 295)	14.03.1037	in villa Rial, subtus alpe mons Custodias, discurrente ribulo Leza, territorio Portugalense	Real (Matosinhos)
LP 198 (DC 307, MTM XXII)	22.04.1039	monasterium Leza, subtus alpe mons Custodias, secus rivulo discurrente Leza, suburbio Portugalense; in villa que vocitant in Rial et in Gondivadi [...] habent jacentiam subtus alpe mons Custodias, secus rivulo Leza, territorium Portugalense	Mosteiro de Leça (Matosinhos); Real e Gondivai (Matosinhos)
LP 201 (DC 309, MTM XXIII)	12.02.1040	villa Rial, subtus monte Custodias, discurrente rivulo Leza, territorio Portugalense	Real (Matosinhos)
LP 513 (DC 310, MTM XXIV)	[12].02.1040	in villa Rial [...] et est subtus mons Custodias, discurrente rivulo Leza, territorio Portugalense	Real (Matosinhos)
DC 312 (MTM XXVI)	22.02.1041	vila nostra propria que avemus inter Durio et Leza alpe montis Custodias territorio Portugalemse non loge litore maris [...] villa nominata Custodias	Custóias (Matosinhos)
LP 512 (DC 313, MTM XXVII)	28.02.1041	in villa quod vocitant Leza, ipsa villa ipsa villa [sic] Portugal, subtus alpe mons Custodias, discurrente ribulo Leza	Leça do Balio (Matosinhos)
LP 152 (DC 336, MTM XXX)	22.07.1044	in villa quam nuncupant Alduari, subtus monte Custodias, territorio Portugalensis, prope littore maris	Aldoar (Porto) * Esta localidade esteve anteriormente (século X) sob o <i>castro Mafamuti</i> .
LP 192 (DC 341, MTM XXXI)	06.06.1045	villa quam vocitant Leza, secus rivulo Leza, territorio Portugalensi, subtus monte Custodias	Leça do Balio (Matosinhos)
LP 520 (DC 344, MTM XXXIII)	29.01.1046	in territorio Portugalensis, in loco predicto ubi dicent Leza [...] et habet jacencia justa illa ponte de Leza, subtus mons Custodias, discurrente ribulo ispius Leza, territorio Portugalensis.	Villa que <i>habet iacencia iusta illa ponte de Leza</i> ; Leça do Balio (Matosinhos)
LP 369 (DC 347)	14.08.1046	quorum basilica fundata est in villa Recaredi, subtus alpe mons Custodias, territorio Portugalensis, discurrente ribulo Leza	Mosteiro de Leça, Recarei (Matosinhos)
LP 199 (DC 354)	03 ou 04.1047	et habet jacentiam (refere-se a: <i>pomare de Fonte Calada</i>) territorio Portugalensi, subtus mons Custodias, prope est littore maris, hic in vila Rial	<i>Pomare de Fonte Calada</i> Real (Matosinhos)
LP 114/154 (DC 393)	09.07.1055	[...] et Leza [...] subtus monte Custodias [...]; Rial et in Condivadi [...] habent jacentiam subtus alpe mons Custodias secu rivulo Leza, territorio Portugalensi	Leça, Real e Gondivai (Matosinhos)

(continua na página seguinte)

Mons Custodias			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 188 (DC 406, MTM XXXVI)	28.11.1057	ad monasterium Leza, subtus mons Custodias, discurrente rivulo Leza, territorio Portugalense	Mosteiro de Leça (Matosinhos)
LP 519 (DC 434, MTM XXXVII)	28.02.1063	in villa quod vocitant Leza, in ipsa villa, in urbium Portugal, subtus alpe mons Custodias, discurrente ribulo Leza; in villa Gondivadi, subtus mons ipsius Custodias	Leça e Gondivai (Matosinhos)
LP 361 (DC 707, MTM XLVI)	01.05.1088	monasterio Leza, subtus mons Custodias, territorio Portugalensis	Mosteiro de Leça (Matosinhos)
LP 364 (DC 753, MTM XLIX)	19.05.1091	in villa quos vocitant Rekaredi, discurrente ribulo Leza, subtus mons Custodias, territorio Portugalensis	Recarei (Custóias, Matosinhos)
LP 365 (DC 757, MTM L)	29.06.1091	monasterio Leza, subtus mons Custodias, territorio Portugalensis	Mosteiro de Leça (Matosinhos)
LP 149 (DC 816)	03.03.1095	in villa que vocatur Leza, territorio Portugalensi, subtus monte qui dicitur Custodias, secus fluvium Lezam.	Mosteiro de Leça (Matosinhos)
LP 125 (DC 905)	14.03.1099	ad illum montem quomodo expartet cum illa de Leza, subtus mons Custodia territorio Portugalensi discurrente rivulo Lanar	Aldoar (Porto)
DC 915	01.09.1099	in villa Gundivai subtus mons Custodias discurrente ribulo Leca teritorio Portugal	Gondivai (Matosinhos)

Mota de Aduolfo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 303 (MTM XXI)	30.04.1038	in vila quos vocitant Petra Fita in terminum de Aduolfi teritorio Portucalensis subtus mamola de Aduolfi et ave iacentia inter Recemundi et Aduolfi ipsa ereditate	Perafita (Matosinhos)
DC 351 (MTM XXXIV)	14.02.1047	in villa Petrafitia in illo agro que dicent de martina sub momola de Lumbello subtus castro Quifones discurrente ribulo Leza prope litore maris	Perafita (Matosinhos) * Para BARROCA, 2017a, é igual à anterior. Existe uma localidade Lomba na freguesia de Guifões, mas bem longe da Petrafitia.

Mons Agramontis/Mons de Odorio			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MTM LXXXIX * Não citado em BARROCA, 2017a.	26.08.1157	in villa quod vocitant lohoanni de susano sexta integra territorio portugalis subtus mons Agramontis prope littore maris	<i>in villa lohanni de susano</i> (Guifões, Matosinhos)? * <i>Uma villa loani era sob o castro Quifones.</i>
MTM XC * Não citado em BARROCA, 2017a.	16.07.1161	in villa que vocitant lohannis de Susano sexta integra de ipsa que fuit de parentorum meorum subtus mons de Odorio. Discurrente rivulo de rrovorido prope litore maris territorio Portugal	<i>in villa lohanni de susano</i> (Matosinhos)? * Anteriormente, esta localidade era referida sob o <i>Mons Agramontis</i> . <i>Uma villa loani era sob o castro Quifones.</i>

Paços de Ferreira

Mons castro Manioci			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 201	21.11.1105	in Somoca subtus mons castro Manioci discurrente ribulu Avicela teridorio Portucalensis	Samoça (Roriz, Santo Tirso)

Castelo de Refojos de Riba de Ave			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LM [51] (DC 225)	21.12.1014	Dum autem perue nerunt ad diem actum hic in Penamaior ante illa comitissa et comites Rudesindo Gonsaluit et Nuno Menendi<z> et Gonsaluo Menendiz, Ranimiro Menendiz et Gutierre Roderici ordinavit ipsa comitissa et ipsos comités suos iudices que legem docebant id sunt Froila Erotiz, Honoricus Zaleimaz, Vermudo Todemiriz, Menendus Gauiniz, Egas Menendiz, Ranemiro Menendiz et alii plures filii uenenatorum que in ipso concilio erant ut audissent legentes scribturas de amborum partes et iudicassent eos per uera ueritate	
DR 4 (DC 864)	23.11.1097	Diagus Gundisalviz qui est maiorino de illa terra confirmo	
VENTURA, 1992: 1033.	1146	<i>tenens</i> Gonçalo Rodrigues da Palmeira	

Paredes

Castellum de Aguilar			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DAVID, 1947: 294 (<i>Livro da Noa</i>).	995	Era Ma XXX Illa sepe [<i>sic</i>] Almancor Castellum Aquillar quod est in ripa de Sausa provincia Portugalensi	
Chronicon Gothorum: 9	995	Era 1033 Almanzor cepit Castellum de Aguilar quod est in ripa Sause in Portugalensi provincia	
DC 451	24.03.1066	In terra de Aquilar * Esta é a primeira referência da <i>terra</i> de Sousa.	
LTPS 32 (DC 433)	[1079-1101] * 1062 em DC 433.	In terra de Aquilar in Parada * Em BARROCA, 2017b, 130, é utilizada a errónea datação de DC 433.	
DR 58	[1121-1128]	Sueyrus Menendis tenente Aquilari confirmat	
DR 86	04.12.1127	Sarrazinus comes Aguylar	
DR 78	21.01.1128	Monasterio de Villela quod est situm in terra de Aquilare de Sousa	Mosteiro de Vilella (Paredes)
LTPS 60	[1135-1144]	In terra de Aquilar [...] In Sancta Maria de Abbadim	Abadim (Castelões de Cebeda, Paredes)
LTPS 62	12.12.1169	In terra de Aquilar in villa que vocitant Pias	Pias (Castelões de Cebeda, Paredes)
LTPS 59	Sem data	in terra de Aguiar in villa Lauredo duos casales subtus mons Bendoma dicurrente [<i>sic</i>] ribulo Sausa territorio Portugalem	Louredo (Louredo, Paredes) * Anteriormente, esta localidade estava assinalada sob o <i>mons Soveroso</i> .

Mons Bendoma			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 146	16.07.985	et sunt ipsas vilas iam supra nominadas subttus montis bendoma territorio Anegia discurrente ribulo saua	Aboim (Rebordosa, Paredes); Ferreira (Sabrosa, Paredes ou São Pedro de Ferreira, Paços de Ferreira); Besteiros (Besteiros, Paredes); Febros (Bitarães/Gondalães/Madalena, Paredes); <i>Ascarizi, Pardelos</i> (Paredes)
DC 498 (MMPS 31)	28.09.1071	in villa Parada subttus Castro Bendoma	Parada (Parada Todeia, Paredes)
DC 542	26.02.1077	in villa Robordanos quos vocitant Sancti Petri subttus mons Benidoma discurrente ribulo Sausa territorio Aneia	Rebordãos e mosteiro de São Pedro de Cete (Cete, Paredes)
DC 547	10.11.1077	Et abet iacentia ipsa hereditate inter Laurosa et Mogaria subttus mons Benidoma discurrente rivulo Feberos	<i>Laurosa et Mogaria</i> (Cete, Paredes) * Em Cete, há uma rua de Nogueira junto ao mosteiro; haveria também uma Louroza, mas não conseguimos localizá-la.
LTPS 55	26.08.1086	et habet iacentia subttus mon<s> Benidoma et de alia pars Castro de Sanda discurrente arrugio Laverco prope ribulo Sausa territorio Portugale	Vandoma (Paredes)
DC 748	20.03.1091	in loco predicto quos vocitant Perazi subttus mons Benidoma discurrente rivulo Sausa territorio Portucalense	Perraz (Mouriz, Paredes)
DP III 66	21.04.1102	Verdenal [...] de ipso campo quarta integra et de illa aqua de illo rego de ipso monte de Sancto Petro de octava tertja subttus mons Benidoma discurrente rrvulo Lavuerco et prope Sausa territorio Portucalense	Verdial (rua) (Cete, Paredes)
DP III 142	04.11.1103	basilica essere cernitur in villa quos vocitant Rovordanos cognomento Sancti Petri subttus mons Benidoma discurrente ribolo Sausa et alio fluvio Laverco territorio Portucalense	Mosteiro de São Pedro de Cete (Cete, Paredes)
DP III 207	[03].01.1106	basilika Sancti Stefani que est fundata in cimiterii Villela ac alis sanctis qui ibidem sunt reconditus in loco isto subttus mons Benidocma discurrtem arogium Quadrella [se]gus Feraria territorio Portugale[nsi]	Mosteiro de Santo Estêvão de Vilela (Paredes)

(continua na página seguinte)

Mons Bendoma			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 130 (DP III 337)	25.09.1109 e 11.10.1109	in villa Villarino subtus mons Bendoma discurrente rivulo Fe<r>reira in territorio Portugalensis	Vilarinho (Gandra, Paredes)?
LTPS 70 (DP III 363)	04.11.1110	subtus castro Bendoma discurrente ribulo Sause territorio Portugalense in loco predicto villa Ceti vocabulo Sancto Petro	São Pedro Cete (Cete, Paredes)
DP IV 36	16.02.1117	Sancti Stephani qui est fundata in villa quos vocitant Villela [sub]tus mons Benidoma discurrente rivulo Ferrarie territorio [Portugalensi ad ip]sum locum sanctum	Mosteiro de Santo Estêvão de Vilela (Paredes)
DP IV 119	29.02.1120	in Villa Campos [...] subtus mons Bendoma discurrente rivulo Sause	Campos (Vilela, Paredes)
DP IV 252	04.04.1122	in villa quos vocitant Sancti Petri de Ceti subtus mons Bendoma discurrente ribulo Sausa territorio Purtugalensis	Mosteiro de São Pedro de Cete (Cete, Paredes)
DP IV 270	29.06.1122	in loco predicto que vocitant Robordanos subtus mons Bendoma discurrente ribulo Sausa	Rebordãos e Mosteiro de São Pedro de Cete (Cete, Paredes)
PT/TT/ MSPC/1 18	1125	Villa Mogaria [...] et abet iacentia subtus mons Benidoma discurrente rivulo Sausa	Mogueira (Mouriz, Paredes)
PT/TT/ MAMP- -MSCRT/ 001/0002 18	1168	Villa Sangemir [?] subtus mons Bendome discurrente ribulo Ferarie territorio Portugalensis	<i>Sangemir?</i> * É pouco provável que se trate de Sangemil, na freguesia de Águas Santas, Maia. Provavelmente, dadas as referências a Bendoma e ao rio Ferreira, deve ser alguma localidade desaparecida entre Valongo e Paredes.
LTPS 59	Sem data	in terra de Aguiar in villa Lauredo duos casales subtus mons Bendoma dicurrente [sic] ribulo Sausa territorio Portugalem	Louredo (Louredo, Paredes) * Anteriormente, esta localidade estava sob o <i>mons Soveroso</i> .

Castro de Sanda			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 55	26.08.1086	et habet iacentia subtus mon<s> Benidoma et de alia pars Castro de Sanda discurrente arrugio Laverco prope ribulo Sausa territorio Portugale	Paredes

Mons Karragoso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 106	06.10.1119	in villa Feveros [...] subtus mons Karragoso discurrente rivulo Feveros territorio Portugalensis	Febros (Paredes)

Mons Fortis			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/ MSPC/1 24	03.1179	In villa qui vocant Hestromir [?] in loco qui dicitur Mons Fortis	Astromil (Paredes)?

Mons Rasello			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CCSP, 162- -163	03.02.1125	in Sausa in villa quam vocitant Perrat [...] et est ipssa villa subtus mons Rasello discurrente Riuolo Sousa territorio Portugalensi	Perrace (Mouriz, Paredes)

Monte de Bustello			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DR 78	21.01.1128	Et inde ad illo Monte de Bustello	

Mons Soveroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 260	01.05.1122	in villa Lauredo [...] subtus mons Soveroso et rivulo Sausa discurrente territorio Portugalense	Louredo (Louredo, Paredes)
CCSP: 164	03.04.1130	In villa Sobradelo id est de ecclesia Santi Xpristoffori [...] et iacet illa ecclesia subtus mons Soveroso discurrente riulo Feueros territorio Portugalensi	Sobradelo (Louredo, Paredes)
CCSP: 163	22.12.1131	et habet iacentia in loco predicto Crastello territorio Portugalensi subtus mons Seueroso discurrente rivulo Feueros	Cristelo (Paredes)

(continua na página seguinte)

Mons Soveroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 116	10.1154	ipsa hereditas iacentiam subtus mons Soveroso (Soveroso) discurrētis quis in Sausa territorio Portugalensis	* O documento apresenta uma forma bastante confusa: não nos é possível determinar quais são e onde estão as terras trocadas. Seria preciso um estudo específico.
MA 146	02.1187	in villa que dicitur Lauredo et est sub monte Soveroso discurrēte rivulo Feveros territorio Portugalensi	Louredo (Louredo, Paredes)
MA 175	01.1201	In villa que vocitant Lauredo [...] subtus mons Soveros discurrētis aquis ad fluvium Sauī territorio Portugalensi	Louredo (Louredo, Paredes)

Penafiel

Civitas Anegia			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 8 (CCSP: 365-366)	13.01.875	Baselice Sancti Martini Episcopi, que est fundata in Villa de Suylanes, subtus mons Genestaxo, secus rivulum de Gallina, et flumen Dorio, territorio Anegia	Soalhães (Soalhães, Marco de Canaveses)
DC 9	27.03- -06.882	baselica fundamus in villa quod vocitant lauridosa inter duas annes kavaluno et cebrario subtus monte petroselo territorio anegrie	Lardosa (Rans, Penafiel)
LP 81 (DC 25)	12.06.922	in ripa de ipso dorio a porto civitatis anegia ecclesiam sancte marine	Santa Maria de Eja (Eja, Penafiel)
DC 64	27.05.952	in villa que vocitant Alvarenga territorio varganense urbis anegie	Alvarenga (Alvarenga, Arouca)
DC 66	18.11.952	(uoluntas ut concedere et commutare uobis villa mea propria que est territorio anegie uocitata uilla mediana subtus monte gauano inter duos amnes uno fluuiū durii et alio ribulo quod dicunt pauia)	
DC 86	28.01.964	in vila de sancto martino teritorio anegie inter duiru et tamiga	Várzea do Douro (Várzea do Douro, Marco de Canaveses)
CMM 84 (MA II)	18.08.972	habitantes in valle Arauca urbis Anegie in monasterio de Sancto Petro	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
LM [23] (DC 134)	18.07.[982]	in villa fornos et habe iacentia inter tamiga et durio subtus monte de aradus territorio anegia	Fomos (Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Civitas Anegia			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 146	16.07.985	Ferraria [...] Balestarios [...] Abulin [...] Ascarizi [...] et sunt ipsas vilas iam supra nominadas subtus montis bendoma territorio Anegia discurrente ribulo sauza	Ferreira (Sobrosa, Paredes); Besteiros (Besteiros, Paredes); Aboim (Rebordosa, Paredes); Escariz (Lagares, Penafiel)
DC 157	21.03.989	Hereditate [...] in valle Sardoria urbis anegie ribulo pavia suptus monte serra sicca.et ave iazentia in villa varzena ad vado cavallar	Várzea (Real, Castelo de Paiva)
LTPS 132 (DC 169)	22.02.994	baselica cernitur esse fundata in villa Palacioli subtus mons Ordines discurrente rivulo Sausa territorio Anegie	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 26	01.04.1000	quorum baselica esse cernitur in villa Palacioli subtus mons Ordinis discurrente ribulo Sausa territorio Anegia	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
DC 324	15.02.1043	in villa que vocidant Marecus subtus mons Petroselo discorente ribulo Cavaluno teredorio Anegia	Marecos (Marecos, Penafiel)
LTPS 34	06.07.1044	in villa quos vocitant Galego<s> territorio Anega subtus mons Ordines discurrente ribulo Zebrario	Galegos (Galegos, Penafiel)
DC 343	18.10.1045	in vila quos vocidant Sardoiriola discurrentem ribulo Sardoira teridorio Aneie subtus mons Gustodias	Sardoirinha (Bairros, Castelo de Paiva)
DC 345	01.03.1046	in villa Alarizi inter duo flumina Durio et Tameca territorio Anegia subtus mons kastro aratros	Ariz (Ariz, Marco de Canaveses)
DC 357	[31.07.]1047	in villa Banius in valle Anegia et avet iacentia inter duas flumes Durio e Tamize	<i>Banius</i> (Pinheiro, Penafiel)?
DC 358	29.08.1047	in villa <i>Capanelas</i> [...] in vila Senoselo [...] subtus montes Aratros territorio Aneia discurrentis flumen Dori	<i>Capanelas e Senoselo</i> (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 391	1054	villa Fandinales subtus mons Genestazolum discurrente riulo Dorii territorio Anegia	Fadinhães (Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses)
DC 398	23.06.1056	in villa quos vocitant villa Cotes subtus mons Petrosello territorio Anegia prope ribulo Tamize	Codes (Rio de Moinhos, Penafiel)
DC 424	25.08.1060	in villa Rial territorio Portugalense urbis Anegia subtus mons Serra Sicca discurrente rivulo Sardoria et Durio.	Real (Real, Castelo de Paiva)
DC 428	02.01.1061	in vila Rial teridorium Annegia subtus mons Sera Sicca discurrentem ribulo Sardoria flumen Durio	Real (Real, Castelo de Paiva)

(continua na página seguinte)

Civitas Anegia			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 432= DC 255	02.08.1062	hereditate nostra propria que avemus inter Paiva et Alarda, territorio Urbis Anegie, subtus mons Serra Sicca, discurrente rivulo Sardoria, et ipsa villa Rial in loco predicto Castro, et alio Castro, et Fredamil	Rial, Castro, Friamil (Rial, Castelo de Paiva)
DC 455	16.05.1067	in villa noncubata quos vocitant Vimenario subtus mons Genestazo segus flumine Durio terretorio Anegia	Vimieiro (Sande, Marco de Canaveses)
DC 474	04.[?].1068	ipsa villa ordoni [...] et alia villa nomine ventusella et de covas [...] subtus mons Eiras territorio Anegia discurrente flumen Durio	Ordonhe (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses); Ventozela (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses); Covas (Freixo, Marco de Canaveses); Portela (Magrelos, Marco de Canaveses)
DC 496	27.02.1071	Baselice esse fundata in villa quos vocitant Viliulfus subtus alpe mons Aratrus discurrente fluminis Durio territorium Anegie	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
LTPS 38 * Não utilizado em LIMA, 1993.	27.09.1071	baselica es [...] fundata dignoscitur in valle predicto Palaciolo subtus mons Ordines discurrente ribulo Sausa trritorio [...] Anegie	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
DC 498	28.09.1071	baselica [...] in valle predicto Palatiolo subtus mons Ordines discurrente ribullo Sausa territorio Anegie villa Parada subtus castro Bendoma [...] villa Zeidonesses [...] villa [...] Cabronello [...] villa Ameixenedo [...] Anege discurrente flumen Dorio	Pinheiro (Pinheiro, Penafiel); Cabroelo (Capela, Penafiel); Ameixede (Eja, Penafiel)
DC 505	03.02.1073	baseliga esse cernitur iuxta litus Durio prope flumen Tamice subtus alpe mons et civitas Aratros [...] villa Ordoni et Kapannellas orbe Anegie et territorium Portugalense	Mosteiro de Pendorada, Ordonho e <i>Capanelas</i> (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 542	26.02.1077	in villa Robordanos quos vocitant Sancti Petri subtus mons Benidoma discurrente ribulo Sausa territorio Aneia	Rebordãos, Mosteiro de São Pedro de Cete (Cete, Paredes)
DC 573	24.09.1079	villa quos vocitant Villacova [...] Vilella [...] subtus mons Ordines discurrente arrugio Latrom terridorio Anegie	Vila Cova (Paredes, Penafiel); Vilela (Pinheiro, Penafiel)

(continua na página seguinte)

Civitas Anegia			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 579	02.04.1080	beseliga est fundata in ripa Durio a radice montis Aratris territorio Portukalensis urbis Anegia	Mosteiro de Pendurada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 593	28.12.1080	in villa quos vocitant Sauto subtus mons Asperonis discurrente in fluvio Tamize territorio Anegia	Souto (Rio de Moinhos, Penafiel)
DC 610	1082	basilice esse cernitur subtus mons Aratros discurrente bis alvei Durio et fluvius Tamice quod est fundatus in loco predicto in villa Capannellas iuxta villa Ordoni orbe Anegia territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada, Ordonho e <i>Capanelas</i> (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
LTPS 4	09.08.1083	baselica scita dignoscitur in loquo quos vocitant villa Palacioli subtus mons Ordines territorio Anege secus riuulo Sausa vocabulo Sancti Salvatoris	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
DC 644	22.08.1085	et est ipsa villa in Sandi territorio Anegia subtus mons Castro de Boi discurrente fluvius Durio e Tamice	Sande (Sande, Marco de Canaveses)
DC 651	27.12.1085	besilice esse cernitur subtus mons Aratrus discurrente bis alvei Durio et Tamice quod est fundatus in loco predicto iusta villa Capanellas orbe Anegia territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada e <i>Capanelas</i> (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 654	12.01.1086	in ipse Loderiz [...] et in Paretas [...] et abent iacentia ipsas ereditates ubi iam diximus inter Durio Tamice subtus mons Maurenti discurrente rivolo Tamice territorio Anegia	Paredes (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses); Luriz (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 662	05.05.1086	villa mea propria que abeo inter Uldrianos et Ordinis subtus mons Ordinis discurrente riu de Latrones territorio Anegia	Oldrões (Oldrões, Penafiel); Ordins (Lagares, Penafiel)
LTPS 39 (DC 678)	29.03.1087	in loco que dicitur Palaciolo subtsus mons Ordinis amnis discurrente ribulo Sausa territorio Anegie	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
DC 682	19.04.1087	baselica fundata est in ripa Durio subtus mons Aratrus inter Durio et Tamice territorio Anegia discurrente in ribulo Durio; (Villa Ortigosa territorio Anegie subtus mons Muro discurrente ribulo Pavia)	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 688	16.07.1087	in villa quos vocitant Christoval ad radice de ipsa Portella de Mexiti subtus mons Genestazo territorio Anegia discurrente arrugio riu Maior	Cristóvão (Sande, Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Civitas Anegia			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 689	03.09.1087	monasterio [...] situm est in villa Ordonii iusta Capanellas subtus mons Aratros discurrente bis alvei Durio et Tamice territorio Anegia	Mosteiro de Pendorada, Ordonho e <i>Capanelas</i> (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 742	19.08.1090	in territorio Anegie subtus mons Castro Malo discurrente ribulo Ovelia in loco predicto in illa Pennellina	Pennellina (entre Marco de Canaveses e Amarante)?
DC 743	29.08.1090	qui est fundato in ripa Durio a radice montis Aratri discurrente in flumen Durio urbis Anegia territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 749	18- -22.04.1091	ad aulam baselize sancti Ihoanis Batische qui est fundato in riba Durio ad radize montis Aratri discurentis flumen Durio urbis Anegia territorio Portugalemsis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 755	22.06.1091	baselice Sancti Iohannis Batische qui est fundato in ripa Durio a radice montis Aratri discurrente in flumen Durio urbis Anegia territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 764	23.11.1091	qui est fundato in ripa Durio a radice montis Aratri urbis Anegia territorio Portugalensis	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DC 865	25.11.1097	in villa Losii [...] subtus mons Lebor discurrente ribulo Tamice territorio Anega	Luzim (Luzim, Penafiel)
DP III 89	10.11.1102	in villa Oleirus [...] subtus mons Petrosello discurrente ribulo Molinus territorio Aneia	Oleiros (Rio de Moinhos, Penafiel)
DP III 320	05.02.1109	quorum basilica esse cernitur iuxta litus Durio prope flumen Tamice subtus [falta uma palavra] e mons et civitas Aratros loco predicto iuxta villa Ordoni et <i>Capanelas</i> urbe Anegie et territorio Portugalense	Mosteiro de Pendorada, Ordonho e <i>Capanelas</i> (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
DP III 370 (DC 604)	[11].01.1111	in vila Concela [...] sutos [sic] mons Eiras tiratorium [sic] Anegia discurrentem rivulo flumen Dorio	Concela (Penhalonga, Marco de Canaveses)
LTPS 74 (DP III 401)	23.05.1112	in villa Scapanes [...] et habet iacencia inter Poiares et Corexes inter Vilulfi et Retorta subtus mons Salgueirus territorio Anegia discurrente ribulo Sause	Escapães, Piéres, Guilhufe e Retorta (Guilhufe, Penafiel); Coreixas (Irivo, Penafiel)
DP III 498	28.02.1115	in villa Quiladi [...] subtus mons Aradrus discurrente flumen Durio territorio Anegia	Guilhade (Várzea do Douro, Marco de Canaveses)

(continua na página seguinte)

Civitas Anegia			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 132	16.06.1120	Sancti Michaelis de Inter Ambos Ribulos [...] ad radicem castro Anegie discurrunt flumina Durio vel Tamica	Entre-os-Rios (Eja, Penafiel)
DP IV 381	29.10.1123	in villa Loeriz subtus mons Maurenti discurrunt ribulo Tamice territorio Anegia	Luriz (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)
LTPS 134	24.02.1177	baselica esse fundata dignoscitur in valle predicto Palaciolo subtus mons Ordines discurrunt rivulo Sausa territorio Anegie	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 135	29.11.1177	baselica esse fundata dignoscitur in valle predicto Palaciolo subtus mons Ordines discurrunt ribulo Sausa territorio Anegie	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 141	1180 * SANTOS, 2004: II, 67, e LIMA, 1993: II, 85, atribuem o ano de 1185.	in villa Avuol quanto qui ibi habemus territorio Ainega [sic] discurrunt rivulo de Ladrones territorio Portugal	Abôl (Eja, Penafiel)

Castelo de Penafiel de Canas			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 357	[31.07.]1047	fuius in penafidel de kanas ad ante domno garcia	
DC 391	1054	in temporibus Garcia Moniz * O documento, no entanto, não é específico de Penafiel, mas indica que Garcia Moniz era definitivamente um dos senhores daquela região.	
LM 45=VIII (VMH 45, DC 420)	1059	Et ad radice Penafidel villa cannas ab integro per suos terminos antiquos et cunctis	Canas (Rans, Penafiel)
LTPS 12 (DC 441)	09.07.1064	in terra de Penafiel una quinta inter Fonte Archada et Crestimir [...] in Ascariz duos casaes [...] in Galegus duos kasaes	Fonte Arcada (Penafiel); Escariz (Lagares, Penafiel); Galegos (Penafiel)

(continua na página seguinte)

Castelo de Penafiel de Canas			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 451	24.03.1066	in terra de Pennafidele monasterio Petri [...] villa Zeidonese	Mosteiro de Lardosa (Rans, Penafiel); Pinheiro (Pinheiro, Penafiel);
LTPS 109 (DC 642)	05.08.1085	In presentia de Domno Egas prolis Ermigiz per manu de suo Saion Menendo Pantaiz	São Mamede de Fafiães (Galegos, Penafiel); Vilela (Paredes); Santa Marinha de Figueira (Figueira, Penafiel)
LTPS 36 (DC 643)	15.08.1085	Villa de Eribio est in terra de Penafiel inter Sausa et Kavalunum	Irivo (Irivo, Penafiel)
LTPS 5	Anterior a 30.07.[1095]	in terra de Pena Fiel in villa Figueira	Figueira (Figueira, Penafiel)
LTPS 13	1096	in terra de Pena Fiel in villa de Villar inter Galegos et Fafilanes et in villa Mediana inter Olivaria et Figueira	Vilar (Galegos, Penafiel); Vila Meã (Capela, Penafiel)
LTPS 15 (DP III 179)	1105	In Canas in loco ubi dicent Pinheiro	Canas (Rans, Penafiel)
DR 9 * Falso, não utilizado.	01.02.1106	Menendus Moniz <i>tenens</i> Pennafiel * Utilizado em VENTURA, 1992: II, 1033.	
DP III 320	05.02.1109	Et in ripas Durio [...] et in alia parte sub dominio Pennafidele loco predicto Cebelido et Canelas	Sebolido (Sebolido, Penafiel); Canelas (Canelas, Penafiel)
DR 24	09.05.1111	Menendus Moniz continens Pennafiel	
LTPS 61	1112	in terra Penafiel in villa que dicent Molionudus	Milhundos (Milhundos, Penafiel)
LTPS 75 (DP IV 10)	28.04.1116	villa quo vocatur Palacioli sub castello Penafiel de Canas discurrente ribulo Sause territorio Portugalensis	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
DP IV 204	23.10.1121	in villa quos vocitant Canales [...] et in Covellas [...] et habet ipsa hereditate iacencia in territorio quos vocitant Penafidel subtus mons Clauso discurrente ribulo Tamice	Cans (Rio de Moinhos, Penafiel); <i>Covellas</i> (Penafiel?)

(continua na página seguinte)

Castelo de Penafiel de Canas			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 42	1131	In terra de Penafiel in Budaeeelos [...] Ermegildi	Bodelos (Oldrões, Penafiel); Esmegilde (Paço de Sousa, Penafiel)
DR 122	05.02.1132	Menendo de Pennafide[le]	
LTPS 150	05.1139	Menendo Moniz qui tunc tenebat Penafidelis	
LTPS 6	1142	In terra de Penafiel in villa Castinaria de Susana	Castanheira de Cima (Duas Igrejas, Penafiel)
MA 83	05.1144	Dedi in Penafiel quantum [...] habuit in Coreixes [...] et in Amexedo [...] et in Cebolido	Coreixas (Irivo, Penafiel); Ameixede (Eja, Penafiel); Sebolido (Sebolido, Penafiel) * Coreixas também aparece sob outros montes.
INQ. 578 b-579 a	[1111-1154?]	Interrogatus quot habebant ibi illi qui fecerunt homicidium, dixit quod ratione ipsorum venit Domnus Menendus Munionis, qui tenebat tunc temporis Terram Pennefidelis, et filiavit inde maiorem partem ipsius ville et ecclesie similiter	Lagares (Penafiel)
INQ. 584 a	[1111-1154?]	Et dixit quod accidit una vice quod Domnus Menendus Munionis tenebat Terram de Penafiel et mandavit capere duos homines, et dederunt eos avis ipsius quod observarent eos in castello per forum quod debebant facere, et ipsi observandos captos fugiverunt ipsi capti, et propter hoc Domnus Menendus Munionis mandavit eis capere omnia que habebant, et fecit illam quintanam in ipso loco	São Pedro de Caifás (Galegos, Penafiel)
LTPS 25	1158	in Villa Cova [...] subtus mons Monachino discurrente ribulo Latrones territorio Penafiel	Vila Cova (Valpedre, Penafiel)?
LTPS 2	1168	In terra de Penafiel in Villa Cova de Petra Fixa [...] in Laurdelo de Paredes	Vila Cova (Vila Cova, Penafiel); Lordelo (Paredes, Penafiel)
LTPS 21	[1162-1169]	domno Ermi[gi]o Menendiz qui tenebat Penafiel	
LTPS 19	1171	In terra de Penafiel in Figueira [...] in Rriu Malo	Figueira (Figueira, Penafiel); Rio Mau (Rio Mau, Penafiel)

(continua na página seguinte)

Castelo de Penafiel de Canas			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 10	[1172]	In terra de Penafiel in Randi	Rande (Milhundos, Penafiel)
LTPS 147	1190	In terra de Penafiel in Budalhos [...] et [...] Celgana	Bodelos e Salgã (Oldrões, Penafiel)

Mons Ordines			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 132	22.02.994	baselica cernitur esse fundata in villa Palacioli subtus mons Ordines discurrere rivulo Sausa territorio Anegie	Paço de Sousa (Penafiel)
LTPS 26	01.04.1000	quorum baselica esse cernitur in villa Palacioli subtus mons Ordinis discurrere ribulo Sausa territorio Anegia	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 34	06.07.1044	in villa quos vocitant Galego<s> territorio Anega subtus mons Ordines discurrere ribulo Zebrario	Galegos (Penafiel)
LTPS 38	27.09.1071	baselica es [sic] fundata dignoscitur in valle predicto Palaciolo subtus mons Ordines discurrere ribulo Sausa trritorio [sic] Anegie	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
DC 498 (MMPS 31)	28.09.1071	baselica [...] in valle predicto Palatiolo subtus mons Ordines discurrere ribullo Sausa territorio Anegie	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
DC 573	24.09.1079	In villa quos vocitant villacova [...] villa quos vocitant Vilella [...] subtus mons Ordines discurrere arrugio Latrom territorio Anegie	Vilela (Pinheiro, Penafiel); Vila Cova (Valpedre, Penafiel) LIMA, 1993; ou Vila Cova (Paredes, Penafiel) SANTOS, 2004
LTPS 4	09.08.1083	baselica scita dignoscitur in loquo quos vocitant villa Palacioli subtus mons Ordines territorio Anege secus riuulo Sausa vocabulo Sancti Salvatoris	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
DC 626	09.03.1084	in Villacova subtus mons [...] inis discurrere in ribulo latrones discurrere flumine Tamice	Vila Cova (Valpedre, Penafiel) LIMA, 1993; ou Vila Cova (Paredes, Penafiel) SANTOS, 2004

(continua na página seguinte)

Mons Ordines			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 36 (DC 643)	15.08.1085	baselica fundata est in villa Palaciolo subtus mons Ordini<s> discurrente ribulo Sausa territorio Portugalensem	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
DC 662	05.05.1086	villa mea propria que abeo inter Uldrianos et Ordinis subtus mons Ordinis discurrente riu de Latrones territorio Anegia	<i>villa mea própria</i> = Cimo de Vila (Valpedre, Penafiel)? — entre Oldrões (Penafiel) e Ordins (Lagares, Penafiel)
LTPS 39 (DC 678)	29.03.1087	in loco que dicitur Palaciolo subtsus mons Ordinis amnis discurrente ribulo Sausa territorio Anegie	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
DC 713 Diss. III, 7	29.09.1088	in loco qui dicitur Palatiolus, circa montem Ordinis, contra faciem aquilonis, Territorio Portugalensis, secus fluvium Sause	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 100	28.02.[1088- -1103]	in villa quos vocitant Ascariz [...] subtus mons Ordines discurrente rivulo Sausa territorio Portugalense	Escariz (Lagares, Penafiel)
LTPS 88	09.10.1090	in villa Catenathi in ripa fluminis Sause territorio Portugalensis secus montem Ordini<s>	Cadeade (Paço de Sousa, Penafiel)
DC 848	04.04.1097	in villa Villela e Pinitello subtus mons Ordinis discurrente rivulo Laterones teritorio Portugalense	Vilela e Pindelo (Pinheiro, Penafiel)
DC 884	22.08.1098	in villa quos vocitant Fontano subtus mons Ordines discurrente rivulo Sausa teritorio Portugalense	<i>Villa Fontano</i> =Alto de Fontão (Pinheiro, Penafiel)?
LTPS 35 (DP III 58) * Não mencionado em SANTOS, 2004.	25.02.1102	baselica fundata est in villa Palatiolo subtus mons Ordines discurrente ribulo Sausa teritorio [sic] Portugalense; in villa Ascariz subtus mons Ordines discurrente ribulo Sausa territorio Portugalensem	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel); Escariz (Lagares, Penafiel)
DP III 70	30.04.1102	in villa Lagares decurrenate aqua Bulpeliaris secus montem Ordinis et in villa Ascariei [...] et in villa Vldrianus secus montem Ordinis	Lagares (Penafiel); Escariz (Lagares, Penafiel); Oldrões (Penafiel) * É interessante que Oldrões esteja indicado <i>secus mons Ordinis</i> .
LTPS 46 (DP III 80)	15.08.1102	baselica cernitur esse fundata in villa Palaciolo subtus mons Ordines discurrente ribulo Sausa territorio Portugalense	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)

(continua na página seguinte)

Mons Ordines			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 102	24.03.1103	fundata est in villa Palaciolo subtus mons Ordinis discurrente rivulo Sausa territorio Portugalense; in villa Ascariz subtus mons Ordinis discurrente ribulo Sause territorio Portugalense in loco predicto	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel); Escariz (Lagares, Penafiel)
LTPS 98 (DP III 135)	10.09.1103	in ipsa villa Villar et Ascariz terra Portugalensis subtus mons Ordines discurrente ribulo Sausa	Vilar e Escariz (Lagares, Penafiel)
LTPS 128	05.05.1104	in villa Petri subtus monte Ordinis discurrente rivolo de Latrones in territorio Portugalensis	Valpedre (Penafiel)
LTPS 93	30.05.1104	fundata in villa Palacioli subtus mons Ordines discurrente rivulo Sause territorio Portugalense	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 41 (DP III 230)	13.08.1106	in villa noncupata est Palaciolo subtus mons Ordinis discurrente ribulo Sausa territorio Portugalense	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 92 (DPIII 242)	15.04.1107	baselica fundata est in villa Palacioli subtus mons Ordines discurrente rivulo Sausa t[er]ritorio Portugalense	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 80 (DP III 247)	18.06.1107	habeo in villa de Lamas [...] in villa Gallegos subtus mons Ordinis ad radicem castris Boiefa territorio Portugalensis prope arrugio Cavalluno discurrente ribulo Sause	Lamas (Galegos, Penafiel); Galegos (Penafiel)
LTPS 45 (DP III 252)	15.09.1107	baselica sanctorum fundata est in villa Palaciolo discurrente ribulo Sausa subtus mons Ordinis territorio Portugalensis	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 95 (DP III 303)	06.10.1108	baselica fundata est in villa Palacioli subtus mons Ordinis discurrente rivulo Sause territorio Portugalense	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 114 (DP III 323)	26.03.1109	baselica fundata est in villa Palacioli discurrente rivulo Sause subtus mons Ordinis territorio Portugalense	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 85 (DP III 332)	20.08.1109	fundata est in villa Palacioli subtus mons Ordinis discurrente rivulo Sausa territorio Portugalense	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 81 (DP III 376)	15.05.1111	et abet iacencia ipsa hereditate in villa Gallegos subtus mons Ordines discurrente arugio Kavalluno	Galegos (Penafiel)
LTPS 97 (DP III 385)	1112	in villa que dicitur Vilar secus montem Ordinis discurrente arogio Materni et rivulo Sau [sic] Sause territorio Portugalensi	Vilar (Sobreira, Paredes); ou Vilar (Lagares, Penafiel)?
LTPS 124	03.02.1113	Ipsi monasterio de Palaciolo quod est constructum ad radicem montis Ordinis secus litus Sause territorio Portugalensis	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 110 (DP III 448)	06.07.1113	in illo casal de Figaria [...] subtus mons Ordinis discurrente rivulo Bolpeliars territorio Portugalensis	Figueira (Figueira, Penafiel)

(continua na página seguinte)

Mons Ordines			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 57 (DP III 452)	31.08.1113	baselica fundata est in villa Palacioli subtus mons Ordinis discurrente rivolo Sausa territorio Portugalense	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 120 (DP III 475)	11.06.1114	in villa que vocatur Palacioli secus flumen Sause subtus montem Ordinis territorio Portugalensi	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 101 (DP III 491)	11.11.1114	Sancto Salvatori de Palacioli quod est costructum secus Sausam subtus mons Ordinis arrogio Palacioli territorio Portugalense	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 115 (DP III 502)	23.04.1115	baselica sita est [...] in villa Palacioli subtus mons Ordinis discurrente rivolo Sausa territorio Portugalense; in villa Ascariz subtus mons Ordinis discurrente ribulo Sausa territorio Portugalense	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel); Escariz (Lagares, Penafiel); Lagares (Penafiel)
LTPS 96 (DP IV 37)	18.02.1117	in villa Palacioli subtus mons Ordinis discurrente rivolo Sausa territorio Portugalense; de Sancto Martino de apud Veteres [...] et habet iacentiam subtus mons Ordinis discurrente rivolo Sausa territorio Portugalense	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel); Berbedes (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 68	[ca. 1128 ou depois de 1128]	Sancti Salvatoris de Palacioli quod est fundatum iusta ribulum Sause subtus mons Ordinis territorio Portugalis	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 42	1131	in loco qui dicitur Palaciolus circa montem Ordinis contra faciem aquilonis territorio Portugalense secus fluvium Sausa	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 69	[1137]	in ipsum locum de Palacioli subtus mons Ordinis discurrente ribulo Sause territorio Portugalis	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 32	1138	Villa Villela territorio [...] subtus mons Ordinis discurrente ribulo tamice	Vilela (Pinheiro, Penafiel)
LTPS 50	13.12.1150	Sancti Salvatoris de Palacioli subtus mons Ordinis discurrente ribulo Sausa	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 20	1152	Sancti Salvatoris de Palaciolo prope flumen Sause subtus mons Ordines diocesi Portugal	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 62	12.12.1169	fundata in villa Palacioli subtus mons Ordinis prope ribulum Sause tritorio [sic] Portugalense	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 134	24.02.1177	baselica esse fundata dignoscitur in valle predicto Palaciolo subtus mons Ordines discurrente rivolo Sausa territorio Anegie	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)
LTPS 136	14.04.1177	in ipsa Ulvaria [...] subtus mons Ordinis discurrente ribulo Bulpilares territorio Portugal	Oliveira (Capela, Penafiel)?

(continua na página seguinte)

Mons Ordines			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 135	29.11.1177	baselica esse fundata dignoscitur in valle predicto Palaciolo subtus mons Ordines discurrere ribulo Sausa territorio Anegie	Mosteiro de Paço de Sousa (Paço de Sousa, Penafiel)

Monte Batial			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 129 (DP III 257)	28.09.1107	in Villa Cova subtus monte Petra Fixa et Monte Batial discurrere ribulo Tamice territorio Portugalensis ecclesie	Vila Cova (Vila Cova, Penafiel)

Castro Azarias			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LM [45]=VIII (VMH 45, DC 420)	1059	et ad radice castro Azarias villa Pratuantille	Pedrantil (Croca, Penafiel)
LTPS 73 (DP IV 19)	26.08.1116	in illa area de Azarias [...] sub illa estrata que vadit ad Moazáres	Moazáres (Penafiel, Penafiel)
MA 169	05.1199	hereditate habet iacentiam in Villa Nova et in Arravalde et in Arrua subtus mons Eiras ex alla parte Crasto de Azarias discurrere rivulo Tamice territorio Portugalensis * De facto, as localidades são equidistantes de <i>Castro Azarias</i> e <i>Mons Eiras</i> , mas o rio Tãmega corre entre ambas.	Vila Nova (Tuias, Marco de Canaveses); Canaveses, Agro Chão, Arrabalde (Sobretãmega, Marco de Canaveses); <i>Arrua</i> =Rua (Sobretãmega, Marco de Canaveses)?

Monte Petroselo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 9	27.03- -06.882	baselica fundamus in villa quod vocitant lauridosa inter duas annes kavaluno et cebrario subtus monte petroselo territorio anegrie	Lardosa (Rans, Penafiel)
CMM 1 (DC 53)	18.10.943	ecclesia mea propria vocabulo Sancto Iohanne quorum baselica fundata est subtus mons Petrosello discurrere ribulo Tamica in villa quo vocebant Losidi	Luzim (Penafiel)
DC 324	15.02.1043	in villa que vocidant Marecus subtus mons Petroselo discoremte ribulo Cavaluno teredorio Anegia	Marecos (Penafiel)

(continua na página seguinte)

Monte Petroselo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 398	23.06.1056	in villa quos vocitant villa Cotes subtus mons Petrosello territorio Anegia prope ribulo Tamize	Codes (Rio de Moinhos, Penafiel)
LM 45=VIII (VMH 45, DC 420)	1059	Et in ripa Tamice villa de Uilar integra et est subtus montis Petrosello	Vilar (Galegos, Penafiel)?
LTPS 126 * Não mencionado em SANTOS, 2004.	25.07.1096	in villa que vocitant Lusii subtus mons Petroselo discurrente rivulo Tamice territorio Portugalensis	Luzim (Penafiel)
DP III 89	10.11.1102	in villa Oleirus [...] subtus mons Petrosello discurrente ribulo Molinus territorio Aneia	Oleiros (Penafiel)

Monte Castro			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 94 (DP III 302)	18.09.1108	in villa aput Veteres inter monte Castro et villa Palacioli territorio Portugalense	Berbedes (Paço de Sousa, Penafiel)

Mons Grande			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 116	24.11.1124	in villa Olivaria [...] et habet iacentia subtus mons Grande territorio Portugalensis	Oliveira (Capela, Penafiel)?

Monte Clauso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 856	06.08.1097	in villa que vocitant Ribulos de Molinos subtus mons Monte Clauso discurrente ribulo Tamice in loco ubi dicent illas canales	Rio de Moinhos (Rio de Moinhos, Penafiel); Cans (Rio de Moinhos, Penafiel)
DP IV 31 * Não mencionado em SANTOS, 2004.	03.01.1117	In illas Canales subtus mons Clauso discurrente rivulo Tamice territorio Portugalense	Cans (Rio de Moinhos, Penafiel)

(continua na página seguinte)

Monte Clauso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 204	23.10.1121	in villa quos vocitant Canales [...] et in Covellas [...] et habet ipsa hereditate iacencia in territorio quos vocitant Penafidel subtus mons Clauso discurrente ribulo Tamice	Cans (Rio de Moinhos, Penafiel) <i>Covellas</i> (Rio de Moinhos, Penafiel)?
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 11	1134	Villa Palacio subtus mons Monte Clauso discurrente ribulo Tamice territorio Portukalense	<i>Villa Palacio</i> (Rio de Moinhos, Penafiel) * Há um Paços em Luzim e um Paço em Cabeça Santa.
TMH 673	Sem data, mas do século XII.	et est ipsa hereditas [...] de Fafia sub monte Clauso discurrente [rivulum Tamice?] territorio portugalensi * Em TMH, propõe-se o final do século XII, por volta de 1190.	Rio de Moinhos (Penafiel)

Mons Castro Mondin			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
AMARAL, 1806: 181, nota 216.	06.09.1063 Mas 1065, de acordo com MATTOSE, 2001b: 16.	Doação de Mendo Paes ao mosteiro de <i>Bostello</i> , in loco Picotas subtus mons Castro Mondin, discurrente ribulo Sausa, territorio Portucale.	Bustelo (Penafiel)
MA 76	30.12.1140	in loco predicto que vocitant Lauredo et in Sancti Iacobi subtus mons Castro Mandino discurrente ribulo Sausa territorio Portugalensis	Louredo (Penafiel, Penafiel); Santiago (Santiago de Subarrifana, Penafiel)
MA 79	13.05.1141	in loco predicto quod vocitant Moazares subtus mons Castro Mandino discurrente ribulo Sousa territorio Portugalensis	Penafiel (Penafiel, Penafiel)

Castro Boiefa			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 80 (DP III 247)	18.06.1107	habeo in villa de Lamas [...] in villa Gallegos subtus mons Ordinis ad radicem castri Boiefa territorio Portugalensis prope arrugio Cavalluno discurrente ribulo Sause	Lamas (Galegos, Penafiel); Galegos (Penafiel)
LTPS 78 (DP IV 59)	18.09.1117	in villa Gallegos subtus castro Aboiefa quam ganavimus de Adefonso	Galegos (Penafiel)

Alpem Morsdoma			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 370	11.11.1048	in villa quos nuncupant Retorta suptus alpem Morsdoma in ripa Sausa territorio Portugalensem	Retorta (Guilhufe, Penafiel)

Mons de Sinagoga/Segoga			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 467	23.03.1114	ipsa hereditate habet iacenia in villa Galegos [...] et ibi iacet subtus mons De Sinagoga discurrente rivulo Sausa territorio Portugalensis	Galegos (Penafiel)
LTPS 77 * Não mencionado em SANTOS, 2004.	17.04.1127	in villa Gallegos subtus mons Sinagoga discurrente ribulo Cavaluno territorio Portugalensis	Galegos (Penafiel)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 30	1138	In villa de Auterio [?] [...] discurrente ribulo Latrones subtus mons Senagoga territorio Portugalensis	Outerio (Galegos, Penafiel)?
LTPS 63	02.1171	in villam que vocatur Corexes [...] subtus mons Segoga discurrente ribulo Cavaluno territorio Portugal	Coreixas (Irivo, Penafiel)
LTPS 138	05.1177	in villa Coreixes [...] Ribeira subtus mons [??] discurrente ribulo Cavaluno territorio Portugal * A nossa proposta para a presença do rio Cavaluno e de Coreixas. Poderá também indicar o <i>Mons Salgueirus</i> .	Coreixas, Ribeira (Irivo, Penafiel)

Monte Vallinas			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 256 * Não utilizado em LIMA, 1993.	28.09.1107	In termino de villa Leosidii [...] qui descendit de Monte Vallinas [...] qui exparte de Ripazales	Luzim (Luzim, Penafiel); Ribaçais (Abragão, Penafiel)

Mons Cabreira			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 384	27.11.1123	in Sancto Thome de Canas [...] subtus mons Cabreira discurrente ribulo Zevreiro territorio Portugalensi	Canas (Rans, Penafiel)

Mons Mensa			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 3 (DC 781)	25.06.1092	in villa Losidi que est subtus mons Mensa et Asperon prope ripa Tamega [...] in loco nominato vila Sala	Sá (Luzim, Penafiel)

Mons Guilariz			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 57 (DP III 452)	31.08.1113	in loco predicto ipsum Vilar subtus mons Guilariz discurrente ribulo Kavaluno territorio Portugalense	Vilar (Marecos, Penafiel) * SANTOS, 2004: 102 propõe a identificação com Vilar (São Martinho de Recezinhos)

Mons Salgueirus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTSP 74 (DP III 401)	23.05.1112	in villa Scapanes [...] et habet iacencia inter Poiares et Corexes inter Vilulfi et Retorta subtus mons Salgueirus territorio Anegia discurrente ribulo Sause	<i>Escapães</i> (Guilhufe, Penafiel); Piéres (Marecos, Penafiel); Coreixas (Irivo, Penafiel); Guilhufe (Guilhufe, Penafiel); Retorta (Guilhufe, Penafiel)

Mons Asperonis			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 569	25.07.1079	in villa Palatio subtus mons Asperonis discurrente in fluvio Tamize territorio Portugalensis	Paços (Luzim, Penafiel)
DC 593	28.12.1080	in villa quos vocitant Sauto subtus mons Asperonis discurrente in fluvio Tamize territorio Anegia	Souto (Rio de Moinhos, Penafiel)
CMM 3 (DC 781)	25.06.1092	in villa Losidi que est subtus mons Mensa et Asperon prope ripa Tamega [...] in loco nominato vila Sala	Sá (Luzim, Penafiel)
DP IV 100	06.08.1119	in villa que vocitant Sancti Iohannis de Codes in territorio Portugalensis subtus mons Asperon discurrente ribulo Tamice	Codes (Rio de Moinhos, Penafiel)
CMM 89 (MA 72)	20.08.1139	in villa que vocitant Oleiros subtus mons Asperon discurrente ribulo Tamize	Oleiros (Rio de Moinhos, Penafiel)

Mons Alvugates			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 689	03.09.1087	in villas quos vocitant Celgana et Cannas et Quintanella subtus mons Alvugates discurrante arrugios Zebreiros et Cavallunono [sic] territorio Portugalensis	Salga, Canas e Quintela (Oldrões, Penafiel) * De acordo com SANTOS, 2004: 94.
LTPS 87	05.1168	in villa Guimaranes [...] subtus mon Alvogares discurrante ribulo de Ladrões territorio Portugalis	Gumarães (Oldrões, Penafiel)

Mons Nabales			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 117	26.08.1146	in villa Canelas subtus mons Nabales discurrante rivolo Dorio territorio Portugalensis	Canelas (Penafiel)

Mons Monachino			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 25	1158	in Villa Cova [...] subtus mons Monachino discurrante ribulo Latrones territorio Penafiel	Vila Cova (Valpedre, Penafiel)?

Mons Lebor			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 865	25.11.1097	in villa Losii [...] subtus mons Lebor discurrante ribulo Tamice territorio Anega	Luzim (Luzim, Penafiel)
LTPS 51	12.03.1112	villa Kavalions sub monte Lebor cum agioribus suis	Cavalhões (Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses) * Ou trata-se de uma outra localidade à direita orográfica do rio, ou o documento é interessante porque entre a montanha e a localidade passa o <i>Tamice</i> .

Mons Macaneira			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 320	05.02.1109	Et iusta ribulo Tamice subtus mons Macaneira sub illa strata Lepor uno kasal [...] in loco predicto Auteiro	Outeiro (Luzim, Penafiel)

Montem Pena Redonda			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 72 (DP IV 16)	21.07.1116	in villa Scapanes subtus montem Pena Redonda discurrente ribulo Calvaluno territorio Portugalensi	Escapães (Guilhufe, Penafiel) * Esta localidade era anteriormente indicada sob o <i>Mons Salgueirus</i> .

Mons Petrafitá			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 844	06.03.1097	in villa quos vocitant Viliulfi subtus mons Petrafitá discurrente ribulo Sausa et Kavaluno territorio Portugalense	<i>Viululfi</i> (Penafiel)? SANTOS, 2004: II, 69, propõe São João de Guilhufe (Guilhufe, Penafiel).
LTPS 129 (DP III 257)	28.09.1107	in Villa Cova subtus monte Petra Fixa et Monte Batial discurrente ribulo Tamice territorio Portugalensis ecclesie	Vila Cova (Vila Cova, Penafiel)
DP IV 175	12.04.1121	in Villa Cova subtus mons Petra Ficta	Vila Cova (Vila Cova, Penafiel)

Porto

Castrum Novum — Burgus — Civitas di Porto			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LF 10	1.1.569, Lugo * Contrafação do século XI (RENZI, MARIANI, 2020).	Ad sedem Portugalensem in Castro Novo	Sé (Porto)
FERNANDES, 2017: 189, nota 183.	Final do século IX.	Fortaleza a norte de Coimbra, de nome Burtuqal.	(Porto)
DR 53	18.04.1120	De toto illo burgo sine alio herede	Sé e territórios limítrofes (Porto)
MA 44 (DP IV 363; <i>Leges</i> : I, 361)	14.07.1123	portugalensi Burgo	Sé e territórios limítrofes (Porto)
DS 39	[1. 1186- 11. 1189]	burgensibus eiusdem civitatis	Sé e territórios limítrofes (Porto)

(continua na página seguinte)

Castrum Novum — Burgus — Civitas di Porto			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DS 209	Sem data.	Et mando quod episcopus faciat fieri mercatum ante Sanctam Mariam quia melius populabitur propter hoc ipsum castellum	Sé (Porto) * Sancho I declara ao juiz e ao concelho do Porto que o bispo D. Martinho é o senhor da cidade, a quem todos os habitantes devem obedecer e a quem concede autorização para comercializar junto à catedral.

Castro Luneta			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 500	26.03.1072	Quintana [...] Casal de Fralengo [...] abent ipsas villas iacentia in rripa Durio ex parte calleca subtus Castro Luneta	<i>Quintana e Casal de Fralengo</i> (Campanhã, Porto)?
DR 53	18.04.1120	Et castrum quod a vulgo dicitur Luneta cum omnibus pertinencijs suis	Noeda (Campanhã, Porto)
DR 165 (MTM LXXVII, CMP 83)	05.1138	Per Luneda * Já não há qualquer referência ao <i>castrum</i> .	Noeda (Campanhã, Porto)
SILVA, 2006: 170; ADP. Cart.º Cab. Pergaminhos Vários, 1658, fl. 1.	01.1158 (transcrito oficialmente em 21.11.1259)	in cauto Portugalensis videlicet [...] in villa de Lueda	Noeda (Campanhã, Porto)

Castro Mafamuti			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 526 (DC 54, MTM I)	05.10.944	in villa que vocitant Alduarii, fluvio Dorio, territorio Portugalensis, subtus castrum Mafumuti	Aldoar (Porto)
LP 208 (DC156, MTM IV)	18.03.989	in villa Alduari, territorio Portugalensi, subtus monte Mahamudi	Aldoar (Porto)
LP 366 (DC 159, MTM V)	19.11.990	in villa Alduari, territorio Portugal, subtus mons Mahamut, discurrente flumen Dorio, prope literre maris	Aldoar (Porto)

Montem Cautivis/Captivis			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DR 53	18.04.1120	deinde per Montem Cautivis (Captivis)	(Porto)
DR 165 (MTM LXXVII, CMP 83)	05.1138	Monte Captivas	(Porto)

Santo Tirso

Mons Cordova			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 337	31.10.1044	in vila Parta [??] suptus alpis mons Cordova probe Leza territorio Portugale	<i>Vila Parta</i> =Parada de Guimarei ou Carreira (Santo Tirso)
DC 366	16.04.1048	in vila Vimarei [...] subtus mons Cordova teredorio Portugal ribulo corente Sanquineto	Guimarei (Santo Tirso)
DC 377	25.07.1050	in villa Sancti Tome subtus mons Cordube et rribolum Avizella territorio Portugalense	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso)
LM [45]=VIII (VMH 45, DC 420)	1059	Et de uilla Sangunedo que est in Ferreira ad radice Montis Cordube; Et in Monte Corduba; Et de to[to] Montis Cordube IIIª integra	Sangunedo (Sanfins de Ferreira, Paços de Ferreira); ou Sanguinhedo, (Lustosa, Lousada)?
DC 511	24.02.1074	in Villa Sancti Thome, subtus mons Cordova; et ribulo Avizela teritorio Portugalensis	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso)
DC 515 (SSJ 22)	07.10.1074	in Sancto Tome de Adpetratos sub alpei mons Cordobe teretorio Portukalense et rivolo Avizelle	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso)
DC 517 (SSJ 23)	15.10.1074	in villa Sancti Tome subtus mons Cordoba discurrente rribulo Avizella territorio Portugalensis	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso)
DC 531 (cf. DC 582)	26.02.1076	in Villa quos vocitant Sancti Thome subtus mons Cordube, discurrentem ribulum Avizela territorium Portucalense	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso)

(continua na página seguinte)

Mons Cordova			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 553 + DC 511 (com data, errada, de 1074) (SSJ 24) São duas cópias do mesmo documento.	24.02.1078	in villa Sancti Thome subtus mons Cordoba et ribulo avizela territorio portugalensis	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso)
DC 582 (cf. DC 531) (SSJ 27)	28.04.1080	in villa quos vocitant Sancti Thome subtus mons Cordube discurrentem rribulum [...] vizela territorium Portucalense	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso)
DC 612 (SSJ 30)	23.01.1083	ereditate nostra [...] subtus mons Corduva discurrentem rribulum Avizela territorium Portucalense et ave iacentia in villa Sancti Tome	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso)
DC 697 (SSJ 33)	23.01.1088	in villa Pinitello subtus mons Cordube secus rribolum Ave territorio Portugalensis	Pindelo (Árvore, Vila do Conde)
DC 743	29.08.1090	et in ripa de Ave a radice monte Cordova villa Manualdi	<i>Villa Manualdi</i> (Santo Tirso ou Trofa)?
DC 747 (SSJ 37)	21.01.1091	in villa Sancti Tome subtus mons Cordova discuremtem ribulo Avizella terridorio Portugalensis et abe jacentja in Apetradoos	Pedrados (São Tomé de Negrelos, Santo Tirso)
DC 794 (SSJ 38)	05.03.1093	in villa Apetratos subtus mons Cordova discurente ribulo Avizella territorio Portugalense	Pedrados (São Tomé de Negrelos, Santo Tirso)
DC 796 (SSJ 39)	08.05.1093	in villa Vimarei subtus mons Cordova territorio Portugalensis discurrente ribulo Sanguineto	Guimarei (Santo Tirso)
DC 833 (SSJ 42)	15.07.1096	in villa Sancti Thome subtus mons Cordova secus flumen Avicela territorio Portugalis	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso)
DR 4 (DC 864)	23.11.1097	per illo termino qui dividet inter Burganales et monasterium Sancti Tirsi et quomodo dividet inter Leoveriz et Sanctam Crucem et per terminum qui spartet inter Mons Cordove et Sanguinedo	Terrenos em Santo Tirso: Burgães, Santo Tirso; mosteiro de Santo Tirso; <i>Leoveriz</i> , Santo Tirso? Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso; Monte Cordova, Santo Tirso; <i>Sanguinedo</i> Santo Tirso (ver o documento LM [45]=VIII)
DC 871	23.03.1098	in loco qui dicitur Moraria, secus flumen Ave, subtus mons Cordoba, contra facia Aquilonis	Se Moreira (Maia) estava anteriormente sob outros castelos/montes (<i>Avenoso</i> , <i>Rubias</i> e Faro).

(continua na página seguinte)

Mons Cordova			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 86 (SSJ 51, DC 503)	23.10.1102 (DC=1072)	in villa Sancti Thome subtus mons Cordova et ribulo Avizela territorio Portugalense et abe iacentja ipsa ereditate in loco predicto hic in Cucuvelos	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso); Covelos (Covelas, Trofa)?
DP IV 25	28.11.1116	qui diciture Rodoriz, qui est subtus mons Cordove discurente rivulo Avizela territorio Portugalensis	Mosteiro de Roriz (Santo Tirso)
SSJ 87	21.06.1137	in villa que vocitant Pousada sutus mons Cordova teritorio Bracara discurrente ribole Avizela	Pousada (Prazins, Guimarães)? * É importante ter em conta tanto a referência ao <i>mons</i> como a data: ao referir em território bracarense, esta localidade pareceria estar a norte do Avizella, mas está sob o <i>Mons Cordova</i> , que se encontra a sul desse rio. Não nos parece que se trate de homonímia. Ou a identificação proposta é incorreta ou trata-se de um exemplo interessante que merece reflexão futura.

Castelo de Refojos de Riba de Ave			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LM [51] (DC 225)	21.12.1014	Dum autem perue nerunt ad diem actum hic in Penamaior ante illa comitissa et comites Rudesindo Gonsaluit et Nuno Menendi<z> et Gonsaluo Menendiz, Ranimiro Menendiz et Gutierre Roderici ordinavit ipsa comitissa et ipsos comités suos iudices que legem docebant id sunt Froila Erotiz, Honoricus Zaleimaz, Vermudo Todemiriz, Menendus Gauiniz, Egas Menendiz, Ranemiro Menendiz et alii plures filii uenenatorum que in ipso concilio erant ut audissent legentes scripturas de amborum partes et iudicassent eos per uera ueritate	
DR 4 (DC 864)	23.11.1097	Diagus Gundisalviz qui est maiorino de illa terra confirmo	
VENTURA, 1992: II, 1033	1146	<i>tenens</i> Gonçalo Rodrigues da Palmeira	

Castro de Moraria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LM [55] (DC 952)	Século XI (?) (em DC 1100)	Inuenimus in Agrela medietate exceptis nona de rex et fere in uallo de agro de Uenerando et inde in sepe de agro de Ermiaro et fere in castro de Moraria et achamus illo in iure de filio de Gundesindo	Vilarinho (Santo Tirso); ou Moreira de Cónegos (Guimarães, fora da nossa área de investigação)

Castro que fuit de Floila			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LM [55] (DC 952)	Século XI (?) (em DC 1100)	et in agro de Portela [...] et castro que fuit de Floila et quadit illo at degani et desparili de ipso agro lavoratio medietate	Vilarinho (Santo Tirso)

Mons Fragoso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/ MSMV/A/ M01/01 (DP III 150)	25.01.1104	Concedimus ad aulam Micahelis Archangelis qui erat fundata in villa noncupatam Arcucello [...] subtus mons Fragoso et ribolum Avizella territorio Portugalense	Arcozelo (Vilarinho, Santo Tirso)

Mons Penouzu			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 522	21.12.11115	in villa Negrelos et abet iacentja in monte Sono territorio Portugalensis subtus mons Penouzu discurrente rivulo Avicella	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso)

Monte Sono			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 522	21.12.11115	in villa Negrelos et abet iacentja in monte Sono territorio Portugalensis subtus mons Penouzu discurrente rivulo Avicella	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso)

Trofa

Civitas/Castro Albarelios			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 14	13.04.907	de villa nostra propria nominata freiseno que iaces inter ambas labrugias subtus civitatis albarelios et castro de bove territorio bragarense e portugalense	Freixo (Guilhabreu, Vila do Conde)
DC 16	28.02.908	Et inter ambas labrugias subtus civitas albarelios et castro de bove	«Villar de Avolo»; «igreja de Sancte Marie de Villa Mediana» (Santa Maria de Avioso?); Freixo (Guilhabreu, Vila do Conde)
DC 151	986	in vila que vocitant viliabredi subtus castro [...] us territorium portugalensis * Já em 979 (DC 126) deixa de ser referido como <i>civitas</i> .	Guilhabreu (Vila do Conde) * A nossa proposta, cf. DC 158.
DC 158	29.04.990	in villa palmatianas suptus castro alvarelius discurrente ribulo abe territorio portugalense	Palmação (Guilhabreu, Vila do Conde)
DC 382	14.06.1052	in villa Palmacianus suptus castro Alvarelius territorio Portugallensis discurrente ribulo Ave	Palmação (Guilhabreu, Vila do Conde)
DC 413	28.05.1059	in vila que vocidant Quitones subtus mons Alvarelios discurrente riulo Quitones prope litore maris teritorio Portugalensi	Guidões (Trofa)?
DC 533	23.08.1076	de illa cortina ad illa vestra porta in villa Quidones subtus kastro Alvarelius discurrente rribulo Ave in territorio Portugalensis	Guidões (Trofa)?
DC 616	04.06.1083	in vila que vocidant Parada subtus mons Alvarelios teritorio Portugalens prope litore maris discurrente rivulo Retorta	Parada (Guilhabreu, Vila do Conde)
DC 729	[19.12.]1089	in vila quos vocitant [...] mons Alvarelios discurrente ribulo Ave prope litore maris in logo predicto Parada	Parada (Guilhabreu, Vila do Conde)
DC 797	[05].1093	in villa Palmatianus subtus Kastro Alvarenga discurrente ribolum Peacelo teritorio Portugalensis * <i>kastro alvarenga=kastro alvarelio?</i> LIMA, 1993: II, 49, atribui este documento a Alvarenga em Arouca.	Palmação (Guilhabreu, Vila do Conde)?
DP III 11	27.02.1101	in villa Uiliabrey inter villa Parada et villa Fraxeo subtus castro Alvarelio territorio Portugalensis discurrente ribulo Laurugia prope litore maris	Guilhabreu (Vila do Conde) * Localidade que também figura sob outros <i>montes</i> .
DP IV 60	29.09.1117	in villa Palmacianos subtus civitas Alvarenga discurrente ribulo Pedacel teritorio Portugalensis * <i>civitas alvarenga=civitas albarelios?</i>	Palmação (Guilhabreu, Vila do Conde)?

Monte Calvo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DR 4 (DC 864)	23.11.1097	et exinde per Monte Calvo	Território de Santo Tirso

Valongo

Pena de Corvo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DR 220	21.01.1147	Pena de Coruo e desde ahi pella estrada velha	Luriz (Campo, Valongo)

Vila do Conde

Castro de Bove			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 14	13.04.907	de villa nostra propria nominata freiseno que iaces inter ambas labrugias subtus civitatis albarelios et castro de bove territorio bragarense et portugalense	Freixo (Guilhabreu, Vila do Conde)?
DC 16	28.02.908	Et inter ambas labrugias subtus civitas albarelios et castro de bove	«Villar de Avolo»; «igreja de Sancte Marie de Villa Mediana» (Santa Maria de Avioso?); Freiseno=Freixo, (Guilhabreu, Vila do Conde)
DC 24	921	in vila que votam [sic] trasvari suptus castro de bo [sic] terredorio portugalense	Tresval (Gião, Vila do Conde)
DC 80	26.05.960	et abet iacentia ipsa ereditate in vila que vocidant palatione teritorio portugalense subtus castro de bove	Palatione entre Maia e Vila do Conde?; Talvez Paço (Modivas, Vila do Conde)?
LP 187 e 187A (DC 112)	12.05.974	villam quam dicunt Valeriani, que est iuxta Castellum de Bove, ribulum Ave inter villa Mazanaria et Fornello villa que dicunt Valeriani, que est iuxta Castellu de Bove, ribulum Ave inter villa Mazanaria et Fornellu	Vairão (Vila do Conde)
DC 198	22.02.1008	in vila Retorta suctus castro de bove teridorio portogalensis discurente ribulo abe probe lidore maris	Retorta (Vila do Conde)

(continua na página seguinte)

Castro de Bove			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 216	20.08.1011	in villa Viliabredi [...] prope ribulo Ave urbio Portugal subtus Castro de Bove	Guilhabreu (Vila do Conde)
AZEVEDO, 1974: doc. 2	18.04.1018	In villa Vilabredi subtus castro de Bove urbio Portugal	Guilhabreu (Vila do Conde)
DC 249	24.11.1021	acisterio Valeri subtus castro de bove territorio portugalensis discurrente rivolo Ave	Mosteiro de Vairão (Vila do Conde)
DC 281	22.11.1033	et alia inter Ave et Labrugia nominata Vila Plana et ave iacentia inter mirazi et moreirola et de alia parte mola de olibas alphe montis Castro Bove territorio Labremse et Portugal in litore maris	Vila Chã (Vila do Conde)
DC 308	05.11.1039	vila Retoria subtus Castro Bove territorio Portukalensis	Retorta (Vila do Conde)
DC 318	20.12.1041	in villa Retorta subtus Castro Bove terridurio Portugalensis prope ribulo Abe	Retorta (Vila do Conde)
DC 321	[1042]	in villa Retorta subtus Castro Bove terridurio Portugalensis prope ribulo Abe	Retorta (Vila do Conde)
DC 333	09.03.1044	in villa Paredelias subtus Montes Kastro de Bove territorio Portugalensis discurrerentis ribulo Cadabom loco predicto	Parada (Guilhabreu, Vila do Conde)
DC 352	20.03.1047	in villa Retorta subtus castro Bove terridurio portugalensis	Retorta (Vila do Conde)
DC 353	29.03.1047	in villa Retorta subtus castro Bove prope litore maris	Retorta (Vila do Conde)
DC 414	31.05.1059	in villa que vocidant Egarel discurrerem ribulo Labruia probe litore et maris terridurio Portugalensis subtus Kastro de Bove	<i>Egarel=Egaredi</i> (Vila do Conde)?
DC 415	19.09.1059	vila Verde [...] ave iacentia ipsa villa inter villa Arones e villa Monasteriolo subtus Castro de Bove discurrerem ribulo Udi teritorio Portugalensis	Vila Verde (Mosteiró, Vila do Conde); Arões (Mosteiró, Vila do Conde); Mosteiró (Vila do Conde)
DC 453	21.03.1067	in villa Retorta [...] subtus kastro de [...] [falta uma palavra] discurrerem ribulo Ave probe lidore maris	Retorta (Vila do Conde)
DC 460	[01].1068	in loco quas vocitant Aminidelo [...] subtus mons Kastro de Bove discurrerem ribulo Ave teritorio Portugal prope litore maris	Mindelo (Vila do Conde)
DC 461	22.02.1068	in villa Toderi terridurio Portugalensis subtus castro Bove prope litore maris	<i>Toderi</i> (Vila do Conde)?

(continua na página seguinte)

Castro de Bove			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 462	20.04.1068	in vila que vocidant Moreriola [...] subtus Castro de Bove discurrente ribulla Furgia probe lidore maris	<i>Moreriola</i> =Moreiró (Labruge, Vila do Conde)?
DC 480	26.06.1069	in villa Amenidello [...] iacentia subtus Kastro de Bove discurrente rribulo Ave prope lldore maris territorio Portugalensis	Mindelo (Vila do Conde)
DC 483	17.11.1069	in villa Menidello subtus mons Kastro de Bove discurrente rribulo Ave probe lldore maris territorio Portugalensis	Mindelo (Vila do Conde)
DC 489	28.02.1070	in vila Retorta discurrente ribul Ave subtus Castro Bove teridorio Portugal	Retorta (Vila do Conde)
DC 495	13.02.1071	in villa Retorta subtus Castro Bove terridurio Portucalensis	Retorta (Vila do Conde)
DC 497	08.06.1071	in villa Retorta subtus Castro Bove	Retorta (Vila do Conde)
DC 501	17.08.1072	in villa que vocitant Vilarinu inter villa Leneti et villa Penitello subtus mons Kastro de Bove teritorio Portugalensis discuremte ribulo Ave prope litore maris	Pindelo (Árvore, Vila do Conde); Vilarinho (Macieira de Maia, Vila do Conde)?; Lente (Árvore, Vila do Conde)
DC 510	18.02.1074	in villa quos vocitant Llabrugia et abe iacentia subtus Kastro de Bove discurrente rribulo Llabrugia prope lldore maris in territorio Portugalensis	Labruge (Vila do Conde)
DC 518	30.11.1074	in villa Villar de Porcos et abe iacentia subtus Kastro de Bove discurrente rribulo Kadabon in territorio Portugalensis	Vilar de Pinheiro (Vila do Conde) * Esta localidade encontrava-se anteriormente sob os <i>montes</i> Faro, depois, Bove e, por último, Avioso.
DC 524	14.02.1075	in villa quos vocitant Egaredi subtus monte Kastro de Bove discurrente ribulo Llabrugia prope lldore maris in territorio Portugalensis	<i>Villa Egaredi</i> (Vila do Conde)?
DC 527	17.04.1075	in villa quos vocidant Egaredi subtus mons Kastro Bove teritorio Portugalensis discurente ribulo labrugia prope litore maris	Villa Egaredi (Vila do Conde)?
DC 529	15.?.1075	in villa Viliabredi subtus Kastro de Bove territorio Portugalensis	Guilhabreu (Vila do Conde)

(continua na página seguinte)

Castro de Bove			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 530	26.02.1076	in villa que vocidant Vilarino subtus montis Castro de Bove teritorio Portugalemsis discurrentis ribulo Abe prope litore maris	Vilarinho (Macieira da Maia, Vila do Conde)
DC 571	18.08.1079	in vila que dicent Morerola rriba de mar discurrente ribulo Llabruia subtus mons Castro de Bove teredorio Portukalensis	Moreiró (Labruge, Vila do Conde)?
LF 108	02.04.1081	in villa Amenitelo secus litore maris subtus alpe Bove Castro territorio Portugali	Mindelo (Vila do Conde)
LF 612 (cf. LF 110)	29.06.1082	in villa Amenidello secus litore maris subtus alpe Bove Kastro territorio Portugali	Mindelo (Vila do Conde)
LF 110 (cf. LF 612)	30.12.1082	in villa Amenitello secus litus maris subtus alpe Bove Castro territorio Portugali	Mindelo (Vila do Conde)
DC 629	13.05.1084	in illa vestra quimtana de Susana qui sta a parte orientale subtus Kastro de Bove discurrente rribulo Llabrugia in [...] dorio Portugalensis	Quinta de Susana (Vila do Conde)?
DC 795	21.03.1093	in villa quos vocidant Viliabredi et Vargano subtus mons Castro de Bove teritorio Portugalense discurrente ribulo Labrugia	Guilhabreu (Vila do Conde); Vargano?
DC 814	08.01.1095	loco predicto Amenitello subtus mons Castro Bove teritorio Portugalense discurrente prope litus maris	Mindelo (Vila do Conde)
DC 846	22.03.1097	in villa Cornias subtus mons Castro de Bove teritorio Portugalense discurrente ribulo Labrugia	Malta (Vila do Conde)
DC 861	25.08.1097	in villa quos vocitant Vilarino inter Pinitello et Leneti subtus kastro de Bove teritorio portugalensis probe litore maris inter Ave et Leza	Pindelo (Árvore, Vila do Conde); Vilarinho (Macieira de Maia, Vila do Conde)?; Lente (Árvore, Vila do Conde)
DC 880	19.05.1098	in villa Egaredi discurrente rivulo Labrugia et subtus mons Castro de Bove et prope litore maris teritorio Portugalensis	Villa Egaredi (Vila do Conde)?
DC 932	22.04.1100	in villa Pinitelo suctus mons Kastro de Bove teritorio Portugal prope rivolo Ave et ave iacentia inter Retorta et Pinitello	Pindelo (Árvore, Vila do Conde); Retorta (Vila do Conde)
DP III 235	15.01.1107	et abe ipsa ereditate iacentja teritorio Portugal subtus mons Castro de Boi prope litore maris in loco predicto villa quos vocitant Kanitello	Canidelo (Vila do Conde)

(continua na página seguinte)

Castro de Bove			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 306	[15].10.1108	in villa quos vocitant Villarino de Pintello subtus Castro de Bove teridorio Portugalensis discurrente ribulos inter Ave et Leza et est prope litore maris	Pindelo (Árvore, Vila do Conde)
DP III 359	07.10.1110	in villa que vocitant Penidelo subtus Kastro de Bove territorio Portugalensis discurrente rivulo Ave prope littore maris	Pindelo (Árvore, Vila do Conde)
DP III 446	01.07.1113	in villa quos vocitant Pariete in loco predicto ubi dicent Monimenta et illa larea que venit de illo termino de Gondesindi pro a Paretas et insuper quantas ibi abe subtus castro de Bove teridorio Portugalensis et est inter Ave et Leza et est in litore maris	Moimenta de Paredes (Maia)
DP III 454	24.09.1113	de ipsa rotela de Froia Vimariz [...] subtus mons Castro de Boi discurrere ribulo Labruga prope litore mare territorio Portugalense [...] et abe iacentja in villa Avenaneda	Aveleda (Vila do Conde)
DP III 463	27.01.1114	de reditate mea propria que abeo terretorio Portugalensis in villa que vocatur Carrezedo et Azevedo subtus mons Castro de Bove discurrere ribulo Ave	Carrazedo (Vairão, Vila do Conde); Azevedo (Vila do Conde)?
DP III 490	20.10.1114	in villa Villarino subtus Castro de Bove teridorio Portugalensis discurrere ribulo Ave teridorio Portugalensis	Vilarinho (Macieira de Maia, Vila do Conde)?
DP IV 45 (SSJ 69)	30.04.1117	in Sancto Petro de Fagozes subtus mons Ka[s]tro de Bove teridorio Portugal discurrere ribulo Ave	Fagozes (Vila do Conde)
DP IV 46	04.05.1117	hereditatem de Azeveto et de Sancto Petro de Fagozes et in Cacavelos [...] subtus monte Castru Bove dicurrere ribulo Ave territorio Portugale	Azevedo (Vila do Conde)?; Fagozes (Vila do Conde) * Pensamos que <i>Cacavelos</i> não pode coincidir com <i>Carcavelos</i> (Vila do Conde), como proposto em BARROCA, 2017a: 225, uma vez que se encontra a norte do rio Ave e próximo da <i>Civitas Bagunte</i> .
DP IV 60	29.09.1117	in villa Azeveto subtus Castro de Bove teridorio Portugalensis et est in riba de Ave	Azevedo (Vila do Conde)?
DP IV 153	11.01.1121	in villa quos vocitant Pinitello de iusano subtus mons Castro Bove territorio Portugalensis discurrere ribullo ic [?] in foze de Ave in Pinitello prope litore maris	Pindelo (Árvore, Vila do Conde)

(continua na página seguinte)

Castro de Bove			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 278 (SSJ 72)	30.08.1122	In villa Sancto Pedro de Faioces in loco predicto ubi vocant Quintana subtus Castro de Bove territorio Portugalensis discurrante ribulo Eldonza et est inter Ave et Durio	Quintana (Fajozes, Vila do Conde)
DP IV 334 (SSJ 76)	23.03.1123	in Rial et abe iacentja suptus Hastro [sic] de Bove in villa quos vocitant Sancto Pedro de Faioces discurrentem ribolo Ave prope litore maris	Real (Vairão, Vila do Conde); Fajozes (Vila do Conde)
DP IV 366	22.07.1123	Gondesindi subtus mons Kastro de Bove territorio Portugalensis discurrante arrio Fontanello prope litore maris	Gosende (Vila do Conde)
PT/TT/MSV/003/0001 21	1131	In Villa Trasvar [...] subtus mons Castro de Bove discurrante flumine Ave territorio Portugal prope litore maris	Tresval (Gião, Vila do Conde)
SSJ 85	02.06.1132	Damus a tibi ipso kasale in Quitusedis cum exitum et cum regresun et abet jacencia in ribole Ave subtus kastro de Bove teridorio Portugalensis	Tougues (Tougues, Vila do Conde)
SSJ 90	07.12.1141	ereditate nostra propria que abemus [...] in villa quos vocitant Cacavellos et in Trasvar. Et illa hereditate abet jacencia subtus mons Castro de Bove territorio Portugalensis discurrante flume Ave	Cacavellos e Tresval (Gião, Vila do Conde) * Pensamos que <i>Cavacelos</i> não pode coincidir com <i>Carcavelos</i> (Vila do Conde), como proposto em BARROCA, 2017a: 225, uma vez que se encontra a norte do rio Ave e próximo da <i>Civitas Bagunte</i> .
PT/TT/MSV/003/0001 31	1142	Villa Fornelo [...] Villa Azevedo regalengo devirano (de virano?) [...] subtus mons Castro de Boi discurrante ribulo Ave prope litore maris territorio Portugalensis	Azevedo (Fornelo, Vila do Conde)
DR 198 (CMP 122)	20.05.1143 (CMP= 24.05.1143)	Habet iacentja subtus mons Castro Bouis inde ar rium de Labrugia discurrante prope arrugio Penelas territorio Portugalensis	Igreja de Santo Estêvão de Gião (Gião, Vila do Conde)
PT/TT/MSV/003/0001 36	1145	Villa Egaredi subtus mons Kastro Bove territorio Portugal prope litore maris discurrante rivulo Ave	Villa Egaredi (Vila do Conde)?
PT/TT/MSV/003/0002 2	1149	Fundatum est acisterium Valeriani locum Sancti Salvatoris substus Castro de Bove discurrante rivulo Ave territorio Portugal	Mosteiro de Vairão (Vairão, Vila do Conde)

(continua na página seguinte)

Castro de Bove			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/ MSV/003/ 0002 5	1153	Fundata est monasterio Valeriani locum Sancti Salvatoris subtus Castro de Bove territorio Portugalensis discurrente rivulo Ave	Mosteiro de Vairão (Vairão, Vila do Conde)
PT/TT/ MSV/003/ 0002 6	1155	In villa Iuliani de Susario/Sasano [...] subtus mons Castro Bove territoriu Portugal prope littore discurrente rribulo Labruga	Gião (Gião, Vila do Conde)?
PT/TT/ MSV/003/ 0002 9	1156	In Villa Tranvar subtus mons Castro Bovis territorio Portugalensis discurrantis aquas Alavrugae et tamen habet iacentia illa hereditate in villa quintana	Tresval (Gião, Vila do Conde)
PT/TT/ MSPP/012 /004 8	1173	Subtus mons Castro de Bove discurrente rivulo Labrugia território Portugal * Pergaminho em mau estado, falta a metade superior.	
PT/TT/ MSV/003/ 0002 34	1199	Villa vocitane Azevedo subtus mons Crasto de Boi discurrente rivulo Ave territorio Portugalensis	Azevedo (Fornelo, Vila do Conde)
SSJ 154	31.03.1200	in villa Plana que jacet inter Miranci e Lavrugae territorio portugalensis subtus mons Castro de Boi discurrente aquis ad mare	Vila Chã (Vila Chã, Vila do Conde)

Castro Celoria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 932	22.04.1100	ipsa ereditate [...] et est suctus castro Celoria	Pindelo (Árvore, Vila do Conde); Retorta (Vila do Conde) * Localidades também referidas sob <i>Castro de Bove</i> .
DP III 350	10.02.1110	in villa quos vocitant Retorta subtus kastro Celouria discurrente rio Ave terri[torio Portukal prope] littore maris	Retorta (Vila do Conde)

Monte Ansedo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 511	17.07.1115	in vila Viliaurei que vocidant Vila Pauca ad radice de monte Ansedo et iace inter Fleseno et Parada subtus mons Faro teredorio Portugalensis discurrente ribulo Laurugia	<i>Vila Pouca</i> =Vila Boa? (Guilhabreu, Vila do Conde); Guilhabreu (Guilhabreu, Vila do Conde); Parada (Guilhabreu, Vila do Conde); <i>Fleseno</i> =Freixo (Guilhabreu, Vila do Conde) * Localidades também referidas sob <i>Castro de Bove</i> .
MTM LXXXIII	13.03.1146	in villa Freiseno subtus mons Ansedo, dicurrente rivulo Labrugia, territorio Portugal	Freixo (Guilhabreu, Vila do Conde)
LF 777	22.01.1151	in villa Frexeno territorio Portugalensi subtus monte Ansedo discurs[r]ente rivulo Labrugia	Freixo (Guilhabreu, Vila do Conde) * Localidade também referidas sob <i>Castro de Bove</i>

Mons Leboreiro			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/ MSV/003/ 0001 23	1130 (?)	Villa Viride subtus mons Leboreiro [...] discurrente flumine Ave territorio Portugal	Vila Verde (Fornelo, Vila do Conde)? * Também existe uma Vila Verde em Touguinhó (Vila do Conde), mas a norte do Ave e, portanto, fora do nosso território de investigação.

Petra Alva			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 556	13.04.1078	qui iacet ad Petra Alva cum suo monte in [...] ro et fere in illo iuncal	<i>Pinitello de iusano</i> =Pindelo (Árvore, Vila do Conde)? * <i>A localidade proposta esteve sob Castro Bove e, posteriormente, Castro Celoria.</i>

A SUL DO DOURO

Arouca

Castro Arauca / Território — Terra de Arauca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 51 (MA I)	12.04.956	baselica est fundata in territorio Arauca in villa que vocitant Sanctum Petrum et in villa Cartamiri	Mosteiro de Arauca <i>Villa Cartamiri?</i>
CMM 60 (MA III)	22.10.1038	baselica fundata est dignoscitur territorio Arauca subtus mons Serra Sicca et Fuste discurrente ribulo Alarda loco monasterio constructo	Mosteiro de Arauca
CMM 73	22.10.1038	baselica fundata est dignoscitur territorio Arauca subtus mons Serra Sicca et Fuste discurrente ribulo Alarda loco monasterio constructo	Mosteiro de Arauca
CMM 7	24.04.1052	in villa Molnes [...] et in villa Romarizi [...] in villa Figueiredo [...] et habent ipsas villas iacentia in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Molnes a Paviola et Romarici ad Alarda	Bouceguedim (Moldes, Arauca); Figueiredo (Burgo, Arauca); Romariz (Burgo, Arauca)
CMM 11 (DC 392)	19.04.1054	baselica fundata est territorio Arauca in villa que vocitant Sancto Petro	Mosteiro de Arauca
CMM 75 (DC 438)	27.04.1064	baselica esse dignoscitur in territorio Arauca villa pronominata loco Sancto Petro.	Mosteiro de Arauca
DC 451	24.03.1066	in terra Arauka	
CMM 127 (DC 576)	15.01.1080	in villa Congustu subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrente ribulo Alarda prope castro Arauca	Congusto (Rossas, Arauca) * Congusto é o antigo nome de Rossas.
CMM 62 (DC 634)	14.03.1085	In Arauca Egas Ermigizi, Odorio Tellizi et Gavino et vigarios illorum	
CMM 27 (DC 635)	15.03.1085	In Arauca Egas Ermigizi, Odorio Tellizi et Gavino Froilazi et vigarios eorum	
CMM 83 (DC 636)	20.03.1085	In Arauca Egas Ermegiçi, Odorio Tellizi, Gavino Froilizi et iudex Iusto Dominquizi	
CMM 71 (DC 639)	12.05.1085	In Arauca Egas Ermigizi, Odorio Tellizi et Gavino Froilazi et vigarios eorum	
CMM 33 (DC 649)	13.12.1085	In Arauca Egas Ermigizi, Odorio Tellici et Gavino Frolazi	
CMM 39 (MA IV)	08.01.1086	Mandantes Arauca Egas Ermigizi, Odorio Tellizi, Gavino Froilazi	

(continua na página seguinte)

Castro Arauca / Território — Terra de Arauca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 26 (DC 653)	08.01.1086	Mandantes Arauca Egas Ermigizi. Odorio Tellizi. Gavino Froilazi	
CMM 67 (DC 659)	19.04.1086	In Arauca Egas Ermigizi, Odorio Tellizi, Gavino Froilazi et iudex Iusto Dominiquizi	
DC 660	03.05.1086	In Arauca Egas Ermigizi, Odorio Tellizi, Gavino Froilazi et iudex Iusto Dominiquizi	
CMM 6 (DC 665)	13.06.1086	Mandantes Arauca Egas Ermigizi. Odorio Telliz. Gavino Froilazi	
CMM 13 (DC 684)	25.04.1087	Mandantes Arauca Egas Ermigiz, Odorio Telliz, Gavino Froilaz	
CMM 99 (DC 705)	30.03.1088	in vila Noikeiroda subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sika discurrente rivulo Aarda prope castro Arauca	Nogueiró (Urró, Arauca)
CMM 10 (DC 746)	04.01.1091	iudex Iusto Dominiquizi de Arauca; in ipsis temporibus mandante Arauca Odorio Telliz vigario eius Vimara Gondesindiz. Alvaro Telliz vigario eius Menendo Odoriz. Guntina Eriz vigarios eius Alvitu Didaz Petro Rodoriguiz * Não utilizado em AMARAL, BARROCA, 2012: 346.	
CMM 70 (DC 773)	24.02.1092	Iudex in Arauca Iusto Domenquiz Mandantes Arauca Odorio Telliz, Alvaro Telliz, Monnio Veniegas et vigarios eorum Vimara, Menendo, Alvitu, Gundiario, Sesgunda	
CMM 12 (DC 779)	11.06.1092	casale que habeo iuxta illa ecclesia Sancti Stephani in villa Ribulo Mollides et iacet illo casale iuxta illa ecclesia vocabulo Sancta Maria e Sancto Stephano [...] in termino de villa Penso [...] et per termino de illo casale de mandamento de illo castello et inde	Moldes (Arouca); Penso (Moldes, Arauca)
CMM 3 (DC 781)	25.06.1092	Mandantes Arauca Monnio Beniegas, Odorio Teliz, Alvaro Telliz. Vigarios eorum Vimara Vermudo Menendo iudex Iusto Dominiquiz frater Adefonsus	
CMM 66 (DC 790)	30.12.1092	Mandantes Arauca Monnio Beniegas, Odorio Telliz, Alvaro Telliz, iudex Iusto Dominiquiz	
DC 810	10.08.1094	Tenentes Arauca Martino Monniz vigario eius iacenti iudex Iusto Domenquiz	
CMM 9 (DC 811)	10.08.1094	Mandante Arauca Martino Moniz et iudex Iusto Dominiquiz	
DC 873	30.03.1098	in vila noikeiroda subtus mons Fuste et alia parte Serra Sica discurrente rivulo Aarda prope castro Arauca	Nogueiró (Urró, Arauca)
CMM 78 (DC 889)	15.12.1098	Egas Gendesindiz, iudex Vimara et vigarios eorum	

(continua na página seguinte)

Castro Arauca / Território — Terra de Arauca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 129 (DC 922)	10.01.1100	ipsa hereditate iacentia in villa Congusto subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrente rivulo Alarda prope castro Arauca	Congusto (Rossas, Arauca)
DC 923	15.01.1100	in villa Cumgustu subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrente ribulo Alarda prope castro Arauca	Congusto (Rossas, Arauca)
CMM 114 (DC 927)	27.02.1100	in vila Cumgustu subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sica discurrente rivulo Alarda in loco ubi dicent kasal de Zameiro et est prope castro Arauca	Congusto (Rossas, Arauca); <i>kasal de Zameiro?</i>
CMM 21 (DC 931)	01.04.1100	mandantes Arauca Egas Gondesindiz, coniuus eius Unisco Beniegas, iudex Vimara, vigarious Froila et Menendo	
CMM 13 (DC 947)	12.1100	in villa quos vocitant Congusto subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente rivulo Alarda prope castro Arauca	Congusto (Rossas, Arauca)
Diss. III, 124 Falso?	01.04.1104	Mandante Arauca et Terra de Sancta Maria Menendus Moniz, Egas Moniz	
CMM 18 (DP III 178)	1105	Dominante<s> Arauca domna Gontina et Egas Moniz iudex Gondesindo vigarious Froila et Vermudo	
CMM 111 (DP III 213)	07.01.1106	In Arauca dominante Egas Muniz et domna Gontina, iudice Gondesindo et maiorinos Gondesindo et Froila	
CMM 38 (DP III 411)	07.11.1112	in Arauca Petrus Garcia. Egas Moniz et iudice Godesindo lustiz	
CMM 117 (DP III 426)	09.02.1113	Fuit facta in temporibus Egas Moniz et Petro Garcia	
CMM 116 (DP III 453)	07.09.1113	In temporibus qui inperaband Arauca Egas Moniz et Monnio Rodriquiz et sagionibus Menendo Odoriz et Gundesindo Alvitiz et Adefonso Ramiriz et Monio Menendiz et iudice Godesindo lustiz	
CMM 42 e 54 (DP III 473)	05.1114	senior de terra nomine Monius Rodriquiz	
CMM 15 (DP III 479)	04.07.1114	in temporibus de Egas Moniz et Monnio Rodriquiz qui tenebant Arauca	
DP III 506	09.05.1115	In temporibus qui imperabant Arauca Egas Moniz et Monio Rodriquiz et iudice Gondesendo lustiz et sagones Menendo Odoriz et Pelaio Maza et Dia [...] et Pelaio Froylaz	
CMM 118 (DP IV 9)	18.04.1116	In temporibus de Suario Pelaiz et Egas Muniz qui tenebant Arauca et sagones eorum Ermigio Diez et Suario Odoriz, Menendo Odoriz et Pelagio Maza	

(continua na página seguinte)

Castro Arauca / Território — Terra de Arauca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 2 (DP IV 12)	15.05.1116	In temporibus de Sueiro Pelaiz et Egas Moniz qui Arauca tenebant et sagiones eorum Ermigio Diez et Sueiro Odoriz Menendo Odoriz et Pelaio Maza	
CMM 96 (MA 5; DP IV 51)	05.07.1117	et dominante in Arauca Monio Rodriquiz et Egas Moniz	
CMM 36 (DP IV 94; MA 10)	30.04.1119	in loco predicto in Sancti Iacobi subtus castellum	Igreja de Santiago (Craсто, Arauca)

Kastro Alvarenga			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 687	10.07.1087	Mandante Alvarenga Nunnu Menendici e vigariis suis pelaio e mogaimé	
DC 943	18.11.1100	In territorio Alvarenga villa [...] Asturianos	<i>Villa Asturianos</i> (Alvarenga, Arauca)?

Castro de Romariz (Arouca)			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 2 (DC 63)	07.09.951	villam de Sancto Petro [...] dividet per riu de Molides et de Romariz castro	Romariz (Burgo, Arauca)

Mons de Amula			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 19 (DC 486)	02.02.1070	in villa de Molnes subtus mons de Amula in Vilarino et inde a Bauça de Quidino per rio Sindini et <ex> inde a Pena Matul et exinde per illa Flecta	Moldes (Arouca)
CMM 14 (DC 887)	22.11.1098	in territorio Arauca in villa Ribulo Mollides inter duos montes Fuste et Amula in villa Villarino [...] monte Amula	<i>Rio de Moldes</i> (Moldes, Arauca); <i>Villarino</i> (Moldes, Arauca?)
CMM 92 (DP IV 52; MA 6)	09.07.1117	in Arauca in villa que vocitant Mollites subtus mons Fuste et de alia parte Amua et Serra Sicca discurrente ribulo Mollides territorio et habet iacentia in loco predicto in ipso Auterio	Outiero de Moldes (Moldes, Arauca)

Mons Pensorio			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 82 (DP III 349)	10.02.1100 (DP III data-o de 1110)	in territorio Auroca in villa Laurosa inter duos montes Cividadelia et Pensorio in loco predicto Laurosa	Lourosa de Matos (Urrô, Arouca)

Mons Cividadelia			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 82 (DP III 349)	10.02.1100 (DP III data-o de 1110)	in territorio Auroca in villa Laurosa inter duos montes Cividadelia et Pensorio in loco predicto Laurosa	Lourosa de Matos (Urrô, Arouca)

Mons Galliero			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 112	24.06.1153	in villa quos vocitant Canelas subtus mons Galliero discurrere ribulo Pavia territorio [de Arakua?]	Canelas (Canelas, Arouca)

Mons Lememar			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 124 (MA 84)	01.11.1144	in territorio Arauca in villa Clavi inter duos montes Lememar et Scuriscada	Chave (Chave, Arouca)

Mons Scuriscada			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 124 (MA 84)	01.11.1144	in territorio Arauca in villa Clavi inter duos montes Lememar et Scuriscada	Chave (Chave, Arouca)

Mons Meda			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 409	25.08.1112	in loco predicto quos vocitant in illo Parada et esparte per illo valo antico et fer de Ignea in Nina et esparte cum Peseguero subtus mons Meda discurrere rrilulo Ignea territorio civitas Portela	Inha (Escariz, Arouca)
DP IV 262	18.05.1122	in ilo Casal et em Capielos subtus mons Meda discurrere ribulo Inea terredorio Portugalemsis	Campelo e Casal (Arouca o Santa Maria da Feira)?
PT/TT/MSPP/012/0003 3	1128	In villa Vilares subtus mons Meda discurrere rivulo Humia território Portugal civitas Sancta Maria	Vilares (Canedo, Santa Maria da Feira)
MA 119	1157	Cedofeita de lusana subtus mons Meda discurrere[n]te ribulo Humia teritorio Sancta Maria	Cedofeita (Vale, Santa Maria da Feira)

Mons Nabales			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 19 (MA 74)	05.08.1140	in clavi subtus mons Nabales discurrere ribulo Alarda territorio Arauca	Chave (Chave, Arouca)
CMM 125 (MA 97)	12.04.1149	hereditate nostra propria que habemus in Clavi subtus mons Nabales discurrere ribulo Alarda territorio Aroca [sic]	Chave (Chave, Arouca)

Monte de Quebranzana			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DR 170 (CMP 88)	24.04.1139	in villa de Cornias quod fuit de Travanca sicut iacet sub mandamento de Sancto Felice territorio Colimbriensi discurrantibus aquis in Pauia sub monte de Quebranzana	Cornias=Vila Viçosa (Espionca, Arouca)?

Montem Paradisum			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 80 (DR 197)	01.1143	Montem Paradisum	Couto do Mosteiro de Arouca
CMM 94 (MA 86)	12.07.1145	hereditate nostra que habemus propria in villa de Castro subtus mons Paradiso territorio Arauca discurrere ribulo Manoço	Castro (Arouca, Arouca)

Monte Calvo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 105	07.04.1151	in villa que vocitant Villar subtus monte Calvo discurrente ribulo Caima territorio Calambria	Vilar (Cepelos, Vale de Cambra)

Monte de Sagado			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 158	11.1193	Caput de Monte de Sagado [...] Montezelo	

Mons Tamara			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 519	29.11.1115	de hereditate nostra propria que habemus in Arauca et habet iacentia in villa quos vocitant Auterio inter monte Fuste et Tamara discurrente ribulo Alarda territorio Arauca	Outeiro (Moldes, Arouca)?
MA 58 (DR 97, CMP 15)	06.04.1129	Saa et Sacla que site sunt in Arauca inter monte de Fuste et Tamara discurrente ribulo Alarda territorio Lamicensis	Sela (Urrô, Arouca); Sá (Santa Eulália, Arouca) * A diocese de Lamego só é restaurada em 1147.
MA 138	10.1173	in villa que vocitant Varzena subtus mons Tamara discurrant ribulo Alarda territorio Lamego	Várzea (Várzea, Arouca)
MA 174	01.1200	In villa que vocatur Urru [...] in territorio Aroucha, discurrante rivulo Aarda subtus mons Thamaras	Urrô (Arouca)
MA 190	12.1205	ipsum casalem qui habeo in termino de Aroucha in ipsa villa que vocitant Vrruu subtus mons Tharama discurrante rivulo Aarda	Urrô (Arouca)

Mons Zari			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 130 (MA 57)	01.1129	in villa Congusto territorio Arauca subtus mons Zari et ribulo Sonoso	Congusto (Rossas, Arouca) * Congusto é o antigo nome de Rossas.

Mons Fuste			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 2 (DC 63)	07.09.951	fundata est in villa Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulum Alarda et territorio Portugale	Mosteiro de Arouca
CMM 60 (MA III)	22.10.1038	baselica fundata est dignoscitur territorio Arauca subtus mons Serra Sicca et Fuste discurrente ribulo Alarda loco monasterio constructus	Mosteiro de Arouca, Penela (Real, Castelo de Paiva)
CMM 73 (MA III)	22.10.1038	baselica fundata est dignoscitur territorio Arauca subtus mons Serra Sicca et Fuste discurrente ribulo Alarda loco monasterio constructus	Mosteiro de Arouca, Penela (Real, Castelo de Paiva)
CMM 7	24.04.1052	in villa Molnes [...] et in villa Romarizi [...] in villa Figueiredo [...] et habent ipsas villas iacentia in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Molnes a Paviola et Romarici ad Alarda	Bouceguedim (Moldes, Arouca); Figueiredo (Burgo, Arouca); Romariz (Burgo, Arouca)
DC 397	17.01.[1056]	in villa Mazanaria subtus alpe Fuste discurrente ribulo Camie terridorio Portukal prope Sancte Marie	Macieira de Cambra (Vale de Cambra); ou Macieira (Travanca, Santa Maria da Feira)?
CMM 4 (DC 423)	17.04.1060	in valle Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que dicent Sancto Petro	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 53 (DC 423)	17.04.1060	in valle Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que dicent Sancto Petro	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 76 (DC 423)	17.04.1060	in valle Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que dicent Sancto Petro	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 16 (DC 457)	10.11.1067	quorum baselica fundata est in territorio Arauca, inter monte Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que vocitant Sancto Petro	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 24 (DC 546)	10.08.1077	et habet iacentia ipsa hereditate subtus montes Fuste et Serra Sicca in villa que vocitant Pausata territorio Arauca discurrente rivulo Alarda	Pousada de Romariz (Burgo, Arouca)

(continua na página seguinte)

Mons Fuste			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 562 * Documento crítico: é nomeado o bispo Paterno, atestado tradicionalmente em Coimbra apenas a partir de 1080.	20.12.1078	in villa quos vocitant Mollites territorio Arauca subtus mons Fuste discurrente arrugio Moldes	Moldes (Arouca)
CMM 128 (DC 592)	10.12.1080	in Arauca in villa quos vocitant Congusto [...] subtus mons Fuste et de alia parte serra Sicca discurrente rivulo Alarda ubi dicent casal de Zameiro	Congusto (Rossas, Arauca) * Congusto é o antigo nome de Rossas
CMM 22 (DC 614)	12.03.1083	in villa que vocitant Romarici territorio Arauca subtus monte Fuste et discurrente ribulo Alarda	Romariz (Burgo, Arauca)
CMM 62 (DC 634)	14.03.1085	baselica fundata esse dignoscitur in territorio Arauca subtus monte Fuste et Serra Sicca discurrente per ea ribulo Alarda et Badoco loco predicto Sancto Petro	São Pedro/Mosteiro de Arauca (Arouca, Arauca)
CMM 27 (DC 635)	15.03.1085	basilica fundata videtur territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda loco predicto a monasterio Sancti Petri	São Pedro/Mosteiro de Arauca (Arouca, Arauca)
CMM 83 (DC 636)	20.03.1085	baselica fundata est in territorio Arauca subtus mons Fuste discurrente ribulo Alarda vocabulo Sancti Petri.	São Pedro/Mosteiro de Arauca (Arouca, Arauca)
CMM 71 (DC 639)	12.05.1085	baselica videmus fundata territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda loco predicto Sancti Petri monasterio	São Pedro/Mosteiro de Arauca (Arouca, Arauca)
CMM 33 (DC 649)	13.12.1085	Sancto Iacobo de Arauca [...] et iacet ipsa ecclesia et ipsa hereditate in territorio Arauca subtus monte Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda et dividet per termino de Sancta Eolalia	Igreja de Santiago (Arouca, Arauca)
CMM 23 (DC 655)	24.02.1086	in villa Romarici in territorio Arauca subtus monte Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Romariz (Burgo, Arauca)
CMM 6 (DC 665)	13.06.1086	in territorio Arauca subtus mons Fuste discurrente ribulo Mollides in villa Froilani	Friães (Moldes, Arauca)
CMM 99 (DC 705)	30.03.1088	in vila Noikeiroda subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sika discurrente rivulo Aarda prope castro Arauca	Nogueiró (Urrô, Arauca)

(continua na página seguinte)

Mons Fuste			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 712 * Cf. CMM 44/DC 808	01.07.1088	in valle Arauka inter monte Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que vocitant Olivaria in ecclesia Sancte Maria [...] et in villa Lamas	Oliveira e Lamas (Tropeço, Arouca)
CMM 66 (DC 790)	30.12.1092	baselica fundata [...] in territorio Arauka subtus montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Mosteiro de Arouca
CMM 44 (DC 808) * Cópia falsa da DC 712 (de acordo com MA: 380).	01.07.1094	in valle Arauca inter monte Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que vocitant Olivaria in ecclesia Sancte Marina [...] et in villa Lamas	Oliveira e Lamas (Tropeço, Arouca)
DC 810	10.08.1094	basilica fundata est in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 9 (DC 811)	10.08.1094	basilica fundata est in Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que vocitant Sancto Petro.	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
DC 832	05.07.1096	in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente rivulo Alarda [...] in villa quos vocitant Sancta Maria	Santa Maria do Monte (Arouca)?
DC 834	[07].1096	in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente rivulo Alarda [...] in villa quos vocitant Sancta Maria	Santa Maria do Monte (Arouca)?
DC 873	30.03.1098	in vila noikeiroda subtus mons Fuste et alia parte Serra Sicca discurrente rivulo Aarda prope castro Arauca	Nogueiró (Urrô, Arouca)
CMM 14 (DC 887)	22.11.1098	Baselica fundata est in territorio Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda [...] in territorio Arauca in villa Ribulo Mollides inter duos montes Fuste et Amula in villa Villarino	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca); Rio de Moldes (Moldes, Arouca)
CMM 78 (DC 889)	15.12.1098	baselica fundata est in territorio Lamicense in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda.	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca) * A diocese de Lamego só é restaurada em 1147.

(continua na página seguinte)

Mons Fuste			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 58 (DC 898; Diss, I, 230-234)	Depois de 1098	in terra Arauca inter flumen Durii et monte Fuste et inter ribulo Pavia et villa Flavi	?
CMM 45 (DC 911)	18.05.1099	in villa Lamas subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrentes aquas a ribulo Alarda	Lamas (Tropeço, Arouca)
CMM 129 (DC 922)	10.01.1100	ipsa hereditate iacentia in villa Congusto subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrente rivulo Alarda prope castro Arouca	Congusto (Rossas, Arouca)
DC 923	15.01.1100	in villa Cumgustu subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrente ribulo Alarda prope castro Arouca	Congusto (Rossas, Arouca)
CMM 82 (DP III 349)	10.02.1100 (DP III data-o de 1110)	baselica fundata est in territorio Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda.	Mosteiro de Arouca
CMM 81 (DC 925)	17.02.1100	eclesia fundata est in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda; hereditate [...] in valle Arauca subtus mons Fuste discurrentes ribulos Alarda et Sonoso et Bigas in villa Congustu et villa Zari	Mosteiro de Arouca; Congusto e Saril (Rossas, Arouca)
CMM 114 (DC 927)	27.02.1100	in vila Cumgustu subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sica discurrente rivulo Alarda in loco ubi dicent kasal de Zameiro et est prope castro Arauca	Congusto (Rossas, Arouca)
CMM 40 (DC 929)	22.03.1100	baselica fundata est in territorio Arauca inter monte Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 8 (MA VI)	27.03.[1100]	in territorio Arauca subtus monte Fuste discurrente Ribulo Mollides in loco predicto in villa Ribulo Mollides	Rio de Moldes (Moldes, Arouca)
CMM 21 (DC 931)	01.04.1100	baselica fundata est in valle Arauca inter duos monter Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que dicent Sancto Petro; que habeo in Arauca subtus monte Fuste et Serra Sicca discurrentes ribulos Alarda et ribulo Mollides [...] villa Trepezo et in Villa Bona et in Villa de Fuste et in ribulo Mollides	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca); Tropeço (Tropeço, Arouca); Vila Boa (Arouca, Arouca)?; Fuste e Rio Moldes (Moldes, Arouca)
CMM 32 (DC 932)	19.05.1100	eclesia fundata est in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
DC 940	07.10.1100	baselica fundata est in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente per ea ribulo Alarda in villa que vocitant Sancto Petro	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)

(continua na página seguinte)

Mons Fuste			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 946	10.12.1100	in Arauka in villa Cumgustu subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrere ribulo Alarda	Congusto (Rossas, Arouca)
CMM 113 (DC 947)	12.1100	in villa quos vocitant Congusto subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere rivulo Alarda prope castro Arauca	Congusto (Rossas, Arouca)
CMM 112 (DP III 13)	06.03.1101	in villa quos vocitant Varzena [...] subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrere rivulo Alarda prope castro Arauca	Várzea (Várzea, Arouca)
CMM 85 (DP III 59)	16.03.1102	in loco predicto Algara subtus montes Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda	Algara (Burgo, Arouca)?
CMM 65 (DP III 177)	30.12.1104	In Minianus in casale de Ademiru é [...] et in villa Romariz [...] ipsa hereditate iacentia inter monte Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda territorio Lamicense, concedo eam ad ipso cenovio iam dicto	Minhãos e Amilo (Santa Eulália, Arouca); Romariz (Burgo, Arouca) * A diocese de Lamego só é restaurada em 1147.
CMM 18 (DP III 178)	1105	baselica est in territorio Lamecense in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Molnes et rivulo Alarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 109 (DP III 199)	13.10.1105	que habemus in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda et habet iacentia in loco predicto in villa que vocitant Quintanela	Quintela (Chave, Arouca)
CMM 111 (DP III 213)	07.01.1106	ipsa hereditate in territorio Arauca inter mons Fuste et serra Sicca discurrere ribulo Alarda et habet iacentia in loco predicto in Sauto de Porco	Sauto de Porco (Santa Eulália, Arouca)?
DP III 304 (Parece uma cópia de CMM 109 /DP III 199)	10.10.1108	in territorio Arauka subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda et habe iacentia in loco predicto in villa que vocitant Quintanela	Quintela (Chave, Arouca)
CMM 38 (DP III 411)	07.11.1112	baselica fundata videtur territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 115 (DP III 388)	1112	et abet ipsa hereditate iacentia in villa quos vocitant Chavi subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Allarda prope Nabaes Arauca in loco predicto Chavi	Nabais (Chave, Arouca)
CMM 117 (DP III 426)	09.02.1113	in villa Chavi inter Sancta Eulalia et Villa Mediana [...] subtus mons Fuste discurrere aqua Bigas pro Alarda territorio Arauca	Chave, Santa Eulália e Villa Mediana (Chave, Arouca)

(continua na página seguinte)

Mons Fuste			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 116 (DP III 453)	07.09.1113	in villa quos vocitant Clavis in predicto loco Villa Mediana et in Sancta Eolalia [...] subtus mons Fuste discurrente aquas Bigas et Sonoso territorio Arauca	Chave, Santa Eulália e <i>Villa Mediana</i> (Chave, Arauca)
CMM 108 (DP III 464)	08.02.1114	Sancti Petri quod vocitant in Arauca subtus mons de Fuste et de alia parte Serra Sicca	São Pedro/Mosteiro de Arauca (Arauca, Arauca)
CMM 42 (DP III 473)	05.1114	territorio Arauca subtus mons Serra Sicca e Fuste discurrente ribulo Alarda loco monasterio a constructis illa hereditate [...] que est in Pausada [...] potuerit illa invenire quomodo partet cum lugueiros et per Nogueirola et per Novales subtus mons Fuste discurrunt flumen Alarda	Mosteiro de Arauca (Arauca, Arauca); Pousada (Santa Eulália, Arauca); Nogueiró (Urrô, Arauca); Novais (Santa Eulália, Arauca)
CMM 54 (DP III 473=cópia de CMM 42)	05.1114	territorio Arauca subtus mons Serra Sicca e Fuste discurrente ribulo Alarda loco monasterio a constructis; hereditate que habemus in territorio Arauca [...] que est in Pausada; per Nogueirola et per Novales subtus mons Fuste discurrunt flumen Alarda	Mosteiro de Arauca (Arauca, Arauca); Pousada (Santa Eulália, Arauca); Nogueiró (Urrô, Arauca); Novais (Santa Eulália, Arauca)
DP III 481	06.08.1114	in villa Moldes [...] subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrunt ribulo Moldes territorio Arauca	Moldes (Arauca)
DP III 506	09.05.1115	in Olivara [...] subtus mons Fuste et Serra [sic] [ca discurrunt] ribulo Alarda territorio Arauca	Oliveira (Tropeço, Arauca)
DP III 519	29.11.1115	de hereditate nostra propria que habemus in Arauca et habet iacentia in villa quos vocitant Aterio inter monte Fuste et Tamara discurrunt ribulo Alarda territorio Arauca	Outeiro (Moldes, Arauca)?
CMM 118 (DP IV 19; MA 1)	18.04.1116	Villa Bona [...] et Castro et casal de Zeyde et in Sauto Retundo et in Clavi et in Manzores [...] nominatas ipsas hereditates [...] subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrunt ribulo Alarda territorio Arauca	Vila Boa e Castro (Arauca, Arauca); Souto Redondo (Urrô, Arauca); Chave (Chave, Arauca); Mançores (Mançores, Arauca)
CMM 100 (DP IV 11; MA 67)	08.05.1116	subtus mons Fuste et Serra Rica discurrunt ribulo Alarda territorio Arauca et habet iacentia ipsa hereditate in villa que vocitant Nugueiroa	Nogueiró (Urrô, Arauca)
MA 2 (DP IV 12)	15.05.1116	in territorio Arauca subtus mons inter fuste et Serra sicca discurrunt ribulo Alarda habent iacentia in loco predito in Sauto Rotundo	Souto Redondo (Urrô, Arauca)

(continua na página seguinte)

Mons Fuste			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 96 (DP IV 51; MA 5)	05.07.1117	in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda [...] in villa Parada in loco predicto, vocitant de Senrra [...] que vocitant Tritigal de Gavino [...] Forno	Senras, Trigal, <i>Parada e Forno</i> (Rossas, Arauca)
CMM 92 (DP IV 52; MA 6)	09.07.1117	in Arauca in villa que vocitant Mollites subtus mons Fuste et de alia parte Amua et Serra Sicca discurrere ribulo Mollides territorio et habet iacentia in loco predicto in ipso Auterio	Outeiro de Moldes (Moldes, Arauca)
CMM 107 e 110 (DP IV 74, MA 8)	21.10.1118	in villa Quintanela nostra ratione integra quomodo exparte illo rio de Sancta Eulalia (Eolalia) subtus mons Fuste discurrere ribulo Bigas (Bikelas) territorio Arauca	Quintela (Chave, Arauca)
CMM 37 (DP IV 93, MA 9)	27.04.1119	baselica fundata est in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrere per ea rivulo Alarda in villa que vocitant Castro et in Moldes in Sancti Stephani	Mosteiro de Arauca
CMM 90 (DP IV 95, MA 11)	02.05.1119	in villa que vocitant Rio de Moldes [...] est subtus mons inter Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Mollides territorio Arauca	Rio de Moldes (Moldes, Arauca)
CMM 49 (DP IV 102, MA 12)	25.08.1119	habet iacentiam in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda et habet iacentia in loco predicto in villa que vocitant Lamas et in Ulveira et in Trepeço	Lamas, Oliveira e Tropeço (Tropeço, Arauca)
CMM 105 (DP IV 133, MA 16)	26.06.1120	in villa que vocitant Lourosa subtus mons Fuste discurrere ribulo Alarda territorio Arauca	Lourosa de Campos (Burgo, Arauca)
CMM 122 (DP IV 117, MA 22)	[24-25.02. 1120-1121]	Villa clavi [...] villa quintalena [sic] [...] subtus mons inter Fuste et Serra Sicca discurrere aquas Bigas pro ad ribulo Alarda territorio Arauca	Chave e Quintela (Chave, Arauca)
CMM 91 (DP IV 135, MA 28)	19.07. [1120-1121]	in villa Moldes territorio Arauca subtus mons Fuste discurrere ribulo Mollides	Moldes (Arauca)
MA 19 (DP IV 152)	10.01.1121	Orrio [...] et in villa Parada [...] in villa Clavi et in Sauto Redomdo et in villa Manzores [...] et habent iacentia territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda	Urrô, Parada (Santa Eulália, Arauca); Chave, Souto Redondo (Urrô, Arauca); Mançores (Arauca)
MA 20 (DP IV 154)	20.01.1121	in villa que vocitant Mollides subtus mons Fuste discurrere ribulo Mollides territorio Arauca	Moldes (Arauca)
MA 21 (DP IV 159)	15.02.1121	in uilla Parada territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda	Parada (Santa Eulália, Arauca)

(continua na página seguinte)

Mons Fuste			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 34 (DP IV 167, MA 23)	21.03.1121	baselica fundata est territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda loco predicto monasterio Sancti Petri	São Pedro/Mosteiro de Arauca (Arouca, Arauca)
MA 24 (DP IV 168)	22.03.1121	in villa quos uocitant Minianos [...] subtus mons Fuste et Serra Sicca territorio Arauca discurrente ribulo Alarda	Minhãos (Santa Eulália, Arauca)
CMM 131 (DP IV 182, MA 26)	04.05.1121	in Zarim [...] subtus mons inter Fuste et Serra Sicca discurrente aquas pro Alarda territorio Arauca	Saril (Rossas, Arauca)
CMM 28 e 30 (DP IV 183, MA 27)	[21.05.1121]	basica [sic] videmus fundata territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda loco predicto monasterio Sancti Petri	São Pedro/Mosteiro de Arauca (Arouca, Arauca)
MA 30 (DP IV 190)	21.07.1121	et habet iacencia subtus mons Fuste discurrente ribulo Molites territorio Arauca	Terrenos à beira da Ribeira de Moldes (Moldes, Arauca)?
MA 31 (DP IV 193)	12.08.1121	Kasal Sandi territorio Arauca subtus mons Fuste Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	<i>Kasal Sandi</i> (Arouca)?
MA 32 (DP IV 201)	27.09.1121	in villa Vilar et alia que uocitant in villa Meiana [...] Et iacet illa hereditate in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Vilar e Vila Meã (Burgo, Arauca)
CMM 80 (DP IV 202)	07.10.1121	baselica fundata est in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente per ea ribulo Alarda ad altari Sancto Petro Inter monte Fuste e Serra Sicca in villa que uocitant Castro sub Sancto Iacobo	Mosteiro de Arauca e Castro (Arouca, Arauca)
CMM 46 (MA 34)	28.10.1121	hereditate habet iacencia in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in loco predicto nomine Lamas et Ulveira	Lamas e Oliveira (Tropeço, Arauca)
CMM 47 (DP IV 206, MA 34)	28.10.1121	hereditate habet iacencia in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in loco predicto nomine Lamas et Ulveira	Lamas e Oliveira (Tropeço, Arauca)
MA 35 (DP IV 207)	28.10.1121	in villa quos uocitant Lamas et in villa Ulveira [...] et abet iacencia in territorio Arauca subtus mons Fuste Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Lamas e Oliveira (Tropeço, Arauca)
MA 36 (DP IV 209)	30.10.1121	Sancta Maria et de Castro Villar [...] subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda territorio Arauca	Santa Maria, Crasto e Vilar (Arouca, Arauca) * Poderia ser também Santa Maria do Monte (Santa Eulália).

(continua na página seguinte)

Mons Fuste			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 37 (DP IV 210)	02.11.1121	Castro et Villar [...] subtus mons [...] Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda territorio Arauca	Craсто e Vilar (Arouca, Arauca)
MA 41 (DP IV 217)	1122	in villa que vocitant Orriolo subtus mons Fuste Serra Sicca [territorio] Arauca discurrere ribulo Alarda	Urrô (Arouca)
MA 38 (DP IV 228)	22.01.1122	in villa que vocitant Sandi [...] et una leira que iacet in Campo Grande subtus mons Fuste et Serra Sicca territorio Arauca discurrere ribulo Alarda	<i>Campo Grande</i> (Arouca)? * Poderá ser o <i>Kasal Sandi</i> mencionado acima? Talvez fizesse mais sentido do que o Sande (Marco de Canaveses) proposto no MA.
MA 40 (DP IV 240)	01.03.1122	in villa quos vocitant Kasal d[e] Ero Hunigildiz territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda	Casal (Urrô, Arauca)? * Não sabemos com que base no MA é feita esta proposta. Encontramos Casal em várias freguesias, incluindo Várzea (Casal de Malafaia).
CMM 93 (MA 45)	26.01.1124	que habeo in Arauca et habet iacentia in villa quos vocitant Moldes subtus mons Fuste discurrere ribulo Moldes territorio Arauca	Moldes (Moldes, Arauca)
CMM 31 (MA 46)	05.09.1124	quorum basilica fundata est in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sica discurrere per ea ribulo Alarda in villa que vocitant Sancto Petro	São Pedro/Mosteiro de Arauca (Arouca, Arauca)
MA 47	20.07.1125	in loco predicto quos vocitant Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda territorio Arauca. Habent iacentias ipsas hereditates in villa que dicitur Clavi [...] et in Congustu [...] et in Lourosa et in Saucto Rotundo er in Nokeirola et in Olivaria et in Orriolo et in Parada et in Sancti Iacobi et in Mollites similiter	Chave (Arouca); Congusto (Roças, Arauca); Lourosa, Souto Redondo, Nogueiró (Urrô, Arauca); Oliveira (Tropeço, Arauca); Parada (Santa Eulália, Arauca); Santiago (Craсто, Arauca, Arauca); Moldes (Arouca)
CMM 103 (MA 50)	17.01.1126	vocitant Lourosa inter monte Fuste et Moçon discurrere ribulo Alarda territorio Arauca	Lourosa de Campos (Burgo, Arauca)

(continua na página seguinte)

Mons Fuste			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 104 (MA 51)	03.06.1126	in villa quos vocitant Castro inter monte Fuste et Serra Sicca discurrante ribulo Manoquo territorio Arauca	Crasto (Arouca, Arauca)
CMM 55 e 56 (MA 56)	03.1128	In Pausada [...] Iugeiros et per Nogueirola et per Novalis subtuss mons Fuste discurrante fluminis Arde	Pousada (Santa Eulália, Arauca)?
MA 58 (DR 97, CMP 15)	06.04.1129	Saa et Saela que site sunt in Arauca inter monte de Fuste et Tamara discurrante ribulo Alarda territorio Lamicensis	Cela (Urrô, Arauca); Sá (Santa Eulália, Arauca) * A diocese de Lamego só é restaurada em 1147.
MA 59 (DR 98, CMP 23?)	[7-30].04.1129	Facio cartam de Sala et de Saela [...] in valle de Arouka inter Serra Sica et monte Fuste discurrante rio Alarda territorio Colinbriensis.	Cela (Urrô, Arauca); Sá (Santa Eulália, Arauca) * Aqui indicadas como «sob» Coimbra; cf. MA 58.
MA 66 Falso?	[15].05.1134	in loco predicto quos nuncupant Aurouka subtus mons Fuste discurrante ribulo Alarda territorio Lamego	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arauca) * A diocese de Lamego só é restaurada em 1147.
CMM 86 e 87 (MA 70)	[18.11].1137	in territorio Arauca subtus mons Fuste discurrante flumen Alarda in habet iacentia in loco predicto que vocitant Romariz	Romariz (Burgo, Arauca)
CMM 89 (MA 72)	20.08.1139	hereditate nostra propria que habemus in Arauca et habet iacentia in villa que vocitant Moldes in loco predicto in Auterio et in Froianes subtus mons Fuste e Serra Sicca discurrante ribulo Moldes	Outeiro e Friães (Moldes, Arauca)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 35	1139	In villa quos vocitant Canelas territorio Lamicense subtus mons Fuste discurrante ribulo Pavia	Canelas (Arouca) * A diocese de Lamego só é restaurada em 1147.
MA 73	13.06.1140	in villa quos vocitant Romariz subtus mons Fuste et Serra Sica discurrante ribulo Alarda territorio Arauca	Romariz (Burgo, Arauca)
CMM 124 (MA 84)	01.11.1144	baselica fundata est in territorio Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrante ribulo Alarda	Mosteiro de Arouca

(continua na página seguinte)

Mons Fuste			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 52 (MA 88)	1145	in loco predicto quod vocitant Romariz subtus mons Fuste discurrente ribulo Alarda territorio Lamecense	Romariz (Burgo, Arouca) * A diocese de Lamego só é restaurada em 1147.
CMM 27 (137) (MA 91)	19.08.1148	in villa que vocatur Ulveria scilicet medietate de ipsa ecclesia Sancte Marine [...] subtus mons Fuste discurrente ribulo Aarda territorio Colinbriensis	Oliveira (Tropeço, Arouca) * «Sob» Coimbra
MA 92	19.08.1148	In villa que vocitant Olivaria [...] ecclesia Sancte Marine [...] et est subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda territorio Lamecensis	Oliveira (Tropeço, Arouca)
MA 93	26.08.1148	que habeo in Clavi et habet iacentja in villa quos vocitant Arouka inter monte de Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda territorio Lamego	Chave (Arouca)
CMM 43 (MA 98)	20.08.1149	baselica fundata est dignoscitur territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda loco monasterio constructus.	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 120 (MA 99)	10.09.1149	havet iacentia in villa Chavi subtus mons Fuste arugio Bigas discurrente ribulo Alarda territorio Lamecense	Chave (Arouca)
CMM 102 (MA 100)	1149	et habet iacentia in villa que vocitant Laurosa subtus mons Fuste discurrente ribulo Sonoro territorio Lamecense	Lourosa de Matos (Urrô, Arouca)
CMM 126 (MA 104)	07.01.1151	in villa quos vocitant Casal quarta de illa tota subtus mons Fuste territorio Arouca discurrente ribulo Alarsa	Casal (Chave, Arouca)
MA 107	01.1152	que habemus in territorio Arouca in<ter> monte Fuste et Serra Sica disc<u>rrente rubulo Aarda in loco predicto quos vocitant Varzena	São Salvador de Várzea (Várzea, Arouca)
CMM 57 (MA 108)	12.10.1152	in loco predicto quos vocitant Pousada subtus mons fuste discurrente ribulo Alarda territorio Lamego	Pousada (Santa Eulália, Arouca)
CMM 134 (MA 133)	14.06.[1157- -1167]	baselica fundata [...] in loco [...] Arouca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda territorio Lamego	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
MA 124	1160	Clavi subtus [mons Fuste] [...] da arugio Bigas territorio Lamego	Chave (Arouca)
MA 128	05.1163	quod vocitant Taurelii subtus mons Fustis discurrente ribulo Bigas territorio Lamego	<i>Taurelii</i> (Chave, Arouca)

(continua na página seguinte)

Mons Fuste			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 160	10.04.1194	et habemus in territorio Arouca subtus monte de Fuste discurrere a riv <u>u</u> lo Aarda [...] in villa que vocitant Clavi	Chave (Arouca)
MA 161	01.05.1194	que habemus in teritorio Arouca subtus monte de Fuste discurrere ribulo Aarda [...] in villa que vocitant Clavi	Chave (Arouca)
MA 166	07.11.1198	baselica fundata est in territorio Arouca inter duos monter Fuste et Serra sicca discurrere rivulo Aa[rda]; in territorio Arouca in villa Melareses inter duos montes Fuste et Serra Sicca	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca); Melareses (Burgo, Arouca)
MA 167	01.1199	in villa de Clavi [...] in Vali Cova territorio Lamecensi subtus mons Fuste discurrere aquis per Lemear et inde ad flumen de Arda	Coval? (Chave, Arouca)
MA 168	08.04.1199	baselica fundata est in territorio de Arouca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Aarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
MA 178	11.1201	in terra de Arouca in villa que dicitur Villa Mediana [...] subtus monte Fuste discurrere ribulo Arda territorio Lameco	<i>Villa Mediana</i> (Burgo, Arouca)
MA 200	03.1210	Eyritz subtus mons de Fuste discurrere ribulo Aarda territorio Lamecensis	Eiriz (Burgo, Arouca)

Castelo de Paiva

Castelo da terra de Paiva — Terra de Pavia (Outeiro do Castelo)			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 12 (DC 441)	04.07.1064	in terra de Pavia in villa Cerradelo	Serradelo (Raiva, Castelo de Paiva)
DC 451	24.03.1066	in terra de Pavia villa Gondin et villa Soberado et villa Rial et villa Gelmir	Gondim (Sobrado, Castelo de Paiva); Sobrado (Sobrado, Castelo de Paiva); Real (Real, Castelo de Paiva); <i>Gelmir</i> (Castelo de Paiva)?

(continua na página seguinte)

Castelo da terra de Paiva — Terra de Pavia (Outeiro do Castelo)			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
VENTURA, 1992: II, 1037.	Aprox. 1092	Afonso Peres de Ribadouro * Sem indicar as fontes documentais em apoio.	
LTPS 32 (DC 433)	[1079-1101] * 1062 em DC 433	in terra de Pavia in Arrabia quarta de ipsa villa et de ipsa ecclesia de Sancto Iohane	Raiva (Raiva, Castelo de Paiva)
LTPS 5	Antes de 30.07.[1095]	in terra de Pavia [...] in Savariz [...] Toeriz [...] Picotas	Sabariz e Touriz (Paraíso, Castelo de Paiva); Picota (Sardoura, Castelo de Paiva)
DC 939	07.10.1100	In terra de Pavia in loco quos vocitant Sobrado	Sobrado (Sobrado, Castelo de Paiva)
INQ 968 a	Entre os séculos XI e XII	tempore domni Monionis Ermigii qui tenebat terram a rege * De acordo com VENTURA, 1992: II, 1037.	
DP III 113	31.03.1103	in villa quos vocitant Covas [...] territorio de Pavia	Covas (São Martinho de Sardoura, Castelo de Paiva)
DP IV 66	12.04.1118	villa Fornos in Villar [...] subtus mons Serra Sicca discurrente rivulo Pavia territorio ipsa Pavia	Fornos (Fornos, Castelo de Paiva); Villar (Fornos, Castelo de Paiva)
MA 43 (DP IV 351)	26.05.1123	habet iacentja in territorio Pavia subtus mons Sancti Genesi discurrente ribulo Sarduiria in loco predicto ille casal de a Lama	Lamas (São Martinho de Sardoura)
MA 49	1125	in villa Karava subtus mons Serra Sika terredorio Paiva arugio Sarduiria a flumine Dorio	Crava (São Martinho de Sardoura, Castelo de Paiva)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0007 27	1127	In villa quos vocitant Fornos subtus mons Sera Sica discurrente ribulo et territorio Pavia	Fornos (Fornos, Castelo de Paiva)
MA 60 (DR 110, CMP 27)	12.07.1130	In terra de Pauia nominata Villa Parata	Parada (Pedorido, Castelo de Paiva)

(continua na página seguinte)

Castelo da terra de Paiva — Terra de Pavia (Outeiro do Castelo)			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 20	1136	In Vigidi [d'invalde druito (?)] subtus mons Serra Sicca discurrente flumen Dorio Territorio Pavia	Quinta de Vegide (Sobrado, Castelo de Paiva) * Perto da chamada <i>Pia dos Mouros</i> .
LTPS 7	Pós-1139	In terra de Pavia in Picotas [...] in Villa Nogueira [...] in Novales	Picotas (São Martinho de Sardoura, Castelo de Paiva); Nogueira (Paraíso, Castelo de Paiva); Novais (Real, Castelo de Paiva)
LTPS 6	1142	In terra de Pavia in Cerradelo	Serradelo (Raiva, Castelo de Paiva)
DR 211	01.10.1145	Nuno Sudariz qui tunc tenebat terram * Assim proposto em VENTURA, 1992: II, 1037. Nuno é também mencionado nos DR 214 e DR 216, mas sem ligação clara a uma terra específica. VENTURA, 1992: II, 1028, também utiliza o mesmo documento para propor Nuno Soares como <i>tenens</i> de Santa Maria da Feira.	
PT/TT/ MAMP-MSCRT/ 001/0002 10	[1146]	Sobrado in terra de Pavia	Sobrado (Sobrado, Castelo de Paiva)
LTPS 19	1171	In terra de Pavia in Crasto [...] in Casal Perro	Castro (Fornos, Castelo de Paiva); Casal Perro (Sardoura, Castelo de Paiva)
LTPS 10	[1172]	In terra de Pavia in Fornus [...] Varzenela	Fornos (Fornos, Castelo de Paiva); Varziela (Bairros, Castelo de Paiva)
MA 144	10.1179	In territorio de Pavia duos casaes in Felgoso	Folgoso (Raiva, Castelo de Paiva)
LTPS 140	12.1179	In terra de Pavia in villa que vocitant Felgoso	Folgoso (Raiva, Castelo de Paiva)
BARROCA, 2000c: II, nota 164.	[06].01.1180	Epígrafe + NI [sic] ERA MCCXVIIIa INCOANTE/DIE DOMINICO II NS IANUARIII / [...] E [...] AGUA DISSERIO/FA IN EOQUE M AND AVI/GUNDSALBUS/MUNEONIS	

(continua na página seguinte)

Castelo da terra de Paiva — Terra de Pavia (Outeiro do Castelo)			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 33	Sem data	In terra de Pavia [...] villa Cerradelo	Serradelo (Raiva, Castelo de Paiva)
Monte Serra Sicca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 2 (DC 63)	07.09.951	fundata est in villa Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulum Alarda et Territorio Portugale	Arauca
DC 157 * Falso ou Interpolado	21.03.989	in valla Sardoria urbis anegie ribulo pavía suptus monte serra sicca. et avet iazentia in villa varzena ad vado cavallar	Várzea (Real, Castelo de Paiva)
DC 255	03.[1024]	ereditate nostra propria qne avemus inter pavía et alarda territorio urbis Anega subtus mons Serra Sicca discurrente ribulo Sardoria et ipsa vila Rial in logo predicto [falta uma palavra] castro et alio castro et fredumir	Real (Real, Castelo de Paiva); Friamil (Real, Castelo de Paiva); Castro (Real, Castelo de Paiva)
CMM 60 (MA III)	22.10.1038	baselica fundata est dignoscitur territorio Arauca subtus mons Serra Sicca et Fuste discurrente ribulo Alarda loco monasterio constructus	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca); Penela (Real, Castelo de Paiva)
CMM 73 (MA III)	22.10.1038	baselica fundata est dignoscitur territorio Arauca subtus mons Serra Sicca et Fuste discurrente ribulo Alarda loco monasterio constructus	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca); Penela (Real, Castelo de Paiva)
CMM 7	24.04.1052	in villa Molnes [...] et in villa Romarizi [...] in villa Fiqueredo [...] et habent ipsas villas iacentia in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Molnes a Paviola et Romarici ad Alarda	Bouceguedim (Moldes, Arouca); Figueiredo (Burgo, Arouca); Romariz (Burgo, Arouca)
CMM 4 (DC 423)	17.04.1060	in valle Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que dicent Sancto Petro	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 53 (DC 423)	17.04.1060	in valle Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que dicent Sancto Petro	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 76 (DC 423)	17.04.1060	in valle Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que dicent Sancto Petro	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)

(continua na página seguinte)

Monte Serra Sicca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 424	25.08.1060	in villa Rial territorio Portugallense urbis Anegia subtus mons Serra Sicca discurrere rivulo Sardoria et Durio.	Rial (Castelo de Paiva)
DC 428	02.01.1061	in vila Rial teridorium Annegia subtus mons Sera Sikca discurrerem ribulo Sardoria flumen Durio	Rial (Castelo de Paiva)
DC 432	02.08.1062	hereditate nostra propria que avemus inter Paiva et Alarda, territorio Urbis Anegie, subtus mons Serra Sicca, discurrere rivulo Sardoria, et ipsa villa Rial in loco predicto Castro, et alio Castro, et Fredamil	Rial, Castro, Friamil (Rial, Castelo de Paiva)
CMM 16 (DC 457)	10.11.1067	quorum basilica fundata est in territorio Arauca, inter monte Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda in villa que vocitant Sancto Petro	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 24 (DC 546)	10.08.1077	et habet iacentia ipsa hereditate subtus montes Fuste et Serra Sicca in villa que vocitant Pausata territorio Arauca discurrere rivulo Alarda	Pousada de Romariz (Burgo, Arouca)
CMM 128 (DC 592)	10.12.1080	in Arauca in villa quos vocitant Congusto [...] subtus mons Fuste et de alia parte serra Sicca discurrere rivulo Alarda ubi dicent casal de Zameiro	Congusto (Rossas, Arouca) * Congusto é o antigo nome de Rossas
CMM 62 (DC 634)	14.03.1085	basilica fundata esse dignoscitur in territorio Arauca subtus monte Fuste et Serra Sicca discurrere per ea ribulo Alarda et Badoco loco predicto Sancto Petro	Mosteiro de Arouca/São Pedro (Arouca, Arouca)
CMM 27 (DC 635)	15.03.1085	basilica fundata videtur territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda loco predicto a monasterio Sancti Petri	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 71 (DC 639)	12.05.1085	basilica videmus fundata territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda loco predicto Sancti Petri monasterio	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 33 (DC 649)	13.12.1085	Sancto Iacobo de Arauca [...] et iacet ipsa ecclesia et ipsa hereditate in territorio Arauca subtus monte Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda et dividet per termino de Sancta Eolalia	Igreja de Santiago (Arouca, Arouca)
CMM 99 (DC 705)	30.03.1088	in vila Noikeiroda subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sika discurrere rivulo Aarda prope castro Arauca	Nogueiró (Urrô, Arouca)
DC 712 * Cf. CMM 44/ DC 808	01.07.1088	in valle Arauka inter monte Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda in villa que vocitant Olivaria in ecclesia Sancte Maria [...] et in villa Lamas	Olivaria [e Lamas] (Tropeço, Arouca)
CMM 66 (DC 790)	30.12.1092	basilica fundata [...] in territorio Arauca subtus montes Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)

(continua na página seguinte)

Monte Serra Sicca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 44 (DC 808) * Cópia falsa de DC 712 (de acordo com MA: 380).	01.07.1094	in valle Arauca inter monte Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que vocitant Olivaria in ecclesia Sancte Marina [...] et in villa Lamas	Olivaria e Lamas (Tropeço, Arouca)
DC 810	10.08.1094	basilica fundata est in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 9 (DC 811)	10.08.1094	basilica fundata est in Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda in villa que vocitant Sancto Petro.	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 74 (DC 821)	10.09.1095	Sancto Iohanne de Riba Dorio subtus mons Serra Sicca	Mosteiro de Pendorada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses)? * É assim que está identificado no CMM. Pensamos que se trata de um erro do copista, pois a indicação da <i>Serra Sicca</i> é estranha, estando o mosteiro situado a norte do Douro.
DC 832	05.07.1096	in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente rivulo Alarda [...] in villa quos vocitant Sancta Maria	Santa Maria do Monte (Arouca)?
DC 834	[07].1096	in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente rivulo Alarda [...] in villa quos vocitant Sancta Maria	Santa Maria do Monte (Arouca)?
DC 873	30.03.1098	in vila noiheiroda subtus mons Fuste et alia parte Serra Sicca discurrente rivulo Aarda prope castro Arauca	Nogueiró (Urrô, Arouca)
CMM 14 (DC 887)	22.11.1098	Basilica fundata est in territorio Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 78 (DC 889)	15.12.1098	basilica fundata est in territorio Lamicense in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda.	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca) * A diocese de Lamego só é restaurada em 1147.
CMM 129 (DC 922)	10.01.1100	ipsa hereditate iacentia in villa Congusto subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrente rivulo Alarda prope castro Arouca	Congusto (Rossas, Arouca)

(continua na página seguinte)

Monte Serra Sicca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 923	15.01.1100	in villa Cumgustu subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrante ribulo Alarda prope castro Arauca	Congusto (Rossas, Arauca)
CMM 82 (DP III 349)	10.02.1100 (DP III data- o de 1110)	baselica fundata est in territorio Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrante ribulo Alarda	Mosteiro de Arauca (Arauca, Arauca)
CMM 81 (DC 925)	17.02.1100	eclesia fundata est in valle Arauka inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrante ribulo Alarda	Mosteiro de Arauca (Arauca, Arauca)
CMM 114 (DC 927)	27.02.1100	in vila Cumgustu subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrante rivulo Alarda in loco ubi dicent kasal de Zameiro et est prope castro Arauca	Congusto (Rossas, Arauca)
CMM 40 (DC 929)	22.03.1100	baselica fundata est in territorio Arauca inter monte Fuste et Serra Sicca discurrante ribulo Alarda	Mosteiro de Arauca (Arauca, Arauca)
CMM 21 (DC 931)	01.04.1100	baselica fundata est in valle Arauca inter duos monter Fuste et Serra Sicca discurrante ribulo Alarda in villa que dicent Sancto Petro; que habeo in Arauca subtus monte Fuste et Serra Sicca discurrentes ribulos Alarda et ribulo Mollides [...] villa Trepezo et in Villa Bona et in Villa de Fuste et in ribulo Mollides	São Pedro/Mosteiro de Arauca (Arauca, Arauca); Tropeço (Tropeço, Arauca); Vila Boa (Arauca)?; Fuste e <i>Rio Moldes</i> (Moldes, Arauca)
CMM 32 (DC 932)	19.05.1100	eclesia fundata est in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrante ribulo Alarda	Mosteiro de Arauca (Arauca, Arauca)
DC 940	07.10.1100	baselica fundata est in valle Arauka inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrante per ea ribulo Alarda in villa que vocitant Sancto Petro	São Pedro/Mosteiro de Arauca (Arauca, Arauca)
DC 946	10.12.1100	in Arauka in villa Cumgustu subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrante ribulo Alarda	Congusto (Rossas, Arauca)
CMM 113 (DC 947)	12.1100	in villa quos vocitant Congusto subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrante rivulo Alarda prope castro Arauca	Congusto (Rossas, Arauca)
CMM 112 (DP III 13)	06.03.1101	in villa quos vocitant Varzena [...] subtus mons Fuste et de alia parte Serra Sicca discurrante rivulo Alarda prope castro Arauca	Várzea (Várzea, Arauca)
CMM 85 (DP III 59)	16.03.1102	in loco predicto Algara subtus montes Fuste et Serra Sicca discurrante ribulo Alarda	<i>Algara</i> (Burgo, Arauca)?
DP III 65	19.04.1102	in villa quos vocitant Rial et habet ipsa hereditate iacentja subtus mons Serra Sicca discurrante ribulo Sardoria territorio Portugalensis	Rial (Castelo de Paiva)

(continua na página seguinte)

Monte Serra Sicca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 65 (DP III 177)	30.12.1104	In Minianus in casale de Ademiru é [...] et in villa Romariz [...] ipsa hereditate iacentia inter monte Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda territorio Lamicense, concedo eam ad ipso cenovio iam dicto	Minhãos e Amilo (Santa Eulália, Arouca); Romariz (Burgo, Arouca) * A diocese de Lamego só é restaurada em 1147.
CMM 18 (DP III 178)	1105	baselica est in territorio Lamecense in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Molnes et rivulo Alarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 109 (DP III 199)	13.10.1105	que habemus in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda et habet iacentia in loco predicto in villa que vocitant Quintanela	Quintela (Chave, Arouca)
CMM 111 (DP III 213)	07.01.1106	ipsa hereditate in territorio Arauca inter mons Fuste et serra Sicca discurrente ribulo Alarda et habet iacentia in loco predicto in Sauto de Porco	<i>Sauto de Porco</i> (Santa Eulália, Arouca)?
DP III 250	01.08.1107	Sardoriola [...] subtus mons Serra Sicca discurrente rivulo Durio	Sardoriola (Castelo de Paiva)
DP III 304 (Parece uma cópia de CMM 109 /DP III 199)	10.10.1108	in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda et habe iacentja in loco predicto in villa que vocitant Quintanela	Quintela (Chave, Arouca)
DP III 352	17.04.1110	exparte de Villar de Fornos et fer in Varzanella IIII [^] integra cum suo kanale et cum suis piscariis subtus mons Serra Sicca discurrente rivulo Pavia territorio Portugalie	Fornos (Castelo de Paiva)
CMM 38 (DP III 411)	07.11.1112	baselica fundata videtur territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Mosteiro de Arouca
CMM 115 (DP III 388)	1112	et abet ipsa hereditate iacentia in villa quos vocitant Chavi subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Allarda prope Nabaes Arauca in loco predicto Chavi * Nabaes=Mons Nabales	Chave (Chave, Arouca)
CMM 108 (DP III 464)	08.02.1114	Sancti Petri quod vocitant in Arauca subtus mons de Fuste et de alia parte Serra Sicca	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)

(continua na página seguinte)

Monte Serra Sicca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 42 (DP III 473)	05.1114	territorio Arauca subtus mons Serra Sicca e Fuste discurrere ribulo Alarda loco monasterio a constructis illa hereditate [...] que est in Pausada [...] potuerit illa invenire quomodo partet cum lugueiros et per Nogueirola et per Novales subtus mons Fuste discurrere flumen Alarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca); Pousada (Santa Eulália, Arouca); Nogueiró (Urrô, Arouca); Novais (Santa Eulália, Arouca)
CMM 54 (DP III 473=cópia de CMM 42)	05.1114	territorio Arauca subtus mons Serra Sicca e Fuste discurrere ribulo Alarda loco monasterio a constructis; hereditate que habemus in territorio Arauca [...] que est in Pausada per Nogueirola et per Novales subtus mons Fuste discurrere flumen Alarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca); Pousada (Santa Eulália, Arouca); Nogueiró (Urrô, Arouca); Novais (Santa Eulália, Arouca)
DP III 481	06.08.1114	in villa Moldes [...] subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Moldes territorio Arauca	Moldes (Arouca)
DP III 506	09.05.1115	in Olivara [...] subtus mons Fuste et Serra Sic [ca discurrere] ribulo Alarda territorio Arauca	<i>Olivara</i> (Arouca)
CMM 118 (DP IV 19; MA 1)	18.04.1116	Villa Bona [...] et Castro et casal de Zeyde et in Sauto Retundo et in Clavi et in Manzores [...] nominatas ipsas hereditates [...] subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda territorio Arauca	Vila Boa e Castro (Arouca, Arouca); Souto Redondo (Urrô, Arouca); Chave (Chave, Arouca); Mançores (Mançores, Arouca)
CMM 100 (DP IV 11; MA 67)	08.05.1116	subtus mons Fuste et Serra Rica discurrere ribulo Alarda territorio Arauca et habet iacentia ipsa hereditate in villa que vocitant Nogueiroa	Nogueiró (Urrô, Arouca)
MA 2 (DP IV 12)	15.05.1116	in territorio Arauca subtus mons inter fuste et Serra sicca discurrere ribulo Alarda habent iacentia in loco predicto in Sauto Rotundo	Souto Redondo (Urrô, Arouca)
CMM 96 (DP IV 51; MA 5)	05.07.1117	in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda [...] in villa Parada in loco predicto, vocitant de Senra [...] que vocitant Tritigal de Gavino [...] Forno	Senras, Trigal, <i>Parada</i> e <i>Forno</i> (Rossas, Arouca)
CMM 92 (DP IV 52; MA 6)	09.07.1117	in Arauca in villa que vocitant Mollites subtus mons Fuste et de alia parte Amua et Serra Sicca discurrere ribulo Mollides territorio et habet iacentia in loco predicto in ipso Auterio	Outiero de Moldes (Moldes, Arouca)
DP IV 66	12.04.1118	villa Fornos [...] subtus mons Serra Sicca discurrere rivulo Pavia territorio ipsa Pavia	Vilar (Fornos, Castelo de Paiva)?

(continua na página seguinte)

Monte Serra Sicca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 37 (DP IV 93, MA 9)	27.04.1119	baselica fundata est in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente per ea rivulo Alarda in villa que vocitant Castro et in Moldes in Sancti Stephani	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 90 (DP IV 95, MA 11)	02.05.1119	in villa que vocitant Rio de Moldes [...] est subtus mons inter Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Mollides territorio Arauca	<i>Rio de Moldes</i> (Moldes, Arouca)
CMM 49 (DP IV 102, MA 12)	25.08.1119	habet iacentiam in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda et habet iacentia in loco predicto in villa que vocitant Lamas et in Ulveira et in Trepeço	Lamas, Oliveira e Tropeço (Tropeço, Arouca)
CMM 97 (DP IV 103, MA 13)	25.08.1119	in loco predicto in villa que vocitant Parata subtus mons Serra Sicca discurrente aquas qui dicitur Mozon territorio Arauca	Parada (Santa Eulália, Arouca)
CMM 122 (DP IV 117, MA 22)	[24-25.02. 1120-1121]	Villa clavi [...] villa quintalena [sic] [...] subtus mons inter Fuste et Serra Sicca discurrente aquas Bigas pro ad ribulo Alarda territorio Arauca	Chave e Quintela (Chave, Arouca)
MA 19 (DP IV 152)	10.01.1121	Orriolo [...] et in villa Parada [...] in villa Clavi et in Sauto Redomdo et in villa Manzores [...] et habent iacentia territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrentes ribulo Alarda	Urrô, Parada (Santa Eulália, Arouca); Chave, Souto Redondo (Urrô, Arouca); Mançores (Arouca)
MA 21 (DP IV 159)	15.02.1121	in uilla Parada territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Parada (Santa Eulália, Arouca)
CMM 34 (DP IV 167, MA 23)	21.03.1121	baselica fundata est territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda loco predicto monasterio Sancti Petri	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
MA 24 (DP IV 168)	22.03.1121	in villa quos uocitant Minianos [...] subtus mons Fuste et Serra Sicca territorio Arauca discurrente ribulo Alarda	Minhões (Santa Eulália, Arouca)
CMM 131 (DP IV 182, MA 26)	04.05.1121	in Zarim [...] subtus mons inter Fuste et Serra Sicca discurrente aquas pro Alarda territorio Arauca	Saril (Rossas, Arouca)
CMM 28 e CMM 30 (DP IV 183, MA 27)	[21.05.1121]	basica [sic] videmus fundata territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda loco predicto monasterio Sancti Petri	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
MA 31 (DP IV 193)	12.08.1121	Kasal Sandi territorio Arauca subtus mons Fuste Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	<i>Kasal Sandi</i> (Arouca)?
MA 32 (DP IV 201)	27.09.1121	in villa Vilar et alia que vocitant in villa Meiana [...] Et iacet illa hereditate in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Vilar e Vila Meã (Burgo, Arouca)

(continua na página seguinte)

Monte Serra Sicca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 80 (DP IV 202)	07.10.1121	baselica fundata est in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrere per ea ribulo Alarda ad altari Sancto Petro Inter monte Fuste e Serra Sicca in villa que vocitant Castro sub Sancto Iacobo	Mosteiro de Arouca e Castro (Arouca, Arouca)
CMM 46 (MA 34)	28.10.1121	hereditate habet iacencia in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda in loco predicto nomine Lamas et Ulveira	Lamas e Oliveira (Tropeço, Arouca)
CMM 47 (DP IV 206, MA 34)	28.10.1121	hereditate habet iacencia in territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda in loco predicto nomine Lamas et Ulveira	Lamas e Oliveira (Tropeço, Arouca)
MA 35 (DP IV 207)	28.10.1121	in villa quos vocitant Lamas et in villa Ulveira [...] et abet iacencia in territorio Arauca subtus mons Fuste Serra Sicca discurrere ribulo Alarda	Lamas e Oliveira (Tropeço, Arouca)
MA 36 (DP IV 209)	30.10.1121	Sancta Maria et de Castro Villar [...] subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda territorio Arauca	Santa Maria, Crasto e Vilar (Arouca, Arouca) * Também poderia ser Santa Maria do Monte (Santa Eulália)
MA 37 (DP IV 210)	02.11.1121	Castro et Villar [...] subtus mons [...] Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda territorio Arauca	Crasto e Vilar (Arouca, Arouca)
MA 41 (DP IV 217)	1122	in villa que vocitant Orriolo subtus mons Fuste Serra Sicca [territorio] Arauca discurrere ribulo Alarda	Urrô (Arouca)
MA 38 (DP IV 228)	22.01.1122	in villa que vocitant Sandi [...] et una leira que iacet in Campo Grande subtus mons Fuste et Serra Sicca territorio Arauca discurrere ribulo Alarda	<i>Campo Grande</i> (Arouca)? * Poderá ser o <i>Kasal Sandi</i> mencionado acima? Talvez fizesse mais sentido do que Sande (Marco de Canaveses) proposto no MA.
MA 40 (DP IV 240)	01.03.1122	in villa quos vocitant Kasal d[e] Ero Hunigildiz territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda	Casal (Urrô, Arouca)? * Não é claro em que se baseia esta proposta no MA. Encontramos <i>Casal</i> em várias freguesias, incluindo Várzea (Casal de Malafaia).

(continua na página seguinte)

Monte Serra Sicca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 271	30.06.1122	in Vila Cova subtus mons Sera Sica discurrere rivola [sic] Pavia teridorio Colinbrensis	Vila Cova (Espiuca, Arouca)?
CMM 31 (MA 46)	05.09.1124	quorum baselica fundata est in valle Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sica discurrere per ea ribulo Alarda in villa que vocitant Sancto Petro	São Pedro/Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
MA 47	20.07.1125	in loco predicto quos vocitant Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Alarda territorio Arauca. Habent iacentias ipsas hereditates in villa que dicitur Clavi [...] et in Congustu [...] et in Laurosa et in Saucto Rotundo er in Nokeirola et in Olivaria et in Orriolo et in Parada et in Sancti Iacobi et in Mollites similiter	Chave (Arouca); Congusto (Roças, Arouca); Lourosa, Souto Redondo, Nogueiró (Urrô, Arouca); Oliveira (Tropeço, Arouca); Parada (Santa Eulália, Arouca); Santiago (Crasto, Arouca, Arouca); Moldes (Arouca)
MA 49	1125	in villa Karava subtus mons Serra Sika terredorio Paiva arugio Sarduiria a flumine Dorio	Crava (São Martinho de Sardoura, Castelo de Paiva)
CMM 104 (MA 51)	03.06.1126	in villa quos vocitant Castro inter monte Fuste et Serra Sicca discurrere ribulo Manoquo territorio Arauca	Crasto (Arouca, Arouca)
PT/TT/MSJBP/004/0007 27	1127	In villa quos vocitant Fornos subtus mons Sera Sica discurrere ribulo et territorio Pavia	Fornos (Castelo de Paiva)
PT/TT/MSJBP/004/0007 31	1128	In loco praedicto que vocitant Nogairola [...] et alia hereditate in villa Corradelo/Corrudelo [...] subtus mons Serra Sicca discurrere inter Pavia et Alarda discurrere flumen Dorio	Nogueiró (Urrô, Arouca)?; Serradelo (Pedorido, Castelo de Paiva)
MA 59 (DR 98, CMP 23?)	[07-30].04.1129	Facio cartam de Sala et de Saela [...] in valle de Arouka inter Serra Sica et monte Fuste discurrere riuo Alarda territorio Colinbrensis	Cela (Urrô, Arouca); Sá (Santa Eulália, Arouca) * Aqui indicadas como sob Coimbra; cf. MA 58.
PT/TT/MSJBP/004/0008 9	1134	Villa Sequeiros [...] subtus mons Serra discurrere ribulo Pavia	Sequeiros (Rossas, Arouca)?

(continua na página seguinte)

Monte Serra Sicca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 20	1136	In Vigidi [d'invalde druito [?]] subtus mons Serra Sicca discurrente flumen Dorio Territorio Pavia	Quinta de Vegide (Sobrado, Castelo de Paiva) * Perto da chamada <i>Pia dos Mouros</i> .
MA 68	28.09.1137	in Castro [...] subtus mons Serra Sicca discurrente flumen Dorio et terridorio Pavia	Crasto (Arouca, Arouca)?
MA 69	05.11.1137	in villa quos vocitant Araucha subtus mons Serra Sicca discurrente ribulo Alarda territorio Colimbriensis	Arouca [Fontão Longo, Corugeira (Tropeço, Arouca); Urrô e Amilo (Santa Eulália, Arouca)] * No documento <i>Colimbriensis</i> foi substituído por <i>Lamecensis</i> .
CMM 89 (MA 72)	20.08.1139	hereditate nostra propria que habemus in Arauca et habet iacentia in villa que vocitant Moldes in loco predicto in Auterio et in Froianes subtus mons Fuste e Serra Sicca discurrente ribulo Moldes	Outeiro e Friães (Moldes, Arouca)
MA 81	05.06.1143	in villa quos vocitant Lamas subtus mons Serra Sicca discurrente ribulo Aharda territorio Colimbriensis	Lamas (Tropeço, Arouca) * Aqui indicado como sob Coimbra.
CMM 124 (MA 84)	01.11.1144	baselica fundata est in territorio Arauca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 35 (145) (MA 89)	15.02.1146 (MA= 18.12.1146)	illa ecclesia de Vlveira [...] est subtus mons serra Sicca discurrente ribulo Aharda territorio Arauca	Oliveira (Tropeço, Arouca)
CMM 36 (146) (MA 94)	16.11.1146	habet iacentia in Fontano [...] subtus mons Serra Sicca discurrente rivulo Aarda territorio Lamecensis	Fontão (Tropeço, Arouca) * A diocese de Lamego só é restaurada em 1147.
LTPS 119	05.1147	eh habet iacentia in Felgoso discurrente ribulo Dorio territorio Lamego subtsu mons Serra Sica	Folgoso (Raiva, Castelo de Paiva)

(continua na página seguinte)

Monte Serra Sicca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 26 (136) (MA 90)	05.10.1147	in villa que vocatur Ulveira subtus mons Serra Sicca discurrente ribulo Aharda territorio Lamecensis	Oliveira (Tropeço, Arouca) * A diocese de Lamego só é restaurada em 1147.
MA 92	19.08.1148	In villa que vocitant Olivaria [...] ecclesia Sancte Marine [...] et est subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda territorio Lamecensis	Oliveira (Tropeço, Arouca)
MA 93	26.08.1148	que habeo in Clavi et habet iacentja in villa quos vocitant Arouka inter monte de Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda territorio Lamego	Chave (Arouca)
CMM 43 (MA 98)	20.08.1149	baselica fundata est dignoscitur territorio Arauca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda loco monasterio constructus. In villa quos vocitant Posada cum suis agitionibus subtus mons Serra Sicca discurrente ribulo Alarda territorio Lamecensis	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca); Pousada (Santa Eulália, Arouca)
CMM 29 (139) (MA 101)	27.01.1150	in villa que vocatur Trepezo discurrente ribulo Aarda subtus mons Serra Sicca territorio Arouca	Tropeço (Tropeço, Arouca)
CMM 30 (140) (MA 102)	12.1150	in villa que vocatur Terpezo discurrente ribulo Aharda subtus mons Serra Sicca territorio Arouca	Tropeço (Tropeço, Arouca)
CMM 31 (141) (MA 103)	02.01.1151	in villa que vocatur Trepezo et in Daniel discurrente ribulo Aharda subtus mons Serra Sicca territorio Arouca	Tropeço e <i>Daniel</i> (Tropeço, Arouca)
MA 107	01.1152	que habemus in territorio Arouca in monte Fuste et Serra Sica discurrente ribulo Aarda in loco predicto quos vocitant Varzena	São Salvador de Várzea (Várzea, Arouca)
MA 109	10.1152	Lamas et Fontano de Abbate et subtus mons Serra Sicca discurrente ribulo Aharda territorio Lamecensis	Lamas e Fontão de Abades (Tropeço, Arouca)
CMM 28 (138) (MA 111)	23.06.1153	villa que vocitant Ulveira [...] subtus mons Serra Sica territorio Lamecensis discurrente ribulo Aharda	Oliveira (Tropeço, Arouca)
CMM 34 (144) (MA 113)	09.07.1153	in loco predicto Sanctum Mamede [...] subtus mons Serra Sicca discurrente ribulo Aarda territorio Lamecensis	São Mamede (Santa Eulália, Arouca)
MA 115	08.1154	in villa que vocatur Lamas subtus mons Serra Sicca discurrente ribulo Aarda territorio Arouca	Lamas (Tropeço, Arouca)
CMM 134 (MA 133)	14.06.[1157-1167]	baselica fundata [...] in loco [...] Arouca subtus mons Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Alarda territorio Lamego	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)
CMM 32 (142) (MA 123)	06.1159	et habet iacentia in Trepezo et in Daniel et in Lamas et in Fontano de Abbates et insuper per ubi illa poteritis invenire subtus mons Serra Sicca discurrente rivulo Aharda territorio Lamecensis	Tropeço, Daniel, Lamas e Fontão de Abades (Tropeço, Arouca)

(continua na página seguinte)

Monte Serra Sicca			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 158	11.1193	in villa quod vocitant Lamas sub monte Serra Sicca discurrente rivulo Aarda territorio	Lamas (Tropeço, Arouca)
CMM 37 (147) (MA 159)	11.1193	in villa quam vocitant Fontanum de Abades sub monte Serra Sicca discurrente rivulo Aarda territorio Lamecensis	Fontão de Abades (Tropeço, Arouca)
MA 166	07.11.1198	baselica fundata est in territorio Arouca inter duos monter Fuste et Serra sicca discurrente rivulo Aa[rda]; in territorio Arouca in villa Melareses inter duos montes Fuste et Serra Sicca	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca); Melareses (Burgo, Arouca)
MA 168	08.04.1199	baselica fundata est in territorio de Arouca inter duos montes Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Aarda	Mosteiro de Arouca (Arouca, Arouca)

Mons Castro Felgoso/Monte Alto			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 120 (DP III 475)	11.06.1114	de villa Felgoso [...] habet iacentia ipsa villa inter Aarda et pegiant et alvia secus flumen Dorium sub mons Castro Felgoso territorio Portugalensis	Folgoso (Raiva, Castelo de Paiva)
MA 60 (DR 110, CMP 27)	12.07.1130	Villa parata terminata sub Monte Alto currente flumine Durio territorio Lamego * A nossa proposta.	Parada (Pedrido, Castelo Paiva)

Mons Gustodias			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 343	18.10.1045	in vila quos vocidant Sardoiriola discurrerem ribulo Sardoira teritorio Aneie subtus mons Gustodias	Sardoirinha (Bairros, Castelo de Paiva)

Mons Sancti Genesi			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 43 (DP IV 351)	26.05.1123	habet iacentja in territorio Pavia subtus mons Sancti Genesi discurrerem ribulo Sarduiria in loco predicto ille casal de a lama et exparte per Agro Covo et per Sancto Genes	Lamas (Santa Maria de Sardoura, Castelo de Paiva)
PT/TT/MSJBP/004 0007 19	1126	In Villa Sardoria territorio Pavia subtus mons Sancti Genesi discurrerem ribulo Sardoria	Santa Maria de Sardoura (Castelo de Paiva)

Mons Gracian/Gratian ??			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/ MSJBP/004/0007 21	1126	In Villa que vocitant Fornos territorio Quolimbriensis subtus mons Gracian/Gratian discurrente ribulo Pavia	Fornos (Castelo de Paiva)?
PT/TT/ MSJBP/004/0007 22 * Trata-se de uma cópia do documento anterior.	1126	In Villa que vocitant Fornos territorio Quolimbriensis subtus mons Gracian/Gratian discurrente ribulo Pavia	Fornos (Castelo de Paiva)?

Mons Cerro			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LTPS 143	1183	ipso kasal de Paradela subtus mons Cerro discurrente ribulo Pavia territorio Portugal	Paradela (Bairros, Castelo de Paiva)

Mons territorio Fornos			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 75 (DC 438)	27.04.1064	et avet iacentia ipse hereditatem in Fornos subtus mons territorio Fornos discurrente flumen Pavia	Fornos (Fornos, Castelo de Paiva)

Espinho

Castro Ovil			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 394	29.08.1055	De ereditate nostra que abemus de rriu de Paramio usque usque [sic] rio de sparago de Mazaneta [...] et abe ipsa ereditate iacentia subtus castro Ovibil prope litore maris territorio Portugalense	Território de Paramos (Espinho)
DC 399	08.08.1056	in villa Ermorizi subtus Castro de Obile discurrente ribulo Paramio teridorio Portukal	Esmoriz (Ovar)
DC 220	05.06.1063 * De acordo com MATTOSO, 2001c: 178.	in villa Ermorizi et Cortelaza subtus castro de Obile discurrente ribulo mediano territorio Portukal	Esmoriz e Cortegaça (Ovar)

(continua na página seguinte)

Castro Ovil			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 535	21.10.1076	in villa Ermoriz subtus castro Ovile discurrere ribulo Maiore prope lidore maris	Esmoriz (Ovar)
DC 739	25.06.1090	in villa Ermoriz subtus mons castro de Obil territorio Portugalensis discurrere ribulo Lacona de Obil prope litore maris	Esmoriz (Ovar)
PT/TT/ MSPP/012/ 0003 36	1161	In supradicta villa Paramio de lusano subtus Castro Dou Vil curente rivulo Gahili [?] territorio Portugalense Terra Sancte Marie	Paramos (Espinho)

Oliveira de Azeméis

Castro Rekaredi			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 167 * Não utilizado em CARMO, 2016.	18.05.993	in villa laurario qui est inter vila tanuz et mazanaria suptus kastro rekaredi teritorio portugalense * Este documento tem sido erradamente atribuído a Recarei, em Matosinhos. Cf. DC 845.	Loureiro e Macieira (Loureiro, Oliveira de Azeméis)
DC 187	17.02.1002	in villa que dicent Villar circa villa Dagaredi et discurrere rivulo Vallega et subtus castro Rekaredi et prope litore maris territorio portugalensis	Vilar (Valega, Ovar); <i>Dagaredi</i> (Valega, Ovar)
DC 261	29.04.1026	Barcas de laudomanes [...] in villa kabanones et in muradones [...] subtus mons Castro Rekaredi teritorio Civitas Sancta Maria discurrere rio Ovar	Cabanões (Ovar)
DC 557 (DSV 1)	26.06.1078	in villa que dicent riu siccu et abet iacentia ipsa villa inter villa que dicent fermellana et villa que vocitant kanellas et subtus castro rekaredi discurrere ribulo antuana prope litore maris territorio portugalensis	(Localidades de Estarreja, fora da nossa área de investigação.)
DC 845 * Não utilizado em CARMO, 2016.	10.03.1097	in villa Tanuz et Castinaria et Quintana inter villa Laurario et Abanca et subtus mons Castro Recaredi discurrere rivulo Avanca prope litore maris territorio Portugalensis	Loureiro (Oliveira de Azeméis) * Avanca é uma freguesia de Estarreja, onde passa o rio Gonde.
CBF 205 (DP III 15)	10.03.1101	in ipsa villa de Sancto Donato et de molino de Sancto Donato, V [^] integra, subtus Castro Recarei, discurrere Riu Major, territorio portugalensi, prope civitatem Sancte Marie	São Donato (Guilhovai, Ovar)

(continua na página seguinte)

Castro Rekaredi			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 435 (DP III 56) (Cf. DC 187)	17.02.1[1]02	et habet jacencia ipsa hereditate in villa que diccent Villar, circa villa Dagaredi, et discurrente rivulo Vallega, et subtus Castro Rekaredi, et prope litore maris, territorio Portugalensis	Vilar (Valega, Ovar); <i>Dagaredi</i> (Valega, Ovar)
LP 537 (DP III 261)	22.12.1107	Et habent jacentiam ipse hereditates inter Durium et Vougam, in territorio Sancte Marie, sub montem qui dicitur Castrum Recaredi [...] et sunt pernominatè ipse ville ita nostram portionem de villa Travanca et de villa Toaldi et de Aziveto et de Insula et de Mazata	Azevedo (São Vicente de Pereira Jusã, Ovar); Travanca (Oliveira de Azeméis); Tugilde (Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis); Ínsua (São Martinho de Gândara, Oliveira de Azeméis); Maçada (São Martinho de Gândara, Oliveira de Azeméis)
CBF 216	17.01.1126	in villa dicta Vermui [...] subtus monte Castro Recarei, discurrente rivulo Uvar, territorio portugalensi, sub opido Sancte Marie de civitate, prope littus marinum	<i>Vermui</i> =Vermoim (Ossella, Oliveira de Azeméis)?
CBF 179	[27.06- -09.07]1126	in ipso loco dicto Eldriz [...] et in Guncinda [...] subtus monte Castro Recarei et Saxo Albo, discurrentes fluvii Feverus et Guandia, territorio Portugal, civitas Sancta Maria	Aldriz (Argoncilhe, Santa Maria da Feira); Agoncida (Mosteiró, Santa Maria da Feira)
CBF 288	17.04.1131	in villa dicta Guncida, subtus monte Castro Recarei, discurrente rivulo Guandila, territorio portugalensi, civitas Sancte Marie	Agoncida (Mosteiró, Santa Maria da Feira)
DR 174 (CMP 91) * Não utilizado em CARMO, 2016.	07.07.1139	In loco qui uocatur cucugianes sub monte castro recharei discurrente riulu ur portugalensi territorio	Mosteiro de Cucujães (Vila de Cucujães, Oliveira de Azeméis)
CBF 32	12.1142	de hereditate mea propria quam habeo in villa Cabanones subtus mons Castro, discurrente rivulo Agada	Cabanões (Ovar)
CBF 61	04.1143	in villa Cabanones, subtus mons Recarei, discurrente rivulo Ovar, territorio portugalensi	Cabanões (Ovar)
CBF 276	10.1143	in villa dicta Azevedo, subtus Castro Recarei, discurrente rivulo Prados, territorio portugalensi	Azevedo (São Vicente de Pereira Jusã, Ovar)

(continua na página seguinte)

Castro Rekaredi			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 214	21.01.1145	in Insula [...] que est subtus monte Castro Recarei, discurrente rivulo Valega, territorio portugalensi, civitas Sancte Marie	Ínsua (Vila de Cucujães, Oliveira de Azeméis); Ínsua (São Martinho de Gândara, Oliveira de Azeméis)
CBF 289	22.04.[1129-1159] * A nossa proposta: o autor do documento, Johannes, está ativo nestes anos.	in villa dicta Guncida, subtus monte Recarei, discurrente rivulo de Pereira, territorio portugalensi, civitas Sancte Marie	Agoncida (Mosteiró, Santa Maria da Feira)
CBF 286	05.1159	in villa que dicitur Guncida, subtus monte Recarei, discurrente rivulo de Pereira, territorio portugalensi, civitas Sancte Marie	Agoncida (Mosteiró, Santa Maria da Feira)

Mons Castro Calbo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 470	07.11.1068	et abent ipsas ereditates iacentias in territorio Portugale subtus mons Castro Calbo et Montecelo discurrente ribulos Antuana et Ure vilas vocidatas Cesari et Fagiones et Manzores	Fajões (Oliveira de Azeméis); Cesar (Oliveira de Azeméis); Mansores (Arouca)
DC 471	07.11.1068	baselica fundata est in vila que dicent Cesari teridorio Portugale subtus monte Castro Calbo discurrente ribulo Camiola et Ure	Mosteiro de São Pedro de Cesar (Oliveira de Azeméis)
PT/TT/ MAMP- -MSCRT/ 001/0002 doc. 30	Sem data, mas parece ser do século XI.	[Castro Calbo et Montecelo?]	??

Mons Castro Utsella			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 130 (deveria corresponder ao DC 448, embora não seja indicado no LP) e LP 132	12-13.10.1047 (In DC=1037-1065)	In villa Ferreirolos et Castro	<i>Ferreirolos</i> =Ferreiros (Palmaz, Oliveira de Azeméis); em LP <i>Castro</i> = <i>Castro Utsella</i> * A nossa proposta baseia-se no facto de Ferreiros estar mais próximo do Castro Utsella do que do Castro de Romariz, como é proposto no índice LP: 1033. Em alternativa, poder-se-ia pensar em Castro Recarei ou num castro ainda não identificado.
DC 506	20.04.1073	in villa que vocitant Utsella subtus mons Castro Utsella teritorio Portugallense e monte Quoddal discurentem ribulo Kamia	Ossela (Oliveira de Azeméis) * Esta localidade estava anteriormente sob o <i>Monte Codale</i> .

Monte Quoto			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 302	10.07.1135	in villa Gueateandi, subtus monte Quoto, discurrente rivulo Camia, teritorio portugallensi, in terra de Sancta Maria de civitate	Gateande (Travanca, Oliveira de Azeméis) * CARMO, 2016: 109, propõe Santa Maria da Feira.
CBF 303	05.02.1136	in villa Gueateandi, subtus monte Quoto, discurrente flumine Camia, teritorio portugallensi, in terra de Sancta Maria de civitate	Gateande (Travanca, Oliveira de Azeméis) * CARMO, 2016: 109, propõe Santa Maria da Feira.

Monte Baronza			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 564	[1128-1146]	in villa Palmazi, sub teritorio de Sancta Maria, decorrente rivulo Camia, subtus monte Baronza	Palmaz (Oliveira de Azeméis)

Mons Molas			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 461 (DC 935)	30.05.1100	in villa quam vocitant Palmaci [...] in Ferreiros [...] subtus mons Molas discurren- te rivulo Kamia prope litore maris	Palmaz (Palmaz, Oliveira de Azeméis); Ferreiros (Palmaz, Oliveira de Azeméis) * Esta localidade foi referida em LP 480 (1098), sob o <i>Mons Balastario</i> =serra da Caramulo, fora da nossa área de investigação.
DR 162 (CMP 79)	10.1137 Coimbra	Cacumen ipsius montis de Mola	Louredo (Santa Maria da Feira)?

Ovar

Monte Longara			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 219	23.[01].1125	de hereditate nostra propria, una marina, que habemus de parente meo, discurren- te ribulo Ovar, subtus monte Longara	<i>Longara (Ovar)?</i>

Turre			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 549	1077	et in villa ermorici [...] quarta de illa turre	Esmoriz (Ovar)
CBF 23	23.01.1144	in villis que vocinantur scilicet Ermoriz et in villa Turre et in illo Casale	Esmoriz (Ovar); Torre (Esmoriz, Ovar), <i>Casale</i> (Ovar)?

São João da Madeira

Mons Fundones			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/ MAMP- -MSCRT/ 001/0002 2	1133?	Villa Faria [?] [...] in villa iam supernominata subtus mons Fundones discurren- te ribulo Ur territorio Portugalense prope Civitas Sancte Marie	Faria (Oliveira de Azeméis) * A nossa proposta de identificação baseia-se no facto de a rua de Fundões (São João da Madeira) estar muito próxima.

Santa Maria da Feira

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CMM 84 (MA II)	18.08.972	Et roborarunt illo plazo in civitate Sancta Maria ante comite Gundisalvo Moneonis	Arouca
LP 291 (DC 120)	22.04.977	in villa Valeiri, discurrente rivulo Rio Mediano, terredorio Portugalensis, prope civitas Sancta Maria	São João de Ver (Santa Maria da Feira)
DC 125 * Não utilizado em CARMO, 2016.	24.11.978	in villa de azevedo [...] et ille molino [...] et sunt illas hereditates in terra de sancta maria ad ille porto de sancto vincenti de peraria	Azevedo (São Vicente de Pereira Jusã, Ovar)
DC 189	18.03.1002	in villa Peraria prope civitas Sancte Marie discurrente ribulo Azevedo territorio Portugalensis	São Vicente de Pereira Jusã (Ovar)
DC 261	28.04.1026	in villa kabanones et in muradones [...] subtus mons Castro Rekaredi terredorio Civitas Sancta Maria discurrente rio Ovar ipsos domnos que abitantes eram in cassa de Sancta Maria de Civitate Tedon Galindici et Fredenando Gundissalbic et Erro Tellici	Cabanões (Ovar)
LP 367 (DC 296) * Não utilizado em CARMO, 2016.	04.08.1037	Obtinente comite Menendus prolix Lucitu Sancta Maria * Tanto VENTURA, 1992, como AMARAL, BARROCA, 2012, utilizam este documento, mas indicam 1024 como o ano da tenência.	
LP 127 (DC 317) * Não utilizado em CARMO, 2016.	01.10.1041	villa Cidi, subtus monte Petra Curvella, secus alveum Ure, prope civitas Sancte Marie at domnum Teto et ad suam coniugiam domna Lelolia pro placito quando errant imperatores ipsa civitas Sancta Maria	Villa de Cid (Vale de Cambra)
LP 136 (DC 385)	20.01.1053 (?)	et habent ipsas villas jacentiam inter Dorium et Vauga, subtus civitas Sancta Maria, terredorio Portugal	Pedroso (Vila Nova de Gaia); Manhouce (Arrifana, Feira); Escapães (Santa Maria da Feira); Villa de Cid (Vale de Cambra)

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 397 * Não utilizado em CARMO, 2016.	17.01.[1056]	in villa Mazanaria subtus alpe Fuste discurrente ribulo Camie territorio Portukal prope Sancte Marie	Macieira de Cambra (Vale de Cambra); ou Macieira (Travanca, Santa Maria da Feira)?
DC 500	26.03.1072	et in territorio Civitas Sancta Maria villa Petroso	Pedroso (Vila Nova de Gaia)
DC 549	1077	De ille comes Menendo Luci qui illa terra inperaba sub gratia de ille rex domno Adefonso quia ille dux tenuit redalengo et contadu et mandamento Didactus Tructesindizi et filius suus menendo didazi qui illa terra imperabant In tempore domno Sisnando [...] erat domno de toda Sancta Maria et Colimbria	Diversos territórios em <i>Terra de Santa Maria</i>
DC 589	27.08.1080	baselica est fundata in loco predicto quos vocitant villa Petroso territorio Portugal et civitas Sancta Maria	Pedroso (Vila Nova de Gaia)
DSV 2 (DC 598)	13.09.1081	in villa Milleirols subtus mons Civitas Sancta Maria discurrente rivulo Ovar territorio Portugalensis	Milheirós (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)
DC 599	31.10.1081	basilica sita est in villa que dicitur Petroso subtus Castro Petroso secus rivulum Fibros de alia parte iuxta Saxum Album in territorio Portugalensis inter flumen Durium et Civitatem Sancte Marie	Pedroso (Vila Nova de Gaia)
DC 618 * Não utilizado em CARMO, 2016.	10.09.1083	villa Melieiros et in Sancta Maria [...] in territorio Sancte Marie discurrente rivulo Ovar prope litore maris territorio Portugalensis	Milheirós (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira); Santa Maria da Feira
DC 638	11.04.1085	villa Vadar [...] territorio Portugalense subtus monte Cotal discurrente ribulo Humia civitas Sancta Maria	<i>Villa Vadar</i> entre Gaiate e Pigeiros (Santa Maria da Feira)
CBF 167 (DC 669)	17.11.1086	in villa Nogueira de Ecclesiola ab integro, subtus monte Sagitella, discurrente fonte de Froilacam in suburbio civitatis Sancte Marie, territorio portugalseni	Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)
DC 694	1087	beselica fundata est in villa qui dicitur Petroso subtus Castro Petroso in suburbio Civitas Sancta Maria territorio Portugalensis prope flumen Dorium	Mosteiro de Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 703	23.03.1088	sancto iohanne que dicent de mateira [...] et abe iacentia ipsa ereditate per tot [...] e in Villa Plana discurrunt rivulo Ur et subtus mons Parata lovaz prope civitas Sancta Maria territorio Portugalensis	São João da Madeira
DC 704 * Não utilizado em CARMO, 2016.	23.03.1088	et abe iacentia in villa Sancti Iohanni et subtus mons Parata lovaz discurrunt ribulo Ur et prope civitas Sancta Maria territorio Portugalensis	São João da Madeira
CBF 194 (DC 720)	17.06.1089	in villa Casal de Ramir, subtus monte Redondo, territorio portugalensi, discurrunt rivulo Feveros, in terra Sancta Maria	Ramil (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
DC 745 * Não utilizado em CARMO, 2016.	1090	Baselica fundata est in villa, qui dicitur Petroso, subtus Castro Petroso, in suburbio Civitas Sancta Maria, Territorio Portugalensis, prope flumen Durium	Mosteiro de Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
CBF 143 * Não utilizado em CARMO, 2016.	1093	Flaccentius, prepositus castelli Sancte Marie	
CBF 291 (DC 842)	25.12.1096	in villa dicta Eldiriz, subtus mont(e) (Aut)urelo, discurrunt rivulo Feverus, territorio Portugal, in terra civitatis Sancte Marie * (in DC <i>subtus Monturelo</i>)	Aldriz (Argoncilhe, Feira)
CBF 294	25.02.1097	Et est ipsa larea in Cerzedo, subtus monte Kastro Petroso, discurrunt rivulo Cerzedo, territorio portugalensi, civitas Sancte Marie	Serzedo (Vila Nova de Gaia)
LP 290 (DC 851)	29.04.1097	villa Caldelas [...] et habet jacencia, subtus mons Sauto Rodondo, discurrunt ribulo Umia, territorio Portugalensis, prope civitas Sancta Maria	São Jorge de Caldelas (Santa Maria da Feira)
LP 429 e LP 429 A (DC 855)	31.5.1097	in villa que vocatura Lavoratores inter [em DC 855 foi adicionada a palavra «terra»] Sancte Marie [...] et habet jacenciam inter villam Ollarios [Ollariolos em DC] et villam Sancti Michaelis de Cortegaza, inter montem Saxum Album et castrum Petrosium, decurrunt ribulo Fibros, territorio Portugalensi	Lavadores (Olival, Vila Nova de Gaia); Leirós (Pedroso, Vila Nova de Gaia); São Miguel (Olival, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 870	11.03.1098	in loco predicto quos vocidant villa Petroso territorio Portugal et civitas Sancta Maria et habent iacentia in territorio Castro Portela et Civitas Sancta Maria prope litore maris discurrante ribulo Ignea	Mosteiro de Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia); Portela (Romariz, Santa Maria da Feira)
LP 480 (DC 893)	1098	in villa quam vocitant Palmazes [...] inter villa de Avranca et alia parte Colegidi, subtus mons Balastario, discurrante flumen Camia, territorio Portugalensis, civitas <Sancta> Maria	Palmaz (Oliveira de Azeméis)
CBF 193	09.01.1100	in villa Dragoncelli et in Atequi, subtus monte de Penna, discurrante rivulo Novelios, territorio portugalensi, in terra Sancta Maria	Argoncilhe (Santa Maria da Feira)
DC 951	1100	in vila quos vocitant vila Fornos subtus mons Castro Portela discurrante ribulu Umia Teretorio Portugalensis iusta zivitas Sancta Maria	Fornos (Santa Maria da Feira)
DP III 7	13.01.1101	cuius basilica est fundata in loco predicto quos vocitant villa Petroso territorio Portugalensis et civitas Sancta Maria	Mosteiro de Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
CBF 205 (DP III 15)	10.03.1101	in ipsa villa de Sancto Donato et de molino de Sancto Donato, V [^] integra, subtus Castro Recarei, discurrante Riu Major, territorio portugalensi, prope civitatem Sancte Marie	São Donato, Guilhovai (São João de Ovar, Ovar)
LP 491 (DP III 42) * Não utilizado em CARMO, 2016.	29.10.1101	Palmaz et villa Fererius [...] et abent jacecia<s> riba Camia <d>escurentes vel Vauga, territorio Sancta Maria	Palmaz (Oliveira de Azeméis); Ferreiros (Palmaz, Oliveira de Azeméis)
CBF 195 (DC 545)	19.06.[1102] (DC=1077)	in villa de Ordini, subtus monte Outurelo, discurrante rivulo Feverus, territorio portugalensi, in terra civitatis Sancte Marie	Ordonhe (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
RIBEIRO, 1810-1836: III, 120.	13.11.1102	Venegas Joannis, <i>tenens</i> terram sactae mariaes	
DP III 99	31.01.1103	in villa quos vocitant Fonsim mea parte integra subtus mons Petroso discurrante ribulo Fibrus territorio Portugalensis civitas Sancta Maria	Afonsim (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
DP III 104	23.02.1103	in villa Cabanones sub loco civitas Sancta Maria prope litore maris et discurrante rivulo Ovare	Cabanões (Ovar, Ovar)
RIBEIRO, 1810-1836: III, 124. * Falso?	01.04.1104	Mandante Arauca et Terra de Sancta Maria Menendus Moniz, Egas Moniz	

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 11 (DP III 159)	07.06.1104	monasterium quod est fundatum in villa Eclesiola, vocabulo Sancti Salvatoris, subtus monte Saitela, discurrente arrugio de ipsa villa, territorio portugalensi, terra civitatis Sancte Marie	Grijó (Vila Nova de Gaia)
LP 537 (DP III 261) * Não utilizado em CARMO, 2016.	22.12.1107	Et habent jacentiam ipse hereditates inter Durium et Vougam, in territorio Sancte Marie, sub montem qui dicitur Castrum Recaredi; et sunt pernominate ipse ville ita nostram portionem de villa Travanca et de villa Toaldi et de Aziveto et de Insula et de Mazata	Azevedo (São Vicente de Pereira Jusã, Ovar); Travanca (Oliveira de Azeméis); Tugilde (Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis); Ínsua (São Martinho de Gândara); Maçada (São Martinho de Gândara, Oliveira de Azeméis)
LP 412 (DP III 318) * Não utilizado em CARMO, 2016.	19.01.1109	villa que vocatur Curval [...] quam habeo in territorio Sancte Marie Civitatis	Curval (Oliveira de Azeméis)
CBF 16 (DP III 325)	10.04.1109	qui est fundatus in ipso predicto loco subtus monte Saitela, discurrente arrugio ipsius ville, territorio portugalensi, terra Sancte Marie civitatis	Mosteiro de Grijó (Vila Nova de Gaia)
CBF 187 (DP III 344)	31.12.1109	Et abet ipsa hereditate jacencia in villa Ramiri et Ordoni et in Petri et in Casal d'Alvella, subtus monte Ordoni, discurrenti Feveros, territorio portugale, in terra civitas Sancta Maria	Ramil (Argoncilhe, Feira); Ordonhe (Argoncilhe, Feira); <i>Petri e Casal de Alvella</i> (vs. Argoncilhe, Feira)
LP 234 (DP III 369) * Não utilizado em CARMO, 2016.	25.12.1110	in Terra Sancte Marie	Diversos bens deixados em testamento à Sé de Coimbra, incluindo alguns na <i>terra</i> da Feira.
CBF 111 (DP III 383)	22.11.[1111]	prope litus maris, territorio Sancte Marie civitatis, subtus monte Grande, discurrentes arrugii de monte Grande descendentes	Valadares (Vila Nova de Gaia); Tarouquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 34 (DR 33)	15.05.1112	quam habeo in villa nuncupata Kastro, subtus monte Kastro, discurrente ipso arrugio de Kastro, territorio portugalensi, in terra civitatis Sancte Marie	Crasto (Perosinho, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 35 (DP III 400)	17.05.1112	de nostra hereditate propria quam habemus in villa quam vocant Castro, subtus mons Castro Petroso, discurrante ipso arrugio de Castro, territorio portugalsensi, in terra civitatis Sancte Marie	Crasto (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
DR 34	22.05.1112	Et est ipso monasterio in loco predicto Villar Subtus Mons Maior discurrante ribulo Februs teritorio Sancta Maria de Civitate Petrus Gundisalviz confirmo et tenebat ipsa civitas Sancta Maria	Mosteiro de Vilar de Andorinho (Vila Nova de Gaia)
CBF 260 (DP III 403)	31.05.1112	subtus monte Petroso Castro, discurrante rivulo Carzedo, qui descendit ad mare, territorio portugalsensi, in terra de Sancta Maria de civitate [...] in villa Brito	Brito (Grijó, Vila Nova de Gaia)
LP 411 (DP III 414)	07.12.1112	in villa, quos vocitant nuncubata Valer [...] et habet jacentia ipsa hereditate in territorio Portugalensis, subtus mons Sauto Redondo, prope civitas Sancta Mar(ia)	São João de Ver (Santa Maria da Feira)
CBF 188 (DP III 466)	15.03.1114	in villa quos vocitant Dragonzelli, subtus mons Seco Albo, discurrante rivulo Feveros, territorio Portugal, in terra civitas Sancta Maria	Argoncilhe (Santa Maria da Feira)
DP III 431	22.03.1113	in loco predicto Villa Nova et in Ancsemir [...] subtus mons Kastro Petroso discurrante rivulo Iuliam prope litore maris et civitas Sancta Maria teradorium [sic] Portugalense	Vila Nova da Telha e Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)
DP III 458 * Não utilizado em CARMO, 2016.	29.10.1113	Sancti Iohannis Babbiste quorum baselica fundata est in ripa Durio subtus mons Aratrus; in villa in [sic] sunt nominatas in terra Sancte Marie id est Palacio et Lobon et Vilar et Mileirolos	Paço, Lobão, Vilar, Milheiros (Santa Maria da Feira)
DP III 482 * Não utilizado em CARMO, 2016.	24.08.1114	et in terra Sancta Maria in villa Sala et Varzena [...] Lobeli	Sá, Várzea (Santa Maria da Feira); Lobeli=Lobão ? (Santa Maria da Feira)
LP 310, LP 310 B, LP 402 e LP 408 (DP III 483) * Não utilizados em CARMO, 2016, LP 402 e 408.	31.08.1114	in teritorio Sancte Marie de Civitate	São João de Ver (Santa Maria da Feira)

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 517 * Não utilizado em CARMO, 2016.	18.11.1115	In terra Sancta Maria	Romariz (Santa Maria da Feira)
LP 400 (DP IV 42) * Não utilizado em CARMO, 2016.	30.03.1117	in villa que vocatur Valeir, territorio castelli quod dicitur Sancte Marie de Civitate et de ecclesia ipsius ville vocabulo Sancti Iohannis	São João de Ver (Santa Maria da Feira)
DP IV 44	20.04.1117	hic in Petroso iusta illo [...] territorio Portugalensis terra civitas Sancta Maria * Palavra em falta: castro?	Mosteiro de Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
CBF 164 (DP IV 49)	04.06.1117	in villa videlicet in Ecclesiola, in loco qui dicitur Casal de Arias, subtus monte Outurelo, discurrere rivulo ipso Arrugio qui currit de Ausindi, territorio portugalensi, in terra Sancte Marie civitatis	<i>Casal de Arias</i> (Grijó, Vila Nova de Gaia)?
DR 49 * Não utilizado em CARMO, 2016.	11.1117	facta karta in terra Sancte Marie ubi vocant Feira	Feira (Santa Maria da Feira)
CBF 119 (DC 236)	20.05.[1118] (DC= 20.05.1018)	in loco prefato Tarauquela, subtus monte Grande, discurrere(n)te rivulo Tarauquela, prope littus maris, territorio portugalensi in dominio Sancte Marie civitatis	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia) * Esta localidade também aparece sob o Monte Serpente.
DP IV 75	20.11.1118	in loco predicto quos vocitant villa Leiros cum Camphalios et Fonsim quomodo esparte cum Seixozelo et de Lavadores et illas leiras de Sancto Iohanne quomodo esparte cum Petroso subtus mons Katro Petroso discurrere rribulo Fibros territorio civitas Sancta Maria	Leirós, Sanfalhos, Afonsim, Lavadores e Sanhoane (Pedroso, Vila Nova de Gaia); Seixezelo (Vila Nova de Gaia); Pedroso (Vila Nova de Gaia)
DP IV 76	24.11.1118	Sancti Petri qui est fundato in villa Petroso sub illo castro [falta uma palavra] civitas Sancta Maria	Vila Cova (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
CBF 257 (DP IV 171)	26.03.1121	in villa dicta Ansemir, subtus monte Castro Petroso, discurrere rivulo Cerzedo, territorio portugalensi, prope littus maris, sub opido Sancte Marie de civitate	Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 173 * Não utilizado em CARMO, 2016.	01.04.1121	baselica est fundata in loco predicto quos vocitant villa Petroso territorio Portugal et civitas Sancta Maria	Mosteiro de Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
DP IV 179	28.04.1121	in villa Allaria subtus mons Sexo Alvo discurrente rribulo Fibros territorio civitas Sancta Maria	Alheira (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
DP IV 213 * Não utilizado em CARMO, 2016.	22.11.1121	villas Valadares et Tarauquela prope litus maris territorio Sancte Marie Civitatis subtus Monte Grande discurrentes arrugii de Monte Grande descendentes	Valadares (Vila Nova de Gaia); Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
DP IV 231	25.01.1122	in villa Lairiolos et abe iacentja in loco predicto Castro Petroso discurrente rribulo Fibros territorio civitas Santa Maria	Leirós (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
CBF 203 (DR 61)	08.03.1122	per nomen de illo Casal et Pumar heremo et Cubellus et Cardenellus, subtus monte Castro Sancta Maria, discurrente rivulo Villela, territorio portugalensi, prope civitatis Sancte Marie	<i>Casal</i> (Rio Meão, Santa Maria da Feira)?; <i>Pomar Ermo</i> (Rio Meão, Santa Maria da Feira)?; Cardielos (Rio Meão, Santa Maria da Feira); Covelos (Silvalde, Espinho) * Relativamente à identificação da última localidade temos dúvidas. Consta que existe Covelas em Travanca, Santa Maria da Feira.
DP IV 249	04.1122	hereditate nostra propria quam abuimus in territorio civitas Sancte Marie et est ipsa hereditas preminata Sancti Iohannis de illa Madeira	São João da Madeira
DP IV 256	25.04.1122	Sancti Iohannis de Madeira prope civitas Sancta Maria discurente ribulo Ul subtus mons Parata loaz et in territorio Portugalensis	São João da Madeira
DP IV 257	25.05.1122	Sancti Iohannis de Madeira prope civitas Sancta Maria subtus mons Parata laz [sic] discurente ribulo Ul in territorio Portugalensis	São João da Madeira
DP IV 269	28.06.1122	in villa Sancti Iohanni de Madeira [...] prope civitas Sancte Marie subtus monte Parada loaz discurrente ribulo Ur territorio Portugalensis	São João da Madeira

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 272	22.07.1122	in villa Sancto loane de Madeira [...] subtus mons Parada loaz discurrente rivulo Ur territorio Portugalensis prope civitas Sancta Maria	São João da Madeira
DP IV 281	03.09.1122	in villa quos vocitant Sancti Iohannis de Madeira prope civitas Sancta Maria subtus mons Parata luiuaz discurrente rribulo Hur in territorio Portugalensis	São João da Madeira
DP IV 282	03.09.1122	in villa quos vocitant Sancti Iohannis de Madeira prope civitas Sancte Maria subtus monte Parada loaz discurrente rribulo Hur in territorio Portugalensis	São João da Madeira
DP IV 283	03.09.1122	in villa quos vocitant Sancti Iohannis de Madeira de Ur in Astar prope civitas Sancte Marie subtus monte Parada loaz discurrente rivulo Antoa [sic para Antoana] territorio Portugalensis	São João da Madeira
DP IV 284 * Não utilizado em CARMO, 2016.	06.09.1122	et habent ipsas hereditates iacencias in territorio Sancta Maria, hic est de ipsa villa que vocitant Varzena [...] Sala [...] Gondianes [...] Figauredo [...] subtus mons Castro Petroso, et in alia villa que vocitant Pausadela [...] Ladrones et habent iacencias subtus Mons Grande discurrerent fluvio Feveros	Várzea e Sá (Sandim, Vila Nova de Gaia); Sá, Várzea (Santa Maria da Feira)?; Gondinhães (Pedroso, Vila Nova de Gaia); Figueiredo (Pedroso, Vila Nova de Gaia); Pousadela (Nogueira da Regedoura, Santa Maria da Feira)?; Ladrones (Vila Nova de Gaia)?
DP IV 285	10.09.1122	in Lavadores subtus Castro Petroso discurrente ribulo Feveros territorio Portugalense in terra civitas Sancta Maria	Lavadores (Olival, Vila Nova de Gaia)
CBF 162 (DP IV 289)	21.10.1122	in villa que dicitur Nocaria, subtus monte Auterelo, discurrente rivulo Guitin, territorio portugalensi, sub dominio civitatis Sancte Marie, prope littus maris	Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)
CBF 290 (DP IV 298)	02.12.1122	in villa dicta Eldiriz, subtus monte Auterelo, discurrente rivulo Feverus, territorio portugalensi, civitas Sancte Marie	Aldriz (Argoncilhe, Feira)
CBF 163 (DP IV 302)	24.12.1122	in ipsa villa Nocaria, subtus monte Auterelu, discurrente ipso arrugio Nugeira, territorio portugalensi, prope littus maris, in civitate Sancte Marie	Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 303	26.12.1122	quos vocitant villa Uimaranes, subtus mons Castro discurrere rribulo Cercedo territorio Portugalensis civitas Sancta Maria	Guimarães (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 165 (DP IV 304)	27.12.1122	in villa Nogeira, subtus monte Auturelo, discurrere ipso arrugio Nogeira, territorio civitatis Sancte Marie, prope littus marie	Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)
CBF 166 (DP IV 307)	06.01.1123	in villa Nogeira, subtus monte Auturelo, discurrere ipso arrugio Nogeira, territorio portugalensi, civitatis Sancte Marie sub dominio	Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)
LP 401 (DP IV 308)	10.01.1123	in villa que vocitant Valer, in loco predicto Sancto Johanne, subtus mons Sauto Rodundo, discurrere lagona de Aviul, prope castello Sancte Maria	São João de Ver (Santa Maria da Feira)
CBF 300 (DP IV 317)	28.01.1123	in villa de Curveirus, subtus monte Kastro Petroso, discurrere rivulo Birlanes, territorio portugalensi, in terra civitatis Sante Marie	Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia)
CBF 176 (DP IV 333)	19.03.1123	in villa Vulpeliales subtus mons Kastro Petroso discurrere rivulo Vulpeliales territorio Portugal civitas Sancta Maria prope litus maris	Gulpilhares (Vila Nova de Gaia)
CBF 161 (DP IV 343)	09.04.1123	Ejus jacentia vero est in supra predictas villas, subtus monte Castro Petroso, discurrere rivulo Cerzedo, territorio portugalensi, sub Sancta Maria civitatis, prope littus maris	Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia); Sermonde (Vila Nova de Gaia); São Félix da Marinha (Vila Nova de Gaia)
CBF 287 (DP IV 378)	10.1123	in villa Guncida, subtus monte Carboneiro et petra curvela, discurrere rivulo Guandia, territorio portugalensi, in civitate Sancte Marie	Agoncida (Mosteiró, Santa Maria da Feira)
DP IV 386	25.12.1123	in villas Dragonselli et Atequi subtus mons Sexo Albo et monte Autorello discorrente ribulo Feveros tiridorio Portugal civitas Santa Maria	Argoncilhe (Santa Maria da Feira); <i>Atequi</i> (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
DP IV 387	26.12.1123	cuius basilica est fundata in loco predicto quos vocitant villa Petroso territorio Portugal et civitas Sancta Maria	Pedroso (Vila Nova de Gaia)
CBF 158	30.12.1123	in villa Curveirus, subtus monte Castro Petroso, discurrere ipso arrugio Curveirus, territorio portugalensi, sub dominio Sancte Marie civitatis, prope littus maris	Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 93 (DP IV 305)	1123	in villa Curveiros, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalensi, intra terminos civitatis Sancte Marie	Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia)
PT/TT/MAMP- -MSCRT/001/ 0002 1	1125	In villa qui vocant Sancti Iohanni de Madara subtus mons Parada loaz discurrente ribulo Ur proter [sic] Civitas Sancta Maria	São João da Madeira
PT/TT/MSJBP/ 004/0007 15	1125	Campo de Luniazales/Lumazales [?] et de Agrella Cuncta/Cuncatu [?] que ibi habeo subtus mons Castro discurrente ribulos(os) Febros territorio Portugalensis terra Civitatis Sancta Maria	<i>Campo de Luniazales/ Lumazales?</i> ; Agrela (Sanguedo, Santa Maria da Feira)?
PT/TTMSPP/ 012/0002 40 bis	1125	In villa Ameisenedo [?] subtus monte castro discurrente rivulo febros teritorio Sancte Marie	Mexedo (Pedroso, Vila Nova de Gaia)?
CBF 216	17.01.1126	in villa dicta Vermui [...] subtus monte Castro Recarei, discurrente rivulo Uvar, territorio portugalensi, sub opido Sancte Marie de civitate, prope littus marinum	<i>Vermui</i> =Vermoim (Ossella, Oliveira de Azeméis)?
CBF 179	27.06. 1126 (09.07.1126)	in ipso loco dicto Eldriz [...] et in Guncinda [...] subtus monte Castro Recarei et Saxo Albo, discurrentes fluvii Feverus et Guandia, territorio Portugal, civitas Sancta Maria	Aldriz (Argoncilhe, Feira); Agoncida (Mosteiró, Feira)
LP 406 * Não utilizado em CARMO, 2016.	22.08.1126	et illa hereditas est sita in terra Sancte Marie Civitatis, in loco qui vocatur Sanctus Johannes de Vaeir	São João da Madeira
LP 564 * Não utilizado em CARMO, 2016.	[1128-1146]	in villa Palmazi, sub territorio de Sancta Maria, decorrente rivulo Camia, subtus monte Baronza	Palmaz (Oliveira de Azeméis)
LP 292 * Não utilizado em CARMO, 2016.	1127	in villa Valeiri, discurrente rivulo Rio Mediano, territorio Portugalense, prope civitas Sancta Maria	Mosteiro de São João de Ver (Santa Maria da Feira)
PT/TT/MSJBP/ 004/0007 30	1127	In villa de Sancto Laurencio et Palacios [...] subtus Mons Grande discurrente ribulo Fibros [?] territorio Civitatis Sancta Maria	São Lourenço e Paços (Avintes, Vila Nova de Gaia)?
PT/TT/MSPP/ 012/0003 1	1128	in loco predicto Petroso sub castro Petrosinensis discurrente ribulo Feveros territorio Portugalensis in suburbio civitatis Sancte Marie	Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/MSP/012/0003 3	1128	In villa Vilaes subtus mons Meda discurrente rivulo Humia território Portugal civitas Sancta Maria	Vilaes (Canedo, Santa Maria da Feira)
CBF 258	22.06.1129	in villa de Brito, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, território portugalensi, sub dominio Sancte Marie civitatis, prope littus maris	Brito (São Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia)
CBF 298	16.07.1129	in villa Morroceses, subtus monte Pascales, discurrente rivulo Cerzedo, território portugalensi, in terra civitatis Sancte Marie	Murracezes (Grijó, Vila Nova de Gaia)
CBF 200	1129	in villa Kasal, subtus monte Altu, discurrente rivulo Villela, prope civitatis Sancte Marie, território portugalensi, juxta littus maris	Casais de Baixo (Rio Meão, Santa Maria da Feira)
CBF 204	15.01.1131	in villa Casal, subtus monte Cortellos, discurrente rivulo Villela, território portugalensi, sub opido Sancte Marie, prope littus maris	<i>Casal</i> (Rio Meão, Santa Maria da Feira)?
CBF 288	17.04.1131	in villa dicta Guncida, subtus monte Castro Recarei, discurrente rivulo Guandila, território portugalensi, civitas Sancte Marie	Agoncida (Mosteirò, Santa Maria da Feira)
CBF 253	23.02.1132	in villa Ansemir, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo ipso arrugio de Fontanos, território portugalensi, sub opido Sancte Marie civitatis, prope littus maris	Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)
CBF 252	17.04.1132	in villa dicta Ansemir [...] subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Fontanos, território portugalensi, prope littus maris, sub opido Sancte Marie	Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)
CBF 12	01.02.1133	ad ipsum actisterium Sancti Salvatoris quod est subtus monte Saitella, discurrente ipso arrugio ipsarum villarum, território portugalensi, terra civitatis Sancte Marie	Mosteiro de Grijó (Grijó, Vila Nova de Gaia)
CBF 272	31.08.1133	in villas dictas Migidi et Roderiz, subtus monte Grande, discurrente rivulo ipsos arrugios Pontezella et de Bauza de Vasco, território portugalensi, in civitate Sancte Marie	Megide (Canelas, Vila Nova de Gaia); <i>Roderiz</i> (Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia)?
PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 2	1133?	Villa Faria [?] in villa iam supernominata subtus mons Fundones discurrente ribulo Ur território Portualense prope Civitas Sancte Marie	Faria (Oliveira de Azeméis?); Rua de Fundões (São João da Madeira) fica bastante perto

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 114 * Não utilizado em CARMO, 2016.	12.03.1134	in villa Tarauquela, subtus mons Grande, discurrere ipso aurugio que de ipso monte Grande discurrere prope maris, territorio Sancta Maria	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia) * Localidade que também aparece sob o <i>Monte Serpente</i> .
CBF 116	19.04.1134	in villa Tarauquella, subtus monte Grande, discurrere ipso arrugio ab ipso monte descendente, prope lictus maris, territorio Sancte Marie civitatis	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia) * Localidade que também aparece sob o <i>Monte Serpente</i> .
CBF 271	22.01.1135	in villas dictas Canelas et Migidi [...] in ipsas predictas villas subtus monte Seixu Alvo, territorio portugalsensi, discurrere rivulo Valadares, in civitate Sancte Marie	Megide (Canelas, Vila Nova de Gaia); Canelas (Canelas, Vila Nova de Gaia)
CBF 125 * Não utilizado em CARMO, 2016.	01.1135	in Tarauquela, subtus monte Grande, discurrere rivulo Fermuza, territorio Sancte Marie, prope littus maris	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 174	04.1135	in villa Morrazeses, subtus mons Auterello, discurrere ipso rivulo de Morrazeses, territorio in villa Ecclesiola, civitas Sancta Maria	Murracezes (Grijó, Vila Nova de Gaia) * Localidade que também aparece sob <i>montes Sagitela e Pascales</i> .
CBF 265	04.1135	in villa Borontanos, subtus monte Castro Petroso, discurrere rivulo Cerzedo, territorio portugalsensi, sub opido Sancte Marie civitatis	Brantães (Sermonde, Vila Nova de Gaia)
CBF 302	10.07.1135	in villa Gueateandi, subtus monte Quoto, discurrere rivulo Camia, territorio portugalsensi, in terra de Sancta Maria de civitate	Gateande (Travanca, Oliveira de Azeméis) * CARMO, 2016: 109 propõe Santa Maria da Feira.
CBF 303	05.02.1136	in villa Gueateandi, subtus monte Quoto, discurrere flumine Camia, territorio portugalsensi, in terra de Sancta Maria de civitate	Gateande (Travanca, Oliveira de Azeméis) * CARMO, 2016: 109, propõe Santa Maria da Feira.
LTPS 153	13.06.1135	Ermigius Moniz qui tunc pre erat civitati Sancte Marie	

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
PT/TT/MSP/012/0003 8	1135	In Villa Gondilanes subtus monte Castro Petroso discurrente rivulo Feveros terra civitatis Sancte Marie	Gondenhães (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
CBF 273	07.05.1136	in villa Migida, subtus monte Grande, discurrente rivulo Valadares, territorio portugalsi, in civitate Sanctae Marie	Megide (Canelas, Vila Nova de Gaia)
CBF 270	07.05.1136	in villa dicta Migidi, subtus monte Grande, discurrente rivulo Valadares, territorio portugalsi, in civitate Sancte Marie	Megide (Canelas, Vila Nova de Gaia)
CBF 38	05.1137	et unam casam in ipsa feira civitatis Sancte Marie cum sua vinea et cum suo formale	Feira (Santa Maria da Feira)
CBF 5 * Não utilizado em CARMO, 2016.	26.10.1137	terra de sancta Maria (colimbriane diocesis esset)	
CBF 57	11.1138	in villa Valadares, subtus mons Acutus, prope mare, territorio Sancte Marie	Valadares (Vila Nova de Gaia)
PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 4	1138	Villa quos vocitant Sancti Iohannis de Madeira prope Civitas Sancte Marie subtus montes Parada loaz discurrente ribulo Ur territorio Portugalensis	São João da Madeira
CBF 222	08.1139	in villa dicta Dentaze [...] sub monte Cudal, discurrente rivulo Ur, prope castellum Sancte Marie	Dentazes (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)
CBF 217	04.12.1141	Habet autem jacentia in villa Mazaneira prope castellum Sancte Marie, discurrente rivulo Guandia, territorio portugalsi	Macieira (Travanca, Santa Maria da Feira) * CARMO, 2016, propõe Macieira (Vale de Cambra).
CBF 10 (DR 191, CMP 113)	19.01.1142	in villa Millerous juxta civitatem Sancte Marie	Milheirós de Poiares (Santa Maria da Feira)
PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 7	1142	Habet iacentia ipsa hereditate in villa quo vocitant Sancti Iohannis de Matira de illa strata Mourisca ata illo Veneuro [?] prope Civitas Sancte Marie subtus mons Parada loaz discurrente ribulo Ur territorio Portugalensis	São João da Madeira

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 218	04.1143	in Mazaneira subtus mons ubi dicunt foce de Cidi Cavalo, discurrente rivulo Gaundila, prope castello Sancte Marie, territorio portugalensi	Macieira (Travanca, Santa Maria da Feira)? * CARMO, 2016, propõe Macieira (Vale de Cambra).
PT/TT/MAMP- -MSCRT/001/ 0002 8	1143	In villa qui vocitant Sancti Iohannis de Madeira prope Civitas Sancta Maria subtus mons Parata Ihoahz discurrere [ribulo Ur territorio=pergamena illeggibile] Portugalensis	São João da Madeira
CBF 214	21.01.1145	in Insula [...] que est subtus monte Castro Recarei, discurrere rivulo Valega, territorio portugalensi, civitas Sancte Marie	Ínsua (Vila de Cucujães, Oliveira de Azeméis); Ínsua (São Martinho de Gândara)
PT/TT/MSPP/ 012/0003 20	1147	In Villa Guimaranes [...] et abet iacencia subtus monte Castro discurrere rivulo Cerzedo in terra Sancte Marie	Guimarães (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 68	07.1148	in villa Mazaneira, discurrere rivulo Guandila, prope civitatem Sancte Marie	Macieira (Travanca, Santa Maria da Feira)? * CARMO, 2016, propõe Macieira (Vale de Cambra).
CBF 72	11.1148	in villas videlicet Vulpeliars et in Ermogeas, subtus mons Castro Petroso, et alia subtus monte Saitela prope litus marinum, territorio civitatis Sancte Marie	Gulpilhares (Vila Nova de Gaia); Esmojães (Anta, Espinho)
PT/TT/MSPP/ 012/0003 23	1149	In villa Muar et in villa Petrosino et in villa Vimarenas [...] et habent ipsas hered[it]as iacencia in [terra] de Sancta Maria subtus mons Castro discurrere arugio No[v]elo terito[rio Po]rtugalense	Muar, Perosinho, Guimarães (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 255	19.03.1151	in villa Ansemir, subtus monte Castro Petroso, discurrere ipso arrugio Fontanos, territorio portugalensi, sub castello Sancte Marie civitatis, prope littus maris	Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)
CBF 183	10.1151	in villa Ramir, subtus monte Rotundo, discurrere rivulo Feverus, super illam stratam et subter eadem stratam mauriscam, prope littus marinum, sub castello Sancte Marie	Ramil (Argoncilhe, Feira)

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 138 * Não utilizado em CARMO, 2016.	05.1152	venerunt coram majordomos de Sancta Maria, videlicet Salvador Oariz et Petrus Pelais et postea Gudinus Daviz et saion ipse pessimus Pelagius Maltusu et instutia regis Didacus Zalamiz, de Cucujanes abbas [...] Nunu Suariz et Johanne Midiz et Suerio Gutierrez et aliorum filiorum nonorum virorum	
PT/TT/MSPP/012/0003 32	1153	Baselica fundata est in villa que dicitur Petroso subtus mons Castro in subúrbio civitas Sancta Maria território Portugalensis prope flumen Durium	Mosteiro de Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
CBF 236	09.1155	Jacet vero, ut jam diximus, illis terminis inclusa, subtus monte Auterelo, discurrente riu Maior, prope castellum Sancte Marie, territorio portugalensi	Perto de Grijó (Vila Nova de Gaia)
CBF 185	10.1155	in villa Draguncelli [...] et habet jacentiam subtus monte Auterelo, discurrente rivulo Feverus, prope littus maris, territorio portugalensi, sub opido Sancte Marie de civitate	Argoncilhe (Santa Maria da Feira)
CBF 208	04.1156	Jacentia vero ejus in villa Palatiolo, discurrente rivulo Maiore, prope littus maris, territorio portugalensi, sub castello Sancte Marie	Paço (Esmoriz, Ovar)
CBF 259	10. [1156]	in villa que dicitur Britu subtus monte Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, prope littus maris, in dominio Sancte Marie civitatis, territorio portugalensi	Brito (Grijó, Vila Nova de Gaia)
CBF 173	01.1157	Et habet jacentiam subtus monte Outurelo, discurrente rivulo Guetin prope littus maris, civitas Sancte Marie	<i>Illo casal</i> (Grijó, Vila Nova de Gaia); Casal (Mozelos, Santa Maria da Feira)?
CBF 295	05.1157	in villa dicta Saitella, subtus monte Saitella, discurrente rivulo Maior, territorio portugalensi, in terra Sancte Marie civitatis	Ceitela (Mozelos, Santa Maria da Feira)
CBF 184	05.1157	in villa que vocatur Cerzedo, subtus monte Auturelo, discurrente rivulo Feverus, territorio portugalensi, sub opido Sancte Marie civitatis	Serzedelo (Argoncilhe, Santa Maria da Feira) * Cerzedo (Serzedo) indicaria Serzedello: erro de copista?
CBF 178	08.1157	in villa Ordonii subtus mons Auterelo, discurrente rivulo Feverus, territorio portugalensi, civitas Sancta Maria	Ordonhe (Argoncilhe, Feira)

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 119	1157	Cedofeita de lusana subtus mons Meda discurre[n]te ribulo Humia territorio Sancta Maria	Cedofeita (Vale, Santa Maria da Feira)
CBF 282	02.12.1158	in villa Moazelus, subtus monte Saitella, discurrente rivulo Maior, territorio portugalseni, civitas Sancta Maria	Mozelos (Santa Maria da Feira)
CBF 237	12.1158	in villa dicta Moazelus, subtus monte Auterele, discurrente rivulo Torno, prope littus maris, territorio portugalseni, sub castello Sancte Marie	Mozelos (Santa Maria da Feira) * Localidade que também aparece sob <i>Monte Sagitella</i> .
CBF 289	22.04.[1129-1159] * A nossa proposta: o autor do documento, <i>Johannes</i> , está ativo nestes anos.	in villa dicta Guncida, subtus monte Recarei, discurrente rivulo de Pereira, territorio portugalseni, civitas Sancte Marie	Agoncida (Mosteiró, Santa Maria da Feira)
CBF 286	05.1159	in villa que dicitur Guncida, subtus monte Recarei, discurrente rivulo de Pereira, territorio portugalseni, civitas Sancte Marie	Agoncida (Mosteiró, Santa Maria da Feira)
CBF 296	12.1159	in villa Saitella, sub ipso monte Saitela, discurrente rivulo Torno, prope littus maris, territorio portugalseni, in terra Sancte Marie civitatis	Ceitela (Mozelos, Santa Maria da Feira)
CBF 281	10.1160	in villa de Mozellus, subtus monte Saitella, discurrente rivulo Maor, prope littus maris, territorio portugalseni, civitas Sancte Marie	Ceitela (Mozelos, Santa Maria da Feira)
PT/TT/MSPP/012/0003 36	1161	In supradicta villa Paramio de lusano subtus Castro Dou Vil curente rivulo Gahili [?] territorio Portugalense Terra Sancte Marie	Paramos (Espinho)
MA 126	11.03.1162	et habet iacentia ipsa hereditate in terra Sancte Marie de Civitate in loco predicto Sunia [?] Ferreirus integra [...] Et iacet ipsa hereditate subtus mons Cubal discurrente ribolo Camia territorio Portugal * Cubal por Cudal/Codal?	Ferreiros (Palmaz, Oliveira de Azeméis) * Localidade que também aparece sob <i>Monte Molas</i> .

(continua na página seguinte)

Civitas Sancta Maria			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 43	09.1163	in Anta et Sali, in termino Sancte Marie civitatis, territorio portugalesi, subtus monte Saitela, discurrente rivulo Guetin, prope littore matis	Anta (Espinho); Sales (Espinho, Espinho) * CARMO, 2016, propõe Sá, Rio Meão, Santa Maria da Feira.
PT/TT/MSPP/012/004 10	1173	In agro de avolo (?) subtus mons castro Petroso discurrente ribulo Feveros territorio Portugalesi Civitas Sancta Maria	<i>Agro de avolo</i> (Vila Nova de Gaia)?
PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002 27	1187	Duobus casalibus nostris in villa Sancti Iohannis de Madeira territorio Sancte Marie subtus [Parada loaz ??] discurrente ribulo Ul	São João da Madeira
DS 30	Depois de 24.03.1188	castello Sancte Marie	Santa Maria da Feira
MA 172	12.1199	Hereditate propria quam habemus in territorio Sancte Marie in villa que vocatur Citofacta	Cedofeita (Vila Maior, Santa Maria da Feira)?

Civitas/Kastro Portella			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 565	31.03.1079	vila Lobom [...] subtus kastro Portella teredorio Portugalesi discurrente ribulo Umia	Lobão (Santa Maria da Feira)
DC 870	11.03.1098	et habent iacentia in territorio Castro Portela et Civitas Sancta Maria prope litore maris discurrente ribulo Ignea	Portela (Romariz, Santa Maria da Feira)
DC 951	1100	in vila quos vocitant vila Fornos subtus mons Castro Portela discurrente ribulo Umia Teretorio Portugalesis iusta zivitas Sancta Maria	Fornos (Santa Maria da Feira)
DP III 405	1.7.1112	in loco predicto quos vocitant in illo Penedo et fer in Golali ex parte per Cedofeita et divide usque in Villa Cova subtus mons Quecemar discurrente rribulo Umia territorio civitas Portela	Villa Cova (Sandim, Vila Nova de Gaia); <i>Golali</i> =Gião? Cedofeita (Vila Maior, Santa Maria da Feira); Penedo (Santa Maria da Feira)?
DP III 409	25.08.1112	in loco predito quos vocitant in illo Parada et esperte per illo valo antico et fer de Ignea in Nina et esperte cum Peseguero subtus mons Meda discurrente rribulo Ignea territorio civitas Portela	Inha (Escariz, Arouca)

(continua na página seguinte)

Civitas/Kastro Portella			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 410	12.09.1112	in loco predicto quos vocitant in illo Peneto et fer in illo Penedo in Gollali et esparte per Cetofeita et divide usque in villa Coba subtus mons Guecemar discurrente rivulo Umia territorio civitas Portella	Villa Cova (Sandim, Vila Nova de Gaia); <i>Golali</i> =Gião? Cedofeita (Vila Maior, Santa Maria da Feira); Penedo (Santa Maria da Feira)?
DP III 470	[11].04.1114	in villa que vocitant Manzores [...] et habet illa hereditate iacentja subtus mons Portella discurrente rivulo Alarda territorio Portugalense	Mansores (Arouca)
LTPS 104 e LTPS 108	01.01.1132	in villa Belleci et in villa Covelas [...] territorio Portugalensis subtus mons Castro Portella discurrente ri [sic] rivulo Innea	Belece e Covelas (São Miguel do Mato, Arouca)

Monte Sauto Redondo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 454 (DC 1) * Não utilizado em CARMO, 2016.	19.04.773	Ipsa acisterio quod fundamus, cenobio Sancti Johannis de villa de Valeiri; et villa de Fontanelas, et villa Canelas [...] Pinopero et Condesindo [...] Cortegaça [...] Sinobilani [...] villam que jacet ubi Rio Medianus discurret [...] villa Eurobas Voso [...] Medianas, et jacent inter villa de Pater et villa Canelas et vila Avelaneda [...] Sancti Jacobi de Eurobas Voso [...] et habent jacentiam ipsas villas subtus mons Sauto Rodondo, territorio Portugalensi	São João de Ver (Santa Maria da Feira); Fontainhas (Arrifana, Santa Maria da Feira); <i>Canelas e Pinopero</i> (Ovar)? Gondesende (Esmoriz, Ovar); Cortegaça (Ovar); <i>Sinobilani</i> (?); Rio Meão (Santa Maria da Feira); Alpossos (Rio Meão, Santa Maria da Feira); <i>Medianas</i> (Santa Maria da Feira)?; <i>Villa de Pater</i> (?); Aveneda (São Vicente de Pereira Jusã, Ovar)
LP 290 (DC 851)	29.04.1097	villa Caldelas [...] et habet jacencia, subtus mons Sauto Rodondo, discurrente ribulo Umia, territorio Portugalensis, prope civitas Sancta Maria	Caldelas (Caldas de São Jorge, Santa Maria da Feira)
LP 411 (DP III 414)	07.12.1112	in villa, quos vocitant nuncubata Valer [...] et habet jacentia ipsa hereditate in territorio Portugalensis, subtus mons Sauto Redondo, prope civitas Sancta Mar(ia)	São João de Ver (Santa Maria da Feira)

(continua na página seguinte)

Monte Sauto Redondo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 401 (DP IV 308)	10.01.1123	in villa que vocitant Valer, in loco predicto Sancto Johanne, subtus mons Sauto Rodundo, discurrente lagona de Aviul, prope castello Sancte Maria	São João de Ver (Santa Maria da Feira)
PT/TT/MSP/012/0003/ 24	1150	In villa Sangnado subtus sauto rotundo discurrente rivulo Feveros território Portugalensi	Sanguedo (Sanguedo, Santa Maria da Feira)

Mons Sagitella			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 130	18.12.922	fundabimus elesia in villa quos vocitant Eglesiola inter mons Petroso et Sagitella eque contra litora maris	Mosteiro de Grijó (Grijó, Vila Nova de Gaia)
DC 257	25.05.1025	in villa que vocitant palaciolo [...] subtus mons Sagitella discurrente rivulo Quetini territorio Portugalensis	Paço (Esmoriz, Ovar)
CBF 169	04.12. [1030]	in villa Ecclesiola, subtus monte Sagittela, secus ribulo Arrugio quod discurrit ad Cerzedo, territorio portugalensi	Grijó (Vila Nova de Gaia)
LP 367 (DC 296)	04.08.1037	in villa Santa Cruce [...] et est ipsa villa subtus alpe mons Sagitella, territorio Portugalense, discurrente ribulo que dicent Lagona, usque se infundit in mare	Santa Cruz (Espinho)
LP 185 (DC 298)	01.04.1038	in villa Anta, subtus alpe mons Sagitella, territorium Portugalense, prope littore maris	Anta (Espinho)
CBF 147 (DC 521)	31.01.1075	In villa Ecclesiola; in Morraceses [...] et de Ripas [...] habent jacentiam in predicto loco sub(t)us monte Sagitella, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalensi	Grijó (Vila Nova de Gaia); Murracezes (Grijó, Vila Nova de Gaia); Ribas (Rio Meão, Santa Maria Feira)
DC 585	21.06.1080	in villa Spino subtus alpe mons Sagitella discurrente ribulo Vilar territorio Portugalensis probe litore maris	Espinho
CBF 151 (DC 607)	18.03.1082	in villa Ecclesiola sive de avis sed de comparada ab integro, subtus alpe Sagitella, discurrente rivulo Guitin, territorio Portugalensi	Grijó (Vila Nova de Gaia)
CBF 167 (DC 669)	17.11.1086	in villa Nogueira de Ecclesiola ab integro, subtus monte Sagitella, discurrente fonte de Froilacam in suburbio civitatis Sancte Marie, territorio portugalensi	Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)
CBF 153 (DC 752)	10.05.1091	in villa Ecclesiola in illo Auterio, subtus monte Sagitella, discurrente rivulo Arrugios ipsos de Ecclesiola, territorio portugalensi	Outerio (Grijó, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Mons Sagitella			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 283 (DC 867)	28.12.1097	in villa dicta Moazelus [...] subtus monte Saitella, discurrere strata ad portum asinarium rivulo Maior	Mozelos (Santa Maria da Feira)
CBF 284 (DC 919)	25.12.1099	in villa dicta Moazelus [...] in ipso rivulo qui venit de Laurusela subtus monte Saitella, discurrere rivulo Primi	Mozelos (Santa Maria da Feira); Lourosela (Lourosa, Feira)
CBF 11 (DP III 159)	07.06.1104	monasterium quod est fundatum in villa Ecclesiola, vocabulo Sancti Salvatoris, subtus monte Saitella, discurrere arrugio de ipsa villa, territorio portugalensi, terra civitatis Sancte Marie	Mosteiro de Grijó (Grijó, Vila Nova de Gaia)
CBF 16 (DP III 325)	10.04.1109	qui est fundatus in ipso predicto loco subtus monte Saitella, discurrere arrugio ipsius ville, territorio portugalensi, terra Sancte Marie civitatis	Mosteiro de Grijó (Grijó, Vila Nova de Gaia)
CBF 25 (DP IV 54)	08.1117 (DP IV data-o de 10.08.1117)	ecclesie Sancti Salvatoris qui est fundatus in ipsa prefata villa de Ecclesiola, subtus monte Sagitella, discurrere rivulo Liuvanes, prope littore maris	Mosteiro de Grijó (Grijó, Vila Nova de Gaia)
CBF 201	1127	in villas quas dicunt Casal de Saa et in Rivulo Meiano, et in Casal de Guntili, subtus monte Saitella, discurrere rivulo Meiano, territorio portugalensi	Sá (Rio Meão, Santa Maria da Feira) * Não como em CARMO, 2016. Rio Meão (Santa Maria da Feira); <i>Casal de Guntili</i> (Rio Meão, Santa Maria da Feira)?
CBF 12	01.02.1133	ad ipsum actisterium Sancti Salvatoris quod est subtus monte Saitella, discurrere ipso arrugio ipsarum villarum, territorio portugalensi, terra civitatis Sancte Marie	Mosteiro de Grijó (Grijó, Vila Nova de Gaia)
CBF 206	27.06.1134	in ville Palatiolo, subtus monte Sagitella, discurrere rivulo Covo, territorio portugalensi	Paço (Esmoriz, Ovar)
CBF 209	14.06.1135	in villa Palatiolo et subtus monte Sagitella, discurrere rivulo Maior, territorio portugalensi, prope littus maris	Paço (Esmoriz, Ovar)
CBF 207	12.02.1137	in villa de Palatiolo [...] Jacentia vero ejus inter Sesnandi et Rio Meiano et inter Salgeiru et Gonsendi, inter montem Sagitelle et stratam de Lagonales, discurrere Rio Major	[Paço (Esmoriz, Ovar)]
CBF 268	09.1138	in villa qui dicitur Saitela, subts monte Saitella, discurrere rivulo Maiore, territorio portugalensi	Ceitela (Mozelos, Santa Maria da Feira)

(continua na página seguinte)

Mons Sagitella			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 29	11.1138	de hereditate mea propria quam habeo inter illam stratam et illum montem de Sagitella et ab illa portella de Sancto Martino usque in Laurosela	Lourosela (Lourosa, Santa Maria da Feira)
CBF 266	06.1144	in villa Sagittella, subtus monte Sagittella, discurrente laguna de Avil, territorio portugalsi	Ceitela (Mozelos, Santa Maria da Feira)
CBF 267	09.1144	in villa Sesnandi, subtus Castro Sagitella, discurrente lacuna de Avil, territorio portugalsi	<i>Villa Sesnandi</i> (Santa Maria da Feira)?
CBF 31	12.1148	quam habeo inter illam stratam et montem de Sagitella et ab illa portella de Sancto Martino usque in Laurusela	Lourosela (Lourosa, Santa Maria da Feira)
CBF 72	11.1148	in villas videlicet Vulpeliars et in Ermogees, subtus mons Castro Petroso, et alia subtus monte Saitela prope litus marinum, territorio civitatis Sancte Marie	Esmojães (Espinho)
CBF 46	01.1152	in Anta et in Palatiolo et in Hermogenes, subtus monte Saitela, discurrente rivulo Anta et laguncula de Avil, prope littus maris, territorio portugalsi	Anta (Espinho); Esmojães (Anta, Espinho); Paço (Esmoriz, Ovar); Paços de Brandão (Santa Maria da Feira)
CBF 295	05.1157	in villa dicta Saitella, subtus monte Saitella, discurrente rivulo Maior, territorio portugalsi, in terra Sancte Marie civitatis	Ceitela (Mozelos, Santa Maria da Feira)
CBF 282	02.12.1158	in villa Mozelus, subtus monte Saitella, discurrente rivulo Maior, territorio portugalsi, civitas Sancta Maria	Mozelos (Santa Maria da Feira)
CBF 296	12.1159	in villa Saitella, sub ipso monte Saitela, discurrente rivulo Torno, prope littus maris, territorio portugalsi, in terra Sancte Marie civitatis	Ceitela (Mozelos, Santa Maria da Feira)
CBF 281	10.1160	in villa de Mozellus, subtus monte Saitella, discurrente rivulo Maor, prope littus maris, territorio portugalsi, civitas Sancte Marie	Ceitela (Mozelos, Santa Maria da Feira)
CBF 43	09.1163	in Anta et Sali, in termino Sancte Marie civitatis, territorio portugalsi, subtus monte Saitela, discurrente rivulo Guetin, prope littore matis	Anta (Espinho); Sales (Espinho, Espinho) * CARMO, 2016, propõe Sá (Rio Meão, Santa Maria da Feira).

Mons Parata Iovaz			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 244	26.10.1020	villa nostra propria quos avemus in valle quos vocitant Gaiati subtus Parada luuvaze discurrere ribulo Ur territorio Portugalensis	Gaiate (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)
DC 611	15.01.1083	in villa Valar subtus mons Parata Iovaz codal teritorio Portugalense discurrere ribolo Umia [...] inter Gaiati et Peirios	Villa Valar entre Gaiate (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira) e Pígeiros (Santa Maria da Feira)
DC 703	23.03.1088	sancto iohanne que dicent de mateira [...] et abe iacentia ipsa ereditate per tot [...] e in Villa Plana discurrere rivulo Ur et subtus mons Parata Iovaz prope civitas Sancta Maria territorio Portugalensis	São João da Madeira
DC 704	23.03.1088	et abe iacentia in villa Sancti Iohanni et subtus mons Parata Iovaz discurrere ribulo Ur et prope civitas Sancta Maria territorio Portugalensis	São João da Madeira
DP III 338	26.10.1109	in villa quos vocitant Sancti Iohanni de Materia subtus mons Parata Iovaze discurrere ribulo Ur prope lictore maris terredorio Portugalensis	São João da Madeira
DP IV 237	[23.02.]. 1122	in villa quas [sic] vocitant Sancti Iohanni de Madeira prope civitas Sancta Marie subtus mons Parata Iovaz discurrere ribulo Uul in territorio Portugalensis	São João da Madeira
DP IV 256	25.04.1122	Sancti Iohannis de Madeira prope civitas Sancta Maria discurrere ribulo Ul subtus mons Parata Iovaz et in territorio Portugalensis	São João da Madeira
DP IV 257	25.05.1122	Sancti Iohannis de Madeira prope civitas Sancta Maria subtus mons Parata Iovaz [sic] discurrere ribulo Ul in territorio Portugalensis	São João da Madeira
DP IV 269	28.06.1122	in villa Sancti Iohanni de Madeira [...] prope civitas Sancte Marie subtus monte Parada Iovaz discurrere ribulo Ur territorio Portugalensis	São João da Madeira
DP IV 272	22.07.1122	in villa Sancto Iovane de Madeira [...] subtus mons Parada Iovaz discurrere rivulo Ur teritorio Portugalensis prope civitas Sancta Maria	São João da Madeira
DP IV 281	03.09.1122	in villa quos vocitant Sancti Iohannis de Madeira prope civitas Sancta Maria subtus mons Parata Iovaz discurrere ribulo Hur in territorio Portugalensis	São João da Madeira
DP IV 282	03.09.1122	in villa quos vocitant Sancti Iohannis de Madeira prope civitas Sancte Maria subtus monte Parada Iovaz discurrere ribulo Hur in territorio Portugalensis	São João da Madeira

(continua na página seguinte)

Mons Parata Iovaz			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 283	03.09.1122	in villa quos vocitant Sancti Iohannis de Madeira de Ur in Astar prope civitas Sancte Marie subtus monte Parada Iovaz discurrere rivulo Antoa [sic para Antoana] territorio Portugalensis	São João da Madeira
CBF 232	02.01.1125	in villa dicta Casal de Ducio [...] subtus monte Parata Iovaze, discurrere rivulo Ul, territorio portugalensi	Rua Casal Dócio (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)
PT/TT/MAMP- -MSCRT/ 001/0002 1	1125	In villa qui vocant Sancti Iohanni de Madara subtus mons Parada Iovaz discurrere rivulo Ur proter [sic] Civitas Sancta Maria	São João da Madeira
PT/TT/MAMP- -MSCRT/ 001/0002 4	1138	Villa quos vocitant Sancti Iohannis de Madeira prope Civitas Sancte Marie subtus montes Parada Iovaz discurrere rivulo Ur territorio Portugalensis	São João da Madeira
PT/TT/MAMP- -MSCRT/ 001/0002 7	1142	Habet iacentia ipsa hereditate in villa quo vocitant Sancti Iohannis de Matira de illa strata Mourisca ata illo Veneuro [?] prope Civitas Sancte Marie subtus mons Parada Iovaz discurrere rivulo Ur territorio Portugalensis	São João da Madeira
PT/TT/MAMP- -MSCRT/ 001/0002 8	1143	In villa qui vocitant Sancti Iohannis de Madeira prope Civitas Sancta Maria subtus mons Parata Iovahz discurrere [rivulo Ur territorio=pergamena illeggibile] Portugalensis	São João da Madeira
PT/TT/MAMP- -MSCRT/ 001/0002 27	1187	Duobus casalibus nostris in villa Sancti Iohannis de Madeira territorio Sancte Marie subtus [Parada Iovaz ??] discurrere rivulo Ul	São João da Madeira

Monte Redondo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 194 (DC 720)	17.06.1089	in villa Casal de Ramir, subtus monte Redondo, territorio portugalensi, discurrere rivulo Feveros, in terra Sancta Maria	Ramil (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
CBF 183	10.1151	in villa Ramir, subtus monte Rotundo, discurrere rivulo Feverus, super illam stratam et subter eamdem stratam mauriscam, prope littus marinum, sub castello Sancte Marie	Ramil (Argoncilhe, Feira)

Monte de Pena			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 196 (DC 756)	28.06.1091	in villa Draguncello subtus monte de Pena, discurrente rivulo Feverus, territorio Portugal	Argoncilhe (Santa Maria da Feira)
CBF 193 (DC 921)	09.01.1100	in villa Dragoncelli et in Atequi, subtus monte de Penna, discurrente rivulo Novelios, territorio portugalensi, in terra Sancta Maria * Em ALMEIDA, 1978: 39 e 42, o autor trata-os (erradamente) como dois documentos diferentes e como dois <i>Montes</i> .	Argoncilhe (Santa Maria da Feira)

Monte Ordoni			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 197 (DP III 48) * Não utilizado em CARMO, 2016.	29.12.1101	ipsa hereditas in Resmaa, subtus monte Ordoni, discurrente rivulo Feveros, territorio Portugal	<i>Resmaa</i> — Ordonhe (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
CBF 187 (DP III 344)	31.12.1109	Et abet ipsa hereditate jacencia in villa Ramiri et Ordoni et in Petri et in Casal d'Alvella, subtus monte Ordoni, discurrenti Feveros, territorio portugale, in terra civitas Sancta Maria	Ramil (Argoncilhe, Feira); Ordonhe (Argoncilhe, Santa Maria da Feira); <i>Petri e Casal de Alvella</i> (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)?

Mons Cimellas			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 247	29.03.1122	in villa Romarici [...] subtus mons Cimellas discurrente rivullo Ulmia territorio Portugal	Romariz (Santa Maria da Feira)

Monte Carboneiro			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 287 (DP IV 378)	10.1123	in villa Guncida, subtus monte Carboneiro et petra curva, discurrente rivulo Guandia, territorio portugalensi, in civitate Sancte Marie	Agoncida (Mosteiró, Santa Maria da Feira)

Petra Curvela			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 287 (DP IV 378)	10.1123	in villa Guncida, subtus monte Carboneiro et petra curvela, discurrere rivulo Guandia, territorio portugalensi, in civitate Sancte Marie	Agoncida (Mosteiró, Santa Maria de Feira)

Monte Altu			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 200	1129	in villa Kasal, subtus monte Altu, discurrere rivulo Villela, prope civitatis Sancte Marie, territorio portugalensi, juxta littus maris	Casais de Baixo (Rio Meão, Santa Maria da Feira)

Monte Cortellos			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 204	15.01.1131	in villa Casal, subtus monte Cortellos, discurrere rivulo Villela, territorio portugalensi, sub opido Sancte Marie, prope littus maris	Casais de Baixo (Rio Meão, Santa Maria da Feira) * Perto desta localidade, encontramos uma outra chamada Cardielos, que, no entanto, está situada a uma altitude inferior.

Mons foce de Cidi Cavallo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 218	04.1143	in Mazaneira subtus mons ubi dicunt foce de Cidi Cavallo, discurrere rivulo Gaundila, prope castello Sancte Marie, territorio portugalensi	Macieira (Travanca, Santa Maria da Feira)

Vale de Cambra

Monte Codale			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 81 (DC 25) Interpolado ou falso?	12.06.922	subtus monte Codar	Ínsua (Carregosa, Oliveira de Azeméis)

(continua na página seguinte)

Monte Codale			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 137	24.02.983	in villa que vozidant Osella subtus monte Codale, secus Ribulo Camia	Ossela (Oliveira de Azeméis)
DC 502	06.10.1072	in villa Coneliosa similiter. Item castellanus. item mazaneira. item capril. ic in vermudi. ic argerici et sautu de pilatus [...] et abent iacentia ipsas villas terretori Ezebreiro subtus mons Codal discurrente ribulo Camia	Coelhosa (Vale de Cambra); Maceira de Cambra (Vale de Cambra); Cabril (São Pedro de Castelões, Vale de Cambra); São Pedro de Castelões (Vale de Cambra); <i>Argerici, Sautu de Pilatus</i> (Vale de Cambra)?; <i>Vermudi</i> =Vermoim (Ossella, Oliveira de Azeméis)?
DC 506	20.04.1073	in villa que vocitant Utsella subtus mons Castro Utsella territorio Portugallemse e monte Quoddal discurremte ribulo Kamia	Ossela (Oliveira de Azeméis) * Esta é a primeira e única menção do <i>Castro Utsella</i> .
DC 638	11.04.1085	villa Vadar [...] territorio Portugalense subtus monte Cotal discurrente ribulo Humia civitas Sancta Maria	<i>Villa Vadar</i> entre Gaiate e Pigeiros (Santa Maria da Feira)
DP III 126	16.07.1103	Abe ipso kasal iacentja in vila Palacio subtus mo[n]tis Cotal discurremte Antula	Paços (Oliveira de Azeméis)
DP IV 191 (CCSP: 300)	08.1121	qui dicitur Villa Plana sub monte Codal discurrente rivulo UI	Vila Chã (São Roque, Oliveira de Azeméis)
LP 315	1133 (?)	Sancto Jacobo de Codal [...] subtus montes Codal, sub terradorio Calambria, discurrente rivulo Kamia	Santiago (Codal, Vale de Cambra)
CBF 221	1138	in villa dicta Dentazes, subtus monte Cudal, discurrente rivulo UI, territorio portugalsi	Dentazes (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)
CBF 222	08.1139	in villa dicta Dentaze [...] sub monte Cudal, discurrente rivulo Ur, prope castellum Sancte Marie	Dentazes (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)
CBF 229	12.1141	in villa Dentazes, subtus monte Cudal, discurrente rivulo UI, territorio portugalsi	Dentazes (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)
CBF 230	12.1141	in villa que dicitur Dentazes, subtus monte Cudal, discurrente rivulo UI, territorio portugalsi	Dentazes (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)

(continua na página seguinte)

Monte Codale			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 10 (DR 191, CMP 113)	19.01.1142	in villa Dentazes subtus monte Codal, discurrente rivulo UI, territorio portugalsi	Dentazes (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)
CBF 225	02.1142	in villa Dentazes, subtus monte Cudal, discurrente rivulo UI, territorio portugalsi	Dentazes (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)
CBF 231	12.1142	in villa Milleirolus, subtus monte Cudal, discurrente rivulo UI	Milheirós (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)
CBF 226	08.1143	in villa dicta Milleirolus [...] et est inter montem Cudal et flumen UI	Milheirós (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)
CBF 223	02.1145	in villa Milleirous, subtus monte Cudal, discurrente rivulo UI, territorio portugalsi * É interessante notar que, neste documento, a localidade está indicada sob o <i>Monte Codal</i> , enquanto no CBF 104, um documento escrito no mesmo mês e pela mesma pessoa, não está. Este é o exemplo perfeito para nos lembrar de como, muitas vezes, quem redige um documento se limita a relatar o que lhe foi dito, mesmo que não conheça o território e/ou as propriedades descritas. São os atores do documento que utilizam os seus próprios pontos de referência, não necessariamente os mesmos que os dos outros.	Milheirós (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira)
CBF 227	07.1148	in Casal de Ducio, subtus monte Cudal, discurrente rivulo UI, territorio portualensi	Rua Casal Dócio (Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira) * Localidade que também aparece sob <i>Parata Iovaz</i> .
MA 126	11.03.1162	et habet iacentia ipsa hereditate in terra Sancte Marie de Civitate in loco predicto Sunia [?] Ferreirus integra [...] Et iacet ipsa hereditate subtus mons Cubal discurrente ribolo Camia territorio Portugal * Cubal para Cudal/Codal?	Ferreiros (Palmaz, Oliveira de Azeméis) * Localidade que também aparece sob <i>Monte Molas</i> .

Mons Porrino			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 44	07.11.1101	in villa Molunodus et in Azevedu subtus mons Porrino discurrente ribulo Bigas territorio Calambrie	Malhundes (Macieira, Vale de Cambra); <i>Azevedu</i> (=Rua de Azeveda, Vila Chã, Vale de Cambra)?
DP IV 332	19.03.1123	in villa Argeiz subtus mons Porino discurrente ribulo Bigas teritorio Kalambria	Algeriz (Macieira de Cambra, Vale de Cambra)
MA 96	16.12.1148	in villa predicta quod vocitant Vilarino subtus mons Porrino discurrente ribulo Bigas territorio Colimbriensis	Vilarinho (Macieira, Vale de Cambra)

Mons Gallinario			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 19	???.?.1117	in termino de Laurosa [...] subtus mons Gallinario discurrente rivulo Bigas teritorio Kalambria	Lourosa (Vale de Cambra)

Mons Kastro Arruniado			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 185	21.06.1121	in villa que vocitant Sauto Malo sexta integra subtus mons Kastro Arruniado discurrente rivulo Teixeira territorio Kalambrie	Souto Mau (Arões, Vale de Cambra)

Monte Muscuso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
MA 163	09.1195	in villa que vocatur Castellanos territorio Caanbrie sub monte Muscuso discurrente rivulo Cama	São Pedro de Castelões (Vale de Cambra)

Vila Nova de Gaia

Castrum antiquum			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LF 10	01.01.569, Lugo, mas século XI	Ad Coni(m)briense [...] Antusiane et Portugale, castrum antiquum	Portugale=Gaia
Crónica de Almançor	997	«E as naves serviram de ponte junto ao castelo que se erguia naquele ponto»	Castelo de Gaia
PIEL, MATTOSO, 1980 (primeira versão da lenda de Gaia)	Século X	Lenda do rei Ramiro e da destruição do castelo de Gaia no século X. * Obra escrita na segunda metade do século XIII.	Castelo de Gaia
GALVÃO, 1906: 43.	Século XII	«antigamente sobre o Douro foi povoado o castelo de Gaya» * «antigamente», portanto, antes do século XII?	Castelo de Gaia
LP 592 (LF 5)	24.03.1101	Castrum Antiquum * Bula do papa Pascoal II a Maurício «Burdino», bispo de Coimbra, confirmando os antigos limites da diocese. O pontífice confia também ao bispo o governo de Lamego e Viseu, dioceses que ainda não tinham sido restauradas.	Castelo de Gaia
CBF 313	06.1261	hereditatem de Ulvaria que est justa castellum de Gaia	Oliveira de Douro (Vila Nova de Gaia)
CBF 314	06.1261	in parochia ecclesie de Ulveira in ripa Dorii, justa castellum de Gaia	Oliveira de Douro (Vila Nova de Gaia)

Castro Petroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 130	18.12.922	fundabimus eglesia in villa quos vocitant Eglesiola inter mons Petroso et Sagitella eque contra litora maris	Grijó (Vila Nova de Gaia)
DC 69	23.12.955	et abent iacentia ipsas terras in villa que vocidant soomartino subtus kastro pedroso territorio portugalense	São Martinho de Anelas (Olival, Vila Nova de Gaia)??
DC 72	30.09.957	et abet iacentia in villa llaginosa subtus castro petroso territorio portugalensis	Lageosa (Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Castro Petroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 140	28.02.984	in villa Cerseto subtus castro Petroso territorio portugalensis	Serzedo (Vila Nova de Gaia)
DC 149	30.09.985	in villa laginosa subtus castro petroso territorio portugal	Lageosa (Vila Nova de Gaia)
DC 155	29.09.988	in villa cersedo subtus castro [sic] terridorio portugalense	Serzedo (Vila Nova de Gaia)
DC 161	27.02.991	in villa sancto martino subtus alpe petroso	São Martinho de Arnelas (Olival, Vila Nova de Gaia)?
DC 338	26.11.1044	et de alia parte ipso castro petroso	
DC 356	18.07.1047	in villa Petroso subtus castro ipse Petroso discurrente rribulo Feberos terridorio Portukal	Pedroso (Vila Nova de Gaia)
LP 130 (deveria corresponder ao DC 448, embora não seja indicado no LP) e LP 132	12-13.10.1047	et habet jacentiam ubi prius diximus, subtus alpe castro Petroso, secus Volpeliars, territorio Portugalensi prope litore maris.	Gulpilhares (Vila Nova de Gaia)
DC 463	04.1068	in villa Seisosello subtus montis Castro Petroso terridorio Portugalense	Seixezelo (Vila Nova de Gaia)
DC 502	06.10.1072	et ipse Cerseto subtus Castro Petroso discurrente ipse Cerseto	Serzedo (Vila Nova de Gaia)
DC 508	27.12.1073	in villa Cerceto subtus Castro Petroso prope litore maris territorio Portugalensis	Serzedo (Vila Nova de Gaia)
DC 563	1078	in villa que vocitant Paradella subtus castro Petroso duscurrente [sic] rivulo Fibros	Quinta da Paradela (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
DC 575	01.01.1080	in villa quos vocitant Vimaranes suptus mons Petroso territorio Portugalensis prope litore maris	Guimarães (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
DC 599	31.10.1081	basilica sita est in villa que dicitur Petroso subtus Castro Petroso secus rivulum Fibros de alia parte iuxta Saxum Album in territorio Portugalensis inter flumen Durium et Civitatem Sancte Marie	Pedroso (Vila Nova de Gaia)
CBF 301 (DC 630)	18.07.1084	in villa Curveirus, subtus monte Kastro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio Portugalensi	Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia)
DC 674	07.02.1087	in villa Paratella [...] subtus mons Kastro Petroso discurrente rivulo Feveros	Paradela (Pedroso, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Castro Petroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 152 (DC 675)	22.02.1087	in villa Billanes subtus Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalsi	<i>Billanes</i> (na direção de Serzedo, Vila Nova de Gaia)
CBF 144 (DC 691)	24.11.1087	inter villam Billanes et Curveiros et de alia parte dividit cum Sesmondi et cum Rial, subtus alpe Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territo(rio) portugalsi	<i>Billanes</i> (na direção de Serzedo, Vila Nova de Gaia); Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia); Sermonde (Vila Nova de Gaia); <i>Rial?</i>
DC 694	1087	beselica fundata est in villa qui dicitur Petroso subtus Castro Petroso in suburbio Civitas Sancta Maria territorio Portugalensis prope flumen Dorium	Mosteiro de Pedroso (Vila Nova de Gaia)
CBF 156 (DC 724)	25.09.1089	in villa Framiam, subtus Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalsi, prope littus maris	<i>Framiam</i> (Serzedo, Vila Nova de Gaia)?
CBF 149 (DC 726)	19.11.1089	villa Birlanes et Curveirus et de alia parte dividit cum Sesmondi et cum Rial, subtu monte Castro, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalsi	<i>Birlanes</i> (Serzedo, Vila Nova de Gaia)?; Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia); Sermonde (Vila Nova de Gaia); <i>Rial?</i>
DC 745	1090	Baselica fundata est in villa, qui dicitur Petroso, subtus Castro Petroso, in suburbio Civitas Sancta Maria, Territorio Portugalensis, prope flumen Durium	Mosteiro de Pedroso (Vila Nova de Gaia)
CBF 148 (DC 772)	18.02.1092	in villa Nogueira subtus monte Petroso, discurrente rivulo Guitin, territorio portugalsi	Nogueira (Seixezelo, Vila Nova de Gaia); ou Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)
CBF 145 (DC 784)	31.08.1092	in loco predicto Nogariam subtus monte Petroso, discurente rivulo Quintin, territorio portugalsi	Nogueira (Seixezelo, Vila Nova de Gaia); ou Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)
CBF 143	03.10.1093	ecclesia que fundata est in villa que vocatur Ecclesiola, subtus monte Petroso, territo (rio) portugalsi	Grijó (Vila Nova de Gaia) * A localidade era anteriormente indicada como sob o <i>Mons Sagitella</i> .

(continua na página seguinte)

Castro Petroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 294	25.02.1097	Et est ipsa larea in Cerzedo, subtus monte Kastro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalensi, civitas Sancte Marie	Serzedo (Vila Nova de Gaia)
LP 509 (DC 849)	09.04.1097	in villam quam vocitant Lavatores, subtus monte Saxo Albo, discurrente ribulo qui vocatur Fibrus, territorio Portugalesi prop castrum Petrosium	Lavadores (Olival, Vila Nova de Gaia)
LP 50A e LP 293 (DC 853)	03.05.1097	in villa quam vocant Lavatores [...] subtus monte Saxo Albo, discurrente rivulo Fribus, prope castrum Petrosium, territorio Portugallense	Lavadores (Olival, Vila Nova de Gaia)
LP 429 (DC 855)	31.05.1097	in villa que vocatura Lavoratores [...] et habet jacenciam inter villam Ollarios [Ollariolos em DC] et villam Sancti Michaelis de Cortegaza, inter montem Saxum Album et castrum Petrosium, decurrenre ribulo Fibros, territorio Portugallensi	Lavadores (Olival, Vila Nova de Gaia); Leirós (Pedroso, Vila Nova de Gaia); São Miguel (Olival, Vila Nova de Gaia)
CBF 304 (DC 872)	26.03.1098	in villa Petrosino [...] subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Pausadela, prope littus maris, territorio Portugallensi	Perosinho (Vila Nova de Gaia)
LP 510 (DC 876)	28.04.1098	in villa Lavadores [...] habet jacencia ipsa villa inter Saxo Albo et castro Petroso, discurrente ribulo Febros	Lavadores (Olival, Vila Nova de Gaia)
CBF 113 (DC 886)	31.08.1098	Situs vero ipsarum hereditatum est subtus Castro Petroso, discurrente rivulo Zerzedu, territorio portugalensi, prope litus maris	Framião (Serzedo, Vila Nova de Gaia)?; Sabariz (Serzedo, Vila Nova de Gaia); Gondesende (Esmoriz, Ovar) * Muito distante, talvez mal identificado.
CBF 118 (DC 900)	17.01.1099	jacenciam juxta Cornadelo, subtus monte Castro, discurrente rivulo Cerceto, territorio portugalensi	Sabariz e Corvadelo (Serzedo, Vila Nova de Gaia)
CBF 123 (DC 901)	18.01.1099	juxta Cornadelo, subtus Castru Petroso, discurrente rivulo Cerzedu, territorio portugalensi	Sabariz e Corvadelo (Serzedo, Vila Nova de Gaia)
CBF 154 (DC 902)	[18].01.1099	in villa Nogueira, subtus Castro Petroso, discurrente rivulo Guitin, territorio portugalensi	Nogueira (Seixezelo, Vila Nova de Gaia); ou Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)

(continua na página seguinte)

Castro Petroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 150 (DC 903)	21.01.1099	in villa Framiam et in Sancta Maria Novella, subtus Castro Petroso, discurrere rivulo Cerzedo, territorio prope littus maris	Framião (Serzedo, Vila Nova de Gaia)?; <i>Sancta Maria Novella</i> (Serzedo, Vila Nova de Gaia)?
DP III 33	28.08.1101	in villa quos vocitant Sirgueirus subtus mons Petroso discurrere rivulo Cerceto prope litore maris teritorio Portugalensis	Sergueiros (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
LP 539 (DP III 95)	18.01.1103	tertia de ecclesia Sancta Maria de castro Petroso [...] sive tertia de ipsa villa vocatur castro Petroso	Pedroso (Vila Nova de Gaia)
LP 541 (DP III 98)	28.01.1103	Et habeo ipsam ecclesiam de parentibus meis et avis, subtus monte Petroso, teritorio Portugalensis, prope littus maris, in loco predicto Petroso	Pedroso (Vila Nova de Gaia) — Perosinho por Moreira
DP III 99	31.01.1103	in villa quos vocitant Fonsim mea parte integra subtus mons Petroso discurrere ribulo Fibrus territorio Portugalensis civitas Sancta Maria	Afonsim (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
DP III 151	25.01.1104	in villa quos noncubant Borreles et Quintanela quomodo esparte cum Guandilanes et de alia parte cum Serpente subtus mons Pedroso prope flumen Durio teritorio Portugal	Borreles, Gondenhães, <i>Villa Quintanela</i> (Pedroso, Vila Nova de Gaia); Serpente (Mafamude, Vila Nova de Gaia) * Aqui parece que Serpente indica apenas um lugar e não um monte.
CBF 234	10.02.1107	in villa dicta Moar, subtus monte Castro Petroso, discurrere ipso arrugio de Petroso, territorio Portugal	Muar (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
DP III 238	08.03.1107	suptus mons Petroso teritorio Portugalemsis discurrerem ribulo Zerzedo in loco prelipto in Sancto Martino [...] et de alia parte esparte cum Moar et de alia cum Moar castro * Provavelmente, Moar Castro indica uma parte do <i>castro de Pedroso</i> , do lado da atual Muar.	Muar (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
DP III 289	23.05.1108	subtus mons Petroso teritorio Portugalensis discurrerem ribulo Zerzedo in logo prelipto Sirgarios	Sergueiros (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
LP 540 (DP III 291)	05.06.1108	in villa prenominata Sirgueros [...] subtus monte castro Petroso, discurrere rivulo de Cerzeto, prope littus maris, territorio Portugalensi	Sergueiros (Perosinho, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Castro Petroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 381 (DP III 292)	06.1108	in villam quam vocitant Vilar, subtus montem castro Petroso et Montem Grande, discurrente rivulo Feberos et flumen Durio, terredorio Portugalensis	Mosteiro de Vilar de Andorinho (Vila Nova de Gaia)
LP 533 (DP III 300)	29.08.1108	acisterio, vocabulo Sancti Salvatoris, subtus mons Petroso, teridorio Portugalensis, prope litus maris et flumen Dorium, in loco prelisto Petroso	Mosteiro de Pedroso (Vila Nova de Gaia)
CBF 159 (DP III 301)	06.09.1108	in villa n(omi)nata Curveirus, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Bilanes, territorio portugalensi	Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia)
CBF 160 (DP III 390)	14.01.1112	ex parte meorum avorum et parentum subtus monte Petroso, territorio portugalensi, prope littore maris	Pedroso (Vila Nova de Gaia)
CBF 34 (DR 33)	15.05.1112	quam habeo in villa nuncupata Kastro, subtus monte Kastro, discurrente ipso arrugio de Kastro, territorio portugalensi, in terra civitatis Sancte Marie	Crasto (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 35 (DP III 400)	17.05.1112	de nostra hereditate propria quam habemus in villa quam vocant Castro, subtus mons Castro Petroso, discurrente ipso arrugio de Castro, territorio portugalensi, in terra civitatis Sancte Marie	Crasto (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 260 (DP III 403)	31.05.1112	subtus monte Petroso Castro, discurrente rivulo Carzedo, qui descendit ad mare, territorio portugalensi, in terra de Sancta Maria de civitate [...] in villa Brito	Brito (Grijó, Vila Nova de Gaia)
DP III 431	22.03.1113	in loco predicto Villa Nova et in Ancsemir [...] subtus mons Kastro Petroso discurrente rivulo luliam prope litore maris et civitas Sancta Maria teradorium [sic] Portugalense	Vila Nova da Telha e Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)
DP III 457	[13].10.1113	in vila Fonsin de ipsa ereditate de sua ma mater [sic] quanta linde cade inter iermanos subtus monte Petroso dicurente [sic] rivolo Feberos teritorio Portual	Afonsim (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
DP III 493	28.12.1114	quorum baselica sita est in villa Petroso subtus mons Castro discurrente rivulo Feberos territorio Portugalense	Mosteiro de Pedroso (Vila Nova de Gaia)
DP III 514	[12].08.1115	villa pernominata Boreles [...] subtus mons Petroso discurente rivolo Fonte Cova expartente de Condianes exoartente per illo rivolo de Serpente teritorio Portugalensis	Borreles, Gondenhães (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
DP IV 44	20.04.1117	hic in Petroso iusta illo [...] territorio Portugalensis terra civitas Sancta Maria * A nossa proposta. Palavra em falta: castro?	Mosteiro de Pedroso (Vila Nova de Gaia)
DP IV 56	26.08.1117	in villa Petroso subtus mons Castro discurrente rivulo Feberos territorio Portugalense	Mosteiro de Pedroso (Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Castro Petroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP IV 75	20.11.1118	in loco predicto quos vocitant villa Leirolos cum Camphalios et Fonsim quomodo esparte cum Seixozelo et de Lavadores et illas leiras de Sancto Iohanne quomodo esparte cum Petroso subtus mons Kastro Petroso discurrente rribulo Fibros territorio civitas Sancta Maria	Leirós, Sanfalhos, Afonsim, Lavadores e Sanhoane (Pedroso, Vila Nova de Gaia); Seixezelo (Vila Nova de Gaia); Pedroso (Vila Nova de Gaia)
DP IV 76	24.11.1118	Sancti Petri qui est fundato in villa Petroso sub illo castro [falta uma palavra] civitas Sancta Maria	Vila Cova (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
DP IV 79	29.12.1118	baselica sita est in villa Petroso subtus mons Castro discurrente rivulo Feveros territorio Portugulense	Mosteiro de Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
CBF 257 (DP IV 171)	26.03.1121	in villa dicta Ansemir, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugulensi, prope littus maris, sub opido Sancte Marie de civitate	Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)
CBF 189 (DP IV 176)	20.04.1121	in villa Sesmondi, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Birlanes, territorio portugulensi	Sermonde (Vila Nova de Gaia)
CBF 256	15.09.1121	in villa dicta Ansemir, subtus monte Castro, discurrente ipso arrugio Fontanos, territorio portugulensi, prope littus littus [sic] maris	Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)
CBF 299 (DP IV 203)	23.10.1121	in villa jamdicta Curveirus [...] subtus monte Kastro, discurrente rivulo Birlanes, territorio portugulensi, prope littus maris	Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia)
DP IV 231	25.01.1122	in villa Lairiolos et abe iacentja in loco predicto Castro Petroso discurrente rribulo Fibros territorio civitas Santa Maria	Leirós (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
DP IV 284	06.09.1122	et habent ipsas hereditates iacencias in territorio Sancta Maria, hic est de ipsa villa que vocitant Varzena [...] Sala [...] Gondianes [...] Figauredo [...] subtus mons Castro Petroso	Várzea (Sandim, Vila Nova de Gaia); Sá (Sandim, Vila Nova de Gaia); Gondinhães (Pedroso, Vila Nova de Gaia); Figueiredo (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
DP IV 285	10.09.1122	in Lavadores subtus Castro Petroso discurrente ribulo Feveros territorio Portugulense in terra civitas Sancta Maria	Lavadores (Oliveira, Vila Nova de Gaia)
DP IV 303	26.12.1122	quos vocitant villa Uimaranes, subtus mons Castro discurrente rribulo Cercedo territorio Portugulensis civitas Sancta Maria	Guimarães (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 300 (DP IV 317)	28.01.1123	in villa de Curveirus, subtus monte Kastro Petroso, discurrente rivulo Birlanes, territorio portugulensi, in terra civitatis Sante Marie	Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Castro Petroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 176 (DP IV 333)	19.03.1123	in villa Vulpeliales subtus mons Kastro Petroso discurrente rivulo Vulpeliales territorio Portugal civitas Sancta Maria prope litus maris	Gulpilhares (Vila Nova de Gaia)
CBF 161 (DP IV 343)	09.04.1123	Ejus jacentia vero est in supra predictas villas, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalseni, sub Sancta Maria civitatis, prope littus maris	Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia); Sermonde (Vila Nova de Gaia); São Félix da Marinha (Vila Nova de Gaia)
CBF 158	30.12.1123	in villa Curveirus, subtus monte Castro Petroso, discurrente ipso arrugio Curveirus, territorio portugalseni, sub dominio Sancte Marie civitatis, prope littus maris	Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia)
CBF 93 (DP IV 305)	1123	in villa Curveiros, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalseni, intra terminos civitatis Sancte Marie	Corveiros (Grijó, Vila Nova de Gaia)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0007 15	1125	Campo de Luniazales/Lumazales [?] et de Agrella Cuncta/ Cuncatu [?] que ibi habeo subtus mons Castro discurrente ribulos(os) Febros territorio Portugalensis terra Civitatis Sancta Maria	<i>Campo de Luniazales/ Lumazales?</i> Agrela (Saunguedo, Santa Maria da Feira)?
PT/TT/ MSPP/012/ 0002 40 bis	1125	In villa Ameisenedo [?] subtus monte castro discurrente rivulo febras teritorio Sancte Marie	Mexedo (Pedroso, Vila Nova de Gaia)?
CBF 263	18.12.1126	in villa de Petrosino [...] subtus Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalseni, prope littus maris	Perosinho (Vila Nova de Gaia)
CBF 261	29.06.1128	in villa Petrosino et in Segerei et Prandera, mea portio quantam habeo inter ipsam aquam que discurre frigida et ipsa cilia aqua que discurre per Petrosino [...] subtus monte Castro, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalseni, juxta mare	Perosinho (Vila Nova de Gaia); Sergueiros (Perosinho, Vila Nova de Gaia); Prandera (Perosinho, Vila Nova de Gaia)?
DR 93 (CMP 10)	03.08.1128	Predictum monasterium in loco qui vocatur Petrosus sub monte Castro discurrente riulo Feueros Portugalensi territorio	Mosteiro de Pedroso (Vila Nova de Gaia)
PT/TT/ MSPP/012/ 0003 1	1128	in loco predicto Petroso sub castro Petrosinensis discurrente ribulo Feveros territorio Portugalensis in suburbio civitatis Sancte Marie	Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
PT/TT/ MSPP/012/ 0003 1 bis	1128	Baselica sita est in villa Petroso subtus mons Castro discurrente rivulo Feveros territorio Portugalense	Mosteiro de Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Castro Petroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 258	22.06.1129	in villa de Brito, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalsensi, sub dominio Sancte Marie civitatis, prope littus maris	Brito (São Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia)
CBF 177	11.1129	Bolpeliaries et in Vilar et in Valadares [...] et habet jacentia subtus mons Castro Petroso, discurrente mari, territorio portugalie	Gulpilhares (Vila Nova de Gaia); Vilar do Paraíso (Vila Nova de Gaia); Valadares (Vila Nova de Gaia)
CBF 115 * Acrescentamos este documento ao corpus documental de <i>Castro Petroso</i> com reserva.	30.09.1131	in villa Tarauquela, subtus mons Petrosino, discurrente ipso arrugio de Tarauquella prope littore maris, territorio portugalense * Poder-se-ia assumir que se trata de um nome alternativo para uma parte do <i>Mons Castro Petroso</i> . Se indicasse um <i>mons</i> diferente dificilmente se localizaria em Perosinho como proposto em CARMO, 2016: 112. Nota: o escrivão Rodericus só aparece num outro documento do CBF.	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 253	23.02.1132	in villa Ansemir, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo ipso arrugio de Fontanos, territorio portugalsensi, sub opido Sancte Marie civitatis, prope littus maris	Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)
CBF 252	17.04.1132	in villa dicta Ansemir [...] subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Fontanos, territorio portugalsensi, prope littus maris, sub opido Sancte Marie	Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)
CBF 265	04.1135	in villa Borontanos, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalsensi, sub opido Sancte Marie civitatis	Brantães (Sermonde, Vila Nova de Gaia)
PT/TT/ MSPP/012/ 0003 8	1135	In Villa Gondilanes subtus monte Castro Petroso discurrente rivulo Feveros terra civitatis Sancte Marie	Gondenhães (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
PT/TT/ MSPP/012/ 0003 15	1145	Monastero Petroso subtus mons Castro discurrente rivulo Feveros territorio Portugalensis	Mosteiro de Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
CBF 233	07.1146	in Moar, subtus Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedu, territorio portugalsensi	Muar (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 264	08.1146	in villa Buruntanes, subter illam stratam mariscam, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalsensi, prope ripam maris	Brantães (Sermonde, Vila Nova de Gaia)
CBF 277	12.09.1146	in villa dicta Negrelus, subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalsensi	Negrelos (Canelas, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Castro Petroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 254	11.1146	in villa Ansemir, subtus mont(e) (Pe)troso, discurrere aruii Fontanos	Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia) * <i>Monte Petroso, e não monte Castro Petroso.</i>
PT/TT/MSPP/012/0003 20	1147	In Villa Guimaranes [...] et abet iacencia subtus monte Castro discurrere rivulo Cerzedo in terra Sancte Marie	Guimarães (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 53	01.1148	in villa Moar, subtus Castru Petroso, discurrere rivulo Cerzedo, territorio portugalsi	Muar (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 251	03.1148	in villa Ansemir, subtus Castro Petroso, prope littus maris, territorio portugalsi	Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)
CBF 72	11.1148	in villas videlicet Vulpelares et in Ermogees, subtus mons Castro Petroso, et alia subtus monte Saitela prope litus marinum, territorio civitatis Sancte Marie	Gulpilhares (Vila Nova de Gaia); Esmojães (Anta, Espinho)
PT/TT/MSPP/012/0003 23	1149	In villa Muar et in villa Petrosino et in villa Vimarenes [...] et habent ipsas hered[it]as iacencia in [terra] de Sancta Maria subtus mons Castro discurrere arugio No[v]elo terit[ri]o Po]rtugalense	Muar, Perosinho, Guimarães (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 255	19.03.1151	in villa Ansemir, subtus monte Castro Petroso, discurrere ipso arrugio Fontanos, territorio portugalsi, sub castello Sancte Marie civitatis, prope littus maris	Enxomil (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)
CBF 175	04.1151	In villa Bolpellaes et in Vilar, subtus monte Castro Petroso, discurrere rivulo Bolpellaes, territorio Portugalsi	Gulpilhares (Gulpilhares, Vila Nova de Gaia); Vilar do Paraíso (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
PT/TT/MSPP/012/0003 32	1153	Baselica fundata est in villa que dicitur Petroso subtus mons Castro in suburbio civitas Sancta Maria território Portugalsis prope flumen Durium	Mosteiro de Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
CBF 247	10.1154	in Vimaranes subtus monte Petroso, discurrere rivulo Cerzedo, territorio portugalsi, prope littus maris	Guimarães (Perosinho, Vila Nova de Gaia) * <i>Aqui está indicado como monte Petroso, e não como Castro Petroso.</i>

(continua na página seguinte)

Castro Petroso			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 259	10.[1156]	in villa que dicitur Britu subtus monte Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, prope littus maris, in dominio Sancte Marie civitatis, territorio portugalensi	Brito (Grijó, Vila Nova de Gaia) * Aqui está indicado como <i>monte Petroso</i> , e não como <i>Castro Petroso</i> .
CBF 246	06.1157	in villa Vimarenes subtus monte Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalensi	Guimarães (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 238	08.1157	in villa dicta Vimarenes, subtus Castru Petrosu, discurrente rivulo Cercedo, territorio portugale	Guimarães (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 240	10.1158	in villa Vimaranes, subtus Castru Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalensi, prope littus maris	Guimarães (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 239	07.1160	in villa dicta Vimaranes, subtus monte Castro	Guimarães (Perosinho, Vila Nova de Gaia)
CBF 305	26.07.1161	eclesie Sancti Salvatoris de Petrosino, subtus monte Castro, discurrantibus arrugiis qui per ipsam villam descendunt, territorio portugalensi	Perosinho (Vila Nova de Gaia)
PT/TT/MSPP/012/004 10	1173	In agro de avolo [?] subtus mons castro Petroso discurrente ribulo Feveros território Portugalensi Civitas Sancta Maria	<i>Agro de avolo</i> (Vila Nova de Gaia)?

Castruma			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 81 (DC 25) * Interpolado ou falso	12.6.922 * Início do século XII (1115-1116)?	in locum Castrumie	Crestuma (Vila Nova de Gaia)
LP 465 (DC 187 e DP III 56)	17.02.1[1]02 (LP e DP III) 17.02.1002 (DC)	de Castramia (em DP III Castrumia)	Crestuma (Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Castruma			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 405 (DR 45)	13.04.1113	heremita que vocatur Castrumia	Crestuma (Vila Nova de Gaia)
LP 268	[1115-1116]	Castrumia cum adjeccionibus et testamentis, ad integrum	Crestuma (Vila Nova de Gaia)

Saxo Albo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 81 (DC 25) * Interpolado ou falso. Não utilizado em CARMO, 2016.	12.6.922 * Início do século XII (1115-1116)?	Saxum Album	Seixo Alvo (Olival, Vila Nova de Gaia)
DC 513	26.05.1074	vila que noncubant Lavadores subtus alpe Sacso Albo discurrentem ribulo Feberus terredorio Portugal	Lavadores (Olival, Vila Nova de Gaia),
DC 599	31.10.1081	basilica sita est in villa que dicitur Petroso subtus Castro Petroso secus rivulum Fibros de alia parte iuxta Saxum Album in territorio Portugalensis inter flumen Durium et Civitatem Sancte Marie	Mosteiro de Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
CBF 186 (DC 667)	25.07.1086	in villa Elderiz, subtus Saxum Album, territoriu portugalensi, discurrente rivulo Feveros	Aldriz (Argoncilhe, Feira)
LP 509 (DC 849)	09.04.1097	in villam quam vocitant Lavatores, subtus monte Saxo Albo, discurrente ribulo qui vocatur Fibrus, territorio Portugalesi prop castrum Petrosam	Lavadores (Olival, Vila Nova de Gaia),
LP 50; LP 50A e LP 293 (DC 853) * Em CARMO, 2016, o LP 293 não é utilizado; o autor indica a utilização do LP 50, quando parece utilizar o LP 50A.	03.05.1097	in villa Lavatores, inter villa Olleiolus et Sancti Michaeli et Tevulosa et subtus mons Saxo Albo, discurrente rivulo Feberos, et prope littore maris * Em DC 853=LP 50A e LP 293 lê-se: in villam quam vocant Lavatores, inter villam Ollariolos et villam Sancti Michaelis et Tebulosam, subtus monte Saxo Albo, discurrente rivulo Fribus, prope castrum Petrosam, territorio Portugalense	Lavadores (Olival, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Saxo Albo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 429 (DC 855)	31.05.1097	in villa que vocatura Lavoratores [...] et habet jacenciam inter villam Ollarios [Ollariolos em DC] et villam Sancti Michaelis de Cortegaza, inter montem Saxum Album et castrum Petrosus, decurrente ribulo Fibros, territorio Portugalensi	Lavadores (Olival, Vila Nova de Gaia); Leirós (Pedroso, Vila Nova de Gaia); São Miguel (Olival, Vila Nova de Gaia)
LP 510 (DC 876)	28.04.1098	in villa Lavadores [...] habet jacencia ipsa villa inter Saxo Albo et castro Petroso, discurrente ribulo Febros	Lavadores (Olival, Vila Nova de Gaia)
DP III 7	13.01.1101	villa Alleira [...] et habe iacentja subtus mons Sexalbo prope flumen Durio	Alheira (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
CBF 191 (DP III 76)	24.06.1102	in villa Dragoncelli, subtus monte Saxo Albo, discurrente rivulo Feveros, territorio portugalensi	Argoncilhe (Santa Maria da Feira)
CBF 188 (DP III 466)	15.03.1114	in villa quos vocitant Dragonzelli, subtus mons Seco Albo, discurrente rivulo Feveros, territorio Portugal, in terra civitas Sancta Maria	Argoncilhe (Santa Maria da Feira)
DP IV 57	28.08.1117	in villa quos vocitant Alieira subtus mons Saxo Albo discurrente rribulo Durio terredorio Portugalensis in loco predicto iam supra dicto	Alheira (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
DP IV 179	28.04.1121	in villa Allaria subtus mons Sexo Alvo discurrente rribulo Fibros territorio civitas Sancta Maria	Alheira (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
DP IV 386	25.12.1123	in villas Dragonselli et Atequi subtus mons Sexo Albo et monte Autorello discurrente ribulo Feveros tiridorio Portugal civitas Santa Maria	Argoncilhe (Santa Maria da Feira); <i>Atequi</i> (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
CBF 179	27.06.1126 (09.07.1126)	in ipso loco dicto Eldriz [...] et in Guncinda [...] subtus monte Castro Recarei et Saxo Albo, discurrentes fluvii Feverus et Guandia, territorio Portugal, civitas Sancta Maria	Aldriz (Argoncilhe, Feira); Agoncida (Mosteiró, Feira)
CBF 271	22.01.1135	in villas dictas Canelas et Migidi [...] in ipsas predictas villas subtus monte Seixu Alvo, territorio portugalensi, discurrente rivulo Valadares, in civitate Sancte Marie	Megide (Canelas, Vila Nova de Gaia); Canelas (Canelas, Vila Nova de Gaia)
CBF 210	06.1141	in villa Lavadurinos, subtus Sexu Alvo, discurrente rivulo Feverus, territorio portugalensi	Lavadorinhos (Olival, Vila Nova de Gaia)

Monte Grande/Maior			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DC 504	30.10.1072	Et habet iacencia ipsa hereditate subtus monte Grande territorio Portugalense discurrente ribulo Feberus	Vilar do Paraíso (Vila Nova de Gaia); Oliveira de Douro (Vila Nova de Gaia); Outerio e Garfães (Oliveira de Douro, Vila Nova de Gaia)
LP 381 (DP III 292)	06.1108	in villam quam vocitant Vilar, subtus montem castro Pedroso et Montem Grande, discurrente rivulo Feberos et flumen Durio, terredorio Portugalensis	Mosteiro de Vilar de Andorinho (Vila Nova de Gaia)
CBF 111 (DP III 383)	22.11.[1111]	prope litus maris, territorio Sancte Marie civitatis, subtus monte Grande, discurrentes arrugii de monte Grande descendentes	Valadares (Vila Nova de Gaia); Tarouquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
DR 34	22.05.1112	Et est ipso monasterio in loco predicto Villar Subtus Mons Maior discurrere ribulo Februs territorio Sancta Maria de Civitate	Mosteiro de Vilar de Andorinho (Vila Nova de Gaia)
CBF 127 (DP III 416)	15.12.1112	in villa Tarouquela, subtus monte Grande, discurrere rivulo Arrugios de ipsa villa, territorio portugalsensi, prope littus maris	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia) * Esta localidade também estava sob o <i>Monte Serpente</i> .
DR 46	1117	Sancte Crucis in territorio Portugal subtus Mons Grande discurrere riuulo Feueros	Cruz (Gulpilhares, Vila Nova de Gaia)?
CBF 119 (DC 236)	20.05.[1118] (DC=20.05.1018)	in loco prefato Tarouquela, subtus monte Grande, discurrere(n)te rivulo Tarouquela, prope littus maris, territorio portugalsensi in dominio Sancte Marie civitatis	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
DP IV 213 * Não utilizado em CARMO, 2016.	22.11.1121	villas Valadares et Tarouquela prope litus maris territorio Sancte Marie Civitatis subtus Monte Grande discurrentes arrugii de Monte Grande descendentes	Valadares (Vila Nova de Gaia); Tarouquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
DP IV 284	06.09.1122	et in alia villa que vocitant Pausadela [...] et in villa Ladrones et habent iacencias subtus Mons Grande discurrentes fluvio Feveros	Pousadela (Nogueira da Regedoura, Santa Maria da Feira?); <i>Ladrones</i> (Vila Nova de Gaia)?
PT/TT/MSJBP/004/0007 30	1127	In villa de Sancto Laurencio et Palacios [...] subtus Mons Grande discurrere ribulo Fibros [?] territorio Civitatis Sancta Maria	São Lourenço e Paços (Avintes, Vila Nova de Gaia)?

(continua na página seguinte)

Monte Grande/Maior			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 272	31.08.1133	in villas dictas Migidi et Roderiz, subtus monte Grande, discurrente rivulo ipsos arrugios Pontezella et de Bauza de Vasco, territorio portugalensi, in civitate Sancte Marie	Megide (Canelas, Vila Nova de Gaia); <i>Roderiz</i> (Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia)?
CBF 114	12.03.1134	in villa Tarauquela, subtus mons Grande, discurrente ipso aurugio que de ipso monte Grande discurrere prope maris, territorio Sancta Maria	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 116	19.04.1134	in villa Tarauquella, subtus monte Grande, discurrente ipso arrugio ab ipso monte descendente, prope lictus maris, territorio Sancte Marie civitatis	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 121	06.1134	habeo in Taraquela, subtus monte Grande, que fuit de avis et parentibus meis, quam habuit jermanus meus	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 125	01.1135	in Tarauquela, subtus monte Grande, discurrente rivulo Fermuza, territorio Sancte Marie, prope littus maris	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 273	07.05.1136	in villa Migida, subtus monte Grande, discurrente rivulo Valadares, territorio portugalensi, in civitate Sanctae Marie	Megide (Canelas, Vila Nova de Gaia)
CBF 270	07.05.1136	in villa dicta Migidi, subtus monte Grande, discurrente rivulo Valadares, territorio portugalensi, in civitate Sancte Marie	Megide (Canelas, Vila Nova de Gaia)
PT/TT/ MSJBP/004/ 0008 20 * Utilizámos este documento com reserva.	1136	Villa Argividi [?] territorio Portugalensis subtus mons [?] discurrente ribulo Lugarios	Gervide (Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia)? * Existe também Gervide em São Pedro de Fins, Fafe.
CBF 109	02.06.1143	in villa Tarauquela [...] subtus monte Grande, discurrente rivulo Fermucia, territorio portugalensi	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 58	11.1144	in villa Tarauquela, subtus monte Grande, discurrente Fermuza, prope littus maris, territorio portugalensi	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 117	06.1147	in villa Tarauquela subtus monte Grande, discurrente rivulo Fermuza, territorio portugalensi, prope lictus maris	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Monte Grande/Maior			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 245	11.1152	in istas villas, in Valzena et in Almeara [...] subtus monte Grande, discurrunt(r) rivulo Dorio, territorio Portugal, prope littus * Almeara aparece em CBF 26 (08.1145).	Alumiara (Canidelo, Vila Nova de Gaia); <i>Valzena</i> (Vila Nova de Gaia)
CBF 112	10.1153	in ipsa villa Tarauquela subtus monte Grande, discurrunt(r) rivulo Fermuza, territorio portugallense	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 126	02.1155	in villa Tarauquela, subtus monte Grande, discurrunt(r) rivulo Fermuza, territorio portugallensi, prope littus maris	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
PT/TT/ MSPP/012/ 0003 37	1161	In villa prenominata Valadares [...] subtus Monte Grande discurrunt(r) rivulo de Novias quomodo [?] vadit ad ipsa aqua ad mare	Valadares (Valadares, Vila Nova de Gaia)

Monte Serpente			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 128 (DC 566)	12.04.1079	in villa Tarauquela, subtus monte Serpente, territorio portugallensi, discurrunt(r) rivulo discurrunt(r) de monte Grande	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 120 (DC 583)	09.05.1080	in villa quam vocitant Tarauquela, subtus monte Serpente, discurrunt(r) rivulo Durio, territorio portugallensi	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 122 (DC 942)	22.10.1100	in villa Tarauquela, subtus monte Serpente, discurrunt(r) rivulo Tarauquela, territorio portugallensi, prope littus maris	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 124 (DC 948)	16.12.1100	habeo in Tarauquela subtus monte Serpente, discurrunt(r) rivulo Durio, territorio portugallensi, prope littus maris	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
DC 950	30.12.1100	in villa quos vocitant Sancto Christoforo et Sancto Petro subtus mons Serpentis discurrunt(r) rivulo Valladares prope lictore maris territorio Portugal	<i>Sancto Christoforo</i> (Mafamude, Vila Nova de Gaia)?; <i>Sancto Petro</i> (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)?
CBF 129 (DP III 115)	28.05.1103	in Tarauquela, subtus monte Serpente, discurrunt(r)te arrugio Tarauquela, territorio portugallensi, prope littus maris	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)
CBF 108	31.12.1149	hereditate mea quam habeo in villa Tarauquela, subtus monte Serpente, discurrunt(r) rivulo Fermuza, prope littus maris, territorio portugallensi	Tarauquela (Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia)

Monte Auturelo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 291 (DC 842)	25.12.1096	in villa dicta Eldiriz, subtus mont(e) (Aut)urelo, discurrente rivulo Feverus, territorio Portugal, in terra civitatis Sancte Marie (in DC subtus Monturelo)	Aldriz (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
CBF 195 (DC 545)	19.06.[1102] (DC=1077)	in villa de Ordini, subtus monte Outurelo, discurrente rivulo Feverus, territorio portugalseni, in terra civitatis Sancte Marie	Ordonhe (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
CBF 192 (DP III 194)	16.06.1105	in ipso loco Ordoni subtus monte Auterello, discurrente rivulo Feveros, territorio portugalseni	Ordonhe (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
CBF 182 (DP III 321, DC 205)	17.2.[1109] * Em DC 205 lê-se M.XXXXVII, mas o Presbiter David está ativo entre 1100 e 1112.	in villa Elderiz, sub mons Auturelo, discurrente rivulo Feveros, territorio portugalseni	Aldriz (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
CBF 292 (DP III 322)	17.02.1109	in villa dicta Eldiriz, subtus monte Auturelo, discurrente rivulo Feverus, territorio portugalseni	Aldriz (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
CBF 164 (DP IV 49)	04.06.1117	in villa videlicet in Ecclesiola, in loco qui dicitur Casal de Arias, subtus monte Outurelo, discurrente rivulo ipso Arrugio qui currit de Ausindi, territorio portugalseni, in terra Sancte Marie civitatis	<i>Casal de Arias</i> (Grijó, Vila Nova de Gaia)?
CBF 190 (DP IV 177)	20.04.1121	in villa quam vocitant Elderiz [...] subtus monte Auterello, discurrente rivulo Feveros, territorio portugalseni	Aldriz (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
CBF 162 (DP IV 289)	21.10.1122	in villa que dicitur Nocaria, subtus monte Auterello, discurrente rivulo Guitin, territorio portugalseni, sub dominio civitatis Sancte Marie, prope littus maris	Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)
CBF 290 (DP IV 298)	02.12.1122	in villa dicta Eldiriz, subtus monte Auterello, discurrente rivulo Feverus, territorio portugalseni, civitas Sancte Marie	Aldriz (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
CBF 163 (DP IV 302)	24.12.1122	in ipsa villa Nocaria, subtus monte Auterelu, discurrente ipso arrugio Nugeira, territorio portugalseni, prope littus maris, in civitate Sancte Marie	Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)
CBF 165 (DP IV 304)	27.12.1122	in villa Nogeira, subtus monte Auturelo, discurrente ipso arrugio Nogeira, territorio civitatis Sancte Marie, prope littus marie	Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)

(continua na página seguinte)

Monte Auturelo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 166 (DP IV 307)	06.01.1123	in villa Nogeira, subtus monte Auturelo, discurrente ipso arrugio Nogeira, territorio portugalsi, civitatis Sancte Marie sub dominio	Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)
DP IV 386	25.12.1123	in villas Dragonselli et Atequi subtus mons Sexo Albo et monte Autorello discurrente ribulo Feveros tiridorio Portugal civitas Santa Maria	Argoncilhe (Santa Maria da Feira); <i>Atequi</i> (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
CBF 21	17.02.1124	Sancti Salvatoris, qui locus fundatus est in Ecclesiole villa, subtus monte Auterelo, discurrente rivulo Guetin	Mosteiro de Grijó (Grijó, Vila Nova de Gaia) * Esta localidade estava sob o <i>monte Sagitela</i> .
CBF 6 (DR 82)	22.05.1128	montem Auturelo	Situa-se entre os limites do couto do mosteiro de Grijó (Grijó, Vila Nova de Gaia).
CBF 174	04.1135	in villa Morrazeses, subtus mons Auterello, discurrente ipso rivulo de Morrazeses, territorio in villa Ecclesiola, civitas Sancta Maria	Murracezes (Grijó, Vila Nova de Gaia) * Localidade também indicada como sob os <i>montes Sagitela e Pascales</i> .
CBF 8 (DR 167, CMP 86)	11.01.1139 (em CMP 10.01.1139)	in villa Brito [...] jacet itaque predicta hereditas territorio portugalsi sub monte Auterelo discurrantibus aquis in fluvium Cerzedo	Brito (Grijó, Vila Nova de Gaia)
CBF 1 (PIP 31) * Não utilizado em CARMO, 2016.	27.04.1139	montem Auturelo; monte Autorolo	
CBF 181	12.1151	villas dragonzelle, gontaldi et Atequi [...] subtus mons Auterelo, discurrente rivulo Feveros et, subter illa strata, rivulo Guitin, prope maris, territorio Portugal	Argoncilhe (Santa Maria da Feira); <i>Gontaldi et Atequi</i> (Argoncilhe, Santa Maria de Feira)
CBF 236	09.1155	Jacet vero, ut jam diximus, illis terminis inclusa, subtus monte Auterelo, discurrente riu Maior, prope castellum Sancte Marie, territorio portugalsi	Perto de Grijó (Vila Nova de Gaia)

(continua na página seguinte)

Monte Auturelo			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 185	10.1155	in villa Draguncelli [...] et habet jacentiam subtus monte Auterele, discurrere rivulo Feverus, prope littus maris, territorio portugalensi, sub opido Sancte Marie de civitate	Argoncilhe (Santa Maria da Feira)
CBF 173	01.1157	Et habet jacentiam subtus monte Outurelo, discurrere rivulo Guetin prope littus maris, civitas Sancte Marie	<i>Illo casal</i> (Grijó, Vila Nova de Gaia); ou Casal (Mozelos, Santa Maria da Feira)?
CBF 180	05.1157	in villa Cerzedelo [...] et abet jacentia subtus mons Octurelo, discurrere rivulo Feveros, territorio portugalensi	Serzedelo (Argoncilhe, Santa Maria da Feira)
CBF 184	05.1157	in villa que vocatur Cerzedo, subtus monte Auturelo, discurrere rivulo Feverus, territorio portugalensi, sub opido Sancte Marie civitatis	Serzedelo (Argoncilhe, Santa Maria da Feira) * Cerzedo (Serzedo) indicaria Serzedello: erro do copista?
CBF 178	08.1157	in villa Ordonii subtus mons Auterele, discurrere rivulo Feverus, territorio portugalensi, civitas Sancta Maria	Ordonhe (Argoncilhe, Feira)
CBF 237	12.1158	in villa dicta Moazelus, subtus monte Auterele, discurrere rivulo Torno, prope littus maris, territorio portugalensi, sub castello Sancte Marie	Mozelos (Santa Maria da Feira) * Esta localização também aparece sob o <i>Monte Sagitella</i> .
CBF 36	03.1161	in ipsa villa videlicet Nogueira in illo Auterio, subtus monte Auturelo, discurrere rivulo Rugitorio, prope littore maris	Nogueira de Regedoura (Santa Maria da Feira)
PT/TT/ MSPP/ 012/004 17	1183	in villa que dicitur Seizezelo teritorio Portugalis subtus mons Outorelo et strata maurisca discurrere rivulo Feveros	Seizezelo (Seizezelo, Vila Nova de Gaia)
PT/TT/ MSPP/ 012/004 18	1183	In villa que dicitur Seizezelo teritorio Portugalis subtus monte Outorelo iuxta strata maurisca discurrere rivulo Feveros * Conteúdo semelhante ao anterior; também escrito por <i>Pelagius Presbiter</i> ; as testemunhas são diferentes.	Seizezelo (Seizezelo, Vila Nova de Gaia)

Mons Quecemar			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
DP III 405	01.07.1112	in loco predicto quos vocitant in illo Penedo et fer in Golali ex parte per Cedofeita et divide usque in Villa Cova subtus mons Quecemar discurrere rribulo Umia territorio civitas Portela	Vila Cova de Sandim (Sandim, Vila Nova de Gaia?); Gião e Cedofeita (Vila Maior, Santa Maria da Feira); Penedo (Santa Maria da Feira)?
DP III 410	12.09.1112	in loco predicto quos vocitant in illo Peneto et fer in illo Penedo in Gollali et esparte per Cetofeita et divide usque in villa Cova subtus mons Guecemar discurrere rivulo Umia territorio civitas Portella	Vila Cova de Sandim (Sandim, Vila Nova de Gaia?); Gião e Cedofeita (Vila Maior, Santa Maria da Feira); Penedo (Santa Maria da Feira)?

Monte Pascales			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 298	16.07.1129	in villa Morroceses, subtus monte Pascales, discurrere rivulo Cerzedo, territorio portugalsi, in terra civitatis Sancte Marie	Murracezes (Grijó, Vila Nova de Gaia)

Monte Kastro Aquilini			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 249	[09].02.1125	in villa dicta Fermuza et in Arianes, subtus monte Kastro Aquilini, discurrere rivulo Tarauquela, territorio portugalsi, prope littus maris	<i>Fermuza</i> (Madalena, Vila Nova de Gaia); Atiães (Canidelo, Vila Nova de Gaia)
CBF 250	04.1141	in villa Fermuza, subtus monte Castro Aquilino, discurrere aquis in mare, territorio portugalsi	<i>Fermuza</i> (Madalena, Vila Nova de Gaia); Atiães (Canidelo, Vila Nova de Gaia)
CCSP: 204 * Em ALMEIDA, 1978: 28, está indicado na página 234, e como <i>Ageriz</i> .	06.1170	ecclesia sanctae Mariae magdaleneae quas est sita em uilla dicitur Fferemucia subtus castro agerij * agerij ou agij=aguim/aquilini. A nossa proposta está indiretamente confirmada em ALMEIDA, 1978.	<i>Fferemucia</i> (Madalena, Vila Nova de Gaia)

Mons Acutus			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
CBF 57	11.1138	in villa Valadares, subtus mons Acutus, prope mare, territorio Sancte Marie	Valadares (Vila Nova de Gaia)

Montem Felanoso (Monte Fioso — Crestuma)			
Fonte	Data	Citação	Localidades conexas da atual diocese do Porto
LP 81 (DC 25)	12.06.922	montem Felanoso	
Interpolado ou falso?			

FONTES
E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Fontes arquivísticas/Documentos não publicados

Archivo Capitular de Toledo

ACT. v.11. b.1.4.

Arquivo Distrital de Braga

ADB. *Gaveta das propriedades particulares.*

ADB. *Gaveta de prazos particulares.*

ADB. *Index VI — Gavetas das propriedades do cabido.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

TT. *Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, Documentos Vários*, maço 1 (PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0001); maço 2 (PT/TT/MAMP-MSCRT/001/0002).

TT. *Mosteiro de São João Baptista de Pendorada, Documentos Vários*, maço 6 (PT/TT/MSJBP/004/0006); maço 7 (PT/TT/MSJBP/004/0007); maço 8 (PT/TT/MSJBP/004/0008); maço 14 (PT/TT/MSJBP/004/0014).

TT. *Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho*, maço 1 (PT/TT/MSMV/A/M01).

TT. *Mosteiro de S. Pedro de Cete*, maço 1 (PT/TT/MSPC/1).

TT. *Mosteiro de S. Pedro de Pedroso, Documentos Vários 1710*, maço 2 (PT/TT/MSPP/012/0002); maço 3 (PT/TT/MSPP/012/0003); maço 4 (PT/TT/MSPP/012/0004).

TT. *Mosteiro do Salvador de Vairão, Documentos Vários*, maço 1 (PT/TT/MSV/003/0001); maço 2 (PT/TT/MSV/003/0002).

Fontes publicadas

ÁLVAREZ RUBIANO, Pablo, ed. (1943). *La Crónica de Juan Biclarense. Versión castellana y notas para su studio.* «Analecta Sacra Tarraconensia». 16:1, 7-44 (texto: 22-42).

AMARAL, Luís Carlos; MEIRINHOS, José (2016). *Chartularia: livro de Mumadona: cartulário do Mosteiro de Guimarães: edição crítica.* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. (Portugaliae Monumenta Historica. Nova série; 7).

AZEVEDO, Rui Pinto de (1940). *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares, Vol. III, A.D. 1101-1115.* Lisboa: Academia Portuguesa da História.

AZEVEDO, Rui Pinto de (1958-1962). *Documentos medievais portugueses, Documentos régios, vol. I: Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185 (T.1 e T.2).* Lisboa: Academia Portuguesa de História.

AZEVEDO, Rui Pinto de; COSTA, Avelino de Jesus da (1980). *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares, Vol. IV, A.D. 1116-1123.* Lisboa: Academia Portuguesa de História.

AZEVEDO, Rui Pinto de; COSTA, Avelino de Jesus da; M. RODRIGUES PEREIRA, Marcelino Rodriguez (1979). *Documentos de D. Sancho I: 1174-1211.* Coimbra: Universidade de Coimbra.

BLÖCKER-WALTER, Monica (1966). *Annales Domni Alfonsi Portugallensium regis.* In BLÖCKER-WALTER, Monica, hg. *Alfons I von Portugal: Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der portugiesischen Unabhängigkeit.* Zurich: Fretz und Wasmuth Verlag, pp. 161-166.

BRITO, Bernardo de (1609). *Segunda parte, da Monarchia Lusytana: em que se continuão as historias de Portugal desde o nascimento de Nosso Salvador Jesu Christo, ate ser dado em dote ao Conde Dom Henrique &c.* Lisboa: no Mosteiro de São Bernardo por Pedro Crasbeeck.

CENSUAL DO CABIDO DA SÉ DO PORTO: *códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto.* Porto: Imprensa Portuguesa, 1924.

- CHRONICA AD SEBASTIANUM. In GIL, Fernández *et al.* *Crónicas asturianas*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1985, pp. 114-149.
- CHRONICA ALBELDENSIA. In GIL, Fernández *et al.* *Crónicas asturianas*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1985, pp. 223-260.
- CHRONICA NAIERENSIS. In ESTÉVEZ SOLA, Juan Antonio, *ed.* *Corpus Christianorum Continuatio Mediaevalis*, 71 (*Chronica Hispana saeculi XII, Pars II*). Turnhout: Brepols, 1995.
- CHRONICA ROTENSIS. In GIL Fernández *et al.* *Crónicas asturianas*. Oviedo: Servicio de Publicaciones, Universidad de Oviedo, Departamento de Historia Medieval 1985, pp. 151-188.
- CHRONICON COMPLUTENSE *sive Alcobacense*. In HERCULANO, Alexandre, *cur.* *Portugaliae monumenta historica* (PMH), *Scriptores*, 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856, pp. 17-19.
- CHRONICON CONIMBRICENSE, *Pars. I*. In HERCULANO, Alexandre, *cur.* *Portugaliae monumenta historica* (PMH), *Scriptores*, 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856, pp. 1-5.
- CHRONICA GOTHORUM. In HERCULANO, Alexandre, *cur.* *Portugaliae monumenta historica* (PMH), *Scriptores*, 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856, pp. 5-17.
- CHRONICON LAMECENSE. In HERCULANO, Alexandre, *cur.* *Portugaliae monumenta historica* (PMH), *Scriptores*, 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856, pp. 19-20.
- CHRONICON LAURBANENSE. In HERCULANO, Alexandre, *cur.* *Portugaliae monumenta historica* (PMH), *Scriptores*, 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856, p. 20.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1988). *O Mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca/Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda.
- COLLECTIO CANONUM *Ecclesiae Hispaniae ex probatissimis ac pervetustis codicibus*. Matriti: ex Typographia Regia, 1808.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959). *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento. 2 vols.
- COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1989). *Bulário português. Inocência III (1198-1216)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.
- COTARELO VALLEDOR, Armando (1933). *Historia crítica y documentada de la vida y acciones de Alfonso III el Magno, último rey de Asturias*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez.
- CUNHA, Rodrigo da (1623). *Catálogo e História dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodrigues impressor de Sua Senhoria.
- DIPLOMATA ET CHARTAE. In HERCULANO, Alexandre, *cur.* *Portugaliae monumenta historica* (PMH), *Diplomata et Chartae*. Olisipone: Typis Academicis, 1867-1873. 4 vols.
- DURAND, Robert, *ed.* (1971). *Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó: (XI-XIII siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. (Fontes Documentais Portuguesas; 2).
- ERDMANN, Carl (1927). *Papstkunden in Portugal*. Berlin: Weidmannsche buchhandlung. (Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen. Phil-Hist. Kl. Neue Folge; 20).
- FALQUE, Emma Rey (1983). *Chronicon Compostellanum*. «Habis». 14, 73-83.
- FALQUE, Emma Rey, *ed.* (1988). *Historia Compostellana sive de rebus gestibus Didacus Gelmirus*. Turnhout: Brepols. (Corpus Christianorum Continuatio Mediaevalis; 70).
- FALQUE, Emma Rey, *ed.* (2003). *Lucae Tudensis Chronicon Mundi*. Turnhout: Brepols. (Corpus Christianorum Continuatio Mediaevalis; 74).
- FERNANDES, Armando de Almeida, *ed.* (1991-1992). *Taroucae Monumenta Historica: Livro das doações de Tarouca*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca. 2 vols.
- FERNÁNDEZ, Juan Jil; MORALEJO, José Luis; RUIZ DE LA PEÑA, Juan Ignacio, *eds.* (1985). *Crónicas asturianas: Crónica de Alfonso III (Rotense y «A Sebastián»): Crónica albeldense (y «profética»)*. Oviedo: Universidad de Oviedo. (Publicaciones del Departamento de Historia Medieval; 11).

- FORAL DADO AO PORTO por D. Hugo; e doações que lhe fez a S^{ra} D. Tereza e seu filho o S^r. D. Afonso Henriques: e tambem a Carta de Couto da Igreja de Cedofeita, e Confirmações posteriores da mesma. Tudo ordenado, traduzido, annotado, e offerecido aos habitantes do Porto. Porto: Na Typografia de Viuva Alvarez Ribeiro e Filhos, 1822.
- GALVÃO, Duarte (1906). *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques*. Lisboa: [s.n.]. (Bibliotheca de classicos portu-guezes; 51).
- GIL FERNANDEZ, Juan, ed. (1985). *Cronicas asturianas*. Oviedo: Universidad de Oviedo.
- GOMES, António de Jesus, pref. (1978). *Matosinhos em textos medievais até D. Afonso III*. Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos.
- INQUISITIONES. In HERCULANO, Alexandre, cur. *Portugaliae monumenta historica* (PMH), *Inquisitiones*. Olisipone: Typis Academicis, 1888-1977. 9 vols.
- ISIDORUS HISPALENSIS. *Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum*. In MIGNE, Jacques Paul, cur. *Patrologia Latina*. Paris: excudebatur et venit apud J. P. Migne editorem 1862, vol. 83, pp. 1058-1082. Disponível em <https://la.wikisource.org/wiki/Historia_de_regibus_Gothorum,_Vandalorum_et_Suevorum> [Consult. 5 dez. 2023].
- JAFFÈ, Philippus; WATTENBACH, Gulielmus, eds. (1885-1888). *Regesta pontificum romanorum ab condita Ecclesia ad annum post Chr. Natum 1198*. Lipsiae: Veit et Comp. 2 vols.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1600). *Primeira parte das Chronicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck.
- LEGES ET CONSUETUDINES. In HERCULANO, Alexandre, cur. *Portugaliae monumenta historica* (PMH), *Leges et Consuetudines*. Olisipone: Typis Academicis, 1856-1868. 2 vols.
- LIBER FIDEI SANCTAE Bracarensis Ecclesiae. Edición crítica por el Padre Avelino de Jesus da Costa. Reedición mejorada y ampliada por José Marques, Maria Teresa Nobre Veloso e Joaquim Tomás Silva Pereira. Braga: Arquidiocese de Braga, 2017. 2 vols.
- LINDLEY CINTRA, Luís Filipe, ed. (1951). *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 4 vols. (Fontes narrativas da história portuguesa; 2).
- LIRA, Sérgio (2001-2002). *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde. 2 vols.
- LOMAX, Derek., ed. (1976). *Una crónica inédita de Silos*. In *Homenaje a Fray Justo Pérez de Úrbel, OSB. Silos: Abadia de Silos*, vol. 1, pp. 323-337. (Studia Silensia; 3).
- LOPES, Filipa da Silva (2012). *O Domínio Fundiário do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa (séculos XI-XII)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- LOPES, Filipa da Silva; SILVA, Maria João Oliveira e, eds. (2015). *Diplomata et chartae: chartularia: livro dos testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa: edição crítica*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo, ed. (2009). *Crónica mozárabe del 754 (Continuatio Isidoriana Hispana)*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro/Caja España de Inversiones/Archivo Histórico Diocesano.
- MARTÍN, José Carlos, ed. (2006). *Los Chronica Byzantia-Arabica. «e-Spania»*. (1 jun. 2006). [Consult. 28 jun. 2024]. Disponível em <<https://journals.openedition.org/e-spania/329>>.
- MATTOSO, José, ed. (1980). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, vol. II/1. (*Portugaliae monumenta historica*-PMH. Nova série).
- MAYA, Antonio Sánchez (1990). *Chronica Adefonsi Imperatoris*. In FALQUE REY, Emma; GIL, Juan; SÁNCHEZ MAYA, Antonio, eds. *Corpus Christianorum, Continuatio Medievals*, 71 (*Chronica hispana saeculi XI Pars I*). Turnhout: Brepols, 1990.
- MEIRELES, frei António da Assunção (1942). *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

- MONTEIRO, Maria Teresa; SOUSA, Rigaud de, eds. (1972). *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, Braga. (Separata de «Bracara Augusta». 24/57-58/69-70, jan.-dez. 1970, 138-283).
- PÉREZ DE URBEL, Justo; GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, Atiliano, eds. (1959). *Historia Silense*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Medievales.
- PIEL, Joseph; MATTOSO José, eds. (1980). *Livros Velhos de Linhagens*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. (*Portugaliae monumenta historica*-PMH. Nova série; 1).
- REUTER, Abiah Elisabeth (1938). *Chancelarias medievais portuguesas*. Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, João Pedro, ed. (1810-1836). *Dissertações chronologicas e críticas sobre a história e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias. 5 vols.
- RODRIGUES, Manuel Augusto; COSTA, Avelino de Jesus da, eds. (1999). *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- SÁNCHEZ ALONSO, Benito (1924). *Chronica Pelagiana — Crónica del Obispo don Pelayo*. Madrid: Sucesores de Hernando.
- S. *RUDENSINDI Vita et Miracula*. In HERCULANO, Alexandre, cur. *Portugaliae monumenta historica* (PMH), *Scriptores*, 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856, pp. 32-46.
- SERRANO, Luciano (1935). *El obispado de Burgos y Castilla Primitiva, desde el siglo V al XIII* (T. 3). Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan.
- SILVA, Filomeno Amaro Soares da, ed. (2001). *Cartulário de D. Maior Martins: século XIII*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense.
- SIMONET, Francisco Javier; ZUGASTI, Juan Antonio, eds. (1891). *El Concilio III de Toledo: base de nacionalidad y civilización española*, Madrid: Imprenta de Fortanet.
- TRANOY, Alain, ed. (1974). *Hidácio de Chaves, Crónica*. Paris: Cerf. 2 vols. (Sources Chrétiennes; 218).
- UBIETO ARTETA, Antonio, ed. (1987). *Crónicas Anónimas de Sahagún*. Zaragoza: Anubar Ediciones.
- VALVERDE, Juan Fernández (1987). *Roderici Ximenii de Rada Historia de rebus hispaniae sive historia gotica*. Turnhout: Brepols. (Corpus Christianorum Continuatio Mediaevalis; 72).
- VIMARANIS MONUMENTA HISTORICA: a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum. Vimarane: Vimaranensis Senatus, 1908-1929. 2 vols.
- WOLF, Kenneth Baxter (2008). *Chronica prophetica (english translation)*. In *Medieval Texts in Translation*, 2008. [Consult. 20 out. 2023]. Disponível em <https://sites.google.com/site/canilup/chronica_prophetica>.

BIBLIOGRAFIA

Estudos e obras de carácter geral

- Aguiar*. [Consult. 5 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=51095>>.
- AGUIAR, J. de (1927). *Penha-Fidelis*. «Penha-Fidelis» 1, 3-6.
- AGUIRRE, Victor Emanuel (2013). *The Viking expeditions to Spain during the 9th century*. Odense: Centre for Medieval Studies University of Southern Denmark. (Mindre Skrifter; 30).
- «Al Madan». 2 (6 out. de 2000).
- ALARCÃO, Jorge de (2000). *Sobre os cantões proto-históricos do noroeste de Portugal*. «Santo Tirso Arqueológico». Série II. 2:3, 45-50.
- ALARCÃO, Jorge de (2015). *Os límites de las diócesis de Bracara e de Portucale*. «Portvgalia». Nova Série. 36, 35-48.
- ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário Jorge, eds. (2012). *Dicionário de arqueologia portuguesa*, Porto: Figueirinhas.

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968). *Vias medievais Entre Douro e Minho*. Porto: Universidade do Porto. Dissertação de licenciatura.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978). *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220*. Porto: Universidade do Porto.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1980). *Os castelos de Aguiar de Sousa e de Vandoma — Baltar*. «O concelho de Paredes: boletim municipal». 3, 1-3.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1989). *Castelos e Cercas Medievais. Séculos X a XIII*. In MOREIRA, Rafael, dir. *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 38-54.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1992). *Castelos Medievais do Noroeste de Portugal*. In ACUNÁ CASTRO-VIEJO, Fernando, ed. *Finis Terrae. Estudos em lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 371-385.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001). *História da Arte em Portugal — O Românico*. Lisboa: Editorial Presença.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; LOPES, Francisco Gaspar Almeida (1981-1982). *Eja (Entre-Douro-e-Minho) — A Civitas e a Igreja de S. Miguel*. «Portvgália». Nova Série. 2:3, 131-140.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SANTOS, Eugénio dos (1971). *O Castro de Fiães*. «Revista da Faculdade de Letras, Série de História». 2, 147-168.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SANTOS, Eugénio dos (1972). *O Castro de Fiães (II)*. «Revista da Faculdade de Letras, Série de História». 3, 207-214.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SANTOS, Joaquim Neves dos (1975). *Cerâmica Romana, Tardia, de Guifões*. «Archaeologica Opuscula». 1, 49-56.
- ALMEIDA, Fortunato de (1967). *História da Igreja em Portugal. Nova Edição preparada e dirigida por Damião Peres*. Porto: Portucalense Editora, vol. 1.
- ALMEIDA, João de (1945-1947). *Roteiro dos monumentos militares portugueses*. Lisboa: João de Almeida. 3 vols.
- ALMEIDA, Paula Cardoso (2010). *O poder dos bispos: de D. Hugo a D. Vicente Mendes*. Matosinhos: Quidnovi. (História do Porto, 2).
- ALMEIDA, Pedro Brochado de; FERNANDES, Francisco (2007). *A escavação arqueológica no Povoado das Cima-lhas — Felgueiras*. «Oppidum». 2, 115-123.
- ALTAMIRA, Rafael (1999a). *La Spagna sotto i Visigoti*. In *Storia del Mondo Medievale*. Milano: Garzanti, vol. 1, pp. 743-779.
- ALTAMIRA, Rafael (1999b). *La Spagna (1031-1248)*. In *Storia del Mondo Medievale*. Milano: Garzanti, vol. 5, pp. 865-896.
- Alto da Caldeira*. [Consult. 10 out. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=47671>>.
- AMARAL, Antonio Caetano do (1806). *Memória para a História da Legislação, e Costumes de Portugal. Sobre o estado do Terreno, que hoje ocupa Portugal, desde a invasão dos Árabes até à Fundação da Monarquia Portuguesa*. In *Memorias de Litteratura Portugueza*. Lisboa: na officina da Academia Real das Sciencias, vol. 7, pp. 60-236.
- AMARAL, Luís Carlos (1994). *São Salvador de Grijó na segunda metade do seculo XIV: estudo de gestão agrária*. Lisboa: Cosmos.
- AMARAL, Luís Carlos (2007). *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- AMARAL, Luís Carlos, coord. (2017). *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do cabido Portucalense*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- AMARAL, Luís Carlos (2017). *A restauração da diocese do Porto e a chegada do bispo d. Hugo*. In AMARAL, Luís Carlos, coord. *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do cabido Portucalense*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, pp. 25-45.

- AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge (2012). *A condessa-rainha Teresa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- AMARAL, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo (1998). *Elementos para a Carta Arqueológica de Penafiel*. In *Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Actas I*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, pp. 51-78. (Cadernos do Museu, 2).
- ANDRADE CERNADAS, José Miguel (1997). *Fuentes documentales para el estudio del Rey García de Galicia «Minius»*. 6, 41-50.
- ANDRADE CERNADAS, José Miguel (1998). *El rey García de Galicia en las fuentes historiográficas medievales*. In PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio, coord. *Actas del II Congreso Hispanico de latin Medieval, León 11-14 de noviembre 1997*. León: Universidad de León, vol. 1, pp. 211-216.
- ARAÚJO, Ilidio Alves de (2002). *A antiga Diocese de Meinedo*. In *Tempos e Lugares de Memória. Actas do 1.º Congresso sobre a Diocese do Porto (5-8 Dezembro 1998)*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão Universidade Católica — Centro Regional do Porto / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 2, pp. 95-119.
- AREZES, Andreia; VARELA, José Manuel (2017). *Castro de Guifões (Matosinhos) — das primeiras notícias aos resultados preliminares de um Projecto de Investigação*, In *Arqueologia em Portugal / 2017 — Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 125-136.
- AZEVEDO, Carlos Moreira, coord. (2000). *História Religiosa de Portugal, Formação e limites da cristandade*, Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 1.
- AZEVEDO, Carlos Moreira, ed. (2000-2001). *Dicionário de história religiosa de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- AZEVEDO, Pedro A. de (1897). *O território do antigo Castro de Ovilé*. «O Arqueólogo Português». Primeira série. 3, 137-142.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (1974). *A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-1016 (Dois testemunhos inéditos das depredações a que então esteve sujeito o Território Português entre Douro e Ave)*. «Revista Portuguesa de História». 14, 73-93.
- BARBOSA, Pedro Gomes (2005). *Guerra de presúria, fossado e algara. A fronteira na Reconquista portuguesa (Da segunda metade do século IX a inícios do XII)*. In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina, coords. *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela-Porto: Câmara Municipal de Palmela/Universidade do Porto, pp. 91-102.
- BARROCA, Mário Jorge (1984). *Notas sobre a ocupação Medieval em Baião*. «Arqueologia». 10, 116-136.
- BARROCA, Mário Jorge (1987). *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BARROCA, Mário Jorge (1988). *A ocupação medieval em Castelo de Matos: primeira abordagem*. «Arqueologia». 17, 159-171.
- BARROCA, Mário Jorge (1989). *Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares*. «Revista de História». 9, 9-62.
- BARROCA, Mário Jorge (1990-1991). *Do castelo da reconquista ao castelo românico. (Séc. IX ao XII)*. «Portvgalia». Nova série. 11:12, 89-136.
- BARROCA, Mário Jorge (1996-1997). *A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa*. «Portvgalia». Nova série. 17:18, 171-209.
- BARROCA, Mário Jorge (1998). *Torres, casas-torres ou casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séc. XII-XV)*. «Revista de história das ideias». 19, 39-104.
- BARROCA, Mário Jorge (2000a). *Contributo para uma bibliografia dos estudos de Castologia Medieval portuguesa: (1978-1999)*. In JORGE, Vítor Oliveira, coord. *Congresso de Arqueologia Peninsular, 3, Vila Real, 1999. Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica vol. 7*. Porto: ADECAP, pp. 79-88.

- BARROCA, Mário Jorge (2000b). *A Ordem do Hospital e a arquitectura militar em Portugal: (sécs. XII a XIV)*. In JORGE, Vítor Oliveira, coord. *Congresso de Arqueologia Peninsular*, 3, Vila Real, 1999. *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica* vol. 7. Porto: ADECAP, pp. 187-209.
- BARROCA, Mário Jorge (2000c). *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 4 vols.
- BARROCA, Mário Jorge (2001). *The castles of the Templars in Portugal and the organisation of the defence of the kingdom during the 12th century*. «Histria Antiqua: journal of the Internacional Research Centre for Archaeology». 7, 159-166.
- BARROCA, Mário Jorge (2002). *Os castelos das ordens militares em Portugal (sécs. XII a XIV)*. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, coord. *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): actas. Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 535-548.
- BARROCA, Mário Jorge (2003a). *Uma paisagem com castelos*. In JORGE, Vítor Oliveira, coord. *Arquitectando espaços: da natureza à metápolis: 7.ª mesa-redonda de Primavera*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 173-182.
- BARROCA, Mário Jorge (2003b). *Da reconquista a D. Dinis*. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir.; MATTOSO, José, coord. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 1, pp. 21-162.
- BARROCA, Mário Jorge (2004). *Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (sécs. IX a XI)*. «Portvgalia». Nova série. 25, 181-203.
- BARROCA, Mário Jorge (2008-2009). *De Miranda do Douro ao Sabugal: arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira*. «Portvgalia». Nova série. 29:30, 193-252.
- BARROCA, Mário Jorge (2016). *Muçulmanos e Cristãos no Douro Português (sécs. VIII-XI)*, in *Vindos de longe: estrangeiros no Douro: atas das 4.ªs conferências do Museu de Lamego/CITCEM 2016*. Lamego: Museu de Lamego, pp. 33-48.
- BARROCA, Mário Jorge (2017a). *Prope litore maris: o sistema defensivo da orla litoral da diocese do Porto (sécs. IX a XII)*, in AMARAL, Luís Carlos, ed. *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do cabido Portucalense*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, pp. 197-243.
- BARROCA, Mário Jorge (2017b). *A arquitetura militar portuguesa no tempo de D. Afonso Henriques*. In BARROCA, Mário Jorge, coord. *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 125-158.
- BARROCA, Mário Jorge, coord. (2017c). *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- BARROCA, Mário Jorge, ed. (2017d). *Inscriptiones: corpus epigraphicum portugalensium: pars prima: IX-XII saecula*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Christina Fernandes, eds. (2005). *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro: (sécs. VIII a XIII), actas dos Seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de fevereiro de 2003, Porto, 4 e 5 de abril de 2003*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BARROCA, Mário Jorge; LOURENÇO, Paulo (2013). *O Castelo de Guimarães*. Braga: Universidade do Minho.
- BARROCA, Mário Jorge; MORAIS, António Cardoso (1985-1986). *A terra e o castelo: uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena*. «Portvgalia». Nova série. 6:7, 35-88.
- BARROCA, Mário Jorge; SILVA, Armando Coelho Ferreira da, coords. (2018). *Mil anos da incursão normanda ao Castelo de Vermoim*. Porto: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória.
- BARROS, Henrique da Gama (1954). *História da administração pública em Portugal séculos XII a XV*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, vol. 11.
- BEÇA, Humberto (1925). *Castelos de Portugal. Os castelos de Entre-Douro e Minho*. Famalicão: Tipografia «Minerva».

- BISHKO, Charles Julian (1984). *Count Henrique of Portugal, Cluny, and antecedents of the Pacto Sucessório*. In BISHKO, Charles Julian, *Spanish and Portuguese Monastic History 600-1300*. London: Variorum Reprints, pp. 155-190.
- BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel (1999). *Antroponímia medieval galega (ss. VIII-XII)*. Tübingen: Max Niemeyer.
- BRADBURY, Jim (2004). *The Routledge Companion to Medieval Warfare*, London/New York: Routledge.
- BRANCO, Maria João (1993). *Portugal no reino de León. Etapas de uma relação (866- 1179)*. In FERNÁNDEZ CATÓN, José María, dir. *El reino de León en la alta Edad Media*. León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»-Caja España de Inversiones-Vaja de Ahorros y Monte de Piedad-Archivo Historico y Diocesano, vol. 4, pp. 533-625.
- BRANCO, Maria João Violante (2006). *D. Sancho I*. Mem Martins: Círculo de Leitores.
- BRANCO, Maria João Violante (2015). *Antes da Independência de Portugal*. In MATOS, Artur Teodoro de; COSTA, João Paulo Oliveira e; CARNEIRO, Roberto, coords. *História de Portugal e Espanha: Amores e Desamores*. Lisboa: Círculo de Leitores/Centro Português de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP), vol. 1, pp. 11-102.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1973). *O «Alcato» ou «Monte do Castelo», Penha Longa (Marco de Canaveses)*. «Trabalhos Antropologia Etnologia». 22, 289-294.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha (1991). *Arouca. Notas monográficas 1*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.
- BURATTI MAZZOTTA, Adele (2008). *La cartografia storica strumento per la rappresentazione di un territorio*. In BURATTI MAZZOTTA, Adele, a cura di. *Storia della Brianza, III, Architettura e Territorio*. Oggiono: Cattaneo Editore, pp. 1-87.
- CAGNANA, Aurora (1997). *La transizione al Medioevo attraverso la storia delle tecniche murarie: dall'analisi di un territorio a un problema sovragionale*. In GELICHI, Sauro, a cura di. *I Congresso Nazionale di Archeologia Medievale (Pisa 29-31 maggio 1997)*. Sesto Fiorentino: All'insegna del giglio, pp. 445-448.
- CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério (2009). *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: J.V.C.
- CARANDINI, Andrea (2000). *Storie dalla terra. Manuale di scavo archeologico*. Torino: Einaudi.
- CARDOSO, António Augusto Aguiar (1935). *O castelo da Feira*. Porto: Oficinas Gráficas de «O Comércio do Porto».
- CARMINATI, Fabio; MARIANI, Andrea (2017). *Le case tributarie nelle leggi e nei documenti longobardi*. «Quellen und Forschungen aus italienischen Archiven und Bibliotheken». 97, 99-134.
- CARMINATI, Fabio; MARIANI, Andrea (2020). *L'attraversamento delle Alpi Retiche in età tardo antica. La Tabula Peutingeriana e le Vie Militares*. «Histoire des Alpes — Storia delle Alpi — Geschichte der Alpen» 25, 119-138.
- CARMO, Tiago João Alves (2016). *Os castelos no Baio-Ferrado (séc. X-XII): contributo para o estudo dos sistemas defensivos na orla litoral a Sul do Douro*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (1993-1994). *Nacimiento, matrimonio y muerte de Alfonso III el Magno*. «Asturiensia medievalia». 7, 129-145.
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (1998-1999). *Los episcopologios portugueses en los siglos IX y X a través de los obispos de Oporto Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI*. «Bracara Augusta». XLVIII, 101-102, 311-401.
- CARVALHO, Teresa Pires de (2003). *As ocupações no Castelo de Gaia — problemas de arqueologia urbana*. «Revista da Faculdade de Letras — Ciências e Técnicas do Património». 2, 823-841.
- CARVALHO, Teresa Pires de; FORTUNA, Jorge (2000). *Muralha romana descoberta no Castelo de Gaia*. «Al-Madan». 9, 158-162.

- CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge (1996). *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Casa do Paço / Paço de Pombeiro*. [Consult. 3 jan. 2024]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=4861>.
- Castelo da Feira*. «Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais». 37-38 (1944).
- Castelo de Aguiar de Sousa* [Consult. 3 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2748385>>.
- Castelo de Matos* [Consult. 6 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=58946>>.
- Castelo de Santa Cruz/Castro do Alto do Louredo/Castelo Novo* [Consult. 3 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=163797>>.
- Castelos medievais de Portugal. II Congresso do Centro Europeu para o Estudo dos Castelos, Zurich*. «Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais». Edição Especial, 1949.
- CASTRO, Anabela (2011). *Castro de Penegotas: uma leitura a partir de alguns dados de superfície*. «Oppidum». 6:5, 41-59.
- Castro da Madalena*. [Consult. 20 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=49381>>.
- Castro da Senhora da Saúde/Monte Murado*. [Consult. 19 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=47895>>.
- Castro de Fiães*. [Consult. 19 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=58293>>.
- Castro de Ovil*. [Consult. 19 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=56492>>.
- Castro de Romariz*. [Consult. 28 nov. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=47531>>.
- Castro do Monte do Muro de Vandoma*. [Consult. 3 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=52208>>.
- CENTENO, Rui (2011). *O Castro de Romariz: Aveiro, Sta Maria da Feira*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- Cimalha*. [Consult. 4 jan. 2024]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=174337>>
- CLETO, Joel Alves Cerqueira (1993). *Castro de Guifões: A primeira cidade de Matosinhos*. «Matosinhos — Revista Municipal». 4, 38-44.
- CLETO, Joel; VARELA, José Manuel (1999). *O Castro de Guifões (Matosinhos): Dos estudos de Martins Sarmento as investigações da actualidade*. «Revista de Guimarães». Volume especial:2, 467-479.
- COBOS GUERRA, Fernando; CASTRO FERNÁNDEZ, José Javier de (1998). *Castillos y fortalezas: Castilla y León*, Madrid: Edilesa.
- COBOS GUERRA, Fernando; RETUERCE VELASCO, Manuel (2011). *Metodología, valoración y criterios de intervención en la arquitectura fortificada de Castilla y León: catálogo de las provincias de León, Salamanca, Valladolid y Zamora*. Valladolid: Junta de Castilla y León.
- COCCIA, Stefano (1997). *Motta*. In *Enciclopedia dell'arte Medievale*. [Consult. 29 nov. 2023]. Disponível em <http://www.treccani.it/enciclopedia/motta_%28Enciclopedia-dell%27-Arte-Medievale%29/>>.
- COELHO, António Borges (1989). *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editorial Caminho.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2017). *O Foral do Porto, concedido pelo bispo D. Hugo, no contexto da política foraleira do período condal*. In AMARAL, Luis Carlos, coord. *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do cabido Portucalense*. Porto: Cabido Portucalense/Universidade Católica Portuguesa. (Estudos de história religiosa; 20), pp. 327-339.

- COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *coords.* (1996). *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do Condado Portucalense a crise do século XIV*. Nova História de Portugal, vol. III, Lisboa: Editorial Presença.
- CORREIA, Francisco Carvalho (2007). *O Mosteiro de Santo Tirso na idade média: a silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenar*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Tese de doutoramento.
- CONCEIÇÃO, Rúben Filipe Teixeira da (2000). *A rede viária do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, nos meados do século XIII*. Porto: Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- CONTAMINE, Philippe (2017). *La guerra nel medioevo*. Bologna: Il Mulino.
- COSTA, António Carvalho da (1868-1869). *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Reyno de Portugal*. Braga: Typografia de Domingo Gonçalves Gouvra. 3 vols.
- COSTA, Lídia do Vale; SILVA, Maria Antónia (2012). *Torre do Castelo de Aguiar de Sousa. Entre a matéria e o mito. Sobreposições do tempo*, Lousada: CERT.
- COSTA, Paulo Pinto; ROSAS, Lúcia (2001). *Leça do Balio no tempo dos cavaleiros do hospital*. Lisboa: Edições Inapa.
- Crasto/Castelo de Fornos*. [Consult. 7 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=183062>>.
- CUEVA, Fray Benito de la (2007). *Celanova Ilustrada y Anales de San Rosendo*. Ourense: Duen de Bux.
- CUNHA, Maria Cristina (2013). *Coimbra and Porto: Episcopacy and National Identity in Diocesan Border Quarrels*. In HERBERS, Klaus; LÓPEZ ALSINA, Fernando; ENGEL, Frank, *hrsgg. Das begrenzte Papsttum Spielräume päpstlichen Handelns. Legaten-delegierte Richter-Grenzen*. Berlin: De Gruyter, pp. 133-145. (Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften zu Göttingen. Neue Folge; 25).
- CUNHA, Maria Cristina (2017). *Os limites da diocese do Porto com as sua vizinhas de Braga e Coimbra: problemas e soluções*. In AMARAL, Luis Carlos, *coord. Um poder entre poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do cabido Portucalense*. Porto: Cabido Portucalense/Universidade Católica Portuguesa. (Estudos de história religiosa; 20), pp. 145-159.
- DAVID, Pierre (1947). *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisbonne-Paris: Livraria Portuguesa — Les Belles-Lettres. (Collection Portugaise publiée sous le patronage de l'Institut Français au Portugal; 7).
- DAVID, Pierre (1948). *Le pacte successoral entre Raymond de Galice et Henri de Portugal*. «Bulletin Hispanique». 50, 3:4, 275-290.
- DE MAN, Adriaan; TAVARES, João Tiago (2019). *Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ)*. «Scientia Antiquitatis». 1, 295-319.
- DEL TREDICI, Federico; ROSSETTI, Edoardo, *coord.* (2012). *Percorsi castellani da Milano a Bellinzona: guida ai Castelli del ducato*. Milano: Nexo.
- DELBRÜCK, Hans (1982). *Medieval Warfare*. Westport: Greenwood Press. (History of the art of war; 3)
- DELINDRO, Liliana dos Santos (2012). *Condicionantes do Ambiente Físico no Povoamento Proto-Histórico no Vale do Douro Inferior: Entre a Foz e Entre-os-Rios*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- DESWARTE, Thomas (2010). *Une Chrétienté romaine sans pape: l'Espagne et Rome (586-1085)*. Paris: Classique Garnier. (Bibliothèque d'histoire médiévale; 1)
- DIAS, Lino (2009). *Tongobriga e o seu territorium*. In ALVES, Jorge, *ed. Marco de Canaveses: perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal do Marco de Canaveses, vol. 3, pp. 37-79.
- DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo de la Cruz (2011). *El reino suevo (411-585)*, Madrid: Akal.
- DINIS, António Pereira (1993). *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

- DINIS, Manuel Vieira (1985). *Ermidas e capelas de Paços de Ferreira*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- Documentos Vários Maço 2*. [Consult. 31 out. 2023]. Disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4380612>>.
- EL CASTILLO MEDIEVAL ESPAÑOL: *la fortificación española y sus relaciones con la europea*. Madrid: Fundación Ramón Areces, 1998.
- ERDMANN, Carl (1935). *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra.
- Escavação (2012)* [Consult. 3 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=3224856>>.
- Escavação (2013)* [Consult. 12 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=3235185>>.
- Escavação (2014)* [Consult. 3 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=3329131>>.
- ESTEFÂNIO, Abel (2011). *O pacto sucessório revisitado: o texto e o contexto*. «Medievalista». 10, 1-60.
- ESTEFÂNIO, Abel (2014). *Proposta de aclaração do «pacto sucessório» à luz de novos dados*. «Medievalista». 16, 1-33.
- ESTEPA DÍEZ, Carlos (1978). *La vida urbana en el norte de la Península Ibérica en los siglos VIII y IX: el significado de los términos «ciuitates» y «castra»*. «Hispania: Revista española de historia». 38:139, 257-274.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1965). *Arouca na idade media pré-nacional*. «Arquivo do Distrito de Aveiro». Separata, vols. 30-31.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1970). *Portugal no Período Vimaranesense (868-1128)*. «Revista de Guimarães». 80:3-4, 319-360.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1971a). *Portugal no Período Vimaranesense (868-1128)*. «Revista de Guimarães». 81:1-2, 51-98.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1971b). *Portugal no Período Vimaranesense (868-1128)*. «Revista de Guimarães». 81:3-4, 217-354.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1972a). *Portugal no Período Vimaranesense (868-1128)*. «Revista de Guimarães». 82:1-2, 37-90.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1972b). *Portugal no Período Vimaranesense (868-1128)*. «Revista de Guimarães». 82:3-4, 171-220.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1978). *Guimarães, 24 de Junho de 1128*. «Revista de Guimarães». 88, 5-145.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1980). *A Nobreza na Época Vimaranesense-Portugalense*. «Revista de Guimarães». 90, 5-122.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1995). *Toponímia Arouquense*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1997). *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense/Câmara Municipal de Tarouca.
- FERNANDES, Armando de Almeida (2001). *Portugal Primitivo Medieval*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense.
- FERNANDES, Maurício Antonino (1989). *Felgueiras de ontem e de hoje*. Felgueiras: Câmara Municipal.
- FERNANDES, Paulo Manuel Quintas de Almeida (2017). *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal. Séculos VIII-X*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.
- FERNÁNDEZ CALO, Martín (2016). *Os Synodi suevo-católicos: implicacións político-administrativas dunha bipartición metropolitana*. «Cuadernos de Estudios Gallegos». 63:129, 125-162.

- FERREIRA, José Augusto (1923-1924). *Memorias archeologico-historicas da cidade do Porto (fastos episcopales e politicos)*. Sec. VI-sec., XX. Braga: Cruz & Comp.^a. 2 vols.
- FERREIRA, José Fernando Coelho (2014). *Foral manuelino da terra de Frazão. 500 anos da memória das freguesias, inquirições de 1258, honra de Frazão, e memórias paroquiais de 1758, de Arreigada, Frazão e Seroa*. Frazão Arreigada: Freguesia de Frazão Arreigada.
- FIGUEIRAL, Isabel; QUEIROGA, Francisco (1988). *Castelo de Matos 1982-1986*. «Arqueologia». 17, 137-150.
- FLETCHER, Richard A. (1984). *Saint James's Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*. Oxford: Clarendon Press.
- FLEURY, Claude (1768). *Storia ecclesiastica di monsignor Claudio Fleury abate di Loc-Dieu, priore d'Argenteuil e confessore di Luigi 14. tradotta dal francese dal signor conte Gasparo Gozzi*. Tomo quarto: dall'anno 412 sino all'anno 483. Napoli: a spese di Antonio Cervone, vol. 4.
- FONTES, Luís Fernando de Oliveira (1999). *O sítio fortificado tipo Mota de Eiró, Rio Douro (Cabeceiras de Basto): um querer de vontades diversas*. In BARROCA, Mário Jorge, coord. Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam. Porto: Universidade do Porto, vol. 1, pp. 325-329.
- FREITAS, Eduardo de (1985). *Felgerias rubeas: subsídios para a história do concelho de Felgueiras*. Felgueiras: [s. n.]. *Furnas do Chelo* [Consult. 20 out. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=58007>>.
- GALLINA, Dario (2014-2015). *L'analisi stratigrafica dell'architettura (archeologia dell'architettura)*. Materiali per il Corso di Laurea in Ingegneria Edile della Università di Bergamo.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1985). *Del Cantábrico al Duero*. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel et al., coord. *Organización social del espacio en la España medieval. La corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Barcelona: Ariel, pp. 43-83.
- GENTILINI, Giorgia (2015). *Lo studio del castello di San Michele ad Ossana: note di un approccio multidisciplinare finalizzato al restauro*. In DALLEMULE, Morena, a cura di. *Monumenti. Conoscenza, restauro, valorizzazione. 2009-2013*. Trento: Provincia autonoma di Trento, pp. 181-191.
- GLICK, Thomas F. (1979). *Islamic and Christian Spain in the Early Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press.
- GOUVEIA, Mário de (2013). *Nuno Mendes (?-1071): o último conde de Portucale*. «Revista Portuguesa de História». 44, 153-187.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA Portuguesa e Brasileira. Lisboa-Rio de Janeiro, 1936.
- GRASSOTTI, Hilda et al. (1996). *Historia de España. Dirigida por José María Jover Zamora. Fundada por Ramón Menéndez Pidal. X/II. Economías sociedades instituciones*. Madrid: Espasa Calpe, S.A.
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves (1993a). *Gaia e Vila Nova na Idade Média: arqueologia de uma área ribeirinha*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves (1993b). *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal. Núcleo Museológico de Arqueologia.
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves (1995). *Escavações arqueológicas na Igreja de Gaia*. In *IV REUNIÃO d'Arqueologia Cristiana Hispânica (Lisboa, 1992)*, Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, pp. 429-441.
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves; AFONSO, José António; PRATA, Raúl Solla (1983). *O Foral de Gaia de 1255: um texto e a sua época*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal. (Documentos sobre Vila Nova de Gaia; 1).
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves; GUIMARÃES, Susana Gonçalves (2001). *O Castelo de Crestuma, uma estação arqueológica quase desconhecida*. «Al-Madan». 2.^a Série. 10, 43-47.
- HALSALL, Guy (2007). *Barbarian Migrations and the Roman West 376-568*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HARRIS, Edward C. (1989). *Principles of archaeological stratigraphy*. London: Academic Press.

- HERCULANO, Alexandre (1980). *História de Portugal: desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*. Pref. e notas críticas de José Mattoso. Lisboa: Livraria Bertrand, vol. 1.
- HOOPER, Nicholas; BENNET, Matthew (1996). *The Cambridge Illustrated Atlas of Warfare. The Middle Ages, 768-1487*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ISAAC, Francisco Maria Botelho Barata (2014). *Sesnando Davides — Alvazil, Cônsul, Estratega e Moçárabe*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- ISAAC, Francisco Maria Botelho Barata (2017). *D. Sesnando: o líder mocárabe que preparou alicerces de Portugal*. [S. l.]: Eranos.
- JIMÉNEZ ESTEBAN, Jorge; REYES GÓMEZ, Fermín de los; CUÉLLAR LÁZARO, Juan (1995). *El castillo medieval español y su evolución*. Madrid: Aguilar.
- JEEP, John M., ed. (2001). *Medieval Germany. An Encyclopedia*. London-New York: Routledge.
- JORGE, Susana Oliveira (1981). *Sondagens arqueológicas na estação do Alto da Caldeira (Baião)*. «Arqueologia». 3, 67-76.
- JORGE, Vitor Oliveira (1986). *O Projecto do campo arqueológico da Serra da Abobreira (Norte de Portugal): resultados de oito anos de trabalho*. «Revista da Faculdade de Letras». 2.^a Série. 3, 239- 257.
- JÚNIOR, Manuel Rodrigues Simões (1967). *Concelho de Arouca*. «Aveiro e o seu Distrito». 4, 5-8.
- KAUFFMAN, J. E.; KAUFFMAN, H. W. (2004). *The Medieval Fortress*. Cambridge MA: Da Capo Press.
- KEEN, Maurice, ed. (1999). *Medieval Warfare. A history*. Oxford: Oxford University Press.
- LAY, Stephen (2008). *The Reconquest Kings of Portugal. Political and cultural Reorientation on the medieval Frontier*. New York: Palgrave Macmillan.
- LAUWERS, Michel (2013). *De l'incastellamento à l'inecclesiamento. Monachisme et logiques spatiales du féodalisme*. In IOGNA-PRAT, Dominique et al., dirs. *Cluny. Les moines et la société au premier âge féodal*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 315-338.
- LEPAGE, Jean-Denis (2002). *Castles and Fortified Cities of Medieval Europe. An Illustrated History*. Jefferson-London: McFarland & Company.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (1993). *Castelos medievais do curso terminal do Douro (séc. IX-XII)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado. 2 vols.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (1999). *O território Anegia e a organização administrativa e militar do curso terminal do Douro: séculos IX-XII*. In BARROCA, Mário Jorge, coord. *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*. Porto: Universidade do Porto, vol. 1, pp. 399-413.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (2004). *Arouca Medieval: Uma Abordagem Arqueológica*. In SILVA, António Manuel, coord. *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal, pp. 306-337.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (2008). *A importância estratégica do vale do Sousa na «Reconquista»: propostas para uma nova leitura das fontes documentais e dos dados arqueológicos*. «Oppidum». Número especial, 185-194.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (2013). *Fortificações e vias de comunicação no curso terminal do Douro (Séculos IX-XI)*. In FERNANDES, Isabel Cristina, coord. *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb-Séculos VI a XVI*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 183-198.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (2014). *A cerâmica medieval do Castelo de Paiva e seu enquadramento histórico*. In DE MAN, Adriaan; TENTE, Catarina; CORREIA, Virgílio Hipólito, coords. *Estudos de cerâmica medieval: o norte e centro de Portugal, séculos XI a XII*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, pp. 183-204.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (2017). *Fragmentos medievais de uma composição moderna*. In *Memórias de OAZ*. Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, pp. 45-80.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (2019). *Do Castelo da Ilha à Ilha do Castelo*. Castelo de Paiva: Município de Castelo de Paiva/ADRMAG.

- LIMA, António Manuel de Carvalho (2020-2021). *Castelos e fortificações sobre o Douro navegável no contexto da expansão do reino asturiano*. In GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino, coord. *La creación de los primeros paisajes fortificados medievales en el noroeste peninsular*. Madrid: Ediciones La Ergástula, pp. 61-96. (Cuadernos de Arquitectura y Fortificación; 7).
- LIMA, António Manuel de Carvalho; REAL, Manuel Luís; CANHA, Alexandre (2021). *A Organização Político-Militar do Território de Lafões durante a Alta Idade Média*. In REAL, Manuel Luís; CARVALHO, António Faustino de; TENTE, Catarina, coords. *Atas das I Jornadas de Arqueologia de Vouzela — Lafões. 14 — 16 de Novembro de 2019*. Vouzela: Câmara Municipal, pp. 255-275.
- LIMA, António Manuel de Carvalho; TEIXEIRA, Ricardo (2010). *Reflexões em torno do povoamento e organização dos territórios medievais no curso médio e terminal do Douro*. In BURÓN ÁLVAREZ, Milagros; AREOSA RODRIGUES, Miguel, coords. *Colóquio Internacional «Património Cultural y Território en el Valle del Duero»*. Zanora, 28, 29 y 30 de marzo de 2007. *Actas*. [Valladolid]: Junta de Castilla y León, pp. 137-153.
- LIMA, António Manuel de Carvalho; VIEIRA, Marina Afonso (2018). *Povoamento e Organização Defensiva do Território da Área Setentrional de Viseu (Séculos VI a XI)*. In TENTE, Catarina, ed./coord. *Do Império ao Reino. Viseu e o Território entre os Séculos IV e XII*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, pp. 231-261.
- LOPES, António Baptista et al. (1994). *A ponte medieval de S. Lázaro (Alfena, Valongo): notas sobre o acompanhamento dos trabalhos de conservação e restauro*. «Portvgalia». 15, 161-166.
- LÓPEZ ALSINA, Fernando (1988). *La Ciudad de Santiago de Compostela en la alta edad media*. Santiago de Compostela: Centro de Estudios Jacobeos.
- LÓPEZ ALSINA, Fernando (2013). *El Parrochiale Suevum y su presencia en las cartas pontificias del siglo XII*. In HERBERS, Klaus; LÓPEZ ALSINA, Fernando; ENGEL, Frank, hrsgg. *Das begrenzte Papsttum Spielräume päpstlichen Handelns. Legaten-delegierte Richter-Grenzen*. Berlin: De Gruyter, pp. 105-131. (Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften zu Göttingen. Neue Folge; 25).
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge, coord. (2018). *In Tempore Sueborum. El tiempo dello Suebos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de occidente. Volumen de estudios*. Ourense: Diputación Provincial de Ourense/Deputación Provincial de Ourense.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge; MARTÍNEZ TEJERA, Artemio Manuel, coords. (2017). *In Tempore Sueborum. El tiempo dello Suebos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de occidente*. Ourense: Diputación Provincial de Ourense.
- MACHADO, António de Sousa (1956). *As origens da cidade do Porto: o problema de Portucale*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- MACHADO, António de Sousa (1968). *O Porto mediévo: problemas de Portucale*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- MALHEIRO, Miguel (2008). *A intervenção arquitectónica na Torre de Vilar. Vilar do Torno, Lousada*. «Oppidum». Número especial, 283-290.
- MANSILLA, Demetrio (1955). *Restauración de las sufragáneas de Braga a través de la reconquista*. «Revista Portuguesa de História». 6:1, 117-148.
- MARIANI, Andrea (2014). *Elementi difensivi nel territorio Brianzolo: fonti scritte e materiali. (Secoli X-XIII)*. Milano: Università degli Studi. Tesi di Laurea.
- MARIANI, Andrea (2015). *La multidisciplinarieta come scelta vincente per lo studio dei castelli: l'esempio della Brianza fra X e XIII sec.* «Mittelalter-Moyen âge-medio evo-temp medieval, Zeitschrift des Schweizerischen Burgenvereins». 20:4, 104-123.
- MARIANI, Andrea (2016a). *Die Provinz Brianza zwischen dem 10. und dem 13. Jahrhundert: Interdisziplinarität als erfolgreicher Ansatz der Burgenforschun.* «Burgen und Schlösser». 1, 17-29.
- MARIANI, Andrea (2016b). *Nuovi studi riguardo gli elementi difensivi nel territorio brianteo fra X e XIII secolo.* «Rivista Archeologica dell'antica provincia e diocesi di Como». 197, 161-182.

- MARIANI, Andrea (2016c). *Alla ricerca dell'autonomia: come alcuni rustici cercarono di emanciparsi dai loro domini loci ecclesiastici. Alcuni esempi nel nord di Milano fra XII e XIII secolo*. «Revista Memoria Europae». 2:2, 98-119.
- MARIANI, Andrea (2016d). *The medieval fortified structures in the Diocese of Porto (North of Portugal) and in Brianza area (North of Italy): a comparative study (IX-XII century)*. In LOPES, Filipa; SILVA, André; AGUIAR, Miguel, coords. *Incipit 4. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, pp. 1-6.
- MARIANI, Andrea (2017a). *Inquadramento territoriale della Curtis di Capiate nel contesto fortificato della Brianza lecchese medievale*. In MARIANI, Andrea; CARMINATI Fabio, a cura di. *La Curtis di Capiate fra Tardo Antico e Medioevo. Scoperte inedite e nuove ricerche sul territorio Atti della prima Giornata di Studi, Monastero di Santa Maria del Lavello — Calolziocorte 21 maggio 2016*. Milano: Associazione Capiate-Radici nel Futuro ONLUS, pp. 34-56.
- MARIANI, Andrea (2017b). *Elementi difensivi lungo il confine nord della diocesi di Porto fra IX e XII secolo: primi risultati*. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, coords. *Genius Loci. Lugares e significados. Places and Meanings*. Porto: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, vol. 2, pp. 107-119.
- MARIANI, Andrea (2018). *The multi-disciplinary methodology as a means for the study of medieval defensive elements. Some Examples from the North territory of Milan County, Italy*. In SABATÉ, Flocel; BRUFAL, Jesus eds. *Medieval Territories*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 215-236.
- MARIANI, Andrea (2019). *Le fortificazioni medievali di Erba fra X e XIV secolo: lo stato dell'arte della ricerca*. «Quaderni Erbesi 2018», 10-25.
- MARIANI, Andrea (2020a). *Terminology on defensive structures in Portuguese medieval documents. Elements for a comparative approach to the case of the Diocese of Oporto (11th-12th century)*. In COELHO, André Madruga; SOUSA, Silvana Raquel Vieira de, dirs. *Juvenes. The Middle Ages Seen by young researchers*. Évora: Publicações do Cidehus (Biblioteca — Estudos & Colóquios; 17). [Consult. 19 jun. 2024]. Disponível em <<https://books.openedition.org/cidehus/9672>>.
- MARIANI, Andrea (2020b). *Le strutture fortificate medievali nel territorio della Diocesi di Porto (Nord del Portogallo) e della Brianza (Nord Italia): uno studio comparativo (IX-XII secolo)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- MARIANI, Andrea (2021). *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. «História: Revista da FLUP». 11:1, 7-28.
- MARIANI, Andrea (2022). *Algumas reflexões sobre a relação entre mosteiros e sistemas defensivos medievais*. In TAVARES, Pedro Vilas Boas; OLIVEIRA, Fátima; CARNEIRO, Alexandra, coords. *V Seminário Internacional Ora et Labora Refojos de Basto: leituras, textos e autores beneditinos: atas*. Cabeceira de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, pp. 109-119.
- MARIANI, Andrea (2024). *Nulla è più inedito dell'edito. Riflessioni sulle fonti medievali edite in casi italiani e portoghesi*. In BOUZÓN CUSTODIO, Almudena et al. coords. *El Camino del Medievalista. Nuevos Trabajos en Estudios Medievales. Vol. III. Renovatio ordinis*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 137-154. [Consult. 19 jun. 2024]. Disponível em <https://www.usc.gal/libros/index.php?id_product=1254&controller=product>.
- MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco (2017). *Lettere e privilegi papali durante il pontificato di Ugo di Oporto (1112-1136): nuovi studi ed ipotesi di ricerca*. «CEM Cultura, Espaço & Memória». 8, 91-107.
- MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco (2018). *The «Territorialization» of the episcopal Power in medieval Portugal. A study on the bullae of Popes Paschalis II and Calixtus II and the conflicts between the dioceses of Oporto, Braga and Coimbra (12th century)*. «Lusitania Sacra». 37, 161-187.
- MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco (2019). *Redescubrir un obispo ibérico del siglo XII: Hugo de Oporto y el contexto político-eclesiástico del Condado de Portugal (1112-1136)*. In GERHOLD, Casamiquela; NEYRA,

- Andrea Vanina, orgs. *Sociedad, Cultura y Religión en la Plena Edad Media*. Buenos Aires: IMHICIHU-CONICET, pp. 63-93.
- MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco (2023). *Inde ad montem Marantis: a Serra do Marão no contexto das fontes medievais portuguesas (sécs. VI-XII)*. In Balsa, Carlos; NOGUEIRA, Vítor, eds. *Povoamento e vias de comunicação ao longo da história*. Vila Real: Biblioteca Municipal de Vila Real, pp. 57-75.
- MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco (2024a). *Medieval Monastic Networks in Northern Portugal: Research Methodology and Perspectives on the Diocese of Porto in the Eleventh Century*. «The Journal of Medieval Monastic Studies-JMMS». 13, no prelo.
- MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco (2024b). *As viagens de um bispo do século XII: D. Hugo do Porto (1112/1114-1136)*. In *Atas Colóquio Evocativo dos 900 anos do Primeiro Foral Portuense: «O Porto medieval: do burgo do bispo à cidade dos mercadores»*. No prelo.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. (1993). *Nova História de Portugal. Portugal das invasões germânicas à «reconquista»*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 2.
- MARQUES, André Evangelista (2008). *O Casal: Uma Unidade De Organização Social Do Espaço Do Entre-Douro-e-Lima*. Noia: Editorial Toxosoutos.
- MARQUES, André Evangelista (2014). *Da representação documental à materialidade do espaço: território da Diocese de Braga (séculos IX-XII)*. Porto: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- MARQUES, André Evangelista (2017). *A autoridade episcopal e a construção da rede paroquial na Diocese do Porto (séculos X-XIV)*. In AMARAL, Luís Carlos, coord. *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do cabido Portucalense*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, pp. 161-196.
- MARQUES, André Evangelista; BARROCA, Mário Jorge; AMARAL, Luís Carlos (2018). *As incursões vikings no Norte de Portugal*. In BARROCA, Mário Jorge; SILVA, Armando Coelho Ferreira da, coords. *Mil anos da incursão normanda ao Castelo de Vermoim*. Porto: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 143-184.
- MARQUES, Bernardo de Serpa (2002). *O espaço da diocese do Porto: limites e áreas regionais*. In *Tempos e Lugares de Memória: homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão. Actas do 1º Congresso sobre a Diocese do Porto (5-8 Dezembro 1998)*. Porto: Universidade Católica/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 2, pp. 173-185.
- MARQUES, José (2002a). *As dioceses portuguesas até 1150*. «Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra». 78, 7-60.
- MARQUES, José (2002b). *Relações entre as Dioceses do Porto e de Braga, na Idade Média: alguns aspectos*. In *Tempos e Lugares de Memória: homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão. Actas do 1º Congresso sobre a Diocese do Porto (5-8 Dezembro 1998)*. Porto: Universidade Católica/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, pp. 21-56.
- MARQUES, José Augusto Teixeira Maia (1989). *Escavações no Castro de Ul (Oliveira de Azeméis). Primeira notícia*, «Revista de Ciências Históricas». 4, 65-89.
- MARTÍN, José Luis (1997a). *Historia de España. 3. Alta edad media. De la caída del imperio romano a la invasión árabe*. Madrid: Espasa-Calpe.
- MARTÍN, José Luis (1997b). *História de España. 4. Plena y baja edad media. De la reconquista a los reyes católicos*. Madrid: Espasa-Calpe.
- MATA, Joel Silva Ferreira (2017). *Contributos para a história económica e social do Concelho de Valongo entre 1250-1835: perspectivas*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo.
- MATTOSO, José (1964). *Os cartórios nos mosteiros Beneditinos na Diocese do Porto*. «Anuario de estudios medievales». 1, 139-166.
- MATTOSO, José (1969). *A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII*. «Anuario de estudios medievales». 6, 465-520.

- MATTOSO, José (1970). *A nobreza portugalense dos séculos IX a XI*. «Do Tempo e da História». 3, 35-50.
- MATTOSO, José (1985). *Ricos-homens infanções e cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães Editores.
- MATTOSO, José, dir. (1992). *História de Portugal, Antes de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 1.
- MATTOSO, José, dir. (1993a). *História de Portugal, A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2.
- MATTOSO, José (1993b). *A terra de Santa Maria na Idade Média: limites geográficos e identidade peculiar*. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira.
- MATTOSO, José (1998). *A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular*. «Revista da Faculdade de Letras. História». Série 2. 15, 1019-1044.
- MATTOSO, José (2001a). *Identificação de um país. Oposição*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José (2001b). *Identificação de um País. Composição*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José (2001c). *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José (2002a). *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José (2002b). *O monaquismo Ibérico e Cluny*. [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José (2002c). *A abadia de Pendorada: das origens a 1160*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José (2006). *D. Afonso Henriques*. Mem Martins: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José (2011a). *Portugal no reino de Leão. Temas e problemas*. In ALBERTO, Paulo Farmhouse; FURTADO, Rodrigo, coords. *Quando Portugal era reino de León: estudos sobre cultura e indetidad antes de Alfonso Enriquez*. León: Universidad de León, pp. 31-52.
- MATTOSO, José, dir. (2011b). *The historiography of medieval Portugal: (c. 1950-2010)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aurora Aguiar de (1986). *Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias*. «Paços de Ferreira: estudos monográficos». 1, 173-243.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aurora Aguiar de (1989). *O Castelo e a Feira. A terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MEMORIAS de litteratura portugueza: publicadas pela Academia real das sciencias de Lisboa. Lisboa: na officina da mesma academia, 1806, vol. VII.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, dir. (1991). *Historia de España III/I. España Visigoda*. Madrid: Espasa-Calpe, vols. III/I, III/II.
- MENDES-PINTO, José Marcelo (2008). *Do castro de S. Domingos a Meinedo: Proto-história e Romanização na bacia superior do rio Sousa*. «Oppidum». Número especial, 45-63.
- MERÊA, Paulo (2006). *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: INCM — Imprensa-Nacional Casa da Moeda.
- MERÊA, Paulo; GIRÃO, Aristides de Amorim (1943). *Territórios portugueses no séc. XI*. «Revista Portuguesa de História». 2, 255-263.
- MIRANDA, Flávio (2010). *A cidade dos mercadores: da luta pelo poder civil às guerras fernandinas*. Matosinhos: QuidNovi. (História do Porto; 03).
- Monte Alto [Consult. 22 nov. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2490677>>.
- MOREIRA, Álvaro de Brito (2004). *Elementos para a cara arqueológica do concelho de Santo Tirso. O castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos*. «Santo Tirso Arqueológico». 2.ª Série. 4, 56-68.
- MOREIRA, Álvaro de Brito (2009). *Castellum Madiae. Formação e desenvolvimento de um «aglomerado urbano secundário» no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Tese de doutoramento. 3 vols.
- MOREIRA, Álvaro de Brito (2014). *Carta arqueológica do concelho de Santo Tirso: das origens do povoamento à Alta Idade Média*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

- MOREIRA, Álvaro de Brito (2016). *Museu Municipal Abade de Pedrosa: espólio arqueológico*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.
- MOREIRA, Moreira, Domingos Azevedo (1966). *Estudo Onomástico sobre alguns rios a norte e sul do Douro*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 29:3-4, 545-601.
- MOREIRA, Moreira, Domingos Azevedo (1967). *Estudo Onomástico sobre alguns rios a norte e sul do Douro*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 30:1-2, 84-162.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1971a). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 34:1-2, 19-153.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1971b). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 34:3-4, 336-417.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1972). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto» 35:1-2, 141-237.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1984). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 2.^a Série. 2, 7-86.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1985-1986). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 2.^a Série. 3:4, 61-157.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1987-1988). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 2.^a Série. 5:6, 7-53.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1989-1990). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 2.^a Série. 7:8, 7-117.
- Mosteiro de Santa Maria de Arouca*. [Consult. 23 dez. 2023]. Disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1459101>>.
- Mosteiro de São Bento da Avé-Maria do Porto*. [Consult. 07 dez. 2023]. Disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4380605>>.
- Mosteiro de São Pedro de Ferreira*. [Consult. 06 nov. 2023]. Disponível em <https://www.rotadoromanico.com/media/documents/Ferreira._Mosteiro._pp_202-221-.pdf>.
- Mosteiro do Salvador de Vairão*. [Consult. 07 dez. 2023]. Disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1461685>>.
- Mosteiro de São Martinho de Caramos*. [Consult. 07 dez. 2023]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=24158>.
- MOXÓ, Salvador de (1979). *Repoblación y sociedad en la España Cristiana medieval*. Madrid: Ediciones Rialp.
- Mundō* [Consult. 05 dez. 2023]. Disponível em <<https://en.wiktionary.org/wiki/Reconstruction:Proto-Germanic/mund%C5%8D>>.
- NASCIMENTO, André; SOUSA, Laura; SILVA, Nuno (2008). *Intervenção Arqueológica QSAVNG.07 — Quinta de Santo António — Santa Marinha, Vila Nova de Gaia — Relatório de Progresso, 2.^a e 3.^a Fases*. Vila Nova de Gaia: Empatia — Arqueologia.
- Noeda*. [Consult. 05 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=53827>>.
- Núcleo antigo de Recarei*. [Consult. 05 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2233428>>.
- NUNES, Manuel; SOUSA, Luís; GONÇALVES, Carlos (2008). *Carta Arqueológica do Concelho de Lousada*. Lousada: Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada.
- O' CALLAGHAN, Joseph F. (2013). *A History of Medieval Spain*. Ithaca: Cornell University Press.
- OLIVEIRA, Ana Maria (2008). *Ocupação senhorial do Vale do Sousa: dois exemplos em estudo*. «Oppidum». Número especial, 151-164.
- OLIVEIRA, António Resende de (2007). *Do reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143)*. «Revista da História das ideias». 28, 17-37.

- OLIVEIRA, Miguel de (1950). *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica.
- OLIVEIRA, Miguel de (1956). *Os Territórios Diocesanos. Como passou para o Porto a Terra de Santa Maria*. «Lusitania Sacra». 1, 29-50.
- OLIVEIRA, Miguel de (1959). *O senhorio da cidade do Porto e as primeiras questões com os Bispos*. «Lusitania Sacra». 4, 29-60.
- Paço de Dona Loba*. [Consult. 23 dez. 2023]. Disponível em <<https://www.rotadoromanico.com/pt/experiencias/o-que-ver-e-fazer/paco-de-dona-loba/>>.
- PEREIRA, António da Silva; GONZÁLEZ, Celsa Magalhães (1988). *Castro do Cruito*. «Arqueologia». 17, 151-158.
- PEREIRA, Carlos Bruno Fontes de Andrade (2016). *As identidades do território invisível. Paisagens de Valongo «entre serras»*. Porto: Faculdade de Arquitectura. Dissertação de mestrado.
- PEREIRA, Gabriel Rocha (2010). *O Alto do Coteiro Murado (Mozelos)*. In PINTO, Filipe M. Soares, coord. *Arqueologia da Terra de Santa Maria: balanço e prospetivas*. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira 2010, pp. 113-116. (Santamariana; 28).
- PERES, Damião (1992). *Como Nasceu Portugal*. Porto: Vertente.
- PÉREZ DE URBEL, Justo; ARCO Y GARAY Ricardo del; VALLS TABERNER, Fernando (1992). *Historia de España. España cristiana: los comienzos de la reconquista (711-1038)*. Madrid: Espasa-Calpe, vol. VI.
- PEROGALLI, Carlo (1971). *Il tipo del castello-recinto (sul lago di Como in particolare)*. In BELLONI ZECCHINELLI, Mariuccia, dir. *Atti delle giornate di studio su le fortificazioni del lago di Como, Villa Monastero di Varenna, Lago di Como, 22-24 maggio 1970*. Como: Pietro Cairolì, pp. 19-28.
- PIEL, Joseph (1951). *Como nasceu o nome da freguesia de Mafamude*. «Revista Portuguesa de História». 5, 283-286.
- PINCHERLE, Alberto (1929). *Adozionismo*. In *Enciclopedia Italiana*. [Consult. 12 dez. 2023]. Disponível em <http://www.treccani.it/enciclopedia/adozionismo_%28Enciclopedia-Italiana%29/>.
- PINHO, José de (1929). *A cidade da Eja*. «Penha-Fidelis». 1/10, 182-187.
- PINHO, José de (1979). *Castros do Concelho de Amarante*. In CARDOSO, António, org. *Marânus: Antologia de textos sobre Amarante, a terra e as gentes*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, pp. 17-20.
- PINTO, Eduardo Vera-Cruz (2005-2007). *Terra de Santa Maria: terra-mãe do primeiro Portugal*. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira. 2 vols.
- PIRES, Conceição; VARELA, José (2019). *Memórias do Monte Castêlo. 100 anos do nascimento de Joaquim Neves dos Santos*. Matosinhos: Câmara Municipal.
- PIRES, Hélio Fernando Vitorino (2012). *Incursoes Nórdica no Ocidente Ibérico (844-1147): fontes, História e Vestígios*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.
- PIRES, Hélio Fernando Vitorino (2017). *Os Vikings em Portugal e na Galiza: História, Lenda e Mitologia Nórdica*. Sintra: Zéfiro.
- PIRES, Hélio Fernando Vitorino (2018). *De norte para sul: os vikings em Portugal*. In BARROCA, Mário Jorge; SILVA, Armando Coelho Ferreira da, coords. *Mil anos da incursão normanda ao Castelo de Vermoim*. Porto: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 111-126.
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor (1995). *Os patronos do Mosteiro de Grijó: evolução e estrutura da família nobre-séculos XI e XIV*. Ponte de Lima: Edições Carvalho de Basto.
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor (2014). *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico. A senhoriação dos vales do Sousa. Tâmega e Douro (séculos XI a XIII)*. Lousada: CERT.
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor (2015). *Inquisitiones: inquirições gerais de D. Diniz de 1288: sentenças de 1290 e execuções de 1290*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. (Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série; 4:2).
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor (2017). *Entre o condado e o reino: reflexões em torno do poder aristocrático (séculos XI-XII)*. In AMARAL, Luís Carlos, ed. *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do cabido Portucalense*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, pp. 305-324. (Estudos de história religiosa; 20).

- Ponte de Esmoriz. Baião*. [Consult. 22 dez. 2023]. Disponível em <https://www.rotadoromanico.com/media/documents/Ponte_Esmoriz.pdf>.
- PORTELA SILVA, Ermelindo (2001). *García II de Galicia: El Rey y el Reino, 1065-1090*. Burgos: La Olmeda.
- PORTUGAL [s. d.]. Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Relatório. «PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS».
- PORTUGAL (1991). Câmara Municipal de Felgueiras. Património arqueológico de Felgueiras. «Plano Director Municipal da Câmara Municipal de Felgueiras».
- PORTUGAL (2015). Câmara Municipal de Gondomar. Património Cultural de Gondomar. «Plano Director Municipal de Gondomar».
- PORTUGAL (2013). Câmara Municipal da Maia. Património arqueológico da Maia. «Plano Director Municipal da Câmara Municipal da Maia».
- PORTUGAL (2015). Câmara Municipal de Marco de Canaveses. «Planta Salvaguarda Patrimonial de Marco de Canaveses».
- PRESTAGE, Edgar (1999). *Il Portogallo nel medioevo*. In *Storia del Mondo Medievale*. Milano: Garzanti, vol. 7, pp. 576-610.
- PURTON, Peter (2009). *A history of the Medieval siege, C. 450-1200*. Woodbridge: Boydell & Brewer.
- QUEIROGA, Francisco (1984). *Escavações Arqueológicas em Castelo de Matos: notícia preliminar*. «Arqueologia», 9, 105-115.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. (2000). *História do Porto*. Porto: Porto Editora.
- REAL, Manuel Luís (1986). *A igreja de S. Pedro de Ferreira: um invulgar exemplo de convergência estilística*. «Paços de Ferreira: estudos monográficos», 1, 245-294.
- REAL, Manuel Luís; SILVA, António Manuel (2018). *Portumcalem Castrum Novum na época sueva*. In QUIROGA, Jorge López, coord. *In tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente. Volumen de Estudios*. Ourense: Diputación Provincial de Ourense, pp. 205-210.
- REILLY, Bernard F. (1982). *The Kingdom of León-Castilla under Queen Urraca, 1109-1126*. Princeton: Princeton University Press.
- REILLY, Bernard F. (1988). *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*. Princeton: Princeton University Press.
- REINHART, Dozy (1987). *Los Vikingos en España*. Madrid: Polifemo.
- REIS, António Matos (2002). *O primeiro foral do Porto*. In *Tempos e Lugares de Memória: homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão. Actas do 1º Congresso sobre a Diocese do Porto (5-8 Dezembro 1998)*. Porto: Universidade Católica/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, pp. 19-31.
- RENZI, Francesco (2018). *Imperator Burdinum Hispanum Romanae sedi violenter imposuit. A Research Proposal on the Archbishop of Braga and Antipope Gregory VIII, Maurice «Bourdin»*. «Imago Temporis. Medioevum», 12, 211-235.
- RENZI, Francesco (2019). *Un regno sotto la protezione di San Pietro. I rapporti tra il Portogallo e la Sede Apostolica da una prospettiva romana (1143-1212)*. In BRANCO, Maria João; FERNANDES, Isabel Cristina, eds./coords. *Da Conquista de Lisboa à Conquista de Alcácer (1147-1217). Definições e dinâmicas de um território de fronteira*. Lisboa: Colibri, pp. 237-274.
- RENZI, Francesco (2021). *Mauricius Bracarensis archiepiscopus, quae est civitas Hispaniae: le fonti narrative europee sull'arcivescovo di Braga e antipapa Gregorio VIII Maurizio «Burdino» (secoli XII-XIII)*. Porto: CITCEM.
- RENZI, Francesco; GOMES, Joana (2020). *La frontiera occidentale dell'Hispania. Alla ricerca della Galizia e del Portogallo medievali (secoli VI-XII)*. In CALZONA, Arturo; CANTARELLA, Glauco Maria, a cura di. *Auto-coscienza del territorio, Storie e Miti: dal mondo antico all'età moderna, Convegno di Mantova-Centro di Studi Alberti, 19-21 settembre 2018*. Verona: Scripta Edizioni, pp. 77-91.

- RENZI, Francesco; MARIANI, Andrea (2020). *Sobre as origens da diocese do Porto na Alta Idade Média. Uma reflexão sobre o Parochiale Suevorum e a diocese de Magneto/Meinedo (sécs. VI-VII)*. «Portvgalia: Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP». 41, 91-121.
- RENZI, Francesco; MARIANI, Andrea (2022a). *Los obispos de Oporto entre 1138 y 1189. Política patrimonial y relaciones con los poderes regio y papal*. «En la España Medieval». 45, 121-149. [Consult. 06 nov. 2023]. Disponível em <<https://doi.org/10.5209/elem.81439>>.
- RENZI, Francesco; MARIANI, Andrea (2022b). *Monasteri, vescovi e papato nel XII secolo. Il caso dell'enzione papale di San Salvador di Grijó (1139-1195)*. «Hispania Sacra». 74:149, 89-103. [Consult. 06 nov. 2023]. Disponível em <<https://doi.org/10.3989/hs.2022.07>>.
- RENZI, Francesco *et al.* (2023). *A «Frenchman» in Portugal. Bishop Hugo of Porto and the transformations of the north-western Iberian Peninsula in the early 12th century*. «CEM: Cultura, Espaço & Memória». 15, 87-117.
- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco; MELO, Arnaldo Sousa (2012). *A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval*. «Medievalista online». 12. [Consult. 04 nov. 2023]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo_ribeiro1207.html>.
- ROCHA, Charles; DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro (2015). *Tongobriga: reflexões sobre o seu desenho urbano*. Porto: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- RODRIGUES, Miguel Areosa (2012-2013). *Igreja de Santa Maria de Meinedo (Lousada): Intervenção arqueológica (1991-1993)*. «Oppidum». 7:6, 89-104.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso *et al.* (2008). *Romanesque in the Sousa Valley*. Lousada: Valsousa.
- ROTA DO ROMÂNICO (2014). Centro de Estudos do Românico e do Território, vol. II. [Consult. 08 jan. 2024]. Disponível em <https://www.rotadoromano.com/media/documents/Monografia_-_Volume_II.pdf>.
- SÁEZ, Emilio (1947). Ramiro II, rey de «Portugal» de 926 a 930. «Revista Portuguesa de História». 3, 217-290.
- SÁEZ, Emilio (1948). *Los ascendientes de San Rosendo: notas para el estudio de la monarquía astur-leonesa durante los siglos IX y X*. «Hispania: revista española de Historia». 30.
- SALVADOR, Jorge; SILVA, António Manuel (2000). *Da descoberta do Castro de Ovil à criação de um gabinete de arqueologia*. «Al-Madan» 2.^a Série. 9, 169-173.
- SALVADOR, Jorge; SILVA, António Manuel; SÁRRIA, Carlos (2005). *O Centro Interpretativo do Castro de Ovil (Espinho). A construção de um espaço de memória*. In JORGE, Vítor Oliveira, coord. *Conservar para quê? 8ª mesa-redonda de primavera*. Porto-Coimbra: FLUP, DCTP, CEAUC, pp. 303-326.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (1966). *Despoblación Y Repoblación Del Valle Del Duero*. Buenos Aires: Instituto de Historia de España, Universidad de Buenos Aires.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (1976). *Repoblación del reino asturleonés. Proceso, dinámica y proyecciones*. In SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. *Viejos y nuevos estudios sobre las instituciones medievales españolas*. Madrid: Espasa Calpe, vol. 2, pp. 579-790.
- SÁNCHEZ PARDO, José Carlos (2014). *Organización eclesiástica y social en la Galicia tardoantigua. Una perspectiva geográfico-arqueológica del Parroquial Suevo*. «Hispania Sacra». 66:134, 439-480.
- Santa Marinha do Zêzere*. [Consult. 10 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=56521>>.
- SANTOS, Joaquim Manuel Rodrigues dos (2012). *A castelologia portuguesa e a evolução dos estudos sobre fortificações medievais em Portugal*. «Portugália». Nova Série. 33, 107-143.
- SANTOS, Joaquim Neves dos (1955). *Guifões. Notas arqueológicas, históricas e etnográficas*. Matosinhos: edição de autor.
- SANTOS, Maria José Mendes da Costa Ferreira dos (2004). *A terra de Penafiel na Idade Média: estratégias de ocupação do território (875-1308)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado. 2 vols.
- SANTOS, Maria José Mendes da Costa Ferreira dos (2005). *A terra de Penafiel na Idade Média: estratégias de ocupação do território (875-1308)*. «Cadernos do Museu». 10, 5-100.

- São Domingos. [Consult. 29 dez. 2023]. Disponível em <<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=174314>>.
- São Martinho da Gândara/Castro de Recarei. [Consult. 19 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55867>>.
- São Simão. [Consult. 03 jan. 2023]. Disponível em <<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=174307>>.
- Senhora do Socorro. [Consult. 04 nov. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=49723>>.
- SEQUEIRA, Joana Isabel (2010). *Como nasce uma cidade: das origens ao Condado Portucalense. História do Porto*. Matosinhos: Quidnovi 2010, vol. 1.
- SETTIA, Aldo (1980). *Tra azienda agricola e fortezza: case forti, «motte» e «tombe» nell'Italia settentrionale. Dati e problemi*. «Archeologia Medievale». 7, 31-54.
- SETTIA, Aldo (1982). *Motte e castelli a motta nelle fonti scritte dell'Italia Settentrionale. Dati e problemi*. «Melanges d'archeologie et d'histoire médiévales de l'Ecole de Chartes». 17, 371-383.
- SETTIA, Aldo (1984). *Castelli e villaggi nell'Italia padana. Popolamento, potere e sicurezza fra IX e XIII secolo*. Napoli: Liguori.
- SILVA, António Manuel (1997). *Povoados proto-históricos de Vale de Cambra. Elementos para uma carta arqueológica concelhia*. «Boletim Cultural de Vale de Cambra» 1, 34-46.
- SILVA, António Manuel (2000). *Rua D. Hugo, 5: um arqueossítio fundador*. «Al-Madan». 2.ª Série. 9, 136-137.
- SILVA, António Manuel (2003). *Duas décadas de arqueologia urbana na cidade do Porto: aspectos da intervenção municipal*. In PINTO, Paulo Costa, coord. *Encontros do património de Vila do Conde: actas*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, pp. 35-49.
- SILVA, António Manuel, coord. (2004). *Memórias da terra: património arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca.
- SILVA, António Manuel, coord. (2005). *Cartas arqueológicas: do inventário à salvaguarda e valorização do património: actas das jornadas realizadas em Arouca em 2004*. Arouca: Câmara Municipal.
- SILVA, António Manuel, coord. (2007). *Gaia. Plano Director Municipal. Relatório 2.11 Património Arqueológico e Geomorfológico*. Vila Nova de Gaia.
- SILVA, António Manuel (2010-2011). *As muralhas romanas do Porto: um balanço arqueológico*. «Portvgalia». Nova Série. 31:32, 43-64.
- SILVA, António Manuel (2011). *No tempo dos mouros. Castelos de Arouca numa terra de fronteira (Séculos IX-XI)*. Arouca: Câmara Municipal.
- SILVA, António Manuel (2014). *El Castillo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, Portugal). Entre la romanidad tardía y la edad media: los retos de un sitio complejo*. In CATALÁN RAMOS, Raúl; FUENTES MELGAR, Patricia; SASTRE BLANCO, José Carlos, coords. *Las fortificaciones en la tardoantigüedad: Elites y articulación del territorio (siglos V-VIII d.C.)*. Madrid: La Ergástula, pp. 389-399.
- SILVA, António Manuel (2018). *Cale Callaecorum locus? Notas arqueológicas sobre a ocupação indígena e romana da foz do douro*. In DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro, coords. *Construir, navegar, (re)usar o Douro da antiguidade*. Porto: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 45-67.
- SILVA, António Manuel (2020). *O Castelo de Gaia, um sítio arqueológico excepcional e um valor cultural a potenciar*. In Pessoa(s), Arte, Benemerência. *IV Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, pp. 519-536.
- SILVA, António Manuel et al. (2000). *Elementos paleometalúrgicos do Castelo de Valinhas (Arouca, Portugal)*. In JORGE, Vítor Oliveira, coord. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. 9 (Contributos das Ciências e das Tecnologias para a Arqueologia da Península Ibérica)*. Porto: ADECAP, pp. 173-197.

- SILVA, António Manuel *et al.* (2015). *O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia): um contexto estratigráfico tardo-antigo no extremo noroeste da Lusitania*. In QUARESMA, José Carlos; MARQUES, João António *eds./ coords.* *Contextos estratigráficos na Lusitania: do Alto Império à Antiguidade Tardia*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 149-167.
- SILVA, António Manuel *et al.* (2017). *Cerâmica romana importada na Foz do Douro: uma escavação arqueológica no Castelo de Gaia (V. N. Gaia, Norte de Portugal)*. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, *coords.* *Genius Loci. Lugares e significados. Places and Meanings*. Porto: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, vol. 2, pp. 315-331.
- SILVA, António Manuel; GUIMARÃES, Gonçalves (2011). *O castelo de Crestuma revelado pela arqueologia. As principais fases de ocupação do sítio arqueológico*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 73, 5-13.
- SILVA, António Manuel; GUIMARÃES, Gonçalves (2013a). *Castelo de Crestuma: a arqueologia em busca da história*. Vila Nova de Gaia: Águas e Parque Biológico de Gaia, EM/ASCR-Confraria Queirosiana.
- SILVA, António Manuel; GUIMARÃES, Gonçalves (2013b). *O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia e a ocupação tardo-antiga no Baixo Douro)*. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, *coords.* *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 883-893.
- SILVA, António Manuel; LEITE, Joana (2010). *The place of Cividade. An approach to Late Bronze/Iron Age transition in Arouca valley (NW Portugal)*. In BETTENCOURT, Ana *et al.*, *ed.* *Conceptualizing space and place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Paleolithic to the Iron Age in Europe. (Proceedings of the 15th Congress of the International Union for Prehistoric and Protohistoric Sciences, Lisbon, Sept. 2006)*. Oxford: Archaeopress-Publishers of British Archaeological Reports, pp. 153-160. (BAR International Series 2058).
- SILVA, António Manuel; PEREIRA, Gabriel Rocha (2010). *Povoamento Proto-histórico na fachada atlântica do Entre Douro e Vouga. Paleoambientes e dinâmica cultural*. In BETTENCOURT, Ana; ALVES, Caetano; RODRIGUES, Sérgio Monteiro, *coords./eds.* *Variações paleoambientais e evolução antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular*. Porto: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário (APEQ), pp. 189-203.
- SILVA, António Manuel; PEREIRA, Pedro; CARVALHO, Teresa (2015). *Conjuntos cerâmicos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, N. Portugal): primeiros elementos para uma sequência longa (Sécs. IV-XI)*. In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *coords.* *Actas do X congresso internacional. A cerâmica medieval no Mediterrâneo. Silves 22-27 outubro 2012*. Silves: Câmara Municipal, pp. 401-419.
- SILVA, António Manuel; REAL Manuel Luís (2022). *Arqueologia e história da cidade do Porto no período tardo-antigo e alti-medieval*. «Arqueologia & História». 13.^a Série. 73, 11-36.
- SILVA, António Manuel; RIBEIRO, Manuela (1999). *A intervenção arqueológica em S. João de Valinhas (Arouca, Aveiro): do povoado castrejo ao castelo da Terra de Arouca*. In BARROCA, Mário Jorge, *coord.* *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*. Porto: Universidade do Porto, vol. 1, pp. 363-374.
- SILVA, António Manuel; RIBEIRO, Manuela (2006-2007). *Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica*. «Portvgalia». Nova Série. 27:28, 69-88.
- SILVA, António Manuel; RIBEIRO, Manuela (2013). *Castelos roqueiros da região de Arouca (Aveiro, Portugal)-contexto histórico e elementos arqueológicos*. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, *coords.* *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb — Séculos VI a XVI*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 29-42.
- SILVA, António Manuel; RIBEIRO, Manuela (2014). *Cerâmicas do período da reconquista no Vale do Arda: Castelo de Arouca e Casal da Malafaia*. In DE MAN, Adriaan; TENDE, Catarina, *coords.* *Estudos de cerâmica medieval: o norte e centro de Portugal, séculos XI a XII*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, pp. 161-182. (Estudos; 7).
- SILVA, António Manuel; RIBEIRO, Manuela (2015). *Cerâmicas medievais (Sécs. IX-XII) do castelo de Arouca (N. Portugal)*. In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *coords.* *Actas do X congresso internacional. A cerâmica medieval no Mediterrâneo. Silves 22-27 outubro 2012*. Silves: Câmara Municipal, pp. 310-317.

- SILVA, António Manuel; SOUSA, Laura (2014). *Cerâmica do período da «reconquista» (séculos X-XI) proveniente do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia)*. In DE MAN, Adriaan; TENTE, Catarina, coords. *Estudos de cerâmica medieval: o norte e centro de Portugal, séculos XI a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, pp. 205-222.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1983). *As Tesserae hospitales do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado Pedroso, V. N. Gaia: contributo para o estudo das instituições e povoamento da hispania antiga*. «Gaya». 1, 9-26.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1984). *Aspectos da proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento*. «Gaya». 2, 39-58.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986). *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins. Tese de doutoramento.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2015). *As origens de Gaia e questões de identidade. Arqueologia e epigrafia dos Turduli Veteres*. «Estudos do Quaternário». 13, 68-74.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da; CENTENO, Rui (1980). *Escavações arqueológicas na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), 1977-1978*. «Portvgalia». Nova Série. 1, 57-78.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da; MOREIRA, Álvaro de Brito (2011). *Proto-história no vale do Leça*. In CASTRO, Clarisse; CLETO, Joel, coords. *O rio da Memória. Arqueologia no território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, pp. 89-124.
- SILVA, Armando Davide Teixeira da (2016a). *Os Castros Marcuense. O Povoamento Proto-Histórico — Património da Paisagem Milenar*. Lisboa: Universidade Aberta. Dissertação de mestrado.
- SILVA, Eduardo Jorge Lopes da et al. (1996). *Carta arqueológica do Concelho de Castelo de Paiva*. Porto: Universidade Portucalense.
- SILVA, João Belmiro Pinto da (1992). *Marco de canaveses — Os castros*. Marco de Canaveses: edição de autor.
- SILVA, João Belmiro Pinto da (1998). *Castros, Castelos e Torre no Concelho de Amarante. Breve incursão toponímica e arqueológica*. In *Amarante Congresso Histórico 98. Actas*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, vol. 3, pp. 451-506.
- SILVA, Maria Antónia (2008). *Torre do Castelo de Aguiar de Sousa: resultados preliminares de uma sondagem arqueológica*. «Oppidum». Número especial. 117-130.
- SILVA, Maria João Oliveira e (2006). *Scriptores et notatores: a produção documental da Sé do Porto: 1113-1247*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- SILVA, Sara Filipa Bastos de Almeida e (2013). *O Castro de Ul. Oliveira de Azeméis. Contributo para o Conhecimento da Ocupação Proto-Histórica e Romana no Território entre os rios Douro e Vouga*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- SILVA, Sara Filipa Bastos de Almeida e (2016b). *O Sítio Arqueológico do Castro de Ul, Oliveira de Azeméis: Problemas da sua hipotética musealização e preparação turística*. Oliveira de Azeméis: edição de autor.
- SILVEIRA, Joaquim da (1993). *Estudos de Toponímia da Bairrada e outras notas*. Porto: Figueirinhas.
- SOARES, Franquelim Neiva (1998). *Os concílios suevos de Braga*, In KOLLER, Erwin; LAITENBERGER, Hugo, hg. *Suevos-Schwaben. Das Konigreich der Sueben auf der iberischen Halbinsel (411-485)*. Tübingen: Narr, pp. 63-79.
- SOARES, Torquato de Sousa (1935). *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Pôrto durante a Idade Média*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- SOARES, Torquato de Sousa (1974). *O governo de Portugal pelo Conde Henrique de Borgonha: Suas relações com as monarquias Leonesa Castelhana e Aragonesa*. «Revista Portuguesa de História». 14, 365-397.
- SOARES, Torquato de Sousa (1989). *Formação do estado Português (1096-1179)*. Trofa: Editora Sólivros de Portugal.
- SOEIRO, Teresa (1984). *Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*. «Penafiel. Boletim Municipal de Cultura». 3.ª Série. 1, 5-323.

- SOEIRO, Teresa (1985-1986). *A Suvidade de S. Mamede de Recezinhos. Campanha de escavações 1985*. «Penafiel. Buletim Municipal de Cultura». 3.ª Série. 2:3, 15-26.
- SOEIRO, Teresa, coord. (1998). *Monte Mozinho: 25 anos de trabalhos arqueológicos. Painel de Estudos. Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel. (Cadernos do Museu; 2).
- SOEIRO, Teresa (2019). *Castro de Monte Mozinho: roteiro*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel.
- Sondagem* (2007). [Consult. 03 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=2748391>> .
- Sondagem* (2013/14). [Consult. 03 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=3246073>>.
- Sondagem* (2015) [Consult. 19 dez. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=3385374>>.
- Sousa [Consult. 03 jan. 2024]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=174375>>.
- SOUSA, Armindo de (2000). *Tempos medievais*. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, pp. 118-253.
- SOUSA, José Alexandre Ribeiro de (2016). *In finibus Gallecie. A Reconquista no actual território português. O contexto de um processo dinâmico, 868-1064*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- SOUSA, Luís (2010). *Estrutura defensiva tipo «mota» de Caide de Rei*. «Suplemento de Arqueologia, Revista Municipal». 11:80, 4.
- STOKSTAD, Marilyn (2005). *Medieval Castles*. Westport: Greenwood Pub. Group.
- TAIFAS, *regni di*. Dicionario di Storia Treccani (2011) [Consult. 10 out. 2023]. Disponível em <http://www.treccani.it/enciclopedia/regni-di-taifas_%28Dizionario-di-Storia%29/>.
- TAVARES, Anita Pereira (2013). *A Medieval Terra de Cambra: Território e Sociedade*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Dissertação de mestrado. 2 vols.
- TAVARES, João Tiago; DE MAN, Adriaan (2018). *A gestão arqueológica autárquica e um projeto de investigação — um primeiro balanço do POVOAZ*. «Patrimónios de OAZ». 1, 75-89.
- TEIXEIRA, Helena Regina Lopes (2010a). *Porto, 1114-1518: a construção da cidade medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- TEIXEIRA, Ricardo (2010b). *Revisão do Plano Director Municipal de Valongo. Estudo sectorial de Arqueologia*. Valongo 2010.
- TEIXEIRA, Ricardo (2011). *Idade Média. Dados e perspectivas arqueológicas sobre o território do Leça no período medieval (séc. IX-XIV)*. In CASTRO, Clarisse; CLETO, Joel, coords. *O rio da Memória. Arqueologia no território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, pp. 198-254.-
- TEIXEIRA, Ricardo, coord. (2017). *Castelo de Santa Maria da Feira, estudos arqueológicos*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- TEIXEIRA, Ricardo; AMARAL, Paulo; RODRIGUES, Miguel (1990) *PROZED — 10 — Património Arqueológico*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte.
- Tempos e Lugares de Memória. Actas do 1.º Congresso sobre a Diocese do Porto (5-8 Dezembro 1998)*. Porto: Universidade Católica/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. 2 vols.
- Torre* [Consult. 27 nov. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3275665>>.
- Torre de Vilar*. [Consult. 24 nov. 2023]. Disponível em <https://www.rotadoromanico.com/media/documents/Vilar_Torre._pp_348-355.pdf>.
- Torre do Castelo de Aguiar de Sousa*. [Consult. 22 nov. 2023]. Disponível em <https://www.rotadoromanico.com/media/documents/Aguiar_de_Sousa._Torre_do_Castelo._pp_96-103.pdf>.
- Torre dos Alcoforados. Paredes*. [Consult. 20 nov. 2023]. Disponível em <https://www.rotadoromanico.com/media/documents/Torre_Alcoforados.pdf>.

- TOUBERT, Pierre (1973). *Les structures du Latium medieval: le Latium meridional et la Sabine du 9. siecle a la fin du 12. siecle*. Roma: École Française de Rome. 2 vols.
- TOUBERT, Pierre (1995). *Dalla terra ai castelli. Paesaggio, agricoltura e poteri nell'Italia Medievale*. Torino: Einaudi.
- TORRE RODRÍGUEZ, José Ignacio de la (2006). *Hugo de Oporto*. In *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*. Porto: Universidade do Porto, vol. 2, pp. 437- 452.
- UBRIC, Purificación (2015). *The Church in the Suevic Kingdom (411-585 AD)*. In D'EMILIO, James, ed. *Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the Edge of Europe*. Leiden: Brill, pp. 211-234.
- VALDEAVELLANO, Luis García de (1988). *Historia de España antigua y medieval. 1. De los orígenes al siglo X*, Madrid: Alianza Editorial.
- VALDEZ-TULLET, Joana (2010). *Périple pelo território de Amarante: Resultados de um projecto de investigação*. [Consult. 05 dez. 2023]. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/261135210_Periplo_pelo_territorio_de_Amarante_Resultados_de_um_projecto_de_investigacao_Periplus_through_the_Archaeological_Heritage_of_Amarante_results_of_a_research_Project>
- VARELA, José Manuel (2011). *Monte Castêlo (Guifões, Matosinhos)* In CASTRO, Clarisse; CLETO, Joel, coords. *O rio da Memória. Arqueologia no território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, pp. 108-111, 142-145.
- VARELA, José Manuel (2013). *O Sítio do Monte Castêlo (Guifões, Matosinhos), o Rio Leça e as Navegações na Antiguidade*. «Al-Madan». 2.ª Série. 18, 75-81.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1898). *O Castelo de Guifões*. «O Arqueólogo Português». 4, 270-272.
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa (1936). *Augusto Botelho da Costa, Estudos de História Militar Portuguesa*. Lisboa: [s. n.]. 2 vols.
- VENTURA, Leontina (1992). *A nobreza de corte de Afonso III*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento. 2 vols.
- VENTURA, Leontina; FÁRIA, Ana Santiago (1990). *Livro Santo de Santa Cruz: cartulário do séc. XII*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.
- VENTURA, Leontina; MENDES, João da Cunha (2010). *Diplomatário da Sé de Viseu: (1078-1278)*. Coimbra: Instituto de Estudos Medievais.
- Via Romana e medieval de Gondar/Corba Chã* [Consult. 20 ago. 2023]. Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2469947>>.
- VIDAL ENCINAS, Julio Manuel; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, María Lúz (2005). *El castillo de Alba (La Robla, León) recientes trabajos arqueológicos en una fortificación de Alfonso III (866-910)*. In RUIBAL RODRÍGUEZ, Amador, coord. *Actas del II congreso de castellologia iberica*. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos, pp. 585-604.
- VIEIRA, Alexandra (2014). *Alguns dados para o estudo da Idade do Bronze do Norte de Portugal*. «Antrope». Série Monográfica (*A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*). 1, 52-101. [Consult. 28 jun. 2024]. Disponível em <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/10923/1/SMantropeVIEIRA52-101.pdf>>.
- VISMARA, Giulio (1972). *La disciplina giuridica del castello medievale (VI-XIII secolo)*. «Studia et documenta historiae et iuris». 38, 1-122.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1798-1799). *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal anti-guamente se usarão*. Lisboa: na officina de Simão Thaddeo Ferreira. 3 vols.
- WICKHAM, Chris (1989). *Documenti scritti e archeologia per una storia dell'incastellamento: l'esempio della Toscana*. «Archeologia Medievale». 16, 79-102.
- WICKHAM, Chris (2007). *Fonti archeologiche e fonti storiche: un dialogo complesso*. In CAROCCI, Sandro, a cura di. *Storia d'Europa e del Mediterraneo, sez. IV. Il Medioevo (secoli V-XV)*, vol. IX. *Strutture, preminenze, lessici comuni*. Roma: Salerno editrice, pp. 15-49.

Sitografia

Academia. [Consult. 28 jun. 2024]. Disponível em <www.academia.edu>.

Dizionario Etimologico online. [Consult. 23 jul. 2024]. Disponível em <www.etimo.it>.

DU CANGE, Charles du Fresne, *a cura di. Glossarium mediae et infimae latinitatis*. [Consult. 28 jun. 2024]. Disponível em <<http://ducange.enc.sorbonne.fr/>>.

Geo Portal. [Consult. 28 jun. 2024]. Disponível em <<http://patrimiodgpc.maps.arcgis.com>>.

Google Maps [Consult. 28 jun. 2024]. Disponível em <www.maps.google.com>.

Portale dell'Archeologo [Consult. 28 jun. 2024]. Disponível em <www.arqueologia.patrimoniocultural.pt>.

Research Gate [Consult. 28 jun. 2024]. Disponível em <www.researchgate.net>.

Rota do Românico [Consult. 28 jun. 2024]. Disponível em <www.rotadoromanico.com>.

Vias Romanas — Itinerários Romanos [Consult. 28 jun. 2024]. Disponível em <<http://viasromanas.pt/>>.



COLEÇÃO «TESES UNIVERSITÁRIAS», N.º 16
PRÉMIO CITCEM/AFRONTAMENTO 2021

ELEMENTOS DEFENSIVOS MEDIÉVAIS NO TERRITÓRIO DA DIOCESE DO PORTO (SÉCULOS IX-XII)

ANDREA MARIANI



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO



Edições
Afrontamento